



47

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2016

Revista Portuguesa
de História

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de História

TOMO XLVII

Coimbra 2016

Estatuto editorial/Editorial guidelines

A *Revista Portuguesa de História* é uma revista de periodicidade anual, cujos artigos são sujeitos a uma avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem. Foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Esta Revista tem-se dedicado, desde a sua fundação, à publicação de estudos de investigadores portugueses e estrangeiros na área da História, desde a Antiguidade até à Época Contemporânea. A RPH está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, recensões críticas e notícias.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. Since its foundation, the Journal has been dedicated to the publication of studies of Portuguese and foreign researchers in the field of History, from Antiquity to the Contemporary Period. The *Revista Portuguesa de História* is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news.

Diretora Director

Maria Helena da Cruz Coelho

Conselho de Redacção Redactorial Board

Todos os membros do IHES

Conselho Editorial Editorial Committee

Armando Luís de Carvalho Homem (FLP)

António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela)

António Marques de Almeida (U. Lisboa)

António de Oliveira (FLUC)

Fernando Catroga (U. Coimbra)

Jaime Reis (ICS, Lisboa)

Jean-Marc Moriceau (U. Caen)

José Amado Mendes (U. Coimbra)

Miguel Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)

Luis Enriquez Bezares (U. Salamanca).

Avaliadores Externos External Referees

Angel Vacca Lorenzo (U. Salamanca)

Amélia Aguiar Andrade (U. Nova de Lisboa)

Amélia Polónia (U. Porto)

Anne Cova (ICS, Lisboa)

Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)

Gaspar Martins Pereira (U. Porto)

João Marinho dos Santos (U. Coimbra)

João Nunes Oliveira (U. Coimbra)

José Damião Rodrigues (U. Açores)

José Manuel de Bernardo Ares (U. Córdoba)

Luis Miguel Duarte (U. Porto)

Luis Reis Torgal (U. Coimbra)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Inês Amorim (U. Porto)

Maria José Azevedo Santos (U. Coimbra)

Maria Manuela Tavares Ribeiro (U. Coimbra)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Martina de Moor (U. Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra Fernández (U. Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenador científico do volume

Scientific coordinator of the volume

Maria Antónia Lopes (U. Coimbra)

Coordenadora técnica Technical Coordinator

Maria Manuel Almeida (FLUC)

Propriedade Ownership

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/

Instituto de História Económica e Social

Capa Cover Design

Rodrigo Fonseca

Edição Edition

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia Infographics

PMP, Lda

Impressão Printing

Simões e Linhares

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_47

Editorial

Renova-se a alegria cíclica da publicação de mais um número da *Revista Portuguesa de História*. Para este tomo 47, referente ao ano de 2016, convocaram-se os especialistas a refletirem e analisarem o quotidiano e o privado, iluminando vivências, sentimentos, atitudes, comportamentos sociais, religiosos e culturais e aspetos da vida material quotidiana de índole mais privados ou públicos. Responderam ao apelo vinte estudiosos com formações variadas, de diferentes gerações e de múltiplas universidades e instituições nacionais e estrangeiras, em Portugal, de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora, em Espanha, de Santiago de Compostela, Madrid, Salamanca e Valholid, no Brasil, do Rio de Janeiro, S. Paulo e Curitiba. Uma vez mais a interdisciplinaridade das análises e a metodologia comparativa dos estudos são, como se deseja, notórias e significativas. Na longa duração evolui-se desde os séculos medievais até ao século XX, ainda que mais representada esteja a época moderna. Espacialmente percorreram-se caminhos marítimos e terrestres, que nos levam da Europa até à terras da Índia e da América Latina.

Biografias, diários, cartas, hagiografias e livros de devoção, tratados médicos e científicos, revistas femininas, legislação, constituições sinodais, registos, provisões, testamentos, sentenças, entre muitas outras fontes escritas, e elementos da cultura material foram investigados e interrogados para reconstruir multifacetados recortes do passado.

Conheceram-se diversos estratos sociais nos seus percursos de vida, de ocupação, de práticas e comportamentos quotidianos e privados, desde o clero e a aristocracia, à burguesia, povo e escravos, evidenciando-se em muitos casos um protagonismo no feminino. Reconstituíram-se quadros íntimos de religiosidade e devoção laicas; percursos de cristãos-novos; tarefas e usos clericais; quotidianos de trabalho, momentos de convívio e traços de habitabilidade e vestuário dos estratos populares; aspetos da vida a bordo das mulheres. Cruzaram-se estudos de caso e de micro-história, aflorando tanto a trajetória afortunada de um negociante português no Brasil, a vida de um erudito em Lisboa, o relevante papel de uma aristocrata do Piemonte, casada com um embaixador português, como o quotidiano simples de um habitante da região de Lorrão, ligado à Confraria das Almas. Evocaram-se muitas facetas da problemática do apoio às crianças, à doença e à morte em instituições assistenciais e anotaram-se práticas de higiene e cuidados com a saúde e terapêuticas medicamentosas.

Mas, para além dos trabalhos em torno da área temática, acrescentam-se mais quatro na *Varia*, que desvendam traços de uma colónia portuguesa, de

ministérios e instituições governamentais e a vida e obra de um renomado jurista e historiador, completando-se ainda este tomo com a recensão de um livro.

A coordenação deste rico e variado número da Revista deveu-se à Doutora Maria Antónia Lopes. Agradeço-lhe vivamente toda a competência, rigor e entrega com que deu corpo e forma ao presente tomo da Revista. Muito grata estou igualmente à Dra. Maria Manuel Almeida, que de há longuíssimos anos assessora tecnicamente esta publicação, e ao Senhor Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra, seus técnicos superiores e demais pessoal, sem os quais esta publicação periódica não se editaria. A todos os autores, que com as suas interpelantes reflexões e profundos estudos deram vida a este tomo da Revista, o meu sentido muito obrigada.

Mas porque este é o meu derradeiro Editorial, prolongarei um pouco mais as minhas palavras de gratidão.

Nos dez anos em que estive à frente da *Revista Portuguesa de História* esta publicação saiu com total regularidade anual e foi-se adaptando às normas internacionais de edição de periódicos, cumprindo-as hoje inteiramente, vindo por isso a sua credibilidade científica aumentar nacional e internacionalmente. O mérito deste renome da Revista deve-se a um vasto corpo de pessoas e colaborações. Desde logo os que de mais perto sempre a acompanharam e estimularam, os membros do Conselho de Redação, do Conselho Editorial, a Coordenadora Técnica e sobremaneira o(a) Coordenador(a) Científico(a) dos vários tomos. Logo depois nomeio os muitos estudiosos que a escolheram para publicar os seus artigos e ainda os desmultiplicados especialistas a quem recorreremos para desempenhar a responsabilizante tarefa da arbitragem científica. Relevo ainda todos os que se envolveram na composição gráfica dos diversos números, desde o desenho da capa, à composição e paginação do seu miolo, até à sua edição, aqui destacando vivamente a parceria, que, em boa-hora, se estabeleceu com a Imprensa da Universidade de Coimbra. Anoto, por fim, que sem o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na pessoa dos seus vários Diretores, esta Revista não se publicaria. Com palavras gastas e repetidas, mas sempre renovadas e vivificadas, porque no princípio era o verbo, eu apenas expresso a todos, neste último Editorial que escrevo, o meu sentidíssimo: Bem-Hajam.

Termino com um voto – que é uma certeza – de que a *Revista Portuguesa de História*, nas suas linhas de continuidade, de contínua renovação crítica e metodológica, de permanente inovação científica e cultural, se publique anualmente, assim se prestigiando em contínuo aquela que é a mais antiga publicação periódica portuguesa na área da ciência histórica

A Diretora
Maria Helena da Cruz Coelho

Nota de Apresentação

MARIA ANTÓNIA LOPES

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

lopes.mariantonia@gmail.com

Os quotidianos e a vida privada, que tanto se distinguem como se entrecruzam, continuam a merecer aprofundamento, apesar de já há muito terem entrado nos domínios da História. Assim sendo, o Conselho de Redação da *Revista Portuguesa de História* decidiu dedicar-lhes o volume 47, convidando a comunidade científica a propor trabalhos sobre práticas quotidianas privadas e públicas de índole material, social ou cultural e sobre atitudes, comportamentos e sentimentos da intimidade, convocando permanências, mutações e singularidades. Sendo um campo da História que me é muito caro e que desde sempre trabalhei, foi com gosto e entusiasmo que organizei este volume. Muito embora, como coordenadora científica que tem de escolher avaliadores, a função inviabilizasse a possibilidade de participar com um trabalho.

Buscar práticas, atitudes, comportamentos e sentimentos de pessoas concretas – homens e mulheres de distintos grupos sociais – é território de pesquisa que lida com lógicas individuais inseridas em modelos estruturais, lógicas essas que, por sua vez, ajudam a detetar, caracterizar e compreender tais padrões, mas que também os vão moldando, num movimento de interinfluência contínuo. Centrar a análise nos indivíduos, sem nunca esquecer o seu meio, pode ser uma abordagem que permite suplantar não apenas uma história que se interessa só por grande personagens e por instituições, mas também certa história de estruturas e processos macroeconómicos, macrosociais e macroideológicos, quantas vezes em absoluto desumanizada, como se a História não estudasse as pessoas e como se estas fossem autómatos conduzidos sem margem de escolha por uma qualquer superestrutura. Creio, portanto, que a historiografia tem muito a ganhar se cultivar cada vez mais o cruzamento de diferentes escalas de observação e de análise.

Com o estudo dos quotidianos e da vida privada, imbricam-se a micro-história, a reabilitação historiográfica da biografia, os progressos patenteados pelos especialistas em história da cultura material, a qual visa, como todas as disciplinas da História, compreender os seres humanos – neste caso através da sua relação com os objetos – e não estabelecer listas de artefactos. A história dos

quotidianos e da vida privada exige, na verdade, um grande esforço de vigilância epistemológica para não cair na mera descrição ou mesmo futilidade. O que não invalida que se estudem comportamentos que poderemos considerar frívolos, mas interdita que o historiador o seja. Nunca o será, porém, se a futilidade de indivíduos ou grupos for contextualizada e interpretada, apondo significado ao que parece insignificante, porque assim se contribuirá para o avanço do conhecimento e compreensão das atitudes de quem nos precedeu no tempo. E, por estranho que pareça, ainda é necessário reafirmar que história da vida privada não é história das mulheres, como se estas não houvessem tido sempre uma dimensão de vida pública e como se os homens não agissem, pensassem e sentissem em privado.

Como se antevia, a chamada de artigos para este volume monográfico foi um êxito, traduzindo-se no elevado número de propostas recebidas. Outros investigadores, ainda, desejaram participar com trabalhos que não se inseriam no tema escolhido. Porque não quisemos prescindir da secção *Varia*, apesar de tal opção implicar aumentar a dimensão do volume, aceitou-se sujeitar essas propostas a avaliação. Aí se encontram, pois, três artigos, curiosamente todos do mesmo período cronológico. Completa esta secção um texto evocativo da obra de Henrique da Gama Barros, a que se segue uma recensão crítica e a lista das publicações recebidas pela *Revista Portuguesa de História*.

Para o *Dossier temático* foram aprovados 20 trabalhos, respeitantes às épocas medieval (um), moderna (catorze) e contemporânea (cinco), provenientes de Portugal (doze), Espanha (cinco) e Brasil (três). O conjunto de artigos que se inserem no objeto historiográfico deste volume, muito rico pela sua diversidade geográfica, temporal, temática, documental e metodológica, percorre territórios que vão das crenças religiosas e dos saberes científicos ao enquadramento material das populações; dos quotidianos camponeses aos da aristocracia e do clero secular e regular; das práticas espirituais privadas às de sociabilidade das elites políticas e culturais; das vidas dos cristãos novos mais ou menos inseridos na sua cidade aos dias de mulheres recolhidas e de freiras com as suas escravas e aos hospitalizados e crianças asiladas; das questões matrimoniais, tanto na alta aristocracia como no universo popular, à vida a bordo nos navios em viagem para as terras do Império, às fortunas que por lá se fizeram e se transferiram para a metrópole ou se disputaram entre a parentela da colónia.

São, pois, “os trabalhos e os dias”, as crenças e devoções, as ambições e os litígios, a saúde, a doença e a morte que tudo leva, mas pode deixar atrás de si “fortuna e ressentimento”. E deixa, também, rastros de vidas.

A todos os autores que aqui as recuperaram e a todos os avaliadores, que tanto contribuíram para enriquecer as análises e interpretações propostas, o meu obrigada.

Coimbra, 15 de julho de 2016

Dossier temático
“Quotidianos e vida privada”

Clérigos medievais: aspetos do quotidiano

Medieval clergy: aspects of daily life

MARIA ALEGRIA MARQUES

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
mfm@fl.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Através das constituições sinodais portuguesas medievais, hoje conhecidas e da forma como elas procuravam agir sobre as práticas do clero das respectivas dioceses, procura-se perceber as marcas de um quotidiano próprio, em contexto alargado, que englobava tarefas, usos e procedimentos bem além das funções específicas que competiam ao grupo, e que configuram, afinal, um processo de “aculturação interna” na sociedade em que ele se inseria.

Palavras chave:

Vida quotidiana; Clero; Sínodos; Idade Média; Portugal.

Abstract:

Through the known medieval Portuguese Synod constitutions and the way they sought to act at the clergy practices, on the respective dioceses, this paper seeks to understand the brands of the clerical daily life in broader context, which included tasks, practices and procedures larger than the specific functions of the group, and which shaped, after all, a process of “internal acculturation” in the society in which these cleric members belonged.

Keywords:

Everyday life; Clergy; Synods; Middle Ages; Portugal.

Cuidar de tentar traçar um quadro de um quotidiano clerical no mundo medieval não é, manifestamente, um tema fácil. Fora-o, e ele estaria presente no volume dedicado à Idade Média, da, ainda recente, obra sobre a *História da vida privada em Portugal*¹, onde se podem ver temas que se tocam com o quotidiano².

Contudo, não cremos que essa dificuldade advenha de algum alheamento do grupo sobre a realidade quotidiana da sua própria vida ou de alguma opacidade que lhe quisesse emprestar. Cremos, isso sim, que a dificuldade reside na própria concepção que reportamos acerca do grupo dos eclesiásticos. E, tanto mais, quanto ela é dirigida às suas funções na sociedade e não aos homens que as desempenhavam.

Ora, considerar as formas de vida e *modos de estar dos clérigos medievais* num contexto vasto, de ambientes e conteúdos do quotidiano, requer, quanto a nós, que examinemos, antes de mais, os homens no exercício das suas atribuições sociais, pois que os clérigos eram um grupo especial na sociedade exatamente em razão da função que exerciam, e que era, como é sabido, essencialmente, litúrgica, na mediação entre o homem e a divindade.

É sobejamente comum afirmar-se que o clero era um grupo muito heterogéneo na sociedade medieval: diverso na sua condição, no seu lugar na hierarquia, no seu saber específico, no zelo que emprestava à prática da sua função, pelos ambientes em que realizava o seu múnus, pela capacidade económica de que

¹ Vol. II. *A Idade Média*. José Mattoso (dir.); Bernardo Vasconcelos e Sousa (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

² Veja-se o caso flagrante do capítulo “A festa – a convivialidade”, da obra citada na nota anterior, que começa desta forma: “O agitado, repetido e laborioso *quotidiano* do homem queda-se de espaços a espaços.” (p. 144; o itálico é nosso). Apesar de, nesta obra, se acharem muitas referências ao clero, na grande maioria dos casos são indiretas, através das suas obras ou da sua ação, o que faz dele um instrumento e não um objeto de estudo; a única exceção e, mesmo assim, minoritária, no contexto do estudo, é o capítulo “Memórias”, da autoria de Mário Jorge Barroca (p. 418-454). Do mesmo modo, ou talvez de uma forma ainda mais flagrante, na obra *Vida quotidiana en la España medieval. Actas del VI curso de Cultura Medieval, celebrado en Aguilar de Campo (Palencia) del 26 al 30 de septiembre de 1994*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1998, não se acha também qualquer texto sobre a matéria. Parece, assim, deixarem concluir que o clero era uma entidade abstrata, ou quase, sem quotidiano. Sem traçar uma linha clara entre quotidiano dos leigos e do clero, antes tocando os dois, pode ler-se, com proveito, António García y García, “Derecho canónico y vida cotidiana en el Medievo”, in *Revista Portuguesa de História* (= *RPH*, 24, Coimbra (1988), p. 189-226. De todo o modo, parece-nos que o tema tem interesse, até pela multifacetada atividade que o grupo tinha que desempenhar, sem, muitas vezes, lhe ser devidamente reconhecida, por inerente à sua função, ou, até, por um menor conhecimento corrente da matéria.

podia dispor³. São, pois, muitos os traços de diversidade que pode revestir esse imenso grupo da sociedade medieval, consoante o critério de análise que quisermos adotar.

Comecemos por considerar a sua condição de clero secular ou regular, pois dela decorrerão condições específicas para a reflexão proposta⁴. Radicados em pressupostos teleológicos diversos, eram bem distintos os normativos que os enquadravam. Enquanto o clero secular obedecia a um bispo, sentindo-se-lhe ligado através de uma cadeia hierárquica mais ou menos ténue, consoante o grau de organização da respetiva diocese e as suas próprias dimensões físicas, o mesmo não acontecia com o clero regular, organizado em comunidade imediatamente sujeita a um superior vivendo sob o mesmo teto e com relações muito diversas com o ordinário local, dependendo da Ordem e do tempo em análise.

Ainda aqui, é completamente diverso o mundo do clero catedralício, a que poderemos aproximar o das colegiadas⁵, o universo do clero urbano e

³ Sobre tal heterogeneidade, atente-se nas palavras de Robert Delort, *Le Moyen Age. Histoire illustrée de la vie quotidienne*. Paris, Seuil, 1972, p. 229: “Ce monde auquel on s’aggrave par la seule cérémonie de la tonsure, n’est qu’apparemment homogène; il est, en fait, divers, contrasté, enfoui dans le monde laïc et connaît lui aussi ses pauvres, ses faibles, ses bons, ses méchants, ses riches et ses puissants”.

Muito embora não se possa esquecer que o mundo eclesiástico medieval comportava duas realidades completamente distintas, no que ao humano dizia respeito: a dos homens e a das mulheres dedicados a Deus, impõe-se perceber que, entre eles, havia um enorme fosso, determinante na sua forma de ser e no seu modo de estar. A incapacidade das mulheres para os ofícios eclesiásticos, mormente a liturgia dos sacramentos, tanto as afastava desse mundo clerical (embora se conheçam casos, em plena Idade Média, de mulheres, na Igreja, que tentaram aceder a práticas e rituais próprios dos clérigos; cf. Demetrio Mansilla, *La documentacion pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*. Roma, Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, p. 473-474, n.º 443; Mario Righetti, *Historia de la Liturgia*. II. *La eucaristia...* Madrid, BAC, 1956, p. 838), como era uma marca absolutamente distintiva do seu quotidiano, quando comparado com o dos homens, razão pela qual ficam de fora da nossa análise. Esta situação está muito bem analisada por Monique Alexandre, “Do anúncio do Reino à Igreja. Papéis, mistérios, poderes femininos”, *História das mulheres*, Georges Duby e Michelle Perrot (dir.). I. *A Antiguidade*, Pauline Schmitt Pantel (dir.). Tradução portuguesa. Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 511-548.

⁴ Para estes conceitos de clero regular e clero secular ver, respetivamente, David Sampaio Rodrigues Barbosa e Ana Maria Rodrigues, “Clero Regular” e “Clero Secular. I. *Época Medieval*”, in *Dicionário de História Eclesiástica* (= *DHE*, dir. Carlos Moreira Azevedo), 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 355-358 e 358-361, e a bibliografia aí citada. Ver ainda, com muito proveito, vários dos capítulos de Jean Gaudemet, *Église et cité. Histoire du droit canonique*. Paris, du Cerf / Montchrestien, 1994.

⁵ Ainda aqui, eram enormes as diferenças de estilos de vida entre aqueles que serviam as grandes igrejas com esse estatuto, daqueles que serviam, *efetivamente*, as mesmas igrejas nos confins recuados do território. Se entendemos que, pelo território, rara seria aquela sede de

o conjunto do clero rural⁶. O primeiro está sujeito a uma hierarquia própria, mais ou menos vincada consoante o tempo e o lugar, isto é, os estatutos que definiam os lugares e as relações dentro dos respetivos cabidos e destes com o seu superior, bispo ou prior. Já o clero que poderemos chamar de urbano, nem sempre se assumiria como uma extensão do catedralício (ou colegial), pois que haveria também clero paroquial nas cidades e vilas e, por outro lado, haveria uma enorme distância entre o clero urbano da cidade e o clero urbano, colegial e paroquial, das pequenas vilas, cuja condição social se iria afastando de alguns padrões urbanos, à medida que se encontrava longe dos centros maiores, sedes diocesanas, e que foi ficando mais exposto a dificuldades à

concelho que não a possuiria (cf. “Colegiadas” in *DHE*, 1, p. 399), o certo é que seria bem diferente o quotidiano do clero de uma pequena vila, mesmo no subúrbio de uma cidade, do de uma vila como Guimarães ou Santarém, para apenas focarmos os dois casos, a nosso ver mais paradigmáticos do século XIII, a ponto de ter sido à porta de uma colegiada em cada uma delas (Santa Maria de Guimarães e Santa Maria de Marvila, em Santarém, aqui em bom sinal da sua primazia sobre as restantes da vila, em ambas, em igualdade de circunstâncias com as catedrais) que foi lida a bula *De regno Portugallie*, de Gregório X (04.09.1275), que excomungava o rei de Portugal, D. Afonso III. Sobre a temática das colegiadas, ver o artigo acima indicado e a bibliografia nele citada, a que, ainda assim, se pode acrescentar mais alguma, nomeadamente sobre Santa Maria da Alcáçova de Santarém, para a qual só na obra *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio 13 a 14 Março 1998*. Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, se acham três trabalhos. Citem-se, ainda, Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do séc. XV*. Dissertação de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, Campos, Maria Amélia Álvaro de Campos, *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

⁶ Não obstante termos presente todo um conjunto de circunstâncias que pode ter influenciado a guarda e preservação da documentação, uma breve análise dos *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Morujão. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2010, bem elucida sobre estas enormes distâncias: num total de 151 documentos, apenas se acham testamentos de 2 clérigos, um deles coreiro da Sé (Viseu), 1 presbítero da Sé (Coimbra), 6 raçoeiros (Coimbra, 4; Lamego, 2), pois que todos os outros são de arcebispos (6), bispos (Coimbra, 5; Évora, 1; Lisboa, 1; Guarda, 2; Viseu, 1; Lamego, 1; Porto, 6), e membros dos cabidos, onde predominam os cônegos, obviamente. Até a pouca documentação chegada até nós do clero das dioceses periféricas (Évora, Guarda, Lamego e Silves) pode indiciar um seu caráter menos urbano, parece-nos. Uma breve passagem sobre os testamentos publicados na coletânea referida deixa destacar um, o do clérigo Lourenço Mendes, de Viseu, quer pelo seu autor (dos raros de fora da hierarquia catedralícia), quer pelo caráter de vivências acentuadamente rurais que apresenta. No seu conjunto, mostram bem a heterogeneidade de vida dos membros deste grupo social.

medida que a prática de benefícios se foi instalando na sociedade⁷. Quanto ao rural, pela sua residência e pela sua origem, ele era todo o restante, por vezes e com maior ou menor propriedade também chamado de “baixo clero”; era o clero paroquial, por excelência, espalhado pelas dioceses, até aos seus locais mais recônditos⁸, muitas vezes isolado, vivendo uma vida de pobreza, cuja condição social ainda se degradou mais à medida que o uso das prebendas se foi instalando na sociedade.

No nosso estudo, elegemos o clero secular, no qual se destacava o rural, tendo em conta o seu número e mesmo as diversas linhas orientadoras que podemos encontrar nas constituições sinodais produzidas em Portugal, na Idade Média⁹.

⁷ A este propósito, cite-se o caso dos eclesiásticos seculares que, em 1288, integram o elenco dos suplicantes, ao papa Nicolau IV, da confirmação da criação do estudo geral em Lisboa. Entre eles, contam-se os priores de Santa Maria de Guimarães, Santa Maria da Alcáçova de Santarém, os reitores das igrejas de S. Leonardo de Atouguia, S. Julião e S. Nicolau de Santarém, S. Clemente de Loulé, Santa Maria de Faro, S. Miguel e Santa Maria de Sintra, Santo Estêvão de Alenquer, Santa Maria, S. Pedro e S. Miguel de Torres Vedras, Santa Maria de Gaia, da Lourinhã, de Vila Viçosa, de Azambuja, de Sacavém, de Beja, de Mafra e de Mogadouro. Ora, para poderem chegar ao ponto do processo de criação do estudo geral que esse documento representa (independentemente dos problemas que lhe estão ligados), tem de se convir que eles tinham de fazer parte de um círculo próximo do poder (ou dos poderes) interessados em tal projeto. Por isso, teriam que ser, pelo menos os das igrejas mais afastadas de Lisboa, clérigos beneficiários nas respetivas igrejas, delas ausentes, onde algum outro os substituiria, em condições de vida bem diversas das que os seus titulares poderiam usufruir. Cf. Dr. António de Vasconcelos, *O diploma dionísio da fundação da Universidade Portuguesa (1 de Março de 1290)*. Reedição. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990; *Livro Verde da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues. Transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra – Livraria Minerva, 1992, p. 8-10, n.º 2; António Domingues de Sousa Costa, “Considerações à volta da fundação da Universidade Portuguesa no dia 1 de Março de 1290”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”, no 7.º Centenário da sua fundação, 5 a 9 de Março de 1990*. 1. Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, p. 71-82. Portanto, uma coisa é considerar o clero titular, outra, os clérigos efetivamente residentes na extensa malha paroquial das dioceses.

⁸ Apesar da sua concentração no Entre Douro e Minho, se dúvidas houver acerca do lugar maioritário das paróquias rurais em Portugal, na Idade Média, pode sempre ver-se a sua distribuição em A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 81, n.º 61. Aliás, este “retrato”, espelho da distribuição da população pelo território, é confirmado por outras fontes (cf. *idem, ibidem*, p. 80, 82, 83 e 84). Sobre a matéria ver também A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. 4 de *Nova História de Portugal*. Lisboa, Presença, 1986, p. 15-32. Saul António Gomes, “Demografia Eclesiástica. I. Idade Média”, in *DHE*, 1, p. 43-44. De todo o modo, fica também a nota da sua distribuição irregular.

⁹ São o resultado de reuniões dos sínodos diocesanos (uma vez que podem ser considerados outros), afinal, mecanismos próprios que podemos interpretar, a par das visitas, como tendo por

Pretendemos olhá-lo sob a perspectiva do seu enquadramento social (e mesmo jurídico) específico, mas nas pessoas dos seus membros, o que, considerando o seu quotidiano, nos leva a alguma proximidade à sua vida privada, numa mescla nem sempre fácil de destrinçar.

Embora seja conhecido que a legislação sinodal não faz distinção entre clero urbano e clero rural, ao olharmos a distribuição das paróquias portuguesas medievais, não resta dúvida de que o segundo era superior, em número, ao primeiro¹⁰. E, à medida que o tempo corria e se instalava o regime beneficional, também o clero titular paroquial se procuraria furtar à residência no seu lugar, antes procurando outras paragens, mais propícias à acumulação de benefícios, às oportunidades de frequentar e fazer carreira nos estudos universitários e na hierarquia, às funções em uma qualquer corte, régia ou senhorial, ou às melhorias de vida por elas proporcionadas, ou, simplesmente, procurando a maior agradabilidade da residência urbana, por pequena que fosse a vila mais próxima. Em seu lugar, ficariam outros, nomeados por si, que, com eles coparticipavam do rendimento do cargo, situação que levou à dificuldade de recrutamento e à escolha de mediócras no saber e na ação.

Cremos que os sínodos portugueses medievais se preocuparam muito com estes clérigos, os que verdadeiramente tinham a seu cargo a cura de almas, aos quais seriam dirigidas muitas das medidas que propunham, ao mesmo tempo que tentavam minorar a sua presença, pela obrigação (ou exortação) à residência dos titulares. Esse clero rural ou de meio rural e o seu modo de vida era bem diferente do meio urbano, muito menos supervisionado pela hierarquia e por aquilo a que a contemporaneidade, com a sua especificação dos saberes, veio a chamar de pressão social, com as suas consequências, de alguma permissividade, sobre os procedimentos do grupo a que pertenciam; muito menos exigente do ponto de vista intelectual e social, permitia a confusão, em muitos casos do

objetivo o reforço da solidariedade e da homogeneidade do grupo. Naturalmente, as constituições sinodais são muito diversas em quantidade e qualidade para as diversas dioceses. Estão publicadas em *Synodicon Hispanum*, Antonio García y García (dir.), II. *Portugal*, Madrid, BAC, 1982. Por razões de justiça e de memória, deve referir-se que os autores portugueses deste volume são Avelino de Jesus da Costa e Isaías da Rosa Pereira, a que se juntam os espanhóis Francisco Cantelar Rodríguez, António García y García e Antonio Gutierrez Rodríguez. Referiremos esta obra apenas por *SH*, ou, quando for caso de apenas referência a um (ou mais) sínodo, indicaremos o nome da diocese seguido da respetiva data e constituição (número), acrescentando a página respetiva, na publicação.

¹⁰ Naturalmente, também o seria em mentalidade, a qual iria evoluindo, muito lentamente, ao longo do tempo, num sentido de alguma urbanidade.

seu quotidiano, com o homem comum¹¹, situação que os responsáveis bem conheceriam, como saberiam que era dificuldade crescente à sua atuação e privilégio na sociedade.

Na consciência de tudo isto, as constituições sinodais procuravam agir sobre as práticas do clero das respetivas dioceses, as quais, a nosso ver, conformavam o seu quotidiano. Embora não se possam olhar como um produto de um tempo – até porque o não são, antes o atravessam entre 1240 e 1505, seguindo a cronologia das constituições recolhidas no *Synodicon Hispanum*¹² –, o certo é que elas procuravam agir sobre esse quotidiano. Emanadas da autoridade episcopal, elas representam o desvio, nas atitudes que denunciam, e a norma, nas determinações que a hierarquia propunha como regra de vida dos seus membros. Ao mesmo tempo, pelo quadro espaço-temporal que abarcam, as constituições chegadas até nós tanto representam um quadro de vida em longa duração, como significam todo um contínuo de esforços e de propostas para a superação de faltas e de propostas para o reto e honesto desempenho da função clerical¹³.

¹¹ Por isso, também no clero confluíam, como elemento potenciador de males e faltas, todas as misérias e crises da sociedade, oportunidade também para a crítica e reprovação com que os leigos olhavam os seus membros. As cantigas de escárnio e maldizer, que tanto vituperaram comportamentos de membros do clero, afinal mais não faziam que exercer uma forma de crítica sobre esse grupo social e os seus comportamentos desviantes, colhidos no quotidiano; cf. Amélia Aguiar Andrade e Olga Magalhães, “A Igreja e os seus membros nas cantigas de escárnio e maldizer dos cancioneiros medievais portugueses”, in *Estudos Medievais*, Porto, 1 (1981), p. 39-58.

¹² Situa-se entre essas datas (1240, Lisboa, e 1505, Braga) os sínodos de que nos resta, respetivamente, a mais antiga e a mais recente legislação sinodal medieval.

¹³ Contam-se já por muitos os estudos sobre a legislação sinodal medieval portuguesa: Isaías da Rosa Pereira, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses*. Sep. de *Lusitania Sacra*, 10 (1978); Cândido dos Santos, “Vida religiosa do clero e das massas populares em Portugal nos finais da Idade Média”, *Lucerna: colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, número extraordinário, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, p. 489-503; Avelino de Jesus da Costa, *A Santíssima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas desde 1240 a 1954*. Sep. de *Lusitania Sacra*, (2.^a Série, I (1989), p. 197-243) Braga, 1989; Maria Alegria Marques, *As minorias na legislação sinodal portuguesa medieval*. Sep. de *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade. Actas do Curso de Inverno 2002*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 2003, p. 33- 47; *idem*, “O paço de Deus”: lugar e objectos de culto em finais da Idade Média. (Contributo do Synodicum Português), *Revista Portuguesa de História*, 40 (2010), p. 227-250; “Saber e saberes na legislação sinodal medieval portuguesa”, *História Revista. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, 18 (1), p. 91-120, www.revistas.ufg.br/index.php/historia; Saul António Gomes, “Os sínodos, estatutos diocesanos e visitas”, in *História Religiosa de Portugal (= HRP)*. I. *Formação e limites da Cristandade*. Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de História Religiosa

Por tudo isto, é nelas que buscaremos as indicações acerca desse dia-a-dia do clero medieval, num quotidiano de homens, nas suas práticas, nas suas obrigações, nas suas humanas fraquezas¹⁴.

E que entender por quotidiano? As estruturas materiais da vida privada, como definiu José Mattoso¹⁵, na senda de Jacques Le Goff?¹⁶ Mas será tudo? Ainda na perspetiva deste último, cremos bem que não, pois que há que ter em conta também as mentalidades. Na verdade, no quotidiano, o homem não se surpreende apenas envolvido no material, mas também nas atitudes, as quais revelam os quadros mentais do indivíduo. No tempo sobre o qual refletimos, a religião cristã fornecia o molde, sem, contudo, haver de esquecer-se comportamentos, tradições, costumes, conhecimentos, provenientes de outras culturas que os homens foram assimilando no caldo cultural em que a Idade Média se foi, lentamente, transformando. No fim, tudo isto enformava o conhecimento do mundo, a apreensão do espaço, os comportamentos, as atitudes que cada um assumia¹⁷. E justifica bem que possamos afirmar que a vida quotidiana, nas suas realizações, não era (como ainda hoje não é) igual para todos.

Nas vivências do grupo que nos ocupa, ao lado de um modelo programático que propunha, como função do clero, a oração e a intermediação entre Deus e o seu povo, e que, por isso, era maioritariamente do espaço público, descobre-se um mundo de práticas, no espaço do sagrado, que se desenrolam em caráter privado, que prolongam a função, conferindo-lhe até, de algum modo, uma certa “profissionalização”. Além de que, porque de homens se tratava, percebe-

da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 399-400. Mais recentemente, foi também utilizada por Guida da Silva Cândido, «Não destruas por causa da comida a obra de Deus». Restrições e recomendações alimentares na legislação sinodal portuguesa (séculos XIV a XVI)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14 (2014), p. 133-159.

¹⁴ Se necessidade houvesse de justificar o seu valor para o estudo da vida do clero medieval, aduziríamos as seguintes palavras de Benoît Brouns sobre o tipo de fonte: “... les status synodaux qui, dans chaque diocèse, régissent la vie des prêtres, offrent à cet égard [les «miettes»] de vie sacerdotale la grille de lecture la plus appropriée”, retiradas do seu trabalho “Les cures de campagne dans le Registre de Jacques Fournier”, *L’Église au village. Lieux, formes et enjeux des pratiques religieuses, Cahiers de Fanjeaux*, 40 (2006), p. 229-253. Todavia, este seu trabalho não incide sobre a análise de tal tipo de fontes, como o seu nome indica.

¹⁵ “Apresentação geral”, *História da vida privada em Portugal*. I. *A Idade Média*, p. 16.

¹⁶ “O historiador e o homem quotidiano”, *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1979, p. 313-323; inserto também em Jacques Le Goff, *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa, Edições 70, [1985], p. 185-199. Seguimos a edição citada em primeiro lugar.

¹⁷ Entendemos que os testamentos dos clérigos podem dar um bom contributo para o estudo do quadro de todas estas formas de vivência. Todavia, porque se trata, apenas, de um artigo, não podemos abalar-nos à sua análise, neste momento.

se todo um universo de tarefas que ocupavam o quotidiano, num afastamento (talvez mais aparente que real) da função que reivindicavam e a sociedade lhes reconhecia.

Por fim, neste longo elenco de prolegómenos, seja-nos permitida uma última nota que deve fazer ter presente a ideia de que, se o clero secular rural poderia não ser o mais característico, ele era o mais numeroso¹⁸ e, sobretudo, era ele o que se achava mais próximo do povo, tanto no espaço físico do quotidiano, como na sua forma de vida e modo de estar; a “*aculturação interna*” era uma realidade entre os seus membros¹⁹.

Na busca de um quotidiano do clero secular medieval, onde predominava o diocesano rural, convém ter presente também que não se pode dissociá-lo de uma realidade profunda da Igreja, a paróquia²⁰. Na verdade, era ela que enquadrava o cristão, desde o seu nascimento para a Igreja, isto é o seu batismo, até à sua morada eterna, na sepultura que aí haveria de ter. E, nesta perspetiva, há que ver que o clero era, simultaneamente, agente ativo e agente passivo de muito do que era a sua essência e função, isto é, daquilo que determinava o seu quotidiano.

Posto isto – e penitenciando-nos pela extensão dos considerandos –, detenhamo-nos em primeiro sobre as obrigações.

Como era próprio da sua natureza, o clero medieval estava obrigado ao cumprimento de vários momentos de oração, privada, íntima, e pública, nas horas canónicas²¹ e na celebração eucarística diária, destinada ao povo de Deus,

¹⁸ Segundo A. H. de O. Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 220-222, poderá aceitar-se a seguinte proposta de “cômputo do clero secular”: diocese de Braga e diocese de Lisboa: 100 (indivíduos) cada; restantes: 7 x 40; colegiadas: 1200; “extravagantes” (sem ligação a uma casa qualquer episcopal ou cabido e paróquia, mas ao serviço da casa real, nobres ou algum burguês): 100. A eles se juntariam os clérigos das 2424 igrejas, paroquiais na sua grande maioria, constantes da lista de 1320-1321. Feitas as contas, e mesmo retirando a este último número alguns englobados em rubricas anteriores, ainda assim, resulta maioritário o número dos clérigos rurais.

¹⁹ Por isso, e na senda de Le Goff, o tentaremos perscrutar “no que anda devagar, no que muda pouco”, em fenómenos de “*aculturação interna*” da sociedade a que pertencia, afinal e de algum modo, na “arqueologia do [seu] quotidiano”; *O maravilhoso e o quotidiano...*, cit., p. 323.

²⁰ Para múltiplos aspetos em que se podem analisar as paróquias, ver José Mattoso, “Paróquia. 1. Até ao século XVIII”, *DHE*, 3, p. 372-376, e a bibliografia aí citada.

²¹ De evolução muito lenta, ao longo dos séculos, a configuração do ofício divino fixou-se, no início do século XIII, por ação de Francisco de Assis, segundo as lições do *Breviário*, forma abreviada do ofício divino, já reduzido, em uso ao tempo, e que era, ele próprio, nesta versão, também já uma cristalização de práticas muito antigas, e que se tem por obra de uma revisão mandada fazer pelo papa Inocêncio III; cf. Mario Righetti, *Historia de la Liturgia...*, cit., I. *Introduccion general...*, p. 1087-1134. Para um caso português, medieval, ver Pedro Romano Rocha, “Um Breviário bracarense na biblioteca do Escorial”, in *Lusitania Sacra*, 9 (1972), p. 41-54; *idem*, *Breviário Bracarense de 1494*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

que lhe assistia²². Mas não eram – ou podiam não ser – da mesma natureza as orações das horas e a consagração eucarística.

Os párocos não podiam celebrar mais que uma missa por dia²³, enquanto o tempo tornou obrigatório um conjunto de normas que ligava a obrigação de celebração nas freguesias ao número de lavradores ou moradores nelas residentes²⁴. Com a prática dos benefícios, tentou tornar-se também corrente a obrigação, aos clérigos, de um certo número de missas, ao ano, onde os percebiam²⁵.

No quotidiano do clero medieval tinha lugar de destaque a administração dos sacramentos aos paroquianos. Era uma função extraordinariamente importante, não só do ponto de vista teológico, mas, ao nosso fim, também pelo facto de uma paróquia ser um território de um “pároco”, isto é, delimitado, com uma população submetida à sua autoridade²⁶. Por sua vez, o pároco servia-a, tal qual um servidor permanente, em situação de monopólio, numa relação quase senhorial, o que lhe dava um lugar próprio e destacado, obviamente. Ele, e só ele, lhe administrava os sacramentos, numa marca própria, indelével, de pertença a uma comunidade, a do povo de Deus, e na sequência do percurso da vida. Precisamente por isso e também porque os sacramentos eram tidos como

As vantagens práticas que oferecia – economia, portabilidade, facilidade de manuseamento – a par da generalização da recitação privada do ofício terão sido as causas do seu sucesso; “pequeno volume”, *vademecum*, lhe chamou Pedro Romano Rocha, *Breviário Bracarense...*, p. 10. Tem ainda interesse, Adelaide da Conceição Carvalheiro Marques Calvete Gaspar, *Lições Históricas dos Santos do Ocidente Hispânico no Breviário Bracarense de 1494*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2001.

²² As primeiras missas começavam pela hora de Prima (6h), uso que se manteve até meados do século passado, em meio rural, com as missas ao “sol nado”. Com essa prática se ligava a estrutura da ousia das igrejas, com fresta(s), para a entrada, radiosa, da luz do astro-rei. Na função de mediação entre os homens e Deus, é de referir a existência de missas privadas, votivas, desde logo em razão da sua intenção, fossem elas em nome dos vivos, ou em nome dos mortos; cf. Eric Palazzo, *Liturgie et société...*, cit. p. 83 e 103-105.

²³ Lisboa (= L.): 1240, 6 (p. 288).

²⁴ Locais de 20 lavradores residentes: missa dominical, festas principais e orago; de 15 a 20 lavradores residentes: missa de 15 em 15 dias, duas festas principais do ano (Natal, Páscoa, Pentecostes, S. João Baptista, Todos os Santos, dias de Santa Maria) e orago; de 8 a 15 e daí para baixo: missa de 3 em 3 semanas e de mês em mês, respetivamente, 1 das festas principais e dia do orago; B.: 1505, 52 (p. 185-186); Coimbra: século XIV, 2, 3 (p. 196); G.: 1500, 47, 51 (p. 250 e 252). Atente-se na variação expressa em Valença do Minho (= V. M.): 1486, 6 (p. 454).

²⁵ B.: 1505, 21 (p. 155-156); L.: 1307, 1 (p. 305-306); Porto (= P.): 1496, 24 (p. 372).

²⁶ Permitimo-nos voltar a chamar a atenção para Jean Gaudemet, *Église et cité...*, e José Mattoso, “Paróquia. 1. Até ao século XVIII”, *DHE*, 3, p. 372-376, e a bibliografia aí citada.

o alimento da vida espiritual, era grande o cuidado com a sua administração²⁷. Isso explica que baptismo, penitência, eucaristia, matrimónio e extrema-unção estejam tão frequentemente presentes nas constituições sinodais, sobretudo em sinal quer da necessidade de esclarecimento que os responsáveis sentiam ser de capital interesse, quer em sinal claro da insuficiência ou negligência que o clero demonstrava na sua administração. Se as normas sobre o batismo se dirigiam essencialmente aos pais – obrigados a apresentarem os filhos dentro dos oito primeiros dias de vida²⁸, em tempos de enormíssimas taxas de mortalidade infantil, a eles exigia-se-lhes a disponibilidade para a administração de tal sacramento²⁹.

A centralidade da pia batismal exigia alguns cuidados, ao sacerdote. De existência obrigatória em todas as igrejas³⁰, devia ser limpa e a sua água límpidíssima, cuidados que ficavam a cargo do respetivo sacerdote³¹.

Na liturgia dos sacramentos, seguia-se, na ordem deles, a penitência. Dado o carácter próprio da confissão pessoal, pouco ritualizada, poucas observações haverá a fazer. Basta notar que era exigido, ao sacerdote, apresentar-se de sobrepeliz, e que ela deveria ocorrer em lugar visível, devendo o sacerdote comportar-se de modo próprio, em nome da honestidade³². O tempo haveria de fazer nascer os róis de confessados, de responsabilidade dos párocos, pela Septuagésima, para os obrigarem a confessar até à Páscoa ou, em caso de incumprimento, os considerarem revéis³³. Especial atenção se lhes pedia, no caso dos enfermos e da sua frequência da confissão³⁴. Especial era ainda a

²⁷ Sobre esta matéria, ver Mario Righetti, *Historia de la Liturgia...*, cit., II, p. 621-1097 e ainda, por exemplo também, Henri Platelle, “La paroisse et son curé jusqu’à la fin du XIII^e siècle. Orientations de la recherche actuelle”, *L’encadrement religieux des fidèles au Moyen-Âge et jusqu’au Concile de Trente. Actes du 109^e Congrès National des Sociétés Savantes. Dijon, 1984*, Paris, C.T.H.S., 1985, p. 11-26.

²⁸ Reflexo da dissociação do baptismo e da confirmação, com a possibilidade de o primeiro ficar aos padres (em lugar do bispo), e o hábito de batizar as crianças *quam primum*, em lugar de se aguardar a Páscoa para a realização do rito. (Éric Palazzo, *Liturgie et société au Moyen Age*, s.l., Aubier, 2000, p. 45-46).

²⁹ A ponto de as constituições preverem que, em absoluta necessidade, pai ou mãe, ou outro qualquer, homem ou mulher, infiel que fosse, em extrema necessidade, pudesse batizar uma criança. O próprio formulário do baptismo tinha, implícita, essa possibilidade; G.: 1500, 3 (p. 226-227); P.: 1496, catecismo, 14 (p. 411-412).

³⁰ Elevada dois ou três degraus e coberta de madeira. B.: 1285?, 1 (p. 27).

³¹ P.: 1496, 21 (p. 369-370).

³² Sobre tudo no caso de mulheres. B.: 1505, 19 (p.154); L.: 1240, 7 (p. 289-290); P.: 1496, 22 (p. 370-371); V. M.: 4,7 (p. 455).

³³ B.: 1505, 24 (p. 158); P.: 1496, 27 (p. 375).

³⁴ B.: 1505, 26 (p. 160); P.: 1496, 29 (p. 376-377).

situação dos pecadores públicos, homens ou mulheres, que deveriam ser alvo de particular atenção dos seus párocos³⁵.

Porém, a confissão era também um sacramento a que os clérigos estavam obrigados, como cristãos que também eram e pecadores que também seriam. Confessavam-se uns aos outros, exceto nos casos reservados (ao bispo³⁶). De um modo geral, eram obrigados à confissão pela Quaresma e pelo Advento, com recomendação expressa de não celebrarem sem se confessarem e comungarem em dia de Páscoa e de Natal, e sempre com a exortação dos bispos, de que o fizessem “*mais vezes quando quer que virem que lhes compre por bem e saúde de suas almas, e mais em especial aquelles que celebram*”³⁷.

Já quanto à eucaristia, ela era, afinal, desde o século XI, a razão de ser máxima do sacerdote, depois que se assistiu à sacralização da sua função e, por oposição, ao afastamento crescente entre os fiéis e a hóstia³⁸. A par da confissão, também a prática da comunhão ia recuando e os bispos exigindo, aos párocos, listas de comungados, para posterior insistência ou mesmo coação³⁹.

Por ser sacramento indissociável da confissão, aos clérigos aplicava-se, no caso, o que já referimos acerca daquele sacramento: obrigação de frequentar a eucaristia, pelo menos em certos momentos do tempo litúrgico, amiúde, se possível, todavia conveniente⁴⁰.

E, por maioria de razão, era requerido, a um sacerdote, que se apresentasse devidamente – e nunca “*naquelles abitos em que o mundo servem*” – quando houvessem de dar a comunhão⁴¹.

³⁵ Eram hereges, barregueiros, blasfemadores, feiticeiros, benzedeiros, adivinhadores, usureiros e onzeneiros. Os párocos deveriam admoestá-los “*entre si*”, isto é, a sós; em caso de contumácia e o “pecado” fosse “*público e notório*”, o sacerdote deveria admoestar em presença de duas ou três testemunhas; cf. B.: 1477, 46 (p. 119). A situação havia de evoluir para a expulsão de tais indivíduos, das igrejas B.: 1505, 22 (p. 156).

³⁶ B.: 1435 (p. 71); P.: 1496, 23 (p. 373); B.: 1505, 20 (p. 155).

³⁷ B.: 1505, 20 (p. 155); G.: 1500, 9 (p. 230-231).

³⁸ Tudo isto ligado à discussão da presença real de Cristo na eucaristia, à transubstanciação do pão e do vinho e à passagem da comunhão na mão para a comunhão na boca (Éric Palazzo, *Liturgie et société...*, cit., p. 26). Sobre as linhas gerais da evolução da prática destes dois sacramentos, ver Joseph Avril, “Remarques sur un aspect de la vie religieuse paroissiale: la pratique de la confession et de la communion du X^e au XIV^e siècle”, *L’encadrement* ..., cit., p. 345-363. Por sua vez, sobre a penitência pública, que, sabe-se, foi, pouco a pouco, caindo em desuso (mas ainda em uso, em Portugal, durante os tempos de que nos chegaram notícias sinodais, como no expressivo caso do Infante de Serpa), ver Robert Folz, “La pénitence publique au IX^e siècle d’après les canons de l’évêque Isaac de Langres”, *L’encadrement* ..., cit., p. 331-343.

³⁹ B.: 1477, 31 (p. 103-105); 1505, 24 (p. 158); P.: 1496, 27 (375).

⁴⁰ P.: 1496, 23 (p. 371-372).

⁴¹ B.: 1505, 19 (p. 154); P.: 1496, 22 (p. 370-371).

A partir do século XIII, a liturgia eucarística viu-se adornada com uma nota de mais solenidade, pública, a festa do Corpo de Deus, a cuja procissão o clero haveria de dar a sua importante contribuição, no transporte da arca do Corpo de Nosso Senhor⁴².

E que dizer do papel de um clérigo em vista da celebração de um matrimónio?

Sabido que é que a liturgia do matrimónio representa a evolução de um ritual profano para um ritual cristão⁴³, seria espectável que ao sacerdote fossem remetidas várias etapas conducentes à celebração do rito. Ficavam-lhe cometidos os banhos, anúncios prévios que haviam de provar (*a contrario*) a inexistência de grau impeditivo entre os nubentes⁴⁴ e cuidar das suas idades⁴⁵. E, claro, sob pena de algumas sanções, respeitar as regras da celebração do ato público do matrimónio⁴⁶.

Por fim, cuidemos da extrema-unção, que exigia a saída do Corpo Eucarístico do seu lugar próprio e o seu percurso, quantas vezes, por caminhos difíceis, escusos até. Era um sacramento que requeria uma enorme ou mesmo total disponibilidade por parte do clero. Devia ser tanta e tão grande, que a legislação sinodal previa que os párocos cuidassem de substituto se houvessem necessidade de se ausentar e determinava o recurso a coimas, no caso de comprovada negligência sacerdotal⁴⁷. Além disso, informava sobre a saída do sacerdote em ritual de extrema-unção e sobre o aparato em casa do doente ou moribundo⁴⁸.

Além da disponibilidade e postura que a liturgia dos sacramentos exigia aos clérigos, requeria-lhes ainda algumas tarefas.

Ao batismo e à extrema-unção ligava-se a necessidade de óleos santos, cujo transporte, da Sé diocesana à igreja paroquial e respetivo cuidado, eram tarefas reservadas ao sacerdote local e deveriam ser efetuadas sob precaução e desvelo⁴⁹.

⁴² B.: 1477, 24 (p. 97-98). Sobre a festa do *Corpus Christi* na Idade Média, ver Avelino de Jesus da Costa, *A Santíssima Eucaristia...*, cit., p. 24-28.

⁴³ Ainda bem vincadas entre nós, na Idade Média, pelas referências aos casamentos clandestinos.

⁴⁴ B.: 1281, 14 (p. 15); 1505, 40 (p. 171-172);

⁴⁵ G.: 1500, 17 (p. 235-236).

⁴⁶ P.: 1496, 45 (p. 389).

⁴⁷ B.: 1505, 26 e 51 (p. 160 e 184-185).

⁴⁸ G.: 1500, 10 e 11 (p. 231-232); L.: 1240, 10 e 26 (p. 291 e 294-295); 1307, 27 (p. 313-314); 1403, 22 (p. 334).

⁴⁹ B.: 1477, 18 (p. 92-93); B.: 1505, 50 (p. 182-183). Nas dioceses muito extensas, a distribuição far-se-ia a partir dos locais cabeça de arcediagado; Guarda (= G.): 1500, 50 (p. 182-183); P.: 1496, 43 (p. 387-388). Por vezes, poderia verificar-se alguma oscilação nos tempos de buscar os santos óleos, mas sempre depois da Páscoa, como é óbvio.

A disponibilidade máxima exigida aos sacerdotes ultrapassava os sacramentos do batismo e da extrema-unção, a cujo propósito a referimos. O acompanhamento e o cuidado nas enfermidades dos seus fregueses e a celebração de funerais eram, igualmente, tarefas que lhes competiam, sob pena de severas multas⁵⁰. Ao contrário, era tarefa certa, porque de dia marcado, a saída sobre os finados, memória semanal das comunidades relativamente aos seus mortos, concretizada por procissão ao cemitério, com cânticos, cruz alçada e água benta sobre as sepulturas⁵¹.

Todas estas tarefas implicavam aspetos muito práticos, entre os quais o cuidado com as alfaías litúrgicas não era de somenos: tudo carecia de limpeza, resguardo, guarda conveniente, diligências que eram, obviamente, da responsabilidade do respetivo clero⁵².

Além das tarefas específicas próprias de certos rituais, a responsabilidade por uma paróquia exigia muito mais de um sacerdote, em encargos que haviam de preencher o seu quotidiano. A catequética era uma delas, para difusão da doutrina, aos domingos, na missa ou logo após⁵³, por vezes em momentos próprios do tempo litúrgico⁵⁴, e para a divulgação de determinações da hierarquia, entre as quais as sinodais, no que lhes dizia respeito⁵⁵.

⁵⁰ B.: 1505, 51 (p.184-185); atente-se nos dias em que deveriam ser evitados (G.: 1500, 25 (p. 240).

⁵¹ G.: 1500, 93 (p. 294). Podemos acrescentar que assim se fazia também na diocese de Lisboa, em 1432 (cf. M. A. Marques, “Duas visitas em igrejas dos coutos de Alcobaça, no século XV. A propósito de um litígio”, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa – Coimbra, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 199-237. Sobre todo o cerimonial da visitação, ver também Jean Schneider, “Le synode paroissial en Lorraine à la fin du Moyen Age”, *L’encadrement ...*, cit., p. 177-188, sobretudo 177-182, no que toca à Idade Média. O autor apresenta aspetos muito interessantes do cerimonial e das práticas em dioceses de terras do antigo Império carolíngio, mas que não se perscrutam entre nós. Ver ainda Noël Coulet, “Au miroir des visites pastorales: les villages du diocèse d’Aix-en-Provence, XIV^e-XV^e siècle, *Cahiers de Fanjeaux*, 40, p. 121-139.

⁵² Não nos alongamos neste *item*, uma vez que ele foi tratado por M. A. Marques em “O paço...”, cit., p. 240-244.

⁵³ B.: 1477, 62 (p. 135); 1505, 58 (p. 135); P.: 1496, 40 (p. 384). O caráter hebdomadário destas práticas reflete a herança de organização anterior do tempo a que se juntou a comemoração da ressurreição de Cristo, o *dies Dominica*, o domingo, primeiro e último dia da semana litúrgica, sustentáculo da organização do tempo litúrgico; cf. Éric Palazzo, *Liturgie et société ...*, cit., p. 98-101.

⁵⁴ B.: 1505, 28 (p. 162); P.: 1496, 30 (p. 377). Do Natal à Páscoa era tempo de aprendizagem dos preceitos e mandamentos e pecados mortais; da Páscoa a Santa Maria de Agosto (15), o *Pater noster*; *Ave Maria*, *Credo in Deum*, obras de misericórdia; de Santa Maria de Agosto até ao Natal, os sacramentos da Igreja, os cinco sentidos e as virtudes teologais e cardeais. Sobre o significado do credo na tradição litúrgica, ver Éric Palazzo, *Liturgie et société ...*, cit., p. 85-87.

⁵⁵ B.: 1477, 35 (p. 109); 1505, 49 (p. 179-182). G.: 1500, 19 e 23 (p. 237-238), não refere expressamente a utilização da “linguagem vulgar”, mas entende-se que dela se trata. Sobre

Relacionado com todo este quotidiano marcado pelo conjunto de tarefas ligadas à sua função social, surgia a obrigatoriedade de os clérigos assegurarem a existência de livros, cadernos ou simples registos, nas igrejas, onde muito disso deveria ser escrito, de modo aos sacerdotes poderem “*estudar e saber*”⁵⁶, o que os levava a incluir o estudo e reflexão no seu quotidiano⁵⁷ a fim de poderem cuidar das consciências, dos outros e suas, com mais saber, tudo provando que, sobretudo no meio rural, os clérigos eram os homens de qualquer *escrita*⁵⁸.

a predicação e a instrução dos fiéis, na Idade Média, ver Jean Longère, “La prédication et l’instruction des fidèles selon les conciles et les status synodaux depuis l’Antiquité tardive jusqu’au XIIIe siècle”, *L’encadrement ...*, cit., p. 391-418. Não se esqueça, aqui, a presença de um catecismo no sínodo do Porto, de 1496; cf. *Synodicon...*, p. 405-414.

⁵⁶ B.: 1505, 34 (p. 166); P.: 1496, 36 (p. 381). Estes registos seriam de vária natureza: os róis que já citámos; registos de casamentos, dos quais, apesar de os não conhecermos, talvez não seja de recusar, de todo, o seu conhecimento (veja-se a determinação do rei D. Afonso IV sobre o registo do casamento dos clérigos; cf. M. A. Marques, “A igreja portuguesa ao tempo de Inês de Castro: homens e problemas”, in *Pedro e Inês - O futuro do passado. Congresso Internacional*. I, s.l., Associação dos Amigos D. Pedro e D. Inês, 2013, p. 111-131), resumos das constituições sinodais, realizados a partir de um sumário mandado fazer pelos respetivos bispos e deveriam estar prontos dentro de um prazo de 4 meses, a partir da publicação das constituições que continham a determinação.

⁵⁷ Estudo aqui entendido em sentido bem amplo. Sobre a formação do clero na Idade Média, ver Isaías da Rosa Pereira, *A vida do clero e o ensino...*; cit., M. A. Marques, “Saber e saberes na legislação sinodal... cit.”. Na realidade, com mais ou menos saber e dedicação, o clero desenvolvia a sua ação em vários domínios, o material e o intelectual incluídos, além do espiritual, óbvio. Sobre a variedade de obras que se poderiam encontrar em igrejas, na Idade Média, ver ainda Jean-Loup Lemaître, “Les livres des paroisses du Rouergue”, *L’encadrement ...*, cit., p. 379-389 e, do mesmo autor, “Les livres liturgiques dans les paroisses des pays du langue d’oc”, *Cahiers de Fanjeaux*, 40, p. 141-161. Para um caso português, de inícios do séc. XV (igrejas de Santa Maria de Aljubarrota, Santa Eufémia de Cós (c. Alcobaça) e Santa Maria da Pederneira (c. Nazaré), todas dos coutos de Alcobaça, ver M. A. Marques, “Saber e saberes na legislação sinodal...”, p. 199-237. Tudo isto sem esquecer a exigência do conhecimento das constituições sinodais e de outros livros (em Santa Maria da Pederneira, existia ainda, em 1432, “um caderno da vitória dos mouros”, talvez algum registo relacionado com o fundo da lenda que veio a envolver esta igreja, isto é, a lenda de Nossa Senhora da Nazaré; cf. M. A. Marques, “*Visitações...*”, cit., p. 212-213).

⁵⁸ P.: 1496, 25 (p. 373). Haveriam de saber publicar (ler e explicar perante um público) uma sentença de excomunhão ou outra qualquer determinação superior, de se encarregarem de uma eventual correspondência com os seus superiores, de servirem de intermediários entre autoridades civis e os seus paroquianos, de ajudarem os seus paroquianos na tarefa da redação do testamento. Sobre estas matérias, ver Francis Rapp, “La paroisse et l’encadrement des fidèles (du XIV au XVI siècle)”, *L’encadrement religieux des fidèles...* cit., p. 27-43. Atente-se, todavia, no recuo que, em Portugal, a tarefa dos testamentos irá sofrer, à medida que avança o tabelionato público e o seu protagonismo, cada vez mais notório, nos atos escritos, respaldado nas próprias intenções e medidas régias no mesmo sentido, de que é emblemática a justificação dada pelo

Nas tarefas do dia-a-dia, ficavam, ainda, reservados ao clero, um conjunto de trabalhos que um conceito muito alargado de liturgia incumbia aos seus membros, de que se desataca a lavagem de alfaia (corporais e palas), pias de batismo, recipientes que contivessem as cinzas da queima de paramentos e objetos litúrgicos danificados, sem possibilidade de mais uso⁵⁹.

Porém, ao contrário do que se pensa vulgarmente, um clérigo não era apenas um homem dedicado, em exclusivo, às coisas divinas, nem se lhe exigia que assim fosse. Ao contrário, requeria-se-lhe muito mais, que atendesse a coisas do mundo, nalgumas diligências imprescindíveis ao serviço de Deus. Eram os sacerdotes quem deveria cuidar da igreja, da sua limpeza, conservação e embelezamento⁶⁰; da guarda, recato, manutenção e conservação dos objetos e alfaia litúrgica⁶¹, dos paramentos, e, em última instância, dos bens das igrejas, parte muito considerável da base material da sustentação delas e dos clérigos que as serviam⁶².

rei D. Afonso IV, nas cortes de Santarém, de 1352, acerca dos juizes de fora, quando declarou que os “punha” “espiçialmente per rrazom dos testamentos dos que hj passarom na pestelença que deus deu pouco tempo ha em a terra” (cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 128. De notar que não consideramos, aqui, os muitos casos de clérigos iletrados, com os quais a hierarquia se preocupava. Contudo e como é sabido, dentre eles também houve figuras que se destacaram pelo vigor da sua ação pastoral. Dentro da temática que tratamos, podemos, até, indicar a figura, máxima, do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), cuja “actividade pastoral foi intensa e proficua”, no dizer dos autores do *Synodicum Hispanum* (I, p. 39); ao seu governo se reporta “o primeiro sínodo bracarense escrito em português” (*ibidem*, p. 47); para uma visão mais alargada desta figura, ver Maria Helena da Cruz Coelho, “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, *Actas do Congresso Internacional “IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga”*. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 397-402.

⁵⁹ G.: 1500, 55 (p. 254); P.: 1496, 21 (p. 369-370); cf. M. A. Marques, “O paço...”, cit., p. 240-244.

⁶⁰ Por exemplo, no cuidado com as imagens dos santos, na sua pintura, nos seus retábulos e nas suas esculturas em pedra e madeira B.: 1477, 3 (p. 81); P.: 1496, 4 (p. 357-358).

⁶¹ Exigia-se-lhes o cuidado com cálices, cruzes, turíbulos, custódias e outras alfaia mais, desde logo com a realização de inventários, com a respetiva descrição B.: 1477, 13, 15, 29 (p. 89-90, 102); B.: 1505, 18 (p. 153-154); G.: 1500, 21 (p. 370).

⁶² Realização de tombos e inventários, arca das escrituras dos bens, B.: 1477, 42 (p. 113-114); G.: 1500, 52 (p. 252-253); P.: 1496, (p. 386-387); atos de gestão (contratos, penhoras, alienação de bens), B.: 1281, 18 e 19 (p. 16); 1333, 2 (p. 48-49); 1477, 43 (p. 115-117); G.: 1500, 53 e 76-79 (p. 253 e 265-268); L.: 1307, 7 (p. 308); L.: 1403, 15 (p. 330-331); P.: 1477, 19 (p. 367-368); V. M.: 1444, 11, 25 (p. 430-431, 437); díizimos, B.: 1505, 42 (p. 173-175); G.: 1500, 80 a 87 (p. 268-272); P.: 1496, 48 (p. 391-393);

Mas os clérigos eram homens, bem é sabido. Olhados nos aspetos materiais da vida – casa, mesa, vestuário (próprio e comum) – não se afastavam daqueles com quem partilhavam o dia-a-dia⁶³.

Se, sobre a casa, nada nos dizem as constituições sinodais, como seria de esperar⁶⁴, pois que, no âmbito das preocupações que lhe subjazem, casa é “a casa de Deus”, a igreja, e não a morada dos homens, já não assim com a mesa. Se, por um lado, se recomenda que nos mosteiros se dê “*bão pam, boa boroa, bõo vinho*”⁶⁵, cremos que tal recomendação espelharia um desejo para todos e uma prática para alguns. No elenco de proibições de desempenho de ofícios com ligação à alimentação, pode adivinhar-se muitos dos géneros utilizados, não em especial pelo clero, mas pela população em geral, de que eles faziam parte⁶⁶, num regime alimentar que deveria ser pautado pela sobriedade, pois que, ao contrário, tanto a gula⁶⁷ como a embriaguez eram repudiadas⁶⁸. Quando se lembra, detalhadamente, o tempo de jejum e abstinência, é sinal do seu incumprimento⁶⁹.

Mais abundantes são as determinações acerca do vestuário e do uso de certos ornatos, embora quase sempre, pela indicação do proibido. Na diocese de Braga, pelos finais do séc. XIII, os clérigos não deveriam usar nem certo tipo de vestes, nem certas cores⁷⁰. Ao contrário, era-lhes permitido o uso de

⁶³ Antes se aproximavam daqueles com quem podiam ombrear na hierarquia social do tempo. Veja-se, a propósito, o caso das colheitas régias e episcopais e não se notará diferença na indicação dos géneros, donde não será muito difícil perceber que também o não seria no produto final, isto é, na confeção e apresentação dos alimentos. Uma breve análise da publicação *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* também nos mostra essa sua condição humana sobretudo pela similitude das determinações dos sufrágios que pretendiam, dos cuidados da sua vida material, nos bens que partilhavam com familiares e servidores, nas desavenças que sustentaram e mandavam terminar. E, é claro, aí está bem patente a enorme variedade socioeconómica que compunha o grupo clerical.

⁶⁴ Já o mesmo não acontece nos testamentos dos clérigos, onde se encontram muitas referências a ter em conta na análise da sua vida material. Por aí se conclui que, nas suas casas, se encontravam móveis, roupas de cama, roupas e objetos pessoais, alfaia agrícola, tal qual como entre os leigos.

⁶⁵ B.: 1333, 10 (p. 51). Sobre recomendações alimentares nas constituições sinodais medievais (embora não dirigidas aos clérigos), ver Guida da Silva Cândido, “«Não destruas por causa da comida a obra de Deus»...”, cit., p. 147-150 e 154-156.

⁶⁶ B.: 1477, 54 e 55 (p. 127-129); G.: 1500, 24 (p. 239-240).

⁶⁷ Quando o seu estado lhes exigia abstinência; B.: 1301, 11 (p. 38); 1326, 1 (p. 39) e 1505, 7, 49 e 55 (p. 144-146, 179-182 e 187); P.: 1496, 60 (p. 403-405).

⁶⁸ E, por arrastamento, a frequência de tabernas; B.: 1281, 37 (p. 21).

⁶⁹ B.: 1477, 58 (p. 131-132).

⁷⁰ Como túnicas abertas pelos lados, deixando ver as pernas (*femoralia*), nem pelotes fendidos na frente; cores interditas: verde, vermelho, amarelo, *bifado* ou mesclado; *idem, ibidem* (p. 21-22); 1326: 11 (p. 38); 1333, 12 (p. 52).

garnachas redondas, fechadas, de altura média, murças negras, forradas de pena negra, se fosse o caso, e cintas de couro, sem pregadura ou outro enfeite; andando a cavalo, poderiam usar capas fechadas, compridas⁷¹.

Numa visão de como os usos evoluíam, até os do vestuário, pelos inícios do século XIV, em Lisboa, ou meados, em Valença do Minho⁷², poderiam ver-se, em transgressão, clérigos a usarem vestiduras de duas metades, abertas pelos lados ou atrás, com barras ou *farpadas* (em tiras), e além ou aquém da meia perna, com mangas de *pellonia*⁷³, acofinhadas ou largas, *gorgeiras* altas⁷⁴, além do pescoço, gibões abotoados nas *gorgeiras*, com cordões ou atacas, mantos abertos, e *capeiretes* abotoados, além de três palmos. Vistosos, em verde e vermelho, poderiam ser as suas vestes e sapatos, *frolhados*⁷⁵ além disso, mas sempre em transgressão⁷⁶.

Por sua vez, em 1477 já as “*roupas honestas*” dos clérigos bracarenses deveriam seguir as seguintes regras: “*longas ataa o artelho com collares assy nos mantos como nas opas*”, fechadas e cosidas atrás e à frente; as mangas, das opas ou saia apertada, seriam estreitas, cosidas ou abotoadas até às mãos, enquanto os capelos não deveriam ser franzidos nem ter enchimento de trufa, tal qual os gibões, que não o deveriam apresentar nos ombros, apenas algum outro, ténue, por causa do frio. Gibões e saias seriam simples, sem cordões nem atacas. Ficava interdito o uso da fralda da opa ou dos mantões, ao ombro, isto é, traçados, ou o uso de mantões sem opa ou saio por baixo. Uma indumentária honesta evitaria o uso de sedas (só admissível o cendal em forro de capelo por aqueles cujo lugar na hierarquia o permitisse). Interditas estavam também certas cores, como o verde-gaio, ou o vermelho, exceto em tom de roxo. Como não se entende o vestir sem o calçar, aos clérigos estava-lhes vedado o uso de sapatos de pontilha, com atacas e de outra cor, a não ser o preto, única cor também permitida nos borgeguins⁷⁷. As joias, mesmo limitadas aos anéis, estavam também expressamente proibidas, bem como os cintos borlados.

⁷¹ *Idem*: 1333, 12 (p. 52).

⁷² V. M.: 1444, 6 (p. 428).

⁷³ De pele de ovelha?

⁷⁴ Não encontramos a palavra, mas, pelo sentido, cremos tratar-se de uma gola bem alta, acompanhando ou chegando acima do pescoço.

⁷⁵ Abertos?

⁷⁶ L.: 1403, 5 (p. 323-324).

⁷⁷ B.: 1477, 2 (p. 78). De modo idêntico em P.: 1496, 8 (p. 360), a que acrescem determinações sobre cintos, *cingidoiros*, cordões e atacas, aplicando-se-lhes as recomendações acerca do uso de cores. Atente-se que, acerca das vestes dos clérigos, não eram aplicáveis as determinações da *Pragmática de 1340*, uma vez que eles estavam ao abrigo da lei canónica e não secular.

Em tempos de luxo na sociedade, esta cada vez mais marcada pela vida urbana, cerca de um quarto de século depois (1505), tentando impedir a tentação do acompanhamento da moda, a hierarquia insistia em contrariar o uso de sedas nos gibões, capas e pelotes, bem como mangas e colares, indicando o uso preferencial do pano de lã. Cada vez mais se alargaria a paleta de cores em uso na sociedade, pelo que, aos clérigos, ficava vedado o uso da cor de cravo e “*allionada*”⁷⁸, que se juntavam às já tradicionais, citadas. A clerezia comum poderia usar mantões até ao artelho. Na cabeça, não deveriam usar nem *caçotes* de linho ou fustão branco ou das cores proibidas, nem carapuças de linho, a não ser debaixo dos seus barretes. Não usariam *berneos*⁷⁹ nem sombreiros, exceto estes em tempo de chuva. Se o preferissem, na cabeça, usariam capelos “*de rabo de linguado*” ou murças. O uso de joias, anéis e cordões ao pescoço, de ouro ou prata, era proibido, exceto os primeiros, pelas dignidades a que pertenciam. Completariam a sua indumentária com o calçado, pantufos, borzeguins ou chapins, sempre em cor preta. Na solenidade máxima de um momento, como a procissão do Corpo de Deus, sempre poderiam usar luvas⁸⁰.

Em simultâneo, atente-se nos muitos e repetidos casos de repreensão velada que os sínodos inserem acerca do desleixo no vestuário⁸¹.

Embora não se tratando de questões de moda – mas de sinal de estatuto social e de higiene –, sempre se deve indicar que deveriam usar barba aparada, os cabelos curtos e coroa na cabeça⁸².

O uso de armas por clérigos foi outra preocupação corrente entre os responsáveis da hierarquia eclesiástica portuguesa medieval. Se se percebem as razões do seu interdito genérico, a ponto de não serem expressas, interessante já se torna a enumeração dos espécimes permitidos e a indicação de alguma outra, além da sua imediata (e prevista) serventia: um “*cuitello pequeno pera cortar*

⁷⁸ De alios, grés de cor escura, pela presença de óxido de ferro, misturado com outras substâncias.

⁷⁹ De pano escarlate, da Irlanda? De tecido grosseiro?

⁸⁰ B.: 1505, 7 e 54. Sobre estas peças de vestuário ver A. H. de O. Marques, *A sociedade medieval portuguesa*. 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa Editores, p. 23-62 e 222-227. E para o enquadramento jurídico-canónico de algumas destas determinações ver António García y García, “Derecho canonico...”, cit., p. 224-226.

⁸¹ Bem a par do verificado no estado das igrejas e seus bens e na oração, prática de muitos eclesiásticos.

⁸² B.: 1301, 11 (p. 38); 1326, 1 (p. 39). Sobre o sentido do uso da coroa e os cabelos curtos, ver António García y García, “Derecho canonico...”, cit., p. 224.

as unhas, pam, carne e fruita e outra vianda”⁸³, “*hũa faca ou duas, estreitas e curtas e taaes que pareçam pera com ellas errar a seu abito e ordem*.”

Já vimos que os clérigos se podiam deslocar a cavalo. Também aí havia usos a evitar, nomeadamente acerca de selas, freios, peitorais de bestas, esporas; ao serviço de clérigos, nada devia ser colorido e ornamentado⁸⁴.

Os clérigos medievais também desfrutavam de horas de ócio, ocasião para a fuga à rotina do quotidiano e à convivialidade com os outros, seus semelhantes. Numa sociedade tão profundamente marcada pelo entrecruzar do sagrado e do profano, não admira que os clérigos fossem tentados a participar da festa, para além do que ela tinha de religioso, apanágio da sua função⁸⁵. E se assim era, claramente que o faziam ao arpejo da norma.

Mas sabido que esta representa um travão à prática, procure-se, nas constituições sinodais, os sinais de prática errada dos clérigos, na Idade Média, em Portugal, em matéria de fruição do ócio. Por vezes, eram comediantes, tocadores de música profana em órgãos de igrejas, bailadores, pegadores de touros, jogadores⁸⁶. Outros havia que preferiam as práticas cinegéticas, esquecendo o seu múnus pastoral⁸⁷.

Noutro registo, bem diverso, também a legislação sinodal nos revela os clérigos medievais nos seus medos e irmanados com os seus paroquianos em práticas atávicas e ancestrais, deixando-se tentar pela frequência de gentes ligadas a artes divinatórias⁸⁸ e aceitando, se não se identificavam mesmo, práticas religiosas providas da mais recuada ancestralidade⁸⁹.

Olhando os clérigos além do seu mundo, isto é, integrados numa sociedade que serviam, mas de que eram parte integrante, na sua completude, de clérigos e homens, teremos que alargar a nossa perspetiva de análise, tanto mais quanto a longa duração da documentação percorrida obriga à consideração de muitas e variadas situações. Se muitos usavam do seu pouco ou médio saber e da sua (parca) preparação intelectual para o brilho e enaltecimento da sua ação pastoral, ainda que fosse no campo estrito das suas responsabilidades, muitos

⁸³ B.: 1477 (p. 122). Atente-se no pormenor do uso da faca em matéria de higiene, afinal, prática ainda em uso nas nossas aldeias, não faz muito tempo.

⁸⁴ B.: 1281, 30 (p. 20).

⁸⁵ Sobre a “festa” ver o texto indicado *supra*, nota 2.

⁸⁶ B.: 1281, 36 (p. 21); 1477, 10 (p. 87); G.: 1500, 61, 63 (p. 256-257); L.: 1240, 16 (p. 292). Os jogos e tavolagens haviam sido já proibidos por lei de D. Afonso IV; cf. *LLP*, p. 324 e 398.

⁸⁷ B.: 1477, 39 (p. 111).

⁸⁸ B.: 1281, 35 (p. 21).

⁸⁹ B.: 1477, 44 (p. 117). Sobre esta prática nos sínodos medievais portugueses, ver M. A. M., “O paço...”, cit., p. 232-233.

experimentaram outras tarefas, muito além daquelas que as suas funções lhes exigiam, podendo, até, cair em atividades interditas e censuradas ao seu estado e condição.

Clérigos havia que advogavam⁹⁰, outros exerciam o ofício de tabelião⁹¹, ainda aceitavam ser mordomos de fidalgos e poderosos⁹². Outros, por vezes, deixavam-se seduzir pelo lucro, reprovado, de negócios e mercancias⁹³, chegando a sentir o gosto do pecado da avareza⁹⁴. Alguns deixavam-se submergir a tal ponto, na sociedade, que viviam segundo as formas de vida dos leigos. Seduzidos por mulheres, calcavam o voto de celibato e entravam pela prática da concubinação e barregania, rodeando-se de filhos a quem, por vezes, distinguiam, positivamente, ao longo da vida⁹⁵. Outros, ainda, até visitavam os campos da ilicitude, como na prática de falsear a moeda⁹⁶.

Em conclusão, deixamos alguns traços do muito que era o quotidiano do clero medieval. Visto no seu conjunto e atendendo à sua função específica na sociedade, cremos não poder falar-se de comportamentos quotidianos puros,

⁹⁰ B.: 1505, 12 (p. 148); G.: 1500, 65 (p. 258); L.: 1248, 12 (p. 300); V. M.: 1444, 10 (p. 430). Claro que teremos que matizar esta atividade e as imediatamente seguintes dentro de um quadro temporal e de ruralidade.

⁹¹ B.: 1281, 34 (p. 21); G.: 1500, 65 (p. 258). Esta atividade era-lhes também vedada pela lei do reino; cf. *Livro das Leis e Posturas* (= *LLP*). Prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva e leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Rodrigues de Campos. Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito, 1971, p. 259.

⁹² V. M.: 1444, 13 (p. 431-432). Também não podiam ser procuradores dos concelhos; cf. *LLP*, p. 275.

⁹³ Nomeadamente de pão e vinho e as atividades de intermediação, sobretudo em rendas; cf. B.: 1281, 36 (p. 21); P.: 1496, 13 (p. 363); V. M.: 1444, 9 (p. 429).

⁹⁴ Embora com a precaução que exige o número e a qualidade, dispar, de documentação sinodal que nos chegou de cada uma das diocese portuguesas medievais, não deixa de ser interessante um breve olhar sobre a cronologia e a geografia das práticas que vimos notando: tanto nos dão a ideia da persistência, no tempo, de algumas delas (prática de advocacia, de negócios, uso de armas, arcaísmo de práticas religiosas, pecado da gula e avareza), como nos remetem para a região Norte, diocese de Braga, essencialmente, na qual, sublinhamos, há um número elevadíssimo de paróquias rurais. A coincidência não será um acaso, cremos.

⁹⁵ B.: 1477, 51 (p. 123-126). Que tudo isto era prática bem comum na Cristandade, pode ver-se em Dom Jean Becquet, O.S.B., “Le clergé limousine au XII^e siècle”, *L’encadrement ...*, cit., p. 311-315 e Marie-Claire Gasnault, “Le clergé dans les paroisses rurales du diocèse de Sens à la fin du Moyen Age”, *L’encadrement ...*, cit., p. 317-327. Tenha-se, porém, em vista que os filhos varões assim nascidos, portadores do chamado *defectum natalis*, não podiam ser promovidos a ordens sem expressa autorização canónica. Apesar de se irem contando alguns estudos sobre legitimações, eles ainda não dão resposta aos muitos problemas que se podem colocar às de filhos de clérigos.

⁹⁶ B.: 1281, 32 (p. 21).

tanto mais que a própria função lhes exigia múltiplas competências e lhes incumbia imensas tarefas. No seu enorme conjunto e na diversidade dos seus membros, talvez mesmo tenha sido este corpo da sociedade, um daqueles a quem mais se exigiu em saberes e em matérias de ação⁹⁷.

Fosse como fosse, o seu quotidiano percorria-se por entre momentos em tempos próprios, pré-determinados pela ritualização característica da sua função, e em quadros marcados pela imprevisibilidade da condição humana.

E, ao contrário do comumente indicado, a sua atividade quotidiana ia bem mais longe do que a sua função fazia esperar, na preocupação e ocupação em questões bem materiais. Tudo isto, por vezes a par de um outro quotidiano, pessoal, marcado pela simplicidade de vida ou pobreza, mesmo, até alguma virtude e piedade, ou, quantas vezes, e numa “aculturação interna” relativamente à sociedade em que se inseriam, pontuado por erros e vícios de muitos, menos edificantes, fruto, quantas vezes, de solidão e ignorância, por vezes temperadas de alguma boa vontade. Que nada resolvia⁹⁸, mas também não absolvía de faltas e pecados da humanidade de cada um, no que, de pessoal, tinha a vivência quotidiana do clero na Idade Média. Por ela, clero e paroquianos achavam-se bem próximos em mentalidades, linguagens, maneiras, tradições, costumes, preocupações, crenças até.

Quanto aos sínodos, expressão de preocupação da hierarquia pelo seu clero e pelo povo de Deus, por muito que tentasse, não era ainda o tempo de a hierarquia eclesial conseguir impor, na sociedade, um estatuto ou, no nosso caso, pelo menos um quotidiano bem diverso, por instrução e comportamento, para os seus servidores⁹⁹.

⁹⁷ Robert Delort, *La vie au Moyen Age*, Paris, Seuil, 1982, p. 208-223.

⁹⁸ Pois que tudo, piedade, virtude, boa vontade, são aspetos que se sabem existirem entre o clero, mas raramente deixaram rasto, porque são, essencialmente e, desde logo, discrição. Tenha-se em atenção, porém, que não foram os clérigos os modelos mais trabalhados pela hagiografia medieval; dela, destacamos, ao caso, a *Vita Geraldi* (Vida de S. Geraldo/da autoria de D. Bernardo, Arcediago de Braga, seu discípulo e valido. Tradução, notas e posfácio de José Cardoso. Braga, Livraria Cruz, 1989) e a *Vita Martini Sauriensis* (*Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*. Edição crítica de textos latinos/tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. Nascimento. Lisboa, Colibri, 1998, p. 224-326). Também aqui, apenas o último é exemplo de clérigo rural ou muito próximo da ruralidade; a sua *vita* é fruto de um desejo de “edificação espiritual através do exemplo de dedicação pastoral” (*idem, ibidem*, p. 12).

⁹⁹ É óbvio que estas preocupações têm sido alvo de estudos, de que algumas linhas se podem encontrar na bibliografia que citamos na nota 13. Mas, como em tudo, há ainda espaço para o seu aprofundamento.

O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava: a fronteira entre o servir *das portas adentro* e *das portas afora* no período moderno

Everyday life in female religious communities in Évora and the presence of slaves: the boundary between the in-house and outdoor service in modern period

ANTÓNIA FIALHO CONDE
Universidade de Évora
antoniaconde@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016
Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Apesar da existência de anteriores estudos, tanto em termos nacionais como regionais, e que demonstram a forte presença de escravos em Évora nos séculos XV e XVI, localizar a população escrava na documentação de instituições religiosas femininas da cidade e entender a sua condição de vida nessas comunidades não se revela fácil. Muitas das referências à sua existência são indiretas, ao fazerem parte de um dote ou doação (constando como bens a que se atribui um determinado valor), que podia ser testamentária, de partilhas e sentenças. São também de difícil perceção as tarefas desempenhadas no quotidiano de espaços claustrais, especialmente os femininos, sujeitos às exigências pós-tridentinas. Só com a apresentação de alguns casos, a juntar aos já conhecidos, poderemos sugerir algumas considerações sobre esta matéria.

Palavras-chave:

População escrava; Comunidades religiosas femininas; Évora; Período moderno.

Abstract:

Despite the existence of previous studies, both national and regional, studies that demonstrate a strong presence of slaves in Évora in the 15th and 16th centuries, locating them in documents from the city's female religious communities and understanding their living conditions in those communities is not an easy task. Many of the references to their existence are indirect and related to a dowry or donation (being mentioned as assets with an assigned value), which could be associated with a will, a partition or a sentence. It is also difficult to ascertain the tasks they performed in the everyday life of cloistered communities, particularly the female ones, subject to the post-Tridentine requirements. Only by presenting a series of cases, other than the ones that are already known, will we be able to suggest considerations on this matter.

Keywords:

Slave population; Female religious communities; Évora; Modern period.

Introdução

Do estudo das minorias na Europa ocidental fazem parte as abordagens acerca da população não-livre ou escrava, cujo perfil se modificou no tempo histórico. Alessandro Stella assinala o carácter transversal da escravatura ao longo da história, em diferentes tempos e espaços¹. Assim, na Idade Média a Europa conheceu a existência de escravos eslavos, turcos, russos, tártaros, sarracenos (e mouros durante a reconquista, no caso de Espanha), entre outros, cujo tráfico era assegurado por genoveses e venezianos; a queda de Constantinopla, associada ao declínio do comércio no Mediterrâneo, e especialmente à alternativa propiciada pelo escravo negro africano dado a conhecer pelos portugueses, alterou em definitivo este panorama, significando também a existência de dois termos que passaram a ser considerados sinónimos: *negro* e *escravo*. No caso português, o movimento dos escravos das Canárias para a Madeira teve início logo no século XIV, e os primeiros cativos negros chegaram à metrópole em 1441; antes da chegada dos negros, canários e marroquinos eram destinados aos trabalhos domésticos, sendo os chineses muito requeridos pelas suas qualidades culinárias². O período moderno marcou a história de grandes cidades ibéricas como Sevilha, Córdoba, Valência e Lisboa, em que os escravos são maioritariamente negros, sendo que, ao longo do século XVI, foi uma história que se dilatou por toda a Península Ibérica e pela Sicília.

Por outro lado, a questão da presença de população escrava nos espaços monásticos, especialmente nos femininos, tem atraído alguns estudos (e não apenas a nível europeu). Selamawitt Mecca, para a realidade etíope, afirma que “(...) sources recount tales of slaves in the monasteries and convents who helped nuns with the activities of daily life (...)”³. Na Croácia (e Dalmácia), a existência de escravos está documentada em testamentos e em cartulários de mosteiros desde o século IX, referindo as questões dos proprietários e das estruturas familiares em que os escravos viviam (solteiros ou em casas,

¹ Alessandro Stella, “L’esclavage en Andalousie à l’époque moderne”, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, (1992), vol. 47, n° 1. O autor distingue o trabalho forçado (exigido de populações conquistadas militarmente), os cativos de guerra com vista a um resgate, os servos da gleba, o trabalho pago a troco de alimentação e dormida, e a escravatura propriamente dita, em que um ser humano é propriedade de outro, que dele pode dispor como quiser.

² Carlos Frederico Montenegro de Sousa Miguel, “Escravatura”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 421-424.

³ Selamawitt Mecca, “Women in Ethiopic Hagiographies”, *Proceedings of the 16th International Conference of Ethiopian Studies* (ed. Svein Ege, Harald Aspen, Birhanu Teferra and Shiferaw Bekele), Trondheim, 2009, p. 1369.

em família estruturada com filhos), o seu número e género (tendo os homens maior importância económica), as suas ocupações, a integração nas famílias proprietárias, a maneira como tinham chegado à condição de escravos (vendidos por mercadores ou familiares, por dívidas), ou o seu valor, entre outras⁴. Para a Península Ibérica, na região a sul de Valência, Mathew Carr⁵ sublinha o trabalho muito próximo da escravidão de milhares de muçulmanos que trabalhavam nos engenhos de açúcar, não apenas ao serviço de grandes famílias, como os Borgia, mas também de mosteiros, conventos e igrejas. Este Autor dá como exemplo o mosteiro de Valldigna, fortemente dependente do trabalho muçulmano na agricultura (cultivo de pomares e vinhas, nas colheitas) e na pastorícia. Ainda em Espanha, mais particularmente na Andaluzia, para o período moderno, Moreno Navarro sublinha⁶, a partir do estudo da Irmandade dos negros de Sevilha, a importância das informações fornecidas pelos registos paroquiais para o entendimento do percurso de vida dos escravos. No caso do registo de casamentos, verificou que os proprietários dos escravos procuravam que eles não casassem, apesar da legislação emanada de Trento que os consentia *invito domino*; os casamentos são, pois, um registo raro em relação aos batismos⁷, cujos registos também demonstram que cerca de 90% dos recém-batizados eram ilegítimos, tornando difícil a relação entre batismo e matrimónio. Ainda segundo Moreno Navarro, em finais do XV e inícios do XVI, em Córdova e Sevilha todos os grupos sociais possuíam escravos: nobreza, eclesiásticos e quase todos os ofícios de artesãos. No que concerne ao clero, incluíam-se o arcebispo, os membros do Cabido, curas, mosteiros e conventos que dispunham de escravos para seu serviço. Em Sevilha, dominicanos, mercedários, jesuítas,

⁴ Para esta região, e entre os séculos XII e XIV, os escravos desempenham cada vez mais tarefas domésticas em vez de agrícolas, sendo substituídos paulatinamente por contratados; o tráfico de escravos era mantido pela procura da Itália e da Catalunha. Cf. Neven Budak, "Slavery in Late Medieval Dalmatia-Croatia: labour, legal status, integration", *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge*, 112/2, 2000, p. 745-760.

⁵ Mathew Carr, *Blood and Faith. The Purging of Muslim Spain, 1492-1614*, London, Hurst & Company, 2009, p. 97.

⁶ Isidoro Moreno Navarro, *La antigua hermandad de los negros de Sevilla: etnicidad, poder y sociedad en 600 años de história*, Sevilla, Universidad de Sevilla/Consejería de Cultura de Junta de Andalucía, 1997. Estes batismos devem ser também entendidos numa conjuntura de elevadíssima mortalidade infantil, a que o infanticídio não seria também alheio.

⁷ Mesmo assim, esses casamentos aconteciam, ou entre escravos, ou em que um dos contraentes o era, podendo casar-se com um/uma escravo/a que ficara forro/a, ou com alguém de condição social humilde; trata-se de um fenómeno minoritário e contestado, pois procriar legalmente, fundar uma família, dava aos escravos direitos, como viver juntos, podendo ser considerado o matrimónio como uma antecâmara da liberdade. Esta questão é trabalhada por Alessandro Stella, "L'esclavage en Andalousie à l'époque moderne" ..., cit, p. 35-63.

franciscanos, e a ordem de S. João de Deus possuíam-nos e vendiam-nos. Nos conventos femininos, em que havia mais escravos que nos masculinos, a situação era similar, com a particularidade de que o escravo podia entrar para o convento servindo a sua proprietária quando professasse.

Jeanette Pinto confirma também a presença de escravos em mosteiros e conventos na Índia portuguesa, apontando o exemplo do convento feminino de Santa Mónica de Goa, que teria 30 criados e escravos⁸.

A dinâmica expansionista e a presença de escravos em Évora

São diversos os estudos que têm abordado a questão da escravatura em Portugal⁹, sendo que, para o Alentejo (Montemor-o-Novo, Évora, Vila Viçosa e Faro) os trabalhos de Jorge Fonseca são fundamentais¹⁰.

⁸ Jeanette Pinto, *Slavery in Portuguese India, 1510-1842*□, Universidade de Michigan, Himalaya Pub. House, 1992.

⁹ A. C. de C.M. Saunders, *A social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal 1441-1555*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982 (edição portuguesa, *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal, 1441-1555*, Lisboa, IN-CM, 1994); Alessandro Stella, *Histoires d'esclaves dans la Péninsule Ibérique*. Paris, EHESS, 2001; Anabela Silva de Deus Godinho, *Lisboa Pré-Pombalina: a Freguesia da Sé Demografia e Sociedade (1563-1755)* [Em linha]. Lisboa, ISCTE-IUL, 2007, Tese de doutoramento, Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2830](http://hdl.handle.net/10071/2830); António Borges Coelho, *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Caminho, 2006; Charles Verlinden, *L'esclavage dans l'Europe médiévale*. Vol. I: *Péninsule Ibérique*. France, Bruges, 1955; Didier Lahon, "O escravo africano na vida económica e social portuguesa do Antigo Regime". *Africana Studia*. Porto, Ed. FLUP, n.º 7, 2004; *Idem*, "Eslavagem, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVI et XVIII siècles)". *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 15, 2003, 119-162; Francis Dutra, "Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna", *Tempo* [online], vol.16, n.30, 2011, p.101-114, ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042011000100005>. Isabel Castro Henriques, *A herança africana em Portugal*, Lisboa, CTT, 2009; João Pedro Marques, *Os sons do silêncio. O Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, ICS, 1999; José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho, 1997, (2ª ed); Maria Antónia Pires de Almeida, "Escravo", in Conceição Andrade Martins; Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p. 180-186; Maria Emília Madeira Santos, "Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI". *Stvdia*, Lisboa, n.º53, 1994; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995; *Idem*, "Ser escravo. Quadros de um quotidiano: dos trabalhos e dos dias", *Chão de sombras*, Lisboa, Colibri, 2010, p. 113-149; William D. Phillips, *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*, Parergon, vol. 31, n.º 2, 2014.

¹⁰ Jorge Fonseca, "Senhores e Escravos no Algarve (1580-1700)", *Anais do Município de Faro*, no XXVI, 1996, p. 151-176; *Idem*, *Escravos em Évora no Século XVI*, Câmara Municipal de Évora, Coleção "Novos Estudos Eborenses" – 2, 1997; *Idem*, "Escravos em Vila Viçosa",

A presença de árabes e judeus, a que se juntariam os escravos negros é, desde o século XVII, com Severim de Faria, apontada como causa da indolência da região e do abandono da agricultura. Estas ideias foram retomadas em finais do século XVIII: a decadência da agricultura e despovoamento causados pelos descobrimentos, como defendem Vandelli¹¹, Soares de Barros¹², António Henriques da Silveira¹³ ou Basílio Teles: “No tempo de D. Manuel (...) no sul só a introdução de bandos sobre bandos de escravos ia tapando os buracos, abertos entre a gente de trabalho pelos que se largavam nas armadas.”¹⁴.

Pires de Lima¹⁵, na década de 40 do século XX considera que seriam entre 700 a 800 os escravos que chegariam anualmente a Portugal nos séculos XV e XVI; para António Brásio¹⁶, em 1554, 10% da população de Lisboa era constituída por escravos, com confrarias em Lisboa e Lagos, Évora (1518), Elvas (1583) e Setúbal (1584). Sabe-se hoje que no século XVI algumas localidades do Alentejo tinham mais de 10% da população escrava. Jorge Fonseca¹⁷ apurou que, por exemplo, na paróquia de S.ta Maria da Vila, em Montemor-o-Novo, entre 1533 e 1600, 17,24% das crianças batizadas eram filhas de escravas; afirma ainda que, em termos étnicos, na cidade de Évora no século XVI c. de 50% dos escravos eram negros; mulatos/mestiços, baços ou pardos, c. de 30%; c. de 10% oriundos

Callipole, nº 5/6, 1997, p. 25-50; *Idem*, Os escravos nos conventos alentejanos”, *A Cidade de Évora*, II Série, n.º 6, Évora, Câmara Municipal, 2002-2006, p. 279-286.

¹¹ Alexandre A. Vandelli, *Collecção de Instruções sobre a Agricultura, Artes e Industria, Lisboa*, Typographia da Academia Real das Ciências, 1831- 1832.

¹² José Joaquim Soares de Barros, «Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, tomo I, Lisboa, MDCCLXXXIX.

¹³ António Henriques da Silveira, “Racional discurso sobre a Agricultura e População da Província do Alem-Tejo”, *Memorias Economicas*, I, Lisboa, 1789.

¹⁴ Bazílio Telles, *O problema agrícola: crédito e imposto*, Porto, Chardron, 1899.

¹⁵ J. A. Pires de Lima, *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*, Lisboa, 1940.

¹⁶ Antonio Brásio, *Os Pretos em Portugal*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944. Quanto às confrarias, se a primeira foi a do convento de S. Domingos de Lisboa, ainda no século XV, fundada por brancos, em 1551 ela estava dividida em duas, sendo uma dos pretos forros e escravos de Lisboa. Mas todas as localidades com maior concentração de negros as possuíam. Ainda segundo António Brásio, a segunda a surgir foi a Irmandade do Rosário dos Pretos de Évora, logo em inícios do século XVI, surgindo também em Alcácer do Sal, Setúbal, Vila Viçosa, Grândola, Montemor-o-Novo, Estremoz e Elvas, e no Algarve. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Évora mantinha-se ainda bastante ativa em Évora no último quartel do século XVII e inícios do século XVIII. Cf. ADE, Notarial de Évora, Livro 762, fls. 46, 144. Os seus mordomos compravam, por esta altura, a capela do Rosário e suas sepulturas aos frades de S. Domingos. Cf. ADE, Notarial de Évora, Livro 825, fl. 176.

¹⁷ Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI...*, cit., 1997.

do norte de África; 6% indianos; 0,34% chineses e a mesma percentagem de judeus, sendo os indianos e os chineses os mais valiosos. Num documento de 1535, Nicolau Clenardo¹⁸, mestre do Infante D. Henrique, escreveu sobre o que presenciava, particularmente em Évora, num texto já muito conhecido: “Os escravos pululam por toda a parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos (...) Dificilmente se encontrará uma casa onde não haja pelo menos uma escrava destas. É ela que vai ao mercado comprar as coisas necessárias, que lava a roupa, varre a casa, acarreta a água e faz os despejos à hora conveniente”.

Em relação aos proprietários dos escravos, se, em termos nacionais, a Igreja é a instituição proprietária de escravos por excelência, c. de 31,8% do total, apenas 10% é do clero regular; nas comunidades femininas, muitas das futuras religiosas oriundas da nobreza ingressavam na vida monástica acompanhadas das suas escravas e/ou criadas particulares¹⁹. Em Évora, para o século XVI, tomámos como ponto de partida o quadro traçado por Jorge Fonseca²⁰. Se o autor alerta para o facto de se tratar de uma amostra, dado que os donos de escravos com condição ou profissão conhecida são apenas um terço do total dos proprietários, dentro do clero regular e secular são identificados 183 proprietários, (18,48%, apenas uma décima abaixo dos proprietários ligados à agricultura). O subgrupo mais significativo era o dos clérigos (155), seguido das igrejas e conventos (17) e depois as freiras e recolhidas (11). Entre as casas religiosas masculinas de Évora são citadas como proprietárias de escravos a Cartuxa, N^a Sr.^a do Carmo, N^a Sr.^a do Espinheiro, N^a Sr.^a da Graça, e os jesuítas, não sendo nomeados os conventos das Mercês, Remédios, Santo António da Piedade, S. Francisco e S. Domingos. Entre as femininas, são citados os conventos do Paraíso, de Santa Catarina de Sena, Santa Clara, Santa Mónica, Santa Marta e o mosteiro de S. Bento de Cástris (de entre as femininas, não são nomeados os conventos do Salvador, S. José e Calvário), sendo os mais citados, segundo o autor, o Espinheiro e o Paraíso. Jorge Fonseca observa ainda a coincidência de género entre os proprietários e os escravos, em termos de casas religiosas, registando algumas exceções, como em S. Bento de Cástris, onde em 1565 existia um escravo no pátio do mosteiro, António Mendes, casado com o consentimento das religiosas com Brites Lopes; nesse ano, foi batizada uma filha de ambos²¹. Também no convento do Paraíso as religiosas tinham um escravo, Vasco Correia,

¹⁸ Manuel Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu tempo*, Coimbra, Coimbra Editores, 1949, (3^a ed. act.).

¹⁹ Cf. Didier Lahon, “O escravo africano na vida económica e social portuguesa do Antigo Regime”..., cit., p. 73-100.

²⁰ Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI*..., cit., p. 38.

²¹ Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI*..., cit., p. 44.

que, em 1542, foi pai de Domingos, filho de Luísa Correia, também escrava no mosteiro, não sendo legitimamente casados. Estes dois casos indiciam uma provável vida marital (um dos casais era casado) fora do espaço de clausura.

A presença de escravos no quotidiano da cidade de Évora pode ser apreciada de distintas formas, mas a questão dos proprietários, apesar do seu caráter de amostra, é muito significativa, dada especialmente a sua heterogeneidade. Assim, em 1575, o pintor Sebastião Jorge tinha ao seu serviço uma escrava, Isabel, sendo documentado o batismo do filho da escrava, Manuel: “(...) Aos 9 de dezembro de 75. Baptizej e puz os santos oleos a manoeil filho de Izabel esclava de bestião Jorge pintor foi Padrinho Antonio Galuão & Madrinha Anna roiz (...)”²². Como sabemos, muitas vezes, o batismo registava-se em escravos já adultos, não sendo indicada a mãe, como foi o caso, em 1588, de Pedro, escravo do pintor Francisco João²³. Alguns anos antes, em 1556, fora registado o enterro da escrava de outro pintor, mestre Manuel²⁴. Assim, junto dos pintores, alguns de condição humilde, mas outros de folgada situação económica e com reconhecimento social na cidade, como era o caso de Francisco João (pertencia à Irmandade da Misericórdia de Évora, sendo Irmão e mordomo), a posse de escravos indicia precisamente que a sua situação económico-social era desafogada.

Como um dos diversos exemplos da pertença de escravos pela nobreza estabelecida em Évora no século XVI, temos que, em 25 de novembro de 1598, quando foi feita uma Visitação ao oratório nas casas de D. Brites de Vilhena junto à catedral de Évora por Gaspar Gomes, visitador do Arcebispado, este encontrou

“(...) o dito Oratorio sem frontal, nem ornamento algum nem pedra d’ara, somente estava hum retavollo pintado com huã imagem de Nossa Senhora d’assumpção cuberto com huas corrediças de bertangil vermelho, e disse huã escrava que se não dezia nelle agora Missa por a dita dona Brites estar agora em huã sua herdade na Oliveira e mandar levar pera la todos os ornamentos, e couzas do dito oratorio, e tinha hum Altar grande de madeira com hum caixão fechado no mesmo altar (...)”²⁵.

O documento revela uma dualidade muito presente entre as famílias nobres de Évora, a existência de uma residência na cidade e outra em zona rural, no seu termo, deslocando bens e criadagem sempre que alteravam o local de residência.

²² Arquivo Distrital de Évora (doravante ADE), “Livro de Batizados de Santo Antão”, 7, fl.25 v.º.

²³ ADE, “Livro de Batizados de Santo Antão”, 8, fl.49 v.º.

²⁴ ADE, “Livro de Defuntos da Misericórdia (1556-72)” (caderno sem numeração).

²⁵ Biblioteca Pública de Évora (doravante BPE), Fundo Manizola, Cód.-61, “Visitação dos Oratórios de Évora de 1591”, fl. 94.

A população escrava nas comunidades religiosas femininas de Évora

A questão do acompanhamento de religiosas oriundas da nobreza pelas suas escravas particulares conheceu alguns exemplos manifestamente exagerados: em Lisboa, em 1619, a comendadeira de Santos tinha para o seu serviço pessoal 8 criadas e 2 escravas; toda a comunidade (18 freiras e 26 noviças) era servida por 69 criadas, entre as quais 7 escravas²⁶.

Para os mosteiros da Ordem de Cister, no *Regimento* de 1564 do Cardeal D. Henrique enquanto abade comendatário de Alcobaça, encontramos dois parágrafos, o 10º e o 12º, bem explícitos em relação à existência de escravas nos mosteiros de religiosas: as abadessas não podiam, sem consentimento do demais convento (entenda-se comunidade), forrar escravos ou escravas, tal como não poderiam dar licença para que nenhuma religiosa as tivesse, pertencendo ao mosteiro o senhorio das escravas, podendo eventualmente ser cedidas para auxílio a doentes, com licença da abadessa²⁷. Repare-se que a referência é feita apenas para escravas, não para escravos. Porém, a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567), representada na realidade eborense pelo mosteiro de S. Bento de Cástris, admitiu a existência de escravos de ambos os sexos no espaço conventual, intra e extra clausura. Neste mosteiro, em 1579, a então abadessa, D. Brites Pereira e mais religiosas, com autoridade que tinham do P. frei Manuel, visitador da Ordem, respeitavam a vontade de Maria Brás, religiosa no mosteiro, de dar alforria a

“Joana, sua escrava preta da guiné, mulher de idade de vinte anos pouco mais ou menos, mulher que fala bem e he meuda do pelo e tem as orelhas furadas, lhes aprazia como de feito logo aprouve de forrarem como como de feito logo forraraõ a dita Joana e per respeito de duas filhas que per si deu ao dito, luisa mulata de quatro anos pouco mais ou menos e a antónia preta de idade de hum ano e isto com tal condição que a dita Joana criar a dita antonia sua filha ate idade de tres anos perfeitos e asy que a dita Joana seja seja obrigada a servir a dita maria bras em sua vida E mais que nom case com escravo cativo e nom cumprindo isto ausentandose do dito serviço que esta carta lhe nom valha e que cativa como dantes estava a dita ordem e per falecimento da dita maria bras a dita Joana fique forra e livre sem nenhuma sujeição nem cativo ella e o que della nacer da feitura desta carta pera diante e possa fazer desy o que

²⁶ Cf. Didier Lahon, “O escravo africano na vida económica e social portuguesa do Antigo Regime”, ..., cit., p. 92.

²⁷ Saul António Gomes, *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*, Lisboa, MC/IPPAR, 1998, p. 425-426.

lhe aprouver como se forra e lyvre nacera do ventre de sua mãe e a dita Joana que presente estava aceitou a lyberdade e alforria com as ditas condições as quais se obrigou de cumprir em servir a dita maria bras como dantes enquanto ella viver e que recebia muito grado em dar e lhes beijava as mãos pella mercê que lhe faziaão”²⁸.

Um documento profundamente esclarecedor, em que além das alusões ao seu aspeto físico (é miúda de pelo) e alguma formação intelectual (mulher que fala bem), estabelece claras orientações para a vida futura de Joana, a quem era concedida alforria: não casar com escravo cativo (se o fizesse perdia a alforria), podendo portanto casar com um ex-escravo; por morte da religiosa não só ela continuaria forra bem como seus futuros filhos (as que já tinha antes continuariam escravas, ficando claro que as dera ao mosteiro); deveria servir vitaliciamente a religiosa. Repare-se, porém, como para a escrava que circulava na clausura o documento não exclui a futura existência de filhos, desde que não fossem de escravo cativo, embora existindo indicações das Juntas e Capítulos de que não deveriam circular crianças na clausura, após visitas realizadas ao mosteiro, indiciando que tal acontecia.

Outro caso, no mesmo mosteiro, que explicita a permeabilidade do espaço claustral parte de uma sentença, que se baseia numa carta de alforria²⁹. Joana Nogueira, mulher preta, escrava cativa, natural de Cabo Verde, viera de África para a cidade de Lisboa e fora doada a uma religiosa de Cástris, trazendo para o mosteiro uma filha, sua homónima, de 4 ou 5 anos e que nascera já em Lisboa, onde fora batizada. Joana servia o mosteiro

“indo a fonte e ao Rossio e indo a dita cidade de evora a tudo o que lhe mandavam (...) e vimdo a dita freira a falecer deixou e ficou a dita Joana nogueira a Nova e molher que foi delle embargante por escrava e cativa do dito mosteiro e caza delle e temdo a outra Religiosa por esmolla e serviço de Deus e particular amor e afeição que lhe tinha tomou e deu trinta mil réis por sua liberdade e com elles a forrou e ficou forra”³⁰.

Do texto fica a ideia de que a escrava Joana servia a comunidade (e não apenas uma religiosa) em serviços vários, sendo que sua filha recebera carta de alforria e saíra do mosteiro para casa nobre, servindo de *Mestra de meninos e de costura* na casa da condessa de Tentúgal. Apercebemo-nos, na descrição da ocupação da escrava, da sua formação cultural, ao ser responsabilizada como mestra de meninos. A ex-escrava recebera como dote 12.000 réis de casamento,

²⁸ ADE, Notarial Évora, Livro 171, fls. 51v.-52v.

²⁹ BPE, Livro 18 Fundo S. Bento, doc. nº 23.

³⁰ BPE, Livro 18 Fundo S. Bento, doc. nº 23, fls. 5 v., 6.

que lhe haviam sido dados por Mécia Luís e, por sua morte, uma sentença da Relação estabelecia que os bens da falecida pertenciam a um seu irmão que estava na Índia, estabelecendo-se que se entregariam estes bens ao seu curador, e o mosteiro a nada tinha direito. Toda esta informação surge numa resolução do tribunal que acompanha este processo e surge na sequência de uma queixa do seu marido acerca do destino dos bens de Joana Nogueira (a nova).

Como acima sublinhámos, a presença de escravos de ambos os sexos nos mosteiros e conventos é proveniente de legados testamentários, dotes³¹ e partilhas/heranças, a que acrescentamos as sentenças³², sendo os conteúdos dos testamentos uma importante fonte para a transação de escravos em Évora; a este leque de operações Jorge Fonseca acrescenta a cedência precária de trabalho, a compra, a troca e a reprodução das escravas³³.

Quanto às heranças obtidas por religiosas em clausura, temos, para S. Bento de Cástris, a 15 de maio de 1495, uma carta de partilhas entre os quatro netos feita por João Touregão, escudeiro do rei, e sua mulher, Brites Martins. Os escravos referidos são³⁴: Diogo, escravo negro, moço, avaliado em 6.000 reais; Maria, escrava negra, ainda moça, avaliada em 8.000 reais; outra escrava negra, de nome Catarina, avaliada em 10.000 reais; uma escrava baca (sic), de

³¹ Jorge Fonseca cita os exemplos do Paraíso, em que D. Inês de Melo, em 1572, ao ingressar no convento levou uma mulata de 5 anos, para servir o convento, ou de João Martins Gago que, tendo duas filhas no convento de jerónimas de Viana doou ao convento uma escrava parda, para servir as madres e não tornar a sair dele; neste mesmo convento, e fazendo parte do dote de Beatriz Dias, consta uma escrava preta, Helena. O Autor cita que também poderiam ser comprados ou vendidos, por exemplo quando fugissem, citando ainda a doação de um escravo índio ao recolhimento de Santa Marta em Évora, em 1546. Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI...*, cit., p. 45, 46 e 65.

³² No testamento de António Ferreira da Câmara, em 1674, em que é nomeado como testamenteiro o Bispo de Targa, constam inúmeras obrigações de cariz eclesiástico a cumprir em vários altares e igrejas da cidade (como as mil missas por diversos sacerdotes especialmente às almas do Purgatório e as missas a seus pais), os dotes para casamento de 16 órfãs honradas, os bens doados a criados, e a alforria da sua escrava Sebastiana, depois da sua morte; num codicilo ao testamento, acaba por não dar a liberdade à escrava e por a legar aos seus herdeiros. Arquivo Distrital de Évora, Testamentos, Cx. 11, nº 84. Também num testamento conjunto, em 1673, de António Pinto Leoniz e Joana Batista Leoniz, irmãos, ambos sem herdeiros, libertam uma negra, Isabel, por morte de ambos. Arquivo Distrital de Évora Testamentos, Cx. 10, nº 93.

³³ Jorge Fonseca, “Os escravos nos conventos alentejanos”, *A Cidade de Évora*, II Série, n.º 6, Évora, Câmara Municipal, 2002-2006, p. 279-286. Sobre esta matéria, cf. ainda Christiana Martins, “O segredo dos escravos reprodutores”, *Jornal Expresso 5 dezembro 2015*, primeiro caderno, p. 20, 21.

³⁴ Assim, dos 9 escravos, apenas um seria branco; João, não é explicitamente branco, bem como Beatriz, ambos com patronímico. Estes dados confirmam que João Touregão, abastado escudeiro, era dono de escravos negros, mouros e brancos. (Leitura do Dr. André Silva).

nome Fátima, avaliada em 10.000 reais (provavelmente moura); uma escrava menina, filha da dita Fátima, avaliada em 4.000 reais; uma escrava, de nome Beatriz Eanes, que fica forra, em 10.000 reais, e em que não é referida a cor; um escravo branco, de nome João Rodrigues, avaliado em 12.000 reais; outro escravo negro, moço, chamado Francisco, avaliado em 8.000 reais brancos; um último escravo, também moço, chamado Brás, avaliado em 7.000 reais (provavelmente, negro, embora não refira a cor). Entre os bens das netas, Beatriz Touregã, Maria Touregã e Clara Gonçalves, já religiosas em Cástris, couberam, para Clara, a escrava Fátima para Maria o escravo Diogo.

Após a morte da avó, Brites Martins, a 23 de abril de 1526, as partilhas foram feitas entre o neto João, as duas netas ainda vivas, Beatriz e Maria³⁵, e o convento do Espinheiro, a quem a avó deixara a terça, solicitando vir a ser sepultada no seu cruzeiro. A avó fizera inventário em 1511, quando testara, sendo que no testamento tornava forros 4 escravos (Joana, João, Bartolomeu e Jerónimo), determinando que, depois da sua morte, deveriam servir o neto. Entre os bens das religiosas constam, para cada uma, 3.333 reais e 2 ceitis da venda de um escravo, além dos muitos bens de raiz e alguns móveis.

Em setembro de 1539³⁶ a documentação esclarece ainda que, além destes bens originados dos avós, quando Brites e Maria Touregã haviam entrado para o mosteiro levaram consigo três escravas para as servirem (Helena, Juliana e Violante, cujas mães já haviam servido os Touregãos) e a quem tinham passado carta de alforria na altura, passando a servi-las como criadas, e não como escravas, dentro do mosteiro. Neste caso, aquele em que maior número de escravos (negros, mouros e brancos) são citados no longa relação desta família com este mosteiro, alguns deles alforriados.

Também entre os bens herdados por D. Inês da Silva, outra religiosa em S. Bento de Cástris, consta a referência a escravos. Em 1602³⁷, por morte de sua avó, D. Violante da Silva, a religiosa recebera entre diversos bens 20.000 reais por uma escrava mulata. No caso desta religiosa, a complexidade do processo de partilhas iniciara-se já antes, em 1597³⁸, com a morte de uma tia, D. Maria Mendes, casada em segundas núpcias com Duarte de Melo Pereira. Com a morte da tia desta religiosa, o mosteiro fez-se representar na partilha dos bens por frei Lamberto, procurador da instituição e da religiosa. Entre os bens móveis, couberam ao mosteiro 2 escravos: Belchior, avaliado em 75.000 reais

³⁵ BPE, Livro 20 Fundo S. Bento, peça 72; BPE, Livro de Tombo do mosteiro de S. Bento, fl. 179.

³⁶ BPE, Livro 17 Fundo S. Bento, doc. 69.

³⁷ BPE, Livro 21 Fundo S. Bento, peça 33.

³⁸ BPE, Livro 21 Fundo S. Bento, peça 1.

e Francisco, em 50.000 reais; só em 1617, a 20 de julho³⁹, a Relação de Lisboa concretizou a partilha dos bens, por sentença, a partir do Inventário realizado, constando os 2 escravos no quinhão de D. Inês.

No caso dos dotes que incluíam escravas podem também ser exigidas condições de tratamento futuro. Em 28 junho de 1646, sendo abadessa em S. Bento de Cástris D. Ana de Faria de Almeida, no dote de 1000 cruzados de Inês da Conceição, o dotador, seu pai, Manuel Rodrigues Santiago, de Arraiolos, nomeia a filha como herdeira dos seus bens (a mãe, Isabel Luís, já falecera); doou-lhe uma escrava para a servir, e que, por sua morte, o mosteiro não podia vender nem meter fora⁴⁰, o que poderia precisamente significar um encargo futuro para a instituição, dada a necessidade de assistência e sustentação da escrava quando já não tivesse condições para servir o mosteiro.

No convento dominicano do Paraíso de Évora, no último quartel do século XVI, no título de bens e propriedades que trouxera Francisca de Faria, no valor de 460.000 réis obtidos por ordem régia após demanda com o cunhado, D. Fradique, “(...) uma parte (...) nos escravos que nam podemos vender, digo, que nam podemos aver porque ficaram forros. (...) Item herdou mais duas escravas que sam ja falecidas e outra que depois saiu forra.”⁴¹. Neste mesmo convento, c. de 1575, entre os bens que trouxera a madre Helena do Rosário constava também uma escrava, avaliada em 20.000 réis⁴². Quatro anos depois (1579) ingressou neste convento D. Maria de Távora, filha de João de Sepúlveda e de D. Constança de Távora, e viúva de Pedro Álvares de Carvalho, capitão-mor e governador de Mazagão⁴³. Ao entrar no convento trouxera uma filha, para quem também assegurou o sustento na comunidade, idêntico ao de uma aia da criança que entrou na instituição na mesma altura. Em 1580 (1 de outubro) D. Maria professou⁴⁴.

As religiosas que possuíam escravas (em Santa Clara, no Paraíso, Santa Catarina⁴⁵) passavam normalmente por sua morte à instituição. Porém, havia freiras que tinham escravos, como Inês de Cobelos, religiosa no Salvador, que em 1566 libertou um seu escravo baço, certamente na altura do testamento e antes da profissão. Catarina Viegas, recolhida em Cástris, originária de Serpa, possuía escrava e escravo, a que dá destinos diferentes ao testar. Em 17 de agosto

³⁹ BPE, Livro Tombo do mosteiro de S. Bento de Cástris, fl. 227.

⁴⁰ BPE, Cód. CXXXI/2 - 27, fls. 23-29.

⁴¹ BPE, Livro 1 do Paraíso, fl. 31.

⁴² BPE, Livro 1 do Paraíso, fl. 34 v.

⁴³ BPE, Livro 1 do Paraíso, fls. 37v., 38.

⁴⁴ BPE, Livro 1 do Paraíso, fl.41.

⁴⁵ Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI*, ..., cit., p. 47.

de 1617, no seu testamento ⁴⁶, feito antes de professar no locutório do mosteiro, sendo maior de 25 anos, deixou ao mosteiro 80.000 réis para se empregarem em bens de raiz, indicando os 3 irmãos como testamenteiros. No testamento, declara que “minha escrava Esperança me fique em minha tença e por minha morte a deixo às duas [uma sobrinha e uma prima que tinha no mosteiro] e se ela não servir a minha vontade mando que ma vendam e me merquem outra que me satisfaça”⁴⁷, ficando ao mosteiro depois da sua morte. Determina ainda que

“hum escravo indio que tenho, por nome António, que por minha morte natural fique forro e em satisfação de alguns serviços que faça a meus irmãos, mando a meu irmão Manuel da Cruz ou a quem pessuir a Capela de missa cotidiana o sustente de tudo o que lhe for necessario e assim lhe rogo que lhe faça muito boa companhia e o trate muito bem enquanto o dito escravo viver.”⁴⁸.

Portanto, à escrava não concedia a liberdade, devendo servi-la ou às suas familiares; no testamento faz ainda questão de sublinhar que a escrava a devia servir de acordo com a sua vontade, e se não a satisfizesse o mosteiro poderia vendê-la e comprar-lhe outra que a servisse a seu gosto. No caso do escravo índio, concede-lhe a alforria por sua morte, devendo, como era habitual, passar a servir os irmãos, sendo que solicita que o tratem muito bem.

A exigência em relação ao serviço prestado é bastante frisada, como, em 15 de junho de 1582 aquando da escritura de entrega e quitação de dote de religiosa⁴⁹ que fez o mosteiro de Cástris a Pero Gonçalves de Camões, fidalgo da Casa Real, morador no Alandroal, sobre D. Catarina, sua filha. Entre outros bens, Pero Gonçalves dera à filha uma escrava, por nome Maria, que lhe ficara por testamento da mãe (Isabel):

“E por quanto não herão contentes o dito convento do serviço della lha tornavão logo a entregar pera que elle a leve e faça della o que quiser e elle dito pero gonçalves lhe daa logo pera outra escrava dezasseis mil reis com que a comprarão e a dita d. catarina se serviria della em sua vida e por sua morte ficara cativa no dito convento.”⁵⁰.

Por outro lado, a preocupação com o tratamento dos escravos surge na documentação do mosteiro cisterciense de Évora em 1492, a 11 dezembro, embora não se trate de bens do mosteiro ou das suas religiosas⁵¹. Inês Fernandes Gramacha, mulher de Vasco Arnalho, deixa expresso no seu testamento (onde

⁴⁶ BPE, Livro Tombo S. Bento de Cástris, fl. 381.

⁴⁷ BPE, Livro Tombo S. Bento de Cástris, fl. 383.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ BPE, Livro 29 Fundo S. Bento, fl. 72.

⁵⁰ BPE, Livro 29 Fundo S. Bento, fl. 73 v.

⁵¹ BPE, Livro Tombo do mosteiro, fl. 373. BPE, Pasta S. Bento 2, nº 80.

também menciona o mosteiro) que a sua escrava Isabel ficasse forra 5 anos após a sua morte, dando-lhe estrebaria, palheiro, casa de poço, enxoval (que especifica, com cama de roupa que valesse 4.000 reais) e peças de roupa (uma fraldilha de Bruges, um manto e um saio preto), ou seja, conferia-lhe liberdade, tornava-a proprietária de alguns bens e concedia-lhe enxoval, propiciando-lhe condições de matrimónio. Inês Gramacha determinava ainda no testamento a concessão de alforria a Bento e Agostinho, escravos seus, com condição que, depois da morte da testadora, servissem o marido; o mesmo para Johane e Inês, também escravos seus. Inês Gramacha teria, pois, 5 escravos - 3 homens e 2 mulheres, preocupando-lhe especialmente com o futuro de uma delas.

Num instrumento de dote, esmola e obrigação ao mosteiro de S. Bento de Cástris⁵², a 1 de junho de 1581, sendo abadessa D. Brites Pereira, Heitor de Melo, do Conselho d'El rei, morador em Évora, expressa a vontade do irmão António de Melo, alcaide-mor de Castro Marim, de colocar no mosteiro uma filha com cerca de 10 anos, filha de D. Francisca Coutinha, já falecida. Na entrada, o tio doou-lhe uma escrava para a servir e para servir a casa. Professando, o mosteiro receberia 1.000 cruzados de dote e, se não professasse, sairia com a escrava e tudo o que levasse para o mosteiro, não dando o dote principal (1.000 cruzados). Tornamos a encontrar referência a Maria Coutinho, futura abadessa no mosteiro, cerca de um ano depois, a 19 de março de 1582⁵³, na casa do Parlatório do mosteiro, estando aí reunidos o Abade Geral da Ordem, Dr. P. Frei Lourenço do Espírito Santo, o Pe. Frei Aleixo da Luz, pregador e confessor do mosteiro, o Dr. Lançarote Leitão Perestrelo, juiz de fora dos órfãos com alçada por el-rei na cidade de Évora, e Francisco Monteiro, tutor e curador de D. Maria Coutinha, que já tinha acabado o ano de noviciado, preparando-se para professar. É descrita a diversa fazenda que possui, onde constam

“duas escravas mulatas convem a saber maria e francisca as quais tinha no dito convento consigo que ella ficaria senhora pera si e poder servir della a francisca sem o ditto mosteiro lhe ir a isso à mão e quanto a maria escrava disse ella dona maria e seu tutor que a davão ao dito Convento pera o servir sem o dito convento ha poder trespassar nem vender a pessoa allgua sallvo se for pera lhe comceder lliberdade.”⁵⁴.

⁵² BPE, Cód. CXXXI/2-1, doc. 7.

⁵³ BPE, Livro 29 Fundo S. Bento de Cástris, fl. 74v.

⁵⁴ BPE, Livro 29 Fundo S. Bento de Cástris, fl. 76.

Frisemos a questão da propriedade sobre Francisca, a que o mosteiro “não poderia deitar a mão”, abdicando a futura religiosa de Maria a favor do mosteiro, mas limitando também a atuação da instituição em relação à escrava⁵⁵.

A cláusula de servir as religiosas “de portas adentro”, “dentro no mosteiro” ou das “portas afora” surgia muitas vezes em doações de escravos/as a mosteiros femininos, definindo espaços distintos de circulação no espaço da clausura. Vejamos alguns exemplos. Ao convento da Saudação em Montemor-o-Novo foram doadas três escravas em testamento por D. Elvira de Mendonça, mulher de D. Fernão de Martins Mascarenhas, capitão de ginetes de D. João III e alcaide-mor da vila, que doou também 3 escravos para as servirem das “portas afora”⁵⁶.

Para o mosteiro de S. Bento de Cástris temos a doação de uma escrava parda, de nome Maria, feita por Joana Barreta em memória do marido, Diogo Rodrigues. A doação teve lugar a 3 de outubro de 1605, na quinta da Pouca Farinha, com condição de as religiosas se servirem dela “portas adentro”⁵⁷. Mas o que significavam estes serviços? Há dados para a Espanha e para a Sicília⁵⁸

⁵⁵ Para algumas instituições masculinas também se verificam doações. Em 1576, Brites de Canha, doou um seu escravo, Aleixo, de cerca de 20 anos “por justos Respeitos que a isso moverão em espeçiall per desejar sua sallvaçam e lhe parecer que assi a podia ganhar (...) ao Reitor, padres e collegio do espirito santo da companhia de Jesus desta cidade d’evora que ora são e pelo tempo forem para serviço da dita casa (...) para que se sirvam delle e façam dele tudo o que quizerem.”. Arquivo Distrital de Évora, Fundo Notarial de Évora, Livro 191, fls. 38, 38v., 39. De teor semelhante, uma *doação entre vivos valedoura*, foi feita na igreja do Espinheiro em 1631 por Ana de Moura, que doou ao convento Gaspar, um seu escravo de 5 anos, para serviço da Casa e religiosos dele, impondo, que não fosse tirado da casa nem do mosteiro, nem vendido ou trocado para outro convento ou parte alguma. Arquivo Distrital de Évora, Fundo Notarial de Évora, Livro 564, fl. 101. Ainda no Espinheiro, em abril de 1585, o prior Frei João de Penamacor e outros religiosos da instituição passaram Carta de alforria a um escravo do convento. Assim, forraram a António, homem preto, de 60 anos pouco mais ou menos, de bom corpo, meio branco, mas com a condição de que não podia ir, viver, morar ou aproximar-se até duas léguas da herdade da Junceira (em Évoramonte, a única das que o convento possuía e que os frades administravam diretamente). ADE, Notariais, Livro 256, fls. 20-21 (informação esta que agrademos ao Dr. Manuel Branco).

Também D. Teotónio de Bragança, que protegeu particularmente os frades cartuxos e a sua instalação na cidade, doou um seu escravo, Jorge de Sousa, cerieiro, ao convento da Cartuxa. De facto, concedida a alforria, o escravo deveria assegurar o fornecimento de cera gratuitamente ao convento. Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI...*, cit., p. 32.

⁵⁶ Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*.

⁵⁷ BPE, Cód. CXXXI/2-2, fl. 158 v.

⁵⁸ Aymard, Maurice Aymard, “Il commercio dei grani nella Sicilia del’ 500” *Archivio Storico per la Sicilia Orientale*, Anno LXXII, Fascicolo I-III, (1976), p.7-28, Discussion, p.32; Bernard Vincent, “L’esclavage en milieu rural espagnol au XVIIe siècle: l’exemple de la région d’Almería”, in *Figures de l’esclave au Moyen Age et dans le monde moderne*, L’Harmattan, Paris, 1996, p.165-176.

que apontam no sentido de uma tendência para a redução da escravatura privada em detrimento da pública durante o período moderno, e que a escravatura em meio rural típica do período medieval deu lugar à doméstica urbana, sendo os escravos usados em casa e crescendo o seu número de acordo com o estatuto social do proprietário. Estes estudos indicam ainda que o trabalho dos escravos domésticos dependia do sexo e do meio: em meio rural, as mulheres serviam na cozinha, limpezas, serviços e os homens trabalhando nos campos ou na pastorícia. Na cidade, a diferenciação de género era menos acentuada (homens também nas limpezas), verificando-se mesmo o desempenho de alguns ofícios (alfaiate); esta diferenciação prolongar-se-ia para o universo monástico feminino, de acordo também com os locais de implantação das comunidades, sendo vedado o espaço da clausura ao escravo, não à escrava.

A presença de escravas na clausura, contrariamente à questão das criadas particulares ou da Ordem, passou discreta na documentação emanada dos órgãos centrais das ordens religiosas. No caso de Cister, as Juntas e Capítulos efetivamente pouco se debruçaram sobre a questão das escravas, contrariamente às exigências para a admissão de moças ou criadas: em 1737, exigia-se que fossem maiores de 12 e menores de 25 anos, sendo que a aceitação de moças particulares só se efetivava após saírem as antigas, não sendo aceites moças que já tivessem servido noutra Congregação⁵⁹. Já em 1721, para tomar criada, as religiosas deviam respeitar a cláusula de depositar dinheiro suficiente para alguém, designado pelo Abade Geral, inquirir da sua reputação⁶⁰, ou mesmo determinando superiormente o seu número. Porém, a Junta de 1742 constatou que em alguns mosteiros femininos cistercienses, muitos dos leitos destinados a religiosas estavam ocupados por recolhidas, criadas ou mesmo escravas, sob o pretexto de os terem comprado, determinando o abandono de tal prática num prazo de nove dias. No entanto, só em 1751 temos verdadeiramente um documento significativo:

“Ordena o N. Rmo. E mais Padres do Definitório que nenhuma Religiosa de hoje em diante possa ter Negra ou Mulata que a sirva nem ainda com o pretexto de ficar por sua morte ao mosteiro para o comum porque caso que assim suceda alguma vez sera em idade tão avançada que não sirva para mais do que ter o mosteiro de sustentala e esta mesma ley se praticara também com as educandas e recolhidas E a respeito das que hoje ha em alguns Mosteiros

⁵⁹ BPE, Cód.CXXXI/2-7, fl. 57.

⁶⁰ BPE, Cód.CXXXI/2-7, fl. 42.

se lansarão fora por qualquer leve causa quando sua Senhora a não lanse no tempo que lhe asignar.”⁶¹.

No seguimento desta determinação, Frei Manuel Barbosa, Abade Geral da Congregação de Alcobaça, em 1756, devido a um Breve do Núncio do reino, dá provisão⁶² para se recolherem no mosteiro de Cástris Helena da Exaltação, mulher de Pedro Lima Corado como recolhida e sua filha, Maria Romana do Pilar, como educanda, moradoras em Avis e naturais de Vila Rica. A mãe daria de piso 120.000 réis e a filha 80.000 réis, em pagamento faseado, bem como meias propinas de noviças às religiosas e religiosos. Se levassem criada ou escrava, dariam por ela de piso 60.000 réis.

Um dos casos mais interessantes que analisámos foi a admissão para recolhida de Lourença Dias de Jesus no convento de clarissas de N.^a Sr.^a de Aracoeli, de Alcácer do Sal, a 12 de dezembro de 1733⁶³. Lourença era natural do bispado do Rio de Janeiro, freguesia de Santo António de Itatiaia, e surge identificada no contrato como *mulata do Brasil*, e escrava de Miguel Dias de Sousa, implicando a sua entrada no convento o pagamento de 300.000 réis e não dos 100.000 réis habituais. O processo contém o Indulto Apostólico da Sagrada Congregação de Bispos e Regulares para entrar na clausura do convento e viver em hábito secular, o termo de aceitação do Indulto e a tradução do Indulto. O notário Apostólico de Évora, Manuel Soares da Cunha, constituiu o processo, onde consta uma petição e um Despacho do Dr. Manuel Álvares Cidade, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado de Évora, e um Breve Apostólico de Clemente XII. Na análise do processo, sublinha-se que era costume o convento receber religiosas de hábito secular, que tinha lugares vagos, e ainda que Lourença tinha posses para se sustentar, sendo aceite em Capítulo pela comunidade em 1735. A perceção deste processo só ganha maior significado quando o associamos á da entrada simultânea no mosteiro das três filhas de Lourença como educandas, Maria da Conceição (14 anos), Josefa de Jesus (7 anos) e Ana Maria de Jesus (4 anos)⁶⁴; o pai era Miguel Dias de Sousa. O processo das educandas é acompanhado de certidão de nascimento, também no Brasil, sendo que na certidão da primeira filha, Maria da Conceição, Lourença é identificada como solteira e escrava de Miguel de Sousa, sendo-lhe concedida a alforria com o nascimento desta filha. As três irmãs conseguem ainda colocar no mosteiro uma criada que haviam trazido do Brasil, Francisca

⁶¹ BPE, Cód. CXXXI/2-6, peça 6.

⁶² BPE, Livro 20 Fundo S. Bento, doc. 60.

⁶³ ADE, CEEVR, SC K, SSC KA, 0015, Cx. 1.

⁶⁴ ADE, CEEVR/K-A/001/00012; CEEVR/K-A/001/00013; CEEVR/K-A/001/00016.

de Santo António, a pretexto de as servir, e alegando sempre posses para o seu sustento, não dependendo da Casa franciscana.

Sublinhamos ainda que as cartas de alforria podem ser entendidas como bastante reveladoras da relação entre o proprietário e quem o servia; uma dessas cartas foi dada em Évora em 1577 por Inês Rodrigues⁶⁵, viúva de Baltasar Fernandes. Inês confirmou que

“era verdade que ela tinha e avia hum seu escravo Indio per nome francisco de cor baça que ora sera em hydade de cinquenta annos, comprido de corpo que falla arrazoadamente E que ora dizia que deste moto proprio e livre vontade forrava ora avia por forro e livre ao dito francisco para que d’oje em diamte em os dias da vida do dito francisco elle posa fazer e fara de sy o que lhe aprouver como o fazem e podem fazer os homens que livres são e devem ser lyvres nascerão”.

A alforria foi concedida a troco de 25.000 reais em dinheiro, logo recebidos, apelando Inês a que as justiças de Portugal e Castela não duvidassem da liberdade de Francisco. Neste contexto, não podemos também deixar de citar o caso de Catarina de Figueiredo de Almeida, solteira, que, em 25 de agosto de 1613, na Mouraria, declarou que tinha um escravo pardo alto, de 21 anos, bexigoso de rosto, e que estava determinado em ir em romaria ao reino de Castela “a nosa senhora de agoa de Lupe E depois de feyta sua Romaria querya corer o dito Reyno de castella e ver todas has couzas delle E nelle trabalhar no offisio de allfayate de que he ofisial a qual Romarya e yda elle dito manoell de figeredo não podia fazer sem lystença e consentimento de sua senhora”⁶⁶. Ela concede-lhe essa licença para ir a Guadalupe e andar e trabalhar em Castela por 3 anos, obrigando todos os seus bens; o escravo Manuel aceitou a licença, obrigando-se a voltar ao fim desse tempo para casa da sua senhora. O documento é assinado pelo tabelião e testemunhas, bem como pelo escravo, que sabia escrever, mas não por Catarina, que não sabia escrever. É, pois, um documento em que fica explícita, em inícios do século XVII, a confiança no escravo mesmo para fora do reino, escravo que, além de saber assinar, era alfaiate; naturalmente, fica também clara a importância da romaria a Espanha neste período, em pleno domínio filipino, o que também facilitaria a circulação do escravo entre os dois reinos.

⁶⁵ BPE, Cód. CLXIX 1-26, N° 7.

⁶⁶ ADE, Notarial de Évora, Livro 397, fl. 93.

Considerações finais

Durante o período moderno em Évora também os mosteiros e conventos registam a presença de escravos, uma realidade que, se aumenta exponencialmente no período moderno, encontra experiências mais ancestrais a nível europeu e extraeuropeu. Ao serviço das instituições ou de religiosas particulares, passavam a fazer parte do quotidiano dos mosteiros por via de partilhas, legados testamentários, heranças, sentenças, doações (operações mais frequentes nos casos que analisámos). Esta presença não atingiu números muito significativos, ideia que nos fica do cruzamento de fontes analisadas em relação a diferentes casas religiosas. Essas fontes são escassas e as referências a escravos/as na clausura surgem diluídas nos conjuntos documentais. Sabendo-se da sua existência, torna-se difícil apurar com exatidão o número de religiosas que traziam para os conventos não só criadas particulares mas especialmente escravas, de molde a dar a conhecer a experiência quotidiana da vida conventual. São raros os autores que trabalham estes dados, como o faz *Silvia Evangelisti*⁶⁷. No caso português, trata-se certamente de uma questão em aberto e a desenvolver em futuras abordagens, colocando interrogações sobre o quebrantar da clausura, a não abdicação da propriedade, a manutenção das desigualdades no claustro, e, muito especialmente, da vida de escravos de ambos os sexos no mesmo mosteiro (caso específico dos mosteiros e conventos femininos, admitindo os espaços religiosos masculinos apenas escravos masculinos), em espaços que podemos considerar como permeáveis e de fácil contacto com o mundo extraclausura.

⁶⁷ *Silvia Evangelisti, Nuns: A history of convent life 1450-1700*, OUP, Oxford, 2007.

**Cristãos-Novos da cidade de Viseu e A Devassa Inquisitorial:
Entendimentos Sobre Uma Comunidade Específica
(Sécs. XVI- XVII)¹**

***New-Christians of Viseu and the Inquisitorial Inquest:
Understandings on a Specific Community (16th and 17th Centuries)***

MARIA TERESA GOMES CORDEIRO

Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca

teresacordeiro1@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on:27/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on:22/06/2016

Resumo:

Nos finais de Quatrocentos, após a conversão forçada das minorias religiosas em território nacional, prosperava na cidade de Viseu uma certa comunidade que descende do velho credo mosaico. Muitos tinham vindo de Castela, beneficiando da regularidade dos fluxos pela raia. Dotados de singular aptidão para o saber e para a ciência, revelando históricas capacidades de pragmatismo e adaptação, ocupam uma posição central na geografia e dinâmismos locais, como rendeiros, físicos e advogados, proprietários rurais mas, sobretudo, mercadores transfronteiriços. Guiadas por uma ética singular fundada na preservação da memória, estas famílias

Abstract:

By the late 1400's, after the forced conversion of religious minorities in Portuguese territory, within the city of Viseu still thrived a specific community that drew its ancestry from old mosaic law. Many of its members had arrived from Castille benefiting from regular borderland flows (between Portugal and the now Spain). Apt for knowledge and science – revealing historical traits towards adaptation and pragmatism – they will place themselves in a central role regarding local geographical dynamics, either as tax collectors, physicians, lawmen, landowners or most important yet international merchants. Guided by singular ethics – anchored on the preservation of

¹ O texto que ora se apresenta tem na sua base um percurso investigativo sobre a biografia de um grupo social específico (a comunidade cristã-nova de Viseu Moderno), realizado pela autora no contexto da sua dissertação de doutoramento (cf. Maria Teresa Gomes Cordeiro, *Inquisição e cristãos-novos na cidade de Viseu: morfologia, identidades e integração sociocultural [séculos XVI-XVII]*, Salamanca, Universidade de Salamanca-Faculdade de Geografia e História, 2015). Numa perspetiva historiográfica menos tradicional, identificou-se a documentação inquisitorial como fonte da História Social e, assim, recurso fundamental para o estudo prosopográfico de uma comunidade cristã-nova, numa abordagem diacrónica e micro-analítica. Porém, se assim se permitia o acesso a trajetórias e identidades, por outro lado, a natureza das fontes condicionou, naturalmente, os resultados da pesquisa, restringindo a observação aos que foram, direta ou indiretamente, atingidos pelo Santo Ofício (mas que, no caso, são em número muito expressivo, resultando do estudo de cerca de 300 processos instaurados por crime de judaísmo [cf. quadro 1]).

conversas participam num equilíbrio mais geral, estruturado no sistema clientelar do tempo e por isso transversal a cristãos-novos e velhos. Porém, a emergência de novas dinâmicas de poder e lógicas integracionistas sacodem violentamente a cidade e alteram a equação de forças em que se ancorava a vida em comunidade. A devassa inquisitorial irá afetar profundamente os ritmos e a sobrevivência do seu núcleo central, às voltas com acusações heréticas. Uns sucumbem na prisão, outros pelo fogo ou pelo garrote. Muitos fogem, tentando salvar a vida e a fazenda. A cidade sofre irremediavelmente pela sangria de gente que lhe acrescentara vigor mas nem por isso supera o estigma do “sangue impuro”.

Palavras-chave:

Cristãos-novos; Viseu; Inquisição; Sistema clientelar; Êxodos.

memory – these converse families take part of a wider equilibrium, structured by the periods clientele system and common to new and old Christians. However, the rise of new integrational logics and power dynamics will violently shake the city and the equation of forces at play. The inquisitorial interference will profoundly alter the rhythms and survival of the converse community’s central core, “distracted” with accusations of heresy. Some will succumb in prison, others by fire or garrote. Many flee, attempting to save both their lives and their wealth, resulting in the loss of those that added to Viseu’s vigour but were never able to surpass the stigma of “impure blood”.

Keywords:

New-Christians; Viseu; Inquisition; Clientele System; Exodus.

Nas primeiras décadas de Quinhentos, Viseu é ainda uma cidade que conta com a prestação de muitos dos herdeiros do velho credo mosaico. Nem a conversão forçada de finais do século anterior ou sequer o recente decreto papal que no reino instituía o Santo Ofício tinham bastado para deter esta forte comunidade, enraizada na cidade por tantas e fundadas razões.

Data de 1284 o primeiro vestígio documental da presença de judeus na cidade de Viseu. Fala de Abraão que vivia em Cimo de Vila com sua mulher Donai Dona². Entretanto, muitos tinham chegado pela raia, vindos do reino vizinho. Chegavam em massa, com a esperança de encontrarem nestas terras da Beira mais interior o refúgio que buscavam, os amigos e parentes, nova morada, antigos negócios. Viseu, como outras terras da Beira, atraía os conversos castelhanos, ainda que não fossem todos os que os acolhiam bem. Confunde-se a peste com a sua chegada, vê-se neles a causa desse castigo³.

² ADVIS, Pergaminhos, m. 26, n.º 16. Cit. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “Metamorfoses da cidade medieval. A coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu”, *Medievalista* [em linha], n.º 11 (Janeiro/ Junho 2012). (<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/anisio1106.html>, consultado em 2016.01.02), p. 5.

³ Cf. Maria José Ferro Tavares, “Judeus e conversos castelhanos em Portugal”, Alicante, Sep. de *Anales de la Universidad de Alicante*, Departamento de História Medieval, n.º 6, 1987, p. 349.

Contudo, e mesmo depois de uma certa Bula⁴ estender o Santo Ofício às terras de D. João III, em Viseu se manteria, durante muito tempo, gente a quem fora imposta uma fé oficial. Cristãos, velhos e novos, viam-se como podiam. E se este era um entendimento precário, era igualmente o possível, dado o juízo do tempo e constrangimentos da fé. Em Viseu pareciam revelar-se prioritários pragmatismos locais, aos quais se submeteriam os recursos disponíveis. Porque a comunidade cristã-nova tinha muito a oferecer, fosse nos dinamismos económicos, fosse na gestão autárquica ou na administração das rendas, públicas e privadas. E nem os poderes religiosos dispensavam o saber e erudição desta gente com origem noutra crença; bacharéis e licenciados, de Coimbra ou Salamanca, servem as autoridades, quer como advogados do Auditório eclesiástico⁵, ou como médicos pessoais do bispo⁶ e dos cônegos do Cabido⁷.

Porém, indiferente a estes equilíbrios locais, a expansão dos estatutos de limpeza de sangue e a ação do Santo Ofício iam invetivando contra. Na cidade, colaboram os seus bispos⁸ e quem nisso vê proveito⁹. Se bem que as leis de limpeza de sangue se façam aplicar com tempos muito diversos e variando conforme as geografias, ao longo de Seiscentos, na cidade de Viseu, estas irão restringindo o acesso a cargos, ofícios e benefícios eclesiásticos¹⁰. Além disso, a repressão do Santo Ofício provocará danos irreparáveis no tecido social da

⁴ Bula “Cum ad nihil magis”, Paulo III, 23 de Maio de 1536.

⁵ Casos dos cristãos-novos António Dias Ribeiro (este já miscigenado; relaxado em carne em 1634) e Lopo de Castro (preso em 1628).

⁶ O médico quinhentista, mencionado como “Damãozinho”, era físico pessoal do bispo de Viseu.

⁷ Era o caso do médico Jorge Rodrigues, preso por duas vezes pela Inquisição, entre 1629 e 1634.

⁸ Conhecendo-se a promiscuidade entre o corpo episcopal e o ofício de inquisidor, alguns bispos de Viseu continuavam a zelar pelos interesses da instituição. É o caso de D. João de Bragança, bispo de Viseu entre 1599 e 1609 e antes inquisidor (até 1592). Sobre a colaboração entre os poderes episcopal e inquisitorial, veja-se José Pedro Paiva, *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

⁹ Aquando da estabilização do Santo Ofício, conhecemos oficiais da instituição que são cidadãos e/ ou cônegos do Cabido de Viseu: os Comissários Miguel de Madureira e Manuel de Oliveira (só em 1701 e de que não conhecemos a diligência); os Familiares Francisco Ferrão de Castelo Branco (juiz e vereador mais velho da Câmara) e Jorge Dias de Oliveira. Cf. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Habilitações do Santo Ofício, Miguel de Madureira, maço 2, diligência n.º 31; Idem, Francisco Ferrão de Castel Branco, maço 3, diligência n.º 114; Idem, Jorge Dias de Oliveira, maço 1, diligência n.º 13.

¹⁰ Exceção feita a alguns casos que resistem pela força da influência local. Sabendo que a partir de 1588 estava vedado aos cristãos-novos o acesso aos benefícios eclesiásticos, em Viseu, ainda se verificava, nas primeiras décadas do século seguinte, a resistência de alguns mais influentes (até à ação do bispo D. Frei João de Portugal, sobre quem se falará adiante).

cidade, arrasando com uma elite que já revelara provas de querer ficar na cidade, integrada e muito útil.

No encetar do inquérito às fontes inquisitoriais suspeitávamos que aos ritmos e dinâmicas da cidade não seria estranha a ação dos herdeiros dos primeiros conversos, agora integrados neste mundo de unicismo religioso a que foram obrigados antepassados seus. E se isso os obrigava a públicas manifestações de devoção cristã, também lhes permitia o acesso a novas áreas de influência, que antes lhes eram vedadas.

Assim, estudaram-se os depoimentos dos réus na Mesa do Santo Ofício, nas sessões de genealogia, nas defesas que se alegam, nas testemunhas convocadas. E então se desvendou um certo mundo oculto, feito de velhas redes familiares, negócios e erudição, gente que se tenta proteger, que vai denunciando também, porque sabe ser esse único meio de ser reconciliado. Na leitura destas fontes, percebemos o rasto que nos conduziria à vida de gente unida por um património ancestral, ditado por um certo credo banido. Resgataram-se centenas de nomes, gente que fala dos seus ofícios, das ligações intercomunitárias, de parentes e sítios de negócios e pousada, enquanto reitores de confrarias e irmandades.

Procurou-se, nas palavras que diziam e nos medos ocultados, a revelação de matizes das suas vivências, imagens que traduzissem as pulsões de uma comunidade, quer na relação entre pares ou no entendimento geral em que se traduzia esta sociedade mista.

Nos meandros da vida dos Cristãos de Sangue Infeto

Paisagem urbana

Nos fundos documentais locais revelavam-se algumas famílias cristãos-novas da cidade de Viseu (os Mendes, Gomes, Fonseca, Henriques, Rodrigues, Dias, Gil, Fernandes, os Nunes) que, antes da conversão forçada, se poderiam ter chamado Moscatel, Adida, Navarro, Franco, Justo, Coimbrão, Longo, Baruch, Sovi, Caro, Aniele, Pérmica ou Laborado¹¹. Nos papéis do Santo Ofício vamos reencontrar os nomes destes cristãos-novos, sempre descritos como gente importante do burgo, denunciando alguns deles a origem castelhana, como no caso dos Navarro, Cáceres, Ximenes ou Reinoso.

¹¹ Maria José Ferro Pimenta Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. 2 vols; *Idem*, “Os Judeus em Portugal no tempo de D. Duarte”, *Beira Alta*, vol. 50, n.º 4 (Out./Dez. 1991), Viseu, p. 478.

Ocupam ruas centrais na geografia urbana (tal como o havia feito a minoria judaica em tempos de tolerância e de acordo com os interesses do ofício). Sem que nunca abandonem as ruas da judiaria - fosse a Velha (junto à Torre do Relógio, anterior Torre dos Sinos¹²) ou a Nova (depois chamada de rua Nova e atual rua de Augusto Hilário) - habitam na artéria central do burgo, chamada de rua Direita e onde se fixa a elite da cidade. No caso dos cristãos-novos, são sobretudo mercadores endinheirados, rendeiros e alguns que associam ao ofício principal a posse e exploração de terra. Também se instalam na sua Praça central (atual praça D. Duarte). Adquirem bens de raiz, emprazam casas, onde vivem e que arrendam mesmo que sejam mulheres. Aí se alojam e prosperam ricas famílias cristãs-novas, de que se conhecem provas de uma permanência revelada em sucessivas gerações.

Assim acontecera com a família do pintor proto-barroco André Reinoso, com créditos firmados noutras áreas do saber, como o Direito e a Medicina. Seu avô viera das montanhas das Astúrias ainda nas primeiras décadas de Quinhentos. Era mercador, de nome Alonso Reinoso e havia de casar-se com Clara Luís, cristã-nova da cidade. Fixara-se na Praça e aí adquirira casas, com a sua botica e loja, onde fazia prosperar o negócio da família.



Imagem 1 – Prazo de casa na Praça em nome de Alonso Reinoso (1564)
Documento cedido por ADVIS. Cota: ADVIS, Pergaminhos, m. 30, n.º 45

¹² Não existem certezas sobre a localização exacta da “rua à torre do relógio”. Supõe-se corresponder à actual rua das Ameias (cf. Liliana Andrade de Matos e Castilho, *Geografia do Quotidiano. A Cidade de Viseu no Século XVI*, Viseu, Arqueohoje/ Antropodomus-Projeto Património, 2009, p. 107) ou à rua Senhora da Boa Morte. Cf. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “Metamorfoses....”, cit.

Aí hão-de também viver e trabalhar alguns dos seus filhos e netos. Sua neta Catarina vive na Praça em 1628, tendo outras casas junto, alugadas à viúva de António Nunes Pinheiro, cristã-nova como ela.

E o filho de Alonso, o físico Luís Reinoso (bem como depois sua neta Clara) ocupa em segunda vida a casa paterna, onde vive com sua mulher cristã-nova e mais os seus onze filhos. Gozaria de um grande prestígio local, sabendo-se que, em 1601, o médico era também rendeiro eclesiástico como prioste do Cabido¹³.

O estudo desta família revela uma profunda endogamia por via matrimonial, ao mesmo tempo que se evidenciam traços de penetração na sociedade cristã-velha (como proprietários rurais ou pertencendo ao clero regular e secular, alguns mesmo ascendendo à condição de bispo¹⁴). Mas nem por isso serão poupados à razia dos anos 20/ 30 do século XVII, quando muitos hão-de fugir e outros são encarcerados. Beatriz, filha de Alonso, “o castelhano”, será condenada por judaísmo em 1629¹⁵, o mesmo acontecendo a filhos (Catarina, Leonor, Diogo e Miguel) e netos do médico Luís Reinoso. Sobre estes, sabe-se ter sido penitenciado o advogado Miguel Reinoso¹⁶, filho de sua filha Leonor.

Por outro lado, nas ruas das antigas judiarias assiste-se a uma gradual nobilitação dessas áreas residentes, como no caso da rua Nova, que liga a Praça à rua Direita. Em meados de Quinhentos, aí viviam destacados membros da comunidade cristã-nova, como no caso dos rendeiros, que preservam o ofício no interior da família e bem assim a morada. O poderoso almoxarife do rei, o licenciado Tomás da Fonseca (e vereador no município) vive nessa rua e é vizinho de outros descendentes de judeus. No final do século, aí viverá seu filho, o também rendeiro e boticário Manuel da Fonseca, antes de ser preso pelos oficiais da Inquisição. O bispo tivera em conta a importância do réu e da família na perseguição que lhe movera; “Manuel da Fonseca é dos principais da nação daqui e muito aparentado”. Os vizinhos cristãos-velhos intervêm a favor do réu, quando chamados a depor, como o cidadão Pero Loureiro de Mesquita e o padre e capelão de cura na fé, António Fernandes¹⁷.

¹³ Cf. ADVIS, FC, “Escritura de fiança que faz Luís Reinoso ao Cabido de Viseu, do ofício de prioste”, cx. 19, n.º 26, 1601-04-24.

¹⁴ Como no caso de um parente, bispo na ilha da Madeira e de um outro (frei António, da Ordem dos Cartuxos) que foi bispo de Lérida, no reino da Catalunha. Cf. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo de Diogo Nunes Neto, n.º 6635 (1626/ 1629), fl. 2.

¹⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo de Beatriz Reinoso, n.º 7722 (1626/1629).

¹⁶ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Miguel Reinoso, n.º 9758 (1626/1626).

¹⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Manuel da Fonseca, n.º 7288 (1602-?), fl. 4.

Já no século XVII, a rua acolhe gente que herda casas de antepassados judeus, mais os que entretanto se fixam, seja vindos de outras terras, cidadãos da cidade ou gente da cleresia¹⁸, cristãos-velhos que partilham histórias de convivência com gente de sangue manchado. Todos têm em comum fazer parte desta elite social, com interesses partilhados e em que se releva o estigma do sangue impuro em nome de outros interesses. Antes da perseguição na década de 20, vivem ainda naquela rua ricos mercadores e rendeiros cristãos-novos. Era o caso de Tomás da Fonseca, neto do almoxarife de el-rei e filho do penitenciado Manuel da Fonseca. Nem por isso deixará de ser próximo dos cristãos-velhos da rua. E mesmo que alguns já fossem oficiais da Inquisição. Em 1620, jogam-se as cartas em sua casa. Do pequeno grupo de amigos faz parte o cristão-velho Francisco Ferrão, que no ano anterior se fizera Familiar do Santo Ofício. Com ele estão os mercadores cristãos-novos Manuel Nunes Mendes, Henrique Dias (e seu genro António Peres) e António Fernandes Crasto, este último já só com “um quarto” de cristão-novo. Por causa de um gesto de Henrique que António julga de batota, segue-se a altercação. Jogam a mão às espadas, ficando ferido Manuel Nunes Mendes, por estocada que António Peres acomete para defender seu sogro. No meio da confusão, será o cristão-velho Francisco Ferrão a intervir, protegendo Henrique da fúria dos amigos cristãos-novos, “com sua capa na mão”¹⁹.

Trabalho: trânsitos, complementaridades e interditos

Com a conversão forçada, os cristãos-novos da cidade não abandonam os labores a que sempre se dedicaram, centrados na atividade mercantil. Contudo, a vantagem da integração e o acesso a ofícios que lhes eram vedados enquanto judeus originará o abandono progressivo dos ofícios mais humildes (as artes mecânicas) e a dedicação a novas atividades que lhes dão notoriedade e prestígio. Seria, como vimos já, o caso do contrato de rendas eclesiásticas (e também rendas reais) ou ainda a frequência das Universidades. Salamanca e Coimbra acolhem muitos dos cristãos-novos de Viseu, que aí se formam em Direito

¹⁸ Cf. Liliana Andrade de Matos e Castilho, *A cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII: arquitetura e urbanismo*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012 (dissertação de doutoramento, policop.), vol. 1, p. 49.

¹⁹ O episódio é relatado com detalhe no processo de Henrique Dias. Cf. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Henrique Dias, n.º 3408 (1630-34).

ou Medicina²⁰, financiados quase sempre pelos lucros dos trânsitos mercantis alcançados na família.

Os conversos da cidade dinamizam as redes e os tráficos com Aveiro, Porto ou com as terras do interior. Mais o negócio pela raia, que sempre esbateu fronteiras. Como no resto do país, estes mercadores movem-se num alargado circuito de produção, distribuição e reprodução de riqueza. Ao longo do estudo, identificaram-se redes consolidadas de fixação familiar, com parentes em várias localidades da Beira (Lamego, Linhares, Covilhã e Trancoso), que se estendem às cidades de Castela e a destinos insulares e ultramarinos (colónias deste reino e de Castela). Desde a antiga atração pela feira de Medina del Campo às condições criadas pela União das duas coroas, estes mercadores firmam importantes sucursais de negócio nas principais cidades de Castela, cuja ação é facilitada pelo abrandamento da vigilância dos portos secos nesta região beirã. Madrid, Salamanca e Sevilha são destinos por onde se movem os atores desta história de trânsitos e de diáspora. A Valladolid se dirige Diogo Nunes, levando “lençaria” para vender. Acompanha-o seu cunhado e sobrinho Filipe Nunes. Por Alverca, no bispado de Cuenca, pernoitam noutra altura o mesmo Filipe Nunes e seu tio, Diogo Rodrigues²¹. A capital do Império peninsular é o destino privilegiado destes negociantes cristãos-novos em busca de mercados para o seu fio e tela de linho. Segóvia, famosa pelos seus panos de lã, é outra cidade onde se instalam os cristãos-novos de Viseu²².

Verificáramos a prática conversa de associação de uma atividade principal a outra que a complementa, num esforço de equilibrar perdas e revelando o dinamismo do potencial sefardita. Assim, aconteceu também na relação com o setor primário. Desde o tempo dos antigos judeus, que estes possuíam ou arrendavam terra na Ribeira, em Jigueiros, à Arroteia, Assaz, Ranhados, Alagoa e Silvã. Voltamos a encontrá-los como réus, às voltas com a Inquisição e sobre os quais se localizam episódios nas suas propriedades. O olival e a vinha eram preferências óbvias²³, mas também havia hortas, casais, quintas e cortinhais, dentro e fora do perímetro central. António Fernandes empraça vinha e olival

²⁰ Sobre cristãos-novos de Viseu na Universidade de Salamanca, encontramos-los em Ángel Marcos de Dios, “Índice de Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)”, *Brigantia-Revista de Cultura*. Assembleia Distrital, Bragança, 1990; *Idem*, “Portugueses na Universidade de Salamanca (1580-1640)”, *Brigantia-Revista de Cultura*. Assembleia Distrital, Bragança, 1984.

²¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Isabel Nunes, n.º 4064 (1595-1598).

²² ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Manuel da Fonseca..., cit., fl. 9.

²³ Lembramos o antigo vinho judengo e a importância do azeite na cozinha judaica.

no Cerrado de Santa Eugénia²⁴ e outros o faziam nas antigas Vinhas dos Judeus e nos outros terrenos da cidade.

Com o tempo e a integração num estrato social mais próspero, alguns podem mesmo viver à maneira cristã-velha, adotando comportamentos de uma certa elite urbana que se traduzem na posse de propriedade agrária. Dizia-se “viver de sua fazenda” e assim procedeu, entre outros, o genro do físico Luís Reinoso e filho de um grande mercador da cidade, ele próprio detentor de propriedade agrária (Cristóvão Rodrigues).

Destacam-se estes cristãos-novos nas funções da administração e da finança. Participavam na gestão do município quinhentista em cargos de relevância até que as leis de limpeza de sangue os irão interditar. Do mesmo modo o farão feitores e rendeiros, alguns cobradores de rendas eclesiásticas, contrariando leis do reino. Usam esta atividade como complemento dos trânsitos mercantis (prioritária), mas também da exploração agrária e do exercício das artes liberais²⁵.

Sobre estas artes liberais, observou-se a prevalência de boticários e físicos/médicos, confirmando o relevo social do núcleo de cristãos-novos de Viseu. Nos casos identificados, confirmou-se a transmissão do ofício da medicina no interior da família, tanto quando o permitiam as restrições dos estatutos de limpeza de sangue.

Família, poder e integração

Sabemos como a sua disposição na geografia da cidade resultaria da aplicação de estratégias de fixação da família cristã-nova no sentido de consolidar uma sólida rede de negócios e poder²⁶.

O matrimónio constitui meio fundamental de cuidar dos interesses da família e consolidar redes transfronteiriças. No estudo da comunidade quinhentista de Viseu, confirmou-se a endogamia familiar; “La familia se convertía en una célula societaria donde los vínculos de sangre o clientelares eran la base de todo el

²⁴ Maria das Dores Almeida Henriques, *Judeus em Viseu: Catálogo dos Documentos existentes no Arquivo Distrital de Viseu*, Viseu, Arquivo Distrital, 1992, p. 20.

²⁵ Como foi o caso de advogados e sobretudo dos médicos (exemplos dos médicos Luís Reinoso e Lopo da Fonseca).

²⁶ Mas também como forma de cuidar das suas solidariedades internas, acolhendo vulnerabilidades. Conheceram-se casos de viúvas e de jovens órfãos ou cujos pais estão detidos pelo Santo Ofício a quem é dispensado apoio de parentes.

entramado del grupo”²⁷. Sempre presente a questão da transmissão patrimonial. O casamento serviria para reforçar as redes familiares dos negócios e interesses. São famílias poderosas as que aqui estão em presença. A memória e a fazenda determinam contratos entre parentes. Por elas se continuam a decidir casamentos entre próximos²⁸. E mesmo quando não se realizava no interior da família, combinava-se o casamento com outras linhagens de conversos, sob o interesse geral de consolidar estratégias de prestígio e de poder. Tratava-se de zelar pela coesão do grupo, fosse qual fosse a extensão da ortodoxia de alguns”²⁹. E o dote surge como atualização da velha “kétubah”³⁰, sinal de riqueza e prosperidade das partes envolvidas. Em Viseu sobressai a existência deste meio de regular influências e assegurar os vínculos entre parentes de uma comunidade cristã-nova suficientemente forte para agir de acordo com estratégias de linhagem.

Contudo, no século XVII, e ainda que nas famílias mais poderosas continuasse a dominar a prática da endogamia³¹, percebemos uma comunidade com traços muito evidentes de uma maior integração, pela extensão das famílias miscigenadas na cidade de Viseu. Sucedem-se os casamentos mistos, porventura, em busca de uma segurança cada vez mais necessária mas, como se prova, ilusória. E nem sempre são entendidos estes casamentos mistos. No interior

²⁷ Jesús Carrasco Vázquez, “Los Conversos Lusitanos y la Unión Ibérica: Oportunidades y Negocios. El Caso de Juan Núñez Correa” in *Política y Cultura en la Época Moderna (Cambios dinásticos. Milenarismos, mesianismos y utopías)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, D.L. 2004, p. 765.

²⁸ Sabemos como, apesar de proibida pelas leis do Reino e da Igreja, a endogamia prevalece durante muito tempo no seio destas famílias (sobretudo entre primos co-irmãos). Fracassara o projeto integracionista de D. Manuel; nunca fora efetivamente aplicada a legislação que proibia os casamentos entre si. E como só com dispensa papal se podiam regularizar essas práticas, delas encontrámos alguns vestígios concentrados, sobretudo, na realidade quinhentista. Fernão Gomes de Pinhel casará com sua prima Leonor Mendes, “por dispensação que houve do Papa”. Cf. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Diogo de Carvalho, n.º 548 (1570/ 1571), fl. 25v.

²⁹ E mesmo tendendo à integração na maioria cristã, não esqueceriam as qualidades essenciais da conservação de uma ética judaica; sempre haveria o “nós e o eles”. Cf. Anita Novinsky, “A Inquisição Portuguesa à luz de novos Estudos” in A. Roldán (dir.), *Revista de La Inquisición*, Madrid, Instituto de Historia de la Inquisición, Universidad Complutense, 7 (1998), p. 302.

³⁰ Que genericamente se pode enunciar como o contrato de casamento do ritual judaico.

³¹ Nos estudos sobre as comunidades seiscentistas de Melo e de Elvas, verificou-se a mesma tendência endogâmica, quer entre parentes, quer entre famílias de diferentes linhagens. Cf., respetivamente José Pedro Paiva, “As entradas da Inquisição na vila de Melo, no século XVII: pânico, integração/segregação, crenças e desagregação social”, Coimbra, Sep. da Revista de História das Ideias. Vol. 25 (2004); Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV. Heróis ou Anti-Heróis?*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 (dissertação de doutoramento, policop.).

da comunidade cristã-nova convive-se muito mal com este grupo que acede à integração por via matrimonial. Mas também do lado cristão-velho se tende a isolar aqueles que se ligam a mulheres da Nação e que às vezes hão-de ajudar a fugir ao Santo Ofício. O preconceito e o estigma moviam comportamentos. Na Visita de 1637, Miguel Mesquita de Amaral, cidadão de Viseu, depõe perante o Inquisidor, nas casas do Seminário³². Acusa o cristão-velho Manuel Botelho da Costa, escrivão do judicial e marido de uma cristã-nova. Diz ser pública a fama de este ter ajudado a família da mulher a fugir aquando das prisões ocorridas há uns anos atrás, “do que se escandalizara todo este povo por ele ser cristão-velho”³³.

Assim, e se bem que guiados por uma ética singular que parece radicar na conservação de uma memória comum, os cristãos-novos da cidade participam num equilíbrio mais geral, estruturado no sistema clientelar do tempo e por isso transversal a cristãos-novos e velhos. A família, entendida no seu sentido mais amplo, obedece a lógicas e necessidades, que se estruturam em certas interdependências e obrigações mútuas³⁴. E por se saber serem estas tanto mais visíveis quanto se ascende na estrutura social, sobre Viseu, apreendeu-se uma comunidade cristã-nova, profundamente, comprometida neste sistema celular e em que a família assegura as condições de sobrevivência e prosperidade do grupo.

A ação do Santo Ofício na cidade de Viseu

De início sob a alçada inquisitorial do Tribunal Distrital de Lamego³⁵, o bispado de Viseu passará para o Tribunal de Coimbra após a sua reabertura

³² Atual Museu Nacional Grão Vasco.

³³ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Visitações, Livro de Denúncias da Visitação à Beira (de 1637), Livro 669, fl. 100.

³⁴ Recordamos que então o conceito de Família ultrapassava a esfera do parentesco e da vizinhança e descolava para outras interdependências, criadas por uma ordem celular social mais abrangente (o patronato e o clientelismo). Apesar de vasta a bibliografia específica sobre o tema, indica-se a exemplo: Mafalda Soares da Cunha; Juan Hernández Franco (org.) - *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/ CIDEHUS-Universidade de Évora/ Universidad de Murcia, 2010; Jaime Contreras, “Family and Patronage: The Judeo-Convert Minority in Spain”, in Mary Elizabeth Perry; Anne J. Cruz (ed.), *Cultural Encounters. The Impact of the Inquisition in Spain and the New World*, Oxford, University of California Press, 1991.

³⁵ Sabemos que o bispado de Viseu esteve sob a alçada do Tribunal de Lamego até à data do seu encerramento (1547). Sobre a sua atividade se produziu trabalho que estuda o Livro de Denúncias de 1543/44. In ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro [1] da

em 1565/1566. Sob jurisdição coimbrã, a Beira constituirá objeto privilegiado das perseguições à denominada heresia judaica. Conhecido com detalhe o fervor inquisitorial na vila de Trancoso, depressa se presumira do seu domínio como albergue cristão-novo no conjunto das terras beirãs do interior. Mas o que se detetou logo em relação a um período inicial do trabalho inquisitorial (até ao Perdão Geral de 1605) foi uma realidade distinta; não só a maioria dos processos por crime de judaísmo incidia sobre Viseu, mas também a dureza das penas aplicadas aos réus desta cidade se revelava superior. Por outro lado, observavam-se diferentes tempos na ação inquisitorial pelo método da Visita distrital. No caso de Trancoso, a entrada do Visitador Marcos Teixeira, em 1579, provocara uma óbvia e intensa devassa, a seguir ao ímpeto inicial decorrente da reabertura do tribunal de Coimbra, que alcança de igual modo as duas cidades. No caso de Viseu, iremos ver que até 1637 não acontece qualquer Visita dos inquisidores de Coimbra à cidade. Só então se dispõem a entrar em Viseu Diogo de Sousa e a sua comitiva, naquela que será a última Visita do Santo Ofício em espaço metropolitano.

Entretanto nem por isso seriam menos perseguidos os cristãos-novos desta cidade. Confirmámo-lo por um segundo ritmo de repressão, no final do século XVI ou ainda através de um outro na transição para o seguinte. Este ocorrerá por efeito de uma visita pastoral (1604) e assim do zelo pelo ofício inquisitorial do bispo de Viseu D. João de Bragança, que se empenhara fortemente na ação contra cristãos-novos pretendentes a cargos clericais e bem assim à detenção de benefícios, recusando-se o bispo a “confirmar cristãos-novos providos pelo papado”³⁶. Tendo feito o tirocínio como deputado e inquisidor do Tribunal de Coimbra, D. João de Bragança constituirá uma exceção na nomeação para bispo, por decisão de Filipe II, de uma das “grandes casas titulares (...). Com ela os poderosos duques de Bragança e os marqueses de Ferreira voltavam a ter um

Inquisição de Lamego (20/08/1543- 22/12/1544). Cf. Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas Ferreira, *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2012 (dissertação de doutoramento, policop.). Sabemos pouco sobre os processos produzidos por efeito destas denúncias. Encontram-se uns dispersos em ANTT, Fundo do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, sobre outros desconhecemos o paradeiro.

³⁶ José Pedro Paiva, *Baluartes...*, cit., p. 201.

João da Rocha Nunes recordará os casos de D. João Manuel (1609-1625) – que em 1617 proíbe os cristãos-novos de serem confessores - e do seu sucessor, D. Frei João de Portugal que, em 1628, dirá considerar a “colação de ascendentes de judeus nos benefícios catedralícios, como ‘esta maldade’”. ADVIS, FC, Acordãos, Lv. 3/429, fls. 65v-67. Cf. João Rocha Nunes, *A reforma católica na diocese de Viseu: 1552-1639*, Coimbra, [s.n.], 2010 (dissertação de doutoramento, policop.), p. 173.

representante na restrita elite dos prelados”³⁷. O processo da cristã-nova de Viseu Helena Nunes contém traslado de carta do seu bispo. Nela este admite já estar velho, julgando ser mais seguro prenderem-se ao menos alguns cristãos-novos da cidade por aí “haver grande judaísmo”³⁸. Na resposta dos inquisidores de Coimbra, onde se ordena a prisão de Helena e sua irmã (respetivamente, cunhada e mulher do influente mercador Francisco Moreno), parecem concordar os seus autores com o bispo de Viseu, por ser a cidade “terra nova onde há informação que todos são judeus”³⁹.

Assim, a visita pastoral de 1604 e outras que se lhe seguem constituiriam importantes ações facilitadoras do “controle social”⁴⁰ sobre os cristãos-novos de Viseu, a pretexto de alegadas práticas heréticas e como acontecia em outras regiões do reino. Ainda assim, sobre Viseu conhecemos uma disparidade de situações ao longo da Época Moderna, assistindo-se mesmo a casos de bispos que não revelam esse tom colaboracionista com o Santo Ofício, sendo que sobre alguns impendem mesmo suspeitas de sangue manchado. É o caso do bispo D. Dinis de Melo e Castro que está fora da cidade quando, em 1637, se recebe em Viseu a Visita do inquisidor, parecendo usar deste modo um expediente (por outros bispos usado) para não se confrontar com o poder de Diogo de Sousa.

Dele dissera o núncio papal Palloto, quando aquele fora nomeado para o bispado de Leiria em 1626: “Dinis de Melo é tido por cristão-novo e por isso nunca teve a possibilidade de ser bispo e agora paga-se com a Igreja aquilo que se tem feito contra esta (...). Será um grande escândalo ver um bispo cristão-novo”⁴¹.

O período de 1621 a 1630 reunirá o grande volume de cristãos-novos de Viseu perseguidos pelo Santo Ofício e é quando ocorre maior número de detenções na cidade. Só em 1629 serão processados 38 cristãos-novos da cidade, sendo que os números de Viseu acompanham de perto os ritmos da repressão ao longo do período de ação inquisitorial em território nacional⁴².

³⁷ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 385.

³⁸ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, Processo de Helena Nunes, n.º 6828 (1604-1605), fl. não numerada.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Seguindo as palavras de José Pedro Paiva, “Inquisição e Visitas Pastorais: Dois Mecanismos Complementares de Controle Social?”, Coimbra, Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 11 (1989).

⁴¹ Traduzido a partir do original italiano. Cf. ASV, Segreteria dello Stato, Portogallo, vol. 17, fl. 94. Cit. João Rocha Nunes, *A reforma...*, cit., p. 139.

⁴² “Um dos períodos mais violentos da história inquisitorial foi o (...) [de] 1621-1640, em que a média anual de sentenciados ascendeu a 283. Situa-se neste período o ano de maior número de

Quadro 1 – Ritmos da repressão inquisitorial na cidade de Viseu
por crime atribuído de judaísmo

Prisão	Processos ⁴³	Naturais	Moradores
1542 - 1570	37	29	20
1571 - 1600	34	31	27
1601 - 1640	167	148	140
1601 - 1610	8	7	8
1611 - 1620	12	11	6
1621 - 1630	117	101	103
1631 - 1640	30	29	23
1641 - 1670	10	4	7
1671 - 1700	13	4	10
1701 - 1746	18	15	8
TOTAL	279	231	212

Sabemos como na Covilhã, em Trancoso e noutros centros de fixação de conversos se precipitava desde o início da repressão a fuga mais ou menos desordenada de alvos potenciais do labor do Santo Ofício. Segundo Elvira Mea⁴⁴, irão fixar-se em zonas urbanas, tendo preferido, em concreto, as cidades de Ciudad Rodrigo⁴⁵, Plasencia, Cáceres, Madrid, Toledo, Sevilha e Granada.

Também em Viseu o alvará régio de 30 de Junho de 1567 (entre outras leis sob a regência do cardeal D. Henrique, que proibiam a saída dos cristãos-novos

sentenciados, 1629, com 557 sentenciados”. Cf. José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Os Ritmos da Repressão Inquisitorial em Portugal”, Lisboa, *Revista de História Económica e Social*, n.º 1 (Janeiro/Junho 1978), p. 59. Atente-se, contudo, a que os dados recolhidos por nós se referem à prisão e não ao auto-de-fé, ao contrário do que é apresentado por José Veiga Torres, uma discrepância que terá de ser tida em conta na sua análise comparada.

⁴³ O número apresentado é total e inclui a existência de alguns relapsos (réus que reincidiram no crime atribuído por judaísmo e, por isso, processados mais de uma vez).

⁴⁴ Elvira Azevedo, “A Inquisição Portuguesa, Agente de Emigração para Espanha”, in *Inquisición y Conversos. III Curso de Cultura Hispano-Judía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La Mancha*, Toledo, Asociación de Amigos del Museo Sefardí Caja de Castilla La-Mancha, 1994, p. 235; Jaime Contreras, “Family and Patronage: The Judeo-Convert Minorities in Spain”, in Mary Elizabeth Perry; Anne J. Cruz (ed.), *Cultural Encounters. The Impact of the Inquisition in Spain and the New World*, Oxford, University of California Press, 1991.

⁴⁵ Sobre a comunidade judeoconversa portuguesa de Ciudad Rodrigo, veja-se: Pilar Huerga Criado, *En la Raya de Portugal: Solidaridad y Tensiones en la Comunidad Judeoconversa*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, facsímile, 2001; Idem, *Manuel Enríquez. Un Cristiano Nuevo entre los Poderosos*, Ciudad Rodrigo, Centro de Estudios Mirobrigenses, Lletra, 2001; Feliciano Siervo Malmierca, *Judios, Moriscos e Inquisición en Ciudad Rodrigo*, Salamanca, Ediciones de la Diputación de Salamanca, 1990.

do reino) não alcança os efeitos desejados. Aqui se multiplicam com sucesso os expedientes de fuga, como provam os numerosos casos de condenados pelo crime de heresia e que foram “relaxados em estátua ao braço secular”, o que sabemos querer dizer serem condenados na ausência do réu; ou por ter ocorrido a fuga antes da detenção ou terem perecido no cárcere antes da sentença proferida.

Com as primeiras vagas da repressão do Santo Ofício, a imagem da cidade vai sofrendo mutações. Fogem primeiro aqueles que sabem que são buscados, muitos deles julgados à revelia e por isso condenados ao relaxamento em estátua⁴⁶. A cristã-nova Violante Henriques é de Valdigem, no bispado de Lamego. Tem 40 anos, vive na cidade de Viseu e é viúva do mercador cristão-novo Manuel Henriques. Quando, em 1571, é relaxada ao braço secular tinha já escapado à morte pela fuga do país. Seria também o caso de Manuel Lopes, cristão-novo de Pinhanços, no bispado da Guarda, mercador com morada em Viseu e que, em Junho de 1573, fugira à mesma sentença.

Menos sorte tiveram outros cristãos-novos de Viseu sentenciados à morte. Não tendo escapado ao cárcere, aí sucumbiriam sem conhecer o desfecho do processo. No auto-de-fé de 1571, teriam saído os ossos de Branca Dias, viúva de setenta anos e que, três meses antes, morrera na prisão de Coimbra. Era igualmente de Pinhanços, vivera também em Viseu.

Outros por esse tempo foram entregues ao braço secular para que fosse executada a sentença capital. E logo em 1562 será relaxada em carne a primeira mulher da cidade de Viseu. É Filipa Carvalho, parteira que era viúva e vivia na rua Nova, onde também tinha tenda aberta de “merceria”. Era uma batizada em pé⁴⁷: à Mesa dirá que a tinham “baptizado no tempo da conversao geral dos cristaos novos quando tomaram os meninos (...) [e que] andava pela rua quando a baptizaram”. Depois de confessar e acusar, como mandavam os inquisidores, decide desmentir tudo. Contudo, após a publicação da prova de justiça, volta a confessar judaísmo, o que não lhe evitará a pena capital. Diz ter cumprido os jejuns judaicos do Quipur e os de segundas e quintas-feiras. “Que cuidava os sabados na vontade e na obra e que por vezes quando podia lançava lençóis lavados na cama as sextas-feiras a noite vestia camisa lavada e punha melhores toucados na cabeça e tratava do candeeiro de azeite”. E que, quando vinha a Páscoa dos judeus, se tivesse farinha, fazia uns “bolos asmos”. Não o fazia sozinha, acompanhavam-na duas mulheres que viviam na “rua piquena” de

⁴⁶ Entre eles, estão algumas mulheres acusadas de serem mestres de crença e assim transmissoras do velho credo mosaico.

⁴⁷ Sobre o tema dos primeiros conversos, veja-se Elias Lipiner, *Os Baptizados em Pé: Estudos acerca da Origem e da Luta dos Cristãos-Novos em Portugal*, Lisboa, Veja, 1998.

Viseu. Estas “diziam fazer estas cousas por serem muito boas e que as tinha por judias”. Para além destas, acusam-se práticas de messianismo e da invocação da Torah; um denunciante diz ter ouvido afirmar a ré que estava por vir o Messias para os tirar do cativeiro. E que ao mesmo tempo levantara as mãos dizendo: “espero de o ver ainda em meus dias e de me dar folgança à minha alma”. E acrescentara conhecimento sobre o sentido da Torah: que “a tora não era boi nem vaca nem o que ele cuidava que fora era um pau dourado com um pergaminho enrolado que um homem mostrava a todos os que se em uma casa ajuntavam e o tornava a enrolar e o meter dentro em um saquinho de seda”⁴⁸.

Entre os que debandavam terras onde pensam ficar a salvo estão médicos desta cidade, cientes de que as velhas acusações de quererem matar cristãos-velhos lhes podem provocar dano. Mesmo assim, nem todos o conseguirão, ou por serem capturados ou porque a perseguição se estende às ilhas onde viviam. Está neste caso o primeiro relaxado em carne pela Inquisição portuguesa que era natural da cidade de Viseu e em simultâneo o “primeiro residente nos Açores a morrer no fogo por ordem da Inquisição”⁴⁹. Vivia em Ponta Delgada o médico António Borges⁵⁰ quando é preso no aljube episcopal, em 1557, por Visitação do bispo de Angra, D. Jorge de Santiago. Para trás deixara seus pais, o mercador Diogo Lopes e Leonor Borges, que ainda viviam na cidade de Viseu à data do seu processo. Acusam-no de ser o líder religioso da comunidade cristã-nova, ainda que já evidentes fossem os sinais de integração. Casara com uma cristã-velha, tendo com ela dois filhos, Jerónimo e Paulo, de 8 e 6 anos. Mas serão outros médicos (cristãos-velhos) que o acusarão ao bispo de Angra, fazendo adivinhar razões que não se bastariam na esfera da heresia. O processo culmina com a sua execução em carne no auto de 1559, na Ribeira de Lisboa⁵¹.

No final do século, quando o cerco se apertava e a perseguição aumenta, vivem ainda na cidade ricas famílias cristãs-novas. São, sobretudo, mercadores que circulam por toda a Beira, Porto e Aveiro, Alentejo, pela raia com Castela e por terras ultramarinas. Mas também os há rendeiros, advogados, médicos e boticários, mais gente grada com terra. Gerem o município e destacam-se

⁴⁸ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo de Filipa Carvalho, n.º 1266 (1561-1562), fls. 2v, 8, 8v, 9, 18v, 23, 29v.

⁴⁹ Paulo Drummond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 211.

⁵⁰ O médico de Viseu fora também mencionado em Isaías da Rosa Pereira, “Notas para a História da Inquisição nos Açores”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLV, Angra do Heroísmo, 1988, p. 691-706.

⁵¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo de António Borges, n.º 4199 (1557-1559).

na condução dos destinos da cidade, sem que, por algum tempo, a mácula do seu sangue constitua um obstáculo. São reitores das confrarias e irmandades cristãs (ainda que cada vez mais inacessível estivesse a sua Misericórdia), sobressaem nos arrendamentos como agentes do seu rei. Continuam a penetrar nas dignidades do Cabido, apesar de vozes que o contrariam se ouvirem cada vez mais.

Passam anos e o novo século cobre a cidade de uma melancolia trágica. Pestes, fome e conflitos concorrem para este ciclo de depressão. Antes mais forte e dinâmica, Viseu parece sofrer agora como tantos burgos do reino. Com as prisões do fim da década de 20, são cada vez mais as mulheres e homens que decidirão partir, sendo que para alguns a viagem é um regresso. São filhos daqueles conversos que de Castela tinham chegado. Assim o sublinha Pilar Huerga; que nem estaríamos a falar de “portugueses”, porque os seculares trânsitos na região da raia os tinham tornado, simplesmente, ibéricos, que “podían comunicarse en español y en portugués; que mezclaban usos y costumbres de aquí y de allá, que tenían parientes y amigos en ambos lados con los que compartían muchas cosas”⁵². Do outro lado da fronteira, formam-se verdadeiras sucursais de poder, em que homens da Nação se dedicam ao comércio e arrendamentos das rendas, e em Madrid, alguns, mais poderosos, dominavam os “asientos” e os negócios coloniais.

Em 1637, quando o Conselho Geral decide encetar uma Visita a esta cidade, já se podia contar já com uma eficaz rede de oficiais espalhada pelo reino. No Seminário, na Sé (capelas do Santíssimo Sacramento e do Espírito Santo), na Igreja do Mosteiro de S. Bento, o inquisidor Diogo de Sousa ouvirá todos os que querem falar. E serão quase só cristãos-velhos os que vêm depor à Mesa. A leitura dos depoimentos de denunciante e testemunhas notificadas revelam os efeitos do momento repressivo ocorrido na cidade há uns anos atrás. É, por isso, no crime de jactância que incide a maioria das acusações proferidas; cristãos-novos, reconciliados pelo Santo Ofício, são agora acusados de dizerem ter confessado falsamente práticas judaizantes só para se salvarem do cárcere da Inquisição⁵³. Conhece-se assim gente que tinha fugido, que pagara para se

⁵² Pilar Huerga Criado, “Cristianos Nuevos en la Raya de Portugal” in *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Cõa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1998, p. 285.

⁵³ Cf. Maria Teresa Gomes Cordeiro, “A visitação do Santo Ofício à cidade de Viseu”, *Viseupédia* [em linha]. Número 22 (Out. 2012). (http://www.projetopatrimonio.com/viseupedia/documentos/viseupedia_n22.pdf, consultado em 2016.01.02). Nas 127 sessões da Mesa, são residuais as acusações sobre práticas judaicas. Ao contrário, nos outros locais da Visita (Trancoso, Pinhel e Almeida), a acusação de judaísmo tem uma presença esmagadora (com exceção de S.

salvar, mais os filhos e a fazenda. Gente em debandada tentara conservar os bens, outros os usam para se porem a salvo. Quando o inquisidor Diogo de Sousa ouve o cidadão João de Castelo Branco, este denuncia o cônego da Sé, António Rodrigues, porque “favoreceu e agasalhou ou encobriu algum herege”⁵⁴. Há uns 5 ou 6 anos, estando os dois em Travassós, o cônego ter-lhe-ia dito que um homem da Nação, da família dos Morenos, lhe devia muitos favores. Porque esse Moreno, de nome Diogo Nunes, se ausentara para Castela para fugir ao Santo Ofício, precisando de si para lhe vender umas “fazendas (...) e arrecadar suas dívidas”⁵⁵.

Assim...

A conversão forçada não afastara os cristãos-novos dos negócios e moradas que tinham nesta cidade. Era uma comunidade forte, solidamente implantada e que convive com a elite cristã-velha. Por isso se sancionavam origens, ainda que permanecendo o preconceito muito antigo contra o judeu “manchado”.

Mas a fúria do Santo Ofício dismantelará famílias, obrigadas que são à emigração forçada. Vendem os bens, separam-se dos mais pequenos para fugir à penúria e ao rigor da prisão, ao medo da execução. Não conseguiriam escapar outros, que passam a viver à míngua, como indigentes em Viseu ou na cidade de Coimbra, trajados com o sambenito da infâmia, expulsos de suas casas, obrigados alguns a confessar um judaísmo que não cumpriam mas a revelá-lo nos seus mais íntimos detalhes⁵⁶. Quase todos a acusar parentes próximos para poder escapar com vida, “apresentando-se” para poupar a fazenda. Porque aos que não cediam no processo de denúncia destinam-lhes quase sempre o relaxamento à justiça secular⁵⁷.

Pedro do Sul). Cf. Lúcia Alexandra da Silveira Coelho Ferreira, *História de uma Visita: Última Entrada da Inquisição nas Beiras (1637)*, Porto, Fac. Letras da Universidade do Porto, 1998 (dissertação de mestrado, policop.).

⁵⁴ Cf. Édito de Graça e Monitório da Fé, então afixado nas portas da Sé.

⁵⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, *Visitações...*, cit., fls. 13 e 13v.

⁵⁶ Não se tratando neste espaço da questão específica da identidade religiosa cristã-nova ou, melhor dito, das “identidades” (tantas vezes e erradamente chamada de “identidade criptojudáica” ou ainda confundida com “identidade cristã-nova”), não se dispensa breve menção à polémica que esta encerra, a partir do debate fundacional António José Saraiva- Israel Révah, até sequentes debates historiográficos em que muitos tomaram parte. Sobre o estado da questão, ou seja, a historiografia inquisitorial, veja-se Giuseppe Marcocci; José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, cap. 18 (“Da aurora de uma memória controversa à História”), p. 449-468.

⁵⁷ Por incorrerem na situação de “negativos”.

Também em Viseu se sente a crescente pressão do centro sobre as periferias do reino através da Inquisição, que assim participa na “produção e reprodução do sistema central de valores”⁵⁸, um certo “status quo” que não é integrador. O cristão-novo torna-se tanto mais perigoso quanto dele se perde o rasto no seio da comunidade cristã-velha, transformado e favorecido pelos meios da assimilação⁵⁹. Sucedem-se os focos de repressão e agora muitos se aprestam a colaborar com o Santo Ofício. Bispos e outra gente grada, mas também aqueles que antes eram vizinhos e criados cumprem o dever da denúncia com vista à extirpação deste mal social. A cidade decaía e a isso não seria estranho o efeito da máquina inquisitorial. Mais do que regular atitudes, esta vigiava origens e influencia êxodos e os seus destinos.

Viseu nunca mais seria a mesma. Mais ou menos fiéis à lei de Cristo, os cristãos-novos ali se tinham fixado, envolvidos nos seus ritmos de vida e nas instituições locais. Contribuíam com o seu dinheiro, pagavam a sua integração e, a julgar pelas “contraditas”, prestam-lhes os maiores tributos alguns cidadãos ilustres, cristãos-velhos que com eles dividem o espaço cívico e as funções de direção do burgo.

Em Viseu jogavam-se os destinos de gente que já fora considerada mas agora tudo deixa para trás na pressa de se salvar. Então será a raia trilho de novas diásporas, por terras já conhecidas, com parentes que os acolhem.

Cristãos-velhos da cidade a tudo isto assistirão, alguns com o despeito que velhos estigmas consentem, outros retirando proveitos infames do desespero dos cristãos de sangue infeto. Mas também havia os outros, que afectos tinham ligado à gente de sangue impuro e que agora experimentava a provação e o desgosto.

De tudo se compõe aquele mundo orgânico e matizado, deixando-nos sem soluções fáceis na captação de uma qualquer identidade coletiva. Cristãos-novos de Viseu transportam modos de vida em relação que traduzem a sobrevivência de um grupo específico e secularmente afirmado. Contudo, evidenciam também

⁵⁸ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, p. 363.

⁵⁹ Tomamos as palavras de Herman Prins Salomon quando afirma: “A Inquisição portuguesa dependia inteiramente, para sobreviver ao longo dos séculos, de um universo cristão-novo numericamente considerável e fácil de reconhecer no seio da sociedade portuguesa. À medida que o contorno deste universo se ia esbatendo, a Inquisição (...) – uma vez que o desejo de ‘judaizar’ era, por definição, um fenómeno étnico transmitido pelo sangue – designava sempre mais pessoas como cristãos-novos”. Cf. Herman Prins Salomon, *Queimar Vieira em Estátua*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014, p. 37.

procederes dos cristãos-velhos, sobretudo de uma elite; no sistema clientelar e nas formas de reprodução social (transmissão identitária e estratégias familiares e do clã) se envolve a comunidade. Por isso esta não se bastará na ligação entre espaços regionais; atravessa outros contextos e fronteiras, alimentando redes de influência que cruzam destinos intercontinentais, sob ritmos que outros poderes impõem.

Percebemos então que, sob efeito das leis de sangue e da repressão do Santo Ofício, a cidade mudaria para sempre. Famílias que se põem em fuga, desmanteladas as bases construídas em Viseu. Esta integrara, até aqui, um punhado de gente que nem sempre falara a linguagem da Cruz; antes tivera sido a ela compelido e obrigado. Mas que cumprira. Sob efeito da devassa inquisitorial, a cidade pagará um preço alto pelo expurgo de parte da elite social, sendo assim atingida na sua complexidade identitária.

Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)

In search of Christian perfection: spiritual and devout practices of the laity in Portugal (16th-17th centuries)

PAULA ALMEIDA MENDES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM

paula_almeida@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Tendo como pano de fundo a problemática da História da espiritualidade e pretendendo chamar a atenção para a importância das práticas espirituais e devotas entre os leigos, em Portugal, ao longo dos séculos XVI e XVII, este artigo procura estudar, com base em obras de pendor hagiográfico e devoto, alguns casos concretos de figuras imbuídas de preocupações espirituais, que viveram no século, e que se distinguiram no exercício das virtudes cristãs, tendo algumas delas falecido em «odor de santidade».

Palavras-chave:

Leigos; Espiritualidade; «Vidas» devotas; Séculos XVI-XVII.

Abstract:

Against the backdrop of the problem of the History of spirituality and intending to draw attention to the importance of the spiritual and devotional practices among the laity, in Portugal, during the 16th and 17th centuries, this article tries to study, based on hagiographic and devout works, some specific cases of figures imbued of spiritual concerns, who lived in the century, and have distinguished themselves in the exercise of Christian virtues, and some of them have died in “odor of sanctity”.

Keywords:

Laity; Spirituality; Devout «Lives»; 16th –17th centuries.

A emergência de novos objetos de estudo no campo da História tem permitido equacionar várias e diversas problemáticas e interpretações, pese embora o facto de a ter conduzido à já designada «encruzilhada epistemológica»¹. Um desses domínios é o da história da vida privada, que, enquanto objeto de interesse historiográfico, só adquire a importância que lhe é reconhecida no século XX, graças aos estudos pioneiros de Philippe Ariès. Efetivamente, a edição dos cinco volumes da *Histoire de la Vie Privée*, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby², consagrou, definitivamente, o interesse e a pertinência do estudo das problemáticas que se enquadram neste ramo da História, que, necessariamente, deverão ser interpretadas tendo em conta múltiplas perspetivas.

Tal como em todos os ramos da história da cultura, os silêncios e as lacunas das fontes, dos textos, dos documentos, que, em muitos casos, apresentam um carácter fragmentário e/ou difuso, exigem-nos que as hipóteses de interpretação de várias problemáticas históricas e culturais sejam repensadas, obrigando, muitas vezes, a uma transdisciplinaridade, que contribua para a abertura de pistas que permitam «avançar» na construção do saber e do conhecimento da História.

No caso concreto das temáticas às quais é consagrado este volume da *Revista Portuguesa de História*, que envolvem, necessariamente, questões ligadas às relações familiares, aos afetos, à civilidade, às linhagens – que têm que ser também compreendidas no quadro de sociabilidades e solidariedades várias – estas ficarão mais «iluminadas» se articularmos o estudo destas questões com a história da espiritualidade, nomeadamente no que diz respeito a práticas e representações. Deste modo, tendo em conta o contexto doméstico, em ambiente leigo, em Portugal, durante os séculos XVI e XVII, parece-nos pertinente auscultar os moldes em que se inscreveram determinadas vivências dos membros de algumas famílias, realçando, sobretudo, as questões relacionadas com as práticas espirituais e devotas e de que modo condicionam não só comportamentos, atitudes, enfim, os quotidianos, mas também poderão funcionar como um meio para alcançar a «santidade».

Os dados respigados nas fontes consultadas, que se inscrevem, sobretudo, no filão da literatura de espiritualidade e hagiográfica, são escassos. Em regra geral, as informações que considerámos mais pertinentes revelam-nos comportamentos e atitudes, em ambiência doméstica, mais próximos dos meios monásticos ou conventuais do que leigos. Ora, esta focalização não pode, evidentemente, ser dissociada dos propósitos imediatos que nortearam a escrita

¹ Ana Leonor P. Dwarkasing, “No rasto de problemas actuais da história”, *Revista de História das Ideias*, 11 (1989), p. 577-639.

² Paris, Seuil, 1985-1987.

dessas obras: como é sabido, a multiplicação, sobretudo ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII, de edições de «Vidas» de santos e devotas, assim como de manuais de confissão, de «espelhos», de *artes bene moriendi* e de «artes de vida», entre outros textos de tipologia diversa, mas sempre de cariz «normativo» e paradigmático, que assumiu contornos mais acentuados na moldura da ofensiva contrarreformista³, materializada em um discurso retórico que tinha como propósito o disciplinamento dos comportamentos dos leitores,⁴ exortando-os à imitação dos modelos exemplares propostos, e a solidificar as suas práticas espirituais e devotas – a frequência dos sacramentos e da oração vocal e mental, o exercício das virtudes, muito especialmente a da caridade, as práticas ascéticas (mortificações, penitências...), a leitura de obras de espiritualidade e de devoção, em articulação com a veiculação dos preceitos cristãos: como sublinhou Maria de Lurdes Correia Fernandes, a reforma que a Igreja foi começando a sofrer, a partir do século XV, que se concretizou na reforma das ordens religiosas, do clero secular e dos rumos da pastoral, estendeu-se também à esfera dos cristãos, por meio de uma estratégia que visava disciplinar e morigerar comportamentos e atitudes, recorrendo à difusão de modelos de perfeição, adaptados aos diferentes «estados»⁵. Neste sentido, os vários casos de leigos, que abrangem todas as camadas da sociedade, divulgados pelas fontes que consultámos, ilustram exemplarmente como é possível uma conciliação entre o exercício das virtudes e das práticas espirituais e devotas e os deveres do seu «estado», garantindo, assim, que cada indivíduo poderia alcançar a perfeição cristã.

Mas valerá a pena sublinhar que a muito significativa evolução que os modelos de santidade foram sofrendo, a partir da Baixa Idade Média, refletiu-se em uma

³ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Espiritualidade (Época Moderna)”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 187-193; Zulmira C. Santos, “Literatura religiosa (Época Moderna)”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 125-130.

⁴ Marina Caffiero, “Tra modelli di disciplinamento e autonomia soggettiva”, in Giulia Barone, Marina Caffiero, Francesco Scorza Barcellona (a cura di), *Modelli di santità e modelli di comportamento. Contrasti, intersezioni, complementarità*, Torino, Rosenberg & Sellier, 1994, p. 265-281.

⁵ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 15-38; Dilwyn Knox, “«Disciplina»; le origini monastiche e clerical del buon comportamento nell’Europa cattolica del Cinquecento e del primo Seicento”, in Paolo Prodi (a cura di), *Disciplina dell’anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra medioevo e età moderna*, Bologna, Il Mulino, 1994, p. 69-99.

(renovada) percepção daquela e nas próprias vivências e práticas espirituais dos leigos⁶. Efetivamente, ao longo da Idade Média, havia-se difundido a ideia de que a vida «no século» dificilmente era compatível, na prática, com a perfeição cristã⁷ e ainda que tivessem surgido recomposições religiosas, políticas e sociais, como, por exemplo, a da problemática da espiritualidade do casamento e da possibilidade de «santificação» dos casados, que foram alterando profundamente as representações de santidade⁸, a verdade é que a espiritualidade daqueles que viviam no século era condicionada pelo forte ascendente do modelo religioso, apesar de se defender que a salvação era algo acessível a todos, independentemente do seu estado. No entanto, foram surgindo «vias» privilegiadas, orientadas para uma emancipação dos leigos, tais como certas confrarias, as ordens terceiras e algumas experiências de reclusão⁹ e de beguinagem¹⁰, direcionadas para os leigos que buscavam um caminho de perfeição¹¹, assim como a influência que a *Devotio moderna*, surgida na segunda metade do século XIV, exerceu, no sentido da afirmação de uma espiritualidade afetiva e interiorista. Aliás, na Baixa Idade Média, assistiu-se à canonização de alguns leigos, todos eles casados: São Luís, rei de França, Santa Brígida de Suécia, Santa Isabel de Hungria, Santo Elzéar de Sabran, barão de Ansouis e conde de Ariano¹², pertencentes à realeza ou à

⁶ Para o caso português, veja-se: Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in Ana Maria Jorge, Ana Maria Rodrigues (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 423-508.

⁷ André Vauchez, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D’après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*, École Française de Rome, 1988, p. 410.

⁸ Veja-se, a propósito, André Vauchez, *Les laïcs au Moyen Âge. Pratiques et expériences religieuses*, Paris, Éditions du Cerf, 1987; *Idem*, “La santità dei laici nell’Occidente medievale: nascita ed evoluzione di un modello agiografico (secoli XII-XIII)”, in *Esperienze religiose nel Medioevo*, Roma, Viella, 2003, p. 15-26.

⁹ Anna Benvenuti Papi, “*Velut in sepulchro*: cellane e recluses nella tradizione agiografica italiana”, in Sofia Boesch Gajano, Lucia Sebastiani (a cura di), *Culto dei santi, istituzioni e classi sociali in età preindustriale*, L’Aquila/Roma, Japadre, 1984, p. 367-455.

¹⁰ José Sebastião da Silva Dias, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, tomo I, Coimbra, 1960, p. 65.

¹¹ Giulia Barone, “Nuove proposte per nuovi ceti”, in *Modelli di santità e modelli di comportamento*, cit., p. 143-147.

¹² Elzéar de Sabran foi canonizado em 1369. A sua *fama sanctitatis* advinha das suas revelações e visões, assim como do seu casamento não consumado, que durou vinte e cinco anos, com Delphine de Puimichel, que foi beatificada em 1694. Sobre estes casados modelares, veja-se: André Vauchez, “Deux laïcs en quête de perfection: Elzéar de Sabran (†1323) et Delphine de Puimichel (†1360)” e “Elzéar et Delphine ou le mariage virginal” in *Les laïcs au Moyen Âge...*, cit., p. 83-92 e 211-224, respectivamente.

aristocracia, e, muito significativamente, um comerciante, Santo Homebon de Cremona¹³.

No entanto, apesar dos vários matizes e recomposições religiosas, políticas e sociais que foram, paulatinamente, alterando as representações de santidade e admitindo a possibilidade de uma «santificação» no contexto da vida secular, a verdade é que, nos séculos XVI e XVII, foram muito poucos os leigos, especialmente casadas e viúvas, cuja *fama sanctitatis* foi sancionada pela Cúria romana, permitindo a sua subida aos altares¹⁴.

Tendo em conta este quadro, parece-nos importante chamar a atenção para os diálogos e a inter-relação da vida devota com certos aspetos relacionados com a vida doméstica, social e moral no universo dos leigos. Desde logo, importa notar que os dois «estados» contemplados, o celibato e o casamento, são condicionados por aspetos que acabam por configurar a sua identidade. Mas, obviamente, teremos que ter em conta a questão do género e em que medida este acaba por se articular com a questão do «estado». Começemos pelo género feminino.

O discurso em torno das mulheres oscilou, frequentemente, entre dois polos, que, como é sabido, assumem um destaque significativo no contexto da «Querelle des Femmes»: o louvor e a crítica negativa.

No quadro da exaltação da figura feminina e da defesa do valor e das virtudes tradicionalmente a ela associadas e do reconhecimento das suas competências, claramente oposto àquele que se pautava pelos acérrimos ataques (ainda que, por vezes, tópicos) que vários textos de cariz misógino vinham divulgando, sobretudo, a partir de finais da Idade Média, a obra *De Claris Mulieribus* (1374), de Giovanni Boccaccio, dará um contributo fundamental para a afirmação de um filão literário pró-feminista, claramente exaltador das «claras e ilustres mulheres», sustentado por catálogos ou galerias de «mulheres ilustres». Com efeito, a pioneira obra de Boccaccio influenciará a escrita de outras obras que se inscrevem nessa linha, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, obras essas cuja produção e focalização eram já sintomáticas de novas tónicas e contornos, característicos dos tempos pós-Trento, que valorizam, sobretudo, os exemplos de mulheres «insignes em virtude», destacando o conjunto das mártires e das virgens, enquanto paradigmas que, desde o cristianismo primitivo,

¹³ André Vauchez, “Le «trafiquant céleste»: Saint Homebon de Crémone (†1197), marchand et «père des pauvres»”, in H. Dubois, Jean-Claude Hocquet, André Vauchez (ed.), *Horizons marins, itinéraires spirituels (I^{re}-XVIII^e siècles)*, I vol., Publications de la Sorbonne, 1987, p. 115-122.

¹⁴ Cf. Giulia Barone, “La canonizzazione di Francesca Romana (1608): la reproposta di un modello agiografico medievale”, in Gabriella Zarri (a cura di), *Finzione e Santità tra medioevo ed età moderna*, Torino, Rosenberg et Sellier, 1991, p. 264-279.

vinham constituindo os «modelos por excelência» de santidade feminina. Assim, se compreenderá a progressiva valorização, em obras de contornos hagiográficos, de mulheres que permaneceram celibatárias ao longo de toda a sua vida. Começamos pelo caso da infanta D. Maria (1521-1577), filha de D. Manuel I e de sua terceira mulher, D. Leonor de Habsburgo. A vida desta infanta portuguesa pode ser conhecida, mais largamente, através da *Vida de la serenissima infanta D. Maria, hija delrey D. Manuel, fundadora de la insigne capilla de Nuestra Señora de la Luz* (1675)¹⁵, de Fr. Miguel Pacheco (O. Cristo); todavia, autores como João de Barros, no *Panegírico à muy alta e esclarecida Princeza Infanta D. Maria nossa senhora*¹⁶ - texto claramente encomiástico -, Duarte Nunes de Leão, na *Descrição do Reino de Portugal*¹⁷ (1610) – obra que faz eco de uma certa defesa ou exaltação do reino, produzida no contexto da Monarquia Dual -, ou Fr. Luís dos Anjos, no seu *Jardim de Portugal* (1626)¹⁸, que recolhe e celebra a memória de várias portuguesas «ilustres em virtude», legaram-nos breves retratos da infanta, exaltando, em especial, as suas virtudes, «ciência» e gosto pelas artes e letras; de facto, pese embora o facto de a escrita de cada uma destas obra ter sido norteadada por propósitos diferentes, parecem-nos, no entanto, que, cada uma a seu modo, realça uma certa conciliação entre a vida ativa e a vida contemplativa de D. Maria; de resto, Fr. Miguel Pacheco conta-nos que o paço da infanta «parecia más un colegio de virtudes, ciencias y artes, que aula de una Princesa seglar»¹⁹.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, no seu clássico estudo *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*²⁰, utilizou o epíteto «A Sempre Noiva» para se referir à figura da infanta D. Maria, realçando, assim, o papel de brinquedo que esta desempenhou no xadrez político da época: efetivamente, apesar de se terem estipulado vários contratos com vista ao casamento da infanta D. Maria, tal nunca se chegou a concretizar: com efeito, Fr. Miguel Pacheco afirma que D. Maria pretendia «perseverar hasta la muerte en el estado de doncella»²¹, atitude que a aproximava do modelo das virgens que, como já foi

¹⁵ Lisboa, por João da Costa.

¹⁶ Utilizamos a seguinte edição: João de Barros, *Panegíricos: panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria*, Lisboa, Sá da Costa, 1937.

¹⁷ Utilizamos a seguinte edição: Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras/Centro de História, 2002.

¹⁸ Utilizamos a seguinte edição: Fr. Luís dos Anjos (O.E.S.A.), *Jardim de Portugal* (ed. de Maria de Lurdes Correia Fernandes) Porto, Campo das Letras, 1999.

¹⁹ Fr. Miguel Pacheco, *Vida de la serenissima infanta D. Maria...*, cit..

²⁰ Lisboa, BN, 1983.

²¹ Cf. Fr. Miguel Pacheco, *Vida de la serenissima infanta D. Maria...*, cit., f. 56 v.

realçado em alguns estudos, era, por esta época, proposto como paradigma de comportamento a senhoras da realeza e da alta nobreza, que, em muitos casos, eram mesmo casadas²². ... Neste sentido, de acordo com o biógrafo, as práticas quotidianas e espirituais ou devotas da infanta revelam a influência do modelo de raiz monástica, refletindo, deste modo, a perenidade deste paradigma enquanto modelo de excelência para o género feminino, como revela este trecho: «a sus horas se ponía a la mesa, con la grandeza debida a su real persona, mas en el comer com la templança de religiosa observantissima; y entre tanta abundancia de manjares sazonados, muchas vezes ayunaba nuestra Princesa, dexando de tocar en muchos por abstinencia como otros por necesidad»²³. Neste sentido, Fr. Miguel Pacheco afirma mesmo que «este tenor de vida igualaua a la Religion mas reformada, viuiendo en el mundo como se estuuiera fuera del»²⁴, envolvendo, assim, a figura da infanta D. Maria, ainda que leiga, em uma aura de «santidade».

Centremo-nos agora no caso de D. Leonor de Noronha. Nascida, ao que parece, em Évora, em 1488, D. Leonor de Noronha era filha de D. Fernando de Meneses, segundo marquês de Vila Real, e de D. Maria Freire e irmã de D. Pedro de Meneses, futuro terceiro marquês de Vila Real e segundo conde de Alcoutim. Sobre a vida de D. Leonor, chegaram-nos algumas breves «notícias»: nas fontes editadas no século XVII, a «Vida» que Fr. Luís dos Anjos (O.E.S.A.) incluiu no seu *Jardim de Portugal* (1626)²⁵ e a que Jorge Cardoso registou no I tomo do seu monumental *Agiologio Lusitano* (1652), fazendo dela memória a 17 de Fevereiro; entre fontes publicadas no século XVIII, a breve «Vida» que Damião de Froes Perim incluiu no segundo tomo do seu *Theatro Heroino, abecedário histórico e catálogo de mulheres ilustres em armas, letras, acções heroicas e artes literárias*²⁶. Não deixa de ser significativo que Fr. Luís dos Anjos e Jorge Cardoso tenham contemplado, nas suas compilações hagiográficas, a «Vida» de D. Leonor de Noronha, tendo em conta que deixaram esquecidos os casos de mulheres que se notabilizaram nas armas e nas letras: mas o exemplo de D. Leonor, assim como o da infanta D. Maria, também registado nestes florilégios, parecem ter sido «aproveitados» por estes dois autores porque estas, além das letras, também se distinguiram pela «virtude», nomeadamente na frequência dos sacramentos e na prática das devoções: e parece ter sido esta «resistência»

²² Cécile Vincent-Cassy, *Les Saintes Vierges et Martyres dans l'Espagne du XVII^e siècle. Culte et Image*, Madrid, Casa de Velásquez, 2011.

²³ Cf. Fr. Miguel Pacheco, *Vida de la serenissima infanta D. Maria*, ...cit., f. 98 r.

²⁴ Fr. Miguel Pacheco, *Vida de la serenissima infanta D. Maria*, ...cit., f. 99 r.

²⁵ Fr. Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal*, cit., p. 243-244.

²⁶ Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1740, p. 21-22.

a incluir os exemplos de mulheres «ilustres em letras» e «em armas» que votou ao esquecimento, até ao século XVIII, os casos de senhoras como Joana Vaz, Paula Vicente ou Públia Hortênsia de Castro... Em todo o caso, o cultivo das «boas letras» parece ser uma extensão da faceta espiritual e devota de D. Leonor de Noronha.

Se atendermos à breve «notícia» que nos legou Fr. Luís dos Anjos no *Jardim de Portugal*, D. Leonor é apresentada, logo nas linhas iniciais, como uma imitadora da Virgem Maria: com efeito, o agostiniano louva o seu recolhimento, tão semelhante ao da Virgem Maria – uma das virtudes «especificamente» femininas, na medida em que «nas mulheres é princípio de todo bem». D. Leonor «estava de ordinário escondida em seu oratório, ora lendo, ora orando, ora escrevendo, donde veio a ser em nosso reino mui ilustre em virtudes e juntamente mui sábia; donde, como Proba Faltonia tem lugar entre os antigos escritores da Igreja notados por Santo Isidoro»²⁷.

De acordo com Diogo Barbosa Machado, D. Leonor «meditava com excessiva ternura de dia, e de noute os tormentos que o Redemptor do mundo padecera em satisfação da culpa do primeiro homem oferecendo as lágrimas que continuamente distilavão os seus olhos em retribuição do precioso sangue, que derramou o Verbo Divino»²⁸.

Uma outra senhora, D. Isabel de Sousa (f. 22 de Junho de 1518)²⁹, que foi camareira-mor da infanta D. Isabel de Castela, filha dos Reis Católicos³⁰, distinguiu-se também no exercício das virtudes cristãs. Após o falecimento da infanta, em 1498, como consequência do parto do príncipe D. Miguel da Paz, recolheu-se «às suas casas da Alcaçoua, de que el Rei D. João II lhe tinha feito doação», onde passou «o restante em vida celibata, com mostras de honesta, & virtuosa donzela, frequentando deuota os Sacramentos, vizitando descalça os Templos, & assistindo piedosa aos enfermos, condoendose sempre dos trabalhos alheios, como propios. A que juntava recitar de joelhos todos dias o diuino Officio, & ouir Missa com estranha deuocão»³¹. O tempo que lhe restava destas piedosas atividades era gasto na oração e leitura de livros

²⁷ Fr. Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal*, cit., p. 244.

²⁸ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Coimbra, Atlântida, 1966, p. 13.

²⁹ D. Isabel de Sousa era filha de João Gomes da Silva e de D. Branca de Sousa.

³⁰ A infanta D. Isabel de Castela (1470-1498) casou, em primeiras núpcias, com o príncipe D. Afonso, filho único de D. João II e de D. Leonor de Lencastre. Após a morte de D. Afonso, em 13 de Julho de 1491, em sequência de uma queda de cavalo, D. Isabel casaria, em 1497, com D. Manuel I.

³¹ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano dos Santos, & Varoens ilustres em virtude do Reyno de Portugal, & suas Conquistas*, tomo III, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1666, p. 780.

espirituais³². Deste modo, o acento colocado por Jorge Cardoso nas «virtudes» e nas práticas espirituais e devotas de D. Isabel de Sousa, sublinhando a sua excecionalidade – claramente em sintonia com o ideal de «heroicidade» que vinha sendo tão valorizado por esta época – está escorado, sobretudo, no modelo hagiográfico das virgens.

No conjunto das «Vidas» devotas consultadas, encontramos também, curiosamente, relatos sobre figuras de condição humilde, tal como Melícia Fernandes, que foi filha espiritual de Fr. Luís de Granada e ama de uma senhora nobre, D. Cecília de Mendonça, que foi comendadeira de Santos, e que faleceu em «odor de santidade». O caso de Melícia Fernandes encontra-se, claramente, escorado no modelo de uma santa de condição humilde, a saber, o de S. Zita (†1278), uma empregada doméstica³³.

A partir dos relatos que nos legaram Fr. Luís de Granada e Jorge Cardoso, parece-nos possível traçar um retrato desta mulher, destacando a sua faceta espiritual e devota. Melícia Fernandes tinha a seu cargo «o gouerno, & prouisão da casa, resplandecia em todo genero de virtudes. A ordem que guardaua era á prima noite prouerse do necessario para o seguinte dia; no qual madrugaua a orar, & comungar na Igreja, onde perseueraua immouel até se acabarem as Missas». ³⁴ Quando regressava a casa, «compria co as obrigações do officio; & os spacios, que lhe vagauão entre dia» recolhia-se no oratório³⁵, onde lhe era tam fácil leuantar o spiritu a Deos, que muitas vezes ficaua arrobada dos sentidos, com tal secreto nos oráculos, & documentos, que interiormente recebia da diuina liberalidade, que parecia ter em seu coração aquellas palavras do Profeta Isaías: *Secretum meum Mihi*». Milícia Fernandes destacou-se no exercício das virtudes, muito especialmente na sua «mansidão», pois «lidando oito anos com o trafego d’aquella casa, soportando cada hora injuriosas palavras, & repostadas dos mal contentes seruos, nunqua ja mais se alterou, antes co a facie rizonha dizia: *Seja por amor de Deos*»³⁶.

No caso concreto das «Vidas» de casadas, mas também de viúvas, é possível discernir uma progressiva valorização daqueles estados e da sua faceta ativa, no âmbito da capacidade de gestão da vida doméstica, e, sobretudo, de educar

³² Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo III, p. 781.

³³ Raffaella Sarti, “Zita, serva e santa. Un modelo da imitare?”, in *Modelli di Santità...*, cit., p. 307-359.

³⁴ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo II, p. 70.

³⁵ Sobre a importância do oratório enquanto espaço de devoção privada, cf. José Adriano de Freitas Carvalho, “Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos?”, *Via Spiritus*, 7 (2000), p. 145-162.

³⁶ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo II, p.70-71.

cristãmente os filhos³⁷, que tornará possível o reconhecimento de uma imagem de santidade feminina compatível com a condição laical. Neste sentido, como sublinhou Marina Caffiero, constitui uma renovada visão da condição leiga feminina enquanto via autónoma de acesso à santidade, refletindo, por sua vez, a valorização do papel desempenhado pela mulher no seio da família moderna, e, deste modo, preparando a via que culminará com a exaltação da figura da «mãe de família», já no século XIX³⁸.

Como realçou Maria de Lurdes Correia Fernandes, a tradição biográfica e, em geral, a hagiográfica, não contavam com muitos exemplos de «perfeitas casadas» que pudessem facilmente ser incluídas entre os modelos de santidade propostos às mulheres³⁹. De facto, como sublinhou a mesma autora, os modelos de santidade feminina mais valorizados e propostos à imitação foram sempre os das virgens, sobretudo mártires e religiosas: entre as casadas, existiram, contudo, alguns casos que obtiveram um notório reconhecimento, em muitos casos pela Santa Sé, mas cingiam-se aos exemplos daquelas que, embora obrigadas à contingência do seu estado, «puderam seguir a via da castidade conjugal, ou das que só o vieram a ser depois de enviuvarem ou de, por motivos diversos, se separaram dos maridos e abraçaram a vida religiosa»⁴⁰, na linha dos paradigmas propostos por São Jerónimo, em muitas das suas cartas⁴¹.

Neste sentido, valerá a pena evocar o caso de D. Elvira de Mendonça, mulher de D. Fernão Martins Mascarenhas⁴², cuja «Vida» foi redigida por Fr. Luís de

³⁷ Maria de Lurdes Correia Fernandes, *Espelhos, Cartas e Guias...*, cit., esp. cap. V: «A educação dos filhos», p. 163-198, e cap. X: «O primado dos “bons costumes” na educação dos filhos», p. 339-402.

³⁸ Marina Caffiero - «Tra modelli di disciplinamento e autonomia soggettiva», cit., p. 270.

³⁹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma clarissa ilustre do século XVI: Ana Ponce de Leon, condessa de Feria e monja de Santa Clara de Montilla”, in *Las clarisas en España y Portugal. Actas del Congreso Internacional (Salamanca, 20-25 de septiembre de 1993)*, Salamanca, s/d, p. 335.

⁴⁰ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma clarissa ilustre do século XVI...”, cit., p. 335; *Idem*, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, *Faces de Eva*, n.º 1-2 (1999), p. 51-86.

⁴¹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma clarissa ilustre do século XVI...”, cit., p. 335.

⁴² D. Elvira de Mendonça era filha de D. João de Alarcão, caçador-mor de D. João III, e de sua mulher, D. Margarida Soares. Casou com D. Fernão Martins Mascarenhas (filho de D. João Mascarenhas e de D. Margarida ou D. Leonor, filha de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, e de D. Catarina da Silva), capitão de ginetes, comendador de Mértola e embaixador no Concílio de Trento. Faleceu s.g. (cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. XVII, Edição de Carvalhos de Basto, Braga, 1939, p. 9, e vol. XVIII, p. 80).

Granada⁴³. O comportamento moral e social de D. Elvira de Mendonça era, de resto, o preceituado pelas obras que entroncavam no filão de literatura de moralidade da época: depois de casada, entregou-se «quanto á la condición de su estado le era posible, á los ejercicios de la oración», «para la cual á imitación del profeta Daniel tenía tres tempos deutados (...) uno en la mañana, y outro después de comer, mientras su marido reposaba, y outro en la noche después de cerradas las puertas y recogido su gente. Porque en este tiempo, assentada á los pies de la cama de su marido y vuelto el rostro á unas iglesias que tenía delante, en las cuales estaba el Santo Sacramento, gastaba ordinariamente quatro horas en oración, en la cual era tan grande la alegría espiritual que su ánima recibía», que dizia, algumas vezes, «que así se estuviera hasta la mañana, sino fuera por detener tanto una servidora que la guardaba á acostar. Y ni por huéspedes que tuviese, ni otras ocasiones, jamás perdía este su ordinario ejercicio de la oración»⁴⁴; «vivía como las otras señoras de su calidad, muy amiga de su marido»⁴⁵; lia «libros de buena doctrina»⁴⁶; amava Deus sobre todas as coisas, desapegando-se mesmo dos laços de parentesco⁴⁷; distinguiu-se na prática das virtudes da abstinência⁴⁸, da penitência⁴⁹, da pobreza⁵⁰, da caridade⁵¹, da

⁴³ Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*, in *Obras de Fr. Luis de Granada de la Orden de Santo Domingo*, edición crítica y completa por Fr. Justo Cuervo, tomo XIV, Imprenta de la Viuda y Hija de Gómez Fuentenebro, Madrid, 1906, p. 411-422.

⁴⁴ Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*..., cit., p. 413-414.

⁴⁵ Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*..., cit., p. 412.

⁴⁶ Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*..., cit., p. 412.

⁴⁷ Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*..., cit., p. 417-418.

⁴⁸ «Por lo cual buscó esta señora en su estado manera cómo ser tan extremada en esta virtud de la abstinencia como lo era en su compañera la oración. Porque primeiramente su comer era muy poco (...). Outra cosa diré, que supe de su boca, que parecerá increíble, mas pongo á nuestro Señor por testigo que la supe della. Dijome pues que habiendo ordinariamente en la mesa de su marido perdices ó cosa de aves, nunca esta señora metió en su boca un bocado de cosa que tuviese pluma» (Fr. Luís de Granada, *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza*..., cit., p. 415).

⁴⁹ «(...) y no sólo com la abstinencia, sino con todas asperezas que podía, mortificaba su carne y correspondía á lo que el amor de Dios le pedia, que era padecer trabajos por Él. Porque traía como outra Judit un áspero cilicio de día, y quitábaselo de noche. Y el cilicio era tan áspero, que vino á causarle una grave enfermedad en las caderas» (*ibidem*, p. 416).

⁵⁰ «Y acordándose también de la pobreza de Cristo y de la desnudez y desabrigo que padeció en el pesebre y en la cruz, quitábase ella en tiempo de invierno el manto que suelen traer las mujeres debajo de la saya, para padecer frio por amor de Dios» (*ibidem*, p. 416).

⁵¹ Conta-nos Fr. Luís de Granada que D. Elvira, «entre otros actos de caridad tenía grandes deseos de derramar su sangre y padecer martirio por la gloria de nuestro Señor y porque no

humildade⁵² e da honestidade⁵³. Após a morte do marido, D. Elvira de Mendonça acabaria por se recolher no mosteiro de Montemor, onde permaneceria até ao final da sua vida⁵⁴.

Valerá a pena evocar também o caso da venerável matrona Margarida de Chaves (falecida a 8 de Setembro de 1575), cuja «Vida», intitulada *A Margarita animada, idea moral, politica e historica de tres estados, discursada na vida da veneravel Margarida de Chaves, natural da cidade de Ponte Delgada na ilha de S. Miguel* (1723), foi escrita por um descendente seu, Francisco Afonso de Chaves e Melo. Desde a infância, «jejuava sete dias continuos, [...] antes da Paschoa do Espirito Santo; & cada dia, postos os joelhos em terra por sete vezes com huma luz acesa nas mãos, rezava por cada hũa sete Padres nossos, & sete Ave Marias em seu louvor»⁵⁵. O estado de casada não a impediu de, quotidianamente, praticar exercícios espirituais e devotos, sem descuidar as obrigações do seu estado: «Na creação dos filhos todo o seu disvelo se cifrava em instruir no caminho da virtude [...]. Frequentava os Sacramentos da Penitencia, & Sagrada Cõmunhão só quatro vezes no anno [...] Todo o seu cuydado se empregava em ouvir ler as vidas dos Santos, & acudir ao remedio dos necessitados»⁵⁶.

O autor, sem excluir ou desvalorizar os tempos de casada e de «mãe de famílias» de Margarida de Chaves, concede, efetivamente, uma larga atenção ao período em que a «venerável matrona» estava já viúva, a qual, na linha da *imitatio Christi*, «abnegou-se de si mesma, abraçou a Cruz da penitencia, & seguiu a Christo com amor, & ardente caridade, repartindo-a para com Deos, &

hubiese en el mundo luteranos y herejes que le ofendiesen (*ibidem*, p. 417). Por outro lado, «sus limosnas eran tan comunes, que su despena estaba abierta para todos los pobres y necesitados» (*ibidem*, p. 419).

⁵² «Esta virtud tenía tan arraigada en su corazón, que muchas veces me decía que no hallaba con quién compararse sino con el mismo demonio. (...) Y por esta misma humildad jamás mandó llevar á la iglesia alcatifa ó almohada, ni aun una esterilla, sino sobre la tierra desnuda estaba de rodillas ó postrada» (*ibidem*, p. 419).

⁵³ «Era también esta señora muy amiga de la honestidad de las mujeres y tan enemiga de las que bebían vino, que obligándola los médicos en una grave enfermedad á que bebiese un poquito de vino, por la flaqueza de su estómago, nunca se pudo acabar con ella, porque entre otras virtudes suyas era muy constante en todo lo que según Dios determinaba, como persona que no era cana liviana que se mueve á todo viento» (*ibidem*, p. 420).

⁵⁴ *Ibidem*, p. 420-421.

⁵⁵ Francisco Afonso de Chaves e Melo, *A Margarita animada, idea moral, politica e historica de tres estados, discursada na vida da veneravel Margarida de Chaves, natural da cidade de Ponte Delgada na ilha de S. Miguel*, Lisboa, Antonio Pedroso Galvão, 1723, p. 26.

⁵⁶ Francisco Afonso de Chaves e Melo, *A Margarita animada...*, cit., p. 60-61.

para com o próximo»⁵⁷. Tal como recomendava e exigia a literatura da época, as práticas espirituais de Margarida de Chaves eram acompanhadas por aspérrimas e rigorosas penitências e mortificações: deste modo, o biógrafo elogia o facto de aquela se ter cingido com um áspero cilício «de cabelos de boy, & com huma tunica de burel, & outras vezes com hũa de aspero liteyro»⁵⁸, pondo, assim, de parte as tópicas e criticadas «vaidades» femininas⁵⁹; dormiu, durante doze anos «contínuos» «sobre humas taboas, com hum pão por cabeceyra, por se julgar indigna de se deitar em cama. Cahindo por muytas vezes nas ruas entre lodos, se demorava algum espaço, sem se levantar, por mortificação do pejo»; durante todo o ano não comia carne, «por ser só peyxe o seu sustento, & este era cosido, ou assado muytos dias antes, para ter perdido o gosto, & sabor»; alimentava-se com ervas e «quando se estendia a mais iguarias, eraõ estas hum figo, ou quatro bagos de uvas»; durante doze anos, teve por cama umas tábuas e um pau por cabeceira, e, no fim da vida, «descansava a cabeça sobre os sapatos»⁶⁰. Com efeito, se é verdade que estas penitências e práticas mortificatórias, tal como o exigia a literatura da época, sustentavam a «ortodoxia» de Margarida de Chaves, em um período em que pairavam suspeitas de «falsa santidade» sobre certas figuras (sobretudo beatas), devido aos seus «acessos extraordinários» ou «arroubos» místicos, que, como é sabido, vinham mantendo a Inquisição atenta e vigilante, teremos também que ter em conta que aquelas não podem ser dissociadas de um certo gosto que a sociedade nutria pelo «maravilhosismo» e pela espetacularidade – tendência esta que se acentuará ao longo do Barroco -, que, em muitos casos, na impossibilidade de se padecer o martírio, funcionavam como uma via alternativa⁶¹.

⁵⁷ Francisco Afonso de Chaves e Melo, *A Margarita animada...*, cit., p. 72.

⁵⁸ Conta-nos o biógrafo que Margarida de Chaves sempre ocultou estes instrumentos de penitência, de tal modo que uns meses antes de sua morte «os lançou em huma ardente fornalha, para que de nenhũ fossem vistos» (*A Margarita animada...*, cit., p. 80-81).

⁵⁹ Críticas essas de que fez eco Fr. Antonio Marqués (O.S.A.), *Afeite y Mundo Mujeril* (1617). Utilizamos a edição de Fernando Rubio (O.S.A.), Barcelona, Juan Flors, 1964.

⁶⁰ Francisco Afonso de Chaves e Melo, *A Margarita animada...*, cit., p. 80-81; 83.

⁶¹ Jacques Le Brun, “Mutations de la notion de martyre au XVII^e siècle d’après les biographies spirituelles féminines”, in Jacques Marx (ed.), *Sainteté et martyre dans les religions du livre*, Bruxelles, Éditions de l’Université de Bruxelles, 1989, p. 77-90. Neste sentido, valerá a pena lembrar o caso de D. Antónia Margarida de Castelo Branco, que, na sua *Autobiografia*, evoca alguns episódios da sua vida conjugal, nomeadamente certas situações em que esta foi alvo da violência exercida pelo marido, Brás Teles de Meneses e Faro: todavia, ao invés de se lamentar, aquela sofre resignadamente este sofrimento, interpretando-o como algo motivado por «inspiração divina». Cf. Antónia Margarida de Castelo Branco, *Autobiografia (1652-1717)* (prefácio e transcrição de João Palma-Ferreira), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Por sua vez, Maria das Neves (falecida em 1662) «gastaua logo a menhãa toda na Igreja [do convento franciscano de Santa Cristina, no bispado de Coimbra] (de que foi insigne bemfeitora) assistindo às Missas, & Officios diuinos, com muita deuoção, & com a mesma cõumungaua a miudo, não faltando por isso aos jejuns, abstinências, cilícios, & disciplinas de cada dia. As noites vellaua em Oração, & meditação, a que juntaua algũas deuoções a particulares Sanctos, que tinha tomado por auogados, & intercessores, para com Magestade diuina. Não sabia estar ociosa, tendo criadas para a descançar, tomaua sobre si o maior trabalho da casa»⁶².

Valerá a pena evocar o caso de uma D. Brites Catarina de Abreu (†1687), cuja «Vida», escrita por seu tio, D. Fernando da Cruz e editada com o título *Thezouro escondido: D. Brites Catherina de Abreu, seus colloquios amorozos com Deos; breve noticia de suas virtudes* (1689)⁶³, realça as qualidades espirituais e as virtudes desta senhora, ou, para usar a terminologia do biógrafo, a sua «santa vida» e «santa morte». Contudo, o biógrafo não deixou de dar um importante destaque à vida secular e matrimonial de D. Brites Catarina de Abreu, pintando-nos um retrato, ainda que extremamente sucinto, daquilo a que vários textos da época chamavam a «perfeita casada» e que também poderia servir de espelho para outras casadas. Assim, conta-nos D. Fernando da Cruz que D. Brites era «muito alegre, & engraçada, & com a muita affabilidade, com que tratava a todos, se fazia amar de todos, os que a conheciam, & pela sua muita humildade a respeitavam sem comparação mais, do que se uzasse dos faustos, & grandesas, que usão nesta Corte, as senhoras de sua qualidade; vestia sempre o habito de terceira de São Francisco: fazendo-lhe seu marido Bernardo Sanches Pereira, nisto o gosto em o consentir, porque a amava muito, & como fidalgo tão entendido, conhecia suas grandes prendas para a respeitar»⁶⁴, mostrando-nos, deste modo, que as mulheres que abdicavam das « vaidades », mesmo quando estas eram, em razão da sua condição social, toleráveis, eram particularmente elogiadas.

Embora tivesse casado quando ainda era muito jovem, D. Brites Catarina de Abreu, «no governo de sua familia (que era muita)», «mostrou o ser molher forte, sabia, & prudente, sem necessitar de estímulos, que a obrigassem a acodir às suas obrigações, porque era notavelmente esperta, & viva», tendo comunicado várias coisas sobre o governo de sua casa a seu tio, que dizia ser «esta Senhora verdadeiramente a honra das molheres cazadas» e lhes poderia servir de exemplo

⁶² Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo III, p. 232.

⁶³ Lisboa, por Domingos Carneiro.

⁶⁴ D. Fernando da Cruz, *Thezouro escondido...*, cit., «Carta do confessor desta serva de Deos».

a todas, «ou seja na sogeição a seu marido, ou na vigilancia de sua familia, em occupalla bem, em provella do necessario com abundancia, por ser liberal, & grandiosa: em ensinarlhe a doutrina, para o que tinha particular graça, & paciencia: hũa vez lhe succedeo em hum dia de festa, deixar o sermaõ, & ir a caza, porque lhe lembrou, ficava nella hum menino sem Missa; não fiando esta diligencia de ninguem pelo muito que pesava a observancia da Ley de Deos»⁶⁵.

No quadro das suas práticas espirituais e devotas, o biógrafo realça o seu exercício da oração, constituída por «amorosas meditações, principalmente de Christo Jesu nosso bem, crucificado, o qual Senhor trouxe muitos tempos muy vivamête na imaginação representado», tendo por isso composto muitos colóquios, «pelos quaes desabafava do amoroso incendio, que ardia em seu coração, não os fundando em delicados conceitos, mas em enternecidos affectos; nem tão pouco se enfastiava de repetir muitas vezes as mesmas palavras, como os Serafins do Ceo, que se não canção de alternar continuamente Sanctus, Sanctus, Sanctus; & deste modo veyo a ser a sua oração quasi continua; & muito poucas pessoas se acharão, que assi saibaõ (com a graça de Deos) ajuntar as duas vidas, contemplativa, & activa, como esta sua serva, que não faltando ás obrigações de seu estado, gozasse dos amorosos abraços do Divino Esposo, de quem recebia muitos favores», o quotidiano recebimento do Santíssimo Sacramento, a sua caridade - de tal modo que era communmente chamada a «mãe dos pobres» - e as suas mortificações, as quais «apontava em hum livro, com hũas cifras, antes das quaes punha o Santissimo Nome de Jesus; dizendo que assi na arismética as cifras não tem por si valia algũa, assi as nossas obras são de nenhum valor sem Jesus; assi para a graça, como para a gloria», cujo título era «Grinalda de flores, colhidas no jardim da mortificação, para apresentar á Mãe de Deos na hora da morte»⁶⁶.

Com efeito, os casos evocados parecem constituir um quase decalque de modelos de «santas viúvas» anteriores, nomeadamente de Santa Paula e de Santa Mónica, que se assumiam como exemplos passíveis de renovadas imitações⁶⁷.

Nas fontes consultadas, recolhemos igualmente alguns casos de casados que, tendo em conta vários aspetos da sua vida moral e espiritual, personificavam modelarmente um ideal de «perfeitos casados», para utilizamos a designação proposta por Maria de Lurdes Correia Fernandes, tão valorizado nos tempos

⁶⁵ D. Fernando da Cruz, *Thesouro escondido*..., cit., «Carta do confessor desta serva de Deos».

⁶⁶ D. Fernando da Cruz, *Thesouro escondido*..., cit., «Carta do confessor desta serva de Deos».

⁶⁷ A título de exemplo, lembremos que o exemplo de S. Mónica enquanto «perfeita viúva» foi recuperado, na época da Contrarreforma, por Fr. Francisco de Ribera (O.S.A.), em *Pratica de perfeccion en la vida de la perfeta biuda santa Monica N. M.*, Sevilla, por Francisco de Lyra, 1621, obra dedicada a D. Juana Enríquez de Ribera, marquesa de Priego, também ela uma viúva.

pós-Trento⁶⁸. Deste modo, valerá a pena evocar o caso de Anrique de Gouveia e Beatriz de Madureira, que, exemplarmente, conciliavam os deveres de esposos e pais com as práticas devocionais. Naturais e moradores no Porto, «retratos do verdadeiro, & perfeito Matrimonio», depois de ouvirem um sermão pregado pelo padre jesuíta Francisco Estrada, resolveram «deixar o mundo, com todas suas pompas, & vaidades, fazendo ampla doação das proprias casas em que viuião, nas mãos do B. Francisco de Borja, para morada, & Collegio dos Religiosos» da Companhia de Jesus⁶⁹. De acordo com Jorge Cardoso, fizeram voto de castidade conjugal e «vizitauão os hospitais com caridade, remediando as necessidades dos pobres cõ esmolos, curando os enfermos com suas proprias mãos, criando os filhos com sancto temor de Deos, frequentando os Sacramentos com deuocão, gastando o tempo em oração, & penitencia, com outras penosas mortificações»⁷⁰.

Mas, entre os casos masculinos, encontramos também alguns exemplos de varões «ilustres em virtude» que merecem ser recordados.

Jorge Cardoso incluiu, no segundo tomo do seu *Agiologio Lusitano*, uma breve «Vida» do Doutor Inácio Ferreira (†1629)⁷¹, casado e chanceler-mor do reino, que foi, de acordo com o mesmo autor, «mui integro» no exercício do seu cargo: mas terá sido, certamente, no domínio do exercício das virtudes e das práticas espirituais e devotas que ainda mais se terá destacado, granjeando-lhe, assim, a auréola de «santidade». Deste modo, conta-nos o biógrafo que «a virtude que nella mais campeou, foi a da misericórdia», pois «remediaua secretamente a muitas pessoas recolhidas, & vergonhosas, não tendo numero as de cada hora. Cuzinhauasse em sua casa todos os dias panella mui cheirosa para pobres, & para os prezos nalgũs particulares da semana»⁷². No que respeita às suas práticas espirituais e devotas, relata-nos Jorge Cardoso que o Doutor

⁶⁸ Nesta época, a discussão em torno da questão do matrimónio já não se centrava na polémica entre virgindade / celibato religioso e casamento, mas sim na possibilidade de se alcançar a perfeição neste segundo estado. Deste modo, a confirmação da sacramentalidade do matrimónio levou a que se fosse desenvolvendo «uma espiritualidade do casamento resultante do apelo ao cumprimento dos deveres sociais, morais e religiosos dos casados – em especial aqueles que os autores deste período consideravam e queriam fazer «bem casados» (cf. Maria de Lurdes Correia Fernandes, *Espelhos, cartas e guias...*, cit., p. 65).

⁶⁹ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit, tomo II, p. 257.

⁷⁰ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit, tomo II, p. 257.

⁷¹ O Doutor Inácio Ferreira casou com D. Paula de Sá, «mui semelhante a seu marido nos dotes da natureza, & da graça». Deste perfeito matrimónio nasceu, entre outros filhos, D. Bernarda Ferreira de Lacerda, conhecidíssima pelo seu vasto saber, que se ia desde as línguas, a Poesia e a Retórica até à Matemática e à Filosofia.

⁷² Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo II, p. 488.

Inácio Ferreira «commungava mui a miudo», tomava disciplina todos os dias, trazia cilício, fugia das mulheres e «tinha lição spiritual à mesa das místicas obras de Sancta Theresa, de quem era special deuoto, & assi mesmo de sua exemplar religião; tanto que chegou a pedir o habito de Donato (...), que os prelados lhe negarão, pela grande falta que faria à Republica, & aos pobres de Christo, atè chegarse a valer do Geral de Castella sem effeito»: e o mesmo «lhe succedeo cos Arrabidos, que nũaqua lhe saião de casa»⁷³. Com efeito, este discurso panegírico em torno de aspetos da vida moral e espiritual de um casado mostra, claramente, uma sintonia entre o estado do casamento, ajustada aos tempos pós-Trento, e a possibilidade de alcançar a perfeição cristã e, logo, a salvação eterna.

Tendo em conta esta moldura, parece-nos que valerá a pena evocar o exemplo de um outro casado, D. Tomás de Noronha: (falecido em 1588), filho de D. Leão de Noronha⁷⁴, que se distinguiu no exercício das práticas espirituais e devotas, especialmente na contínua e intensa oração, tendo falecido com *fama sanctitatis*, e de D. Branca de Castro, e casado com D. Helena da Silva, filha de Gil Eanes da Costa⁷⁵. De acordo com o biógrafo, na oração «era continuo, gastando nella dias, & noites inteiras de juelhos, de que veio a contrair tam duros callos, como de camelo, como se refere de Santiago Menor. Cada noite insinua, & doctrinava sua família, lendolhe spiritual lição, a que nenhum auia de faltar, & juntamente a vida do Sancto daquelle dia, declarandolhes tudo com muita particularidade, & fruto de suas almas, de modo que parecia couento de religiosos, que casa de fidalgo secular»⁷⁶.

Por tudo isto, parece-nos que a problemática abordada ao longo destas páginas merece algumas reflexões. No domínio das obras de pendor hagiográfico ou devoto, produzidas durante os séculos XVI e XVII, as «Vidas» de leigos ocupam um lugar cada vez mais significativo, mostrando, assim, a sua crescente emancipação no domínio das práticas espirituais e devotas, tributária, em larga medida, da evolução e da visibilidade que os diversos modelos de santidade leiga foram conhecendo, a partir da Baixa Idade Média. Para além dos casos apresentados, poderíamos, do mesmo modo, evocar os casos de várias leigos que optaram por um ideal de vida eremítica, especialmente a partir do século XVI,

⁷³ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo II, p. 488-489.

⁷⁴ José Adriano de Freitas Carvalho, ««Vida e Mercês que Deus fez ao venerável D. Leão de Noronha»: do santo de corte ao santo de família na Época Moderna em Portugal», *Via Spiritus*, 3 (1996), p. 81-161.

⁷⁵ D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Coimbra, Atlântida, 1954, p. 530.

⁷⁶ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano...*, cit., tomo I, p. 149.

influenciadas, em boa medida, não só pelos tradicionais exemplos legados pela hagiografia (lembramos Santa Antão ou São Paulo Eremita), mas também pela significativa receção que, em alguns círculos cultos, conheceu a edição de uma tradução do *Boosco Deleitoso*, impressa por Hermão de Campos, em 1515, que aproveitava, largamente, o *De Vita Solitaria*, de Petrarca. De facto, estas «Vidas» exemplares, que espelham a apropriação de modelos hagiográficos, que muito glorificavam a Igreja católica, e refletem mimetismos vários, veiculam exemplos de perfeição, passíveis de renovadas imitações. Em todo o caso, a variedade de casos apresentados pelas obras estudadas, escorados em um discurso retórico que procurava seduzir o(s) público(s) leitor(es), mostram como os autores, recorrendo a exemplos de figuras reais, procuravam convencê-lo(s) de que a perfeição cristã, que asseguraria a salvação eterna, era algo acessível a todos os fiéis e possível em todos os estados. De facto, o significativo número de leigos imbuídos de preocupações espirituais, cuja «Vida» encontramos relatada nas fontes que respigámos, merece uma atenção particular, na medida em que o seu estudo poderá lançar novas luzes interpretativas sobre as relações da História da espiritualidade com os outros ramos da História.

Domestic religiosity in the 18th century Spanish Court: elite women, everyday life spaces and material culture.

An approach to a study in progress¹

NATALIA GONZÁLEZ HERAS
Universidad Autónoma de Madrid
Instituto Universitario “La Corte en Europa”
natalia.gonzalez@uam.es

Texto recebido em/Text submitted on: 30/12/2015

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

O principal objetivo deste artigo é desenvolver uma abordagem das questões e práticas relacionadas com a devoção e espiritualidade, relativas às mulheres pertencentes à burguesia e à média nobreza, no âmbito de suas vidas domésticas, durante o final do século XVIII, em Madrid. Concentrar-nos-emos em desvendar os caminhos do grupo formado pelas esposas dos servidores da monarquia espanhola. Esta investigação será baseada na análise da cultura material que aparece nas suas cartas dote e nos inventários *post-mortem*.

Palavras chave:

Mulher; Religiosidade; Espaços domésticos; Quotidiano; Cultura material.

Abstract:

The main objective of this article is to develop an approach to issues and practices related to devotion and spirituality, concerning to women belonging to the bourgeoisie and the middle-nobility, in the framework of their domestic lives, during the late 18th century in Madrid. From these pages we focus on unravelling the ways of the group formed by the wives of the servers of the Spanish Monarchy. This investigation will be based on the analysis of the material culture appeared in their dowry letters and *post-mortem* inventories.

Keywords:

Women; Religiosity, Domestic spaces; Everyday life; Material culture.

¹ This work is carried out in the framework of a Juan de la Cierva-Formación contract and the projects I+D Excelencia HAR2014-52850-C3-1-P “Maneras de vivir en la España Moderna: Condiciones materiales y formas culturales de lo cotidiano. Domesticidad, privacidad y sociabilidad”, funded by the Spanish Ministry of Economy and Competitiveness and “La herencia de los Reales Sitios: Madrid, de Corte a Capital (Historia, Patrimonio y Turismo)”, CMM-COURT-TOURIST-CM // Ref. H2015/HUM-3415, funded by the Comunidad de Madrid and the European Union, European Social Fund.

For their questions and comments, I am indebted to the participants of the panel “Women’s networks: Religion, culture and everyday life: Fifteenth to eighteenth century”, European Social Science History conference, Vienna, April 2014.

Introduction

Over the last decade, several approaches have been developed in the context of the international Early Modern historiography that focuses on the study of genre, everyday life and material culture². Silvia Evangelisti examined Italian historiography: *Subjetividad, cultura material y género: Diálogos con la historiografía italiana*³. Moreover, as result of international multidisciplinary collaboration were published *At home in Renaissance Italy*⁴ and *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*⁵.

The dowry receipt is used as a source to know the elements provided by the bride for the new home. They were directly related to her owner and will enable us to know the levels of consumption, aspects related to taste, as well as the practices of everyday life, as they were presented in the book *Tomar estado: dotes e casamento (séculos XVI-XIX)*⁶.

Nowadays, much is known about the remnants of the rich material culture of Early Modern women. Both gender and material culture are useful categories of analysis and that interrogating their intersection bears fruitful results. In order to understand more fully the daily lives of Early Modern women, their beliefs, we must pay careful attention to the material traces of their lives⁷.

Objects explicitly connected to religious devotion were a common sight in Early Modern homes, mainly in the form of sacred images of Christ, the Virgin Mary and the saints, whereas in territories in which the Reformation had taken hold they had all but disappeared⁸.

² Amanda Vickery and John Styles (ed.), *Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830*, New Have, Yale University Press, 2007.

³ Silvia Evangelisti, "Cultura material y relaciones de género en la historiografía italiana de la Edad Moderna", in Pilar Pérez-Fuentes Hernández (ed.): *Subjetividad, cultura material y género: Diálogos con la Historiografía italiana*, Barcelona, Icaria, 2010, pp. 195-219. Also Sandra Cavallo and Isabelle Chabot (dir.): *Oggetti. Genesis*. V/1 (2006).

⁴ Marta Ajmar-Wollheim and Flora Dennis, *At home in Renaissance Italy*, London, V&A Publications, 2006.

⁵ Isabel dos Guimarães and Máximo García (ed.), *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Universidad de Valladolid, 2010

⁶ María Marta Lobo de Araujo and Alexandra Esteves (ed.), *Tomar estado: dotes e casamento (séculos XVI-XIX)*, Braga, Centro de investigação transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010.

⁷ "Forum: Early Modern Women and material culture", *Early Modern Women: An interdisciplinary journal*, vol. 4 (2009), p. 135-138.

⁸ María Cruz de Carlos, Pierre Civil, Felipe Pereda and Cécile Vincent-Cassy, *La imagen religiosa en la Monarquía hispánica. Usos y espacios*, Madrid, Casa de Velázquez, 2008; Julio

Devotional objects were brought into the home in a number of ways. They were sometimes placed there because the householder had acquired them. Other times, they would have been handed down through the family, as recorded in the testamentary documents that stipulated how the estate of a deceased person was to be divided between their heirs. This second case of bequeathing family property also included choosing this kind of item as part of a woman's marriage dowry. A third case involved donating or gifting these objects either as wedding presents or as bequests.

The function of pious objects in the home was not limited to the inherent reason for their existence, that is, to meet the spiritual needs of the people who owned them. They also took on significant value as representative objects, thereby playing a dual role. On the one hand, the material wealth that many of these items stood for served to give them symbolic meaning, reflecting the wealth of the person who owned them, someone who would be regarded as being in a particular social class and having a distinguished status. On the other hand, possessing these objects was a statement by the owners of their religious and moral beliefs as good Catholics and their willingness to openly display their support of the Church, firmly rooted in Spanish society following the Council of Trent⁹.

Even when in the late 18th century had begun to be perceived new forms of religiosity, primarily within the social elite of the population, such as Jansenism¹⁰, practices associated with religiosity, piety and devotion, expressed in the ownership of certain objects, were still part of the blurring of the boundaries between the concept of the public and the private that characterised this period. This includes a series of attitudes that, despite taking place within the home and in areas that were set aside for worship, did not dispose them

Caro Baroja, *Las formas complejas de la vida religiosa: Religión, sociedad y carácter en la España de los siglos XVI y XVII*, Madrid, Akal, 1978; Carlos Alberto González Sánchez, "Imagen de culto y espiritualidad. Funciones y normas de uso en la vida cotidiana (siglos XVI-XVIII)", in Manuel Peña Díaz (ed.), *La vida cotidiana en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Abada, 2012, p. 387-405.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ José Miguel Caso González, "Jovellanos y la nueva religiosidad" in *De Ilustración y de ilustrados*, Oviedo, Instituto Feijoo de Estudios del siglo XVIII, 1988, p. 21-30; Teófanos Egido, "La religiosidad de los ilustrados" in Ramón Menéndez Pidal-José María Jover Zamora (dir.), *Historia de España, XXXI. La época de la Ilustración, I. El Estado y la cultura (1759-1808)*, Madrid, Espasa, 1988, p. 395-435; Antonio Mestre, "La espiritualidad del siglo de oro en los ilustrados españoles", *II Simposio sobre el Padre Feijoo y su siglo*, Oviedo, Cátedra Feijoo, 1983, p. 363-407.

of the element of social display that was apparent when they were carried out in the church or the street.

This article presents a brief outline of the role of women in the elites of Madrid within the devotional context described above. This includes their presence in the areas within their homes where religious objects were displayed and their links with them¹¹.

Areas set aside for devotion in the home

The decision to locate religious objects in one room or another inside the home would go a long way toward determining whether they were considered as decorative items, collectors' pieces or intended for devotional purposes. The following sections discuss each of the rooms where religious objects are known to have been placed, with particular attention to the existence of possible religious practice by women¹², based on an analysis of a material culture under their ownership.

The oratory was a room normally found in residences owned by members of the nobility. Records tell us that many homes belonging to 16th and 17th courtiers had an oratory¹³. This was referred to by Countess D'Aulnoy in her "questionable" travel journal:

¹¹ A general point of view in Natalia González Heras, *Servir al rey y vivir en la corte: Propiedad, formas de residencia y cultura material en el Madrid borbónico*, Tesis doctoral inédita. Universidad Complutense de Madrid, 2014.

¹² Silvia Evangelisti, "Cultura material...", cit., p. 195-219; Natalia González Heras, "La esposa del funcionario: Cotas de poder femenino dentro de la residencia del hombre de Estado", in María José Pérez Álvarez, Laureano Rubio Pérez and Alfredo Martín García (eds.), *Culturas políticas en el mundo hispánico*, Madrid, FEHM., 2012, p. 2105-2117; Amanda Vickery, "His and hers: Gender, consumption and household accounting in 18th century England" in Lyndal Roper and Ruth Harris (eds), *The art of survival: Essays in honour of Olwen Hufton. Past & Present* (2006), p. 12-38; "Fashioning difference in Georgian England: Furniture for him and for her", in Paula Findlen (ed.), *Early Modern things: Objects and their histories, 1500-1800*, Londres, Routledge, 2012. Antonia Garrido Flores, "La devoción en la casa: Córdoba en el Antiguo Régimen", *Hispania Sacra*, LXVI 134, julio-diciembre (2014), p. 575-600.

¹³ Jean Baptiste Gattico, *De oratoriis domesticis et de sus altares portatilis juxta veterem et recentem Ecclesiae disciplinam ecclesiasticorum seculariumque virorum singula jura et privilegia complectentem*, Roma, apud Gregorium Roisechi, 1752; Anonymus, *Disertación apologética a favor del privilegio que por costumbre introducida por la Bula de la Santa Cruzada goza la nación española en el uso de los oratorios domésticos. Leída en la Real Academia de Buenas letras de Sevilla en 25 de octubre de 1771, por el Doctor don Francisco de Paula Baquero*, Sevilla, José Padrino; Juan José de Erice, *Controversia moral sobre el uso de los oratorios domésticos*, Pamplona, Antonio Castilla, 1788; Antonio Sánchez, *Carta crítica a una persona de carácter*,

“The churches of Madrid seem very beautiful and well ordered, but they are little frequented by noble gentlemen, who hear mass and pray in the private chapels in their homes. They only go to church on certain days of the year, at Easter, for example”¹⁴.

This eye-witness account may slightly exaggerate the attitudes being described, a frequent occurrence in travel journals¹⁵, but it does give us a hint that perhaps we should question if this might really be the case.

The location of oratories and private chapels was explicitly marked by a cross on the layout plans of Madrid homes studied from the second half of the 18th century.

One example is the mansion house commissioned by the 2nd Marquis of Grimaldo in 1763 on Calle Ancha de San Bernardo¹⁶. The Marquis, who came from a military background and had been a gentleman of the King’s chamber since 1764, had set aside an area specifically designed for religious worship¹⁷ in his palatial home. Its location in the scheme of rooms comprising the reception area meant it was openly on display to whoever was visiting the occupants of the house. However, its position in the area at the back of the house meant passing through the many reception rooms at the front of the building, facing the main façade, plus those in the two side wings, which faced Calle de la

de disciplina eclesiástica, sobre el uso de oratorios domésticos por el privilegio de la Bula de la Santa Cruzada, Madrid, Oficina de don Jerónimo Ortega y herederos de Ibarra, 1792. On domestic oratories in colonial America, see Gabriela Sánchez Reyes, “Oratorios domésticos: piedad y oración privada”, in Pilar Gonzalbo Aizpuru (coord.), *El siglo XVIII: entre tradición y cambio*, México, Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 531-552; Paulina Zamorano Varea, “Espacios domésticos de religiosidad. Los oratorios coloniales: Santiago siglo XVIII”, in René Millar Carvacho and Roberto Rusconi (coord.), *Devozioni, pratiche e immaginario religios: espressioni del cattolicesimo tra 1400 e 1850: storici cileni e italiani a confronto*, Roma, Viella, 2011, p. 83-108.

¹⁴ Countess d’Aulnoy, *Viaje por España en 1679-1680*, vol. I, Barcelona, Iberia, 1962, p. 186.

¹⁵ Gloria A. Franco Rubio (coord.), *Miradas propias y ajenas en un baile de espejos. Transferencias culturales entre España y Gran Bretaña en el siglo XVIII a través de los viajeros. Tiempos Modernos. Revista electrónica de Historia Moderna*, n. 21/2 (2010); Natalia González Heras “Topografías domésticas madrileñas desde la perspectiva de los viajeros franceses” in Dominique Pico and Guillaume Hanotin, *Échanges et transferts entre deux cultures: France et Espagne au temps de Philippe V*, Presses Universitaires de Bordeaux, (in press).

¹⁶ Archivo de Villa de Madrid. Archivo de la Secretaría del Ayuntamiento. (AVM. ASA.) 1-45-37. Virginia Tovar Martín, “Diseños para un palacio madrileño del siglo XVIII”, *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, n. XXI (1984), p. 53-67; *El palacio del Ministerio de Justicia y sus obras de arte*, Madrid, Ministerio de Justicia, 1986.

¹⁷ John Bossy, “The Mass as a social institution, 1200-1700”, *Past & Present*, n. 100 (Aug., 1983), p. 29-61.

Manzana and Calle de los Reyes, until the “holy of holies” was reached. This prevented anyone entering the house from having direct access to the area, and its position, with a window overlooking the garden gave it peace and quiet, thereby providing the right atmosphere for prayer and meditation.

The area was also directly connected with the lounge areas and bedrooms used by the occupants of the mansion. These rooms were arranged around the central courtyard, according to the customary segregation of the sexes within the home, meaning that the lady of the house could also use the devotional area. Doña Irene de Navia, wife of the 2nd Marquis of Grimaldo from 1750 onwards and daughter of the Marquis of Santa Cruz de Marcenado, had access to the prayer area from her private rooms, the same as her husband. This enables it to be defined as a neutral space, in terms of gender, where men and women could practice their religious faith either together or separately.

However, further down the elite ranking, the oratory ceased to be located in a room of its own and was more likely to be an item of furniture containing all the objects required for liturgical use and that could be stored away. This kind of arrangement would be similar to the one recorded in the inventory of items produced after the death of the Marquis of Portago in 1754. The piece is likely to have been used jointly by him and by his wife, Doña Juana García de Lamadrid and stood in the main bedroom of his house on Calle Príncipe: “A cupboard overlaid with different woods inside and out that has served as oratory measuring two and three quarter *varas*¹⁸ high and two and a quarter *varas* wide with its lock and valued at one thousand two hundred”¹⁹.

The purpose of the lock and key mechanism on the door of this item of furniture, plus the lock on the door to the oratory in the house on the square of Puerta Cerrada, due to be occupied by Don Juan de la Cruz Belbis de Moncada y Pizarro, Count of Villamonte, and Doña María de la Encarnación Toledo y Gonzaga, daughter of the Marquis and Marchioness of Villafranca, was probably to ensure the safekeeping of the valuables stored inside. In the case of the Count and Countess of Villamonte, a stemmed chalice, a golden cup and base and a spoon were valued at 213 Spanish silver *reales* and quarters²⁰.

Holy objects and those used for liturgical purposes were not only afforded a high monetary value because of the materials they were made from, but also

¹⁸ A *vara*, meaning “rod” or “pole”, is an old Spanish unit of length, equivalent to roughly one yard, or a little less than 1 metre.

¹⁹ Archivo Histórico de Protocolos de Madrid (AHPM.), Protocolo (Prot.) 16471. “Un armario cubierto de diferentes maderas por dentro y fuera que ha servido de oratorio de tres baras menos cuarta de alto y dos y cuarta de ancho con su cerradura y falleba en mil doscientos”.

²⁰ AHPM. Prot. 18185, f. 662 r.-710 v.

great symbolic value, and in some cases they might also be valued as part of a family estate. An example of this is the chalice referred to in the will of Madrid-born writer and translator Inés Joyes (1731-1808), which had been passed down through her family for generations²¹.

The location of the objects described above in a drawer of the sacristy, a specific place for storing oratory ornaments used for religious purposes, or inside an item of furniture serving as oratory that could be locked, prevented any possible desecration of either the objects or of the religious space.

The holy image on which worship was focused in the house in Puerta Cerrada was an effigy of Christ on the Cross. The body was made of ivory and the cross was ebony and the whole piece was mounted on a base made of the same wood. It was valued at 1,500 *reales de vellón*²². This item has a threefold value, similar to that of the previously described objects. Firstly, its pious value as an image, in this case a significant one, intended as an object of devotion. Secondly, its inherent value as an artwork, a decorative item, possibly even representing its owners' status as collectors. And lastly, its symbolic-social value, conveyed by the rich materials the image is carved from and its authorship, distinguishing its owners as belonging to a particular social class compared to those who did not possess an item of this kind.

An analysis of these features does not provide many clues that point to this space and its contents as being directly related to the devotions of either the gentleman or the lady of the house. According to records, the new residence of the Count and Countess of Villamonte was built with funds advanced from the legitimate inheritance by Don Juan's father and mother. These objects might hint at the private devotions of his parents, the Marquis and Marchioness of Bélgida, and that the oratory could be defined as a mixed space, open to the devotional practices of both sexes and, by extension, to various other members of the family.

However, if we look at dowry letters to glean information on how oratories were set up and the various objects they contained, we find the same items appearing again and again.

The first of these are the cruets, the two small containers made to hold the wine and water used at mass. They were usually made from silver or silver plate and engraved or decorated with precious metal, making them very valuable as

²¹ Mónica Bolufer Peruga, *La vida y la escritura en el siglo XVIII. Inés Joyes: Apología de las mujeres*, Valencia, Universitat de Valencia, 2008.

²² The *real de plata* coin was made of silver and the *real de vellón* was made of billon, or "less than half silver". AHPM. Prot. 18185, f. 662 r.-710 v.

well as beautiful objects. Their frequent appearance in dowries suggests that they came to represent one of the attributes of the woman in the new family unit being formed by the marriage. This would have been connected to the fact that she was a devout Catholic. But it also had a special meaning when the items in question had been in the family for generations and were being passed down via the woman to the new family unit being formed by marriage, thus continuing the lineage according to the precepts of moral treatises dealing with the family, which had remained unchanged over the centuries²³.

Such is the case of the dowry brought to her marriage in 1803 by Doña María Josefa Surbille Abad Wautres y Cifuentes with Don Tomás de Estrada y Lancero, a guard in the Flemish Company corps. The daughter of the late Don Luis Surbille, who had been general archivist for the Secretary of the Universal Indias Office, brought a number of items to the marriage, including: "Two latticework silver cruets, weighing twenty-two ounces, four hundred and forty *reales*. Made for a hundred and sixty *reales* each, three hundred and twenty"²⁴. Their increased value of 760 *reales de vellón* was in addition to their value for the family. The goods comprising the bulk of the dowry were part of the paternal inheritance, plus other items belonging to his mother, Doña Eulogia Abad y Cifuentes, and the heirs of a previous marriage by the bride with Don Manuel Uriarte y Leoz, who held the positions of book keeper and secretary to the Duke of Osuna in the 1780s.

Other religious items that made an appearance as part of dowries were holy water fonts. They should be linked to their function as recipients for water, which had a symbolic meaning connected with spiritual cleanliness and hygiene. This was despite the fact that in the society being discussed here, the use of water for bodily hygiene had almost entirely lost its importance compared to the traditions of civilisations such the Romans or the Muslims. The use of water was mainly limited to washing face and hands, with a change of underwear, normally made of fabrics such as cotton or linen, replacing washing for the rest of the body. In the Christian religion water was still regarded as a substance that cleansed and purified and it was used for this purpose in the sacrament of baptism or in washing rituals:

²³ Among sixteenth century treatises, Fray Luis de León, *La perfecta casada*; in the same line for eighteenth century, Fray Antonio Arbiol, *La familia regulada*, first edition published in Zaragoza, Herederos de Manuel Román, 1715.

²⁴ AHPM. Prot. 21756, f. 409 r. "Dos vinagreras de plata caladas, su peso veinte y dos onzas, cuatrocientos y cuarenta reales. Hechura a ciento y sesenta reales cada una, trescientos y veinte".

“El uso sagrado del agua bendita, es también muy conveniente en todas las casas, y para todas la personas, porque es un eficaz defensivo contra la vigilancia y conato del demonio...”²⁵

These fonts were almost certainly sumptuary pieces, made from silver and therefore commanding high prices. They showed off the owner’s distinguished status, but their ownership by brides could also have been related to the purity expected from the future wife, a reference to the purifying effect of the holy water contained in these fonts.

The fonts might also have reflected the owner’s family or social origins, as was the case with the font included in the dowry for Doña Manuela María Martínez de Laguna. She was a member of the Linen Guild and had a shop in Calle de las Postas, inherited from her late husband, Don Tomás de Uriarte. On her second marriage to Don Francisco Bovadilla Alcocer, a sub-lieutenant in the Toledo city military corps, she contributed a golden font with the King’s arms, valued at 360 *reales de vellón*²⁶. The fonts could also express the owner’s devotion for a particular figure, as can be seen from fonts showing the image of the Virgin, who was also directly linked with the idea of purity mentioned earlier.

The reliquary was defined by the *Dictionary of the Spanish Royal Academy*²⁷ in the first instance as “the place where relics are stored and kept”, but also as “the decoration embellishing a relic. This may be metal or another material and take various forms”. The first definition is understood to refer to a specific place inside a building. For example, reliquaries in monasteries, where relics were kept and are still preserved today. However, as rooms in private homes were not normally set aside for reliquaries, any relics that were listed in the dowries of women from the social sphere being studied here were kept in other locations²⁸.

These “various forms” that relics could take gave rise to what could be described as personal items of jewellery worn by the owner. It was common to have medallion-reliquaries, although we cannot be certain that all the ones that we have evidence of actually contained any remains that could be linked to a particular dedication. Some of them have a glass fronted frame on both

²⁵ Fray Antonio Arbiol, *La familia regulada*, libro III, capítulo VIII, Madrid, Gerónimo Ortega e hijos de Ibarra, 1789, p. 150.

²⁶ AHPM. Prot. 19510, f. 372 r. “Una pila dorada con las armas del rey, tasada en 360 reales de vellón”.

²⁷ *Diccionario de la Real Academia Española*, 1737.

²⁸ Gabriela Sánchez Reyes, “Retablos relicario en la Nueva España”, in *Actas III Congreso internacional del Barroco americano: Territorio, Arte, Espacio y Sociedad*, Sevilla, Universidad Pablo de Olavide, 2001, p. 616-630.

sides containing a religious image. Images of Saint Joseph, the Virgin, the Child Jesus, Saint John, Our Lady of Carmen, Saint Francis and Saint Anthony have all been documented.

These items of jewellery were linked to the many functions mentioned earlier in relation to the religious objects found inside the home. They were decorative items used to accessorise clothing, displaying the wearer's Catholicism as well as emphasising their social status if the item was made from some kind of precious metal. It was also used as a talisman or amulet that protected the wearer because of the devotion he or she had for the holy object or person.

Reliquaries used for personal adornment also included rosaries, which are frequently listed in dowries, along with medals and crosses. However, the low monetary value of many of them, confirmed by the valuations recorded in notarial deeds, means we can state with some degree of certainty that the main value placed on such items was purely devotional. They may also have had sentimental value if they were a gift or a small family legacy with a high symbolic value.

Private Areas

Bedrooms and boudoirs were other places in the home where religious worship took place. These rooms would acquire more personal meaning, providing an intimate space for prayer and reflection, although they lacked the holy status afforded to the oratory. The existence of religious practice was confirmed by the presence of images, which, as mentioned earlier, took on a powerful significance as the reflection of Counter-Reformist religiosity. This was in contrast to the Reformed Church, which had discontinued their use as part of a piety and devotional practice that was attempting to move away from the expression of religious fervour through the worship of images²⁹.

Representations found in these rooms took on a variety of formats. Paintings³⁰, engravings³¹ and carved figures as items with inherent pious value were combined with the appearance of images on a highly symbolic item of furniture such as the bed.

²⁹ Carlos Alberto González Sánchez, "Imagen de culto y espiritualidad...", cit., p. 387-405.

³⁰ Jesús Bravo Lozano, "Pintura y mentalidades en Madrid a finales del siglo XVIII", *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, n. XVIII (1981), p. 193-220.

³¹ Javier Portús and Jesusa Vega, *La estampa religiosa en la España del Antiguo Régimen*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1998.

The bed included in the 1780 dowry of Doña Ana María Vicente, wife of Don Pedro Antonio de Cuéllar, who held the post of Marshal of the Council of the Inquisition, was described as follows: “An imperial bed with a golden and red patterned headboard with a Mary in the centre”³². It was valued at 420 *reales de vellón*. The imperial bed was an item made to be displayed in a boudoir or bedroom in the private areas inside the homes of the elite class. The picture of the Virgin Mary on this bed could, once again, be understood from a range of perspectives. Firstly, as an expression of devotion for the figure of the Virgin by the owner of the bed. Secondly, in the sense that the religious image on the headboard of the bed protected the marriage that would be consummated there and any children born as a result. Bearing in mind the high mortality rate of both mothers and babies in childbirth, the presence of the Virgin on the headboard of the bed where delivery was to take place was a kind of insurance protecting women and their children. Lastly, it was a way of saying that the owners were good Catholics.

Religious imagery was also the main theme of the various paintings, engravings and sculptures placed in bedrooms and boudoirs. There were small items compared to the ones found in other rooms in the home, such as the lounge, and they had important symbolic meaning. The fact that they were placed in rooms intended for the individual to engage in quiet prayer enables us to see what their devotions centred on. They were images that people would kneel before to pray, and their artistic or monetary value was not as important as their sacred meaning³³.

The Virgin³⁴ seen as intercessor between the devout and the divinity took on unprecedented importance in women’s prayers, due to their female condition. The Incarnation was frequently venerated and provided comfort and spiritual support for women facing pregnancy and childbirth. Other female scenes were also objects of devotion, such as the Visitation, in which the Virgin Mary was depicted visiting her pregnant relative Elizabeth following the Annunciation by the Angel Gabriel³⁵.

³² AHPM. Prot. 19007, f. 35 r. “Una cama imperial con su testero dorado y encarnado en dibujo y una María en medio”.

³³ Olivier Christin and Dario Gamboni (eds.), *Crises de l’image religieuse*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 1999.

³⁴ Javier Portús Pérez, *El culto a la Virgen en Madrid durante la Edad Moderna*, Madrid, Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid, 2000.

³⁵ María Cruz de Carlos Varona, “Representar el nacimiento. Imágenes y cultura material de un espacio de sociabilidad femenino en la España Alto Moderna”, *Goya. Revista de Arte* (2007),

Both representations appeared in the dowry brought by Doña María Antonia Zamora y Sauca to her marriage in 1795 to Don José Manuel de Plaza y Torrecilla, a lawyer to the Royal Councils: “Two similar pictures, one of the Visitation and another of the Incarnation, measuring one *vara* in height and one and a quarter *varas* wide with golden frames and valued at six hundred *reales*”³⁶. The same image of the Incarnation is found in the items that made up the dowry list for Doña Joaquina Aguado, wife of Don Buenaventura Manuel de la Viya, an official in the Secretary’s Office at Madrid City Council in the same year: “Two quarto illustrations of Saint Francis and the Mystery of the Incarnation with glass and golden frame valued at sixty”³⁷. Also in the dowry of Doña Juliana Díaz Manrique, wife of Madrid City Councillor Don Fernando Gómez Lozano in 1803: “Another companion to the previously listed Our Lady of the Incarnation in the same kind of frame valued at ten *reales*”³⁸. However, their monetary value highlights the difference between the most expensive pictures, which had a combined value as artwork and devotional object, and those produced specifically for home worship.

Pregnancy and childbirth were also reflected in ownership of figures depicting the Child Jesus³⁹. Images of the Virgin with the Child in her arms or on her lap reflected an idealised maternity, but the Child Jesus or Saint John were also owned as individual sculptures and served as role models for the owner when learning how to look after children. The characteristics of the two carved three-quarter height figures of the Child Jesus included in the dowry of Doña María Antonia Zamora y Sauca⁴⁰ could well have fulfilled this

pp. 231-245; Jacqueline M. Musacchio, “Conception and birth” in Marta Ajmar-Wollheim and Flora Dennis (eds.), *At home in Renaissance Italy*, London, V&A Publications, 2006, p. 124-136.

³⁶ AHPM. Prot. 20385, s/f. “Dos pinturas iguales la una de la Visitación y la otra de la Encarnación de vara y media de alto y vara y cuarta de ancho con sus marcos dorados en seiscientos reales”.

³⁷ AHPM. Prot. 20557, f. 79 r. (2ª foliación). “Dos láminas de a cuarta, San Francisco y el Misterio de la Encarnación con cristal y marco dorado en sesenta”.

³⁸ AHPM. Prot. 21982, f. 33 v. “Otra compañera de la antecedente de Nuestra Señora de la Encarnación con igual marco en diez reales”.

³⁹ Barbara Barieau Mauldin, *Images of the Christ Child. Devotions and iconography in Europe and New Spain*, Tesis doctoral inédita. Universidad de Nuevo México, 2001; Ana García Sanz, “Análisis de una devoción doméstica: La imagen del Niño Jesús en diferentes ámbitos de la vida cotidiana”, in Gloria A. Franco Rubio (ed.), *La vida de cada día. Rituales, costumbres y rutinas cotidianas en la España moderna*, Madrid, Almudayna, 2012, p. 229-247; Christiane Klapisch-Zuber, “Holy dolls. Play and piety in Florence in the Quattrocento”, in Christiane Klapisch-Zuber, *Women, family and ritual in Renaissance Italy*, Chicago, Londres, University of Chicago Press, 1985, p. 310-329.

⁴⁰ AHPM. Prot. 20385, s/f.

practical role, which went beyond the boundaries of what might be expected of a religious image.

However, in contrast to the traditional notion that images of the Virgin mother accompanied by the Child Jesus were predominantly owned by women rather than men, we cannot be sure of the level of devotion paid to them by each of the sexes and they seemed to be owned in fairly equal measures among the 18th Madrid elite. It has been calculated that 56.25% of the pieces were owned by women and 43.75% by men⁴¹.

Reception Areas

Certain rooms in the homes of the elite were especially conceived and set aside for receiving visitors. Pride of place was given to items that demonstrated the owner's social status. One piece of furniture that reliably served this purpose was the display or religious cabinet. It was designed to act as a showcase and consisted of an outer structure in either metal or wood and glass. The contents could be viewed through the glass windows. A wide range of items could be kept inside, from larger figures of Christ, the Virgin, the Child Jesus and all kinds of Saints, to smaller pieces such as medals, reliquaries and rosaries. This piece of furniture reached its height of popularity in the second half of the 17th century and was a feature in many homes⁴². With the arrival of the Bourbon dynasty on the Spanish throne and the gradual introduction of new modes and forms from France, this item of furniture began to fall from favour over the course of the 18th century and its appearance in home inventories declined. However, not all of them were lost and we can see how these display cabinets retained their family value as inherited dowry items, similar to other devotional or religious objects. It would have been treated as an old item of furniture that was part of the family inheritance and would have been passed down to the new family unit being formed by the daughter's marriage. This must have been the case of the: "Two similar cabinets with glass on three sides and containing imitation wax fruit and a Child Jesus in the same material valued at three hundred *reales de vellón*"⁴³, brought to her marriage with widower Don José Chavarino, in

⁴¹ See Natalia González Heras, *Servir al rey...* cit., p. 377-389.

⁴² Amaya Morera Villuendas, *El escaparate, un mueble para una dinastía: Ostentación y devoción en el Madrid de los siglos Modernos*, Tesis Doctoral inédita, UNED, 2010.

⁴³ AHPM. Prot. 19433, f. 595 v-596 r. "Dos urnas iguales con sus cristales de terciá y dentro de ellas varias frutas imitadas de cera y un Niño Jesús de la misma especie en trescientos reales de vellón".

1780, by Doña Margarita Gutiérrez Duquén, daughter of Don Juan Francisco Gutiérrez, a Captain in the Brabante Cavalry Regiment.

The paintings that hung on the walls of these reception areas, mostly large-scale works with valuable carved golden frames, were considered in a different light when compared to the images displayed in boudoirs and bedrooms. Their devotional value was superseded by their status as works of art, and they were placed in these rooms as decorative items⁴⁴. These artworks were valued by specialists in sums that tended to be in excess of 300 *reales de vellón* and the author's name was sometimes recorded. They reflected both the owner's Catholic faith and her social and financial status. These images should also be seen as part of their role as illustrations of the social tastes and trends at that time.

The cult of the Immaculate Conception, which Rome was forced to make official due to the power and strength it acquired after being promoted in Spain by the monarchy, made Our Lady of the Conception a frequent sight in people's homes⁴⁵. The image is estimated to have been present in 30% of homes owned by Madrid elites involved in serving the State, and in 63% of these cases this devotion was embodied in the form of goods brought by the future wife⁴⁶. Doña Margarita Gutiérrez Duquén, who we mentioned earlier, brought to her marriage: "An image of the Conception in a golden frame of two and a half *varas* long and one and a half wide valued at six hundred *reales de vellón*"⁴⁷. The picture was included with other items of high monetary value, whose sumptuary value is made abundantly clear:

"A Roman image of Our Lady of the People in glass with golden frame valued at four hundred *reales de vellón*.

Another of the Solitude in copper of over half a quarto with its frame valued at six hundred *reales de vellón*.

Two miniature illustrations, one of Jesus and another of his Most Holy Mother with ebony frames and glass valued at six hundred *reales de vellón*"⁴⁸.

⁴⁴ Olivier Christin and Dario Gamboni (eds.), *Crises de l'image...* cit.

⁴⁵ Suzanne Stratton, "La Inmaculada Concepción en el arte español", *Cuadernos de arte e iconografía*, t. 1, n. 2 (1988), p. 3-128.

⁴⁶ See Natalia González Heras, *Servir al rey...* cit., p. 377-389.

⁴⁷ AHPM. Prot. 19433/595 r. "Una imagen de la Concepción con su marco dorado de dos varas y media de largo y una y media de ancho en seiscientos reales de vellón".

⁴⁸ *Ibidem*.

"Una imagen de Nuestra Señora del Populo romana en cristal con marco dorado en cuatrocientos reales de vellón.

Otra de la Soledad en cobre de más de media cuarta con su marco en seiscientos reales de vellón.

The Immaculate Conception was also listed in similar circumstances in the dowry goods of Doña María Antonia de Quintana Recacoechea in 1795. The daughter of Don Antonio de la Quintana, member of the Royal Taxation Council, and wife of Field Marshal Don Diego Ventura de Mena y Cortés contributed the following: “A painting of Our Lady of the Conception two *varas* high and one and a quarter wide, golden frame with cards, valued at four hundred *reales*”⁴⁹. Likewise, Doña Magdalena de Bretín, future wife of General Income Tax Office official Don Miguel Ignacio de Villacastín, also in 1795: “A large Conception in a golden frame valued at seven hundred and eighty *reales*”⁵⁰. A similar value was listed for the increase in dowry recorded in 1803 by Don Fernando Gómez Lozano, mentioned earlier, in favour of his wife Doña Juliana Díaz Manrique: “A painting of Our Lady of the Conception of two and a half *varas* high and one and two-thirds of a *vara* wide, in a golden frame with old plaques valued at seven hundred and twenty *reales*”⁵¹. The high monetary value of this item was in stark contrast to a much inferior painting on the same subject that had also deteriorated over time; we do not know its location in the home but we can guess that it must have been placed some distance away from the other painting and therefore outside the ‘display’ area. It was described as follows: “Another of Our Lady of the Conception painted in ordinary old-fashioned style and damaged, measuring two *varas* high and in a wide black frame, valued at twenty-four *reales*”⁵². The culmination of the image of the Immaculate Conception as a work of art to be exhibited in one of the main display areas inside the home was the image contributed in 1803 by Doña María de la Concepción Martínez de Viergol, future wife of Don Pedro Monfort y Viergol, lawyer to the Royal Councils and accountant of the Madrid Properties, Charges and Income office, as part of her dowry: “A large

Dos láminas de miñatura una de Jesús y otra de su madre Santísima con marcos de ébano y con sus cristales en seiscientos reales de vellón”.

⁴⁹ AHPM. Prot. 20078, f. 322 v.-323 r. “Una pintura de Nuestra Señora de la Concepción como de dos varas de alto y una y cuarta de ancho, marco dorado con tarjetas, en cuatrocientos reales”.

⁵⁰ AHPM. Prot. 20678, f. 11 r. (7^a foliación). “Una Concepción grande con su marco dorado en setecientos ochenta reales”.

⁵¹ AHPM. Prot. 21982, f. 32 v. “Una pintura de Nuestra Señora de la Concepción de dos varas y media de alto y vara y dos tercias de ancho, marco dorado con tarjetas antiguas en setecientos y veinte reales”.

⁵² AHPM. Prot. 21982, f. 33 r. “Otra de Nuestra Señora de la Concepción pintada a lo antiguo ordinaria y maltratada de dos varas de alto y lo correspondiente de ancho marco negro en veinte y cuatro reales”.

picture of Our Lady of the Conception in a golden frame by Castro valued at two thousand *reales*⁵³.

Other representations of the Virgin in various formats also enjoyed similar status as works of art. The painting of the Assumption of the Virgin Mary provided as part of the dowry for Doña Inés María de Mateo, daughter of Don Bartolomé Mateo y García, an accounting official of His Majesty's Royal Household, Chapel and Chamber and wife of Don Juan de la Cruz Adanero, treasurer of the Monte Pío association for widows of mayors and magistrates of the realm: "A painting of Our Lady of the Assumption, original by Matías de Torres of two and a half *varas* high and just two wide with golden frame lately valued at one thousand five hundred *reales*"⁵⁴. These were splendid works and the explicit mention of the artist they were attributed to emphasised their importance as material possessions.

Afterword

As described in the introduction, this paper is an initial outline of the topic and presents an approach to a study in progress. Based on this, in addition to the devotional objects discussed here, other forms of domestic religiosity, such as religious literature, can be examined to ascertain whether they can shed further light on the issue.

Using this method, tangible objects can enable us to delve into people's religious practices and try to ascertain their beliefs. The people studied here lived surrounded by a series of objects whose meaning transcended the limits traditionally established by economic history, and they are extremely valuable for a better understanding of their owners' attitudes. Establishing categories for analysis such as a person's sex adds a further dimension to this type of study, which seeks to cover all aspects revealed by the documentation in order to understand the topic in all its complexity.

⁵³ AHPM. Prot. 21596, f. s/f. "Un cuadro grande de Nuestra Señora de la Concepción con marco dorado, su autor Castro, en dos mil reales".

⁵⁴ AHPM. Prot. 19655, f. 14 r. (4^a foliación). "Una pintura de Nuestra Señora de la Asunción, original de Matías de Torres de dos varas y media de alto y dos escasas de ancho con marco dorado tasada últimamente en mil y quinientos reales".

La cultura material cotidiana: la complejidad de la vida privada en Castilla y Portugal durante el Antiguo Régimen

Everyday material culture: the complexity of privacy in Castile and Portugal during the Ancient Régime

MÁXIMO GARCÍA

Universidad de Valladolid - UVa-IUHS¹

mgarcia@fyl.uva.es

Texto recebido em/Text submitted on: 25/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

El análisis de la cultura material, desde el significado cultural de los objetos, permite comprender mejor la complejidad del mundo cotidiano popular y la evolución hacia concepciones más modernas de la vida privada, comparando ciertas pautas presentes en distintos niveles sociales castellanos y portugueses durante el Antiguo Régimen, tanto en el acondicionamiento del interior de las viviendas como en las demostraciones públicas a través del vestido externo.

Palavras-chave:

Privacidad; Cotidianidad; Cultura material; Antiguo Régimen.

Abstract:

The analysis of the material culture (the cultural significance of the objects), allows better understand the complexity of popular daily world and the evolution towards more modern conceptions of privacy, comparing certain guidelines found in different Castilian and Portuguese social levels during the Ancient Régime, both interior furnishing of houses and in public appearances through the outer clothing.

Keywords:

Privacy live; Daily world; Material culture; Ancient Régime.

¹ Proyecto investigador: *Civilización, juventud y cultura material e inmaterial. Familia e identidad social. Demandas y apariencias en la Castilla interior: 1500-1850*; Mineco, 2014-17, HAR2013-48901-C6-3-R.

1. Planteamientos

Entre los siglos XVI y XVIII unos imprecisos grupos intermedios se irían reafirmando en el universo urbano peninsular, vinculados a un incremento de la demanda de servicios especializados que garantizaran la ampliación de las funciones de representación de la Monarquía, y aunque resultasen poco visibles en términos jurídicos en un mundo estamental, muchos de aquellos personajes fueron ascendiendo, se constituyeron y eran reconocidos ya como un denso, vigoroso y activo estrato de poder, tal y como reflejan no pocas fuentes de archivo, los testimonios documentales nacionales y extranjeros y también algunos recientes planteamientos historiográficos.

Desde la comparación del mundo Ibérico con otros espacios europeos, el punto neurálgico aborda las claves de la cultura material cotidiana (pasando al “centro” de los objetos) presentes entre aquellos colectivos. Una novedosa línea de investigación que relaciona la posesión y el valor cultural de ciertos enseres con prácticas rupturistas-modernizadoras básicas para la redefinición de la imitación aristocrática y la estratificación social. Vestuarios, mobiliario del hogar y piezas de plata, en los que nos centramos, cumplían funciones no meramente de uso, añadiendo valor de apariencia y poder, real y/o imaginario-inmaterial, a sus propietarios.

Las elites siempre consumían mucho y de calidad. La mayoría apenas disponía de cuatro harapos y enseres domésticos mínimos y únicamente una minoría campesina accedía al mercado de forma habitual. Las transformaciones deben vincularse a grupos cada vez más numerosos y la existencia o no de *revoluciones* aparece ligada a los crecientes sectores burgueses en ascenso residentes en los espacios urbanos durante los más dinámicos siglos XVI y XVIII. Las capitales y las ciudades portuarias actuarían de puntos de referencia claves en aquel proceso, y sólo muy lenta y tardíamente -al menos en Castilla y en el norte portugués- fueron introduciéndose hacia el interior peninsular y sus amplias áreas rurales circundantes.

Las trabas eran francamente notables; de ahí las diferencias y el retraso secular y de mentalidad respecto al progreso experimentado en el norte de Europa. Igual de ciertas que los avances, sobresalientes también, aunque casi nunca se hayan puesto de relieve; trataremos de revalorizarlos. En todo caso, muy crítico, Larra certificaba la inexistencia de clases medias aún en el Madrid de 1830. En ese contexto, hasta se critica la falta de una verdadera *revolución industrial* basada en un moderno incremento de las economías familiares ligadas al intercambio de géneros².

² Jan de Vries, *La revolución industrial*, Barcelona, Crítica, 2009.

Es cierto que las limitaciones entonces eran numerosas y de enorme calado. Y, sin embargo, también cabe apreciar bastantes progresos y evoluciones en positivo de diferentes magnitudes micro que obligan a replantear la existencia de movimientos en línea con lo que estaba ocurriendo en la Europa occidental. Con otro aspecto notable a tener en cuenta: la pujanza de las sociedades ibéricas debe colocarse a mediados del siglo XVI y no, precisamente cuando no pocas de las teorías al respecto se plantean, en la segunda mitad del Setecientos. Sevilla y Valladolid constituían espacios urbanos donde se demostraban constantemente ya previamente y con anterioridad, los lujos notorios³.

No obstante, la reinversión de los capitales del comercio americano también permitió a ciertas oligarquías nortañas la acumulación de objetos durante el siglo XVIII: “vuelven cargados de oro a perpetuar el mal con el funesto ejemplo de su fortuna. Su vajilla, sus alhajas y regalos a la parentela, su ostentación, el crédito de su opulencia, siempre aumentado y difundido por la opinión... un espectáculo que deslumbra, y cuya triste influencia no puede esconder la reflexión”⁴. Todo se vinculaba a mostrar gastos de boato para manifestar honor y preeminencia a través de viviendas palaciegas blasonadas (más su mobiliario, joyas y vestidos) como imagen pública de notoriedad.

Los contrastes regionales y las diferentes etapas del auge urbano tampoco deben despreciarse⁵. Los centros litorales, siempre, pero todavía más durante el Setecientos, adquirieron un protagonismo capital, a veces parece que único. Con el oasis de Madrid, en la periferia peninsular, siempre con Lisboa-Porto, Sevilla-Cádiz y las *diásporas catalanas* desde sus botigas a la cabeza, se incrementarían las demandas ligadas a los ascensos de tratantes, mercaderes y tenderos que hacían efectivo el auge de sus negocios con demostraciones y comportamientos que trataban de definir formas de vida y sociabilidad alejadas de sus orígenes y más o menos próximas o diferenciadas de las de sus convecinos privilegiados, tomando hábitos de distinción y lujo que los acercasen en escalafón y estatus a los de la antigua nobleza con la que ya convivían puerta con puerta y que hasta ese momento venía imprimiendo el

³ Jaume Torras (ed.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Cataluña y Castilla, siglos XVIII-XIX*, Ávila, Junta de Castilla y León, 1999.

⁴ Gaspar Mechor de Jovellanos, *Cartas del viaje a Asturias (cartas a Ponz)*, Oviedo, KRK ediciones, 2003, p. 105.

⁵ Sirva de ejemplo la obra de referencia: Isabel dos Guimarães Sá; Máximo García (coords.), *Portas adentro. Comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidade de Coimbra – Secretariado de Publicaciones de la UVa, 2010.

fasto sobresaliente, en línea con lo definido como *revolución del consumo*, *trickle-down* y *revolución de las apariencias*⁶.

¿Deben considerarse grupos intermedios a esa burguesía comercial ibérica más que industrial? De ser así, incluso en sus niveles menos encumbrados, cabe remarcar algunas de sus pautas de comportamiento y niveles de gasto -o del stock de sus inversiones domésticas- para valorar sus trayectorias, en Madrid⁷ o en Lisboa⁸. Lo mismo que conviene hacerlo con otro notable y nutrido colectivo: los licenciados y profesores universitarios, la cúpula artesanal y todo tipo de profesionales liberales, hombres de letras, literatos, ilustrados, miembros de la burocracia o artistas ligados al creciente protagonismo de la administración estatal. En sus casas y familias una sensibilidad aburguesada, amparada en sus medios monetarios más o menos estables, unas formas de sociabilidad modernas, unos *hábitos de recibir* y de *ser vistos* y una nueva etiqueta empujarían y dinamizarían los consumos de todo tipo de productos semiperecederos hacia cotas más elevadas de cantidad, calidad y variedad (en la España borbónica y carolina) respecto a épocas precedentes. Ya en el siglo XIX algunos grandes propietarios rurales y los administradores de rentas serían, junto a las clásicas jerarquías de Antiguo Régimen, quienes mostrarían unos mobiliarios y guardarropas ciertamente espectaculares en comparación con el resto del vecindario; únicos, hasta pretender asemejarse y confundirse -limando distancias de apariencia- con la elite urbana más próxima, acceder a las novedades extranjeras portuarias o equipararse a los privilegiados madrileños. ¿También éstos pueden contemplarse como clases medias?

Acertadamente, también la historiografía portuguesa y brasileña se interesa por estos planteamientos⁹. Y teniendo presentes las nuevas miradas

⁶ Daniel Roche, *Histoire des choses banales. Naissance de la consommation dans les sociétés traditionnelles (XVIIe-XIXe siècles)*, París, Fayard, 1997. Neil McKendrick (ed.), *The birth of a consumer society. The commercialization of Eighteenth century England*, Bloomington, Indiana U. P., 1982.

Maxine Berg (ed.), *Luxury in the Eighteenth century. Debates, desires and detectable goods*, New York, Palgrave, 2003. Bruno Blondé (ed.), *Fashioning old and new. Changing consumer preferences in Europe (Seventeenth-Nineteenth centuries)*, Turnhout, Brepols, 2009.

⁷ Jesús Cruz, *Los notables de Madrid*, Madrid, Alianza, 2000. *Revista de Historia Económica*, XXI (2003), nº extraordinario: 'El consumo en la España preindustrial'. Arianna Giorgi, *De la vanidad y de la ostentación. Imagen y representación del vestido masculino y el cambio social en España, siglos XVII-XIX* (tesis doctoral, 2013).

⁸ Nuno Luis Madureira, *Lisboa. Luxo e distinção, 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990.

⁹ Nuno Gonçalo Monteiro (coord.); José Mattoso (dir.), *Historia da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Maia, Circulo de Leitores, 2011. Margarida Durães, "A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário (sécs. XVIII e XIX)", *Cadernos do Noroeste*, I, 1 (1987), p. 81-96.

metodológicas de una *economía mundo y transnacional*, las tesis de Madureira resultan muy a propósito para este enfoque¹⁰, cuando concluye que “la especialización era un lujo”¹¹.

2. La cultura material en Portugal: algunas claves sociales

Aunque la representatividad de los inventarios lusos se reduce en función del nivel de riqueza, los enseres corporales y de uso doméstico (el patrimonio mueble), respondiendo a necesidades y distinciones, definían relaciones de poder al construir jerarquías familiares, permitiendo diferenciar banalidades de ostentaciones, objetos cotidianos de los festivos, los constructivos de una intimidad estática frente a mudanzas de comportamientos y actitudes, en un “lenguaje silencioso de símbolos”¹².

El conocimiento de la casa lisboeta proporciona claves sobre la evolución de las sensibilidades privadas de sus comerciantes, la emergencia de una civilización de confort y el culto por los objetos y los espacios individualizados, dentro de una visión más cosmopolita y moderna¹³. Debían fijarse y ajustarse los recintos a los nuevos hábitos sociales, cuando la especialización de unos arrastraba al resto; los lugares se volvían más selectivos, tomando una connotación negativa la no diferenciación funcional de cada sala, pues sin la necesaria jerarquía doméstica el individuo mediano o en ascenso no podía desarrollarse dentro de normas mundanas: mejoraba la cámara principal, zona exclusiva e íntima, asegurando un *territorio vital*, frente al extendido “igualitarismo de la pobreza que impedía el lujo de la diferencia”. Así, las pautas de la cultura material se desarrollaban a partir de una valoración de la vivienda como otro índice de reputación social (confortabilidad, ostentación interior y exterior y escala de comodidades), de la tendencia hacia ambientes especializados funcionalmente,

¹⁰ Nuno L. Madureira, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

¹¹ José Veríssimo Álvarez da Silva, *Memórias das verdadeiras causas porque o luxo tem sido nocivo aos portugueses*, 1789.

¹² Isabel Drumond, *Bens de hereges. Inquisição e cultura material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Universidade, 2012. Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002. Helena Barreiros, “‘Casa em cima de casas’: apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina”, *Monumentos*, 21 (2004), p. 88-97. João Vieira Caldas, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, Porto, FAUP, 1999. Suzanne Chantal, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, 1965. Arthur Costigan, *Retratos de Portugal: sociedade e costumes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

¹³ Nuno Luís Madureira, *Cidade...*, cit., p. 291-298.

más el mobiliario, la noción de intimidad, la incorporación de normas reguladas de convivencia cotidiana con ruptura de fronteras entre el dominio público y el particular y cambios en la organización de los ámbitos privativos (percepción de *universos personales*) y sus consecuencias para la dinámica del consumo al alterar las relaciones afectivas con las cosas (con revalorización de las lozas para exposición en las bien equipadas vitrinas en salones apropiados para recibir). Nacían las ideas de libertad, privacidad y ciudadanía: una nueva sociabilidad burguesa con otras reglas.

En paralelo, en el Bajo Miño rural, un mobiliario de casa *macizo* para durar toda la vida representaba estabilidad y perpetuidad frente a la novedad y contrapunto a lo nuevo (guardar como función básica; sólo unos pocos para mostrar), definiendo estilos de vida clásicos frente a gustos y futilidades¹⁴. Allí, la loza de Viana o la fina de la India también indicaban cierta civilidad, higiene y sociabilidad, pero primaba la modestia generalizada cuando para el 70% de las casas no superaban los mil reis (quinientos de media; hasta faltaban las cucharas; y apenas un 5% de las familias tenían cuberterías o candeleros de oro -sólo siempre en Póvoa-, a excepción de las veinte calderas de cobre, sesenta cubiertos de plata y platos de estaño del gran propietario hidalgo Manuel de Sousa Machado; y escaseaba el vidrio como frágil materia prima moderna). Aunque el común pudiese adoptar nuevos hábitos, lo arraigado de las tradiciones provocaba que las modas se alterasen muy lentamente: el algodón tardó todavía mucho en introducirse popularmente y en su ropa blanca apenas había lujos, y eso que dentro del cuantioso patrimonio de Lourenço da Costa sobresalían una cubierta de damasco valorada en seis mil reis y otra de seda de la India, otorgando gran importancia familiar a sus lienzos de alcoba, muchos simples sí, pero también suntuosos y ornamentales en el contexto de aquellas haciendas rurales, demostrando sus buenas maneras a la mesa o su significado simbólico y constructor de jerarquía social por encima de su mera utilidad práctica: las telas de origen extranjero sólo eran accesibles a una minoría con elevado nivel de riqueza... únicamente el boticario de Sao Paio podía mudar de camisa, puesto que tenía ocho de buen lino y adornadas con randas... y aunque solían andar descalzos, en la tienda de Isabel Fernandes se inventariaron ochenta pares de medias gallegas.

La joyería popular, cotidiana a la par que evidencia de estatus, visualizaba los patrimonios femeninos, presentando una enorme carga afectiva y simbólica más que adorno corporal-doméstico. El valor de pendientes y collares no era

¹⁴ Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime* (tesis doctoral, 2013).

insignificante para las jóvenes los días de fiesta o en sus ritos de paso. En esa *tierra de filigrana en oro*, donde su uso fue constante común, los atesoraban, siendo vergüenza pública el empeño de aquellos tesoros familiares. Aunque fuesen ellas quienes más los luciesen, “botones a la moda” y hebillas masculinos también eran indicadores de distinción.

Ese mundo material rural portugués puede compararse con otros espacios próximos. Por ejemplo, resulta interesante su contraste con la relevancia del protagonismo femenino brasileño en el estímulo de la demanda textil¹⁵. Destacaba allí la posición central de la mujer paulista en la economía indumentaria y en el estímulo al consumo textil cotidiano y doméstico en el proceso colonizador: la cultura de las apariencias y los modos de vestir de aquella sociedad esclavista estaban directamente relacionados con el desarrollo de una *civilización del algodón*.

El lenguaje, el espíritu y las construcciones de la moda siempre fijaban distinciones de estatus, toda vez que sus vestidos definían niveles de fortuna a la par que consumos de lujo contrastados: las señoras lucían indumentarias lujosas y ostentatorias conforme a sus propias prácticas u optaban por revalorizar el ocio y la fama¹⁶.

3. Entre lo público y lo privado cotidiano en Castilla

La visión festiva y las pícaras vivencias descritas por un caballero portugués cuando la Corte retornó a Valladolid a comienzos del siglo XVII¹⁷, muestran que en todo acto público se veía “a las damas vestidas todas riquísimamente... [que] circulan más de trescientos coches, dando vueltas sin otro intento que ver y ser vistos para distraerse”. “Venían muy galanes”, pues todas las prendas eran “muy vistosas, a gusto de cada uno, que parecen muy bien”. Por eso, incidía en que “las castellanas no quieren ropas largas, sino plumas, regalos, paseos y galas”. En ese sentido, allí se concentraban “los más y mejores almacenes de todas las sedas y brocados que puede haber en parte alguna... Concluyo con lo mejor, que son las tiendas de guantes, brincos, guarniciones, aderezos, cadenas, plumas y medias, que son muchas y de grandísima comodidad y no hay cosa que

¹⁵ Igor Renato Machado de Lima, *‘Habitus’ no sertão. Gênero, economia e cultura indumentária na vila de São Paulo (1554-1650)* (tesis doctoral, 2011).

¹⁶ Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)* (tesis doctoral, 2000). Carlota Santos (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011.

¹⁷ Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastiginia o fastos geniales*, 1605 (facsimil, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 1973, p. 54-57, 299-310).

no se halle... Con toda esta buhonería sale cada una el día de fiesta, que son para ellas trescientos sesenta y cinco y más seis horas, porque ninguna pierden, ni dejan cosa en el arca que no lleven sobre sí”: “viva la industria de la persona” resume aquel clima de consumo colectivo que la cercanía del poder, con sus necesidades de imitación, irradiaba.

Se reiteraban entonces los signos externos de la riqueza material como algo cotidiano. Todas las vallisoletanas, porque en las mujeres se centran las muestras del lujo y de la necesidad de aparentar -tanto crítica como laudatoriamente- sólo querían: parecer “de lejos tan bien como de cerca”, paseando muy galanas con buhonería de brillante apariencia. Sin duda, no se fijaba en la multitud de pobres, mendigos y lisiados tan asiduamente retratados. Sin descender a niveles sociales tan bajos, por esas mismas fechas, la gran mayoría de la población urbana vivía al filo de la miseria y rodeados de pestes y de crisis de subsistencias que difícilmente incitarían a la adquisición de nuevos productos. Por eso, siempre resulta complicada cualquier consideración poco contrastada sobre el consumo textil preindustrial¹⁸.

En el mundo rural castellano (también en el urbano) existe una nítida presencia diferenciada de enseres del hogar y de productos textiles en función de la estructura patrimonial y de la valoración de las dotes femeninas. Aun así, los complementos y vestidos de las dotaciones tasadas entre cinco y diez mil reales constituían porcentajes mucho más importantes que los del resto de las piezas recibidas al inicio del ciclo doméstico en relación, incluso, con familias con aportes muy superiores¹⁹.

Por su parte, en la periferia peninsular valenciana, la suntuosidad (con tasaciones superiores y calidades tradicionales de ostentación) pugnaba con la variedad de las innovaciones²⁰. En Sueca, la demanda de ropa blanca marcaba las diferencias. Por el contrario, en Xàtiva, de manera estable, aunque más nítidamente entre su burguesía mercantil, la indumentaria personal duplicaba

¹⁸ Véanse: Manuel-Reyes García (ed.), *La vida cotidiana en la España del siglo XVIII*, Madrid, Sílex, 2009. Inmaculada Arias; Miguel Luis López-Guadalupe (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica. Tiempos y espacios*, Granada, Universidad, 2015. Juan Postigo, *La vida fragmentada. Experiencias y tensiones cotidianas en Zaragoza (siglos XVII y XVIII)*, Zaragoza, Fernando el Católico, 2015.

¹⁹ Máximo García; Rosa M^a Dávila, “Vestirse y vestir la casa. El consumo de productos textiles en Valladolid (1700-1860)”, *Obradoiro*, 14 (2005), p. 141-174.

Fernando Ramos, *Pautas de consumo y mercado en Castilla, 1750-1850. Economía familiar en Palencia al final del Antiguo Régimen*, Madrid, Sílex, 2010.

²⁰ Luis Miguel Rosado, *Sociedad, cultura material y consumo en la Valencia de finales del Antiguo Régimen: Análisis comparativo entre el medio rural y el urbano (1700-1824)* (tesis doctoral, 2014).

las cantidades acumuladas. Ornamentos (vistosas randas, puntillas y galones) frente a moda y gusto en las prendas. El aspecto externo de la exhibición o una aparición más temprana de ciertos complementos diferenciadores. La presencia de los tejidos de algodón es muy significativa: hacia 1780 consta el primero en Sueca, pero se extendería más ampliamente y en un plazo más corto en Xátiva; allí los sectores intermedios incorporarían los zagalejos de indiana o muselina (el 96% de las dotes constituidas en el siglo XIX contaban al menos con uno). Los ejemplos de los ajuares de Dominga Cervera y Teresa Sebastiá lo ratifica: primaba la apariencia externa entre el vértice superior de una jerarquía social ascendente que emulaba el modelo cortesano capitalino y que también sería objeto de imitación entre sus convecinos. En suma, el lugar de residencia definía los comportamientos: las innovaciones llegaron a la ciudad medio siglo antes; sin determinismo entre patrimonio y mayor posesión de ciertos enseres de uso exclusivo en materia de decoración, confort hogareño o para vestir el cuerpo; incorporándose primero a los dictados de la moda, de la mano de sus vecinos medianos con rentas más elevadas. Precisamente en el atuendo externo se produjeron las mayores mutaciones en número, variedad y composición (telas ligeras y coloridas), concentrando la adquisición y difusión de las renovaciones. El lujo como motor productivo y resultado civilizador y cultural. En aquella lucha simbólica entre *el ser* y *el parecer* se definían las pertenencias (mediante cuberterías de plata o vestidos de espolín de la China), satisfaciendo sus necesidades de disponer de las mismas en exclusividad, transfiriendo emociones, conceptos y opiniones. Unos sujetos reformadores que aunque siempre partiesen de los ámbitos urbanos no marcaban una transmisión meramente vertical, puesto que no se aprecia un modelo claro de *trickle-down* (según parece, tampoco en la zona de Cartagena-Murcia) cuando, por encima de las elites nobliarias y la clase rentista acomodada -con un papel bastante secundario-, los niveles intermedios profesionales, comerciales y artesanos actuarían como protagonistas destacados en aquel complejo proceso, generalizándose después sus pautas de consumo al resto del espectro metropolitano y rural circundante.

Ya en Madrid, la cultura burguesa fue madurando como hegemónica, adaptando, asimilando y adoptando las prácticas desarrolladas a lo largo del siglo XVIII en la Europa noroccidental, en su objetivo de consolidarse como una fuerte clase media²¹. En ese proyecto debían aprender y divulgar códigos de conducta tratando de establecer una forma de comportamiento dominante en la que la promoción del consumo permitiese la felicidad colectiva y donde

²¹ Jesús Cruz, *El surgimiento de la cultura burguesa. Personas, hogares y ciudades en la España del siglo XIX*, Madrid, Siglo XXI, 2014, p. 10-27 y 41-89.

el asentamiento de una cultura material proporcionara el simbolismo distintivo necesario para fraguar una identidad moderna. Fue aquel un proceso pausado y nada revolucionario que finalmente acabaría transformando los admirados hábitos estamentales; aunque insuficiente, tardío y débil numéricamente, fue un proceso consustancial a su discurso sobre una modernidad civilizatoria basada en la libertad individual y el orden y en la que el bienestar debía extenderse a la mayor parte posible de ciudadanos en virtud de la *promoción de los medianos*; asentada en sus actitudes y rituales sociales, sus gustos, normas de sociabilidad y símbolos.

En la construcción de un mundo de *buen tono*, y atentos al rango, los manuales de cortesía fijaron las normas de comportamiento. Urbanidad se oponía a rusticidad²². La sátira frente al fenómeno de los petimetres (mundanos, esclavos de las modas, viviendo siempre en el espacio íntimo de su tocador rodeados de una dudosa cultura material, afeminados, dispendiosos, frívolos, insaciables consumidores de productos importados del extranjero, distinguidos por su exagerado vestuario, transgresores del orden) trataba de promover una finura civilizadora mediante la educación cívica y/o como instrumento de distinción social. Así, Mariano de Rementería y Fica publicaría en 1829 el primer tratado de urbanidad (*El hombre fino al gusto del día*), usando el término etiqueta como lenguaje simbólico de barrera diferenciadora sociocultural de la esfera pública burguesa al propugnar la emulación de lo francés y europeo; la elegancia y la galantería como capitales adquiridos y no desde la cuna o comprados.

Beneficioso, un lujo sin afectación ni exageraciones traería consigo una reputación que proporcionaría porte y singularidad. Trajes angostos para los menestrales frente a corbatas anudadas con buen gusto, como contraponía el *Figaro* de Larra en *El castellano viejo* (1835); o la modesta y decorosa *mujer fina*, practicando la economía doméstica pero atenta-siguiendo las modas. Con una más o menos perceptible apertura social, el cuidado de la apariencia (elegante) remarcaría las diferenciaciones.

Así, en la percepción del buen tono y expansión de una moderna cultura del consumo de modas por emulación entre las minoritarias clases medias, sólo unos pocos interiores de los hogares diferenciaban la parte delantera y social de la trasera dedicada a la vida familiar. La distinción entre los espacios privados (expresión de respeto hacia un individualismo ordenado), públicos (lugar

²² Benito Jerónimo Feijóo, *Teatro crítico universal*; ‘Verdadera y falsa urbanidad’, 1736.

“Responderán que es preciso ir decente y que el oponerse a tal es rusticidad”; José Clavijo y Fajardo, *El pensador*, n° 53, 1763.

necesario para una cordial interacción cívica) y semipúblicos (de transición y conexión), junto a los avances del confort, fue uno de los componentes destacables en aquella progresiva racionalización doméstica. Más que por su funcionalidad, en la sala de estar de cualquier familia burguesa sobresaldría la calidad y comodidad del mobiliario y la decoración; y combinando modernidad y tradición, el gabinete, repleto de adornos y retratos (a veces también tocador), se orientó hacia la actividad costurera femenina²³.

El novedoso ascenso de las aspiraciones domésticas desarrolló el apego hacia el mundo de las mercancías. Los guardarropas de las familias pudientes estaban mejor abastecidos y con tejidos de mayor calidad y variedad, en una clara diferenciación entre los patrones de demanda de los agricultores (austeros) de los más conspicuos, y denotando distinción social los miembros de los sectores comerciales y profesionales, en un proceso de democratización de la moda que partía de la *obsesión por el algodón*. Básicamente, a partir de 1830, con incrementos mayores en la ciudad que en el campo, sobre todo en el número de piezas del vestuario y de las prendas interiores femeninas (seguido de la ropa de cama y de mesa), hasta que el conjunto de esos enseres, convertido en prioridad, supuso un auténtico cambio en la gestión presupuestaria familiar. Chaquetas, pantalones y chalecos eran habituales en los armarios burgueses y ya entre campesinos bien establecidos desde 1820: los inventarios de los madrileños de clase media y alta entraban en la esfera de la difusión de una cultura de la domesticidad. En los hogares ricos del Madrid decimonónico predominaban los textiles de uso doméstico (cortinas y mantelerías), mientras que dentro de los patrimonios menores primaba el valor de la vestimenta personal. Vajillas y ajuar eran las categorías en las que mejor se evidencia el aumento del consumo del hogar, clasificadas ya de acuerdo con su calidad, funcionalidad y uso diario, para privacidad, decoración y confort de sus viviendas. Los patrones vestimentarios masculinos se uniformizaron (siempre, aunque ausentes en los estratos más pobres) y se estandarizaban sus colores: casacas, chupas y calzones, los chalecos, fracs y levitas después, marcadores del rango -como sus relojes y guantes-. Ellas con camisas, enaguas, mantillas y pañuelos de muselina o percal (fibras también de los nuevos artículos de la casa). Siguiendo las pautas difundidas desde *La moda elegante ilustrada; periódico de las familias* (Cádiz, 1842) o *El correo de la moda; periódico del bello sexo* (Madrid, 1851) y ‘adquiriendo a la moderna’ (aunque Ramón de la Cruz parodiase la falta de educación de la clientela capitalina en su sainete *Las escofieteras* -1773-, poniendo en escena el interior de una tienda de telas y representando las rutinas de los compradores de

²³ Jesús Cruz, *El surgimiento...*, cit., p. 150-212.

aquellas cofias) y tras el incremento de las ofertas de la sastrería de confección elegante en diferentes tallas y precios.

Contrapunto igual de restrictivo que el suntuario, el ahorro burgués (clamando por decoro, contención y decencia, a la par que promocionaba revistas que incluían figurines y patrones -*El periódico de las damas*, *El tocador* o *La luna*-²⁴) para frenar y desterrar una generalización hacia abajo de coquetería, capricho, gastos superfluos, ruinas, despilfarros, libertinajes, influjos extraños, fruslerías ridículas y la “farsa que representa” denunciaba los peligros a combatir, luchando denodadamente contra tanta demasía, que sólo generaría envidias y, tras ellas, conflictividad colectiva. Al ser indicador privilegiado de estatus, se trabajaría más para obtener mayores recursos, pero no para mantener mejor a su familia sino para tratar de emular los modos de vida superiores y una misma apariencia que el vecino, provocando tal enorme confusión de prioridades que se dilapidarían los capitales²⁵.

4. Confusión de estados: modas de apariencia y movilidad simbólica

La creciente polémica social sobre las apariencias (donde cambio de comportamiento era igual a civilización) resultó capital, ratificando el calado hacia abajo de las nuevas modas junto a la crítica desde las elites rectoras a dicho proceso²⁶.

“Sale por conclusión ser la profusión una farsa en la que un hombre de la clase más inferior hace papel de grande, y éste se confunde con él”²⁷. “Epidemia de imitación social”, “carrera del gasto” y mero “consumo simbólico de demostración de estatus” por deseo de distinguirse o igualarse y rompiendo el sistema tradicional heredado, subiendo en el escalafón. Certificando que el resquebrajamiento del modelo tradicional y la confusión estamental eran, aunque equívocos, irresistibles.

²⁴ En Portugal: *Correio das modas*; *Gazeta das damas*; *Recreio das damas*; o *Jornal das senhoras*.

²⁵ Francisco J. Crespo, *Creadores de opinión pública, diseñadores de comportamientos: sociedad, familia y religión en la prensa Ibérica (siglos XVIII-XIX)* (tesis doctoral, 2014).

²⁶ Máximo García, “Individuo y consumo de apariencia: replanteamientos ilustrados en clave social”, in Máximo García; Francisco Chacón (dirs.), *Ciudadanos y familias. Individuo e identidad sociocultural hispana (Siglos XVII-XIX)*, Valladolid, Universidad, 2014, p. 337-356.

Manuel Pérez-García, *Vicarius Consumers. Trans-national meetings between the West and East in the Mediterranean world (1730-1808)*, Farnham, Ashgate, 2013.

²⁷ Manuel Romero del Álamo, *Memorial literario*; ‘Excesos perniciosos del lujo’, 1789.

“Anhelan vestir el traje de caballero; éste solicita igualarse al título; y el paisano al militar”; “¡con qué empeño desea una mujer, cuyo caudal llega a mediano, el igualarse y exceder en galas, modas y diversiones a las más ricas!”²⁸. Trataban de usar estilos, portes y apariencias como cauce de afirmación, aunque también, y frente a la emulación, se inculcara un conformismo social que evitara aumentar tal caos: que “no hace el traje persona / recelad de sus engaños”.

Aunque para evitar transgresiones plebeyas de los signos privilegiados se dictaron no pocas leyes suntuarias sobre unas demandas ostentosas que permitieron mantener cierto control, en la práctica la reiteración de tales disposiciones evidenciara el fracaso de la nobleza por detentar el monopolio exhibicionista²⁹. Las *extravagancias del adorno* sólo eran una *censurable vanidad* para desmarcarse del grupo de pertenencia. Frente a la *ostentación escandalosa* sólo era aconsejable una *honrada condición*: un *lujo burgués* personal basado en un dispendio moderado como vehículo de expresión de su nuevo estatus. Un boato dirigido a adquirir objetos cuyo valor socio-simbólico residiese en representar inmediatamente la uniformidad visual de cada colectivo, cuando todavía “el rango se deducía de la forma”. En un hombre ideal integrado en la buena sociedad no cabrían los excesos; no se reconocería ni legitimaría por rango ni nacimiento, sino por su cultura civilizada, creando *nuevas dependencias sociales*.

Las transgresiones en el vestuario suponían una fisura en el orden estamental. Así, la moda contribuía a agudizar el temor a que se desmoronasen las representaciones simbólicas de antiguo régimen, donde el vestido lujoso era utilizado por la elite como manifestación de poder y exclusividad. Una familia feliz se basaría en “vivir conforme al estado o ramo que ocupan en la sociedad”. De ahí que surgiese, aunque frustrado, un proyecto de *traje nacional*³⁰, con el que cada mujer tendría una *divisa* y *vestuario tipo* nivelador para que “se sepa quién es cada una, y se la respete”: ostentando su mayor aseo seguirían distinguiéndose “los diversos órdenes de las jerarquías en concurrencias y paseos... ocupando el lugar que les corresponde”. Las discusiones sobre moda se convertían así en reflexión sobre el cambio social que simbolizaba: “con la costumbre de vestir a la antigua vendría el pensar a la antigua, y con el pensar el obrar”³¹.

²⁸ *La pensadora gaditana*, nº 27, 1764; ‘Sobre el exceso de los gastos’, 1763.

²⁹ José Sempere y Guarinos, *Historia del lujo y de las suntuarias de España*, 1788.

³⁰ Anónimo, *Discurso sobre el lujo de las señoras y proyecto de un traje nacional*, 1788.

³¹ Benito Pérez Galdós, *Episodios nacionales*, Cádiz, 1872.

A fines de la centuria ilustrada la línea entre las jerarquías tradicionales cada vez era más imprecisa ante el deseo de ascenso social a superiores rangos³²: “ricos y pobres, rudos y hábiles, todos son mis vasallos [de la moda]; y hasta los hidalgos del lugar, que son lo más vano y cerril que sufre el universo, cumplen a su modo y con envidia mis órdenes”³³. Planteamientos ya clásicos, cuando las Cortes de Valladolid (1537) o Cavarrubias (1611) criticaban la *demasia del atuendo*: “no queda escudero, ni mercader que no usen tales ropas”; “ha muchos años la confusión en la república por no distinguirse el oficial mecánico del caballero”; máxime entre las esposas de artesanos “notorio es su exceso en el vestir, cuando un día de fiesta no se diferencian del noble”.

Aquella *cuestión de clase* también implicaba un cambio de las coordenadas que enfatizaban el temor al afrancesamiento y a la pérdida de valores castizos. Y eso que la elegancia ya no dependía únicamente de la suntuosidad y la riqueza. Todo ello al compás del deseo aristocrático de mantener su liderazgo y la revaloración burguesa de ciertas conductas, reaccionando todos frente al acceso creciente de los grupos populares imitadores a la extensión del interés por las novedades transformadoras³⁴. Especialmente en ámbitos urbanos tendentes a la movilidad, pero ampliando su base social popular. Al menos según numerosos sainetes muy satíricos con el vestir de las criadas³⁵.

Sólo una minoría: “por cada petimetre que se vea mudar de modas siempre que se lo mande su peluquero habrá cien mil españoles que no han reformado un ápice su traje antiguo”³⁶. Símbolos de un gusto artificioso: jóvenes de familias acomodadas junto a artesanos enriquecidos (currutacos) que tras su estancia en el epicentro madrileño regresaban a sus lugares de origen menos rústicos, pulidos sus gestos y *civilizados* (“hechos unos petimetres”). El refinamiento aristocratizante o la virilidad plebeya del majo; afectados todos en su artificio, reverso caricaturizado de cada exceso. Un (disfraz) afrancesamiento y un casticismo, también copiado por las elites, igual de criticados ante la confusión y desorden generados. Estilos y lujos opuestos

³² “Así en la corte como en las ciudades la profusión ocasiona que se equivoque la gente vulgar con la distinguida, el artista con el título; ¿cuántas veces sucede que una mujer común, por su adorno y la vanidad del traje que usa se conceptúa de principal y gana obsequios, y ésta por su moderación es el desprecio de todos?”; Manuel Romero, *Memorial...*, cit.

³³ Luis Cañuelo, *El censor*, nº 83.

³⁴ José de Isla, *Historia del famoso predicador fray Gerundio de Campazas, alias Zotes*, 1758-59.

³⁵ Ramón de la Cruz, *La presumida burlada*, 1768; también: *El petimetre*, 1764, *La plaza mayor*, 1765, y *El hospital de la moda*, 1762.

³⁶ José Cadalso, *Cartas marruecas*, 1789.

entre lo cortesano y lo vulgar, lo castizo y extranjero, lo ocurrido en Madrid o en provincias: tradición periférica frente a la modernidad del contagio galo. Peligrosas novedades urbanas.

Aun así, aquella modernidad se relacionaba con la aparición de una sociedad de clase sustituta de la antigua división estamental, identificándose con el avance de la burguesía urbana consumista, de tal forma que se convertiría en sello de pertenencia a un nivel social superior, definiendo un estilo de vida y hasta su misma esencia, como parte de una nueva cultura material compartida que unía a la *gente bien*, en un mundo donde la idea del *ser* empezaba a reemplazarse por el *tener*. El atuendo de los notables se popularizaba, encarnándose aquel progreso de las clases medias en la imagen del *imperio de la casaca* y después *de la levita*. La difusión de su desarrollo (criticado como impostura y mero plagio) empezaba a simbolizar el ideal de la distinción pública.

Así, el periódico *El censor* (1781-87) editaría notables discursos tocantes a trajes, mezclando la idea del omnipresente poder del *imperio de la ley de la moda* y el generalizado gasto femenino en *adornos y maquinaciones* (la *ilusión* de las novedades), las críticas populares al petimetre y los *excesos socioeconómicos del lujo*, el desprecio a lo foráneo o comparando los hábitos del Madrid cortesano con el enorme retraso de las costumbres provincianas en cuanto al uso de atavíos modernos³⁷.

En conclusión, la demostración de estatus pasaba por sobresalir con buen gusto: frente al tocador la mujer componía su nueva imagen, unificándola y distinguiéndose; marcando o diluyendo fronteras de apariencia. Por eso, al ser adoptada por los estratos inferiores se vulgarizaba. Evidenciando todos los desórdenes sociales urbanos de la época, unos estilos y portes como fórmulas de autoafirmación individual y colectiva: *no ser menos que nadie y no dar qué murmurar* como máximas de civilización.

Ya en el siglo XIX, Larra ironizaba: “¿cómo se puede vivir haciendo menos papel que el vecino?”³⁸. Era el *arte de aparentar* valiéndose de todo tipo de vajillas finas, vestidos, mobiliario de lujo o cuberterías de plata. En función de sus posibles, artesanos y campesinos imitaban ciertos lujos simbólicos en lo que mejor podía ser mostrado públicamente y atesorando piezas en sus ajuares: “el gusto por hacer ostentación ante los demás de sus espléndidas vestimentas”.

³⁷ *Ibidem*, nº 1, 26, 73, 95, 121, 125-127, 166, 150 y 29.

³⁸ Mariano José de Larra, *Artículos de Costumbres; La fonda nueva*, 1833; “La vanidad ha sorprendido por donde ha sorprendido casi siempre a la mayor parte de nuestra clase media, y a toda la clase baja”.

5. Algunas conclusiones

¿El atuendo minimizaba las barreras jerárquicas para las familias en ascenso³⁹ En aquel proceso de cambio mental, la progresiva generalización de nuevos hábitos exhibiría formas de sociabilidad modernas, situándose las burguesías a la cabeza de tales demandas (“la jerarquía del consumo no era igual que la social”), extendiéndose también entre las clases medias y otros grupos populares. No obstante, el paso de una “hegemonía unitaria de la moda de la elite” hacia “múltiples expresiones en el vestido sin variar los niveles estamentales” no se explica a través de un simple *principio de emulación*, puesto que el desarrollo de la indumentaria personal y la ropa blanca de casa se basaban en alteraciones mucho más complejas. Un planteamiento avalado por los conflictos y resistencias que dicha democratización generó entre los más acomodados. La teoría del *consumo ostentoso* entre sectores intermedios (para quienes el avance de los gustos novedosos y sus actividades más individualistas acabarían quebrando las estructuras tradicionales) tampoco es por sí sola suficiente para comprender toda la compleja evolución europea, también producida en la Península Ibérica del Setecientos.

A pesar del desarrollo de las posibilidades consumistas del siglo XVI, la segunda mitad del XVIII marcó definitivamente el inicio de una nueva fase de dinamización material urbana (y rural), caracterizada por una mejor difusión de ciertos enseres de demanda minoritaria y por la introducción en un reducido número de hogares de un importante conjunto de novedades. Entonces, en clave cultural, se produjeron no pocas anomalías a la hora de correlacionar una supuesta riqueza familiar deducible de su nivel de vida con informaciones cuantitativas relativas a la cantidad de *enseres de civilización* disponibles⁴⁰. Las casas populares seguían siendo un lugar de abrigo y no un reducto de intimidad

³⁹ Michel Figeac (dir.), *L'Ancienne France au Quotidien. La vie et les choses de la vie sous l'Ancien Régime*, París, Armand Colin, 2014. Fernand Braudel, *Civilización material, economía y capitalismo. Siglos XVI-XVIII*, Madrid, Alianza, 1984, I. Pilar Gonzalbo Aizpuru (dir.), *Historia de la vida cotidiana en México*, México, FCE, 2005.

⁴⁰ Norbert Elías, *El proceso de la civilización*, México, FCE, 1988. Beatriz Blasco Esquivias (dir.), *La casa. Evolución del espacio doméstico en España*, Madrid, El Viso, 2006.

Rosa M^a Dávila, “Los patrimonios de la burguesía comercial vallisoletana, 1760-1860”, in Máximo García (dir.), *Cultura material y vida cotidiana moderna: escenarios*, Madrid, Sílex, 2013, p. 91-110. Juan Manuel Bartolomé; Máximo García (dirs.), *Apariencias contrastadas: contraste de apariencia. Cultura material y consumos de Antiguo Régimen*, León, Universidad, 2012. Delfina Rodríguez Fernández, “Desigualdades sociales y criterios de consumo diferenciados. Cultura material y nivel de vida en la Galicia interior, Celanova (1630-1850)”, *Cuadernos Feijonianos de Historia Moderna*, 1 (1999), p. 193-231.

elitista donde los grupos intermedios empezaron a vivir más de puertas hacia adentro (aunque sin quitar sus miradas de las ventanas y cuando en la calle comunal se hacía de todo con absoluta normalidad).

Diversas tensiones críticas fueron identificando el espacio doméstico con la privacidad. En ese sentido, los patrones de comportamiento de las noblezas portuguesa e ibérica presentaban muchos contrastes con las centroeuropeas, no tanto en clave de atraso como de diferenciación, pues no debe tachárselas de periféricas cuando ocuparon una posición centrípeta durante todo el siglo XVI. Aun así, sus mudanzas en la esfera de la intimidad informal y en las áreas de las vivencias públicas tampoco fueron menores, en contraposición a la fortaleza de lo comunitario y de las actitudes populares. La interacción social permitió una mayor visibilidad individual: desde la Corte emergió un modelo de conducta, una civilización (hábitos ejemplares interiorizados), que posteriormente se difundieron gradualmente hacia abajo, si bien con interdependencias, competencias y controles mutuos, revalorizando sus espacios cotidianos protegidos, hasta adquirir una dimensión de notoriedad universal dentro de aquella clara *lógica de la distinción* familiar burguesa⁴¹.

Para que fuera notoria su calidad, una vecina portuguesa podía prestar su criada a otra para salir a la calle con dos. La razón, según Thomas Cox en 1701, radicaba en la fuerza de la apariencia, todos pendientes del escrutinio público, mientras la percepción de los espacios de recato estaba peor definida, al estar poco valorada la intimidad⁴². Realidades muy poco homogéneas, donde los comerciantes y diversos sectores intermedios (letrados, juristas, hombres ligados a la administración central y notables locales) imitaban en función de sus posibles, tratando de copiar y asumir el estilo de vida de hidalgos y nobles. Por debajo de esa amalgama, los ámbitos vitales privados de los grupos populares apenas eran “tópicos visibles en aquel cotidiano comunitario”.

El ordenamiento de los agregados domésticos mostraban enormes carencias. Las viviendas presentaban muy pocos signos de confort y privacidad. Pese a las celosías y algunos vidrios ventaneros, las puertas abiertas y hasta su mismo vacío delimitador reflejan poco recato y alta sensación de promiscuidad, al igual que el uso polivalente y multifuncional de cocinas, cámaras y salas o los escasos metros cuadrados disponibles -*moradinhas*- entre los escuderos y artesanos que las arrendaban y compartían (cuartos más pequeños que los dedicados al ganado en Minho; en Lisboa o Évora predominio de una o dos estancias; casas terreras

⁴¹ Nuno Gonçalves Monteiro, *História...*, cit., p. 130, 160 y 198.

⁴² Fernanda Olival, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Nuno Gonçalves Monteiro, *História...*, cit., p. 244-275.

en el sur portugués). En su interior, junto a un siempre reducido mobiliario, arcas, baúles y cajones desmontables consagraban el utilitarismo (para ropa o guardar plata o simientes y también utilizados como banco o mesa). Aquellos populares muebles ‘de contener’ se diferenciaban de los modernos enseres de lujo de ‘asiento y reposo’ propios de las familias aristocráticas. Primaba la ausencia de cortinas y corredores, de intimidad y comodidades, la escasez de vanos separadores, la no coincidencia de moradores y catres (aunque abundasen los colchones, jergones y tablas de cama) y todavía muchos artesanos convertían la calle en su cocina.

Junto a esa miseria popular (nada se tiraba; todo se reutilizaba), en Portugal los recursos definían patrones de consumo y niveles de vida mientras los objetos conferían estatus a la par que transmitían valores simbólicos; y eso que la burguesía todavía contaba con pocos libros, la falta de higiene era universal y sus salas de tocador o los guardarropas urbanos aún estaban poco divulgados⁴³.

Por su parte, España no se erigió en una sociedad de clases hasta los tardíos años sesenta del siglo XIX y la burguesía *de buen tono* fue aquí más reducida y menos influyente pero también anhelaba la modernidad y no permaneció subordinada a los principios y estilos de vida de la vieja aristocracia aunque admirase su suntuosidad y elegancia, fascinada por las prósperas clases medias británica y francesa. Abierta hacia amplios segmentos sociales difundió hacia abajo las normas de urbanidad y refinamiento, traduciendo manuales de conducta occidentales, transfiriendo moldes extranjeros y adaptando sus comportamientos en una amalgama entre antiguos ideales y prácticas y nuevas normas. A pesar de las limitaciones de la demanda española, sus clases medias urbanas adoptaron una vigorosa cultura de consumo desde finales del XVIII: en una trayectoria similar a la noreuropea asumieron el modelo de la domesticidad, con una expansión material lenta pero constante dentro de unos hogares más funcionales y confortables. En Madrid y Barcelona la cultura material (objetos diversos y refinados) cada vez era más variada.

“Todo reciente, de ayer, para vestirlo hoy y arrojarlo mañana”⁴⁴. “La nueva locura sempre pide nueva ropa”⁴⁵. “No se vive en los tiempos en que los vestidos

⁴³ Jorge Miguel V. Pedreira, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Lisboa, BNP, 1995, p. 307-310.

Carlos Franco, *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007. A. Thomaz Pires, *Materiaes para a historia da vida urbana portuguesa: a mobilia, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

⁴⁴ Fray Luis de León, *La perfecta casada*, 1584.

⁴⁵ Antonio de Guevara, *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*, 1539.

pasaban de una generación a otra”⁴⁶. “Ya no tratan de comprar aquellas ropas sólidas que heredaban los biznietos”⁴⁷. “Venden por nada los muebles antiguos a los prenderos y destierran lo que tenga el más leve resabio de añejo”⁴⁸. “No agrada la moda por mejor, sino por nueva”⁴⁹: *monos imitadores* en suma⁵⁰. Frente a criterios tradicionales, la capacidad de renovación y de elección de innovaciones en el atuendo también se incrementaría si al mejorar el poder adquisitivo sus compras estaban motivadas por *distinción social* y gustos cosmopolitas y modernizadores.

⁴⁶ Eugenio Larruga, *Memorias Políticas y Económicas sobre los frutos, comercio, fábricas y minas de España*, 1787-1800.

⁴⁷ Francesc Romá, *Señales de la felicidad de España y medios de hacerlas eficaces*, 1768.

⁴⁸ Francisco Mariano Nipho, *Caxón de sastre*, 1781.

⁴⁹ Benito Feijóo, *Teatro...*, cit.; ‘Las modas’, 1728.

⁵⁰ José de Isla, *Historia...*, cit., II, p. 626 y 794.

Algunas notas acerca de la vida cotidiana del campesinado gallego en la Edad Moderna

Some notes about the daily life of the Galician peasantry in the Modern Age¹

HORTENSIO SOBRADO CORREA
Universidad de Santiago de Compostela
hortensio.sobrado@usc.es

Texto recibido em/Text submitted on: 19/01/2016
Texto aprobado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

La vida cotidiana de los campesinos gallegos en los siglos XVI al XVIII, transcurría en torno a una serie de ámbitos básicos, entre los que tenían un lugar central la familia y la comunidad campesina, en los que desarrollaron una existencia repleta de sudores, y duros trabajos en los campos, con unas condiciones de vida muy precarias, habitando en viviendas muy austeras, a menudo mal vestidos y alimentados. Pero a pesar de todo ello, no renunciaban a sus momentos de diversión y fiesta, desplegando toda una variedad de formas de sociabilidad popular, que se manifestaba en muy diversos espacios y momentos de la vida cotidiana del mundo rural.

Palavras chave:

Vida cotidiana; Condiciones de vida;
Campesinado; Galicia; Edad Moderna.

Abstract:

The daily life of the Galician peasants in the sixteenth and eighteenth centuries, passed around a number of key ambits, among those central to the family and the rural community in which they developed a full sweats existence, and hard work in the fields, with very difficult living conditions, living in spartan housing, often poorly clothed and fed. But despite all this, they did not renounce their moments of fun and frolic, displaying a variety of forms of popular sociability, which manifested itself in many different spaces and moments of everyday life in rural areas.

Keywords:

Everyday life; Living conditions; Peasantry;
Galicia, Modern Age.

¹ Este trabajo se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación: El monte comunal en Galicia desde comienzos de la Edad Moderna a la actualidad. De soporte de un *viejo complejo agrario* a recurso medioambiental y patrimonio paisajístico (HAR2014-52667-R). Ministerio de Economía y Competitividad.

1. Introducción

La historia de la vida cotidiana constituye una corriente historiográfica de contornos imprecisos. El propio concepto de *lo cotidiano* es bastante complejo², al abarcar los aspectos más rutinarios del discurrir humano, de la vida privada, incluyendo el estudio de una gran amplitud de temas como los ámbitos de la vida cotidiana (familias, grupos domésticos, comunidades campesinas), las condiciones materiales de vida (la casa, el vestido, la alimentación), la sociabilidad (cofradías, asociaciones, el ocio y la fiesta), así como las prácticas culturales y religiosas, entre otros.

En los últimos años la historia de la vida cotidiana, muchas veces desde la perspectiva de la historia de la “gente corriente” o “desde abajo”, ha puesto el acento en perspectivas y temas nuevos, adentrándose en un terreno privilegiado para el estudio de los comportamientos sociales, contribuyendo a proporcionar una imagen más humana de la evolución histórica. Siguiendo la influencia del desarrollo de esta corriente en la historiografía europea -en países como Alemania³, Francia, Inglaterra⁴, Italia o Portugal⁵-, en España también se ha

² Norbert Elias, “Sur le concept de vie quotidienne”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 99 (1995), p. 237-246.

³ Alf Lüdtke, “De los héroes de la resistencia a los coautores. “Alltagsgeschichte en Alemania”, *Ayer*, n° 9, 1995, pp. 48-69. Martín Biersack, “La Alltagsgeschichte en Alemania”, in Manuel Pena Díaz (ed.), *La vida cotidiana en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Abada, 2012.

⁴ Para Francia e Inglaterra: Henri Lefebvre, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, París, Gallimard, 1968. Fernand Braudel, *Les structures du quotidien: le possible et l'impossible*, in *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe.-XVIIIe. siècles*, París, Armand Colin, 1979. Michel de Certeau, *L'invention du quotidien*, París, Gallimard, 1980. Philippe Aries y Georges Duby (dirs), *Histoire de la vie privée*, París, Seuil, 1985. François Waro-Desjardins, *La vie quotidienne dans le Vexin au XVIIIe siècle. Dans l'intimité d'une société rurale (d'après les inventaires après décès de Genainville (1736-1810))*, Pontoise, 1992. Benoît Garnot, *La culture matérielle en France aux XVIe-XVIIe siècles*, París, 1995. Daniel Roche, *Histoire des choses banales. Naissance de la consommation dans les sociétés traditionnelles (XVIIe-XIXe siècles)*, París, 1997. Edward Palmer Thompson, *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, Barcelona, Crítica, 1989. Norman Pounds, *Hearth and Home. A history of material culture*, Indiana, 1989. Edward Palmer Thompson, *Costumbres en común*, Barcelona, Crítica, 1995. Johnny Brewer; Roy Porter (eds.), *Consumption and the world of goods*, Londres, 1993. A. Schuurman y L. Walsh (eds.), *Material culture: Consumption, Life-style, standard of Living, 1500-1900*, Eleventh International Economic History Congress, Milán, 1994.

⁵ Para Italia: Carlo Ginburg, *El queso y los gusanos: el cosmos de un molinero del siglo XVI*, Barcelona, Muchnik, 1994. Luisa Passerini, *Storia orale. Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*, Turín, 1978. Giovanni Levi, *La herencia inmaterial*, Madrid, Nerea, 1990. Marzio Barbagli y David I. Kertzer (comps.), *La vida familiar a principios de la era moderna (1500-1789)*, Paidós Ibérica, 2002. Raffaella Sarti, *Vida en familia: Casa, comida y vestido en*

cultivado la investigación de dichas temáticas, siendo fundamentalmente en la última década cuando los estudios sobre la vida cotidiana han experimentado una renovación extraordinaria, momento en el que varios estudios monográficos y obras colectivas han enriquecido de forma más notable nuestro conocimiento sobre diversos aspectos de la vida cotidiana en la España de la Edad Moderna⁶.

la Europa Moderna, Barcelona, Crítica, 2003. Claudio Paolini, *I luoghi del cibo. Cucine, tinelli esale dabanchetto nella casa fiorentina tra XV e XVII secolo*, Florencia, Polistampa, 2004. En Portugal en los últimos años los estudios sobre el consumo y la cultura material, la vida privada o la sociabilidad en la Edad Moderna han experimentado un creciente interés entre los historiadores/as. Vid. con carácter monográfico, entre otros: Nuno Luís Madureira, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Nova, 1989. Del mismo autor: *Lisboa: Luxo e Distinção, 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990. *Cidade, Espaço e Quotidiano (1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte. Ivone da Paz Soares, *Sociabilidade Feminina. Enquadramento religioso no quotidiano da sociedade bracarense setecentista*. Braga, Universidade do Minho, 1997. Dissertação de mestrado Policopiada. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)*, Braga, (s.n.), 2001. Maria Arminda Ribeiro, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral. Vila do Conde no século XVIII*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras, 2002. Isabel M.R. Drumond Braga, *Do Primeiro Almorço à Ceia: Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004. Isabel dos Guimarães Sá; Máximo García Fernández (coords.), *Portas adentro. Comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidade de Coimbra, 2010. José Mattoso (dir), *História da Vida Privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores y Temas e Debates, 2011. Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Régime*, Universidade do Minho (Tese de doutoramento en História), 2012. Maria Marta Lobo de Araújo et alii (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014.

⁶ Sin ánimo de ser exhaustivos, entre las monografías y obras colectivas más recientes sobre historia de la vida cotidiana en la España de la Edad Moderna cabe destacar: Gloria Franco, *La vida cotidiana en tiempos de Carlos III*, Madrid, Ediciones Libertarias, 2001. María Ángeles Pérez Samper (coord.), *La vida cotidiana a través del siglo*, Barcelona, Portic, 2002. Pegerto Saavedra y Hortensio Sobrado, *El siglo de las luces. Cultura y vida cotidiana*, Madrid, Síntesis, 2004. Francisco Núñez Roldán, *Ocio y vida cotidiana en el mundo hispánico en la Edad Moderna*, Sevilla, Universidad, 2007. Manuel-Reyes García Hurtado (ed.), *La vida cotidiana en la España del siglo XVIII*, Madrid, Sílex, 2009. Manuel Peña Díaz (coord.), *La vida cotidiana en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Adaba, 2012. Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, Máximo García Fernández (dirs) *Apariencias contrastadas, contraste de apariencias. Cultura material y consumos de Antiguo Régimen*, León, Universidad, 2012. Inmaculada Arias de Saavedra Alías (ed.), *Vida cotidiana en la España de la Ilustración*, Granada, Universidad, 2013. Máximo García Fernández (coord.), *Cultura material y vida cotidiana moderna: escenarios*, Madrid, Sílex, 2013. Inmaculada Arias de Saavedra Alías y Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica. Tiempos y espacios*, Granada, Universidad, 2015. Juan Postigo Vidal, *La vida fragmentada. Experiencias y tensiones cotidianas en Zaragoza (siglos XVII-XVIII)*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2015. Gloria Franco Rubio (ed.), *Caleidoscopio de la vida cotidiana (ss. XVI-XVIII)*, Logroño, Siníndice, 2016.

Se trata de trabajos que con un gran rigor metodológico, han buscado alejarse de la imagen anecdótica, de las meras descripciones costumbristas, a fin de analizar el mundo de lo cotidiano, con profundidad, desde diversas perspectivas, lo que ha aportado enormes potencialidades para el estudio de la Historia social y cultural.

En el caso de Galicia, si bien entre los años 70 y 90 del s. XX ya se publican algunas investigaciones aisladas sobre diversos aspectos de la cultura material (alimentación, vivienda, etc.) en el mundo rural gallego de Antiguo Régimen⁷, no obstante, serán fundamentalmente los rigurosos y sistemáticos trabajos publicados a partir de 1990 sobre la vida cotidiana del campesinado gallego⁸, los que nos aproximaron de forma más clara y precisa, a la situación en la que discurría la vida de los labriegos en la Galicia de los siglos XVI al XVIII, atendiendo, tanto a los aspectos materiales como culturales, y contribuyendo a abrir una vía de investigación muy fecunda, dotada de una gran calidez “humana”, que ha tenido cierta continuidad en el tiempo⁹, y que también, en

⁷ Vid. entre otros: Ramón Villares Paz, “El consumo alimenticio en el área rural compostelana a fines del s. XVII”, *Compostellanum*, XVII, 1972, p. 63-72. María Ángeles Rozados Fernández, *Campo y ciudad. Niveles materiales y mentalidades en el s. XVII a través de los inventarios post-mortem*, Memoria de Licenciatura, Universidad de Santiago, 1986. De la misma autora: “El marco material de la vida familiar en la Galicia de Antiguo Régimen”, in José Carlos Bermejo Barrera (coord.), *Parentesco, Familia y Matrimonio en la Historia de Galicia*, Santiago, 1989, p. 79-94. “Aproximación al estudio de la vivienda rural en la Galicia de los siglos XVII-XVIII”, *Pedralbes*, 11, 1991, (p. 109-118).

⁸ Pegerto Saavedra, *La vida cotidiana en la Galicia del Antiguo Régimen*, Barcelona, Crítica, 1994. “La vida cotidiana en la periferia de la civilización: los campesinos de Galicia en los siglos XVII-XIX”, *Ayer*, nº 9, 1995, p. 101-133. “Ocio y vida cotidiana en la España rural del siglo XVIII”, in L. Ribot y Alberto Marcos (eds.), *Trabajo y ocio en la época moderna*, Valladolid, Inst. Universitario de Historia Simancas, 2001, p. 111-137.

⁹ Vid. entre otros: Hortensio Sobrado Correa, “Aproximación al consumo alimentario en el área rural gallega: el interior lucense, (ss. XVII-XIX)”, *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 3 (1994), p. 87-110. Del mismo autor: “Las condiciones de vida del campesinado del interior lucense en el Antiguo Régimen”, in *Actas VI Semana Gallega de Historia. Un recorrido pola Galicia cotiá*, Santiago, 1998, p. 417-438. Delfina Rodríguez Fernández, “Desigualdades sociales y criterios de consumo diferenciados. Cultura material y nivel de vida en la Galicia interior, Celanova (1630-1850)”, *Cuadernos Feijonianos de Historia Moderna*, I, Santiago (1999), p. 193-231. Hortensio Sobrado Correa, “L’habitation rurale dans la Galice de l’Époque Moderne”, in Annie Antoine et alii (dir.), *Maison rurale en pays d’habitat dispersé de l’Antiquité au XXe siècle*, Rennes, Presses universitaires, 2005, p. 2107-216. Del mismo autor: *El sustento y la morada: aspectos de las condiciones materiales de vida en la Galicia rural de la Edad Moderna*, in Camilo Fernández Cortizo et alii, *Universitas. Homenaje a Antonio Eiras Roel*, Santiago, 2002, t. I, p. 425-438. Antonio Presedo Garazo, “A cultura material nun plazo lugués a comenzos do século XVII: a Casa de Noceda en As Nogais”, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 11, 2, 2003-2004, p. 71-94. Hortensio Sobrado Correa, “Las condiciones materiales de vida en el mundo

cierto modo, se podría decir que se ha visto complementada con la aportación de los abundantes estudios sobre la historia de la familia, y la historia de las mujeres que ha producido la historiografía modernista gallega¹⁰.

En este breve trabajo, pretendemos hacer una modesta contribución a dicha línea de investigación, tratando de reflexionar de forma sintética acerca de algunos de los aspectos que caracterizaban el acontecer diario de los campesinos gallegos en la Edad Moderna.

2. Ámbitos básicos de la vida cotidiana: familia y comunidad campesina

En la Galicia del período moderno, la vida cotidiana de los campesinos transcurría en torno a una serie de ámbitos básicos, entre los que tenían un lugar central la familia, que impregnaba prácticamente todos los aspectos de la vida diaria. Además, no debemos de olvidar que por entonces los lazos de ayudas mutuas y vecindad fundados en la reciprocidad, a través de una fuerte cohesión comunitaria, eran fundamentales para la subsistencia de las gentes que vivían en el campo.

La familia constituía la verdadera unidad básica de todo el sistema de reproducción social, económica y demográfica de la sociedad. Era, sin duda, la verdadera piedra angular de la organización social, el sistema de integración del individuo por excelencia, que defendía, protegía y aseguraba lo mejor posible la supervivencia y bienestar de sus propios miembros, dándoles seguridad, pero además era el centro del trabajo y producción, del reparto de la riqueza, de la socialización de los individuos, y en última instancia, de la reproducción del sistema¹¹.

En la Galicia del siglo XVIII los campesinos vivían en el seno de familias con un promedio de 4,4 individuos, si bien existían notables contrastes entre el área

rural gallego del siglo XVIII”, in Manuel-Reyes García Hurtado (ed.), *La vida cotidiana...*, cit., pp. 181-205. Iago Rodríguez Palmeiro, “La vida cotidiana de la fidalguía gallega en el interior de la provincia de Lugo”, in María José Pérez Álvarez. & Laureano Rubio Pérez (eds.), *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano*, vol. 2, León, FEHM, 2012, p. 1.497-1.515. Ofelia Rey Castelao, “Casas y cosas en la Galicia occidental en el siglo XVIII”, *Cuadernos de Historia Moderna*, XIV, 2015, p. 211-233.

¹⁰ Vid. Hortensio Sobrado Correa e Isidro Dubert, “La familia y las edades de la vida”, in Isidro Dubert, (coord.), *Historia de la Galicia moderna*, Santiago, Universidad, 2012, p. 95-150. Ofelia Rey Castelao, “La historia de las mujeres en Galicia. Un estado de la cuestión (1988-2008)”, *Minius: Revista do Departamento de Historia, Arte e Xeografía*, Nº 17, 2009, p. 191-234. “El trabajo de las mujeres rurales en la España Moderna: Un balance historiográfico, 1994/2013”, *Revista de historiografía*, Nº. 22, 1, 2015, p. 183-210.

¹¹ Hortensio Sobrado Correa e Isidro Dubert, “La familia...”, cit., p. 95 y ss.

occidental gallega, con unas dimensiones medias de 4,1 habitantes por hogar, y la Galicia oriental, principalmente el interior lucense, zona en que predominaban hogares de amplio tamaño, con medias por encima de 5 miembros, con la presencia de parroquias en las que convivían de 6 a 7 personas por fuego. Por lo tanto, parece existir una tendencia al incremento de la dimensión de los hogares a medida que avanzamos del litoral hacia el interior, con excepción de la provincia de Ourense, que muestra un comportamiento más acorde con el de las tierras de transición o del litoral, que con las lucenses.

Las grandes dimensiones de los hogares lucenses, con respecto al resto de Galicia, tienen que ver con las características de la organización agraria (basada en el cultivo del centeno en régimen de año y vez), las estructuras familiares (en 1753 el 45 % de hogares con estructura extensa y múltiple) y el sistema hereditario (desigualitario apoyado en la mejora larga). La práctica ausencia de solitarios y la abundancia de hogares complejos con profusión de corresidentes en su seno, explica que los hogares lucenses cuenten con un número de miembros tan elevado.

En la Galicia interior los campesinos vivían en un ámbito geográfico caracterizado por unas bajas densidades de población, de 20 a 25 habitantes por km², y un poblamiento formado por pequeñas aldeas alejadas entre sí, cuyos moradores labraban explotaciones de carácter extensivo -con una media de 2,7 hectáreas-, y escasos rendimientos. Esto hacía imprescindible para sobrevivir el aprovechamiento del monte (del que procedía hasta un 25% del total de la cosecha), el cuidado de una amplia cabaña ganadera, la práctica de una emigración estacional o temporal de ciclo corto a la vecina Castilla y el desempeño de los más variados oficios complementarios.

En el resto de Galicia, los campesinos viven en grupos domésticos de menor tamaño y estructura predominantemente nuclear, en un contexto en el que las densidades medias de población eran de alrededor de 40 habitantes por km² y cuya agricultura se asentaba sobre explotaciones de menor tamaño -entre 1 y 1,5 hectáreas-, que se compensaba desde un punto de vista productivo mediante la intensificación de cultivos. No obstante, ello no evitaba que muchos de estos campesinos se viesen obligados a complementar sus ingresos con una emigración estacional o temporal de ciclo largo a las ciudades de Castilla, Portugal y Andalucía o con el trabajo en las más variadas actividades auxiliares¹².

Pero si la familia era un ámbito privilegiado de la vida cotidiana del mundo rural, en el caso de Galicia, la comunidad campesina se mostraba fundamental para la subsistencia, y contaba con una gran solidez y fortaleza. Dicha realidad

¹² Hortensio Sobrado Correa e Isidro Dubert, "La familia...", cit., p. 98.

tenía sus raíces en la relativa homogeneidad del campesinado gallego, pues apenas había campesinos excedentarios, así como en la posesión efectiva de la tierra y el control de una importante propiedad colectiva, compuesta fundamentalmente por montes abiertos, decisivos para la viabilidad de las pequeñas explotaciones. Todos estos factores de orden social estaban en la raíz misma de la fortaleza de las comunidades de aldea a lo largo de todo el Antiguo Régimen¹³.

En el mundo rural gallego existía una intensa vida comunitaria que transcurría entre la organización de las tareas agrarias -a través de la regulación de servidumbres y demás derechos colectivos, aprovechamientos comunales, etc.-, y una vigorosa sociabilidad y cultura popular que, a menudo en íntima interrelación con el trabajo, se gozaba de manera colectiva. Pero además, en las comunidades rurales actuaban poderosas fuerzas de regulación social y moral¹⁴. Aunque, en cierto modo, muchos comportamientos anormales de sus miembros solían ser tolerados, en realidad la comunidad procuraba aplicar a sus transgresores una serie de normas defendidas dentro del entorno de la fuerza de la costumbre.

En este sentido, las denominadas “sociedades” de jóvenes, verdaderas fraternidades de solteros y solteras, que tenían participación activa en la salvaguarda de los lazos comunitarios, se configuran como guardianes del desorden, ejerciendo una función de control social, de defensa de la moral pública contra los individuos que rompían las normas en la comunidad¹⁵. Entre este tipo de actividades destacaban las críticas y burlas a través de cencerradas o *charivaris* hacia los viudos y viudas que volvían a contraer segundas nupcias, los casamientos entre contrayentes de edades desproporcionadas (sobre todo viejos con mozas) o desiguales por dinero, así como contra los esposos adúlteros, los maridos violentos, los amancebamientos, las prácticas sexuales consideradas desviadas, etc.¹⁶.

¹³ Pegerto Saavedra, *Señoríos y comunidades campesinas. Aportaciones a la Historia rural de la España moderna*, Santiago, Fundación Barrié de la Maza, 2003, p. 180 y ss.

¹⁴ Edward Palmer Thompson, *Costumbres...*, cit., p. 21.

¹⁵ Nicole Pellegrin, *Les bachalleries. Organisations et fêtes de la jeunesse dans le Centre-Ouest, XVe-XVIIIe siècles*, Poitiers, Société des Antiquaires de l'Ouest, 1983. Norbert Schindler, “Los guardianes del desorden. Rituales de la cultura juvenil en los albores de la era moderna”, in Giovanni Levi; Jean-Claude Schmitt (eds.), *Historia de los jóvenes. I. De la Antigüedad a la Edad Moderna*, Madrid, Taurus, 1996, p. 305-363.

¹⁶ Julio Caro Baroja, “El Charivari en España”, *Temas castizos*, Madrid, 1980, p. 191-230. María Paula Diogo, “Assuadas. O charivari ao recasamento em Portugal”, *Boletín de la ADEH*, V, 1, 1987, p. 2-49. Natalie Zemon Davis, “The reasons of misrule: youth groups and charivaris in sixteenth-century France”, in *Past and Present*, 50, 1971, p. 41-75. Edward Palmer Thompson,

3. Una vida de trabajos y sacrificios

En el Antiguo Régimen en las sociedades campesinas la medida del tiempo estaba generalmente relacionada con los procesos habituales del ciclo de trabajo o de las tareas domésticas, por lo que las jornadas laborales se alargaban o contraían de acuerdo con las faenas necesarias, pudiendo, en momentos de mayor intensidad de tareas agrícolas (siembra, cosecha, siega, vendimia, etc.), llegar a trabajar en los campos de amanecer a anochecer¹⁷.

Normalmente todos los miembros de la familia campesina participaban en las diversas sazones del año, acometiendo una serie de faenas, que dependían de las comarcas en las que se ubicaban las explotaciones agropecuarias y su orientación económica. Los trabajos eran más o menos continuos a lo largo del año, si bien su intensidad dependía de las rotaciones de los cultivos. En la Galicia Cantábrica, en donde las labranzas producían tres cosechas en dos años, los campesinos apenas tenían un respiro a lo largo de las estaciones. En la Galicia occidental el calendario agrícola, giraba en torno al cultivo del maíz, así como de otros productos como plantas forrajeras, lino, hortalizas, y diversos frutales, lo que hacía que la demanda de trabajo fuese también intensa a lo largo del año. En las comarcas vitícolas, el calendario agrícola se estiraba entre noviembre, con las primeras tareas de preparación del estiércol para abonar las viñas, y las diversas faenas necesarias a lo largo del año (poda, rodriga, cava, *bima*, *entoxado*), hasta que en septiembre y octubre se realizaba la vendimia. En zonas de la Galicia interior, el ciclo agrario tiende a ser bastante más simple, pues, hasta finales del XVIII –en que se introduce el cultivo de la patata–, predominaba una agricultura con necesidad de barbecho, apoyada en el cultivo del centeno, por lo que los trabajos del campesinado se centraban en otoño, con la sementera de los campos, y en verano con la siega y posterior maja del cereal¹⁸.

Los campesinos trabajaban mucho, pero contaban con escaso nivel de tecnificación, por lo que en la mayoría de las faenas agrarias primaba la fuerza humana. Las labores en los campos eran muy duras, pues la disponibilidad de aperos de labranza era exigua, predominando el utillaje agrario ligero para hacer las tareas a mano, y siendo poco frecuente la propiedad de aperos mayores (arados, grades, carros...), tirados por animales.

Costumbres..., cit., p. 520 y ss. Pegerto Saavedra y Hortensio Sobrado, *El Siglo de las Luces...*, cit., p. 243.

¹⁷ Edward Palmer Thompson, *Costumbres...*, cit., p. 399.

¹⁸ Pegerto Saavedra, *La vida cotidiana...*, cit., p. 109-116.

Con todo, hay que señalar que en la época, la agricultura estaba impregnada de un fuerte sentido comunitario, por lo que los vecinos dependían unos de otros para afrontar las duras faenas agrarias. Determinadas tareas como la malla, la *esfolla* del maíz, la preparación del lino, las cavadas en los montes, la matanza, etc., requerían las ayudas mutuas de los vecinos. Además, obligaciones de carácter comunal, como el arreglo de caminos, o de las presas de riego, del molino, del horno, cierres de agras, etc., también requerían del trabajo en común. Éste tenía un carácter de reciprocidad, y además reforzaba las solidaridades de vecinos y parientes. Muchos campesinos empleaban el tiempo que les quedaba disponible en alguna actividad complementaria, principalmente en el sector textil, del cuero (zapateros, curtidores), o de la madera y la construcción (carpinteros, canteros, mamposteros...), lo que les permitía obtener unos ingresos extra para la economía familiar.

Pero además de padecer una vida de duro trabajo en los campos, así como los abusos señoriales y el gravoso pago de rentas¹⁹, para apenas conseguir unas cortas producciones que permitieran la subsistencia de sus familias, los campesinos gallegos a menudo tenían que sufrir las calamidades de una meteorología, en ocasiones adversa, que en forma de sequías, de exceso de lluvias, heladas, pedrisco, etc., ponía en aprietos a sus precarias economías, arruinando sus cosechas a través de las temidas crisis de subsistencias²⁰.

4. Unas condiciones de vida precarias

En la Galicia de la época las condiciones de vida de los campesinos estaban directamente relacionadas con las disponibilidades de tierras y de ganado, y aunque existía una minoría de ricos labradores o “caporales”, y de algunos labriegos con explotaciones agropecuarias propias, con excedentes suficientes para que en circunstancias normales pudiesen mantener a sus familias con ciertas garantías; sin embargo, una gran mayoría de campesinos cultivaban tierras ajenas en régimen de arriendo o de enfiteusis a cambio del pago de una renta, pasando grandes apuros para subsistir o malviviendo como *caseteiros/as* o *bodegueiros/as*, con apenas unos ferrados de tierra que labrar y alguna

¹⁹ Pegerto Saavedra, *Señoríos...*, cit., p.97.

²⁰ Camilo Fernández Cortizo, “¿En Galicia, el hambre entra nadando? Rogativas, clima y crisis de subsistencias en la Galicia litoral sudoccidental en los siglos XVI-XVIII”, *Semata. Ciências Sociais e Humanidades*, 17, 2005, p. 259-298.

cabeza de ganado menor, e incluso muchos carecían de tierras, dependiendo exclusivamente de su trabajo como jornaleros en explotaciones ajenas²¹.

No es raro, pues, que las descripciones de autores gallegos de la época o de algunos viajeros a su paso por tierras del Reino de Galicia, coincidan en destacar que, en general, la vida cotidiana del campesinado se caracterizaba por unas condiciones de vida muy duras, en las que la pobreza material y cultural formaban parte del acontecer diario de buena parte de los labriegos. Así, en la primera mitad del siglo XVIII, el beneditino Fray Benito Jerónimo Feijoo, describe la mísera situación en la que se encontraban los campesinos gallegos, que padecían grandes deficiencias en su alimentación, vestido y vivienda. También el canónigo compostelano Pedro Antonio Sánchez constata en sus escritos las grandes dificultades económicas por las que pasaban los campesinos del Reino de Galicia, sumidos en una vida de penurias y trabajos, subsistiendo en una total estrechez, mal alimentados y peor vestidos. Del mismo modo, a principios del XIX, Lucas Labrada en su *Descripción Económica del Reino de Galicia* (1804), habla acerca de las malas condiciones en que viven los infelices labradores gallegos, obligados a pagar rentas, pechos, y otros servicios reales y personales, lo que obliga a muchos de ellos a emigrar para poder subsistir²².

La documentación de la época coincide en reflejar la extrema precariedad de medios materiales en que vivían muchas familias campesinas, tanto en lo que se refiere a la vivienda, como a la alimentación o al vestido.

4.1. Las casas de morada

La casa era, sin lugar a dudas, el escenario vital de la familia campesina, en el que moraban sus miembros, pero también trabajaban, pues la vivienda campesina de Antiguo Régimen no era sólo un lugar de residencia que cobijaba a la familia, sino que también tenía el papel de casa-explotación, al constituir un verdadero centro de producción. Precisamente por ello, las propias viviendas campesinas tenían un carácter polivalente, pues en ellas se mezclaban personas y ganado, y sus reducidos espacios servían tanto para cocinar o para dormir,

²¹ Sobre la heterogeneidad del campesinado gallego vid. Pegerto Saavedra, *La vida cotidiana*, cit., p. 21 y ss. Para el caso de otras zonas de España, del mismo autor: "El campesinado en la España del Antiguo Régimen: algunas consideraciones", in Santiago Castillo y Roberto Fernández (coords.), *Historia social y ciencias sociales*, Lleida, Milenio, 2001, p. 225-246.

²² Benito Feijoo, *Teatro Crítico Universal* (1727-1739); edic. de A. Millares, Madrid, 1955, vol. III, p. 233-234. Pedro Antonio Sánchez, *La economía gallega en los escritos de...*; edic. de X. M. Beiras, Vigo, Galaxia, 1973, p. 45-46. Lucas Labrada, *Descripción económica del Reino de Galicia* (1804); edic. de Río Barja, Vigo, Galaxia, 1971.

como para almacenar enseres, aperos de labranza, o alimentos cosechados o producidos. Además, muchas de las casas rurales de la época, cuentan con algún tipo de construcciones auxiliares, bien independientes, adosadas o constituyendo un único cuerpo con la casa, como complemento a la actividad agropecuaria (cuadras, pajares, *celeiros*, *chopes*, *cubertos*, hórreos, etc.)²³.

La documentación refleja como en la mayor parte de las viviendas campesinas eran de planta baja o “terrenas”²⁴, de pequeño tamaño, gran austeridad y sencillez constructiva²⁵. En la Galicia occidental, en la zona de la Ulla y en la comarca de Santiago, en el siglo XVII las casas de un único nivel o terrenas se complementaban con la existencia de otro tipo de construcciones auxiliares. A la “casa del fuego” o “casa del *lume*”, núcleo principal u hogar, le acompañaban otras construcciones como el “*celeiro*”, el “*chope*”, la “casa de la leña”, o las “*cortes*”, entre otras²⁶. En la Galicia interior, en el XVIII en áreas de la montaña lucense los inventarios *post-mortem* de tierras de Cervantes y de Navia de Suarna muestran como, al lado de la casa terrena “*vividera*” o de “*abitación*”, suelen aparecer otras construcciones con cierta autonomía funcional, como la “cabaña” o “cuarto” destinada a guardar herramientas y otros útiles, el pajar, algunas casetas, alpendres, o casas “para guardar la *piensa*”, “para recoger el ganado”, o bien la bodega, o el hórreo²⁷.

²³ Ofelia Rey Castelao, “Casas y cosas...”, cit., p. 222. Para Portugal: Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material...*, cit. p. 149.

²⁴ En Trasdeza, en 1753, alrededor del 68 % de las casas campesinas eran terrenas, y en el interior lucense sobre el 60 %. Hilario Rodríguez Ferreiro, *La Tierra de Trasdeza. Una economía rural antigua*, Santiago, Universidad, 1973, p. 153 y ss. Hortensio Sobrado Correa, *Las Tierras de Lugo en la Edad Moderna. Economía campesina, familia y herencia, 1550-1860*, A Coruña, Fundación Barrié de la Maza, 2001, p. 496.

²⁵ La sencillez constructiva de las casas campesinas es común a otras áreas de la Península. En el XVIII muchos de los campesinos de Tierra de Campos habitaban en modestas casas a base de una estructura de madera rellena de tapial (mezcla de barro y paja). Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, “Peasant material culture in Castille 1750-1900 some proposals”, in Anton Schuurman & Lorena Seebach Walsh (eds.), *Material culture: consumption, life-style, standard of living 1500-1900*, Milán, Università Bocconi, 1994, p. 127-130. Del mismo modo, en La Mancha oriental las paredes de tierra o fábrica de tapial eran muy corrientes en las casas todavía en el XVIII. Carmen Hernández López, *La casa en la Mancha oriental. Arquitectura, familia y sociedad rural (1650-1850)*, Madrid, Sílex, 2013, p. 32-33.

²⁶ María Ángeles Rozados Fernández, *Campo y ciudad...*, cit. Ofelia Rey Castelao, “Casas y cosas...”, cit., p. 222.

²⁷ Ej.: (1756) Invent. de Pedro Nuñez, vno. del lugar de Robredin, concejo de Cervantes: “una casa pajara en que bibió y murió dicho Pedro Nuñez, otra mas pequeña de recoger piensa, un orreo de madera” AHPL, Protocolos, Leg. 6413, fol. 59 (1758) Inventario “una casa paxara, un orreo de madera, otra casa en que se recoxe paja y erva” AHPL, Protocolos, Leg. 6594-2, fol. 27.

Las casas terrenas eran normalmente de piedra y cubierta de *colmo*, teja o losa, dependiendo del área geográfica, así como del nivel económico de sus moradores. En determinadas zonas de Galicia, sobre todo en áreas de montaña, todavía en el siglo XVIII muchas casas campesinas mantenían los tejados de *colmo* (paja de centeno). En las jurisdicciones de Cervantes y Navia de Suarna, en la montaña lucense, tanto el Catastro de Ensenada (1753), como los inventarios *post-mortem* de la segunda mitad del XVIII constatan el total predominio (82-84 % de los casos) de las denominadas casas *pajazas* (gráfico 1), construcciones de un único nivel, forma elíptica y cubierta de paja, con un tamaño medio de alrededor de 20-40 varas de circunferencia y 8-10 varas de fondo²⁸.

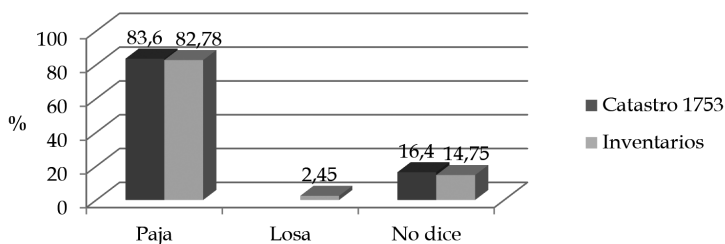


Gráfico 1 – Tipos de cubierta en las casas campesinas de la montaña lucense (Cervantes y Navia) según el Catastro de Ensenada (1753) y los inventarios post-mortem (2ª ½ s. XVIII).

Fuente: AHPL, Catastro, Legs. 10227-5, 10334-9, 10343-5, 10540-5. AHPL, Protocolos, Legs. 1447, 1476-1478, 6412-6413, 6592-6594, 6719.

Se trata de arcaicas edificaciones con una gran adaptación al medio, las denominadas “casas de teito” o *pallozas*, características de las zonas montañosas de los Ancares y el Caurel, y muy similares a las que existían en el oeste de Asturias o en el noroeste leonés²⁹. Las casas *terrenas* con planta rectangular, con una media de 8-10 varas de frente y 5-6 varas de fondo, apenas tienen presencia en esta zona de la montaña lucense.

En la mayoría del territorio gallego, a medida que transcurren los siglos XVII y XVIII cada vez más casas campesinas van incorporando la teja o la losa, dependiendo de las disponibilidades geográficas, a veces coexistiendo con

²⁸ Hortensio Sobrado Correa, “L’habitation rurale...”, cit., p. 210.

²⁹ Pedro Javier Cruz Sánchez, “Notas acerca de las pallozas leonesas: Estado de la cuestión y nuevas perspectivas de estudio”, *Estudios del Patrimonio Cultural*, nº 00, 2008.

la cubierta vegetal (*colmo*, carrizo, retama, ramas, etc.)³⁰. La chimenea era un elemento prácticamente inexistente en los tejados de las viviendas campesinas gallegas, en las que el humo de las “lareiras” salía por las rendijas del tejado, a menudo a tejavana, o por las aberturas de la casa, de forma similar a lo que ocurría en otras zonas de la Península y de Europa³¹.

El tipo de vivienda y su tamaño solía tener una clara correlación con el número de componentes del grupo doméstico, así como con su situación económica; con lo que al lado de las modestas casas terrenas, las casas de un alto, de mayor tamaño, tenían las cuadras en el bajo y la vivienda arriba, revelando casi siempre una mejor posición económica y un grupo doméstico más amplio. Normalmente, este tipo de casas rurales de un alto, solían pertenecer a hidalgos, curas o campesinos pudientes.

En la comarca de la Ulla y en los alrededores de Santiago de Compostela, a lo largo del siglo XVIII y principios del XIX, aunque subsisten las casas de un único nivel o terrenas, muchas de ellas han evolucionado hacia un tipo de vivienda de dos niveles o un alto. En un principio el nivel superior de las casas o “*sobrado*”, era un espacio único -muchas veces una simple plataforma de madera-, utilizado como almacén de cereal y de otros productos, y a medida que la familia crece y necesita más espacio vital, éste se va dividiendo en varias estancias, en un primer momento sin tabicar, aprovechando las ventanas, y luego mediante un sistema de tabicación arcaico, abierto, sin puertas, y todavía sin delimitación de pasillo³².

Las descripciones de la época, junto con otras fuentes documentales como los protocolos notariales, o catastros como el de Ensenada (1753), coinciden en constatar el estado de miseria de las casas rurales, muchas de ellas conceptuadas por los viajeros como auténticas *cabañas* o *chozas*. Se trata de viviendas en las que reinaba una gran precariedad, con escasas concesiones al confort, y una escasa división interna, con estancias de uso polivalente, produciéndose una auténtica cohabitación y gran promiscuidad entre los miembros de la familia,

³⁰ En tierras montañosas de Fonsagrada las techumbres de paja alternan con techos mixtos de losa y paja. María Ángeles Rozados, “El marco material...”, cit., p. 86. En la casa campesina de la Mancha oriental aunque la teja era predominante, en muchas casas modestas ésta alternaba con materiales vegetales. Carmen Hernández López, *La casa...*, cit., p. 33.

³¹ En Portugal: Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material...*, cit., p. 162. Para otras zonas de Europa: Raffaella Sarti, *Vida en familia...*, cit., p. 123.9

³² María Ángeles Rozados Fernández, “Aproximación al estudio de la vivienda rural en la Galicia de los siglos XVII-XVIII”, *Pedralbes*, 11, 1991, (p. 109-118), p. 113.

así como entre ganado y personas³³, apenas separados por un tabique o algunas maderas, donde se colocaba el pesebre. Así, por ejemplo, el sastre francés Guillaume Manier, en 1726, se sorprende de que en las viviendas gallegas: “Las vacas duermen en la misma casa, con la reserva de un palo que los separa, con el pilón para comer. Los cerdos y otros animales están en libertad de andar patrullando durante la noche por todos los rincones de la casa”. Del mismo modo, en 1764, el italiano Paolo Bacci, canónigo de la catedral de Arezzo, describía con sorpresa, al visitar una casa rural gallega: “como de costumbre pasamos primero por la cuadra y, luego, por la cocina, donde había unos cerdos. La cocina y la cuadra era una sola habitación, divididas por una pequeña pared”³⁴

Las noticias que proporcionan los inventarios *post-mortem* y otras fuentes notariales como los contratos matrimoniales parecen indicar que, en general, las viviendas rurales gallegas se caracterizaban por un mobiliario bastante escaso y austero, extremadamente utilitario, reducido a lo meramente esencial, y sin ninguna concesión a las comodidades, ni al lujo³⁵. Los escasos muebles presentes en las casas, presentan una gran simplicidad, y multifuncionalidad de usos, respondiendo a las necesidades básicas de supervivencia. En la mayoría de las casas apenas aparece alguna mesa, tallo, banco sencillo, o arca, y en muy pocas había camas, apareciendo como mucho simples lechos o tarimas, o bien medias camas o camas de campo, que muchas veces en realidad son simples esteras. Con frecuencia, el lecho en las viviendas campesinas estaba formado únicamente por un montón de paja y alguna manta, o simplemente por una especie de alfombra o estera, que aislaba a la persona del suelo; y no era infrecuente que algunos miembros de la familia durmiesen al lado del ganado para aprovechar su calor.

En todo caso, en la segunda mitad del XVIII, a medida que se experimentaron ciertas mejoras en las condiciones de vida de determinados sectores del campesinado, la documentación notarial de varias zonas de Galicia muestra la existencia de “perfectos y mexoramientos” en diversas casas rurales,

³³ Alain Collomp, “Familias. Habitaciones y cohabitaciones”, in Phillippe Ariés; George Duby (eds.), *Historia de la vida privada*, vol. III. *Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 1989. Jean Cuisenier, *La maison rustique: logique social et composition architecturale*, París, P.U.F, 1991, p. 104. Raffaella Sarti, *Vida en familia...*, cit., p. 133. Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material...*, cit., p. 152-154

³⁴ Gustavo A. Garrido, *Aventureiros e curiosos. Relatos de viaxeiros extranxeiros por Galicia, séculos XV-XX*, Vigo, Galaxia, 1994, p. 161. Xesús Alonso Montero, *Galicia vista por los no gallegos*, Madrid, Júcar, 1974, p. 107 y 410.

³⁵ Delfina Rodríguez Fernández, “Desigualdades...”, cit., p. 209; Hortensio Sobrado Correa, “Las condiciones...”, cit., p. 187.

principalmente en las de los campesinos medios y más acomodados, tales como la reforma de viviendas que antes eran “pajazas”, y ahora pasan a edificarse en piedra y losa, o la construcción de “cuartos nuevos” y de “altos”³⁶. Si bien ello, junto con una mayor diversificación del mobiliario y menaje de casa, pudiera indicar una incipiente transformación en el espacio doméstico rural, hacia una vivienda más compartimentada³⁷; no obstante, la inclinación por mejorar las condiciones del hábitat familiar, así como el nacimiento de la intimidad en las viviendas rurales gallegas constituyen procesos muy lentos, que alcanzaron una generalización mucho más tardía que en el mundo urbano, y que, además, no afectaron a todos los sectores del campesinado gallego³⁸.

4.2. Una alimentación escasa e irregular

En esta época, si bien el régimen alimentario presentaba acusadas diferencias comarcales, en general, la dieta del campesinado gallego era pobre, monótona y poco equilibrada. Dado que los campesinos consumían básicamente aquello que producían en sus explotaciones agropecuarias, la alimentación era muy irregular, con grandes desigualdades a lo largo del año, dependiendo de las sazones de la añada, a lo que se unía la escasa cantidad y calidad de los alimentos consumidos por los labriegos.

Sabemos que la base principal de la alimentación campesina eran los cereales (mijo menudo, centeno, maíz, y en menor medida trigo), que no siempre se consumían en forma de pan, pues muchas veces los labradores los comían en tortas, o papas, mezclando la harina directamente con caldo, agua o leche, tal y como se constata, en el caso de las papas de maíz, alimento habitual entre muchos campesinos gallegos del Antiguo Régimen³⁹. Además, caldos, potes de verduras, y sopas, formaban parte de la dieta diaria de las gentes del campo, y en muchos casos constituían su único sustento a lo largo de la jornada. La leche y productos lácteos, las castañas, verduras y legumbres de la huerta, y a partir de finales del XVIII las patatas, complementaban la dieta campesina.

³⁶ Hortensio Sobrado Correa, “L’habitation rural...”, cit., p. 214.

³⁷ Al igual que ocurre en otras zonas de la Península. Vid. Bartolomé Yun Casalilla, “La Historia económica por el lado de la demanda y el consumo: unas reflexiones Generales”, in Jaume Torras y Bartolomé Yun (Dirs.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Cataluña y Castilla, siglos XVII-XIX*, Ávila, 1999.

³⁸ Tal y como se constata en otras zonas rurales de la Península: José Manuel Pérez García, “Niveaux de vie et traditions culturelles dans les campagnes du León entre 1700 et 1850”, *Histoire & Sociétés Rurales*, 8, 1997, p. 61-69.

³⁹ Ramón Villares Paz, “El consumo alimenticio...”, cit., p. 69.

En un informe del Diputado General del Reino de Galicia D. Antonio Jacinto Sotelo de Novoa, hecho en el año 1798, se hace referencia a la dieta cotidiana de los labradores gallegos, que se alimentan “de vatatas o castañas unas veces, y otras de puches de arina de maiz echas con agua, y las menos de un cuenco de estas con leche”. Se confirma también la generalización del caldo de nabizas y patatas, como alimento básico del que echan mano los labradores gallegos gran parte del año: “Abunda la castaña pero no alcanza ha llenar la falta de trigo, y se recurrió al fomento de la batata de que con el auxilio de los navos y naviza que estos producen, hacen su alimento todos los labradores mas de la tercera parte del año, engrasando la batata con una corta porción de leche”⁴⁰

Por lo que respecta al consumo de carne y pescado, éste era muy exiguo, y en muchos casos la carne que aportaba el cerdo familiar, constituía uno de los únicos aportes de proteínas y grasas a la alimentación popular⁴¹. Muchos inventarios *post mortem* muestran como en las casas campesinas a parte de los cereales, solamente aparecen productos cárnicos procedentes del cerdo, aunque en áreas ganaderas se encuentren algunas provisiones de cecina de vaca⁴². Si bien la carne de vacuno, carnero, pollo, gallina, capón, etc. era un alimento muy apreciado en la época, su consumo diario estaba restringido a los sectores más pudientes del mundo rural (hidalgos, curas párrocos, ricos campesinos), pues el campesinado solía reservarla para días especiales, de fiesta, o para la venta y el pago de rentas, tal y como hace referencia el Padre Feijoo, en su *Teatro Crítico Universal*:

“El uso de la carne es rarísimo. El labrador gallego ceba reses de carne privilegiada, y nuevo tántalo, está condenado a abstenerse de este regalo. Sólo una vez al año, el día de la fiesta del patrón de la aldea, o en cualquier otra solemnidad de esta importancia, figura en su plato alguna sustanciosa tajada”⁴³

El vino era otro de los alimentos básicos en la época, pues por su aporte calórico constituía un complemento a la dieta popular⁴⁴. Sin embargo, fuera de

⁴⁰ AHPL, Ayunt./Ac. Cap., Lib. 123.

⁴¹ Sobre la popularidad de la carne de cerdo entre las clases populares del campesinado europeo: Massimo Montanari, *El hambre y la abundancia*, Barcelona, Crítica, 1993. Raffella Sarti, *Vida en familia...*, cit, p. 219.

⁴² En el interior lucense alrededor del 5-10 % de los inventarios registran provisiones de cecina de vaca. Hortensio Sobrado Correa, “Aproximación al consumo alimentario...”, cit, p. 94.

⁴³ Benito J. Feijoo, *Teatro Crítico...*, cit.

⁴⁴ María de los Ángeles Samper, “La alimentación cotidiana en la España del siglo XVIII”, in Manuel-Reyes García Hurtado (ed.), *La vida cotidiana...*, cit., p. 12.

las zonas productoras, no todos los campesinos gallegos se podían permitir el consumo de vino a diario, reservándolo para ferias y fiestas⁴⁵. Para las economías campesinas el vino resultaba caro, lo que explicaría su escasa presencia en los inventarios *post-mortem* del mundo rural, salvo en casas con cierto nivel adquisitivo o en las de curas párrocos e hidalgos. La pobreza y monotonía de la dieta diaria del campesinado sólo se rompía en los días señalados de fiesta y celebración de acontecimientos destacados de la vida (banquetes de boda, pitanzas de los funerales, etc.), en los que normalmente se consumía una mayor cantidad y calidad de productos.

Con todo, parece ser que en el transcurso de la Edad Moderna, con la introducción y expansión de nuevas plantas de origen americano como el maíz y la patata, los campesinos gallegos experimentaron cierta mejora en su alimentación. Si en la Galicia occidental la generalización del cultivo del maíz a partir de la crisis de 1628-32, optimizó sensiblemente tanto la alimentación humana como la animal, contribuyendo al despegue demográfico de la Galicia litoral⁴⁶; será tras la crisis de 1768-69, cuando el hambre aprieta más, cuándo los campesinos superan la inicial repulsión hacia el consumo de la patata y ésta se convierte en la verdadera protagonista de las transformaciones agrarias de la Galicia interior. La introducción y expansión de este tubérculo de gran productividad a lo largo de la segunda mitad del XVIII y primeras décadas del XIX supone un desahogo para el campesinado de las tierras altas y centeneras menos favorecidas de Galicia. Su progresiva incorporación a la alimentación campesina, junto con su contribución a la estabulación del ganado, principalmente porcino, mejora ostensiblemente las condiciones de vida de los campesinos en las últimas décadas del Setecientos, convirtiéndose en uno de los principales factores responsables del espectacular crecimiento demográfico experimentado en el último cuarto del siglo XVIII y primeras décadas del XIX en la Galicia interior.

Los datos de casi un millar de recuentos de bienes de las Tierras de Lugo (gráfico 2) muestran cómo el porcentaje de casas campesinas con existencias de productos cárnicos derivados del cerdo (untos y tocinos) se ve incrementado

⁴⁵ Xavier Castro, *A lume manso. estudos sobre historia social da alimentación en Galicia*, Vigo, Galaxia, 1998. Del mismo autor: "Historia da dieta popular na sociedade galega: o viño como nutriente e axente terapéutico", in Xosé Antón Fidalgo Santamarina et alii (eds.), *Alimentación e Cultura*, Vigo, Universidade-Concello de Celanova 1993, p. 57-63. Pegerto Saavedra, *La vida cotidiana...*, cit, p. 144.

⁴⁶ José Manuel Pérez García, "Aproximación al estudio de la penetración del maíz en Galicia", in Antonio Eiras Roel et alii, *La Historia social de Galicia en sus fuentes de Protocolos*, Santiago, 1981.

de forma significativa a lo largo del siglo XVIII y primera mitad del XIX. Además, tal y como refleja el gráfico 3, la evolución del peso medio de untos y tocinos, evidencia un ligero incremento del tamaño y peso por animal, lo que, sin duda, supone una mejor alimentación de la cabaña porcina. La introducción de la patata, junto con el creciente cultivo de plantas forrajeras como el nabo, parece tener un gran protagonismo en la estabulación y mejora de la ceba de cerdos, y explicaría ese ligero incremento en el peso de sus derivados cárnicos, lo que, sin duda, se traduciría en una mayor disponibilidad de alimento para los campesinos del interior gallego.

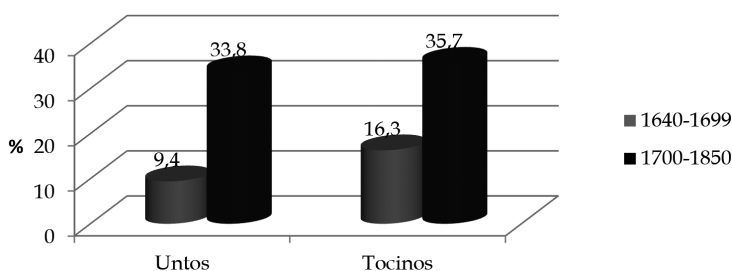


Gráfico 2 – Porcentaje de casas con existencias de productos derivados del cerdo, según los inventarios post-mortem del interior lucense (1640-1850).

Fuente: AHPL, Protocolos, Legs. 154-156, 164-168, 176-179, 196, 206, 230-233, 290, 349-350, 361-367, 373, 381, 385, 383-389, 404-407, 424-426, 429, 440-441, 474-476, 484, 491-494, 501-513, 521-522, 543-553, 593-597, 601-603, 618-619, 623-627, 675, 688-693, 704-709, 716, 717, 757-759, 768-796, 774, 798, 802-808, 828-831, 944-946.

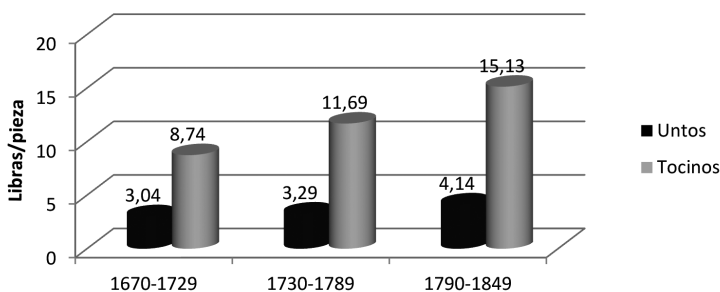


Gráfico 3 – Evolución del peso medio de untos y tocinos en el interior lucense según los inventarios post-mortem (1670-1850)

Fuente: AHPL, Protocolos, Legs. 290, 349-350, 361-367, 373, 381, 385, 383-389, 404-407, 424-426, 429, 440-441, 474-476, 484, 491-494, 501-513, 521-522, 543-553, 593-597, 601-603, 618-619, 623-627, 675, 688-693, 704-709, 716, 717, 757-759, 768-796, 774, 798, 802-808, 828-831, 944-946.

4.3. La indumentaria popular

En las descripciones de varios autores de la época, acerca de la miseria en que vivía la población rural gallega, aparecen claras alusiones a la precariedad de su vestido, que a juicio del Padre Feijoo se reduce a “cuatro trapos, que por sus muchas roturas, más que cubrir sus cuerpos, los descubren”. Similar opinión tiene Pedro Antonio Sánchez, para quien los campesinos gallegos acostumbraban a estar “envueltos en un tosco sayal, y a veces casi desnudos”, o Lucas Labrada, que destaca como los infelices labradores estaban “desnudos, descalzos toda la vida”⁴⁷. Aunque, éstas y otras descripciones de la época, pueden parecer un tanto exageradas, lo cierto es que la indumentaria de las gentes del campo se caracterizaba por su gran precariedad. El vestuario se limitaba a las necesidades más básicas de proteger y cubrir el cuerpo, y su simplicidad, sobriedad y escasez eran corrientes. La mayoría de los labriegos carecían de vestidos de repuesto, y sólo poseían un ejemplar de cada prenda. Debido a la escasa disponibilidad de prendas de vestir, la mayor parte de la ropa presentaba un deplorable estado de conservación, que los recuentos de bienes conceptúan como en mal estado, viejas, raídas y sucias, muchas de ellas reutilizadas⁴⁸. En el mundo rural, debido a la precariedad de medios, a menudo las ropas eran guardadas durante muchos años, aprovechándolas a pesar de su mal estado, mediante la reparación de las prendas por parte de traperos y costureros de viejo, o reutilizándolas para elaborar ropas para niños y jóvenes.

Los inventarios *post-mortem* reflejan como la indumentaria femenina acostumbraba a estar compuesta por una serie de prendas, en las que el vestido base era la saya, falda larga de estopa gruesa o de paño, sobre la cual iba el delantal o “mantelo”, de paño, generalmente negro. En la parte de arriba, las mujeres solían llevar la camisa de estopa y lienzo o estopa fina en la parte superior, en el “cos”; también se utilizaban las almillas, especie de camisola o camisa corta, que se ajusta al cuerpo, y se usaba para dormir o como prenda de busto, debajo del jubón o del vestido exterior⁴⁹. Cubriendo el busto con el

⁴⁷ Benito J. Feijoo, *Teatro Crítico...*, cit., p. 233-234. Pedro Antonio Sánchez, *La economía gallega...*, cit., p. 45-46. Lucas Labrada, *Descripción económica...*, cit.

⁴⁸ Ej.: (27-IV-1760) Invent. de Domingo Fernández, vº del concejo de Navia (Lugo): “*un vestido viejo de cada día...*” AHPL, Protocolos, Leg. 1476/3. Similitudes con el caso portugués del Bajo Minho: Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, 2 vols., Tese de doutoramento, Braga, Universidade de Minho, 2000, p. 223. Olanda Barbosa Vilaça, *Cultura material...*, cit., p. 351.

⁴⁹ Miguel Herrero García, “Estudios de indumentaria española de la época de los Austrias”, *Hispania*, 3, 1953, (p. 185-213), p. 199.

“corpo” o “corpus”, corpiño o jubón sin mangas, que tapaba desde el cuello o los hombros hasta la cintura. En la cabeza se acostumbraba a utilizar un paño.

Por otra parte, la indumentaria masculina se componía de calzones de lienzo, palmilla o paño, posiblemente cortos, por debajo de la rodilla y con botones laterales, de colores pardo, verde o “aceitunado”, así como polainas, camisa de estopa y casaca de burriel o paño, montera y sombrero. En los pies, zapatos, o más corrientemente zuecos⁵⁰. Como prenda de abrigo utilizaban capotes de lana, y para resguardarse de la lluvia, en muchas comarcas gallegas los campesinos empleaban la *coroza*, especie de capa impermeable hecha de paja entretejida o de junco. En los inventarios también aparecen chalecos, chaquetas, capas, y otras prendas como las chupas, especie de chaleco con mangas y pequeñas faldillas. En el recuento de bienes de Antonio Asenxo, vecino del concejo de Navia de Suarna (Lugo), elaborado en Junio de 1766, entre las prendas de vestir inventariadas aparecen:

“Una chupa de paño de medio uso, dos calzones de camuza, otros de paño viejo, un jubón de serga a medio uso, unas polainas de paño casi nuevas, una montera nueva, un sombrero viejo color blanco, una almilla nueva, dos camisas de lienzo nuevas, unos calzoncillos de lienzo a medio uso, zapatos de medio uso con sus hebillas, unas medias de lana a medio uso”⁵¹.

La mayoría de las prendas que vestía el campesinado gallego respondían al autoconsumo familiar, siendo elaboradas con tejidos locales, fundamentalmente con estopa, lienzo y burriel (mezcla de lino y lana), de los que suelen aparecer existencias en las casas rurales. Normalmente, se elaboraban de burriel las prendas exteriores, tales como casacas, calzones, polainas y vestidos, mientras que las interiores (calzoncillos, camisas, corpus y corsés, etc.) solían ser de estopa y lienzo. La lana gallega era de menor calidad que la castellana, y debido a su carácter un tanto burdo, solía utilizarse fundamentalmente en la elaboración de burriel y picote, un tejido áspero y basto cuya urdimbre era de lino y la trama de lana, con el que solían confeccionarse las prendas de ropa de los campesinos, de lo cual da testimonio en 1798 el Intendente de Galicia, D. Miguel Bañuelos: “Su lana es la más inferior de España, y la emplean mezclándola con estopa por mitad para la fabrica de la tela que llaman picote,

⁵⁰ Ramón Villares Paz, *Los inventarios post mortem como fuente para el estudio de la Historia Rural y la economía agraria*. Comarca de Santiago, 1675-1715, Santiago, 1973 (Tesina inédita), p. 77-78.

⁵¹ AHPL, Protocolos, Leg. 1476/6, fol. 20.

y sin mezclar para la que denominan lera, de las cuales se visten en primavera y verano los labradores en las provincias en que las hay, pues no sucede en todas, y hacen las mugeres sus sayas o faldas en todos tiempos”. Mientras que los vestidos ordinarios acostumbraban a ser elaborados con tejidos locales de lino o lana, para la confección de los trajes de fiesta, aquellos campesinos que se lo podían permitir, empleaban tejidos importados de Castilla⁵².

La gran sencillez y pobreza que caracterizaba el vestido de los sectores populares de la sociedad rural gallega contrastaba con la riqueza y vistosidad de la indumentaria de los grupos privilegiados. Élités sociales como la hidalguía dispensaban gran atención y cuidado a los signos externos de ostentación y lujo de cara al resto de la sociedad; pues, mediante los signos externos de la vestimenta conservaban y reafirmaban su prestigio social⁵³.

5. Y sin embargo..., también hay tiempo para la diversión y la sociabilidad

A pesar de una existencia de sacrificios y sumisión a sus señores, los campesinos gallegos no renunciaban a sus momentos de diversión y fiesta. Por aquel entonces las festividades contribuían a organizar el ritmo de la vida de los campesinos, por cuanto creaban necesarios intermedios en las tareas en el campo. En el calendario festivo y del ciclo litúrgico anual existían una serie de pausas en el trabajo, que en numerosas ocasiones antecedían a intensos períodos de preparación de la tierra, de plantío o bien de cosecha. Pero además, en la época había una clara interrelación entre relaciones sociales, fiestas y trabajo, apareciendo a menudo entremezclados⁵⁴.

En la Galicia del Antiguo Régimen pervivía una sociabilidad campesina multiforme, que se manifestaba en muy diversos espacios y momentos de la vida cotidiana del mundo rural⁵⁵. Los campesinos gallegos supieron mantener inalteradas las peculiaridades de su vida festiva y cultural, muchas de ellas cargadas de un acentuado carácter lúdico y profano, al margen del discurso religioso, o de las imposiciones de las autoridades civiles.

Desde tiempo inmemorial, las iglesias rurales constituían uno de los lugares en los que tenía más amplio asiento la sociabilidad campesina. En la misa

⁵² AHPL, Ayunt./Ac. Cap., Lib. 123.

⁵³ Hortensio Sobrado Correa, “El reino de las apariencias: el consumo conspicuo de la hidalguía gallega en la Edad Moderna”, *Noroeste. Revista de História*, 2007, 3, (p. 455-484), p.473.

⁵⁴ Edward Palmer Thompson, *Costumbres en común...*, cit., p. 402.

⁵⁵ Jean Pierre Gutton, *La sociabilité villageoise dans l’Ancienne France*, Lyon, Hachette, 1979, p. 221 y ss.

dominical los vecinos se veían, charlaban, se transmitían chismes y noticias. Además, mozos y mozas intercambiaban miradas e iniciaban cortejos. Las iglesias también servían como lugar de reunión, para ir a trabajar, para juntarse en las procesiones y rogativas, para ir a apagar un incendio o para cualquier acontecimiento diario o singular que debiese ser conocido por la comunidad. En fechas tan señaladas como la fiesta del patrón, o en velatorios y vigiliats, los feligreses podían permanecer en la iglesia toda la noche comiendo, bebiendo, cantando y danzando. Alrededor de los cementerios y los atrios parroquiales, también se tejía cierta sociabilidad popular, se celebraban operaciones comerciales, juegos y otras actividades de carácter cotidiano.

En el día a día, la sociabilidad segregada de hombres y mujeres se articulaba en torno al vino y al agua respectivamente. Tabernas, mesones y bodegones, eran espacios multifuncionales de sociabilidad campesina, fundamentalmente masculina, en los que se bebía, se comía y se fumaba, pero también constituían punto de encuentro, de reunión y de discusión. Centro de intercambio y transmisión de rumores y noticias. Espacio lúdico de diversión (se jugaba a los naipes, se cantaba, se bailaba, etc.), e incluso centro de difusión de las tradiciones populares (cuentos, coplas populares, leyendas, etc.)⁵⁶. Entre los espacios de sociabilidad femeninos destacaban fuentes, lavaderos, tendederos, enjugaderos, etc. En ellos se habla de “*cosas de mujeres*”, se transmiten rumores y noticias, y se recuerdan los usos y costumbres rurales, cantando, relatando cuentos y leyendas, manteniendo vivo el folklore popular. Son los tradicionales “faladoiros”⁵⁷.

Las celebraciones de bodas y bautizos constituían otro momento en el que la sociabilidad campesina se manifestaba de forma vigorosa. En ellas se consumían abundantes viandas y corría el vino, en medio de una auténtica fiesta popular amenizada por cantos y danzas, así como por otras manifestaciones culturales, tales como las coplas, los *brindis* o *loias*, o los tradicionales bailes “de regueifa”⁵⁸. Los banquetes fúnebres y velatorios constituyen otro ejemplo paradigmático de supervivencia de una práctica de la sociabilidad popular

⁵⁶ Jorge Uría, “La taberna: un espacio multifuncional de sociabilidad popular en la Restauración española”, in *Hispania*, LXIII/2, nº 224, 2003. Juan Madariaga Orbea, “Los lugares de la sociabilidad en el Euskal Herria, siglos XVIII y XIX”, in *Vasconia*, 33, 2003, p. 333-370. Pegerto Saavedra, “Ocio y vida cotidiana...”, cit., p. 111-137.

⁵⁷ Hortensio Sobrado Correa, “Sociabilidad campesina en la Galicia del Antiguo Régimen”, in Maria Marta Lobo de Araújo et alii (coords.), *Sociabilidades...*, cit., p. 159-174.

⁵⁸ Hortensio Sobrado Correa; Pilar Sobrado Correa, “*Casamento duns festa de todos*. Ritos e cerimoniais das vodas na Galicia dos nosos devanceiros, SS. XVI-XIX”, *Grial*, 148, vol. XXXVIII, 2000, (p. 647-673), p. 657.

reiteradamente prohibida en sínodos y visitas⁵⁹. También experimentaron una gran vitalización en el XVIII las veladas nocturnas de trabajo. En *fiadeiros*, *muiñadas*, *esfolladas* y demás *seranes*, mezcla de jornadas laborales y festivas, mozos y mozas amenizaban el trabajo con música, cantos, bailes y demás actividades lúdicas, ayudando a pasar las noches de invierno, al tiempo que fortalecían y cohesionaban los lazos de unión comunitarios.

La comensalidad, la mesa compartida y la olla común, constituyen uno de los elementos de sociabilidad y convivencia más eficaces y universales⁶⁰, y en las pitanzas de cofradías tenía un amplio asiento, como elemento de confraternización entre los cofrades⁶¹. Con ocasión del festejo de su patrón, éstos acostumbraban a organizar comidas copiosas y demás regocijos para solemnizar las misas y procesiones (danzas, música de gaitas y tambores, máscaras, comedias, arcabuces o fuegos de artificio, etc.).

Las Romerías, en las que se combinaban devoción y fiesta, así como las ferias y mercados, constituían otros ricos espacios de sociabilidad campesina⁶². En ellas tenían cabida los encuentros de la juventud, las comidas, la bebida, la música y el baile, y otras actividades complementarias a la central de la compraventa de ganado y productos agrarios⁶³. Incluso sirvieron de mercado matrimonial entre los padres que establecían los contratos entre los futuros contrayentes.

Conclusiones

En definitiva, a través de estas páginas hemos comprobado de forma muy sintética cómo en el transcurso de la Edad Moderna la vida cotidiana de los campesinos gallegos transcurría entre duros trabajos en los campos y grandes privaciones para poder subsistir, en la mayoría de los casos, con unas

⁵⁹ Xavier Castro Pérez, “Vida cotián e mentalidades na Historia da alimentación: banquetes fúnebres, ánimas e velorios”, in *VI Xornadas de Historia de Galicia. Mentalidades colectivas e ideoloxías*, Ourense, Diputación, 1991, p. 245-257.

⁶⁰ V.V.A.A., *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges*, Rouen, Université, 1992.

⁶¹ María Ángeles Novoa Gómez, “Fiesta mayor de una cofradía entre 1558 y 1665: la comida de la cofradía del Rosario de Santiago”, in Miguel Romani Martínez et alii (eds.), *Homenaje a José García Oro*, Santiago, USC, 2002, p. 321-249.

⁶² Pegerto Saavedra, “La consolidación de las ferias como fiestas profanas en la Galicia de los siglos XVIII y XIX”, in Manuel Núñez Rodríguez (ed.), *El rostro y el discurso de la fiesta*, Santiago, USC, 1994, p. 279-296.

⁶³ Jean Pierre Gutton, *La sociabilité villageoise...*, cit., p. 237.

condiciones materiales de vida muy precarias. Pero, al mismo tiempo, no renunciaban a sus momentos de diversión y fiesta, siendo capaces de conservar una rica sociabilidad, en la que descansaba una cultura popular principalmente de carácter profano, que resistió las embestidas del rigorismo de la jerarquía eclesiástica.

Soltería, mujer y litigiosidad en el cotidiano de la Edad Moderna

A vueltas con las palabras de matrimonio¹

Spinsterhood, Women and Litigiousness in the daily Life of the Early Modern Period. Around the Marriage Vows

MARGARITA TORREMOCHA HERNÁNDEZ

Universidad de Valladolid

torrem@fyl.uva.es

Texto recebido em / Text submitted on: 23/01/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Tras la regulación del sacramento del Matrimonio en el Concilio de Trento, la práctica de dar palabra de casamiento pervivió en la sociedad castellana. Cuando alguno de los dos implicados se negaba a cumplirla el asunto se llevaba a los tribunales eclesiásticos y reales ordinarios. A través del relato de vida de un letrado, de una autobiografía concreta, en un ejercicio de microhistoria veremos cómo estas relaciones entre solteros, con o sin palabra, forzaron las vidas de hombres y mujeres a la hora de tomar estado.

Palavras chave:

Soltería; Mujer; Palabras de casamiento; Historia social.

Abstract:

The practice of ‘giving word of marriage’ survived in Castilian society after the regulation of the sacrament of Matrimony at the Council of Trent. Ecclesiastical and ordinary Royal Courts resolved situations in which one of the two involved refused to fulfil that promise. Through a lawyer’s autobiography, in a micro history exercise, we can see how relationships between unmarried people, forced the lifes of men and women at the time of getting married.

Keywords:

Single state; Woman; Wedding words; Social History.

¹ IP del Proyecto HAR2012-31909, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad. Proyectos de Investigación Fundamental. VI Programa Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica, 2008-2011.

R.L. Kagan definió a la sociedad castellana de la Edad Moderna como una sociedad de pleiteantes². La conflictividad general en toda colectividad tenía en este reino una tendencia a llegar hasta los tribunales, a pasar del conflicto al litigio, y a esta propensión no fueron ajenas las mujeres³.

No pretendemos realizar un análisis cuantitativo de la presencia de las mujeres en los tribunales reales (fuesen en materia civil o penal) o eclesiásticos, en esta etapa de multiplicidad de jurisdicciones privativas. Tampoco tenemos la ambición de establecer una tipología delictiva que afectase especialmente como víctima a la mujer. Nuestro objetivo es detenernos a examinar, desde la perspectiva de la microhistoria, uno de los asuntos que de forma más cotidiana llevó a las mujeres a reclamar judicialmente sus derechos⁴. Siendo lo común que estas promovieran judicialmente causas para protegerse de atropellos de esta sociedad jerárquica, el requerimiento al que atendemos es una demanda de mujeres a hombres: el cumplimiento de las promesas o palabras de matrimonio, en este caso con unas características especiales.

Para ello, hemos tomado como referente una documentación muy concreta; una fuente autobiográfica. La vida de un varón, un letrado, jurista reconocido por sus escritos⁵ y sus cargos al servicio del rey en los tribunales. *Vida y Memorias del Ldo. D. Gregorio de Tovar, cavallero natural de Valladolid, Fiscal y oidor que fue de esta Chancillería de la Audiencia de la Coruña, y del Real Consejo de Órdenes, antecesor de la casa de Cancelada, que nació en 27 de Febrero de 1547 y murió en 9 de mayo de 1636 años en esta ciudad y yace en su capilla de Sta Ana de Nuestra Señora la Antigua*⁶.

² R. L. Kagan, *Pleitos y pleiteantes en Castilla, 1500-1700*, Valladolid, 1991.

³ En esta línea, O. Rey Castelao, recientemente ha puesto de manifiesto cuáles fueron los intereses que llevaron a las mujeres gallegas a sus tribunales señoriales y reales. “Las mujeres de Galicia ante los tribunales: la defensa de lo propio”, en *Procesos con nombre de mujer. La Justicia y los tribunales en la definición de la identidad femenina en la Europa Moderna, Historia et lus. Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna*, n° 9, 2016.

⁴ Análisis cuantitativos para fechas posteriores nos ofrecen José Miguel Palop Ramos, “Delitos y Penas en la España del siglo XVIII”, *Estudis: Revista de historia moderna*, 22 (1996) p. 65-104. Pedro Ortego Gil, *Entre jueces y reos: las postrimerías del derecho penal absolutista*. Madrid, 2015.

⁵ Nieto de Gregorio López de Tovar (Antonio Rumeu de Armas, “El jurista Gregorio López, Alcalde Mayor de Guadalupe, Consejero de Indias y Editor de Las Partidas”, *Anuario de Historia del Derecho español* (1993-94) n° 63-64, p. 345-450) culminó su tarea en la edición.

⁶ Biblioteca Nacional de España, Manuscrito 19.344. Se trata de un texto sobre el que estamos preparando en la actualidad una monografía, copiado por el historiador y paleógrafo Rafael Floranes. Los números que se recogen entre paréntesis en el texto corresponden a los folios de este manuscrito, y la grafía se ha respetado.

El uso de las autobiografías o biografías como fuente para el estudio -como señaló Arnaldo Momigliano- se está instalando en el centro de la investigación histórica, y lo hace también como instrumento de la investigación social⁷. Una investigación que se puede desarrollar siguiendo el método historiográfico de Ferreroti, que considera que el relato de una vida⁸ nos permite descubrir lo cotidiano, las prácticas de vida abandonadas o ignoradas por las miradas dominantes, la historia de y desde los de abajo⁹.

En el caso de Gregorio Tovar, estamos ante un autor que cuando hace el relato de su vida quiere transmitir algunas cuestiones de su existencia, pero sobre todo de su linaje, de su limpieza de sangre, que tanto estima, de su formación, de su trabajo, de su ascenso social. De hecho, en las biografías se privilegia la dimensión pública sobre la privada. Nosotros aquí trataremos una cuestión muy accidental, fortuita, aunque no desdeñable, a la que el autor no atiende nada más que por obligación y en los límites necesarios. Ello nos permite salir de la individualidad de su autobiografía para plasmar una situación cotidiana en las vidas de hombres y mujeres, fundamentalmente en su soltería. Si en las biografías se privilegia la dimensión pública sobre la privada, como ocurre en esta, intentamos buscar en ella -en palabras de Bourdieu- el *habitus* de grupo frente el *habitus* individual. Vamos a dar protagonismo a algunas mujeres que se saltaron los usos socio-religiosos, que, por no responder al modelo establecido en principio estarían excluidas de toda biografía. Con ello, a través del discurso vital de un personaje de relevancia pública, atendemos a la realidad de sujetos de vida cotidiana¹⁰.

⁷ James Amelang, "Los dilemas de la autobiografía popular", *Trocadero* (2004) p. 9-17; "La autobiografía moderna entre la Historia y la Literatura", *Crónica Nova*, 32 (2006) p. 143-157. Laura Scarano, "El sujeto autobiográfico y su diáspora: protocolos de lectura", *Orbius Tertius*, (1997), 2 (4); Marie-Michèle, *Produire sa vie: autoformation et autobiographie*, Édilig; Montréal: Éditions Saint-Martin, 1983; Gaston Pineau and Jean-Louis Le Grand, *Les histoires de vie*, Presses Universitaires de France 1993; Gastón Pineau, "As histórias de vida como artes formadoras da existência", *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre, EDIPUCRS (2006) p. 41-59.

⁸ Por *relato de vida* (story life) entendemos la utilización del relato personal para realizar un acercamiento y valoración de su entorno social. Fortunato Mallimaci and Mónica Giménez Béliveau. "Historias de vida y método biográfico", *Estrategias de investigación cualitativa*, 2006, p. 175-212.

⁹ Franco Ferrarotti, "Las historias de vida como método", *Convergencia: Revista de ciencias sociales*, nº 44 (2007) p. 15-40.

¹⁰ Pierre Bourdieu, "La ilusión biográfica", *Historia y fuente oral*, nº 2 (1989) p. 27-33.

El objetivo del letrado, a través de este relato autobiográfico, no fue el de atender a cuestiones personales¹¹, ni mucho menos a aquéllas que de alguna manera podían dejar una mala impresión de su persona, para la que él mismo no escatima alabanzas en uno u otro momento de su autobiografía. De hecho, la propia selección de las cuestiones a relatar ya introduce un factor de subjetivismo en el texto. No obstante, algunas se vieron mezcladas con su profesión y le llegaron a condicionar sus ascensos, por lo que se vio precisado a dejar constancia de ellas; sin extenderse en su consideración, más allá de lo necesario.

Así pues, este jurista, de una familia de juristas, que relata cómo fue consiguiendo *premios* en la administración, en concreto en la de Justicia, al servicio de la monarquía hispánica, nos aporta datos de su relación con una serie de mujeres cuando él estaba libre de ataduras conyugales.

“...hallando anchurosa entrada a la deshonestidad de sus apetitos, no quieren venir al yugo del matrimonio”¹²

Poco nos hemos preocupado los historiadores por la vida en soltería, no tratando prácticamente este tema más allá de las aportaciones que se han hecho desde el punto de vista demográfico y biológico. Tampoco es generosa la literatura que al respecto podemos encontrar de los coetáneos, pues al no considerarse esta fase vital como un estado sino como una etapa de tránsito, no recibió apenas atención. Pero sin duda, el ejemplo de Gregorio Tovar, redactado por él mismo puede ser bueno. Fue un hombre que gozó de su etapa de soltería, que para él tuvo lugar no a lo largo de toda su mocedad, sino que la identifica con un periodo concreto que va desde el momento en que contó con un oficio en el servicio a la Monarquía en los tribunales, y se pudo independizar, salir de la casa de su padre, contar con una vivienda digna heredada de su tío Hernando de Tovar, y sobre todo con un trabajo como Fiscal en la Chancillería. Tal cargo había estado desempeñado antes por su progenitor, pero el Rey había tenido a bien dejarlo en sus manos y pagar a ambos, hasta que su padre muriera. Así, entre sus escasas observaciones sobre su vida personal está la manifestación de su contento por cómo supo disfrutar de este tiempo:

¹¹ No obstante, es posible aventurar muchas cuestiones personales, tanto por lo que dice como por lo que oculta. Margarita Torremocha Hernández, “Familia y paternidad, en la “historia de vida” de un letrado (s. XVI-XVII)”, Gloria Franco (Coord.), *Caleidoscopio de la vida cotidiana*, Logroño, 2016, p. 125-147.

¹² Martín González de Cellorigo, *Memorial de la politica necessaria, y vtil restauracion à la republica de España, y estados de ella, y del desempeño vniuersal de estos reynos, dirigido al rey don Philippe III...*, Valladolid, 1992.

“...y en este estado sin me casar, pasé ocho años con el gusto mayor de la tierra, sin tener hijos ni mas casa ni voluntad que sola la mía” (fol. 51).

Es pues una soltería buscada y no obligada como la que tuvieron que soportar otros varones por cuestiones económicas¹³. Él se independizó en su primer año de trabajo y contaba, además con la vivienda heredada en la calle de Santa Clara, junto al hospital vallisoletano de la Quinta Angustia.

“A ella me fuy el dicho día, la qual halle a mi propósito, y como siendo solo y por casar pudiera desearla: llebé a ella razonables aderezos y los que me eran forzosos para en tiempo de verano e invierno, á donde siempre tube dos muy hermosos cavallos, que abia pocos tan buenos en Valladolid, dos lacayos, tres pajes, y dos criadas... (fol. 51)”.

Se acomodó pues con tanto agrado a la soltería, entendida como vida de total independencia y libertad, que incluso dice en qué día accedió a ella. Nada menos que el de San Lucas de 1581; la jornada en que los escolares iniciaban el curso y comenzaban a poblar Valladolid, y sus calles, posadas, hornos, tabernas, librerías, etc. se llenaban de otros muchos mozos solteros, libres e independientes de sus padres y tutores¹⁴.

En la práctica, la soltería tenía entre los varones, en esta sociedad misógina, muchos seguidores, pero sin embargo, desde el punto de vista teórico, tuvo significativos detractores en esta época de arbitristas¹⁵. La búsqueda del aumento de población para el reino chocaba con el gusto por la soltería. Como ya analizó el arbitrista Martín González de Cellorigo (abogado de la Real Chancillería), con el que bien pudo coincidir en Valladolid Gregorio Tovar, no tomar estado no era bueno para la sociedad¹⁶. Sin embargo, este escritor no admitía que

¹³ Manuel Urí-Martín. “Crisis y arbitristismo: Quevedo y el pensamiento económico español del Siglo de Oro”, *La Perinola. Revista de Investigación Quevediana*, 2 (1998) p. 286.

¹⁴ Margarita Torremocha Hernández. *La vida estudiantil en el Antiguo Régimen*, Alianza editorial. Madrid. 1998; “Ciudades universitarias y orden público en la Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*. Anejo III. Serie de monografías. *Ingenios para el mundo: sociedad, saber y educación en la Edad Moderna*. Universidad Complutense de Madrid (2004) p. 137-162.

¹⁵ Como ha señalado J.I. Gutiérrez Nieto, existió un arbitristismo social, preocupado por la despoblación que causaba el descenso de matrimonios, que llevó a intentar corregir la tendencia de los varones por prolongar su soltería. “El pensamiento económico y social de los arbitristas”, José Larráz, *La época del mercantilismo en Castilla (1500-1700)*, Madrid, 1963, p. 88.

¹⁶ Adriano Gutiérrez Alonso and Francisco José González Prieto and Sonia Serna Serna. “Autobiografía” del arbitrista Martín González de Cellorigo”, *Boletín de la Institución Fernán González* (2008), 87, nº 237, p. 467-507.

eran los varones los que apetecían esta libertad, sino que defendían que se daba la soltería masculina porque las mujeres la fomentaban –probablemente sin saberlo- con una serie de comportamientos todos ellos reprochables. Las casadas y por tanto adúlteras, de manera especial, porque además de engañar a sus maridos hacían que los otros varones no tuvieran necesidad de casarse para satisfacer sus necesidades sexuales, pero también lo hacían mozas casaderas, que estando en esta situación no contaban con dote o tenían otros problemas para llegar al matrimonio.

En su caso el disfrute de su prolongada soltería parece estar en relación con la costumbre de tantos castellanos –a juicio de los extranjeros que hablan de ellos- que alargan todo lo que podían el momento de recibir el sacramento del matrimonio¹⁷. De hecho, aprovechando que dispone de una casa heredada, además en Valladolid, la ciudad en que siempre había vivido y en ese momento trabajaba como Fiscal de la Real Chancillería, se dedicó a gozar de los placeres de la mocedad y la soltería. Sin tener que sujetarse a nada, sin gastar más que en lo que quería, sin verse desbordado por esos desmesurados desembolsos femeninos, que los hombres temían, por la liberalidad en disipar que usaban las mujeres propias¹⁸.

Solo la muerte de su padre, y la constancia que no podía seguir negando, de que su edad le pondría ya problemas para garantizar una sucesión legítima a su linaje le hizo cambiar. No en vano su familia andaba escasa de efectivos, pues su hermano mayor había muerto dejando solo un hijo, y la pertenencia al clero del resto de los varones le constreñía a no desamparar a la familia.

“y ansi visto ya que mi Padre era muerto y que mi sobrino era solo me parecio era razon y tiempo de me casar y ansi me determiné a ello, lo qual muchos años antes havia reusado y aunque *se me havian ofrecido muchos casamientos y ricos* siempre lo reuse” (fol. 63).

En definitiva, se casó ya con 41 años, y esta tardanza le pesó posteriormente por ser viejo con hijos pequeños. No obstante, su prolongada vida le permitió verlos acomodados y con descendencia a unos e, incluso, morir a otros¹⁹. Pero, en general, en la tendencia misógina de la sociedad patriarcal de la época, el matrimonio era un mal menor (“pero no hay casa sin ese mal” decía el refrán),

¹⁷ M. Torremocha, *La Mujer Imaginada. Visión literaria de la mujer castellana en el barroco*. Editorial abecedario. Badajoz. 2010.

¹⁸ María Antonia Bel Bravo, *Mujer y cambio social en la Edad Moderna*. Madrid, 2009, p. 111 y ss.

¹⁹ Margarita Torremocha Hernández. “Familia y paternidad, ...”, cit.

eso sí, para toda la vida, por ello si se asumía tarde sería más llevadero. La elección de la mujer adecuada era una materia difícil, aunque no fue esa cuestión que a él le preocupara aparentemente, pues conocía muy bien lo que buscaba en una mujer. Sus preferencias no estaban en lo físico, ni en lo espiritual, ni siquiera en materia de modales y comportamientos. Buscaba una mujer de sangre limpia que no obstaculizase sus progresos y los de sus hijos.

De ahí, que en su larga soltería, etapa previa al matrimonio, no exista un periodo de noviazgo. Es esta otra acepción que no cuenta con un análisis historiográfico, probablemente porque es un concepto de la etapa contemporánea, al que intentamos dotar de contenido en la Edad Moderna²⁰. En su caso, Gregorio conoce a la mujer con la que va a compartir el resto de su vida el mismo día de los esponsales. No obstante, esa etapa previa al casamiento no es una fase de celibato.

“...sin me pedir palabra antes que conmigo se rebajase...”

Como tantos hombres, antes, en su disfrutada soltería, no vio razón para renunciar a su trato con las señoras. El varón, a diferencia de la mujer, si no había contraído matrimonio contaba con mucha permisividad en sus actuaciones, pues no siendo casado sus hechos en materia sexual no atraían la condena social, como lo hacían con las féminas. La visión que sobre esta materia tenía la sociedad del Siglo de Oro, incluso el peso de la ideología eclesiástica –analizada a través de manuales de confesores y tratados de teología– en las mentalidades colectivas era mucho más relajada en lo que tocaba a los códigos de honor y a la correcta moral sexual²¹. No obstante, aunque esto fuera así, no considera necesario hacer mención explícita de esta parte de su vida cuando escribe su autobiografía, teniendo en cuenta que lo hace siempre con un cuidado orden cronológico. Pero tal relación no se recoge en su historia de vida cuando por

²⁰ Entre las pocas aportaciones así concebidas, Marta Ruiz Sastre and Alonso M. Macías Domínguez, “Cuando el amor desaparece. Ruptura de noviazgo y separación matrimonial en el Antiguo Régimen. El caso del arzobispo de Sevilla”, Eliseo Serrano (Coord), *I Encuentro de Jóvenes investigadores en Historia Moderna*, Zaragoza, 2013. Y para un periodo posterior: Manuel Hernández González, “Mujer y noviazgo en Canarias durante el siglo XVIII”, *Tebeto, Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura*, (1996) nº 9, p. 11-24 o M^a Molina Gómez, “Juventud y sexualidad: actitudes y conflictos entre” mozos” y” doncellas” en el marco social y familiar. Algunos ejemplos del siglo XVIII en el suroeste de Albacete”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* (2008).

²¹ En teoría, leyendo por ejemplo a Farfán en su obra *Tres libros contra el pecado de la simple fornicación*, (1585) también el varón estaba obligado a cuidar su sexualidad durante la soltería.

tiempo le corresponde, sino cuando le obligan sus problemas en su vida laboral y personal.

El asunto de “faldas” le llegó en 1582 –cuando él todavía soltero ya tenía 35 años- por una enemistad entre varones, no por cuestiones particulares sino de origen profesional. La causa por la que se destapa su conducta

“...fue que vino á aquella audiencia por Presidente de ella el Dn. Francisco Hernandez de Lievana²²: el qual abia sido en sus principios fiscal de Valladolid juntamente con mi Padre, y sucedió que no se llebando bien, hubo entre ellos algunas diferencias” (fol. 51 v.).

El letrado que entonces llegaba como Presidente a la Chancillería antes había sido en ella fiscal, pero dejó su cargo para pasar a ser también fiscal en el Consejo de Indias. Entonces, el padre de Gregorio, llamado Tomás, a su vez pasó de ser fiscal en la sala de lo criminal a la sala de lo civil, y allí tuvo que seguir una causa de hidalguía, y mandar diligencieros a un pueblo de Salamanca, donde tomaron declaración como testigo al anciano padre de su antiguo compañero.

“...y en las preguntas xenerales respondiendo a ellas, dijo ser pechero, y de casta y generación de pecheros. Visto esto por su hijo, entendio haverse hecho esto con malicia de mi Padre, y juntando esta causa de agrabio suyo con otras que él decía tenia de mi Padre, siempre le fue enemigo; y ya que no se pudo vengar de el, buscó en qué me hacer á mi daño...” (fol. 51 vº).

Verse descubierto en unos orígenes que él negaba, fue un agravio para Hernández de Liébana, que además estaba seguro que hasta allí no se había llegado por la casualidad, sino por el afán de perjudicarlo. Por eso, no dudó en proceder con la misma malicia, para devolver el ataque, ya no a Tomás Tovar, que estaba “jubilado”, sino a su hijo. Su punto débil estaba en esa vida de soltería, que le había llevado a vivir diferentes relaciones censurables, social y -podía ser- que jurídicamente.

²² Manuel Rivero Rodríguez, “El dilema de los letrados, servir al Rey y a la fe: Francisco Hernández de Liébana”, *Librosdelacorte.es*, Monográfico 1, (2014) ISSN 1989-6425. En este artículo se le califica de cristiano viejo, estudiante de Salamanca, y colegial en el Mayor de Cuenca de esta misma Universidad. También se dice de él “afable y de buen carácter”, aunque en nada de esto esté de acuerdo Tovar. Su nombramiento para la Chancillería de Valladolid fue en 1556. Entonces fue cuando coincidió con su padre, después de muerto Niño, su valedor en la corte, y donde estuvo hasta 1558, en que se fue como Fiscal del Consejo de Indias.

“... buscó en qué me hacer á mi daño: y fe que supo estaba en esta ciudad de Valladolid una señora llamada D^a. Beatriz de Castro, hija de el Ldo. Villabeta Alcalde mayor que fue por S.M. en el Adelantamiento de Campos, *la qual tenia de mi queja* de que persuadiéndose ella a me dar gusto, yo me casara con ella, sin me pedir palabra antes que conmigo se rebajase” (fol. 51 v^o-52).

En definitiva, encontró una mujer que tuviese asuntos pendientes con él. Que reclamase judicialmente matrimonio al fiscal de la Chancillería. Ella, que no se puede decir que hubiera actuado engañada, no había sido previsora, ni procedido del modo convencional, y no le había exigido previamente palabra de casamiento²³. La palabra, hacía contrato y el contrato obligaba a ser cumplido bajo pena de pecado mortal. Como señalaban los tratadistas, de existir promesa “por ambas partes”, palabras de futuro mutuas o esponsales, él quedaba obligado. Si solo uno había dado las palabras, y el otro no, aunque se supone que había aceptado, el pecado era venial, y las consecuencias otras²⁴.

Como falta esta palabra, la mujer, ni por su cuenta, ni ayudada por los varones de su familia, actúa para mover los resortes que le podía proporcionar el amparo institucional de la justicia, aunque el propio Gregorio reconoce que había quedado malparada (“la qual tenia de mi queja”). A buen seguro, que la valoración de las escasas posibilidades de conseguir una reparación ante la justicia, lo que al mismo tiempo daría una publicidad no querida al asunto, les llevó a renunciar a cualquier tipo de actuación y con ello a cualquier satisfacción. Sin embargo, no estaría muy oculta, sí pudo saber de esta relación un recién llegado a la villa, aunque con conocidos en ella.

Pero, ¿quién era Beatriz de Castro? Como era propio en este jurista y en esta sociedad, a pesar de ser una mujer con la que no quería tener más que una relación sin ataduras, pero continuada, buscó galanura y calidad. En cuanto a la belleza, él mismo la define como afortunada “...siendo en gran extremo hermosa y gentil...” (fol. 56). En lo que atañe a su condición social, tampoco era poca, “...por que era muger principal y honrrada...”, tanto era así que aunque él dice no haberlo conocido en su momento, eran familia, “...y que ella era mi pariente en el quarto grado, lo que hasta aquéllos días siempre yo

²³ Francisco Javier Lorenzo Pinar. *Amores inciertos, amores frustrados, (conflictividad y transgresiones matrimoniales en Zamora en el siglo XVII)*, Zamora, 1999; “Conflictividad social en torno a la formación del matrimonio (Zamora y Toro en el siglo XVI)”, *Studia Historica: Historia Moderna* (2009) 13.1.

²⁴ Pedro de Ledesma, *Adicciones a la primera parte de la Summa, en la cual se cifra y suma todo lo que toca y pertenece a los sacramentos, con todos los casos y dudas morales resueltas y determinadas. Tratado del Sacramento del Matrimonio*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1617 (1^o ed. 1598).

abia ignorado” (fol. 52v^o). Así pues, una mujer con la que estaba emparentado, incluso debía haber pedido dispensa matrimonial de haber querido contraer matrimonio con ella.

Admite asimismo, que la igualdad social en la que se movían podía haber sido el detonante que a Beatriz le hubiera hecho creer que, aun sin palabras de casamiento, acabaría Gregorio por casarse²⁵, pues “...decía ella que siendo como decía *era tan buena como yo*, que por el daño hecho me había de casar con ella” (fol. 56). La mujer no cedió por engaño, sino segura de sus posibilidades, pero en definitiva, sí que se puede decir, siguiendo la terminología de M.L. Candau, que sus amores fueron “torpes”²⁶.

No sabemos cómo el Presidente de la Chancillería tuvo conocimiento de este trato con mujer soltera. Quizás porque era más público de lo deseado. Pero no perdió el tiempo y ofreció a esta su apoyo para llevar una denuncia adelante. Faltaba el juramento porque no hubo palabra que como tal promesa hecha hubiera tenido el valor de contrato, similar al propio matrimonio (aunque no al sacramento)²⁷. No obstante, en ausencia de compromiso verbal estaba la “evidencia” del trato carnal²⁸. No hubo palabra de matrimonio pero este –elemento fundamental– se consumó por cópula carnal. Sin embargo, la familia de la joven, familia también de Gregorio, debió considerar que carecía de razones y argumentos legales o pruebas y por ello no llevó el asunto a los tribunales. Cuando tienen certeza de que cuentan con el interés y el apoyo del Presidente y que su querella puede ir adelante es cuando actúan²⁹.

²⁵ Antonia Fernández Valencia, “Deseo y honra de las mujeres en la España Moderna. Ficción y reclamaciones del amor burlado”, De la Pascua, M.J. *et al.* (eds.), *Mujer y deseo: representaciones y prácticas de vida*, Cádiz, 2004, p. 485-499; F.J. Lorenzo Pinar, “Actitudes violentas en torno a la formación y disolución del matrimonio en Castilla durante la Edad Moderna”, en Fortea, J.I. *et al.* (eds.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Cantabria, 2002, p.159-182; Margarita Ortega López, “Protestas de las mujeres castellanas contra el orden patriarcal privado durante el siglo XVIII”, *Cuadernos de Historia Moderna* (1997) 19, p. 65-90.

²⁶ M. Luisa Candau. “El matrimonio presunto, los amores torpes y el incumplimiento de la palabra: Archidiócesis de Sevilla, siglos XVII y XVIII”, *Padres e hijos en España y el mundo hispánico: siglos XVI y XVIII*. Visor, 2008.

²⁷ Bartolomé Bennassar recoge la idea del matrimonio como contrato en todos los grupos sociales, basándose en el estudio de los matrimonios celebrados en la localidad de Villanueva, cercana a la capital vallisoletana. *Los españoles. Actitudes y mentalidad*. Barcelona, 1976.

²⁸ Isidro Dubert. “Los comportamientos sexuales premaritales en la sociedad gallega del Antiguo Régimen”, *Studia Historica: Historia Moderna* (2009) 9.

²⁹ Juan García González, “El incumplimiento de las promesas de matrimonio en la Historia del Derecho Español”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, 23 (1953) p. 611-642.

“...y como el Presidente supo esto, la enbió a llamar á su casa, y benida la persuadió á que se querellase de mi al Rey, y que pidiese se le cometiese á él la información, y que él la haría de manera que me obligase, aunque no la hubiese dado palabra de casamiento, a que yo me casase con ella. Visto por ella este ofrecimiento y el ser hecho por persona tal, le acetó y hizo como se le havia dicho; y luego se fue â Madrid, y se quejó de mi en el Consejo, y trujo cedula Real cometida a este Presidente, para que hiciese la información...” (fol. 52).

Gregorio al ser un varón soltero aunque como es lógico no hubiera mencionado este episodio en su autobiografía si no hubiera sido expuesto por la querella, no ve necesidad en hacer ocultamiento de unos actos que a él no le deshonran, que podrían incluso caer dentro del ámbito de la práctica del galanteo, que tanto frecuentan los varones en su soltería y que algunos no abandonan en su vida de casados³⁰. De hecho, la relación, sin ser amancebamiento tuvo carácter permanente. No era notoria, pero no se disimuló a los ojos de los vecinos. Esto permitió contar con una serie de testigos indirectos que confirmaron que la mujer no era mujer pública, que sólo le recibía a él:

“...y los que halló, y mas decían, era que sabia abia parido, y que creían y tenían por cierto era de mi; por que era muger principal y honrrada, y que ninguno abian sentido entrar en su casa sino yo, y que era publico trataba yo con ella” (fol. 52 y vº).

Es fácil pensar que ante esto, tanto ella como sus parientes y vecinos, pensaban que el final sería el matrimonio de ambos. Si ella tomaba estado no quedaba deshonrada. Si lo haría si él públicamente se negase a contraer nupcias o lo hacía con otra.

Tenía él un testigo especial, que consideraba que era de suficiente peso para cubrir su actuación:

“...fue de su malicia y de mi ignocencia buen testigo Dn. Alonso de Mendoza Abad de Valladolid, el qual no una sino muchas veces la oyó decir, que nunca yo la abia dado palabra de casamiento ni ella jamás me la pidió, sino que decía ella que siendo como decía era tan buena como yo, que por el daño hecho me havia de casar con ella” (fol. 56).

³⁰ Margarita Torremocha. “El galanteo. Una práctica amorosa española vista desde Europa (siglo XVII)”, *Historia y género: imágenes y vivencias de mujeres en España y América (siglos XI-XVIII)*, Málaga, 2007.

Pero además, admitiendo ambos que no había mediado palabra de casamiento aún quedaba pendiente la probanza de este delito. No era fácil de hacer, como no los son los delitos que englobamos contra la moral sexual, fundamentalmente el adulterio, pero también todos los demás³¹. La prueba legal tiene que dejar paso en la mayor parte de los procesos a la prueba de indicios, muy al contrario de lo que se recomendaba en las *Partidas*, que tan bien conocía el autor. La verdadera prueba era ser pillado *in fraganti*, pero el letrado que había sido cuidadoso en no dar palabra de casamiento también lo fue en este detalle.

“...era publico trataba yo con ella. Pero no hubo jamas testigo de nos ver juntos en la cama ni en otra parte sospechosa” (fol. 52 v).

El trato era innegable, y en el tiempo de sus relaciones, como hombre de letras había mandado incluso algunas epístolas a la mujer, y esta las conservaba, pues pudo aportar nada menos que medio centenar, en las que tampoco se prometía nada para el futuro.

“Presentó tambien casi cinquenta cartas mias, y en ninguna de ellas hubo ni se alló palabra que me dañase” (fol. 52 v).

Ella era soltera, estaba pues en un estado transitorio³². Pero siempre creyó que finalmente podía casarse con el fiscal Gregorio Tovar, porque la relación era conocida y porque, como mujer, no perdía la honra por ello, siendo además un asunto privado. Si lo haría no solo cuando se le diera publicidad, sino cuando el varón dejase claro que no pensaba casarse con ella. Pero él no se movía en el escenario de los afectos, ni de las preocupaciones femeninas, que atañen a la mujer, que por su comportamiento queda deshonrada y en los márgenes de la sociedad.

Él, libre de ataduras matrimoniales, y no pensó que guardadas estas precauciones jurídicas tuviera nada de qué inquietarse, hasta que otro jurista enemigo facilitó el camino a la denuncia de la mujer. Pero la autoridad del Presidente de tan alto tribunal era suficiente para amedrentarse e intentar solventar el asunto antes de que para él fuese peor. Usó sus contactos e influencias e intentó evitar un juicio.

³¹ María José Collantes de Terán, “El delito de adulterio en el derecho general de Castilla”, *Anuario de Historia de Derecho Español*, nº 66 (1996) p. 201-228.

³² Francisco Chacón Jiménez and Juan Hernández Franco, *Espacios sociales, universos familiares. La familia en la historiografía española*, Murcia, 2007, p. 202.

“...lo qual luego que lo entendí, me fuy y partí para Madrid, y antes que allá llegase, supe como el Presidente de el Consejo Real Pazos, estava en el Escorial por ser tiempo de la Semana Santa; fuyme allá; el qual me acogió muy bien, y traté con él de a lo que yba y del agrabio que el Presidente de Valladolid me hacia” (fol. 52 vº y 53).

Su entrevista con el Presidente del Consejo fue muy tranquilizadora. Su opinión fue de hombre más que de jurista. Gregorio no se vio precisado a negarle nada, porque siempre se sintió seguro y respaldado por no haber dado palabra, y por su parte Beatriz así lo admitió en todo momento

“... y confesándole la pura verdad de lo que entre aquella señora y yo havia pasado por sus puntos y tretas, me respondió estas palabras (heme olgado de oyr a vmd, y no tenga pena, que pues no hubo palabra de casamiento, y me dice que ella ansi lo dice y confiesa, todo lo demas fue de buena voya; y *no es bien crean las mugeres que en ser ruines les aguarda luego buen marido*; yo le aseguro de todo daño: Pero será bien darla algo con que sea ayudada y decirla- Vade in pace con esto” (fol. 52 vº y 53).

Como hombres resolvieron el asunto, pues solo las mujeres eran ruines, y entendían ellos que en la pérdida de su honra influía su deseo de conseguir un determinado y ansiado matrimonio. En consecuencia, la indigna perjudicada, había quedado embarazada y sin marido. Su gestación era un rumor (con el peso que la voz pública tenía en esta sociedad), y para no darle más pábulo ella dejó su casa; “...se havia recogido a un monasterio, queriéndose quedar en él por monja aunque por entonces se estaba en su traje y havito seglar y de dama” (fol. 52). Buscó un convento pues el único recurso para su situación era la reclusión, como para tantas otras mujeres, aunque no para consagrarse, sino como resguardo ante una situación que socialmente le perjudicaba mucho. Parece pues que no pretende profesar. No estaba en condición de novicia ni de religiosa. Está recluida, como tantas y tantas mujeres que tomaron los espacios conventuales como refugio ante la imposibilidad de casarse, ante la deshonra, ante el abandono de sus maridos, o por castigo legal o social. Además, profesar requería una dote que quizás no tenía, y puede que aun tuviera esperanza de poder solucionar su problema, contraer nupcias y, como consecuencia de tomar estado, encontrar un lugar en su sociedad.

No estaba dispuesto Gregorio Tovar a consentir en un matrimonio forzado por el Presidente de la Chancillería, pero la publicidad de los hechos, y la presión de algunas personas le llevaron a ceder y conceder a Beatriz Castro una compensación económica, para que esta se apartase de la denuncia interpuesta.

Sus hermanos defendieron sus derechos y se buscó como mediador a una persona solvente, con autoridad y relevancia en la ciudad como era “Gonzalo de Villasante Arcediano de Valladolid³³, que tambien era su deudo de ella; y se le pareció bien según me cargó la mano; pero por acabar con esta pesadumbre, le di todo lo que dijeron la diese” (fol. 53).

Económicamente se vio perjudicado, pues aunque en su relato quiere hacer ver que lo tenía todo solucionado, tuvo que darle nada menos que mil seiscientos ducados, “y con esto ella y sus hermanos se apartaron de la querella, y se fue en casa de una hermana suya, que vivía en la villa de Frómista; y allí se estuvo algunos días” (fol. 53).

La mujer, resarcida ya del daño que se le había hecho, deja el convento. No necesita esta reclusión. Sobre todo porque el asunto ya es público.

“...en fin, como ya aquel mal christiano y ruin hombre de el Presidente de Valladolid ya la abia inquietado y sacadola de el Monesterio á donde ella estava con intento de se quedar allí monja y se viese ya fuera y publica su deshonestidad y mal hecho, que hasta entonces estava muy oculto y secreto, y se vio en libertad, propuso de no bolber mas al monesterio” (fol. 55).

La cantidad aportada la permitía afrontar su vida de otra manera: “y haviendose resuelto en esto, puso a sus parientes en nuebos cuidados de lo que harian de ella; en fin, pagando sus deudas y ayudando á el ajuar de su casa” (fol. 55v^o). De hecho podía hacer frente a sus necesidades con el pico y dejar los mil ducados invertidos en un censo; “los otros mil ducados restantes en un censo á quinze mil el millar, y como yo la vi en esta resolución, les pedi que como aquel censo se havia de dar á otro, se me diese a mi, y que yo la pagaría 25 mil marabedis cada año; y así se hizo” (fol. 56).

Encaminada ya su situación,

“...sus deudos dieron luego orden como ponerla en casa de la Marquesa de Villamanrique; cuyo marido entonces yba por Virrey de Mexico: y la recibió por su dama de doze que con este nombre llevaba a las Indias³⁴;... En fin,

³³ Juez y examinador Sinodal, Maestrescuela y Canónigo de la catedral de Valladolid. *Constituciones sinodales hechas y promulgadas en el primer Sinodo que se celebró en la ciudad y obispado de Valladolid*, 1634 (reimpresión 1803), p. 115 y 348.

³⁴ Blanca de Enríquez de Velasco obtuvo licencia para acompañar a su marido. Fechas de estancia (1585-90). Ella era sobrina del Virrey Martín Enríquez. En el artículo de Antonio Rubial García (“Las virreinas novohispanas. Presencias y ausencias”, *Estudios de Historia Novohispana* (2014), 50, p. 3-44) se analiza entre otras las costumbres de estas mujeres y la práctica de hacerse acompañar de otras.

ella pasó á Indias, y siendo en gran extremo hermosa y gentil, se le aficionó un caballero deudo de el Virrey, abriendose desposado con ella según dicen, murió ella...” (fol. 55).

Lo que sin duda más le molestó a Gregorio, fue que los varones de la familia de Beatriz acabaron disfrutando la suma que le había entregado a ella. Compensación que si seguimos sus palabras, casi literalmente, se hace por generosidad, pero que sin duda no tuvo más remedio que aportar esa cantidad para evitar la cárcel y garantizarse su tranquilidad en los tribunales, aunque no hubiera dado palabra de casamiento. Tras todo este episodio, finalmente añade, no sin ironía:

“...y gozan mi dinero los señores honrrados de sus hermanos, que la heredaron, que eran tan cortesanos viejos y de el palacio, que no haciendo de estas cosas caso alguno, embiavan a cobrar los tercios que corrian de el su dicho censo en tan guena guerra ganado. En fin, yo redimi este censo por me ber libre de ellos, y les di sus mil ducados y los embié con Dios” (fol. 55v°).

Este caso concreto, que relata su protagonista, es un ejemplo más de la sexualidad y el comportamiento de los jóvenes y no tan jóvenes antes del matrimonio en la Edad Moderna. En su caso fundamentalmente tiene trato con una mujer de condición social pareja a la suya, pero sin que su comportamiento responda a la práctica arraigada, del amancebamiento, que hace que la relación estable sustituya al matrimonio, como ocurría de forma generalizada en esta época en algunas zonas rurales³⁵.

Aunque Gregorio parece que hizo la elección de forma muy consciente, por su calidad y su belleza, que él mismo elogia, en su relato no existen referencias amorosas, sino interés y cálculo, en esta relación que se aborda muy conscientemente, buscando eliminar todo tipo de compromiso. En su historia de vida prima la “economía de sentimientos”. No se habla por supuesto de la frustración de ella (quizás no la hubo dado que el problema se resolvió dentro de los parámetros habituales en su sociedad), del bloqueo de sus expectativas. Simplemente, no se la mienta.

³⁵ Algo parecido ocurre en la sociedad extremeña del siglo XVII, ya que la cohabitación sin unión sacramental era una costumbre arraigada que el control eclesiástico no logró evitar. “No podemos hablar de un pueblo rebelde, sino de unas gentes con fuerte apego a sus tradiciones que, a pesar de su ancestral origen, solían mantenerse vivas e incluso las aceptaban como base de su idiosincrasia histórica” (Isabel Testón Núñez, *Amor, sexo y matrimonio*, Badajoz, 1985, p. 39).

Beatriz, sin embargo, creyó en todo momento que estas cualidades le permitirían llegar al matrimonio. En definitiva, unas mismas acciones, pero una diferente valoración social del comportamiento en unos y en otros³⁶. La soltería no se podía vivir de la misma manera en el caso de los hombres y las mujeres. Para ellas no era libertad y goce, y cuando así lo vivían las consecuencias eran muy diferentes. Perder la honra les podía hacer perder su integración social. Cuando el caso tiene que ser llevado ante la justicia, entonces ya hay publicidad y el acuerdo más favorable, si se consigue, será fundamentalmente económico, que no era poco.

La pregunta ante este caso concreto es ¿qué diferencia hubiera habido en el caso de haberle dado palabra de casamiento? Buena parte de casos de incumplimiento de palabra terminan con un acuerdo económico en el ámbito extrajudicial, como ocurrió con este. Su conocimiento de la norma y el esmerado cuidado que tuvo en no conceder tal promesa ni verbalmente ni por escrito finalmente no le valió de nada. Un enemigo y la publicidad que a pesar de todo tuvo su relación fueron suficientes para que la mujer lograra una compensación económica, propia de relaciones bajo palabra. En cualquier caso, no podemos olvidar, que solo conocemos la visión parcial de uno de los implicados.

Igualmente, otra cuestión que no se debate queda desdibujada. El embarazo al que hacen referencia los vecinos y el supuesto hijo/a de ambos no aparece en esta cuestión. La deshonra es lo que se tiene que resarcir. En los pasos de Beatriz de Castro tampoco hay mención, ni cuando está recluida en el convento, ni cuando toma la decisión de irse con la Virreina, ni cuando muere. Sin embargo, años después, Gregorio Tovar deja constancia en su autobiografía de una hija natural que tuvo, aunque no lo precisa, parece ser que antes de casarse. Entonces ejerce un papel de padre que no había llevado a cabo aparentemente en momentos anteriores de la vida de su hija. Nada dice de quién es su madre, de tal manera que podemos pensar que fuera ella, como la relación más clara de soltería que se le atribuye.

Una sola mención en su autobiografía a su descendiente, fuera del matrimonio, que no se produce hasta 1603, veintidós años después de iniciar su vida independiente y sus más gozosos años de soltería. Entonces, Gregorio deja a los miembros de su familia, y se viene desde Galicia para ver profesar a su hija extramatrimonial.

³⁶ M. Pilar Molina Pérez, “Juventud y sexualidad: actitudes y conflictos entre “mozos” y “doncellas” en el marco social y familiar. Algunos ejemplos de siglo XVIII en el sur de Albacete”, *Mundos nuevos Nuevos Mundos* (2008).

“Dilatelo hasta entonces por causa de dar velo de monja en el monesterio de Sta Cathalina de Sena de Valladolid a Isabel mi hija natural, que se lo dio el dia de Sn. Agustín 28 de agosto de 603 que fue de los mas solemnes que jamás se vio: fue su madrina la Reyna nra. Sra. Muger del Rey Dn. Phelipe 3 la qual hizo el oficio de madrina suya llebandola en la procesión de la mano, y teniendo todo el tiempo que el darle el velo y el sermón duró, su cirio grande encendido en su mano, asistiendo por la parte de el Choro á aquel acto estando públicamente y descubierta y en cuerpo arrimada a la reja y dentro de el monesterio todas su damas e infinidad de señoras que alla dentro (abian entrado con la Reyna) en refitorio con las monjas y a costa de las monjas. Acá fuera en la Iglesia hubo mucho concurso de gente gran música y lo demas necesario y forzoso a tal acto tan autorizado con la presencia y madrinazgo de una Reyna de España” (fol. 157v^o- 158).

El acto no pudo ser más principal, con participación de una reina que se movía cotidianamente por los conventos vallisoletanos en los años de la Corte del Pisuerga³⁷. La hija natural cuenta con la asistencia del padre, y no del resto de la familia que este ha creado a partir de su matrimonio, pero sin embargo si queda vinculada a sus tías, hermanas de su padre que llevaban tiempo en ese mismo convento. De hecho Lucía de Tovar fue priora en él entre los años 1623-1624³⁸.

Si su madre fue Beatriz de Castro, si se separó de ella al nacer, quién la crió hasta que entró en el convento que pudo ser mucho antes de esta profesión, son todos asuntos que desconocemos para este caso concreto. No entran en el relato de su vida³⁹. Él tenía planificado un itinerario familiar distinto, en el que podía entrar una hija ilegítima pero no una mujer que no fuera la más conveniente para su progreso y el de su linaje.

Otras relaciones “siendo mozo y por casar”: “...que estas havian sido mugeres ordinarias de cuyo trato no podía haber escándalo”

Pero, antes del matrimonio, no fue Tovar hombre de una sola mujer. Su vida profesional le enfrentó en otra ocasión a sus poco convenientes relaciones

³⁷ Margarita Torremocha Hernández. “La corte vallisoletana de Margarita de Austria”, J. Martínez Millán, P. Lourenço (Eds.), *Las relaciones discretas entre la monarquía Hispánica y Portuguesas. Las casas de las reinas (siglos XVI-XIX)*. V, Madrid, 2008, p. 1617-1642.

³⁸ Cándido Aniz Iriarte. *500 Años de Fidelidad. Convento de Santa Catalina*. Caleruega, Burgos, 1988.

³⁹ “Esta hija natural la llamaba él la Isabelica, y dice en otra parte que la avia tenido educando en el convento del Corpus de esta ciudad al cuidado de la Priora pagando a esta un tanto para sus alimentos”. Rafael Floranes, *Apuntes para la Historia de Valladolid (2)*. Consultado el 26/04/16.

con las mujeres. De nuevo fue en los ambientes jurídicos de los letrados que pugnaban por obtener premios y cargos en la administración, y que para ello debían defender sus orígenes y limpieza de sangre, donde surgió el problema. Cinco años después del anterior episodio, en 1589, la Chancillería recibió como Visitador a Jerónimo de Manrique, obispo de Cartagena, personaje temido entre los que trabajaban en este tribunal. Curiosamente, este también tenía enemistad a la familia por la misma causa: la tarea que su padre Tomás de Tovar había llevado adelante como fiscal de lo civil, en el seguimiento de hidalguías. De hecho, con su labor se había probado nada menos que, este hijo de clérigo, tenía un bisabuelo que había judaizado (fols. 74-75).

Esta vieja razón, unida a otras causas más recientes y que habían corrido de su mano, le había enemistado claramente con el visitador, que cuando dio sus resultados acusó a Gregorio Tovar, por diversas faltas, tales como retrasos y ausencia de los tribunales cuando se tenían que sustanciar causas. El fiscal negaba las negligencias que se le atribuían en lo laboral. Pero, además se le hacía otra recriminación de carácter casi personal.

“Aberiguase tambien contra el dicho Dn. Gregorio de Tovar que há vivido desonestamente dando mal exemplo tratando con tres mujeres siendo soltero, las dos de ellas solteras y la una traya pleyto en su sala, y la otra era casada y por esta razon vivía inquieta con su marido por lo qual le condenamos en tres años de suspensión del oficio que sirve de Fiscal” (fol. 77).

El visitador llegó a la Chancillería buscándole, y el resultado de sus conclusiones podía ser muy duro para su vida profesional y la consecución de los ascensos que esperaba. Es curioso, que estas relaciones, que sin duda para él tuvieron escasa importancia, fueron menos duraderas y conocidas y, además no debieron tener consecuencias, le podían sin embargo costar su honra. Así lo vive él, y empieza a mover sus bazas de inmediato para que

“... se me volviese mi honrra, que solo eso pretendía y no otra cosa, porque quanto a el restituirme mi oficio yo no pretendía nada, antes desde entonces renunciaba la acción que a él tenía, y tambien renunciaba quantos oficios su magestad me podia dar y mercedes que me podía hacer, de las quales yo no tenia necesidad por las grandes que Dios me havia hecho aquel año haciendome señor de el mayorazgo y casa de mi Padre” (fol. 83).

De nuevo en su defensa actúa con la perplejidad de quien no entiende cómo se le puede echar nada en cara. Precisamente que se le acuse (justo cuando tiene por fin su primer hijo varón dentro del matrimonio) de algo que había

pasado “siendo mozo y por casar”. En un asunto que hacía ocho años que había sucedido, y para mayor asombro, siendo “que estas havian sido mugeres ordinarias de cuyo trato no podía haver escandalo ninguno” (fol. 78). Con todas ellas hacía muchos años que ya no tenía contacto, aunque de todas ellas pueda dar noticia pasado el tiempo. De hecho, incluso una ya estaba muerta y otra se había marchado enseguida a Sevilla, donde llevaba ya residiendo ocho años, y además casada.

Y en cuanto a haber cometido adulterio, es decir, haber tenido relaciones con una mujer casada, aunque siendo él soltero, lo negaba totalmente. Dice: “En quanto â la muger casada se provó ser enbuste y bellaquería y que desde que se caso con su marido siempre abian vivido juntos y en paz”. Esta reacción tan enérgica de Gregorio tenía sentido, porque mientras que como soltero haber tenido relaciones con otra soltera, no podía ser considerado un delito, y como mucho le había dejado la obligación de resarcir a la moza económicamente, el adulterio era un delito, que tenía aparejadas serías penas que, aunque por lo general quedasen después algo aminoradas en su práctica, podían ser de muerte⁴⁰.

La misma complicación le podía venir de haber mantenido relaciones con una mujer que en ese momento tuviera una causa en la cual él interviniera como fiscal en los tribunales.

“Provose tambien que ninguna de estas mugeres havia traído pleyto conmigo, y en los que ella traya con otras personas nunca yo la haber favorecido con los Alcaldes ni otros oficiales: ellos todos ansi lo dijeron y respondieron en sus dichos â instancia mia con juramento” (fol. 78).

En esta ocasión, Gregorio Tovar, que no creía tuviese nada que probar ni defender, solo tiene el recurso de desacreditar al visitador. Y lo hace atacando en todos los frentes. Por una parte, por su incapacidad para llevar a cabo una inspección en tan alto tribunal, cuando de todos era sabido que la Compañía de Jesús se había negado por estas razones a recibirle como visitador.

“...y cayó la suerte de hombre tan vil y mal christiano sobre aquella pobre Audiencia y se permitió fuese visitada por quien nunca havia sido oydor ni savido estilo ni ordenanzas y que a gente decía y savia los visitase un idiota, que ni aun palabra de latin ni la savia ni nunca supo; y haviendo antes de

⁴⁰ Margarita Torremocha Hernández, “Consideraciones jurídicas y sociales de la mujer adúltera en Castilla, a finales del Antiguo Régimen”, *Historia et Ius. Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna* (2016), nº 9.

obispo sido Ynquisidor es público que al tiempo de el votar hacían burla de él sus compañeros” (fol. 79).

A todo ello se añadía la desfachatez de que el clérigo que había tenido una vida sexual más indecorosa se permitiera hablar de escándalo en un mozo “soltero y por casar”.

“En fin por este escandalo causado de que siendo ya mozo y por casar traté con estas tres mugeres, merecí para en él estas penas olvidado él de que siendo mozo y aun despues de clérigo y obispo havia estado siempre amancevado y haver tenido tres hijos vastardos y ser como era hijo de clérigo y ansi según la mas opinión hijo de fraile, que despues vino a ser Arzobispo de Sevilla, y estando en la peor opinión y mas desonesto de quantos vivían” (fol. 78vº).

Sus quejas y expresiones difamatorias no eran más que una manifestación de un enfado, que era casi lo único que podía permitirse hacer. Por otra parte, esta terrible Visita afectó a casi todos los letrados del alto tribunal. De hecho otros muchos fueron también acusados y algunos corrieron peor suerte:

“...visto en otros de el Audiencia en unos cohechos, otros fuerzas, estupros, con trato ilícitos, tabernas, arrendamientos y otros excesos tales que ningunos se hallaren menores que los mios” (fol. 79vº).

Esta forma de protestar y exponer el “mal de muchos” deja claro que aquéllos que desempeñaban oficios en los tribunales, no siempre daban ejemplo de comportamiento en su vida privada⁴¹. Por ello, no duda en desacreditar también en esta misma línea a dos de los cinco consejeros que pasan a ver su causa tras la acusación efectuada en la Visita, y así dice:

“Ldo. Dn. Luys de Mercado, el qual olvidado de su vida pasada quando era oydor en la Chancilleria de Granada y lo que allí le sucedió con la muger casada en ofensa de su oficio y escandalo universal de todo aquel Reyno” (fol. 80).

el Lido. Tejada: el qual tambien olvidado de su mala vida pasada, por la qual siendo Alcalde de la Chancillería de Valladolid fue preso y llevado a la Villa de Pinto junto a Madrid y haviendo allí por sus delitos y excesos estado preso cinco años fue condenado en privación de el oficio de Alcalde quedando hecho un pobre catarribera, y yba a comisiones por no morir de ambre; el qual engañando al Presidente Cobarrubias que era buen hombre y sincero le

⁴¹ Luis C. Amezcúa, “Hacia una ética judicial del Estado Moderno. Las virtudes del juez según Pedro de Ribadeneyra”, *Anuario de Filosofía del Derecho*, 19 (2002), p. 155-189.

bolbió á su oficio y despues de allí â muchos días bino á ver del el Consejo Real. Este tenia una sobrina moza y por casar, con la qual quiso y deseo casar â DN. Thomas de Tovar mi sobrino que era el mayorazgo en mi casa: pusose este negocio tan adelante que estaban ya hechas las escrituras y el casamiento para efectuarse; lo qual como yo lo supe, hize quanto pude por lo desacer y ablando a mi sobrino de tal manera fue y le dije la verdad y causas por que no lo devia efectuar y quan mal le estava a él y á su casa y linaje que le dejó y se salió á fuera. Esto sintieron grandemente este licenciado Tejada y todos sus deudos, y callando él su boca hasta allar en que vengar de mi, aguardó á que yo le viniese â las manos, como fue agora, pues bino á ser mi juez y ansi vengó en mi su corazón=” (fol. 81 vº-82).

A la postre, estas relaciones con otras mujeres, a las cuáles él no había dado ninguna importancia en su vida, le pusieron en mayores aprietos que la relación estable y con descendencia, en la que sin embargo no había mediado palabra de casamiento. El visitador trató de aprovechar hechos probablemente ciertos, pero muy difíciles de contrastar pasado el tiempo. Hechos que Gregorio admite sin rubor en lo que a la moral respecta, pero que no puede asumir cuando se acercan al delito de adulterio o cohecho. Mujeres que ni tan siquiera considera, que aparecen imprevisiblemente en su vida para destrozar su carrera al servicio de la Monarquía.

En definitiva, unos retazos del relato de vida de un personaje concreto, a partir de una fuente controvertida de forma constante. El debate sobre si puede o no ser realista una biografía y más una autobiografía, y la interpretación de todos los límites que este género puede tener para su uso en la investigación histórica, atendiendo a la subjetividad de las representaciones, están ahí. Si bien las respuestas en la historiografía han sido contradictorias y heterogéneas, es obvio que este relato nos acerca a una vida particular que está inmersa y tiene una proyección del ambiente social en el que vive.

Sin duda su relato nos deja conocer algunas de las diferentes relaciones que Gregorio mantuvo con mujeres de todo tipo durante su gozosa etapa de soltería. Ello, nos permite ver otra vez los problemas que generaron unos tratos, sin palabra de casamiento. Lo normal era que estas promesas mutuas dadas entre hombre y mujer se hicieran bajo una perspectiva de género muy diferente, y permitían canjear honra y virtud por una promesa. Él obtenía el disfrute carnal y ella la esperanza de un futuro matrimonio. Gregorio es un letrado que sabe bien a lo que se obliga con estas palabras, y no las da, aunque Beatriz tampoco se las exige. Pero a la postre, las circunstancias de su vida le pusieron en la misma tesitura que si estas se hubieran dado. No se le puede incriminar de incumplimiento, pero sí de infamia y deshonra, aunque no llegó a ser acusado

formalmente de nada, y los agraviados retiraron toda posible acción a cambio de una indemnización económica. Entran por tanto en un procedimiento común, cuando hay palabra, dado que se desenvuelven en un marco social en el que las relaciones premaritales están muy toleradas.

Así pues, este relato de vida nos permite conocer desde la microhistoria otra visión más de este fenómeno que marcó buena parte de las relaciones premaritales y de la litigiosidad entre solteros. Ver lo que era cotidiano en la vida de un varón que no estaba unido por vínculo matrimonial, que era libre y además no tenía problemas económicos. Estudiar sus relaciones con mujeres en su transcurrir cotidiano. Todo ello sin entrar en la atmósfera de sus sentimientos, descritos estos parcamente, y en no pocas ocasiones solo al hilo de cuestiones económicas o sociales que ocupan la primera línea de sus intereses.

Disciplina familiar e estratégias matrimoniais da Casa de Aveiro (Séculos XVI e XVII)

Family discipline and matrimonial strategies: The House of Aveiro in the sixteenth and seventeenth centuries

CRISTÓVÃO MATA

Doutorando do curso de 3.º ciclo Altos Estudos em História – Época Moderna

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

cristovaomat@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

O objetivo deste artigo consiste em verificar os índices de natalidade, de geração de filhos ilegítimos e de mortalidade infantil dos filhos dos duques de Coimbra, de Aveiro e de Torres Novas durante os séculos XVI e XVII, e em analisar os percursos de cada indivíduo que atingiu a idade adulta, comparando os valores dos que enveredaram pelo celibato e dos que contraíram matrimónio. Relativamente aos celibatários, procurar-se-á interpretar as escolhas das casas religiosas em que cada um deles se recolheu. No que concerne à amostra dos herdeiros em cujo matrimónio se investiu, serão discutidas as estratégias matrimoniais dos filhos e das filhas de seis varões da Casa de Aveiro, analisando a origem dos respetivos nubentes e os contratos matrimoniais dos primogénitos.

Palavras chave:

Aristocracia; Casa de Aveiro; Disciplina Familiar; Estratégias Matrimoniais.

Abstract:

The aim of this article is to study the Dukes of Coimbra, Aveiro and Torres Novas children birth, generation of illegitimate children and infant mortality rates during the sixteenth and seventeenth centuries and to analyze the destiny of every individual who has reached adulthood, comparing the values from the ones who have gone for celibacy and those who have married. Regarding the non-married it will be made an overview from religious houses where they have joined while from those who have married it will be discussed their matrimonial strategies, analyzing the origin of their husbands and wives and the marriage contracts of the firstborns.

Keywords:

Aristocracy; House of Aveiro; Family Discipline; Matrimonial Strategies.

O presente artigo constitui um estudo de caso referente aos comportamentos familiares da aristocracia portuguesa da Época Moderna e pretende analisar os percursos individuais das filhas e dos filhos da Casa de Aveiro nascidos nos séculos XVI e XVII. No seu horizonte encontra-se a intenção de contribuir para o desenvolvimento de um trabalho de âmbito mais alargado sobre o regime senhorial em Portugal e os mecanismos de domínio jurisdicional exercidos pelos duques de Aveiro nos seus senhorios¹. O seu objetivo imediato, porém, consiste em observar a reprodução biológica das primeiras gerações desta casa senhorial, examinando aspetos como o nascimento de filhos ilegítimos e a mortalidade infantil, e estudar a vigência de uma disciplina familiar que determinou os destinos tomados pelos filhos e filhas dos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas, encaminhando-os ora para a vida celibatária, ora para matrimónios que assegurassem descendência.

Esta abordagem à nobreza portuguesa não é inédita. Em 1986, James L. Boone recorreu à informação genealógica compilada por Cristóvão Alão de Moraes na sua célebre obra e estudou o investimento parental de vários estratos nobiliárquicos no decurso de um período compreendido entre 1380 e 1580. Nesse trabalho concluiu que as probabilidades de um jovem nobre contrair matrimónio estavam relacionadas com as condições materiais da sua família. Mais concretamente, verificou que a alta nobreza investia predominantemente nos filhos do sexo masculino, enquanto as filhas dos escalões nobiliárquicos mais baixos tendiam a realizar casamentos hipergâmicos².

Os estudos de Mafalda Soares da Cunha relativos à Casa de Bragança revelam que durante os séculos XIV e XV os senhores desta casa aristocrática procuraram casar o maior número de filhos. Esta estratégia familiar pretendeu potenciar o capital social dos duques de Bragança e, em simultâneo, aumentar o património da sua casa mediante o ingresso de recursos que a celebração de matrimónios proporcionava³. No século XVI, verificou-se a redução acentuada do número total de casamentos e implementou-se uma maior seletividade na

¹ *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, projeto de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência SFRH/BD/93202/2013, desenvolvido ao abrigo do curso de terceiro ciclo Altos Estudos em História – Época Moderna, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e orientado pela Professora Doutora Margarida Sobral Neto, a quem muito encarecidamente agradecemos a revisão e as sugestões que enriqueceram este artigo.

² James L. Boone, “Parental Investment and Elite Family Structure in Preindustrial States: A Case Study of Late Medieval-Early Modern Portuguese Genealogies”, *American Anthropologist, New Series*, 88, 4 (1986), p. 859-878.

³ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990, p. 17-77.

escolha dos nubentes, privilegiando-se a celebração de casamentos com filhos e filhas de Grandes de Espanha, com elementos da mesma linhagem e com membros da Casa Real⁴.

Os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro reportam-se a uma época posterior e incidem num grupo social bastante restrito. Neles são destacadas a vigência de uma forte disciplina familiar que, até meados do século XVIII, remeteu ao celibato os secundogénitos dos Grandes de Portugal, assim como a preferência por cônjuges de estatuto social semelhante para os filhos e filhas que contraíram matrimónio⁵. A vulgarização do celibato aristocrático ocorreu no âmbito de uma estratégia de reprodução social, comum a todas as casas de Grandes, que procurou preservar o património material e simbólico da aristocracia portuguesa em função de certos constrangimentos legais. Nomeadamente do enquadramento jurídico ao qual estava sujeita a sucessão na administração de bens da Coroa e das ordens militares⁶, dos quais a nobreza portuguesa tanto dependia, assim como do progressivo recurso à vinculação de bens patrimoniais em morgadio⁷, na medida em que ambos os mecanismos condicionavam a disponibilidade dos bens materiais necessários ao investimento no casamento dos secundogénitos⁸.

A noção de disciplina familiar significava a subordinação dos interesses individuais aos da casa aristocrática, uma entidade que se reportava a «um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada

⁴ Mafalda Soares da Cunha, “Estratégias Matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II”, *Hispania*, LXIV/1, 216 (2004), p. 39-62.

⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII”, *Análise Social*, 123-124 (1993), p. 921-950, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 55-201 e “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos” in José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, 3, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *A Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 130-159.

⁶ Paulo Merêa, “Génese da «Lei Mental». (Algumas Notas)” in *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, s.n., 1937, p. 61-74.

⁷ Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

⁸ Mafalda Soares da Cunha, “A Nobreza Portuguesa no Início do Século XV: Renovação e Continuidade”, *Revista Portuguesa de História*, XXXI, II (1996), p. 219-252; Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, “Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII”, in Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco (orgs.), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 47-75 e Nuno Gonçalo Monteiro e João Paulo Salvado, “La Administración de los Patrimonios de las Grandes Casas Aristocráticas en el Portugal del Antiguo Régimen”, in Raúl Molina Recio (Dir.), *Familia y Economía en los territorios de la Monarquía Hispánica (ss. XVI-XVIII)*, Badajoz, Editorial Mandalay, 2014, p. 241-264.

estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam»⁹. Muito embora a destrinça das duas categorias de bens não seja simples de realizar, a primeira reúne os títulos nobiliárquicos que distinguiam uma determinada casa, o brasão de armas que a representava, os apelidos com os quais os seus membros se identificavam ou ainda a lembrança de ter sido fundada por determinado indivíduo, enquanto a sua dimensão material se compunha da disposição de morgados ou de património livre, da posse de senhorios ou de outros bens de natureza económica¹⁰.

Sobre a noção de *casa*, importa acrescentar que se tratava de um conceito polissémico, conforme demonstra o verbete que Rafael Bluteau dedicou ao termo naquele que é considerado o dicionário de língua portuguesa mais antigo. O vocábulo surge em sinonímia com o conceito de casa de habitação e de tudo o que esta pode conter, da família que abriga aos seus móveis e alfaia. Em determinado parágrafo, o autor considera-a equivalente a «família. Geração. [...] Moveis. Criados»¹¹. Na Época Moderna, todavia, a conceção de família não se reportava unicamente a um grupo cujos membros se encontravam mutuamente ligados por laços de parentesco biológico. Englobava também todos aqueles que habitavam um determinado agregado, como os criados que o lexicógrafo teatino mencionava e sobre quem a autoridade do senhor da casa se exercia¹².

Foi neste sentido que a casa senhorial constituiu o objeto de estudo de diversos trabalhos sobre a aristocracia portuguesa¹³. No que concerne à Casa

⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo...*, cit., p. 95.

¹⁰ Jean-Pierre Labatut, *Les noblesses européennes de la fin du XVI^e siècle à la fin du XVIII^e siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, p. 73-78; Antonio Domínguez Ortiz, *Las Clases Privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid, Ediciones ISTMO, 1979, p. 20-25; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio...*, cit., p. 37-94 e Ignacio Atienza Hernández, “La memoria construida: Nobleza y Genealogia de la Casa y la Villa de Osuna”, *Apuntes*, 2 (1998), p. 8-10.

¹¹ Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, II, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 172-174.

¹² Ignacio Atienza Hernández, “Pater Familias, Señor y Patrón: Oeconómica, Clientelismo e Patronato en el Antiguo Régimen” in Reyna Pastor (comp.), *Relaciones de Poder, de Produccion y Parentesco en la Edad Media y Moderna*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 411-458; Daniela Frigo, “«Disciplina Rei Familiarae»: a Economia como Modelo Administrativo de *Ancien Régime*”, *Penélope*, 6 (1991), p. 47-62 e António Manuel Hespanha, “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico--antropológicos da família na época moderna”, *Análise Social*, XXVIII (1993), p. 951-973.

¹³ Maria Teresa Sena, *A Casa de Oeiras e Pombal. Estado, Senhorio e Património*, Tese de Mestrado em História, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987; Maria Paula Marçal Lourenço, *A Casa e o Estado do Infantado, 1654-1706. Formas e Práticas Administrativas de um Património Senhorial*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995 e *Casa, Corte e Património das Rainhas de*

de Aveiro, embora deva ser assinalado o que foi escrito acerca dos seus poderes jurisdicionais e redes clientelares¹⁴, a ausência de estudos é bastante sentida¹⁵. Os poucos trabalhos sobre esta entidade senhorial dados à estampa focaram as suas gerações e a sua história familiar, mas sem abordar os aspetos de que o presente texto se ocupa¹⁶. As obras de António Caetano de Sousa¹⁷ e de Fernando de Castro e Silva Canedo¹⁸, no entanto, merecem ser destacadas pois não só enumeram as diversas gerações familiares, como também apresentam de forma mais ou menos completa as biografias dos seus elementos, motivo pelo qual constituem a fonte primária deste trabalho.

Nas páginas que se seguem serão analisados os destinos da primeira geração de descendentes dos indivíduos que administraram o conjunto de bens da Coroa doados por D. Manuel a D. Jorge de Lencastre, segundo duque de Coimbra, mestre das ordens militares de Avis e de Santiago e filho ilegítimo do rei D. João II¹⁹, e as comendas, alcaidarias-mores e senhorios destas milícias posteriormente

Portugal (1674-1750). Poderes, Instituições e Relações Sociais, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999; Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000; João Paulo Salvado, *Nobreza Monarquia e Império. A Casa Senhorial dos Almotacés-mores do Reino*, Dissertação de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010 e “An Aristocratic Economy in Portugal in the First Half of the Seventeenth Century: The House of the Marquises of Castelo Rodrigo”, *e-Journal of Portuguese History*, 9, 2 (Winter 2011), p. 35-67.

¹⁴ Sérgio Soares da Cunha, “O ducado de Aveiro e a vila da Lousã no século XVIII (1732-1759)”, *Arunce*, 11/12 (1996-1997), p. 37-68 e “Nobreza conimbricense e modos de governo político. Um ensaio municipal (1641-1724)”, *Revista Portuguesa de História*, XXXI/I (1996), p. 555-573; e Cristóvão Mata, *O Poder Local em Penela (1640-1834)*, Coimbra, Palimage, 2014 e “A Estrutura Administrativa de Penela nos Séculos XVII e XVIII”, in Margarida Sobral Neto (coord.), *Penela. Um percurso pelo tempo*, Coimbra, Palimage, 2015, p. 107-128.

¹⁵ Cristóvão Mata, “A Casa de Aveiro: Poder e Património”, *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), p. 309-326.

¹⁶ Carlos Ary dos Santos, “Estudos de Direito Nobiliárquico Português II. A Sucessão da Casa e Ducado de Aveiro”, *Armas e Troféus*, VIII (1967); J. T. Montalvão Machado, *Casa e Ducado de Aveiro e sua representação actual*, Lisboa, Edição do Autor 1971 e Francisco Ferreira Neves, “A Casa e o Ducado de Aveiro. Sua origem, evolução e extinção”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXXVIII (1972).

¹⁷ António Caetano de Sousa, *História da Casa Real Portuguesa*, XI, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, p. 1-369.

¹⁸ Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, I, Lisboa, Edições Gama, 1945.

¹⁹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*, VI, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1748, p. 1-9.

concedidos a D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro²⁰. A coerência que se pretende conferir a este estudo implica que se considerem também os filhos de quem esteve na linha imediata de sucessão, pelo que a população estudada é composta da prole dos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas.

A incidência da análise nos séculos XVI e XVII deriva das especificidades desta casa senhorial após a fuga para Espanha do quarto duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, em 1659. No seguimento deste episódio, a Casa de Aveiro esteve sob administração régia durante a maior parte dos cem anos seguintes e, apesar da sua concessão a três senhores, não ocorreu a celebração de nenhum casamento nem foi gerado qualquer herdeiro sobre cujo percurso vida nos possamos debruçar. D. Pedro de Lencastre, arcebispo de Sidónia e inquisidor-geral, sucedeu ao duque D. Raimundo, seu sobrinho, em 1668, e o seu falecimento sem herdeiros, ocorrido cinco anos depois, provocou uma crise sucessória resolvida muito depois. Em 1732, a Casa de Aveiro foi sentenciada favoravelmente a D. Gabriel de Lencastre, sexto senhor deste título, que também faleceu sem sucessão, em 1745²¹.

Quanto à exclusão do sétimo e último duque de Aveiro, esta opção deve-se ao facto de os motivos que o conduziram à sucessão na Casa de Aveiro não corresponderem aos critérios nos quais se baseia a elaboração deste trabalho. Filho de D. Martinho de Mascarenhas, marquês de Gouveia e conde de Santa Cruz, D. José de Mascarenhas Silva e Lencastre entroncava na descendência dos terceiros duques de Aveiro muito remotamente. O seu casamento, celebrado a 21 de julho de 1739 com D. Leonor Tomásia de Távora e Lorena, filha do conde de Alvor, ocorreu fora do âmbito de uma estratégia familiar desenvolvida pela Casa de Aveiro. Além disso, nenhum dos seus dois filhos e quatro filhas, dos quais somente uma nasceu depois de D. José assumir a administração desta casa senhorial, tomou estado até à extinção da Casa de Aveiro, em 1759²².

No que se refere à delimitação temática e cronológica do presente trabalho, também é oportuno referir que em 1679 a Casa de Aveiro foi julgada a favor de D. Maria de Guadalupe de Lencastre, filha de D. Jorge de Lencastre, duque de Torres

²⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. João III, Doações, ofícios e mercês, Livro 58, fls. 141v-143.

²¹ António Caetano de Sousa, *História...*, XI, p. 147-177 e Maria Silveira Martins Ribas, “O Governo do Tribunal do Santo Ofício ao Tempo de D. Pedro de Lencastre (1671-1673). Garantir a Fé em Tempos Conturbados”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXVII (2014), p. 351-373.

²² António Caetano de Sousa, *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1755, p. 125-135 e Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa...*, I, cit., p. 31-32.

Novas, irmã de D. Raimundo e mãe de D. Gabriel. Todavia, esta senhora jamais prestou vassalagem ao rei de Portugal nem tomou pessoalmente posse da sua herança, como era requerido na sentença²³. A sua inclusão neste trabalho ocorre no âmbito da sua filiação ao primogénito e presuntivo sucessor dos terceiros duques de Aveiro, sendo excluídos os percursos individuais e as estratégias matrimoniais dos seus filhos na medida em que este trabalho estabelece como unidade de análise a Casa de Aveiro e não a linhagem Lencastre.

Tabela 1 – Gerações da Casa de Aveiro

	D. Jorge I	D. João	D. Jorge II	D. Álvaro	D. Jorge III	D. Raimundo	Total
Número de Casa- mentos	1	1	1	1	2	1	7
Total de Filhos	12	3	1	16	4	1	37
Casados	3	2	-	3	1	-	9
Religiosos	1	-	-	3	-	-	4
Leigos	-	-	-	-	-	-	-
Sem estado	-	-	-	1	-	-	1
Indefinido	-	-	-	-	1	-	1
Ilegítimos	3	1	-	-	-	1	5
Total de Masculinos	7	3	-	7	2	1	20
Casadas	-	-	1	3	1	-	5
Religiosas	4	-	-	4	-	-	8
Leigas	-	-	-	-	-	-	-
Sem estado	-	-	-	2	1	-	3
Indefinidas	-	-	-	-	-	-	-
Ilegítimas	1	-	-	-	-	-	1
Total de Femininas	5	-	1	9	2	-	17

A tabela exposta atrás apresenta as seis gerações que compõem a população em estudo e reporta-se a trinta e sete indivíduos do sexo masculino (20) e feminino (17). O número médio de filhos nascidos por senhor é de 6,16 e reproduz a disparidade dos nascimentos de indivíduos do sexo masculino

²³ Luís de Moura Sobral “Maria Guadalupe de Lencastre (1630-1715). Cuadros, Libros y Aficiones de una duquesa ibérica”, *Quintana*, 8 (2009), p. 61-73; “D. Maria Guadalupe de Lencastre (1630-1715): a cultura literária e artística de uma duquesa luso-espanhola da época da Restauração”, *Siglo de Oro. Relaciones Hispano-Portuguesas no século XVII. Suplemento de Colóquio/Letras*, 178 (2011), p. 139-149 e “De la libreria, contemplando al Cielo. Imagens e cultura visual em livros de ciência e técnicas da Biblioteca de D. Maria Guadalupe de Lencastre (1630-1715), Duquesa de Aveiro”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 14.1 (2012), p. 169-201.

(3,33) e feminino (2,83). Considerando somente os nascimentos legítimos (31), aquele valor decresce para 5,16 e inverte a proporção do nascimento de filhos (2,5) e de filhas (2,66). Reduz-se ainda mais se a totalidade dos descendentes legítimos for distribuída pelo número de casamentos realizados (4,43), mantendo o desequilíbrio ligeiramente favorável para o nascimento de crianças do sexo feminino (2,29) relativamente às do sexo masculino (2,14).

Esta diminuição deveu-se à ausência de descendentes do primeiro casamento do duque de Torres Novas, D. Jorge III, certamente propiciada pelo falecimento precoce de D. Ana de Ória, sua primeira esposa²⁴, e do casamento de D. Raimundo, que constituem os dois únicos matrimónios estéreis. Excluindo estes dois casos, a média situa-se nos 6,2 filhos por casamento. Porém, não se aproxima da moda dos nascimentos no âmbito do matrimónio, pois o número de filhas e de filhos nascidos por casamento é predominantemente inferior a cinco. Os dois casos que superaram este valor, revelando uma elevada fertilidade, correspondem a longos períodos de vida conjugal, nomeadamente aos casamentos dos duques de Coimbra, D. Jorge I e D. Beatriz, e dos terceiros duques de Aveiro, D. Álvaro e D. Juliana. No entanto, a durabilidade de um casamento não explica por inteiro a geração de muitos descendentes.

Tabela 2 – Relação entre anos de casamento e filhos legítimos

	D. Jorge I	D. João	D. Jorge II	D. Álvaro	D. Jorge III
Ano do casamento	1500	1547	1568	1588	1629
Falecimento de um nubente	1535	1570	1578	1626	1632
Duração do casamento (anos)	35	23	10	38	4
Número de filhos	8	2	1	16	4
Distribuição dos filhos pela duração do casamento	4,4	11,5	10	2,4	1

A tabela anterior demonstra que D. João esteve casado durante vinte e quatro anos e gerou apenas dois filhos legítimos, muito possivelmente devido à idade avançada com que casou. A distribuição de nascimentos pelos anos de vida matrimonial indica que o menor ritmo de geração de herdeiros correspondeu ao seu casamento, no qual foi gerado um filho a cada 11,5 anos, sendo imediatamente seguido pelo seu primogénito e segundo duque de Aveiro, D.

²⁴ A celebração do casamento de D. Jorge III com D. Ana de Ória ocorreu a 11 de agosto de 1618. António Caetano de Sousa refere que, aquando da vinda de D. Filipe II a Lisboa, em 1619, D. Ana falecera havia dois meses – cf. Biblioteca da Ajuda (Lisboa), 51-IX-8, fls. 165-173v e *História...*, XI, cit., p. 95 e 115.

Jorge II, com apenas uma filha nascida ao longo de um casamento que durou dez anos. Em contrapartida, D. Jorge III gerou quatro filhos durante igual número de anos que esteve casado com a segunda duquesa de Torres Novas, D. Álvaro um filho a cada 2,4 anos e D. Jorge I um a cada 4,4.

O destino dos ilegítimos não é do foro do presente texto, mas não deixa de ser interessante notar que, à exceção do filho do duque D. Raimundo, todos correspondem a filhos do duque de Coimbra e do primeiro duque de Aveiro. Neste sentido, é possível que a incidência da ilegitimidade na primeira metade do século XVI se reportasse a nascimentos ocorridos em situações de viuvez ou pré-matrimonial (naturais) e não somente a crianças nascidas de relações adúlteras (bastardos)²⁵. O falecimento precoce da duquesa de Coimbra (1535) e o casamento tardio de D. João (1547) sustentam a hipótese, mas a escassez de dados biográficos sobre aqueles cinco indivíduos não permite a sua confirmação.

Tabela 3 – Características e percursos dos filhos

Legítimos						Ilegítimos
31 (83,8%)						
Estado					Falecidos	6 (16,2)
27 (87,1%)						
Celibato		Casado		Indefinido	4 (12,9%)	
12 (44,40%)		14 (51,90%)				
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	1 (3,70%)		
4 (33,30%)	8 (66,70%)	9 (64,3%)	5 (35,70%)			

O número de filhas e filhos legítimos que não atingiram a idade adulta é pouco expressivo e reporta-se aos descendentes dos terceiros duques de Aveiro (3) e dos duques de Torres Novas (1). A reduzida amostra deste grupo não permite detetar um maior investimento nos filhos em detrimento das filhas, como sugeriu James L. Boone²⁶, embora a correspondência que existe entre o número das crianças falecidas e os casamentos dos quais nasceram bastantes filhos (um por ano ou a cada 2,4 anos) aponte para a possibilidade de que tenham

²⁵ Enrique Soria Mesa, *La nobleza en la España Moderna. Cambio y continuidad*, Madrid, Marcial Pons, 2011, p. 186.

²⁶ James L. Boone, “Parental Investment...”, cit., p. 861.

ocorrido complicações de natureza gestacional ou outras que eventualmente comprometessem as hipóteses de aqueles menino e meninas alcançarem a vida adulta.

Não dispomos de informações biográficas de apenas um elemento do grupo dos indivíduos que atingiram a maioridade. Trata-se de um filho de D. Jorge III chamado D. João Manrique de Lencastre e Cardenas, nascido em 1633 e falecido no ano de 1659. Sobre a sua vida, a obra de António Caetano de Sousa apenas registou que pretendeu suceder à Casa de Maqueda, não referindo se casou, se se manteve em celibato ou se ingressou na vida religiosa²⁷. Ao excluí-lo do grupo de indivíduos que alcançaram a vida adulta e tomaram estado, verifica-se que o número de casamentos (54%) é ligeiramente superior aos ingressos religiosos (46%) e que a relação entre homens e mulheres que casaram ou ingressam na vida religiosa é rigorosamente inversa.

O grupo de celibatários é composto pelos descendentes de casamentos bastante férteis e predominantemente constituído por mulheres. A primeira característica deve-se ao facto de a sucessão do duque de Coimbra e do terceiro duque de Aveiro estar assegurada aquando do seu nascimento, correspondendo os quatro celibatários a filhos posicionados em último lugar na ordem de nascimento: D. Jaime de Lencastre foi o quarto filho varão dos duques de Coimbra e os restantes três homens, filhos dos terceiros duques de Aveiro, foram precedidos pelos nascimentos de D. Jorge e D. Afonso²⁸.

A condição de ultimogénitos certamente justifica que os respetivos futuros fossem decididos muito precocemente. Na descrição que escreveu do casamento dos duques de Torres Novas, celebrado em 1618, João Baptista Lavanha mencionou a presença de D. Pedro e de D. António, o primeiro nascido a 20 de abril de 1608 e o segundo a 4 de agosto de 1611²⁹, informando serem «estudantes e averão de ser clerigos querendo Deos»³⁰. Por outro lado, a forte expressividade feminina no grupo dos celibatários dever-se-ia à exigência de grandes investimentos em dotes, bem como a outros fatores. Muito embora uma das filhas do duque de Coimbra tenha sido considerada para casar com o

²⁷ António Caetano de Sousa, *História...*, XI, cit., p. 118-119.

²⁸ Batizados a 13 de abril de 1594 e a 18 de junho de 1597 – cf. Arquivo Distrital de Setúbal, Paróquia de São Lourenço de Azeitão, Registo de Batismos, 1589-1-29/1604-10-10, fls. 22 e 35v.

²⁹ ADS, Paróquia de São Lourenço de Azeitão, Registo de Batismos, 1604-5-9/1628-6-9, fls. 27v e 35.

³⁰ BA, 51-IX-8, fl. 170.

infante D. Luís³¹, o celibato foi o destino adotado por todas as suas descendentes e poderá ter decorrido das limitações do mercado nupcial interno³².

O ingresso das filhas de D. Álvaro e de D. Juliana na vida religiosa terá obedecido à lógica que encaminhou os seus irmãos para o mesmo destino. A primeira das filhas dos terceiros duques de Aveiro que alcançaram a vida adulta, D. Madalena, casou com o conde de Faro. As que se seguiram na ordem de nascimento, D. Violante, D. Luísa e D. Beatriz, tomaram o estado religioso e a seguinte, D. Violante II³³, casou com o conde de Basto. D. Mariana, a sexta filha, também tomou estado de religiosa e, por fim, D. Maria casou-se com o marquês de Gouveia, em 1625³⁴. Não existe, pois, nenhum padrão que relacione a ordem de nascimento daquelas três filhas com o estado matrimonial tomado, mas alguns pormenores sugerem tratar-se de casos excecionais.

Uma carta do duque D. Álvaro, datada de 9 de setembro de 1622, refere que D. Madalena se casara em segredo³⁵, porventura contrariando o futuro que lhe fora destinado. Quanto às suas duas irmãs, o posicionamento de ambas na ordem de nascimento não terá constituído o critério que decidiu os seus destinos. Considerando a possibilidade de as irmãs mais velhas haverem tomado o estado religioso antes da celebração dos matrimónios, os casamentos do conde de Basto e do marquês de Gouveia com estas senhoras dever-se-iam ao facto de serem as únicas filhas disponíveis para se consorciarem. Além disso, dado tratar-se de fidalgos portugueses largamente beneficiados pela Coroa³⁶, é provável que os casamentos visassem a celebração de alianças com nobres próximos dos monarcas de Habsburgo.

³¹ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 32.

³² Sobre o universo dos titulares portugueses na primeira metade do século XVI, ver Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, “Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2.^a Dinastia”, *Revista de História Económica e Social*, 22 (1988), p. 77-114 e João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social e o seu devir” in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*, V, João José Alves Dias (Coord.), *Do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 315-323.

³³ Batizadas a 9 de julho de 1591, 6 de março de 1593, 10 de junho de 1600, 20 de novembro de 1602 e 9 de maio de 1604, respetivamente – cf. ADS, Paróquia de São Lourenço de Azeitão, Registo de Batismos, 1589-1-29/1604-10-10, fl. 12, 17, 47v, 58 e Registo de Batismos, 1604-5-9/1628-6-9, fl. 1.

³⁴ António Caetano de Sousa, *Historia...*, X, cit., p. 141.

³⁵ Biblioteca Nacional de España (Madrid), MSS. 9390.

³⁶ Rute Pardal, “Serviço Político e Ascensão Social: o percurso dos Castro ao tempo da dominação filipina (1580-1640)”, in *Anales del VII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Granada, Universidad de Granada, 2004. p. 5-18 e Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 31-32.

A vida religiosa constituiu o destino natural dos filhos e filhas celibatários de D. Jorge I e de D. Álvaro. Os homens seguiram quase invariavelmente o clero secular, sendo o único religioso regular D. João de Lencastre, terceiro filho de D. Álvaro e de D. Juliana, que ingressou na ordem de São Domingos e foi prior de um convento de Setúbal³⁷. No caso de D. Jaime, a sua carreira eclesiástica iniciou-se à custa dos recursos da casa, tendo sido apresentado no priorado da igreja do Salvador de Torres Novas³⁸, da qual o duque de Coimbra era padroeiro. O que não significa que noutras circunstâncias as carreiras eclesiásticas não se iniciassem sob patrocínio régio, como ilustra a referência de uma carta anónima à petição da terceira duquesa de Aveiro para o rei apresentar D. Pedro numa igreja de Lisboa³⁹.

Ainda que o provimento de parentes em dignidades religiosas tenha ocorrido, o exercício do direito de padroado detido por uma casa senhorial destinava-se sobretudo a beneficiar clientelas e não a reservar priorados ou benefícios para os seus secundogénitos⁴⁰. Do mesmo modo, o patrocínio nobiliárquico a conventos e mosteiros constituía um expediente de afirmação simbólica do poder das casas senhoriais. Podia ainda significar a diversificação dos mecanismos de remuneração de criados, mediante por exemplo a criação de capelas funerárias para os seus servidores ou de espaços de recolhimento para as filhas celibatárias destes, mas era quase sempre um investimento na glorificação dos patronos materializado na instituição de panteões familiares⁴¹.

O contrato assinado entre D. João de Lencastre e o mosteiro de São Domingos de Coimbra em 1567 é revelador das intenções que justificavam o patrocínio conventual. O duque de Aveiro comprometia-se a financiar a construção de um novo edifício exigindo, em contrapartida, que a capela-mor fosse reservada para receber o sepulcro de ambos os duques e dos seus filhos e sucessores⁴². Redigido cinco anos depois, o testamento de D. João confirmou aquela disposição e acrescentou a intenção de se trasladarem para o referido mosteiro os restos mortais de D. Jorge I e do rei D. João II, seus pai e avô, além

³⁷ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 102.

³⁸ ANTT, Memórias Paroquiais, 37, n.º 77A, fl. 141.

³⁹ ANTT, Núcleo Antigo 879, n.º 212.

⁴⁰ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança...*, cit., p. 348-359.

⁴¹ Ángela Atienza López. “Cuestiones sobre las relaciones de patronazgo conventual en la España moderna”, in José María Imízcoz Beunza e Andoni Artola Renedo (coord.), *Patronazgo y clientelismo en la monarquía hispánica (siglos XVI-XIX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2016, p. 109-134.

⁴² Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de São Domingos, Livro 13, fls. 131v-140v.

de disponibilizar rendas para o pagamento de dotes a órfãs originárias dos seus senhorios e de tenças a estudantes pobres da mesma proveniência⁴³.

Apesar de se desconhecer o paradeiro de documentos semelhantes àquele diploma e dos testamentos das gerações seguintes⁴⁴, as escassas referências ao patrocínio conventual apontam somente no sentido da criação de panteões. Naquele caso específico, o investimento num espaço destinado a acolher os restos mortais da ascendência e descendência do primeiro duque de Aveiro e identificado exteriormente com o seu brasão de armas poderia visar objetivos mais específicos, como o de assinalar a legitimidade da sucessão no título de duque de Coimbra, que D. João e os seus sucessores sempre pretenderam fazer valer⁴⁵. Mas durante o século XVII, por exemplo, o convento da Arrábida foi o local escolhido para o sepultamento de D. Álvaro, D. Juliana e D. Pedro, sendo este cenóbio desde há muito alvo da estima dos duques de Aveiro e continuando a sê-lo nas vésperas da extinção da sua casa⁴⁶.

Neste sentido, o investimento em casas religiosas não correspondeu à instituição de espaços de reclusão para as suas filhas celibatárias: a opção pelas casas religiosas onde estas se recolheram obedeceu a outros critérios. Muito concretamente, à localização destes conventos junto de espaços de residência ducal, não obstante a itinerância que caracterizou as cortes régias e senhoriais do Renascimento⁴⁷. Muita documentação da primeira metade do século XVI confirma a deambulação do duque de Coimbra por terras das ordens militares, mas revela também períodos de fixação mais ou menos prolongados em Lisboa e Setúbal⁴⁸, que outras fontes confirmam.

A 14 de abril de 1522, D. João III ordenou a D. Jorge que «fosse das pousadas, de onde em Santos pousava, para as suas pousadas de Lisboa, e que até à

⁴³ ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, maço 7, n.º 522A, fls. 1-14v.

⁴⁴ Datado de 1745, o testamento de D. Gabriel encontra-se incompleto – ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de Jesus de Aveiro, mc. 1, fls. 4-7.

⁴⁵ António Caetano de Sousa, *Provas...*, VI, cit., p. 36-45 e BNE, MSS. 1439, fl. 279v.

⁴⁶ Frei António da Piedade, *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, I, Lisboa, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728, p. 84-95 e BA, 54-XI-45, n.º 8, *passim*.

⁴⁷ John Adamson, “The making of the Ancien-Régime Court”, in John Adamson (ed.), *The princely courts of Europe. Ritual, Politics and Culture under the Ancien Régime (1500-1750)*, London, Weiden & Nicolson, 1999, p. 7-41.

⁴⁸ A título de exemplo, vide ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 67, n.º 1; mc. 78, n.º 98 e Parte II, mc. 5, n.º 76; mc. 10, 122; mc. 12, n.º 15 e 142; mc. 13, n.º 30, 68 e 69; mc. 15, n.º 29 e 31; mc. 17, n.º 132; mc. 29, n.º 31 e 53; mc. 32, n.º 57, 59, 74 e 75; mc. 33, n.º 53, 155, 156; mc. 39, n.º 32 e 117; mc. 47, n.º 101, 159 e 160; mc. 57, n.º 140; mc. 59, n.º 48; mc. 63, n.º 116; mc. 68, n.º 79; mc. 101, n.º 69; mc. 102, n.º 137; mc. 113, n.º 17; mc. 124, n.º 85; mc. 147, n.º 10; mc. 165, n.º 105.

terça-feira seguinte se saísse delas, e da cidade se fosse para sua *casa*»⁴⁹. Apesar de não se especificar qual a *casa* a que o rei se reportava, esta situar-se-ia em Setúbal. Nesta vila, junto à igreja de São Julião, existia um palácio da ordem de Santiago, depois herdado pelos seus sucessores enquanto alcaides-mores da vila⁵⁰. Esta hipótese é reforçada pelo facto de também existir um regimento de aposentadoria, datado de 1508, no qual foram enunciadas as obrigações dos habitantes de Setúbal para com D. Jorge e os moradores da sua casa em matéria de alojamento e alimentação⁵¹.

Quanto à casa de Santos, tratava-se de um paço situado na zona extramuros da cidade e localizado defronte ao convento da Esperança⁵². O local de redação de muitos documentos redigidos ao tempo dos duques D. João e D. Jorge II revela que foi esta a sua residência permanente, bem como os registos paroquiais da freguesia de Santos-o-Velho e os respetivos assentos de batismo e de óbito de moradores e criados dos duques de Aveiro. Por sua vez, nos finais do século XVI, os duques D. Álvaro e D. Juliana estabeleceram-se em Azeitão⁵³, sendo a sua permanência comprovada também pelos registos paroquiais de São Lourenço de Azeitão referentes aos seus filhos e filhas e a vários criados da sua casa.

Tabela – Destino dos celibatários

Filiação	Masculinos			Femininos			Total
	Secular	Regular	Total	Conv. de São João (Setúbal)	Most. da Esperança (Lisboa)	Conv. da Madre de Deus (Lisboa)	
D. Jorge I	1	-	1	3	1	-	4
D. Álvaro	2	1	3	2	-	2	4

Conforme demonstra a tabela apresentada em cima, o destino das filhas celibatárias dos duques de Coimbra e Aveiro correspondeu a ingressos em conventos localizados em Lisboa e Setúbal. D. Helena de Lencastre, filha de

⁴⁹ Ernesto de Campos de Andrada, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, conde de Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568)*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, p. 218-219. Realces nossos.

⁵⁰ ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Livro 148, fl. 74 e Livro 202, fl. 23.

⁵¹ ANTT, *Leitura Nova*, Livro 12, fls. 296-300.

⁵² Joel Mata, *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um Estudo Religioso, Económico e Social*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2007 e A. Vieira da Silva, "O Mosteiro da Esperança", *Revista Municipal*, 45 (1945), p. 11-22.

⁵³ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1620, p. 88.

D. Jorge, sucedeu à sua avó paterna, D. Ana de Mendonça, como comendadeira do mosteiro da Esperança, enquanto as restantes filhas dos duques de Coimbra e Aveiro recolheram-se no convento de São João de Setúbal. Por fim, duas outras filhas de D. Álvaro e D. Juliana entraram no convento da Madre de Deus de Lisboa, reforçando a ideia de que a sua localização justificaria a escolha. Nestas circunstâncias, a reclusão das filhas em casas religiosas não significava obrigatoriamente o seu afastamento da casa onde haviam nascido.

Os homens sobrepõem-se claramente às mulheres no conjunto dos descendentes que contraíram matrimónio, perfazendo cerca de dois terços. O investimento no casamento de secundogénitos implicava a disponibilidade de recursos associados à casa, sendo as possibilidades ou as necessidades de cada geração que justificaram a sua concretização. A primeira situação é demonstrada pelo percurso dos segundo e terceiro filhos do duque de Coimbra e mestre das ordens de Avis e Santiago, milícias a cujos bens se recorreu para se lhes dar estado⁵⁴. Assim, a concessão de rendimentos que garantissem o condigno sustento dos filhos de D. Jorge não significou um investimento que tenha implicado a perda dos bens da Coroa ou patrimoniais que constituíam a sua casa.

Em sentido inverso, a reduzida fertilidade do casamento do primeiro duque de Aveiro e a necessidade de garantir uma segunda linha de sucessão terão motivado o investimento no matrimónio do segundo e último filho, D. Pedro Dinis de Lencastre. Em 1559, o duque D. João adquiriu a capitania brasileira de Porto Seguro para deixar ao secundogénito, reservando-lhe posteriormente as suas comendas de Santiago do Cacém e de Sines⁵⁵. O falecimento precoce de D. Pedro, ocorrido a 23 de setembro de 1675⁵⁶, provocou o ingresso da capitania na casa do duque de Aveiro⁵⁷. No século XVII, o duque D. Álvaro concedeu a donataria ao seu secundogénito. O rei derogou a pretensão, mas investiu D. Afonso na dignidade de comendador-mor da ordem de Santiago e,

⁵⁴ D. Afonso e D. Luís administraram várias comendas e foram nomeados comendadores-mores das ordens de Santiago e de Avis – cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*, Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 304 e 520.

⁵⁵ António Caetano de Sousa, *Provas...*, VI, cit., p. 67-77; ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, maço 7, n.º 522A, fls. 9-9v e Gavetas, Gaveta 5, mc. 1, fl. 1.

⁵⁶ ANTT, Paróquia de Santos-o-Velho, Livro de Registos Mistos, 1566/1678, fl. 104.

⁵⁷ Pedro de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil*, Brasília, Edições do Senado Federal, 2008, p. 43; Fernão Cardim, *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, Lisboa, s.n., 1817, p. 25 e Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 65.

por ocasião do seu casamento com D. Ana de Sande, outorgou-lhe também o título de marquês de Porto Seguro⁵⁸.

Este último aspeto é interessante de referir na medida em que demonstra ser a celebração de casamentos acompanhada de doações régias: o assentamento do título de duque de Aveiro foi doado a D. João alguns meses após a celebração do seu casamento, em 1547, embora usasse o título desde os inícios da década de 1530⁵⁹; poucos dias antes da celebração do casamento de D. Álvaro e D. Juliana, em setembro de 1588, foram concedidos os títulos de duque de Torres Novas para o seu primogénito e de marquês de Torres Novas para o filho deste⁶⁰; sintomaticamente, o casamento de D. Jorge I com D. Beatriz realizou-se a escassos dias após a doação das terras do ducado de Coimbra e da vila de Torres Novas⁶¹. Conforme a associação que Rafael Bluteau estabeleceu entre o termo casa e o estado matrimonial, tratava-se de «por ao casado sua casa»⁶².

O casamento de mulheres ocorreu em menor número e correspondeu a apenas um terço do conjunto de descendentes que contraíram matrimónio. Como atrás foi defendido, os casamentos das três filhas de D. Álvaro terão constituído a exceção à regra que orientou o destino tomado pelas mulheres. No caso de D. Juliana, única filha dos segundos duques de Aveiro, a realização do seu casamento deveu-se à falta de descendência masculina e à indicação expressa por D. Jorge II em testamento. Apesar das tentativas de uni-la a nobres espanhóis⁶³, casou com D. Álvaro de Lencastre, filho do comendador-mor D. Afonso e primo do duque D. Jorge II, sendo o único casamento celebrado com um membro da mesma linhagem⁶⁴.

⁵⁸ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 178-179.

⁵⁹ ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, ofícios e mercês, Livro 15, fl. 97v. O título terá sido concedido por D. João III em data anterior a 1535, pois as crónicas régias assim intitulam D. João ao referir a jornada do infante D. Luís a Barcelona. A datação é corroborada por uma carta, datada de 11 de maio, pela qual o duque de Aveiro constituiu o conde de Vimioso como seu procurador às Cortes de Torres Novas, recuando mais um ano ao considerar-se uma relação de comendas da ordem de Santiago, na qual é mencionado. D. João casou-se com D. Juliana a 1 de fevereiro de 1547 e o assentamento ducal foi doado a 26 de julho, embora a carta de doação do título fosse passada somente dez anos depois – cf. António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 44-45 e 64-67; ANTT, Corpo Cronológico, Parte 2, mc. 200, n.º 106; Gavetas, Gaveta 4, mc. 1, n.º 9 e Chancelaria de D. João III, Doações, ofícios e mercês, Livro 15, fl. 97v.

⁶⁰ António Caetano de Sousa, *Provas...*, VI, cit., p. 77-78 e Academia das Ciências de Lisboa, MSS. 289, fls. 463 e seguintes.

⁶¹ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 13.

⁶² Rafael Bluteau, *Vocabulario...*, II, cit., p. 174.

⁶³ ANTT, Núcleo Antigo 880, n.º 313.

⁶⁴ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 71-73 e 83-93.

Este casamento, além de ter sido o único que uniu membros da linhagem Lencastre, foi dos poucos celebrados com filhos de nobres não titulados. O segundo casamento contraído nestas circunstâncias foi celebrado por D. Luís de Lencastre, terceiro filho do duque de Coimbra e comendador-mor de Avis, e D. Madalena de Granada, aia da rainha D. Catarina e filha do governador da Galiza. Os restantes doze casamentos que se realizaram durante os séculos XVI e XVII corresponderam a matrimónios que uniram as filhas e os filhos dos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas a descendentes de duques, marqueses e condes de origem portuguesa e espanhola ou de outros espaços da Monarquia Católica.

Um estudo recente sobre os casamentos mistos celebrados no decurso da terceira dinastia demonstra que a celebração destes matrimónios ocorreu sob os auspícios régios, pretendendo a Coroa promover a integração das nobrezas do Império de Habsburgo⁶⁵. Os titulados portugueses não aderiram ao projeto com grande entusiasmo, mas a Casa de Aveiro constituiu uma das raras exceções. Esta estratégia familiar contrastou com a orientação tomada durante o século XVI, quando dos seis casamentos realizados somente dois foram contraídos com filhas de nobres espanhóis: o casamento de D. Luís, acima mencionado, e o de D. Jorge II com D. Madalena Teles de Girón, filha do conde de Ureña e irmã do duque de Osuna.

Os seis casamentos dos filhos e filha dos terceiros duques de Aveiro e dos duques de Torres Novas negociados fora de Portugal confirmam a adesão desta casa ao projeto filipino. Os três filhos de D. Álvaro e D. Juliana uniram-se a quatro mulheres originárias de vários domínios da coroa espanhola: o duque de Torres Novas, D. Jorge II, casou por duas vezes com as filhas do príncipe de Melfi e do duque de Maqueda; D. Afonso, marquês de Porto Seguro, consorciou-se com a filha do marquês de Valdefuentes e D. Luís uniu-se à filha do marquês de Malagón. Esta tendência manteve-se na geração seguinte: o casamento de D. Raimundo foi celebrado com uma filha do príncipe de Ligne e o de D. Maria de Guadalupe, sua irmã, realizado com D. Manoel Ponce de León, duque de Arcos. No entanto, ambos os casos distinguem-se dos exemplos mencionados anteriormente, pois ocorreram somente após a fuga do duque de Aveiro para Espanha.

A rejeição deste senhor à causa brigantina já foi referida por diversas vezes, mas agora convém referir que considerá-la uma manifestação de fidelidade

⁶⁵ Mafalda Soares da Cunha, “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”, in Bartolomé Yun Casalilla (dir.), *Las Redes del Imperio: Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*, 1492-1714, Madrid, Marcial Pons, 2009, p. 205-231.

a D. Filipe III pode ser precipitado. A 1 de dezembro de 1640, a duquesa de Torres Novas, como tutora e administradora dos bens do seu filho, governava interinamente a Casa de Aveiro. As notícias da aclamação brigantina foram recebidas com resistência em alguns dos senhorios ducais e D. Ana Maria foi obrigada pelo rei a recolher-se em Penela⁶⁶. Anos depois, alertava-se o rei para o perigo que representava o facto de o duque ser criado pela duquesa de Torres Novas e pelas suas criadas castelhanas⁶⁷. Não obstante estas indicações, a troca epistolar entre a rainha, o conde de Soure e o duque de Aveiro sugere que a discórdia resultou dos impedimentos que D. Luísa de Gusmão levantou ao casamento que D. Raimundo desejava celebrar⁶⁸.

O confronto entre o duque e a rainha devido à rejeição do casamento não foi inédita, embora nenhum dos episódios anteriores resultasse num desfecho tão trágico quanto a rutura protagonizada por D. Raimundo em 1659: pouco depois do falecimento do rei D. Manuel, D. Jorge de Lencastre e o marquês de Torres Novas foram expulsos da corte devido às alegações de D. João acerca do suposto casamento realizado em segredo com D. Guiomar Coutinho, filha do conde de Marialva prometida ao infante D. Fernando; anos depois, o duque de Coimbra também foi obrigado a recolher-se em Setúbal devido ao escândalo que provocava a sua insistência em casar com D. Maria Manuel, dama da rainha D. Catarina⁶⁹.

A reprodução de ambos os episódios nas crónicas dos reinados de D. Manuel e D. João III, nos termos em que foi realizada, poderá ter constituído «um objecto de propaganda sistemática» contra D. Jorge e D. João⁷⁰. De momento não interessa averiguar a veracidade dos pormenores relatados, mas é interessante observar as alegações de D. Fernando Coutinho relativamente aos interesses do marquês de Torres Novas, a quem acusava de cobiçar a sua fazenda⁷¹. Muito embora as circunstâncias em que D. Guiomar se encontrava fossem excepcionais, pois era filha única e universal herdeira do conde de Marialva, o episódio é revelador do quão interessante podia ser um casamento.

⁶⁶ Mafalda Wagner de Moura, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 132-134.

⁶⁷ BA, 51-IX-6, n.º 175, fls. 349-349v.

⁶⁸ ANTT, Manuscritos da Livraria, Livro 1145, fls. 1-5.

⁶⁹ António Caetano de Sousa, *Historia...*, XI, cit., p. 23-30 e 42-43 e *Provas...*, VI, cit., p. 21-29.

⁷⁰ Sanjay Subrahmanyam, *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 92.

⁷¹ BA, 50-V-33, fls. 399-399v.

Os matrimónios eram antecidos pela celebração de capitulações nupciais mediante as quais era acordado dote da noiva e garantida a sua restituição em determinadas circunstâncias. Pelo seu casamento com D. Beatriz, por exemplo, foram prometidos a D. Jorge 11.000\$000 reais pagos durante três anos e em vários géneros, de bens móveis a dinheiro cobrado dos bens da Coroa dos sogros. O dote de D. Juliana foi definido em termos semelhantes, sendo estabelecido o pagamento de 20.000\$000 reais ao longo de seis anos e discriminados os senhorios da Casa de Vila Real onde se cobraria o dinheiro⁷². O contrato de casamento de D. Jorge II com D. Madalena acordava que os 32.000\$000 réis prometidos seriam entregues sob a forma de mercês régias, joias e outros bens móveis, padrões de juro e dinheiro⁷³, enquanto o segundo casamento do duque de Torres Novas garantia somente a legítima da duquesa, certas joias e as mercês régias habitualmente recebidas pelas filhas dos Grandes de Espanha⁷⁴.

As contrapartidas apresentadas pelos noivos corresponderam a um terço do dote. Para esse efeito, hipotecaram as rendas, bens da Coroa e jurisdições dos seus senhorios. Em 1500 e 1568, foram penhorados os rendimentos da vila de Torres Novas, enquanto em 1547 as arras eram garantidas com as rendas de Aveiro e de Montemor-o-Velho. A terça parte do dote de D. Ana Maria assegurou-se hipotecando todos os estados da Casa de Aveiro, à qual se somou a promessa de o duque de Torres Novas despendar mensalmente 200\$000 réis para os gastos da sua câmara e de, em caso de viuvez, a duquesa também poder optar por assentar residência num senhorio à sua escolha. Quando os primeiros duques de Aveiro casaram, foi também estabelecida a instituição de um morgado com o valor do dote e o seu progressivo acrescentamento.

Em jeito de conclusão, importa recordar a elevada média de nascimentos ocorridos na Casa de Aveiro durante os séculos XVI e XVII e o relativo equilíbrio na geração de homens e de mulheres. A sua distribuição no decurso deste período ocorreu de forma desigual em virtude da elevada fertilidade de dois casamentos, cuja durabilidade constituiu a principal causa do elevado número de filhos e filhas gerados, assim como da esterilidade de um número igual de matrimónios. Estes últimos dois casos, contudo, não originaram grandes consequências a nível sucessório. O duque de Torres Novas casou uma segunda vez e o seu filho D. Raimundo contraiu matrimónio somente depois de abandonar Portugal. Não obstante a administração régia sob a qual a Casa de Aveiro foi

⁷² António Caetano de Sousa, *Provas...*, VI, cit., p. 45-54.

⁷³ Archivo Historico Nacional (Toledo), Sección Nobleza, Osuna, C. 9, D. 26-27.

⁷⁴ António Caetano de Sousa, *Provas...*, VI, cit., p. 79-89.

colocada após a sua fuga, a ampla descendência deixada pelos seus avós e pais acabou por garantir a sua sucessão ao fim de uma década.

Houve ainda um certo equilíbrio entre os descendentes que adotaram o celibato e os que casaram, muito embora o estado tomado por cada filho e cada filha tenha dependido de diversos fatores. As mulheres foram maioritariamente encaminhadas para casas religiosas e as que casaram constituíram exceções ocorridas sem nenhuma relação com o seu posicionamento na ordem de nascimento e em contextos bastante específicos. Quando não contrariaram a disciplina familiar a que estavam sujeitas, os matrimónios das filhas celebraram-se na ausência de descendentes do sexo masculino ou, porventura, consumando alianças com outras casas senhoriais. Os casamentos dos homens perfizeram a clara maioria tanto da população masculina como do conjunto de filhos que contraíram matrimónio e corresponderam sempre aos primeiros filhos na ordem de nascimento, independentemente do número de filhos de cada casamento. O maior investimento no matrimónio de filhos e a prevalência do ingresso das filhas em casas religiosas parecem, pois, corresponderem a uma estratégia familiar que pretendia simultaneamente assegurar a sucessão na Casa de Aveiro e preservar os seus recursos. Neste sentido, a análise dos percursos individuais das filhas e dos filhos da Casa de Aveiro, nascidos nos séculos XVI e XVII, constitui um contributo relevante para o conhecimento das estratégias familiares da aristocracia portuguesa da Época Moderna.

**Aspetos do quotidiano e vivência feminina nos navios
da carreira da Índia durante o século XVI:
primeiras mulheres, buscas e sexualidade a bordo**

***Aspects of the daily life and women living aboard the ships
of the carreira da Índia during the 16th century: the first women, searches
and sexuality on board***

MARCO OLIVEIRA BORGES

Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013

Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa

marcoliveiraborges@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Embora pouco reconhecida e estudada, a presença de mulheres a bordo dos navios da carreira da Índia foi uma realidade. É nosso objetivo contribuir para a continuação das investigações sobre este tema, analisando aspetos do quotidiano e dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas viagens de ida e de volta da Índia durante o século XVI. Destacaremos as primeiras mulheres que embarcaram rumo ao Oriente, o pensamento que o homem tinha da mulher na época, as buscas feitas nos navios, bem como aspetos relacionados com a vida sexual e casamentos a bordo.

Palavras chave:

Carreira da Índia; Naus; Mulheres; Vida a bordo; Quotidiano.

Abstract:

Although it is little recognized and studied, the presence of women on board the *Carreira da Índia* was a reality. We aim to carry on the research on the topic, analysing aspects of the everyday life and the difficulties faced by women who travelled to and back from India during the 16th century. We will emphasize the first women who sailed East, the thought men had about women at the time, the searches done on ships, as well as aspects related to sexual life and weddings on board.

Keywords:

Carreira da Índia; Ships; Women; Life on board; Everyday life.

Introdução

Durante muito tempo a presença feminina nas narrativas historiográficas ligadas à Expansão Portuguesa dos séculos XVI-XVII foi praticamente inexistente. Aliás, de um modo geral, durante largo tempo as mulheres foram esquecidas da História¹. Para fazer face a essa situação e mudar a direção do olhar histórico, algumas historiadoras enfatizaram que o importante não era centrar as atenções apenas numa história das mulheres, mas sobretudo na relação entre os dois géneros².

Em Portugal, foi na década de 1990 que arrancaram em força os estudos sobre a história das mulheres e que ganhou forma a sua presença no ensino superior³. No que respeita ao estudo da presença feminina na Expansão Portuguesa, um momento alto ocorreu em 1994, ano em que Lisboa acolheu um congresso internacional promovido pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, reunindo numerosos estudiosos. Com efeito, este encontro veio “a revelar uma face quase desconhecida da expansão portuguesa: a do seu rosto feminino”⁴. No ano seguinte vieram a lume as atas do congresso (2 vols.).

Entre os investigadores que ao longo do tempo abordaram a presença feminina na carreira da Índia, destacam-se os trabalhos pioneiros de Germano Correia, C. R. Boxer e Elaine Sanceau, os quais foram mostrando que a ausência das mulheres era uma das lacunas profundas e injustificáveis no seio da historiografia ultramarina portuguesa⁵. Outros investigadores posteriores foram trazendo importantes contributos para a compreensão da vida das mulheres embarcadas, alguns abordando a presença feminina de forma muito sumária, outros desenvolvendo mais as suas investigações, destacando-se os estudos de

¹ Anne Cova, “Escrever a História das Mulheres”, in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 4, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, p. 117.

² Anne Cova, “Escrever...”, cit., p. 118.

³ Cf. Anne Cova, “Escrever...”, cit., p. 119-129.

⁴ “Nota prévia”, in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional realizado em Lisboa, Portugal. 21-25 de Novembro de 1994*, vol. I, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 15.

⁵ Alberto Carlos Germano da Silva Correia, *História da Colonização Portuguesa da Índia*, 6 vols., Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1948-1958; C. R. Boxer, “The *carreira da Índia* (ships, men, cargoes, voyages)”, in *O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, [s.n.], 1961, p. 50-51; *idem*, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Trad. de Saúl Barata, Lisboa, Livros Horizonte, 1977; Elaine Sanceau, *Mulheres portuguesas no ultramar*. Trad. de Aureliano Sampaio, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1979.

Fina d'Armada⁶ De uma forma geral, entre estes autores ressalta a ideia de que a presença feminina na carreira da Índia é um tema ainda pouco explorado, mas de fundamental importância.

Neste estudo traremos um primeiro de outros contributos sobre a temática em discussão, sendo fundamental desde já a colocação de algumas questões prévias – algumas já apresentadas pela historiografia mas que merecem mais olhares – para as quais tentaremos trazer respostas: quem foram as primeiras mulheres (portuguesas ou não) que viajaram na carreira da Índia? Porque razões embarcaram nos navios? Sob que condição social? Como era vista a presença feminina a bordo face aos olhos dos homens da época? Quais as reações? De que modo a sua presença influenciou a vida a bordo? Em que locais do navio viajavam? Como se relacionavam com os homens? Outras questões e temas serão tratados futuramente.

A cronologia de trabalho está centrada no século XVI, sobretudo na primeira metade, se bem que um ou outro dado já nos remeta para o seguinte.

⁶ Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, “A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI)”, sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIV (1988), p. 22; Paulo Celso Miceli, *O ponto onde estamos. Viagens e viajantes nas histórias da história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 244-249; *idem*, “«O zelo da virtude contra a peçonha do Diabo» - *sospeitas, virtuosas e impudentes*: a visibilidade feminina nas viagens portuguesas à época dos Descobrimentos”, in *O Rosto Feminino...*, cit., p. 187-196; Fina d'Armada, “As mulheres nas naus da Índia (séc. XVI)”, in *O Rosto Feminino...*, cit., p. 197-230; *idem*, “As 35 navegantes da nau «S. Paulo» (1560-1561)”, in Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, Anne Cova, Elvira Cunha de Azevedo Mea (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 79-105; *idem*, *Mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama*, 2ª ed., Lisboa, Ésquilo, 2007 [1ª ed., 2006]; António Lopes e Eduardo Frutuoso, “A vida a bordo nas naus da Carreira da Índia” (1995 e 2003) (<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/projects%20ir%20vidaabordo1.htm>, consultado em 2014.05.27); Fábio Pestana Ramos, “Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias”, *Revista de História*, 137 (1997), p. 77-94; Timothy J. Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Trad. de José Vieira de Lima, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 193-195 e 205-256; Amélia Polónia, “De Portugal al espacio ultramarino. Inclusión y exclusión femenina en la expansión ultramarina (siglo XVI)”, in Dora Dávila Mendoza (coord.), *Historia, género y familia en Iberoamérica (siglos XVI al XX)*, Caracas, Fundación Konrad Adenauer, 2004, p. 21-65 ([https://books.google.pt/books?id=dTiOqBAPz4AC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=Dora+D%C3%A1vila+Mendoza+\(coord.\),+Historia,+g%C3%A9nero+y+familia+en+Iberoam%C3%A9rica&source=bl&ots=KqkcHGZleG&sig=juWNo_wrWruUXXjoldhY3Q-u0_s&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjLjMjlyqfMahVFNhoKHfrQAP4Q6AEIHjAA#v=onepage&q=Pol%C3%B3nia%2C%20&f=false](https://books.google.pt/books?id=dTiOqBAPz4AC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=Dora+D%C3%A1vila+Mendoza+(coord.),+Historia,+g%C3%A9nero+y+familia+en+Iberoam%C3%A9rica&source=bl&ots=KqkcHGZleG&sig=juWNo_wrWruUXXjoldhY3Q-u0_s&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjLjMjlyqfMahVFNhoKHfrQAP4Q6AEIHjAA#v=onepage&q=Pol%C3%B3nia%2C%20&f=false), consultado em 2016.01.10).

1. *A viagem*

A carreira da Índia foi a viagem marítima anual feita entre Portugal e os portos orientais e que chegou a ser considerada a maior e mais árdua do mundo⁷. A longa e dura jornada demorava perto de seis meses, estando sujeita a diversos perigos, a difíceis condições de vida a bordo e ao rigor climático de diferentes latitudes⁸. Na viagem para a Índia embarcavam centenas de pessoas em cada navio, estando a média à volta das 500, sendo que alguns chegaram a transportar perto de 1.000⁹.

Habitualmente as armadas da Índia partiam de Lisboa entre o início de março e meados de abril. Depois de chegarem a área das ilhas de Cabo Verde, era norma que os pilotos inflétissem para Sudoeste numa derrota que levava os navios até próximo da costa brasileira. Descaía-se depois para o rumo de Leste, a fim de alcançar o cabo da Boa Esperança, sendo que, caso este fosse dobrado na primeira quinzena de julho, aconselhava-se que se seguisse a chamada “viagem por dentro”, a qual habitualmente levava os navios a fazerem escala em Moçambique. No caso em que os navios dobrassem o dito cabo depois de meados de julho, aconselhava-se a rota por fora da ilha de S. Lourenço. A chegada à Índia ocorria em finais de agosto ou já em setembro.

A torna-viagem tinha princípio em finais de dezembro ou inícios de janeiro, chegando as naus a Lisboa em fins de junho ou já em julho. Para as que partiam mais cedo era preferível a derrota pelo canal de Moçambique, enquanto que as retardatárias deveriam seguir a rota por fora. Ao passarem o cabo da Boa Esperança podiam fazer uma breve escala para abastecimento nas ilhas de Santa Helena e Ascensão¹⁰, sendo que a aproximação à costa africana era desaconselhada devido às calmarias da Guiné¹¹. Era a Norte das ilhas de Cabo

⁷ Cf. Alessandro Valignano S. I., *Historia del principio y progreso de la Compañia de Jesús en las Indias Orientales (1542-64)*, Roma, Institutum Historicum S. I., 1944, p. 9-11.

⁸ Cf. João de Barros, *Ásia de João de Barros*, seg. déc., liv. VII, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, cap. II, p. 315.

⁹ Rui Landeiro Godinho, “Carreira da Índia”, in Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa. 1415-1600*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, p. 221-222.

¹⁰ Para uma perspetiva mais detalhada das rotas e dificuldades enfrentadas, cf. Alessandro Valignano S. I., *Historia del principio...*, cit., p. 10-11; Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, “A vida a bordo...”, cit., p. 10-13; Luís de Albuquerque, “Carreira da Índia”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, [Lisboa], Caminho, 1994, p. 205; Rui Landeiro Godinho, “Carreira...”, cit., p. 221-227.

¹¹ Diogo de Couto, *Da Ásia de Diogo de Couto*, déc. quarta, pt. I, Lisboa, Na Officina Typografica, 1778, p. 62.

Verde que os navios vindos da Índia iniciavam a “volta pelo largo”, que os levava até aos Açores, sendo que depois deste arquipélago os navios faziam uma escala final em Cascais e só depois rumavam a Lisboa¹².

2. As primeiras mulheres na carreira da Índia: presença e consequências

A presença de mulheres a bordo de navios portugueses não constituiu qualquer novidade com o advento da carreira da Índia. Logo após ser tomada a decisão de que se deveria conservar Ceuta permanentemente, algumas mulheres portuguesas foram enviadas para aquela praça de guerra com os seus companheiros, situação que também aconteceu noutras fortalezas costeiras à medida que os portugueses se iam estabelecendo no Norte de África¹³. Algumas iam mesmo para as praças marroquinas sob a condição de degradedas ou como mancebas¹⁴.

Do mesmo modo, na vizinha Castela também chegaram a embarcar mulheres rumo ao Novo Mundo, se bem que isso tenha acontecido apenas a partir da terceira viagem de Cristóvão Colombo (1497-1498). Com efeito, sabe-se que a terceira armada castelhana transportou 30 mulheres rumo às Índias de Castela. A partir de então, todos os anos um grupo de castelhanas embarcava embora as estimativas quanto a um possível número não passem de conjecturas¹⁵.

Muito embora não existam registos documentais de mulheres que tenham participado na primeira viagem à Índia (1497-1499), isso não significa uma verdadeira ausência. O primeiro caso conhecido de mulheres embarcadas nos navios portugueses que rumavam anualmente ao Oriente remonta a 1502. Durante a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, para a qual partiram 20 navios¹⁶, Gaspar Correia diz que chegados à cidade de Quíloa (pequena ilha junto à costa da atual Tanzânia) os portugueses entraram em contacto com “muy fermosas mulheres”¹⁷. Uma vez maltratadas pelos mouros, estas optavam

¹² Sobre este assunto e as condicionantes geográficas que faziam de Cascais um porto fulcral no apoio a toda a navegação com destino a Lisboa, cf. Marco Oliveira Borges, *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*. Dissertação de Mestrado em História Marítima, Universidade de Lisboa, 2012, p. 61-81 e *passim*.

¹³ C. R. Boxer, *A Mulher...*, cit., p. [13].

¹⁴ Cf., por exemplo, *Documentos das Chancelarias anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Ed. de Pedro de Azevedo, t. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 155-156.

¹⁵ C. R. Boxer, *A Mulher...*, cit., p. 43.

¹⁶ Cinco deles para ficarem de armada junto às feitorias de Cananor e Cochim e, durante o verão, junto à boca do estreito do mar Roxo (cf. João de Barros, *Ásia...*, cit., prim. déc., liv. VI, cap. II, p. 221).

¹⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975, cap. IV, p. 282.

por fugir e embarcar nas naus portuguesas com as suas filhas. Assim, com a convivência de alguns marinheiros, longe de terra há meses e “sedentos de amor feminino”¹⁸, mais de 200 mulheres foram escondidas cuidadosamente. Ao serem descobertas, estas alegaram que se queriam converter ao cristianismo, sendo que os próprios marinheiros portugueses haviam ajudado à elaboração dessa ideia. Esse seria um argumento útil para justificar a sua presença a bordo, já que, mesmo que escondidas nos navios, seria difícil deixar passar despercebida tanta mulher sem que se notasse, ainda que o cronista possa ter exagerado na quantidade enumerada. Contudo, Vasco da Gama, almirante e capitão-mor da armada, entendeu que essa suposta conversão não era o real motivo para quererem embarcar. Na verdade, a razão prendia-se com a necessidade de estas mulheres fugirem aos maus-tratos infligidos pelos seus maridos (mouros).

Deste modo, e vendo como era “grão incoveniente às consciencias dos homens, e pera outros defeitos andarem molheres em naos antre tantos homens, de que podem soceder tantos males, que serão peores ante Deos”, Vasco da Gama ordenou trazer à sua nau todas as quiloenses e que fossem deixadas em terra, excetuando algumas meninas – caso houvessem – que “nom fossem tocadas d’homem”. O almirante fez ver que a razão principal para deixá-las em terra tinha a ver com o perigo que podia surgir da “conuersação das molheres”, pois a “cada hora andamos com a morte”. Quem não cumprisse as ordens apregoadas nas naus e caravelas ficava sujeito à pena de morte¹⁹. Ou seja, perante tantos perigos que os marinheiros enfrentavam no quotidiano marítimo, sendo postos à prova de diversas maneiras, a presença de mulheres acabava por ser um meio de distração que podia vir a causar sérios problemas.

Contudo, Vasco da Gama, que havia entrado em Quíloa causando terror com o poder de fogo da artilharia dos seus navios²⁰, ordenou que Gaspar da Índia, “lingoa” (tradutor) que seguia a bordo, avisasse o rei local de que estava proibido de tratar mal aquelas mulheres. Caso contrário, quando voltasse da Índia, quebraria a paz estabelecida e destruiria aquela cidade. Mas alguns mouros não quiseram as suas mulheres de volta, porque as mesmas alegavam já ser cristãs, sendo que isso veio a causar um diferendo religioso que as colocou em risco de morte. Assim, Vasco da Gama viu-se forçado a deixar embarcar 40 quiloenses na sua nau, ainda que nas “camaras fechadas” para que não ocorresse contacto com os homens portugueses. Uma vez chegadas à Índia, as

¹⁸ Fina d’Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 158.

¹⁹ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. I, cap. IV, p. 282-284.

²⁰ Tendo subjugado o rei local como vassalo de Portugal, obrigando-o a pagar um tributo anual em ouro (João de Barros, *Ásia...*, cit., prim. déc., liv. VI, cap. III, p. 225).

renegadas foram postas em Cananor e Cochim, sendo que as suas filhas foram as primeiras mulheres que daquelas partes viajaram para Portugal²¹. É possível que algumas se tenham casado com portugueses²².

Tem-se dito que as mulheres de Quíloa que entraram em contacto com os portugueses faziam parte de uma colónia muçulmana de raça branca²³. No entanto, à semelhança do que acontecia em Mombaça e Melinde, locais não muito distantes e onde havia gente de “cor baça”, branca e negra, incluindo as mulheres²⁴, o agrupamento humano de Quíloa teria as mesmas características. Aliás, Duarte Barbosa confirma que, embora sendo uma terra dominada por mouros, estes eram “deles brancos, deles pretos”²⁵. Para além disso, em 1506, três mulheres negras quiloenses serviam na fortaleza que os portugueses ali construíram²⁶.

No que respeita à presença feminina portuguesa na carreira da Índia, costuma-se dizer que somente temos dados que nos mostram que algumas mulheres chegaram ao Índico em 1505. Contudo, na armada em que Lopo Soares retornou ao Reino nesse mesmo ano viajava D. Isabel Pereira, mulher de Henrique da Silveira²⁷, pelo que teria de ter chegado à Índia pelo menos no ano anterior. O aspeto que se destaca neste caso tem a ver com o facto de que D. Isabel Pereira foi uma das pessoas que, nessa viagem de retorno, trazia pimenta a partido, ou seja, uma das modalidades de participação no comércio particular da Índia. É possível que o seu investimento neste comércio não se tenha esgotado aí. Note-se que, quanto aos partidos, não era obrigatório que o(a) privilegiado(a) com tal título esgotasse a oportunidade de participação numa única vez²⁸. Poderá não ter sido o único caso feminino, sendo que outras mulheres com um certo estatuto social poderão ter investido no trato das especiarias ao longo do tempo.

Ainda para 1505 temos dados que nos mostram a presença de portuguesas na costa oriental africana. No regimento deste ano que D. Manuel concedeu a

²¹ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. I, cap. IV, pp. 282-284.

²² Fina d’Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 161.

²³ Alberto Carlos Germano da Silva Correia, *História da Colonização...*, cit., vol. I, p. 229-230; Fina d’Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 157.

²⁴ Cf. Duarte Barbosa, *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente [...]*. Introd. e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 23-24.

²⁵ Duarte Barbosa, *Livro...*, cit., p. 23.

²⁶ Vide infra, n. 35.

²⁷ ANTT, *Núcleo Antigo*, 913, fls. 29 e segs. apud M. Rosário S. Themudo Barata A. Cruz, *O sistema de distribuição das cargas nas armadas da Índia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 25 e 29.

²⁸ M. Rosário S. Themudo Barata A. Cruz, *O sistema de distribuição...*, cit., p. 25.

D. Francisco de Almeida para assumir o cargo de vice-rei da Índia, ordenava-se a passagem por Sofala, para a construção de uma fortaleza, da qual seria capitão Pedro de Anaia, bem como por Quíloa, onde se construiria outra, ficando a capitania a cargo de Pero Ferreira²⁹. D. Francisco de Almeida partiu de Lisboa a 25 de março do dito ano, levando consigo uma armada de 14 naus e 6 caravelas, enquanto que Pero de Anaia zarpuou a 18 de maio, como capitão-mor de 6 naus³⁰. Nesses navios vinham mulheres.

Após a construção da fortaleza de Sofala algumas portuguesas ficaram a servir no local. De 1 de março de 1506 surge um rol de pagamento do mantimento de fevereiro das pessoas destacadas na dita fortaleza, o qual dá conta de que 4 moradoras receberam um mitical de ouro: Isabel Pereira, Leonor, Inês Rodrigues e Brianda, sendo que a terceira detinha o estatuto de degredada³¹. Estas mulheres terão viajado na nau de Pero de Anaia, que ia com o propósito de fundar a fortaleza³², devendo desempenhar a função de vivandeiras³³. Se nos casos de Isabel Pereira e de Inês Rodrigues não haverá dúvida quanto à sua vinda do Reino, no que respeita a Leonor e Brianda é incerto se também haviam tido a mesma origem geográfica. Porém, não surgindo referidas como “negras” ou “mouras”, é provável que fossem portuguesas³⁴. É que num rol de pagamentos do mês posterior, embora referido para a fortaleza de Quíloa, surgem alusões à existência de três mulheres “negras” (Isabel, Luzia e Violante), distinguindo-as assim das portuguesas³⁵. Em todo o caso, e no que concerne a Sofala, é possível que outras portuguesas tenham ficado na fortaleza local mas tenham morrido anteriormente a 1 de março de 1506, pelo que não vieram referidas do rol citado. O mesmo se pode pensar no caso de Quíloa, tendo possivelmente falecido algumas mulheres antes de abril do referido ano.

Pela presença destas mulheres vindas de Portugal vê-se que desde cedo o universo feminino participou na expansão ultramarina oriental e que estas também foram agentes no processo de colonização.

²⁹ Pub. por A. B. de Bragança Pereira, *Arquivo Português Oriental (Nova Edição)*, t. IV – *História Administrativa*, vol. I – 1498-1599, pt. I, Bastorá, 1937, p. 16-28.

³⁰ *Relações da Carreira da Índia. Navios da Carreira da Índia (1497-1653), códice anónimo da British Library. Governadores da Índia, pelo P.e Manuel Xavier*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 11-12.

³¹ *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 434-435 e 446-447.

³² Fina d'Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 309-310.

³³ *Documentos sobre os Portugueses...*, cit., vol. I, p. 446-447.

³⁴ Fina d'Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 309-310.

³⁵ *Documentos sobre os Portugueses...*, cit., vol. I, p. 462-464.

Das quatro mulheres de Sofala apenas duas ainda eram vivas em setembro de 1506, Isabel Pereira e Leonor, tendo as outras alegadamente sucumbido, uma vez que já não surgem em novo rol do pagamento de pessoas destacadas na fortaleza local³⁶. Em fevereiro de 1507 ainda estavam vivas, aparecendo indicadas como as únicas mulheres presentes na referida fortificação³⁷.

Uma das mulheres portuguesas que também embarcou em 1505 foi Iria Pereira, viajando solteira, mas esta acabou por chegar à Índia (Cochim)³⁸. De acordo com Fina d'Armada, Iria Pereira viajou na nau *Jerónimo*, integrante da armada capitaneada por D. Francisco de Almeida. Esta mulher, contrariamente a muitas outras que ficaram anónimas nas fontes, acabou por ser referida por ser mãe de um homem que viria a ser importante na sua época: o piloto Diogo Pereira Botelho. O pai deste homem era António Real, capitão de Cochim, tendo viajado para a Índia junto de Iria Pereira³⁹, a qual poderá ter sido igualmente acompanhada de outros familiares, estando assim protegida face à restante presença masculina⁴⁰. É possível que, entretanto, Diogo Pereira Botelho, filho bastardo do tal António Real, tenha sido concebido no decorrer da viagem⁴¹. Inversamente a alguns casos que colocaram mulheres portuguesas na rota do Oriente, este viria a ser de sucesso já que Iria Pereira sobreviveu à viagem, haveria de ficar rica e com isso criar o filho “em muita vaidade”⁴².

Para além das quatro mulheres de Sofala e de Iria Pereira, é provável que outras tenham vindo na armada de 1505. Ademais, é possível que na viagem de D. Isabel Pereira (1504) outras portuguesas tenham chegado à Índia, tal como poderá ter acontecido em anos anteriores, ficando dados ocultos na documentação da época. Note-se que nos navios iam embarcados muitos fidalgos e homens da casa do rei, os quais eram obrigados a servir por três anos na Índia⁴³, pelo que decerto que alguns levariam as suas esposas ou outras mulheres (legal ou ilegalmente).

Em todo o caso, está por perceber até que ponto a presença feminina a bordo era tolerada pela Coroa. No tempo de Afonso de Albuquerque, o próprio

³⁶ *Documentos sobre os Portugueses...*, cit., vol. I, p. 644.

³⁷ *Documentos sobre os Portugueses...*, cit., vol. II, p. 160.

³⁸ Para uma visão mais detalhada deste caso, cf. Fina d'Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 204-220.

³⁹ *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, t. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1898, p. 336; Diogo de Couto, *Da Ásia [...]*, déc. quinta, pt. I, cap. II, p. 8.

⁴⁰ Fina d'Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 205-206.

⁴¹ Fina d'Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 213.

⁴² Diogo de Couto, *Da Ásia [...]*, déc. quinta, pt. I, cap. II, p. 8.

⁴³ João de Barros, *Ásia...*, cit., prim. déc., liv. VIII, cap. III, p. 295.

queixava-se de que D. Manuel não deixava mulheres portuguesas viajarem para a Índia⁴⁴. Porém, já vimos que algumas embarcaram nos navios da carreira da Índia anteriormente a esse ano. Alguns casos mais tardios deixam perceber que os nobres e outros homens importantes teriam livre autorização para levar as suas mulheres ou outras para o Oriente, ou teriam de pedir licença régia quando assim o pretendessem, sendo que o resto dos embarcados não teria essa possibilidade. Em 1545, por exemplo, Jordão de Freitas pediu a D. João III que deixasse embarcar numa nau da Índia o seu irmão e a respetiva família: mulher, filha e filhos⁴⁵. Esta família acabou por viajar para o Oriente, estando instalada naquelas partes pelo menos desde 1548⁴⁶, se bem que as mulheres possam ter perecido na viagem.

Um momento crítico da presença feminina nos navios da carreira da Índia remete-nos para 1524, altura em que Vasco da Gama foi pela terceira ao Oriente, desta vez para assumir o cargo de vice-rei. Assim, no verão deste ano, estando a armada (14 navios) pronta para partir do porto de Belém, o vice-rei, sabendo do grande inconveniente que era o dos homens trazerem mulheres escondidas nas naus, “assy pera as almas como oniões e brigas”, mandou apregoar em terra e nos navios as condições a que ambos estariam sujeitos caso as mesmas fossem descobertas a bordo:

- 1) Qualquer mulher que fosse encontrada nas naus depois da partida de Belém seria publicamente açoitada na Índia, mesmo que fosse casada. Consequentemente, o seu marido era obrigado a regressar a Portugal “carregado de ferros”.
- 2) Se a mulher fosse escrava cativa, seria perdida para a rendição dos escravos.
- 3) Os capitães que encontrassem mulheres ou tivessem conhecimento da sua presença nas naus e não as entregassem perderiam os seus ordenados⁴⁷.

Estas medidas denunciam que haveria alguma regularidade da presença feminina nos navios, incluindo mulheres casadas, se bem que antes de 1524 apenas tenham ficado registadas duas dúzias de portuguesas que desembarcaram

⁴⁴ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, cap. XLV, p. 375.

⁴⁵ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Colig. e anot. por António da Silva Rego, vol. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 531.

⁴⁶ *Documentação para a História...*, cit., vol. I, p. 562.

⁴⁷ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, pp. 819-820; Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, cap. LIX, p. 155.

na Índia⁴⁸. Não admira que, nesse mesmo ano de 1524, ao chegarem a Moçambique (local de escala), fossem descobertas 3 mulheres a bordo dos navios, as quais Vasco da Gama mandou “arrecadar”. Por elas foram rogadores todos os fidalgos, o bispo, os frades e os da Misericórdia, sendo que houve homens que se disponibilizaram a dar 3.000 pardaus para a rendição dos cativos caso as mulheres não fossem castigadas, mas Vasco da Gama não cedeu a qualquer pressão. Fernão Lopes de Castanheda, que refere apenas duas mulheres solteiras descobertas, acrescenta que dois homens propuseram-se a casar com elas, mas que recusavam caso as mesmas fossem açoitadas⁴⁹. Não se sabe se estes indivíduos estiveram envolvidos na vinda clandestina das mulheres, é apenas uma hipótese, mas alguém teve que as esconder e alimentar durante aqueles meses de viagem.

As mulheres acabariam por ser açoitadas já em Goa, como forma de exemplo, desagradando aos homens que assistiram a tal ato de violência. Vasco da Gama, que ficou visto como “cruel”, terá referido que se não fizesse “enxecução n’estas molheres, que desprezarão sua justiça, muyto melhor farião os homens confiando que os perdoaria de seus malefícios”⁵⁰. Assim, a inflexibilidade do vice-rei também se prendeu com outros assuntos delicados do Estado da Índia e a necessidade de cumprir a legislação perante qualquer tipo de crime, sendo que “o temor daquella justiça fez então emendar muytos males que auia na India, principalmente na gente nobre, em que auia muyta soltura e dissoluções”⁵¹. Acresce que na própria viagem de 1524 tinham ocorrido graves atos de insubordinação. Note-se que a tripulação da caravela capitaneada por Mosen Gaspar revoltou-se e deslocou-se para o Estreito em atividades corsárias⁵². Somente com pulso de ferro e aplicação de penas severas era possível fazer justiça e criar medo entre os homens, para que tais ações não se voltassem a repetir, não podendo Vasco da Gama mostrar falta de autoridade. De referir que a caravela insubordinada acabaria por ser tomada por António Miranda e levada para a Índia, onde foi ordenado que todos fossem enforcados⁵³.

A 18 de abril de 1528 partiu para a Índia uma armada de 11 navios com perto de 4.000 homens, estando igualmente inserida no âmbito da luta contra

⁴⁸ Fina d’Armada, *Mulheres navegantes...*, cit., p. 166.

⁴⁹ Fernão Lopez de Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, liv. VI, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1833, cap. LXXI, p. 154.

⁵⁰ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 820-821.

⁵¹ Francisco de Andrada, *Crónica...*, cit., cap. LIX, p. 156.

⁵² Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Commissariado da Exposição Mundial de Lisboa, 1997, p. 73-74.

⁵³ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 816.

os turcos. Já perto das Canárias, e por teimosia de um piloto em não se querer desviar, uma nau abalroou outra causando um naufrágio. Apesar de algumas pessoas terem sido salvas, acabaram por morrer 150 afogadas. Entre as vítimas estava um homem casado que levava a sua mulher e três filhas moças⁵⁴. Estas foram quatro mulheres que não passaram o Atlântico, mas muitas mais, noutras viagens ao longo do tempo, terão perecido ainda no “Mar Oceano” por diversas causas.

Quantas mulheres viajariam nesta armada de 1528? Embora não existam fontes que permitam responder a esta questão, várias mulheres partiram para o Oriente nesse ano. Quem o refere é o dominicano castelhano fr. Vicente de Laguna, o qual indo embarcado e estando indignado com tal situação, escreveu de Goa (25 de setembro de 1530) uma carta a D. João III em que também dava conta deste assunto. Segundo Laguna, tanto os capitães como os pilotos, os mestres e os marinheiros, traziam mulheres nas naus⁵⁵.

Dois anos volvidos, numa outra carta dirigida ao rei (29 de novembro), Laguna alude à vinda de navios “cargados de molheres”⁵⁶. Apesar de outra carta deste ano (12 de dezembro) referir que existiam penas decretadas pelo rei para quem trouxesse mulheres a bordo⁵⁷, a verdade é que as mesmas continuavam a embarcar com a conivência dos oficiais de bordo. Assim, em 1532, por exemplo, Aldonça Ferraz, casada com Pedro Gomes de Abreu (fidalgo), veio à Índia numa nau partida de Lisboa a 9 de abril⁵⁸.

Dos casos vistos até agora percebe-se que, apesar das proibições, alguns nobres ou indivíduos importantes conseguiam autorizações para levar mulheres para a Índia. Inversamente, quando não tinham acabariam por levá-las clandestinamente. Outros homens (nos quais também se podiam incluir capitães, pilotos, armadores, etc.) levavam ilegalmente mulheres embarcadas, contando para isso com a conivência uns dos outros.

3. A visão que o homem tinha da mulher na época e as buscas a bordo

Se para alguns a existência de mulheres a bordo não levantava grandes problemas, para outros era um “grão inconuiente às consciências dos homens”, sendo que a sua presença no seio de uma tripulação exclusivamente masculina

⁵⁴ Diogo de Couto, *Da Ásia* [...], déc. quarta, pt. I, liv. V, cap. I, p. 325-328.

⁵⁵ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 193.

⁵⁶ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 231.

⁵⁷ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 236.

⁵⁸ Alberto Carlos Germano da Silva Correia, cit., vol. II, p. 47.

poderia causar “tantos males”⁵⁹. Em 1528, conforme foi dito, várias mulheres partiram para o Oriente. Segundo fr. Vicente de Laguna, tanto os capitães como os pilotos, os mestres e os marinheiros, traziam-nas nas naus, situação que levava a grandes contendas a bordo e a que os homens se deixassem dormir⁶⁰. Ou seja, além das disputas que deveriam surgir e do tempo gasto na “atenção” dada às mulheres, os homens faziam mal as suas vigias, revelavam atitudes negligentes e descuidavam-se noutros aspetos de segurança, podendo levar a acidentes a bordo ou até a naufrágios. O exemplo específico que o dominicano dá está na utilização descuidada dos candeeiros, que funcionavam com fogo, sendo que todos queriam tê-los debaixo da ponte e nas suas câmaras. Durante a viagem tal negligência levou a dois fogos na nau em que vinha, mas, por milagre, as chamas não se alastraram, não havendo grandes estragos e pessoas mortas. É neste contexto que as mulheres acabavam por ser consideradas as grandes responsáveis pelos vários incêndios que muitas vezes conduziam à perda de navios⁶¹.

As tensões geradas pela presença feminina levavam a problemas de ordem disciplinar, resolvidos com o isolamento das mulheres ou, por vezes, desembarcando-as na primeira oportunidade (no caso das que viajavam clandestinamente)⁶². O P^e. Sebastião Gonçalves, numa carta de 10 de setembro de 1562, refere mesmo que durante as buscas, feitas logo no primeiro dia, procurava-se “botar fora da nao a peçonha que o diabo costuma introduzir pera perdição dos navegantes”. Na viagem desse ano, “duas molheres sospeitosas” acabaram por ser postas fora do navio em que o dito padre viajava, havendo vontade de que outras das quais se tinha suspeita tivessem semelhante destino⁶³. Parece que isto ocorreu ainda antes da largada de Lisboa.

Deste caso há um aspeto que salta à vista, parecendo que a expressão “molheres sospeitosas” era usada para distinguir aquelas que eram solteiras das que eram casadas. Estas mulheres estavam associadas, segundo a correspondência dos padres jesuítas, à prostituição a bordo, à origem de distúrbios, à falta de segurança, à destruição de costumes e à indisciplina, sendo por isso sujeitas a castigos ou largadas nalgum local de escala da viagem⁶⁴. Apesar de, no geral, a presença feminina descontentar os missionários, eram as mulheres solteiras que constituíam o mal maior porque acabavam por juntar-se

⁵⁹ Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 282-284.

⁶⁰ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 193.

⁶¹ Paulo Miceli, “«O zelo da virtude...», cit., p. 188.

⁶² Francisco Contento Domingues e Inácio Guerreiro, “A vida a bordo...”, cit., p. 204.

⁶³ *Documentação para a História...*, cit., vol. IX, p. 60.

⁶⁴ Amélia Polónia, “De Portugal al espacio ultramarino...”, cit., p. 24.

– já na Índia – com homens casados e arruinar casamentos, desagradando fortemente aos olhos da Igreja⁶⁵. A comprovação do estado civil solteira, levada a cabo pelas diligências dos missionários, facilitaria a pressão exercida perante os capitães dos navios para que fossem largadas em terra, a não ser que algum homem fizesse oposição e, falando verdade ou mentira, dissesse que a mulher em causa era sua esposa. Pode ter sido isso também que aconteceu neste caso de 1562, tanto mais que havia suspeita sobre outras mulheres que seguiam a bordo, mas essas não foram largadas em terra.

Outros motivos levavam os missionários a queixarem-se da presença feminina a bordo. Em 29 de novembro de 1532, numa das cartas que dirigiu a D. João III, Fr. Vicente de Laguna chegou a alegar que as naus transportavam alimentos e água em insuficiência para a viagem até à Índia porque iam carregadas de mulheres⁶⁶.

Conforme se vê, eram, sobretudo, os padres que estavam empenhados em que a presença feminina a bordo das naus fosse proibida, praticando buscas e perseguições desde o início ao fim da viagem⁶⁷. Note-se que, além dos ofícios da religião (missas, procissões e confissões), do tratamento dos doentes, do combate ao jogo, às blasfêmias e à leitura de livros profanos, os padres tinham na procura das mulheres embarcadas uma das suas principais missões⁶⁸. A busca desenfreada e obsessiva chegava a espantar o pessoal de bordo, mesmo aqueles que estavam acostumados à presença dos missionários nos navios. No citado caso de 1562 chegou mesmo a pensar-se que o padre Vicentio, indo “tão aceso” nas buscas, tinha alguma doença, situação que levou o capitão do navio a averiguar o caso e a mostrar que não tolerava tal atitude⁶⁹.

No quotidiano da vida a bordo era frequente que os homens se exercitassem em confissões, mas com a presença feminina essa necessidade acabava por aumentar. A 13 de dezembro de 1548, o padre jesuíta Gaspar Barzaeus referia que os homens tinham que se exercitar “en confesiones y en hazer amonestaciones, aviendo desto grande necesidade, por las muchas mugeres que en la nao venían”. Por isso mesmo, ele e os outros padres embarcados haviam determinado pedir ao capitão que as deixasse em terra, se nalguma parte

⁶⁵ Desenvolveremos a presença de mulheres de diferentes condições sociais na carreira da Índia num próximo trabalho, tal como a sua presença em naufrágios, combates, etc.

⁶⁶ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 231.

⁶⁷ *Documenta Indica*, vol. I, p. 155; *Documenta Indica*, vol. V, p. 569-570.

⁶⁸ Paulo Miceli, “«O zelo da virtude...”, cit., p. 187; Liam Matthew Brockey, “Jesuit missionaries on the *carreira da Índia* in the sixteenth and seventeenth centuries. A selection of contemporary sources”, *Itinerario*, 31, 2 (2007), p. 111-132.

⁶⁹ *Documentação para a História...*, cit., vol. IX, p. 60.

viessem a ancorar⁷⁰. A nau em causa era a *S. Pedro*, que vinha como capitania. Mais adiante, o mesmo padre diz que durante uma tormenta, já no Índico, tratou de confessar as mulheres, mas uma delas, mesmo perante forte insistência, recusou-se confessar e afastar-se “de sus malas costumbres passadas”. Contudo, a mulher acabaria por ser amedrontada com a ideia de rumar ao inferno caso não se confessasse, pelo que acabou por ceder⁷¹.

A deteção de mulheres a bordo podia levar, por diferentes motivos, a que fossem transferidas para um navio diferente daquele em que vinham embarcadas. Na armada de 1555, por exemplo, ao que parece já na costa da Guiné, apareceu uma mulher de “mao viver” que vinha “escondidamente”. Como “avia alguns inconvenientes ir nela”, o capitão-mor mandou transferi-la para a nau *Ascensão*, “aonde lhe fizerão hum camarote e a fecharão com muito resguardo”⁷². Uma vez chegada à Índia, ficou na casa de uma mulher casada que aparentava ser boa pessoa. Parece que esta mulher que vinha escondida terá aparecido sem que fosse descoberta nalguma busca a bordo, não se sabendo qual o contexto que a levou a sair do “esconderijo” em que vinha.

Uma questão que importa frisar tem a ver precisamente com os locais em que as mulheres viajavam. Se aquelas que acompanhavam os seus maridos – especialmente as nobres – poderiam partilhar a mesma câmara ou camarote, mais frequentemente à popa da nau, com janelas ou acesso a uma varanda⁷³, tal como podia acontecer a outras que viessem protegidas por homens importantes, algumas, vindo (mais) clandestinamente, não tinham tanta sorte. Teriam de viajar fechadas em compartimentos ou esconderijos ainda mais pequenos e em condições que muito mais facilmente tornariam a jornada penosa e que poriam a sua vida em risco. Por outro lado, algumas mulheres embarcavam vestidas de homem, esperando que não fossem notadas entre os passageiros, mas o disfarce poderia ser de pouca dura e a sua deteção conduzir a que fossem desembarcadas nalgum porto⁷⁴.

4. Casamentos e atividade sexual a bordo

Apesar da forte contestação e perseguição dos padres às mulheres chegaram a ocorrer romances e casamentos em pleno mar. Em 1545, um romance vivido

⁷⁰ *Documenta Indica*, vol. I, p. 384.

⁷¹ *Documenta Indica*, vol. I, p. 388-389.

⁷² *Documentação para a História...*, cit., vol. VI, p. 55; *Documenta Indica*. vol. III, p. 385-387.

⁷³ Vide infra, n. 83 e 84.

⁷⁴ *Documentação para a História...*, cit., vol. IX, p. 446.

na nau *Burgalesa* terminou em casamento. A história ligou um cavaleiro que se apaixonou pela filha de um outro passageiro ilustre e que pediu a sua mão em casamento. Porém, a celebração teve lugar apenas em Goa⁷⁵. Contrariamente, na viagem de 1562 ocorreram dois casamentos numa nau. O primeiro deles teve o consentimento de todos, por não se registar qualquer impedimento, enquanto que o segundo ocorreu clandestinamente, em virtude de o capitão do navio ter proibido tal união “por aver alguma suspeita de cunhadio, porquanto elles avião dito que erão cunhados e, depois, não podião provar o contrario”⁷⁶.

Como se desenrolava a vida sexual a bordo de um navio que partia para a Índia transportando centenas de homens, poucas mulheres, e que, em média, demorava perto de seis meses a finalizar a viagem? Sobre este tema, como seria de esperar, as fontes não são muito expressivas. Porém, adivinha-se com facilidade, e comprova-se com alguns dados disponíveis, que os mais afoitos tentavam toda a sorte de expedientes “para se aproximarem das mulheres embarcadas, por vezes com consequências trágicas ou então simplesmente caricatas”⁷⁷.

Se a presença feminina a bordo era proibida, ainda que capitães, pilotos e outros marinheiros fizessem vista grossa às ordens régias e ajudassem a embarcar e a esconder mulheres, o aliciamento, prática e deteção flagrante de sujeitos e sujeitas em atos sexuais poderia levar a pesadas consequências para os visados e até mesmo à morte. No tempo de Afonso de Albuquerque, Rui Dias, português de boa linhagem oriundo de Alenquer, foi apanhado na câmara da nau do governador com uma escrava. O caso ocorreu no Oriente, embora não tenha sido num navio que fazia a carreira da Índia. O trecho de João de Barros é confuso⁷⁸, não se percebendo se Rui Dias foi apanhado ou não em flagrante sexual com a mulher, mas a pena de enforcamento a que foi rapidamente condenado sugere que tenha sido algo grave, sendo que nem o apelo de outros portugueses fez Albuquerque recuar.

Vivendo num universo de promiscuidade em que praticamente não havia privacidade, excetuando no caso daqueles que tinham compartimentos dos navios reservados, é muito provável que tenham sido frequentes as situações de flagrante sexual e consequente aplicação de castigos, se bem que muitas também devam ter sido abafadas e nem sempre penalizadas. Paulo Miceli refere que, apesar de escassas, as referências documentais às mulheres de “mau viver” ou

⁷⁵ António Lopes e Eduardo Frutuoso, “A vida a bordo...”, cit., s/p.

⁷⁶ *Documentação para a História...*, cit., vol. IX, p. 61.

⁷⁷ Francisco Contento Domingues e Inácio Guerreiro, “A vida a bordo...”, cit., p. 22.

⁷⁸ João de Barros, *Ásia...*, cit., seg. déc., liv. V, cap. VII, p. 219-220.

àquelas que eram suspeitas são suficientes para se afirmar que estas viagens também foram acompanhadas “por uma espécie de prostituição flutuante”. O investigador diz que essa prostituição seria praticada possivelmente “nos intervalos dos duros trabalhos do mar, tantas vezes acidentados e tempestuosos, pelos cantos e esconderijos que a caixaria amontoada não entupia de todo”⁷⁹.

Parece-nos, no entanto, que as mulheres que iam como prostitutas estavam apenas ao alcance de um pequeno grupo de homens onde se incluíam os capitães, os pilotos, mestres e armadores, a não ser que, por vezes, eles não tivessem conhecimento da sua presença ou permitissem o contacto com homens comuns. Por outro lado, muitas mulheres que ficaram conotadas com a prostituição poderiam vir apenas como mancebas. Por carta de 12 de dezembro de 1532, o bispo D. Fernando Vaqueiro queixou-se ao rei de que tinha viajado muito desgostoso para a Índia devido a Vicente Gil (armador da nau *Graça*) vir “publicamente amancebado”, consentindo que alguns oficiais viessem na mesma situação. O bispo repreendeu Vicente Gil por várias vezes, até porque o escrivão da nau lhe requereu que se apartasse a si e aos outros de tal situação, mas a verdade é que o homem não ligou ao que era dito nem às penas que D. João III tinha decretado para quem trouxesse mulheres a bordo⁸⁰.

Portanto, apesar da legislação, mulheres eram embarcadas, havendo mancebas e prostitutas a bordo. No que respeita à prostituição, esta seria uma atividade controlada e não desenfreada, levada a cabo em certos locais que aqueles poucos homens tinham acesso. Esta situação das prostitutas estarem apenas disponíveis para um pequeno grupo de homens acabaria por ser um enorme problema e podia gerar conflitos graves, visto que muitos dos que tinham conhecimento da sua presença ou que testemunhavam atos sexuais também sentiam necessidade de satisfazer os seus impulsos. Não conseguindo comprazer o desejo sexual com aquelas que iam embarcadas, os homens que viajavam para o ultramar tinham que esperar até que os navios fizessem escala nalgum local e pudesse haver contacto com alguma moura ou negra⁸¹, situação que levava meses. Contudo, é possível que devam ter havido momentos de maior liberdade em que as mulheres possam ter estado envolvidas com um número mais elevado de homens e em espaços à vista de muitos outros, se bem que

⁷⁹ Paulo Miceli, “«O zelo da virtude...”, cit., p. 189.

⁸⁰ *Documentação para a História...*, cit., vol. II, p. 236.

⁸¹ Amândio Jorge Morais Barros, “Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI”, in F. Ribeiro da Silva *et al.* (org.), *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 260.

esse fosse um fator para maior desordem a bordo e perigo quanto à navegação, daí também as sucessivas queixas dos missionários.

No entanto, é preciso atenuar um pouco a questão da prostituição, visto que nem todas as “mulheres suspeitosas” eram prostitutas. Por outro lado, e embora numa condição social diferente, sendo esposas de homens importantes, órfãs, etc., outras mulheres poderiam vir a ter problemas com homens durante o percurso. Viajando num universo de centenas de indivíduos, muitos deles criminosos de delito comum saídos das prisões, aquelas que não viajassem na proteção dos seus maridos ou de homens importantes poderiam ser alvo de um assédio desenfreado. Mesmo as que vinham na companhia dos maridos e que, com o decorrer da viagem, ficavam viúvas, poderiam a partir daí ser um alvo fácil.

Em 1608, na atribulada e trágica viagem da nau *Nossa Senhora da Salvação*, que naufragou na costa de Mombaça, iam embarcadas três órfãs do Recolhimento do Castelo de Lisboa, estando confiadas a uma passageira de consideração. O capitão da nau, D. Luís de Sousa, andou desinquietando as órfãs, tanto a bordo como em Mombaça, onde a tripulação se acolheu depois do naufrágio. Acabou por ser ordenada uma averiguação, a propósito do comportamento do impulsivo capitão e de este pretender devassar o recato das jovens passageiras, uma das quais acabou por morrer durante a viagem. A bordo da nau seguia igualmente um embaixador do rei da Pérsia, o qual foi assaltado pelos fidalgos, que tomaram o seu dinheiro à força. Por estes incidentes, pelo naufrágio da nau e possivelmente por outros que ficaram por conhecer, o capitão D. Luís de Sousa andou homiziado⁸².

Tentando procurar e entrar em contacto com mulheres clandestinas ou que vinham isoladas e sob proteção, alguns homens poderiam entrar em situações bastante caricatas e ser alvo do registo escrito dos missionários da época. Veja-se, por exemplo, o caso de um homem morto por ferimentos de um tubarão depois de se ter atirado ao rio para ver melhor as mulheres que seguiam a bordo de uma nau:

“Morreram muitos [durante a viagem para a Índia] entre os quais foi um mancebo que, andando nadando no rio, e segundo alguns diziam era para ir ver umas mulheres que estavam em a varanda do leme [do navio], e andando assi nadando veio hum tubarão que lhe levou huma coxa da perna que lhe não deixou mais que o osso e assi hum pedaço de hum braço. Acudiram-lhe logo e o trouxeram pera a terra, onde

⁸² *Livro das Monções*, 4.º, fl. 30 e 36; 6.º, fl. 191 *apud* Quirino da Fonseca, *Os portugueses no mar*, vol. I, [Lisboa], [s.n.], 1926, p. 452.

o enterraram e queira Nosso Senhor que estivesse confessado, ou ao menos com contrição dos seus pecados e esperança de misericórdia a hora da sua morte. Aqui verão, charissimos irmãos quanto bem he estar em graça com Nosso Senhor e aparelhados pera todas as horas”⁸³.

O caso remonta a 1562, altura em que se fazia escala em Moçambique. É muito provável que estas mulheres que o homem tentava ver fossem “orfãs d’El-Rei”, donzelas que, geralmente, iam “ao cuidado de senhoras da nobreza, o que não impedia que a sua presença suscitasse uma curiosidade enorme entre a tripulação e demais passageiros. Para evitar situações problemáticas daí decorrentes, viajavam fechadas num camarote da nau, geralmente à popa, com acesso a uma varanda”⁸⁴.

No meio de centenas de homens embarcados, e face a restrições de contactos com as poucas mulheres presentes ou até mesmo à sua ausência, o onanismo e a homossexualidade acabavam por ser frequentes, havendo dados sobre esta última prática e execuções punitivas a bordo⁸⁵.

Conclusão

A presença feminina nas naus da Índia até meados do século XVI parece constante, tendo alternado entre a clandestinidade (com ou sem a conivência dos oficiais de bordo) e a “legalidade” mediante autorização régia. Enquanto que alguns nobres e homens importantes conseguiam autorização do rei para transportar as suas mulheres, filhos e filhas, outros, apesar das severas punições a que estavam sujeitos, traziam esposas, amantes ou prostitutas sem qualquer tipo de permissão.

Para além das mulheres que rumavam à Índia nas naus, outras eram levadas para as fortalezas da costa oriental africana, integrando o processo de colonização próprio da Expansão Portuguesa. Não obstante as proibições, algumas alcançaram diversas partes dominadas pelos portugueses numa época ainda recente da expansão no Índico.

Estas mulheres, quando surgem referidas, aparecem quase sempre como figuras problemáticas, causadoras de acidentes e de instabilidade a bordo, havendo a necessidade de as deixar no porto mais próximo. Eram os padres

⁸³ *Documentação para a História...*, cit., vol. IX, p. 72.

⁸⁴ António Lopes e Eduardo Frutuoso, “A vida a bordo...”, cit., s/p.

⁸⁵ Cf., por exemplo, *Documentação para a História...*, cit., vol. IV, p. 82-83; Fábio Pestana Ramos, “Os problemas...”, cit., p. 78 e 85; Amândio Jorge Morais Barros, “Vida de marinheiro...”, cit., p. 260-261.

que se preocupavam mais com a sua presença no navios, sendo que, para além de passarem a escrito alguns acontecimentos ou ideias que descredibilizavam a essência feminina, desde o início e ao longo das viagens que faziam buscas para se certificarem de que não vinham embarcadas. O problema maior acabava por estar nas que vinham solteiras, algumas amancebadas, outras como prostitutas.

Inversamente, outros homens arriscavam e procuravam indagar sobre a existência de mulheres nos navios na esperança de que pudessem ter algum contacto e relacionamento sexual. Se em determinados momentos a prostituição a bordo foi uma realidade, embora seja de crer que esta fosse uma atividade quase exclusivamente restrita aos homens importantes (nobres, capitães, pilotos, armadores, etc.), por outro lado, alguns destes homens poderiam transportar as suas esposas ou amantes na câmaras dos navios, tendo chegado a ocorrer casamentos em pleno mar.

Um dos aspetos importantes abordados, e que precisa de ser melhor compreendido, é o de as próprias mulheres poderem investir no comércio das especiarias orientais, como se viu no caso de D. Isabel Pereira, se bem que isso estaria exclusivamente ao alcance das que tinham um certo estatuto social.

Finalizando, as novas interpretações e possibilidades aduzidas ao longo do texto permitem ir um pouco mais além no conhecimento, colocando igualmente diversas dúvidas e questões que ajudarão a conduzir as investigações futuras e a explorar outros temas pouco estudados, prevendo-se ainda retomar algumas das questões centrais colocadas inicialmente.

Entre público e privado, entre a metrópole e o Império: testamentos nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVII)

Between public and private, between Portugal and the Empire: testaments in the Portuguese Misericórdias (16th-17th centuries)

JOÃO MIGUEL FERNANDES

Universidade do Minho

joaomiguelfernandes12@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

O presente trabalho pretende contribuir para a compreensão da forma como as misericórdias estabeleciam a ligação entre defuntos e ausentes e as suas terras de proveniência. Para isso, os testamentos apresentam-se como o primeiro passo para compreender o processo de transferência de bens, sendo importante perceber o enquadramento legal subjacente a este tipo de documentação, sobretudo no que respeita às diferentes modalidades existentes e a algumas situações de exceção. Embora o ato de testar fosse privado por natureza, o número e a diversidade de instituições envolvidas contribuía para lhe conferir um carácter público, uma vez que para além dos notários, nomeados pelo rei, outras instâncias se imiscuíam nos processos a que os testamentos davam origem. A Coroa criou uma figura que teria como principal função fazer cumprir as últimas vontades dos defuntos – o provedor dos defuntos e ausentes. Este oficial régio tinha legislação específica que norteava a sua intervenção. Neste campo, a ação das Misericórdias também se revelou fundamental. Efetivamente, as Santas Casas, com o intuito de fazerem cumprir os legados que lhe eram

Abstract:

This article aims to broaden our understanding of the ways in which the *Misericórdias* connected the Portuguese who had emigrated overseas to their families that had remained in Portugal. Even if they could write to them for other matters, their utmost concern was the transfer of property, which occurred mainly after death. Last wills were thus the main vehicle for such transfers. The first step to understand this subject is to study the legal framework that ruled the elaboration of testaments, especially in what concerns their typology and casuistic. Although the act of testing was private in nature, the number and diversity of institutions involved contributed to give it a public character, since in addition to notaries, appointed by the king, other institutional instances interfered on the processes that wills gave rise to. Also concerning the legal framework, it is important to know the role played by the *provedor dos defuntos e ausentes* – a royal official that supervised the execution of testaments and the safeguard of the assets of the dead. The *Misericórdias* also collaborated in those procedures, by creating a correspondence

atribuídos, instituíram um sistema funcional complexo, onde a cooperação entre elas assumia particular relevância.

Palavras chave:

Império Português; Misericórdias; Testamentos; Provedoria dos Defuntos

network that connected the different parts of the Portuguese Empire, and also acting as proxy to the dead.

Keywords:

Portuguese Empire; Misericórdias; Last wills; Transfers of property.

Introdução

Ao longo do período moderno, as misericórdias desempenharam um papel fundamental nas comunicações entre os portugueses que viviam nas colónias e a metrópole, sobretudo através da sua ação como provedoras de defuntos. O meio utilizado foi geralmente a correspondência entre elas, que passava obrigatoriamente pela Misericórdia de Lisboa. As cartas tinham normalmente por assunto a transmissão de propriedade a parentes ou a misericórdias do continente; não só os portugueses que foram para as colónias testavam a favor dos seus parentes e das próprias misericórdias metropolitanas, como podiam por vezes enviar somas em dinheiro ou simples cartas. As primeiras deixaram rasto nos arquivos uma vez que o dinheiro dava entrada nos cofres e era registado; destino diferente tiveram as cartas a parentes, que foram entregues aos seus destinatários. Esta valência das misericórdias tem sido ainda pouco visitada pela historiografia, quer por aquela que se debruça sobre estas confrarias, quer pela respeitante a Portugal e ao seu império. Os estudiosos autores de monografias sobre misericórdias têm detetado estes processos relativos à correspondência e execução de testamentos de portugueses falecidos além-mar, geralmente disponíveis em pequenas quantidades para cada misericórdia; e têm-nos referido nos seus trabalhos, embora não lhes atribuam centralidade, por várias razões. Até agora, existe um único estudo específico sobre esta temática, da autoria de Inês Amorim, relativo às cartas da Índia existentes nas fontes pertencentes à Misericórdia de Aveiro¹.

Os testamentos eram pedras basilares em todo este processo, uma vez que o principal assunto destas cartas era a transmissão de bens dos defuntos, dando origem a processos de transferência de propriedade complexos e morosos. Embora o ato de transmitir propriedade a parentes ou amigos seja

¹ Inês Amorim, “A Misericórdia de Aveiro e as Misericórdias da Índia do século XVII – Procuradoras dos Defuntos”, in *Actas do Congresso Internacional do Barroco*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto, 1991, p. 113-139.

de natureza privada e íntima, testar tornava-se um ato de caráter público, sendo objeto de legislação específica, implicando testemunhas e o recurso a um notário. Os testamentos são fontes importantes para perceber as atitudes perante a morte, as relações familiares e sociais, os afetos, e a cultura material da época. É importante salientar que a difusão do testamento está ligada ao papel desempenhado pela Igreja Católica, que procurou incutir nos seus fiéis a noção de que após a morte haveria um julgamento final onde seria decidido o destino da alma. Assim, os testamentos tornaram-se instrumentos utilizados pelos crentes para garantir a salvação eterna. Como defende Philippe Ariès, a expressão das últimas vontades foi um meio religioso e quase sacramental de colocar as riquezas ao serviço da obra pessoal da salvação da alma². Não se trata de uma questão de somenos importância, dado que as almas passaram a integrar uma esfera específica, a da jurisdição, que as transformava em herdeiras.³ Através deste tipo de documentos podemos discernir os próprios anseios dos testadores; o primeiro, e claramente o mais importante, era garantir a entrada no paraíso através de um abreviamento dos tempos de penitência no Purgatório. As misericórdias cedo absorveram doações entre vivos e *post-mortem*, que tinham como principal contrapartida a celebração de missas por alma, ou a caridade para com os pobres, igualmente eficaz do ponto de vista escatológico⁴.

Mas para além de ser um “passaporte para o céu”⁵, o testamento constituía também meio de transmissão de riqueza, originando por isso tensões que requeriam enquadramento jurídico adequado. É por aqui que começamos o nosso trabalho, através de uma análise da legislação que regia a feitura de um testamento. Assim, discriminaremos as várias modalidades testamentárias existentes, e as condições preconizadas por cada uma delas.

Em seguida, uma vez que o nosso objetivo consiste em compreender como eram cumpridas as últimas vontades dos que morriam nos territórios da expansão portuguesa, apresentaremos sumariamente a figura do Provedor dos Defuntos, no sentido de saber quais eram as suas obrigações, e o seu raio de atuação. Dadas as particularidades que a Provedoria dos Defuntos assumiu no Estado da

² Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Pedro Jordão (trad.), Lisboa, Teorema, 1989, p. 116.

³ Maria de Lurdes Rosa, *As almas herdeiras : fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, p. 11.

⁴ Isabel dos Guimarães Sá, “Catholic Charity in Perspective: The Social Life of Devotion in Portugal and its Empire (1450-1700)”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 2 number 1, (2004), (<http://hdl.handle.net/1822/23296>, consultado em 2016.01.23).

⁵ Jacques Le Goff, *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, Lisboa, Editora Estampa, 1983, p. 232.

Índia, focaremos em especial a centralidade que a Misericórdia de Goa ocupou neste processo, bem como a orgânica funcional da transmissão de propriedade entre os territórios da expansão portuguesa e a metrópole.

O testamento: modo de usar

O Direito Civil Romano regulou o ato de testar com o objetivo de impedir fraudes, definindo as “solenidades” externas e internas⁶. O testador tinha o poder e liberdade de dispor dos seus bens; o testamento não era imutável, podendo ser alterado e mesmo revogado. Após a morte do testador, as suas últimas vontades teriam de ser escrupulosamente cumpridas pelos testamentários, pessoas da sua confiança, expressamente designadas pelo próprio, que estavam incumbidas de cumprir a sua vontade. Assim, e apesar de as *Ordenações Afonsinas*⁷, bem como as *Manuelinas*⁸ versarem esta temática, as *Ordenações Filipinas* legislaram-na de uma forma mais detalhada.

Torna-se relevante também salientar o papel da Igreja na difusão dos testamentos. Encarada como intermediária entre os homens e Deus, a Igreja defendia que a realização do testamento era um ato fundamental para garantir a salvação⁹. Consequentemente, pugnava pela sua feitura atempada; mulheres próximas do parto eram exortadas a fazê-lo, bem como qualquer pessoa que estivesse prestes a enfrentar uma batalha, ou uma longa e arriscada viagem. Em último recurso, o sacramento da extrema unção revelava-se uma excelente oportunidade para sensibilizar o crente. Esta influência da Igreja, muitas vezes beneficiária dos próprios testamentos, gerou tensões que desembocaram na criação de legislação específica com o intuito de reduzir a sua influência. Certo é que os testamentos ajudam a explicar o fortalecimento do poder eclesiástico, materializado no enriquecimento de igrejas, irmandades, capelas e mosteiros; mas também é verdade que os poderes senhoriais e régios tentaram obter capacidade de intervenção na sua feitura e execução.

⁶ Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII e XIX)*, vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 49.

⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Títulos 84, 95, 86, 87, 101 e 103.

⁸ *Ordenações Manuelinas*, Livro IV, Títulos 80, 84, 86, 87.

⁹ Margarida Durães, “Uma Primeira Aproximação aos testamentos: Venade e Prática de testar da sua população” in Rui Feijó, Herminio Martins, João de Pina Cabral, *A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Editorial Quercus, p. 165.

Como nos diz Ana Cristina Araújo, “o testamento atravessa verticalmente a sociedade”¹⁰; contudo, incide de uma forma mais intensa nos extratos sociais superiores, uma vez que são aqueles com patrimónios mais avultados. Existiam também alguns subgrupos que a lei impedia de testar¹¹: neles se inseriam os homens menores de 14 anos e as mulheres com idade inferior a 12 anos. Por outro lado, os “furiosos ou mentecaptos” também estavam proibidos de o fazer, exceto se tivessem momentos de lucidez. A todos portanto se requeria “perfeito juízo”, condição *sine qua non* da validade de qualquer testamento. Também os filhos-pródigos e os filhos-família que ainda viviam sob o jugo do poder paternal não podiam testar, a não ser que obtivessem autorização expressa do *pater familias*. Apenas os bens castrenses (adquiridos nas guerra) ou quasi castrenses (ex: doações régias), podiam ser testados pelo filho, mesmo sem o consentimento paternal. Também os escravos, hereges, apóstatas, e religiosos professos estavam impedidos de testar, apesar destes últimos o poderem fazer antes dos votos solenes, dado que neste caso, este instrumento não podia ser anulado. No entanto ficavam impedidos de o alterar, uma vez que a partir desse momento assumiam o estado de *mortis civis*. Assim, os bens eram administrados pela ordem religiosa respetiva até à morte do testador, sendo depois entregues aos legatários. Igualmente, os surdos e os mudos de nascença viam negada a possibilidade de expressar as suas últimas vontades com enquadramento legal, excetuando-se aqueles que se faziam entender, ou que sabiam escrever. Por fim, os condenados à morte também eram impedidos de fazer os seus testamentos, ainda que a legislação permitisse que dispusessem da terça para causas pias; por isso os seus bens podiam ser utilizados para libertar cativos, casar órfãs ou dar esmolas aos hospitais, igrejas e mosteiros.

Importa dizer que existem diversas modalidades, enquadradas legalmente, a que os testadores poderiam recorrer para formalizar o seu testamento. O Título LXXX do Livro IV das *Ordenações Filipinas* distinguia três tipos de testamentos, o aberto, o cerrado e o nuncupativo, bem como os procedimentos a seguir para que cada um deles pudesse ser considerado “*firme e valioso*”¹².

No que diz respeito ao testamento aberto, as *Ordenações* referem que qualquer pessoa podia testar, utilizando os serviços de um tabelião público. Normalmente, o testamento era redigido no livro de notas respetivo e implicava a presença de cinco testemunhas que tinham de obedecer aos seguintes requisitos: ter idade superior a 14 anos e ser *varões livres ou tidos como livres*, ou seja, do

¹⁰ Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 75.

¹¹ *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título 81, § 1.

¹² *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título 80.

sexo masculino e não escravos. Importa explicar que o número de testemunhas que tinham de assistir à feitura do testamento, ou pelo menos à leitura das disposições aprovadas pelo testador, eram seis, já que às cinco anteriormente referidas se acrescentava o tabelião. No final, todas assinavam o documento, bem como o testador. A legislação previa que na eventualidade do testador não saber ou poder assinar, uma das testemunhas devia assinar por ele, indicando expressamente que o fazia a pedido deste.

O testamento cerrado, que também podia ser designado de místico, apresenta outras especificidades: como nos relembra Ana Cristina Araújo¹³, este tipo de testamento podia ser escrito pela mão do testador, sendo por isso hológrafo, ou por outra pessoa a pedido deste, e mantido em segredo. Na última opção, devia ser assinado pelo testador ou pela pessoa que o escreveu declarando essa situação, dado que, no caso de ser hológrafo, a veracidade da escritura estava garantida à partida, dispensando-se a assinatura como comprovativo¹⁴. Passado este momento, o testamento cerrado tinha de ser entregue ao tabelião pelo próprio testador, de modo a não comprometer a sua última vontade; devia ser em seguida lacrado e cosido perante seis testemunhas, que obedeciam aos mesmos critérios que explanámos em cima. Nesta fase, decorria um pequeno cerimonial que devia ser seguido escrupulosamente. O tabelião questionava o testador se a escritura que este lhe tinha entregue correspondia à sua última vontade, e, obtendo uma resposta afirmativa por parte deste, produzia o instrumento de aprovação que teria de ser assinado pelas testemunhas, para ser considerado válido. Desta forma, e apesar de validarem o testamento, as testemunhas mantinham total desconhecimento acerca do seu conteúdo. O incumprimento destas orientações implicava a perda do ofício para o tabelião e a nulidade do documento. Ainda no que se refere ao instrumento de aprovação, de modo a evitar falsificações, o tabelião era aconselhado a incluir o seu sinal em todas as páginas afim de garantir a autenticidade do instrumento. Depois de cosido e lacrado, o tabelião procurava encontrar um espaço vazio onde o pudesse autenticar, de modo a evitar falsificações. Isto é, testamento e aprovação deviam constituir uma peça única e indivisível.

Seguem-se os testamentos que “o testador poderá fazer ao tempo de sua morte por palavra”¹⁵, ou seja, os nuncupativos. Eram feitos à beira da morte, por se tratar de uma situação de emergência. Apesar de serem necessárias as mesmas seis testemunhas, neste caso era permitido às mulheres assumir esta

¹³ Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa*, cit., p. 75.

¹⁴ *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título 80, § 1.

¹⁵ *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título 80, § 4.

função, a qual lhes estava vedada nas duas categorias anteriormente referidas. Todavia, o processo para aferir a validade do documento era bastante complexo e exigia que todas as testemunhas fossem unânimes ao declarar a vontade do testador. Importa também assinalar que esta escritura só era válida se o testador falecesse; em caso de convalescença, devia fazer um novo testamento, desta vez escrito, e seguindo os trâmites acima referidos para os testamentos abertos ou cerrados.

No que se refere aos testamentos privilegiados, que tal como o próprio nome indica, diziam respeito a situações excepcionais, podemos incluir nesta categoria os testamentos feitos por soldados em tempo de guerra e no campo da batalha (as exceções previstas não contemplavam a feitura dos testamentos em momentos de paz), em tempos de peste, ou os testamentos feitos por marítimos ou embarcados. No entanto, quando o testador sobrevivia o testamento deixava de ser válido, à semelhança do que acontecia com os testamentos nuncupativos.

Por fim, como refere Ana Cristina Araújo¹⁶, é importante mencionar o testamento de mão comum. Apesar de não possuir enquadramento jurídico nas Ordenações, era utilizado frequentemente. Tratava-se de um documento que reunia a vontade comum de duas ou mais pessoas (normalmente a vontade de marido e mulher, mas também de irmãos, ou pais e filhos). Tal como qualquer outro testamento, podia assumir a forma de cerrado, aberto ou nuncupativo.

Cumprir as últimas vontades no Império: o provedor dos defuntos

Isabel dos Guimarães Sá aponta duas razões que explicam a interferência das misericórdias na transferência de heranças do império para a metrópole. Por um lado, o facto de ser costume enraizado contemplar-se as misericórdias nos testamentos, continuando-se esta ‘tradição’ nos territórios da expansão; por outro lado, existia também uma razão afetiva, uma vez que os testadores desejavam fazer regressar os seus patrimónios às terras de origem, já que neste período o percurso migratório raramente envolvia o regresso à terra natal¹⁷.

Assim, é relevante refletir acerca dos motivos que podem explicar o não retorno. Para além das questões logísticas da viagem, podemos distinguir outros fatores que explicam esta situação. Desde logo, devido ao facto de a maioria da população que se deslocara para estes territórios não conseguir constituir fortuna, ou porque, quando criada, era mais fácil usufruir dela no novo ambiente

¹⁶ Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa*, cit., p. 77.

¹⁷ Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 52.

do que voltar ao reino. Este fenómeno é particularmente incisivo nos soldados, que assumiram uma presença significativa no Oriente¹⁸. O relato de um deles materializa o que referimos anteriormente: “ser soldado tão longe da pátria, comer, vestir e calçar à sua custa, alugar casa de sua bolsa, comprar armas com o seu dinheiro, e estar prestes para se embarcar de armada, sem mais que uma só paga cada ano e às vezes nenhuma – parece coisa impossível a quem não for comendador de Malta”.¹⁹ Uma última explicação está relacionada com o facto de, contrariamente ao que acontecia no Império Espanhol, no caso português, os homens partiam sem as esposas, generalizando-se as uniões informais e até encorajando-se os casamentos mistos (como fez Albuquerque em Goa), o que fazia com que diminuísse a força do chamamento familiar.

A transmissão de bens a uma escala intercontinental implicou a atuação de várias figuras institucionais e de esferas que se interpenetravam. Neste ponto, talvez seja pertinente referir que existem algumas dimensões dentro desta temática ainda pouco estudadas, como a articulação entre os oficiais régios e misericórdias. Como vimos, os testamentos eram feitos nos notários ou tabeliães, eles próprios nomeados pelo rei, requerendo a intervenção de testemunhas. Embora um ato de natureza privada em si, o testamento, ao necessitar da validação do notário, apelava de forma imediata a uma instituição pública. Desta interpenetração entre a esfera privada e a pública decorria a necessidade do testamento cerrado, que constituía a forma mais sigilosa, e portanto menos pública, de elaborar o testamento.

Se elaborar um testamento já constituía um ato público em si, fazê-lo cumprir era praticamente impossível sem a interferência de outras instituições, sobretudo quando se tratava de cumprir a vontade dos defuntos, e salvaguardar os interesses dos herdeiros. Nesse campo, temos a considerar os provedores de defuntos da coroa, os juizes dos órfãos, no caso de existirem herdeiros menores, e por vezes, os ouvidores.

Posto isto, é fundamental centrar a nossa atenção em primeiro lugar nos provedores dos defuntos. Como nos diz António Manuel Hespanha, eram funcionários da administração periférica, bastante especializados, que acumulavam duas grandes áreas de competência. Por um lado, tutelavam os interesses dos titulares que não estavam em condições de administrar bens, nos quais podemos incluir os defuntos, os ausentes, os órfãos, e os cativos, mas também pessoas coletivas como hospitais ou capelas. Por outro, lidavam com assuntos de finanças, tendo de verificar livros, cuidar de arrendamentos

¹⁸ Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro ...*, cit., p. 121.

¹⁹ Citado por Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro ...*, cit., p. 121.

reais, tomar contas de almoxarifes e recebedores, entre outros. Relativamente aos ausentes, era da responsabilidade do provedor administrar os seus bens e entregá-los a quem os reclamasse, dando apelação e agravo para a justiça ordinária²⁰.

Apesar de alguns autores defenderem que a Provedoria dos Defuntos e Ausentes foi regulada em 1588²¹, o primeiro regimento de que dispomos data de 10 de Dezembro de 1613²². Este último contém as disposições específicas para o funcionamento deste cargo no Brasil, São Tomé, Cabo Verde, Açores e outras partes ultramarinas, pelo que necessita de uma análise detalhada. Desde logo, dá-nos a indicação de que nestes lugares as provedorias deviam ser compostas por um provedor, acompanhado do respetivo escrivão, e do tesoureiro. Por seu turno, na capital do reino, existia um tesoureiro-geral dos defuntos que assumia a responsabilidade de gerir e fiscalizar as contas das provedorias de todos os territórios sob administração portuguesa, estando sob tutela da Mesa de Consciência e Ordens.

Como já tivemos oportunidade de referir, os provedores dos defuntos estavam incumbidos de inspecionar e arrecadar os bens móveis ou de raiz de todas as pessoas que falecessem além-mar sem deixarem herdeiros exclusivamente na terra onde faleciam. Todavia, o próprio regimento é claro ao referir que esta disposição não teria lugar se os defuntos deixassem em testamento uma ou mais pessoas encarregues de administrar os seus bens. Porém, estes testamenteiros teriam de se encontrar suficientemente próximo para poderem ser notificados em 30 dias de que deviam proceder à execução do testamento. No entanto, no caso de os defuntos serem responsáveis pela administração de alguma herança pertencente a outra pessoa aquando da sua morte, os provedores tinham a responsabilidade de supervisionar a atuação desse testamenteiro.

Outra das responsabilidades deste oficial régio relaciona-se com a arrecadação da fazenda das pessoas que fizessem a viagem para o território das suas provedorias e falecessem no mar durante a mesma, mas também em qualquer porto onde o navio atracasse. Consequentemente, seria este provedor dos defuntos a ser contactado pelos herdeiros, ou por outros provedores dos

²⁰ António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII*, Lisboa, Edições Almedina, 2007, p. 202.

²¹ Angélica Rici Camargo, *Provedor/Provedoria dos Defuntos e Ausentes*, (2003) (<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4421> , consultado em 2015-10-03); Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro ...*, cit., sugere o século XVI.

²² *Regimento dos Provedores e mais Oficiais das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Ultramar, e das Ilhas Adjacentes*, 10 de Dezembro de 1613 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=130&id_obra=81&pagina=169, consultado em 2015.06.27).

defuntos, e ainda outros eventuais interessados que pretendessem tomar entrega dos bens entretanto arrecadados.

O provedor era obrigado pelo regimento a seguir um conjunto de procedimentos na arrecadação dos bens. Sempre que tivesse conhecimento de que a sua atuação era necessária, devia deslocar-se com o tesoureiro e escrivão à casa do defunto para proceder de imediato à inventariação de todos os seus bens e papéis. Era este o primeiro passo; nesta fase, devia também interrogar as pessoas que ficaram na casa onde ocorreu o óbito, bem como quaisquer outros sujeitos que considerasse importante ouvir. Neste inventário proceder-se-ia à identificação do defunto, anotando a sua naturalidade, estado, bem como as circunstâncias da sua morte e, caso existissem, proceder ao traslado de escrituras, nomeadamente testamentos, e conhecimentos de dívidas. O provedor tinha também o poder de arrecadar os bens dos defuntos que estivessem em poder de outras pessoas, bem como as suas dívidas passivas, tendo por isso, neste campo, a mesma jurisdição dos Almojarifes Executores e Recebedores da Fazenda.

Morrer durante uma viagem constituía uma situação excecional à face da lei. Como vimos, aquando da análise dos testamentos privilegiados, esta situação estava acautelada através do testamento marítimo. Também a atuação deste oficial régio apresentava contornos particulares nesta matéria. Assim, na eventualidade de alguém falecer em viagem, mandar-se-ia fazer pelo escrivão do Capitão, Mestre ou Piloto do navio um inventário de toda a fazenda do falecido, tendo este documento de ser assinado por todas as pessoas a bordo do navio. Chegados ao destino (mesmo que a viagem implicasse uma escala num outro porto, o assunto teria de ser tratado pelo provedor com jurisdição relativa ao destino final), o responsável do navio entregava o inventário na provedoria, devendo ser reembolsado pelas despesas que pudessem ter entretanto ocorrido.

Outra dimensão explicada no regimento, em capítulo próprio²³, prende-se com a venda ou arrendamento dos bens, o pagamento das despesas do funeral, dos legados e das dívidas dos defuntos. Competia ao provedor dos defuntos leiloar os móveis e vendê-los ao maior lançador, em presença do escrivão e tesoureiro. Em contraste, a venda dos bens de raiz era interdita caso os herdeiros do falecido não tivessem conhecimento dos mesmos, limitando-se a provedoria a arrendá-los interinamente em leilão. A participação na hasta pública estava vedada aos funcionários da provedoria, bem como a pessoas entrepostas por

²³ *Regimento dos Provedores e mais Oficiais das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Ultramar, e das Ilhas Adjacentes*, Capítulo V, 10 de Dezembro de 1613 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=130&id_obra=81&pagina=169, consultado em 2015.06.27).

estes. O incumprimento desta norma e/ou o usufruto dos bens dos defuntos implicava a perda do ofício por parte dos oficiais régios.

No que diz respeito à realização das cerimónias fúnebres, o regimento previa diferentes cenários. Na existência de um testamento solene, se nele estivessem incluídos legados, sufrágios, funeral, bem como outras obras pias por alma do testador, o provedor teria de os mandar satisfazer através da fazenda do defunto. Porém, caso o falecido morresse abintestado, a despesa do enterro, das exéquias e dos sufrágios não poderia exceder os 10 mil reis²⁴. Os defuntos deveriam ter um funeral de acordo com a sua fazenda, determinado pelo provedor e pelo bispo. Nesta época, a morte assumia grande importância no imaginário coletivo, que a legislação também exprimia, acautelando a realização de um cerimonial mínimo para quem não deixasse bens suficientes para o pagar, limitado a uma missa com o responso respetivo.

Outra das dimensões abrangidas na legislação prende-se com a arrecadação do dinheiro e a sua remessa para o reino. Uma das primeiras preocupações constituía em assegurar a segurança dos bens. Dinheiro e valores deveriam ser encerrados num cofre de três chaves, uma para o provedor, outra para o tesoureiro e a última para o escrivão. Consequentemente, o cofre só poderia ser aberto na presença dos três intervenientes, reduzindo-se a possibilidade de um furto interno. Para além desta medida de segurança, o tesoureiro teria de registar no livro de receitas as quantias colocadas no cofre, sempre que tal ocorresse. Naturalmente, ninguém poderia apropriar-se de alguma coisa que fosse pertença dos defuntos e ausentes.

O regimento sugeria que o dinheiro fosse remetido para Lisboa recorrendo a letras seguras a pagar no Tesoureiro Geral dos Defuntos, num prazo de 60 dias a contar do momento em que se finalizasse a arrecadação dos bens. A acompanhar as letras devia ser enviada a documentação relativa a cada legado, nos quais constava o nome, a morada, ocupação e estado do defunto, bem como o traslado dos inventários e testamentos. Estes processos seguiam em duplicado, tendo como destinatários a Mesa da Consciência e Ordens, que reenviava um duplicado para o Tesoureiro Geral dos Defuntos. É relevante salientar que a legislação promovia o envio do dinheiro por letras “pois é este o meio mais seguro e breve de se enviarem ao Reino os ditos dinheiros”²⁵. Todavia, nem

²⁴ *Regimento dos Provedores e mais Oficiais das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Ultramar, e das Ilhas Adjacentes*, Capítulo V, §2, 10 de Dezembro de 1613.(http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=130&id_obra=81&pagina=169, consultado em 2015.06.27).

²⁵ *Regimento dos Provedores e mais Oficiais das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Ultramar, e das Ilhas Adjacentes*, Capítulo IX, §3, 10 de Dezembro de 1613.(http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=130&id_obra=81&pagina=169, consultado em 2015.06.27).

sempre se utilizava esta modalidade para se proceder à entrega das heranças, já que, por vezes, a tarefa de conseguir letras seguras se revelava hercúlea. Perante esta situação, experimentavam-se outras soluções. Por exemplo, em carta régia de 14 de Setembro de 1611, determina-se que o produto da fazenda dos defuntos no Brasil fosse remetido em ouro quando não existissem letras seguras, à semelhança no que acontecia na Mina²⁶.

A preocupação com a veracidade das informações prestadas pelos oficiais era tão manifesta, que a cada seis meses, os provedores recebiam dos tesoureiros um livro rubricado e numerado, onde estavam inscritas as várias adições da entrada do dinheiro, bem como a identificação do defunto a que correspondiam. Por outro lado, também eram registadas as despesas efetuadas. Se se vislumbrassem sinais de negligência, os oficiais podiam ser alvo de suspensão; mesmo depois de terminado o seu mandato os funcionários estavam sujeitos a sanções. Por exemplo, os tesoureiros eram obrigados a apresentar as contas à Mesa da Consciência, no final do seu mandato, tendo um prazo definido para o fazer, que variava consoante a parte do Império onde se encontravam.

Finalmente, a legislação enfatizava que nenhuma autoridade podia tomar o dinheiro dos defuntos. Governadores, capitães, bispos ou quaisquer outras autoridades estavam impedidos de o utilizar, mesmo possuindo uma ordem assinada pelo rei. Uma Carta Régia, datada de 16 de Setembro de 1608, vincava esta proibição: todos estavam proibidos de tirar “dinheiro dos defuntos e ausentes fosse em que ocasião fosse, por mais necessária que seja, mesmo que para isso tenham ordem assinada pelo rei, sob pena de o pagarem da sua fazenda”²⁷.

Estas missivas podem ter constituído uma reação da Coroa perante repetidas apropriações das fazendas dos defuntos. Efetivamente, algumas referências permitem-nos aventar esta hipótese. Outra epístola emanada a 20 de Julho de 1604 relata-nos que Manoel Roriz tomou dinheiro da fazenda dos defuntos da capitania de Pernambuco para construir uma fortaleza em Rio Grande. Para resolver o problema, o rei determinou que Roriz teria dois meses para repor o dinheiro a partir do dia em que recebesse a sua resposta²⁸. No entanto, passados

iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=130&id_obra=81&pagina=176, consultado em 2015.06.27).

²⁶ Carta Régia de 14 de Setembro de 1611. (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=982, consultado em 2015.09.24).

²⁷ Carta Régia, 16 de Setembro de 1608, (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=742, consultado em 2015.09.25).

²⁸ Carta Régia, 20 de Julho de 1604 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=462, consultado em 2015.09.25).

14 meses, a 20 de Setembro de 1605, foram-lhe concedidos mais dois meses para liquidar a dívida²⁹. Finalmente, a 31 de Julho de 1606, uma nova missiva régia ordenava-lhe que não se protelasse mais o pagamento, uma vez que o dinheiro pertencia a pessoas pobres, viúvas e órfãos. Contudo, caso este não fosse considerado culpado, e “como os herdeiros viviam uma situação complicada, devia pagar-se a quantia utilizando a fazenda do rei”³⁰.

Estes abusos parecem recorrentes como sinaliza Wellington Costa³¹. Nas cartas que enviavam ao rei, muitas autoridades denunciavam os excessos cometidos por outros oficiais. A 27 de Maio de 1698, Artur de Sá e Meneses, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, acusou a má arrecadação da fazenda dos defuntos da Vila de Santos, já que todo o dinheiro se extraviara. Outros casos semelhantes ocorreram na mesma capitania em 1714 e 1750, verificando-se também a existência de anomalias análogas noutras capitanias como Pernambuco, Ceará ou Baía.

O papel das misericórdias na transmissão de heranças

Embora a provedoria dos defuntos devesse atuar, como dissemos, em territórios como o Brasil, São Tomé, Cabo Verde ou Açores, no Oriente a situação era bem diferente uma vez que a Coroa concedeu competências formais às misericórdias para atuarem nesta matéria, embora em conexão com as provedorias dos defuntos e com as próprias ouvidorias, nos casos em que a lei o requeresse (os ouvidores, por exemplo, validavam últimas vontades e codicilos que não tivessem sido elaborados perante notário).

Como e a partir de quando é que as misericórdias asiáticas passaram a desempenhar um papel ativo na transferência de propriedade entre a metrópole e os territórios do império? É provável que a situação de facto fosse anterior à feitura da lei, uma vez que a existência de uma rede de misericórdias permitia um fluxo regular de correspondência. Em todo o caso, o Alvará de 26 de Maio de 1590 determinava que as fazendas e bens dos defuntos que tivessem herdeiros na metrópole, e falecessem nas Fortalezas de Moçambique, Ormuz, Diu, Damão,

²⁹ Carta Régia, 20 de Setembro de 1605 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=429, consultado em 2015.09.25).

³⁰ Carta Régia, 31 de Julho de 1606 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=648, consultado em 2015.09.25).

³¹ Wellington Júnio Guimarães da Costa, *Das Desordens na Provedoria de Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos na América Portuguesa*, (2015) (http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434426149_ARQUIVO_TextoANPUHWellington.pdf, consultado em 2015.12.02).

Baçaim, Chaúl, Goa e outras partes do Estado da Índia deviam ser entregues às misericórdias locais, que por sua vez as remeteriam à Misericórdia de Goa, de onde deviam seguir para Lisboa recorrendo a letras de modo a se proceder-se à entrega dos bens aos seus legítimos possuidores³². Isabel dos Guimarães Sá pode ajudar-nos a entender todo o processo:

“A lei prescrevia regras rigorosas sobre o inventário e partilha de bens de defuntos que, a serem cumpridas, garantiam a transmissão de bens aos herdeiros. Á morte do individuo, os provedores dos defuntos deviam fazer um inventário dos bens, que eram em seguida depositados nas Misericórdias do Estado. Estes eram convertidos em moedas e depositados no cofre dos depósitos e deviam ser transportados para a Misericórdia de Goa que tinha como missão fazê-los chegar aos herdeiros³³”.

Esta prerrogativa das misericórdias do Estado da Índia foi reafirmada através de uma carta de 12 de Fevereiro de 1615, onde se dava conta de que as misericórdias deviam continuar a observar o mesmo procedimento na arrecadação e entrega de fazenda dos defuntos e ausentes. Porém, deviam emendar as falhas, seguindo o exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Goa, pois os seus procedimentos na matéria eram tidos como exemplares. Assim, todas as misericórdias ficavam obrigadas a possuir um cofre com três chaves, distribuídas pelo provedor, escrivão da mesa e tesoureiro, um procedimento usual em qualquer instituição para guardar valores em arcas blindadas, como já tivemos oportunidade de destacar acima³⁴.

Mais tarde, a Provisão de 26 de Maio de 1649, proibiu os religiosos particulares de se tornarem testamenteiros, ao mesmo tempo que se passou a exigir que os testamenteiros leigos cumprissem as disposições testamentárias do defunto em quatro anos. Se as últimas vontades não fossem cumpridas neste prazo, as misericórdias podiam administrá-las como estava definido no Alvará de 1590³⁵. Este enquadramento legal constituiu uma das razões principais que potenciaram o desenvolvimento formal de uma rede de comunicação entre as misericórdias que unia diferentes partes do Império Português. Como nos diz Magalhães:

³² Alvará de 26 de Maio de 1590 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=100&id_obra=63&pagina=133, consultado em 2015.10.27).

³³ Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre ...*, cit., p. 243.

³⁴ Carta Régia, 12 de Fevereiro de 1615 (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=95&id_obra=63&pagina=366, consultado em 2015.10.27).

³⁵ Provisão de 26 de Maio de 1649, (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=100&id_obra=63&pagina=133 consultado em 2015.10.27).

“A variedade da documentação disponível e a sua recorrência desde a última década do século XVI até ao final do século XVIII, permitem-nos estabelecer um quadro muito vivo da enorme rede de contactos estabelecida com os pontos mais distantes do território governado pela Coroa de Portugal. Encontrámos uma teia urdida em múltiplas direções e com variados pontos de intersecção³⁶”.

A distância que as heranças tinham de percorrer, associada aos interesses em possível conflito e às muitas pessoas envolvidas, arrastavam os processos durante muito tempo, podendo inclusivamente conduzir à não arrecadação dos legados. Disto dá nota uma carta escrita em Guimarães, a 6 de Março de 1646, com destino a Goa, referente ao legado de Lucas Leitão Coelho, que permanecia há mais de 20 anos no depósito da sua misericórdia³⁷. Como já referimos, esta demora no pagamento pode ser explicada pelo facto de muitas vezes o dinheiro dos ausentes ser utilizado para outras finalidades. Quando o Estado da Índia, por exemplo, se via aflito, recorria a este depósito para fazer face a necessidades consideradas prementes, como por exemplo aquando das investidas holandesas³⁸. Nas cartas onde a irmandade de Goa justificava a demora no pagamento, alguns trechos culpavam o rei pela utilização desses fundos; por exemplo, a 6 de Março de 1646 diz-se que os bens dos defuntos foram tomados por serviço de Sua Majestade³⁹, repetindo-se a mesma justificação em 1649 e 1651⁴⁰. Os ataques perpetrados pelos holandeses criaram um clima de grande instabilidade e emergência financeira, que implicou tomar posse dos capitais de várias instituições, dos privados e das próprias câmaras⁴¹. Mas mesmo em períodos anteriores encontramos várias referências à utilização do dinheiro dos defuntos por parte das instituições coloniais. Para além do auxílio à Coroa em momentos de emergência bélica, temos também notícia de que as próprias instituições locais podiam lançar mão das heranças. Por exemplo, através da carta de 13 de Março de 1653, ficamos a saber que o dinheiro de Francisco de Novais, falecido na China no ano de 1628, fora utilizado nas obras da Sé de Goa⁴². Outras investigações também encontraram referências ao uso do dinheiro em obras na sé de Goa, adiantando que mesmo quando as obras não

³⁶ António Magalhães, *Práticas de caridade na misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI - XVIII)*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 108.

³⁷ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (Doravante AHSCMG), Livro 189, fl. 6v.

³⁸ Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico ...*, cit., p.253.

³⁹ AHSCMG, Livro 189, fl. 3.

⁴⁰ AHSCMG, Livro 189, fl. 3.

⁴¹ Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico ...*, cit., p. 241.

⁴² AHSCMG, Livro 189, fl. 8.

avanchavam, os tesoureiros da Sé retiravam dinheiro a herdeiros conhecidos. Esta menção a herdeiros conhecidos relaciona-se com o facto de poderem existir defuntos abintestados, ou seja, que não tinham testamento. Nesta situação aumentava-se exponencialmente o tempo de espera até se dispor da herança, uma vez que era necessário confirmar a veracidade dos herdeiros⁴³. Para que o fizessem, era necessário fazer chegar as cartas à metrópole noticiando as heranças, e muitas vezes as próprias misericórdias metropolitanas trataram de indagar a existência de herdeiros. Por exemplo, este papel foi assumido pela Misericórdia de Guimarães quando teve de encontrar os herdeiros de António Leite de Azevedo, que uma carta enviada pela Misericórdia de Cochim no dia 5 de Dezembro de 1653 dava como tendo falecido nessa cidade. Visto que a pessoa nomeada no testamento (onde não está definido os laços familiares que os unia), Maria, filha natural de Pedro Machado, morador na Quinta do Sobrado, em Santa Senhorinha, já tinha falecido, a Misericórdia chegou à filha desta, Catarina Macedo de Machado, que vivia na freguesia de Cavez, fronteira à Santa Senhorinha⁴⁴. Todo este processo aumentava o tempo de espera e tornava o dinheiro mais apetecível visto que passado um determinado número de anos⁴⁵, os herdeiros deixavam de poder reclamar as suas heranças. Catarina de Novais, herdeira do defunto Francisco de Novais, viu a Misericórdia de Goa dizer em 31 de Março de 1651 que o dinheiro da sua herança fora utilizado nas obras da Sé de Goa. Em sua defesa, a sua congénere de Guimarães explicou que tinha diligenciado dentro do prazo, pelo que não poderia deixar de ter direito a cobrar o legado⁴⁶.

As fontes documentam duas formas comuns de fazer chegar o dito dinheiro à metrópole: por uma pessoa de certa posição social, ou pelo meio de letras. Como já referimos a propósito da provedoria dos defuntos, este último meio de transferência era por vezes difícil de conseguir. A Misericórdia de Guimarães tentou outras soluções quando se deparou com o problema. Como podia ser difícil encontrar uma pessoa disponível para trazer estas quantias e dado que poderiam surgir dificuldades no pagamento das letras⁴⁷, a Misericórdia

⁴³ Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro ...*, cit., p. 129.

⁴⁴ AHSCMG, Livro 189, fl. 15v.

⁴⁵ Não conseguimos precisar o número de anos. Todavia, como se trata de uma questão importante tentaremos dar resposta num futuro próximo.

⁴⁶ AHSCMG, Livro 189, fl. 8.

⁴⁷ Veja-se o caso de Ponte de Lima, que perante uma experiência negativa com um mercador da ribeira do Minho, não queria que as letras viessem por mercadores dessa região. Marta Lobo Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 434.

de Guimarães propôs, num caso muito específico, uma forma de pagamento diferente destas duas. O caso passou-se com Gonçalo da Fonseca, que solicitou em 26 de Janeiro de 1653 à Misericórdia de Guimarães que administrasse uma capela. Assim, a irmandade sugeriu que o dito Gonçalo Pinto da Fonseca fosse levantar os rendimentos da mesma à Misericórdia de Goa. Para proceder a este pagamento, a Santa Casa goesa deveria utilizar o dinheiro dos legados que estavam a ser cobrados pela Misericórdia de Guimarães. Por sua vez, os herdeiros em Guimarães recebiam o legado através dos rendimentos da capela, evitando-se uma viagem entre a Índia e Guimarães, com os perigos subsequentes. Na verdade, os naufrágios e a pirataria levavam a que se dessem ordens específicas para que as heranças fossem repartidas entre as várias naus que se lançavam ao oceano. Talvez seja pertinente transcrever exatamente o que nos diz a documentação enviada a Goa:

“E que lhe fiquem na mão em pago do que daqui em diante devemos cobrar dos rendimentos da sua capela, utilizaremos a mesma quantia para pagarmos aos ditos herdeiros de António Leite de Azevedo. E por este meio se evita a jornada de ida e vinda⁴⁸.

Para além de todas estas contrariedades, alguns autores defendem que estas instituições recorriam a estratégias ilícitas de modo a aumentar o tempo de permanência dos legados no depósito com o intuito de aumentarem os juros, sobretudo invocando o extravio de documentos. Todos estes fatores levaram a que emergisse um clima de suspeita sobre as misericórdias, pois os tempos de espera se tornavam anormalmente longos⁴⁹. A Misericórdia de Guimarães, por exemplo, repetia exaustivamente a necessidade de receber as heranças, quer por parte dos herdeiros, quer as esmolas e legados que os defuntos deixavam à própria confraria, sem que a pressão exercida conseguisse acelerar o processo⁵⁰. Efetivamente, ainda em 1654, e passados 26 anos da morte de Francisco Novais Gago, a irmandade de Guimarães solicitava à sua congénere de Goa que lhe enviasse os bens que este deixara a Catarina Novais⁵¹.

A documentação que consultámos no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, bem como na documentação referente à Misericórdia de Caminha

⁴⁸ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (Doravante AHSCMG) L^o 189, fl. 11v.

⁴⁹ Marta Lobo Araújo, *Dar aos pobres...*, cit., p. 432.

⁵⁰ AHSCMG, Livro 189, fl. 18.

⁵¹ AHSCMG, Livro 189, fl. 10v.

e de Viana do Castelo⁵² confirmam a tendência verificada noutros estudos⁵³. Conseguimos encontrar cartas trocadas com Goa, Macau, Cochim, Mombaça, Moçambique, Angola, Funchal, Bahia e Lisboa⁵⁴, correspondência que comprova esta dimensão, surgindo algumas misericórdias que se transformam em verdadeiras plataformas de distribuição das cartas, como é o caso das supracitadas Lisboa e Goa. Podemos comprová-lo, por exemplo, através da carta escrita pelos irmãos da Misericórdia de Guimarães a Goa, datada de 8 de Março de 1669:

“Também remetemos as mais cartas que vinham para pessoas naturais desta vila, que a Misericórdia de Lisboa nos remeteu que tinham vindo dessa Santa Casa”⁵⁵.

Tudo isto nos leva a crer que existia um sistema bem oleado que possibilitava a comunicação rotineira entre as diversas áreas administradas pela Coroa Portuguesa, fazendo com que estas confrarias contribuíssem para uma maior articulação entre a metrópole e os territórios de além-mar, incluindo também a troca de missivas com particulares. Não só entre as misericórdias do Oriente e a metrópole (que como vimos tinham funções oficiais como provedoras de defuntos), mas também entre todas as misericórdias entre si, conforme se comprova pelo facto de encontrarmos cartas provenientes de todos os territórios da expansão portuguesa, e mesmo ibérica, nos arquivos destas confrarias. Estas irmandades solicitavam informações e serviços umas às outras, muito embora a maioria das cartas se relacionasse com a transmissão de heranças e cumprimento dos legados. De resto, é necessário destacar que o processo de certificação de herdeiros requeria a intervenção de muitas outras instituições públicas, uma vez que eram necessários registos paroquiais e mesmo certidões de escrituras notariais⁵⁶, cujos documentos era suposto estarem na posse das misericórdias.

Como vimos, a Misericórdia de Goa ocupava uma posição fundamental no que respeita às misericórdias do Estado da Índia: “As misericórdias não agiam de forma autónoma relativamente às heranças dos portugueses, sendo obrigadas

⁵² Arquivo Distrital de Viana do Castelo (Doravante ADVC), Misericórdia de Viana do Castelo; ADVC, Misericórdia de Caminha.

⁵³ Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro* ..., cit., Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre* ..., cit.; Marta Lobo Araújo, *Dar aos pobres*..., cit.; Américo Costa, *Poder e conflito : a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães : (1650-1800)*, Braga, Universidade do Minho, 1997; António Magalhães, *Práticas de caridade* ..., cit.

⁵⁴ AHSCMG, Livro 189.

⁵⁵ AHSCMG, Livro 189, fl. 38v.

⁵⁶ Inês Amorim, *Misericórdia de Aveiro* ..., cit., p. 129.

a remeter os espólios respetivos à Misericórdia de Goa⁵⁷. Goa partilhava inicialmente esta centralidade com a Misericórdia de Cochim, embora a primeira tivesse adquirido exclusividade nessa matéria com o passar do tempo⁵⁸. É relevante referir que esta posição dominante por parte de Goa, para além de poder ser comprovada na transferência das heranças, é também verificável noutros domínios. Assim, por exemplo, em 1610, num contexto de ameaças exteriores, coube à confraria de Goa auxiliar as Misericórdias de Cananor e Ceilão; por outro lado, e dada a progressiva perda dos territórios no Oriente, foi a Santa Casa goesa que liquidou os remanescentes das misericórdias entretanto extintas. Desta supremacia da confraria de Goa, aparentemente, apenas se excluiu a Misericórdia de Macau. Curiosamente, esta última irmandade assumiu uma posição de destaque relativamente às suas congéneres na região, como por exemplo as misericórdias do Japão⁵⁹.

Desta forma, podemos afirmar que Goa se transformou numa plataforma onde chegavam e de onde partiam informações das restantes misericórdias do Estado da Índia. Existiam inclusivamente regras específicas que deviam ser seguidas na transmissão de legados. Num primeiro momento, os bens eram inventariados na misericórdia onde o indivíduo falecia, procedendo-se igualmente ao apuramento dos créditos ou débitos, bem como à sua resolução, sendo o saldo enviado para a confraria de Goa⁶⁰. Era já sob alçada desta última que se iniciava o processo de procura dos herdeiros, contactando as misericórdias de onde os defuntos eram naturais, através da misericórdia de Lisboa. Aliás, a centralidade que Goa ocupava no Estado da Índia tinha algum paralelismo no lugar ocupado pela Misericórdia de Lisboa na metrópole. Esta última desempenhava esse papel em consonância com o seu lugar de capital do Reino, sendo a sua misericórdia a mais antiga e de maior envergadura, enquanto Goa era capital do Estado da Índia, onde residia o vice-rei.

Conclusões

Fizemos aqui uma primeira abordagem ao estudo da provedoria dos defuntos. Todavia, a partir desta pesquisa já conseguimos encontrar algumas pistas que nos permitem compreender melhor a atuação dos oficiais respetivos.

⁵⁷ Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre ...*, cit., p. 261.

⁵⁸ Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas ...*, cit., p.52.

⁵⁹ Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico...*, cit., p. 270.

⁶⁰ José Ferreira Martins, *História da Misericórdia de Goa*, vol. II, Goa, Imprensa Nacional, 1912, p. 427.

Primeiramente é imperioso destacar o complexo sistema montado para se proceder à cobrança das heranças, de forma a cumprir a última vontade dos defuntos. Como vimos, a sua provedoria era composta pelo provedor, pelo escrivão e pelo tesoureiro, que desempenhavam funções especializadas e se correspondiam com a Mesa da Consciência e Ordens, bem como com o Tesoureiro Geral dos Defuntos. Mas é necessário também chamar a atenção para uma diferença fundamental: enquanto no Oriente Goa ou Cochim podiam desempenhar um papel central, servindo de plataformas de envio de correspondência e liderando os processos de transferência de bens, no Brasil não parece ter havido nenhuma misericórdia que assumisse esse papel de coordenação. De facto, é importante salientar que aparentemente o sistema que vigora no Estado da Índia não é reaplicado no eixo atlântico, onde as misericórdias não assumem tanta relevância.

Dada a morosidade das comunicações (as viagens de ida e retorno de Portugal para a Ásia podiam demorar um ano ou mais) e o processo complexo de certificação de herdeiros, o tempo necessário para terminar os procedimentos legais aumentava exponencialmente. Apesar de o enquadramento legal tentar evitar a fuga do dinheiro e o desvio de bens, na verdade estes poderiam facilmente ocorrer. Assim, os herdeiros corriam o risco de receber uma parte muito reduzida da herança que lhes tinha sido inicialmente destinada, pois, como tivemos oportunidade de verificar, existiam muitos interesses e pessoas envolvidas.

A legislação sobre a provedoria dos defuntos não sofreu alterações significativas ao longo do tempo, fazendo que fossem as *Ordenações Filipinas* a nortear o direito de família e a transmissão de bens durante muitos anos. Todavia, a influência da Igreja nos testamentos foi muito intensa, tendo sido hegemónica neste campo até ao reinado de D. José I⁶¹. A partir de então, enfrentou as imposições e interdições resultantes das medidas de Pombal. Mais tarde, a lei de 22 de setembro de 1828, que extinguiu a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, encarregou os juizes dos órfãos de entregar os bens dos defuntos e ausentes aos parentes mais próximos e de administrar as habilitações dos herdeiros. Em 1830, a lei de 3 de novembro extinguiu a Provedoria dos Defuntos e Ausentes, confirmando a passagem da administração dos bens destes para a esfera de atuação dos juizes de órfãos.

Uma nota final se impõe sobre a questão do público e privado nos processos de transmissão de bens que acabámos de analisar. No Império, dificilmente se poderia afirmar que esses processos eram de carácter privado, uma vez que

⁶¹ Margarida Durães, *Herança e sucessão ...*, cit., p.162.

estavam sob a tutela das instituições da Coroa. Quer as provedorias dos defuntos quer as misericórdias tutelavam os processos de transferência, supostamente no interesse dos herdeiros, cujos bens procuravam salvaguardar (não podemos esquecer que as misericórdias possuíam o estatuto de confrarias leigas sob proteção régia). No entanto, uma vez arrecadados os bens, chegarem ou não aos herdeiros constituía uma lotaria, uma vez que os tempos de espera eram longos, os interesses muitos, e os contextos podiam ser de emergência bélica. Foi este o cenário que se tornou patente nos exemplos que acabámos de fornecer; no entanto, é provável que os dispositivos existentes tivessem funcionado noutros casos, e que os herdeiros tenham recebido as heranças que lhes foram destinadas, inteiras e em tempo útil. Conhecer com detalhe a eficácia deste sistema será um passo numa próxima etapa.

Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c.1740-1807)

Fortune and resentment: the incredible case of Abreu Guimarães (c.1740-1807)

RENATO FRANCO¹

Universidade Federal Fluminense
renfranco@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Este artigo analisa a trajetória do negociante Antônio de Abreu Guimarães, português nascido na região do Minho, de origem humilde, e que se tornaria dono de um dos maiores cabedais da capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Auxiliado pelo sobrinho, Francisco de Abreu Guimarães, amecou grande quantidade de bens diversos, terras e escravos, somando uma fortuna considerável e, em 1787, daria origem ao chamado “Vínculo da Jaguará”, que doravante se tornava posse inalienável destinada ao financiamento de obras pias, como a criação de hospitais, seminário, recolhimento de órfãos. No entanto, antes mesmo de se efetivar, o dito Vínculo provocou uma série de desentendimentos familiares que foram fundamentais para compreender a dinâmica e o fracasso das pretensões originais do negociante.

Palavras-chave:

Vínculo da Jaguará; Negociantes; História da assistência.

Abstract:

This article analyzes the history of the merchant Antônio de Abreu Guimarães, a Portuguese from a poor family in the Minho region who becomes one of the wealthiest men of the captaincy of Minas Gerais in the second half of the 18th century. Helped by his nephew Francisco de Abreu Guimarães, he amassed large quantities of various goods, land and slaves, building up a considerable fortune and, in 1787, giving rise to so-called “Vínculo da Jaguará”, which henceforth became inalienable possession for financing charity work, such as the creation of hospitals, seminary, caring for orphaned children. However, before becoming effective, it triggered a series of family disagreements that were fundamental to understand the dynamics and the failure of the original merchant’s intent.

Keywords:

Vínculo da Jaguará; Merchants; History of poor relief.

¹ O autor agradece leitura e as sugestões do prof. dr. Ângelo Alves Carrara; agradece ainda a bolsista de Iniciação Científica Bianca Racca que auxiliou na transcrição de parte das fontes.

Talento e riqueza

Antônio de Abreu Guimarães nasceu na freguesia de São Vicente de Mascotelos, termo da vila de Guimarães, arcebispado de Braga, nos idos de 1710. Era cristão-velho e filho legítimo de Domingos Fernandes e Ângela Abreu, lavradores “em terras suas e alheias”, onde também tinham uma venda de vinhos em que comerciavam “vinhos seus e alheios”; os avós paternos eram Jerônimo Fernandes e Ana Azevedo, e os maternos eram João Antunes, ferreiro, e Maria de Abreu, mulher de “segunda condição”².

Como muitos outros de seu lugar de origem, ainda jovem migrou para a América. Desde o início da colonização, da região norte de Portugal saíram grandes contingentes populacionais que rumavam para o ultramar em busca de melhores condições de vida; esses fluxos migratórios eram marcadamente masculinos e, a partir do século XVIII, teriam a região aurífera como alvo preferencial³. Chegando ao Rio de Janeiro, Antônio começou a trabalhar com “enxada e foice” e, logo em seguida, decidiu vender suas roças e comboiar africanos para as Minas. Ali permaneceu comerciando, a cavalo, “gêneros de roça” até conseguir montar sua própria “loja de mercadorias de diversos gêneros” na qual vendia os produtos pessoalmente. Nessa época, era comum Antônio de Abreu Guimarães fazer o trajeto entre Rio e Minas para abastecer seu pequeno negócio, no arraial do Carijós, um povoado que ficava no “Caminho

² Informações retiradas de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (ANTT), Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 18, f. 240.

³ Joel Serrão, “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, *Análise Social*, vol. 8, n. 32 (1970), p. 597-617. Donald Ramos, “From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family”, *The Hispanic American Historical Review*, v. 73, n. 4 (Nov., 1993), p. 639-662. Recentemente o artigo foi traduzido para o português: “Do Minho a Minas”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44 (2008), p.132-153. Caroline Brettell, *Homens que partem, mulheres que esperam – consequências da emigração numa vila minhota*, Lisboa, Dom Quixote, 1991. Jorge Pedreira, “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)”, *Revista Anais da Universidade de Évora*, n. 8-9, (1998-1999). p. 69-72. Robert Rowland, Brasileiros do Minho: Emigração, propriedade e família in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, vol. 4, p. 324-347. A. J. R. Russell-Wood, “A emigração: fluxos e destinos” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, vol. 3, p. 158-68. Jorge Fernandes Alves, “Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil”, *Revista Portuguesa de História*, Universidade de Coimbra, tomo 33, (1999), p.191-222.

Novo”, pelo qual se chegava a Itaverava, Guarapiranga, Mariana e Catas Altas. Tempos depois, abriu outra loja no Serro Frio⁴.

Seguindo sua trajetória de ascendência, em 1749, recebeu a patente de capitão de ordenança, em 1753 fora habilitado para Familiar do Santo Ofício. Em 1754, abriu uma casa de negócio em Lisboa e, em 1760, mais uma no Rio de Janeiro⁵. Naquela altura, já era um homem de considerável fortuna, dono de 10 ações originais na Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que somavam quatro contos de réis, o que lhe possibilitou – com base no alvará pombalino de 1757 que diferenciou o estatuto social entre mercadores e homens de negócio – reivindicar e conseguir, em 1764, o hábito da Ordem de Cristo, não obstante os defeitos mecânicos que maculavam sua ascendência e ele próprio⁶. Em 1767, foi para Lisboa, mas continuou a governar sua fortuna com o auxílio de seus familiares. Quando faleceu, em 1801, era, segundo ele próprio, um dos maiores cabedais de Minas Gerais, com negócios que se estendiam por Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Portugal. O testamenteiro teria quatro anos para findar seu inventário⁷.

Guardadas as especificidades, essa história não era exatamente uma excepcionalidade para muitos portugueses que atravessavam o Atlântico a fim de conseguir riqueza em espaços abertos ao talento e à indústria. As redes estabelecidas em várias partes do império – e também fora dele – mostram o incontornável papel do comércio na formação de fortunas, beneficiando agentes

⁴ Informações retiradas de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (ANTT), *Registo Geral de Mercês de D. José I*, liv. 18, f. 240 e ANTT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 118, doc. 2027

⁵ ANTT, “Memória do que tenho praticado com meu sobrinho António de Abreu Martins e seu irmão o coronel Francisco de Abreu Guimarães e com António Ribeiro de Faria e eles comigo”, Hospício da Terra Santa, mç 38, cx. 20. fl.10.

⁶ ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. José I*, liv. 18, fl. 240. Ver: Jorge Miguel Pedreira, “Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais”, *Análise Social*, 116-117 (quarta série, vol. XXVII), 1992 (2.º-3.º), p. 407-440.

⁷ Para a patente de capitão, ver: ANTT, *Registo Geral de Mercês de Dom João V*, Livro 40, fl. 324; para habilitação, ver: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 118, doc. 2027; Tribunal do Santo Ofício, Antônio, mç, 162, doc. 2529. Ver ainda: Aldair Carlos Rodrigues, “Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)”, *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, (2011), (<http://www.iict.pt/pequenannobreza/arquivo/Doc/res004-pt.pdf>), p. 13-14. Para o testamento de Antônio de Abreu Guimarães, ver: ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 349, fls. 68-76. Agradeço a Danielle Sanches de Almeida que gentilmente localizou este testamento.

em diferentes lugares⁸. Não foi possível saber se Antônio era o primeiro de sua família a ir para a América, mas seguramente não foi o último; ao longo de sua vida, ajudou parentes, inserindo-os em suas redes pessoais⁹. Não bastasse a incrível história de um português nascido pobre que se tornou dono de um expressivo espólio, Antônio de Abreu Guimarães destinou para obras de caridade uma quantia invulgar por meio de uma vinculação de bens, autorizada por decreto régio, em 1787.

Este artigo trata das histórias e conflitos pessoais em torno de um conjunto expressivo de terras que somava 1.300 alqueires¹⁰ de áreas de pastagens, lavouras e mineração, na região de Sabará, comarca do Rio das Velhas, capitania de Minas Gerais. Por meio das duas trajetórias é possível iluminar estratégias de enriquecimento e administração das fortunas daqueles que migravam do Minho para a região das Minas.

O “labirinto” de Francisco de Abreu Guimarães

Francisco de Abreu Guimarães nasceu na freguesia de São Vicente de Mascotelos, termo da vila de Guimarães, arcebispado de Braga, em 11 de setembro de 1732. Era cristão-velho e filho legítimo de Manuel Martins e Dominga Francisca de Abreu, irmã, por parte do pai, de Antônio de Abreu Guimarães¹¹. Os avós paternos eram “lavradores de seus próprios bens, que cultivam por si e seus criados”, “ricos de bens de raiz e dinheiros”; seus avós

⁸ Ver: João Fragoso, *Homens de grossa aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. Jorge Pedreira, “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)”, *Revista Anais da Universidade de Évora*, n. 8-9, (1998-1999). Cláudia Maria das Graças Chaves, *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*, São Paulo, Annablume, 1999. Júnia Ferreira Furtado, *Homens de negócio – a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

⁹ Jorge Pedreira observou o importante papel de acolhimento baseado em redes familiares ou de compadrio e sua relevância para a conformação de uma carreira comercial, padrão que se estenderia, inclusive, ao período pós-independência do Brasil. Jorge Pedreira, “Brasil, fronteira de Portugal...”, cit., p. 69-72.

¹⁰ “Sucinta descrição da fazenda do Jaguará no estado de Minas Gerais”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, 1907, p. 585-597.

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU), Minas Gerais, “Requerimento de Francisco de Abreu Guimarães, morador na vila do Sabará, solicitando ao rei a mercê de o recompensar pelos serviços prestados na Real Casa de Fundição da referida vila”, cx. 96, doc. 31.

maternos eram “lavradores de seus próprios bens, que cultivavam por si e seus criados, sem terem outro ofício ou exercício mecânico”¹².

Francisco saiu de casa com cerca de 12 anos de idade para “aprender negócio” na América, seguramente pelas mãos do tio¹³. Na década de 1750, Antônio não fazia apenas o trajeto entre Rio e Minas, mas atravessava frequentemente o Atlântico para negociar produtos em Portugal e revendê-los no Brasil. Em virtude do volume de comércio e dos longos períodos de ausência, tanto em Minas quanto em Lisboa, a presença de familiares era providencial, por isso, Francisco desempenharia um papel fundamental: ficou encarregado de cuidar dos negócios baseados em Sabará, comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais¹⁴.

Em janeiro de 1754, Antônio de Abreu Guimarães saiu do Rio de Janeiro rumo a Lisboa e só regressaria à América em 1760, permanecendo até 1767, quando novamente viajou para Lisboa para nunca mais voltar ao Brasil. Enquanto isso, os negócios em Minas iam de vento em popa, com investimentos em comércio e extração de ouro, na contramão de um período de queda na produção mineral¹⁵. De partida para Portugal, Antônio incumbiu seu sobrinho Francisco para administrar a recém-comprada fazenda da Jaguará. Naquele ano de 1767, nem Francisco nem Antônio sabiam que nunca mais se veriam pessoalmente, embora a volta do tio para encabeçar os negócios em Minas e ida do sobrinho para Portugal estivessem previstas¹⁶.

¹² ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mc. 101, doc. 1629

¹³ Robert Rowland ressaltou o caráter quase exclusivamente masculino da emigração do Entre Douro e Minho, em que o papel dos tios era fundamental para a decisão de emigrar. Ver: Robert Rowland, “Velhos e novos Brasis” in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, vol. 4, p. 303-373. Para um estudo de caso sobre a emigração para Ásia, ver: Isabel dos Guimarães Sá, “As misericórdias e as transferências de bens: o caso dos Monteiros, entre o Porto e a Ásia (1580-1640)”, *Tempo* (Niterói, online), vol. 22, n. 39, (2016) (<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/04/05-Isabel-dos-Guimaraes-port.pdf>), p. 88-109.

¹⁴ Para uma reflexão global sobre os diferentes aspectos dos movimentos populacionais dos portugueses durante a época moderna ver: A. J. R. Russell-Wood, “Flux and reflux of people” in *The portuguese empire, 1415-1808 – a world on move*, London, John Hopkins, 1998, p. 58-122.

¹⁵ Para a temporalidade das extrações minerais ver: Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, São Paulo, Cia Nacional, 1979. Rita Martins de Sousa, “Brazilian Gold and the Lisbon Mint House (1720-1807)”, *Electronic Journal of Portuguese History*, vol. 6, number 1, 2008. (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue11/pdf/rsousa.pdf)

¹⁶ Informações extraídas da petição de Francisco de Abreu Guimarães, AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho, o coronel Francisco de Abreu Guimarães, nos quais um pede providências para a execução dos estabelecimentos pios na capitania de Minas Gerais e o segundo pede a suspensão da dita fundação até haver separação de bens” (vários documentos), cx. 152, doc. 56. (doc. 2).

Ouro, terras e desentendimentos

Quando Francisco aceitou o encargo de cuidar da fazenda, a Jaguará era um exemplo de prosperidade: entre agosto de 1767 e agosto de 1768, declarara mais de nove arrobas – isto é, 132,21 kg – de ouro na casa de fundição de Sabará, pagando por isso mais de uma arroba referente ao quinto¹⁷. Em carta escrita em novembro de 1769¹⁸, avisou o tio de que estavam principiando uma lavra, cuja previsão era extrair em torno de uma arroba. No fim de 1770, haviam sido apuradas 1.200 oitavas e no terreno da fazenda foram descobertas áreas de cupiaras, ou seja, ouro de superfície localizado nos cascalhos das beiras dos rios, onde os negros faiscavam “domingos e dias santos, até de noite pela lua”.

Por orientação do tio, Francisco iniciou uma estratégia que jamais abandonaria: comprar terras, investindo substanciais somas de dinheiro. As riquezas e os gastos feitos na Jaguará eram diversificados, com expectativas de ganhos minerais, mas apostando também na criação de gado, tudo isso, acompanhado da compra de escravos, e também arrendando parte da exploração mineral a meeiros. Em 1771, Francisco arrematou um sítio com 200 cabeças de gado, a seis mil cruzados à vista, com “terras e pastos de criar” e “alguns matos para plantas”; na mesma época, promovia a derrubada nos matos de outra área, para fazer “uma grande fazenda”, com sítio, paiol e aguadas. Dois meses mais tarde, no mesmo ano de 1771, reiterava sua intenção de comprar terras vizinhas que somavam 12 mil cruzados¹⁹. Desde o princípio, a exploração da região das Minas favorecera o investimento paralelo em agricultura e pecuária destinadas a atender à crescente demanda por gêneros de subsistência, contudo, especialmente a partir do último terço do século XVIII, a exaustão dos veios significou o esgotamento econômico das áreas minerais, comprometendo os demais setores²⁰.

¹⁷ AHU, Minas Gerais, “Requerimento de Francisco de Abreu Guimarães, morador na vila do Sabará, solicitando ao rei a mercê...”, cit., cx. 96, doc. 31.

¹⁸ Na documentação pesquisada há um conjunto de cartas de Francisco, enviadas ao tio entre 1769 e 1797. Infelizmente, não foram localizadas as respostas de Antônio.

¹⁹ “Não tenho perdido ocasião das compras que Vossa Mercê me recomenda” Carta de 20/06/1771. Para as demais informações acima, ver cartas de 06/11/1769, 13/12/1770, 14/04/1771. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., cx. 152, doc. 56.

²⁰ Ângelo Alves Carrara, “A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária”, *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n.2, (2001), p. 47-63. Do mesmo autor, ver ainda: *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais; 1674-1807*. Doutorado em História, UFRJ, 1997.

Francisco gostaria de ter regressado a Lisboa, mas seguiu administrando os negócios em Minas; em 1772, o tio cedeu aos pedidos do sobrinho autorizando-o a regressar a Portugal, mas por fim Francisco deu por bem permanecer na América. Na resposta ao tio, valorizou o caráter de renúncia e o amor filial que o fizeram continuar nas Minas e, segundo ele próprio, de livre vontade, “por dinheiro nenhum” se sujeitaria “às pensões e encargos” que aturava. Aproveitando o tom amigável da missiva, contou que circulava um boato por Sabará de que Antônio havia morrido em Portugal. Por isso, aconselhou-lhe a fazer um inventário de tudo²¹.

Apesar de cartas amistosas, não tardou para que os desentendimentos surgissem e o tio reclamasse notícias. Em janeiro de 1773, Francisco discordou da grande quantidade de demandas desnecessárias, trabalhosas, e consideradas fáceis apenas porque o tio não tinha a real dimensão do que era executá-las. À medida que as cartas rareavam em frequência, tornaram-se mais ásperas: “No primeiro capítulo me põe Vossa Mercê de omisso (...); concedo que assim seja, por eu não ser Santo Antônio para residir em toda a parte, e ser dificultosa empresa achar pessoa com as circunstâncias necessárias para suprir a minha ausência”²². Não é possível saber se Francisco controlava sozinho todos os processos que envolviam os bens do tio em Minas, mas não era raro que reclamasse dos “labirintos” de trabalho em que sempre se encontrava, oprimido pelo volume de afazeres e pelo aumento contínuo das terras.

Além da grande dificuldade em conseguir mão de obra qualificada, alegava que as possessões não rendiam como o previsto. Em meados da década de 1770, as relações azedaram-se, com Francisco arrematando em tom desafiador, em novembro de 1776: “o ruim administrador se não deve conservar na administração, depois que se conhece, nem mais um instante, razão por que

²¹ “Diz-me Vossa Mercê que sendo eu ainda esteja desejoso de ir para essa terra e me seja penosa a demora que Vossa Mercê ainda poderá ter, que o faça ainda que se perca o que se perder”. Carta de 14/07/1772. Ver ainda doc. 2 e carta de 14/07/1772 em AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., cx. 152, doc. 56.

²² “Na primeira me inteira Vossa Mercê e faz certo as circunstâncias e vantagens da Fazenda da Jaguara, as quais eu não desconheço, porém não aprovo, olhando para o pouco que Deus nos poderá dar de vida e que este se podia passar sem tais labirintos, que suposto ao que Vossa Mercê lhe parece segundo o que na sua me diz ser muito fácil o contexto dela é pelo não ter experimentado” Carta de 30/01/1773; Carta de 04/04/1774. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., cx. 152, doc. 56.

devo dizer a Vossa Mercê que determinou mande quem o faça melhor”²³. Não é possível saber se Francisco tinha conhecimento dos planos do tio, mas o fato é que em meio a tantas peleias nas correspondências, em julho de 1777, Antônio de Abreu Guimarães enviara uma consulta à rainha, pedindo autorização para vincular todos os seus bens existentes em Minas Gerais, com o intuito de ajudar os pobres “nacionais” da América²⁴.

Com base apenas na correspondência, o clima não melhorou até que, em agosto de 1778, Francisco recuou e pediu perdão ao tio, alegando que todos os atrasos se deviam à grande quantidade de trabalho. Esclareceu que o café havia se adaptado bem à terra e, dessa vez, finalizou sua carta amistosamente²⁵. Anunciada a trégua, o sobrinho continuou a comprar terras em nome do tio. Nas descrições das novas possessões, as referências ao ouro pareciam acompanhar a tendência geral da capitania e seguiram mingando à medida que avançava o século.

No fim de 1779, Francisco adquiriu um conjunto de terras com 16 escravos, pouco mais de 20 cavalos e cerca de três mil cabeças de gado de leite e de corte. Entre as qualidades da “fazenda do Melo”, estava a quantidade de lagoas, lagos, espaços favoráveis à engorda de bois e cavalos, acompanhada do interesse em algumas datas minerais de potencial desconhecido. Apesar das reclamações sobre o decréscimo nos lucros vindos da Jaguará, o novo negócio

²³ Ver cartas de 04/04/1774, 16/02/1775, 22/11/1776 e 02/02/1778. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., ex. 152, doc. 56.

²⁴ “Senhora, Diz Antônio de Abreu Guimarães, homem de negócio, solteiro, sem ascendentes ou descendentes alguns, natural de vila de Guimarães e por ora assistente nesta Corte, que passando ao Estado do Brasil na sua menoridade, esperançado tão somente na Providência do Altíssimo, adquiriu por meio de sua indústria e negociação o cabedal e fazendas de lavras de ouro, criações e frutos que possui no Rio das Velhas, comarca de Sabará, as quais se acham de presente com mais de 500 escravos e mais de 100 casados e beneficiadas com importantíssimos serviços de grandes levadas de águas reconduzidas de diversas partes muito distantes e dificultosas e continua o suplicante em reconduzir mais de dois rios de importantíssimo custo e com todas as sobreditas águas se pode lavar e extrair ouro em distância de mais de oito léguas de terras minerais com numerosa escravatura em serviços muito duráveis e sem as ditas águas em nenhum tempo se podia tirar o ouro que tem aquelas terras nas quais já atualmente trabalha muita gente. Produziram copiosos rendimentos administrados com suficiente aplicação, inteligência e zelo. E porque o suplicante no curso de suas negociações e trabalhos fez votos a Deus de aplicar a maior parte dos bens que fosse servido dar-lhe em obras pias do seu maior serviço tendentes à utilidade pública em subsídio das misérias e pobreza dos nacionais daquele continente onde os tinha adquirido” ANTT, Hospício da Terra Santa, mc 38, ex. 20.

²⁵ Carta de 26/08/1778. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., ex. 152, doc. 56.

custou a bagatela de 20 mil cruzados e foi arrematada da Fazenda Real, por confisco feito ao então falecido coronel João de Souza Lisboa, um dos maiores contratadores de Minas Gerais, e devedor ao Erário Régio. Em maio de 1781, Francisco, impaciente com a enormidade de trabalhos, anunciou mais uma compra na região contígua à Fazenda do Melo, chamada “Barra do Melo”, onde, suspeitava-se ter riquezas minerais²⁶.

A partir dos documentos, não é possível saber exatamente de onde vinha a grande fortuna que lhe permitira fazer contínuas compras. Francisco, naturalmente, esperava ser recompensado pelos serviços prestados, que iam desde a compra de terras, melhoramento e construção de casas, até a administração de fazendas com escravos, gado, mineração. De diferentes formas, deu a entender que fazia os negócios como se fossem seus, por isso, em 1779, pediu ao tio a aprovação das despesas²⁷. Em Minas Gerais, a partir de 1767, todos os negócios foram feitos em uma relação simbiótica em que os dois eram parte interessada.

Ameaças e ingratidão

Do outro lado do Atlântico, Antônio de Abreu Guimarães envelhecia cada vez mais desconfiado do sobrinho, que parecia demorar demais a dar notícias seguras. Esse mal-estar foi agravado pelos desentendimentos que o tio vinha tendo com Antônio Abreu Martins, irmão de Francisco, que vivia em Lisboa também envolvido em negócios do tio. No fim da vida, Antônio, o tio, redigiu uma ressentida memória em que narrou sua versão da história, alegando ter sido o responsável por levar os dois sobrinhos à América, inserindo-os em suas redes de negócio, apresentando-lhes amigos, tratando-os como filhos, mas os dois sobrinhos, ingratos, estavam associados a outro personagem, Antônio Ribeiro Faria, e todos queriam viver à sua custa. Sem explicar exatamente por que suportar tantos desmandos, Abreu Guimarães narrou os longos anos em que deu boa vida a Ribeiro Faria em sua própria casa em Lisboa²⁸.

²⁶ Carta de 05/05/1781; na carta de 22/11/1779, Francisco deu a dimensão das terras compradas: “A fazenda compõe-se de duas sesmarias de três léguas em quadra cada uma e fica distante da Jaguará sete léguas” AHU, Minas Gerais, cx. 152, doc. 56. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., cx. 152, doc. 56.

²⁷ Carta de 21/04/1779. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...”, cit., cx. 152, doc. 56.

²⁸ “Meu sobrinho Antônio de Abreu Martins: De idade menor te mandei ir de casa de teus pais e juntamente teu irmão, Francisco de Abreu Guimaraes, e logo que lá chegastes à cidade

A despeito da permissividade de Ribeiro Faria, em 1781, um acontecimento se mostraria mais nebuloso: Antônio de Abreu Guimarães recebera em Lisboa 20 mil cruzados referentes a uma “partida de caixas de açúcar” e, logo depois, acreditava ter sido envenenado com um caldo de galinha em um conluio tramado por Ribeiro Faria. Abreu Guimarães começou a se sentir mal, com dores no estômago e na barriga, e passou a noite provocando vômitos, chegando a chamar um confessor, temendo morrer sem extrema-unção. Sobreviveu e deu por bem mudar-se de sua “Quinta da Portela” para outra residência no Largo do Carmo, em Lisboa.

No início de 1782, ainda debilitado, sofreu mais uma afronta: Antônio Martins e Ribeiro Faria teriam entrado em sua casa e o obrigado a dar-lhes um crédito de oito mil cruzados. Diante disso, mudou-se novamente do Largo do Carmo para os arredores do Convento de Santo Antônio dos Capuchos, onde tinha “uma casinha” havia anos e, em outubro de 1782, foi para o Convento da Cartuxa, nas proximidades de Lisboa. Os inconvenientes seguiram-se com pressões por empréstimos, chegando ao ponto de anunciarem que Antônio de Abreu Guimarães estava louco e incapaz de gerenciar os próprios negócios²⁹.

Embora não seja possível saber ao certo quais foram as notícias que por meio de Antônio de Abreu Guimarães chegaram a seu sobrinho no além-mar, o fato é que em fevereiro de 1782, Francisco o advertia mais uma vez sobre a necessidade de fazer testamento e dispor claramente dos bens em Minas. Em maio de 1782, finalmente recebeu a tão esperada notícia de que o tio havia feito o testamento, deixando-o como testamenteiro e herdeiro. Meses depois, deu ciência do conteúdo do documento sem grande entusiasmo³⁰. Tudo indica que naquela ocasião era pública a intenção de destinar boa parte da fortuna para fundação de obras pias.

Em mais de uma passagem da *Memória*, Antônio acusou o sobrinho de desviar verbas com a colaboração do irmão. Nas correspondências, as cobranças

do Rio de Janeiro, achastes por recomendação minha o falecido meu amigo doutor Francisco Prado que vos procurou e hospedou em sua casa assistindo-vos com todo o preciso, remetendo-vos para o arraial dos Carijós, onde eu era morador e sempre vos tratei e beneficiei com zelo e afeto como se fossem meus filhos”. ANTT, “Memória do que tenho praticado...” cit., Hospício da Terra Santa, mç 38, cx. 10. f.1.

²⁹ ANTT, “Memória do que tenho praticado...” cit., Hospício da Terra Santa, mç 38, cx. 20. f. 4-5v.

³⁰ Carta de 05/02/1782; Carta de 24/05/1782. Na carta de 12/11/1782, Francisco responde ao tio: “Com as mesmas recebi as duas cópias do seu novo testamento, que o vi na forma que Vossa Mercê me ordena, e não tenho que reprovar, porque sei o havia de fazer com aprovação de pessoas doutas” AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...” cit., cx. 152, doc. 56.

eram diretas, ao que Francisco sempre respondeu que o estado da Capitania das Minas Gerais não era o mesmo que o tio deixara quando partira para Lisboa. Em 21 de maio de 1786, Francisco relatou as dificuldades em cobrar devedores, com importantes figuras empenhadas: “é a figura em que estão as Minas, que Vossa Mercê julga no estado antigo”³¹.

Para Antônio, assim que souberam de suas intenções em vincular os bens, os sobrinhos começaram uma verdadeira cruzada na tentativa de fracassar o projeto: enquanto Antônio Martins e Ribeiro Faria conspiraram contra sua vida e sua lucidez, Francisco protelava a entrega de dividendos e ocultava informações do que acontecia nas Minas³². Quaisquer que fossem os argumentos, o fato é que em 4 de junho de 1787 um decreto régio finalmente autorizou a vinculação dos bens. Segundo sua *Memória*, todos planos dos sobrinhos se viram frustrados. Era o xeque-mate de Antônio de Abreu Guimarães: estava criado o vínculo da Jaguará.

O vínculo da Jaguará

Solicitado em julho de 1777 e autorizado 10 anos depois³³, o vínculo da Jaguará era uma proposta irrecusável à Coroa, não obstante desde Pombal a monarquia viesse tentando controlar o volume e a natureza dos legados pios³⁴. Era comum que portugueses enriquecidos nas regiões coloniais desempenhassem um papel invulgar para a assistência aos pobres nos dois lados do Atlântico³⁵. Em sua petição, Antônio fez referência à lei pombalina de 9 de setembro de 1769, sobre as restrições em vincular bens de raiz, mas argumentou que o vínculo iria converter todo o pio das fundações em utilidade pública³⁶. Apesar do gigantismo, as propostas eram consideravelmente úteis e em acordo com

³¹ Carta de 21/05/1786. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães e de seu sobrinho...” cit., cx. 152, doc. 56.

³² ANTT, “Memória do que tenho praticado...” cit., Hospício da Terra Santa, mç 38, cx. 20.

³³ ANTT, Papeis do Brasil, Cód.6, fls. 366-367.

³⁴ Para as alterações testamentárias nas leis portuguesas, ver: Maria Antónia Lopes, “A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820”, *Revista de História das Ideias*, n. 29, Coimbra (2008), p. 131-176.

³⁵ Para a relação entre emigração e caridade, ver: Isabel dos Guimarães Sá, “Misericórdias, portugueses no Brasil e brasileiros” in: *Os Brasileiros de Torna Viagem*, Lisboa, CNCDP, 2000, p. 117-132. Maria Marta Lobo de Araújo; Alexandra Esteves; José Abílio Coelho; Renato Franco (Coords.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança – poder e assistência*, Braga/Rio de Janeiro, CITCEM/FGV, 2013.

³⁶ ANTT, Hospício da Terra Santa, mç 38, cx. 20.

as sensibilidades caritativas da época³⁷. Toda a fortuna existente e a que se desejasse acrescentar posteriormente fariam parte de um fundo inalienável a ser distribuído entre as fundações. Os pareceres do procurador da Coroa e do Conselho Ultramarino saudavam a iniciativa sem objeções e o decreto régio vinculou “Jaguara, Vargem Comprida, Mocambo, Riacho da Anta, Pau de Cheiro, Forquilha, Melo, Barra do Rio Melo, com engenhos, fábricas, casas, escravos, gados e criações, além de muitas léguas de terras minerais de que se tem extraído e pode extrair muito ouro”³⁸.

A fortuna deveria ser aplicada em um colégio de enjeitadas e órfãs pobres; um seminário na Jaguara para enjeitados e órfãos pobres, cujos mais talentosos ganhariam bolsa de estudos na Universidade de Coimbra; um hospital para pobres, na vila do Sabará; um hospital para leprosos, em Lagoa Santa. Por fim, solicitou ainda a autorização para que se criasse um hospício, com padres da Congregação do Oratório, “por serem sujeitos hábeis e exemplares para administradores do vínculo e diretores não só dos estudos, mas também espirituais dos mesmos Seminário, Colégio e Hospitais”. Chama a atenção o protagonismo dos eclesiásticos no manejo do hospital, instituição tipicamente controlada por leigos³⁹.

O decreto de 23 de novembro de 1787 era mais preciso na partilha e gestão da fortuna, além de trazer um regimento para orientar a administração. O rendimento líquido seria dividido em cinco partes. Uma ficaria para o livre uso do instituidor durante sua vida e depois de sua morte; outro quinhão estava destinado ao Recolhimento das Convertidas do Rego, em Lisboa; e dos três quintos que restavam, os administradores deveriam: a) prover um subsídio anual de 800 mil réis para a Ordem Terceira do Carmo de Sabará que se

³⁷ Para as mudanças na percepção da caridade ao longo do século XVIII, ver ainda: Catherine Duprat, *Pour l'amour de l'humanité – Le temps des philanthropes*, Paris, Éditions Du C.T.H.S., 1993. Para o caso português, ver: Isabel dos Guimarães Sá & Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Laurinda Abreu, *O poder e os pobres – as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

³⁸ ANTT, Papeis do Brasil, Cód.6, fls. 366-367.

³⁹ A Congregação do Oratório foi criada em 1668 e era uma espécie de família religiosa de padres seculares organizados por estatutos comuns, mas cujos institutos eram completamente independentes entre si. Empenhados na moralização do clero secular, os oratorianos voltaram-se também para a execução de algumas obras de misericórdia, como a visita aos presos e a hospitalais; além disso, destacaram-se pelo relevante papel na educação. Seu período de maior influência data de meados do século XVIII, interrompido por embates com Pombal e retomado no período mariano, ainda que com menor vigor. Ver: Eugénio Francisco dos Santos, “Oratorianos” in: Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (J-P), Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001, p. 328-334.

responsabilizava por curar enfermos não contagiosos em casas que o instituidor deixava para o dito fim; b) financiar o seminário, colégio de órfãos, o lazareto⁴⁰.

O subsídio destinado à Ordem Terceira do Carmo para socorrer pobres doentes alterava substancialmente a proposição original do instituidor, para quem parte da fortuna deveria ser direcionada à criação de um hospital, cuja administração estaria a cargo dos oratorianos. Ao contrário do que se poderia esperar, nenhuma referência à criação de uma Santa Casa de Misericórdia⁴¹. O decreto também não fazia referência à Congregação do Oratório – recomendada pelo instituidor e pelos pareceres do procurador da Fazenda e pelo Conselho Ultramarino – e tampouco concedia o monopólio da administração a padres. A junta administrativa poderia ser composta por seculares – “eclesiásticos do Hábito de São Pedro” – e por leigos.

A primeira junta administrativa seria escolhida por Antônio de Abreu Guimarães, que nomeou seu sobrinho para o cargo de presidente, com o pagamento anual de 400 mil réis. Como ordenava o decreto régio, a primeira obra pia a ser executada deveria ser o seminário destinado aos enjeitados e órfãos pobres⁴², as quantias devidas à Ordem Terceira e ao Recolhimento das Convertidas também poderiam ter início sem maiores delongas. Em 1787, o vínculo da Jaguará e todas as úteis obras pias pareciam ter um futuro brilhante, no entanto, Francisco sentiu-se lesado em seus interesses porque o tio havia vinculado propriedades que considerava suas.

Embargos

Quando, em 1780, Francisco solicitou o hábito da Ordem de Cristo, já havia sido capitão e, de presente, era coronel em Sabará⁴³. Naquela altura, era um

⁴⁰ Ver discussões para a redação final do texto de 23/11/1787 em AHU, Minas Gerais, “Alvará de d. Maria I regulando a administração e governo dos bens vinculados por Antônio de Abreu Guimarães na comarca do Sabará, em virtude do decreto para o estabelecimento de casas de educação e hospitais, de 4 de junho 1787” (vários documentos), cx.127, doc. 24.

⁴¹ Ver: Renato Franco, “O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa”, *Estudos Históricos*, v. 27 n. 53 Rio de Janeiro (2014), p. 5-25.

⁴² O seminário chegou a funcionar regularmente atendendo meninos pobres. Ver: Thais Nivia de Lima e Fonseca, *Letras, ofícios e bons costumes – Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

⁴³ AHU, Minas Gerais, “Requerimento de Francisco de Abreu Guimarães, capitão de Cavalaria Auxiliar de Dragões do distrito de Jaguará no termo de vila do Pitangui, pedindo sua conformação no exercício do referido posto”, cx. 104, doc. 38. AHU, Minas Gerais, “Requerimento de Francisco de Abreu Guimarães, coronel do 1º. Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Real do Sabará”, cx. 110, doc. 41.

homem de considerável respeito, “sempre se tratou com distinção e gravidade”, “reputado entre os homens bons”, “tendo muitos engenhos e lavras em que tem muita escravatura”. Em seu processo de habilitação, chama a atenção o silêncio sobre quem o apoiara em sua ida para as Minas Gerais – seu tio – e a reiterada ciência dos depoentes de que Francisco possuía bens próprios⁴⁴.

No entanto, essa não parecia ser a percepção dos que viviam em Minas quando o Vínculo foi anunciado. Dez anos após o decreto real, em 1º de junho de 1797, Francisco subiu um pedido via Conselho Ultramarino solicitando que os processos fossem interrompidos até que todos os seus bens fossem separados do fundo inalienável; em 27 de junho do mesmo ano, enviou uma carta ao tio cobrando o pagamento de todos os serviços prestados ao longo de décadas: “é preciso que Vossa Mercê me diga quanto me dá pelo meu trabalho de 30 anos que a tanto há que aqui estou por seu respeito, sofrendo o que nunca sofreria por dinheiro algum, e sem fazer negócio algum tendo dinheiro e meios para o fazer muito avultado⁴⁵. Não era mentira. O coronel poderia ter angariado fortunas pessoais, amparadas legalmente; por outro lado, a vinculação de todos os bens existentes nas Minas soava também como uma vingança pessoal, uma espécie de acerto de contas em que o tio, mais uma vez, ditava o destino do sobrinho. Como até 1798 Francisco não havia logrado provar que era proprietário legal de algum dos bens vinculados, foi feita uma ressalva de que se em qualquer tempo conseguisse, seu direito de posse estava assegurado⁴⁶.

A resposta de Antônio, então com 84 anos, foi um requerimento, em dezembro de 1798, via Conselho Ultramarino, solicitando que se ouvissem o governador e os interessados nas Minas Gerais e expulsassem Francisco da Jaguará, porque o sobrinho estava “cheio de ambição e de orgulho”, “sumamente sentido de que se aplicasse para instituições pias todas aquelas possessões, das quais ele esperava ficar senhor absoluto”. O governador forneceu um interessante parecer: em primeiro lugar confirmou a posse integral de Antônio de Abreu Guimarães de todos os bens que constituíram o Vínculo, “uma das

⁴⁴ Outro fato curioso foi o pedido de Francisco para que as diligências fossem feitas em Lisboa, e não em Guimarães, sob a alegação de “pátria comum”. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 101, doc. 1629

⁴⁵ Ver doc. 2 e carta de 27/06/1797. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães...” cit., ex. 152, doc. 56.

⁴⁶ AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães...” cit., ex. 152, doc. 56. No ANTT, há duas sesmarias em nome de Francisco de Abreu Guimarães, uma de 1798, outra de 1800, porém não tive acesso a essa documentação. ANTT, *Registro Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.29, f. 83; *Registro Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.29, f. 126v.

maiores possessões, se não é a principal delas, na capitania de Minas Gerais”; em segundo lugar, atestou a probidade de Francisco, tido e havido como uma figura de boa índole. O sobrinho, tal como anunciara na carta de junho de 1797, estava também empenhado em cobrar do tio todos os serviços prestados durante mais de três décadas⁴⁷.

Dois anos mais tarde, em novembro de 1799, Antônio rogou à consciência de Francisco para que deixasse em paz seu projeto de vincular todos os seus bens⁴⁸. No início do século XIX, Antônio de Abreu Guimarães havia sobrevivido à boa parte dos seus inimigos inclusive a Ribeiro Faria e a Antônio Martins, ambos já falecidos àquela altura. As desavenças legais entre tio e sobrinho só seriam finalmente resolvidas por meio de uma carta escrita em julho de 1801. Poucos meses antes de sua morte, Antônio pediu perdão a Francisco pelos muitos trabalhos que lhe havia causado, além de lhe perdoar todas as dívidas, pagar-lhe todos os ordenados pelos serviços prestados no valor que Francisco arbitrasse, incentiva-lo a assumir a presidência da junta, com o pagamento de 400 mil réis anuais⁴⁹.

Os últimos atos

Em fins de 1801, foi inserida a última modificação no testamento de Antônio de Abreu Guimarães. Residia no convento da Cartuxa havia quase 20 anos e pedia para que seu enterro fosse o mais simples possível “que no meu funeral não haja pompa, nem superfluidade pois detesto toda a mundana vanglória”. Era irmão da Ordem Terceira de São Francisco, no Rio de Janeiro; da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de Lisboa; além de “algumas confrarias e irmandade da mesma cidade de Lisboa”. Naquela altura, boa parte do que dispunha vinha dos 20% que lhe cabiam do rendimento líquido do vínculo da Jaguara. Com eles, beneficiou sobrinhas, freiras, instituições... Mesmo depois

⁴⁷ Ver, especialmente, docs 3 e 6. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães...” cit., ex. 152, doc. 56. (doc. 6).

⁴⁸ BN RJ, Manuscritos, C-1057, 12 (doc. 5), Fundo Casa dos Contos.

⁴⁹ “E como me acho nos últimos fins da vida, vos peço e suplico que me perdoeis todos os incômodos e desgostos que vos tenha motivado em o decurso desses anos, e se Deus vos inspirar a resolução de ficares no emprego de Diretor enquanto viveres, desde já vos aprovo todas as contas no estado em que as tiveres ou deixares sem dependência da menor obrigação, e igualmente vós mesmo arbitrareis os ordenados que vos são devidos pela vossa administração sem a menor contenda, dispondo por meu falecimento do rendimento anual da dita quinta parte para sempre como bem vos parecer com o desconto somente dos 400 mil réis anuais e os quatro legados vitalícios enquanto não vagarem”. BN RJ, Manuscritos, C-1057, 12.

dos desentendimentos, Francisco comprou mais fazendas que o tio em seu testamento juntou ao vínculo⁵⁰.

Em uma das cláusulas, Antônio fez uma interessante reflexão sobre o sucesso conseguido nas Minas Gerais:

“Porque sempre foi minha intenção beneficiar que fosse compatível com a justiça e equidade a meu sobrinho, o coronel Francisco de Abreu Guimarães, não só pela particular afeição que sempre lhe tive e ele mereceu pelo seu bom comportamento, mas muito principalmente por ele ter há longos anos administrado a minha Casa da Jaguará com zelo, atividade e préstimo de tal sorte, que ele tem sido o principal instrumento para ela chegar ao estado em que presentemente se acha”⁵¹.

Essa cláusula específica foi anulada no testamento. De todo modo, o sobrinho aceitara a incumbência de presidir a junta, recebendo 400 mil réis e 20% do rendimento líquido do Vínculo. A primeira ata da mesa data de 9 de maio de 1802. O presidente era Francisco de Abreu Guimarães e o procurador-geral era seu sobrinho e futuro herdeiro, Francisco Lopes de Araújo. O ato inicial foi a feitura de um livro de tombo, separando tudo o que pertencia a Francisco e lembrando que “as disposições do falecido instituidor do Vínculo eram tão excessivas, que certamente nunca se poderiam preencher por não serem tão vantajosos e seguros os lucros como ele pensava”⁵².

As disposições de Antônio foram abertas em Sabará, em 10 de novembro de 1807⁵³, quando Francisco já estava morto⁵⁴. O testamento do sobrinho, feito em julho de 1803 e aberto em 03 de abril de 1807, apresentava substanciais diferenças em relação ao do tio: composto por 28 verbas, o testador dispendeu uma verdadeira fortuna em obras de caridade, pulverizadas entre Minas e Portugal. Seu testamenteiro era seu sobrinho, fazendo valer, mais uma vez, a habitual estratégia familiar que caracterizava boa parte dos migrantes minhosos.

Pediu para ser enterrado com o Hábito da Ordem de Cristo, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaguará, conduzido em caixão, acompanhado pela irmandade do Santíssimo Sacramento e todos os sacerdotes que estivessem

⁵⁰ ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, Livro 349, fls.68v-75v. Ver também Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (BNRJ), Manuscritos, C-1057, 12 (doc. 1), Fundo Casa dos Contos.

⁵¹ ANTT, *Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos*, Livro 349, fl.75.

⁵² APM, *Casa dos Contos*, cód. 1597 (1805-1835), f. 2v.

⁵³ BNRJ, Manuscritos, C-1057, 12 (doc. 1), Fundo Casa dos Contos

⁵⁴ APM, Secretaria de Governo (SG), Testamento de Francisco de Abreu Guimarães, cx.57, doc.78.

na localidade; pedia um ofício de corpo presente, também com todos os sacerdotes, além de um oitavário de missas. Declarou que tinha separado todos os seus bens dos do tio; das mil missas que pediu após seu falecimento, 500 eram em intenção à sua própria alma, 50 para São Francisco de Assis, 25 para o Anjo da Guarda, 25 aplicadas para os irmãos da Ordem de Cristo, 50 pelas almas dos amigos falecidos, 25 pelas almas dos inimigos falecidos, 25 pelas almas dos falecidos com quem teve contas, 100 pelas almas de seus escravos falecidos, 100 pelas almas do Purgatório, 100 pela alma de seu tio, Antônio⁵⁵.

Considerações Finais

As trajetórias dos Abreu Guimarães são reveladoras em muitos sentidos: em primeiro lugar, como já destacado, porque demonstram como a América serviu de espaço de promoção social. De origem humilde, seguramente quando atravessou pela primeira vez o Atlântico rumo ao Rio de Janeiro, Antônio de Abreu Guimarães jamais poderia sonhar que terminaria a vida como uma das maiores fortunas de sua época. Seu cabedal era fruto de grande cosmopolitismo, próprio das redes comerciais que ligavam diferentes espaços e se estendiam dos rincões de uma rústica vila no interior de Minas Gerais, passavam por Rio de Janeiro, Pernambuco, Lisboa e outros pontos que interessavam aos circuitos comerciais, extrapolando nacionalidades.

A trajetória de Antônio era também portuguesa e representativa de tantos exemplos de famílias que migraram rumo à América para tentar a sorte; prendia-se a formas de ascensão social do mundo luso: tornou-se capitão, familiar do Santo Ofício, possuía o Hábito da Ordem de Cristo, viveu e morreu como um católico, pertenceu a várias confrarias e, por fim, obstinadamente lutou para a imensa fortuna que fizera fosse destinada à caridade. No mesmo sentido, Francisco também partilhava da visão de mundo do tio: tornara-se capitão, coronel, familiar do Santo Ofício e possuía o Hábito da Ordem de Cristo; tal como o tio, era um devoto confesso, cujo testamento sinalizava a intenção de despendar boa parte da fortuna em obras de caridade.

Antônio era um celibatário, cujo sucesso pessoal incentivara outros familiares também a partir; Francisco de Abreu Guimarães tinha 12 anos mais ou menos, vinha de uma família remediada, quando atravessou o Atlântico rumo às brenhas de Minas Gerais. O auxílio do tio garantiria o acesso a redes exclusivas de comerciantes, alimentadas por laços de amizade e reciprocidade, mas custaria ao sobrinho um preço nem sempre fácil de pagar, que o obrigaria

⁵⁵ APM, SG, Testamento de Francisco de Abreu Guimarães, cx.57, doc.78.

a gerir uma fortuna cada vez maior, de maneira frequentemente subserviente. A administração da Jaguará exigiria uma dedicação incondicional, com laivos de servilidade e gratidão aliados à esperança de amealhar seu quinhão nas enormes fortunas.

A relação familiar, tipicamente patriarcal, garantiria ainda outro aspecto nebuloso, manifesto na ausência de contrato entre tio e sobrinho. Com a ausência do tio desde 1767, era plausível imaginar que Francisco esperasse se beneficiar da fortuna daquele que lhe confiara os negócios. Antônio valorizou o quanto pôde a virtual possibilidade de herança de Francisco e deveria estar ciente que a vinculação de todos os bens da Jaguará representava um fracasso de expectativas para o sobrinho. Quando em 1787 foi publicado o decreto régio, apesar de protestos Francisco não conseguiu provar a posse legal de nenhuma das fazendas. Para o capitão Antônio, o Vínculo teria garantido a preservação de sua vida, silenciando as pressões e disputas familiares pela fortuna. No entanto, anos mais tarde, assim que aceitou presidir a Junta da Jaguará, após um embate de mais de uma década em que o tio capitulara no fim da vida, o sobrinho desfez o que julgava ser injustiça, recobrando o que considerava ser seu.

Efetivamente, a vinculação de tamanhas posses para caridade parecia uma solução que ninguém abertamente ousaria questionar. Havia séculos que a ajuda aos necessitados guiava as legações pias de portugueses, cumprindo a metáfora de sociedade compassiva, pouco conflitiva e amorosa⁵⁶. As escolhas de Antônio de Abreu Guimarães estavam sintonizadas, inclusive, com a sensibilidade utilitarista da segunda metade do século XVIII, centrando forças em instituições de ensino e hospitais⁵⁷. No entanto, não se deve esquecer que o testamento de Francisco de Abreu Guimarães também tinha na caridade um importante esteio, valorizando formas tradicionais de auxílio, como missas, esmolas a pobres, dotes a órfãs, viúvas, afilhadas, irmandades das Minas e de Portugal, Misericórdias. Antônio, que vivia em Portugal havia anos, privilegiou a criação de instituições em Minas; Francisco, que viveu a maior parte de sua vida nas Minas, pretendeu gastar boa parte de sua fortuna em Portugal.

Aberto o testamento de Francisco, em abril de 1807, uma crise se instaurou na Jaguará e o ouvidor Antônio Luiz Pereira da Cunha emitiu um parecer sobre

⁵⁶ Ângela Barreto Xavier, “Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes (sécs. XVI e XVII)”, *Lusitania Sacra*, tomo XI, (1999), p. 59-85. Maria Antónia Lopes, “Os pobres nos discursos das elites” in *Pobreza, assistência e controlo social – Coimbra (1750-1850)*, Coimbra, Palimage Editores, 2000, p. 27-163.

⁵⁷ Maria Antónia Lopes e José Pedro Paiva, “Introdução” in Maria Antónia Lopes e José P. Paiva (Eds.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, UMP, 2008, p. 7-36.

a enormidade de bens legados: “Ignoro absolutamente qual seja o fundo dos bens da herança do falecido coronel Francisco de Abreu Guimarães, assim em dinheiro, como em bens (...), mas as pessoas sensatas duvidam que ele deixasse 300 mil cruzados em dinheiro”⁵⁸. Se Francisco participara do plano de matar o tio, ninguém sabe, mas parece ter se apoderado de mais fazendas do que poderia supor Antônio de Abreu Guimarães, contribuindo para inflar a imaginação dos que apostam que o sobrinho era mesmo um reles aproveitador.

Raimundo Trindade, cônego que se dedicou ao levantamento das instituições que fizeram parte da história do bispado de Mariana, recolheu um relato sobre os dois principais personagens da Jaguará⁵⁹. Segundo o padre João de Santo Antônio, que no século XIX vivera em Sabará e arrematara parte da “fazenda do Melo”, a riqueza de Antônio fora conseguida por meio de contrabando, razão que o fizera regressar a Portugal e consultar seu confessor, que, por sua vez, o aconselhara a pedir perdão à rainha. Assegurado o perdão régio, teria oferecido todos os seus bens à Coroa, mas como a rainha os recusara, decidiu empregar suas riquezas em obras pias. Doravante, teria decidido se tornar frade e morrer em santidade.

Ainda de acordo com o relato, apesar das boas intenções de Antônio, a Jaguará teria tido maus administradores, que gastavam em “jantares, bailes e divertimentos”, desviando o dinheiro dos pobres. Francisco teria se apoderado de quatro fazendas que repartira entre seus parentes. Contra ele teria movido demanda o padre Manuel Antônio, mas d. João VI mandou pôr panos quentes porque Francisco de Abreu teria se encarregado de fazer o chafariz da Carioca, no Rio de Janeiro, e durante três anos trabalhara com escravos sem cobrar nada e “pediu a el-rei que só queria que ele mandasse pôr termo a umas demandazinhas que lhe faziam em Minas”. D. João VI aceitara a proposta de Francisco, colocando-o como administrador vitalício do Vínculo, e assim ficaram pertencendo a outros as quatro fazendas: “deu Ponte Nova aos Lobos, Casa-Branca a Manuel Francisco e a João Martins, Brejo e Pau de Cheiro a duas filhas naturais”.

Essa memória que misturava realidade e fantasia foi alimentada pelos públicos desentendimentos entre tio e sobrinho e certamente pela imagem de fausto que a Jaguará exibia. No início do século XIX, era exemplo visível de riquezas que poucos poderiam ombrear: a sede da Fazenda tinha um grande

⁵⁸ APM, SG, cx. 70, doc. 22.

⁵⁹ Raimundo Trindade, “Notícia sobre o vínculo do Jaguará contada pelo Padre João de Santo Antônio” in: *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*, Rio de Janeiro, SPHAN, 1945, p. 135-138.

açude, onde se criavam peixes e se podia andar de escaler, à imitação do que era feito em Lagoa Santa⁶⁰. A talha dos altares e as imagens que compunham a capela de Nossa Senhora da Conceição foram feitas por Aleijadinho, o maior artista mineiro de sua época⁶¹. Contudo, o espanto provocado pela riqueza que alimentaria tantas lendas formou par com o fulminante desaparecimento de uma das mais expressivas fortunas de Minas Gerais: em 1843, o vínculo da Jaguara foi extinto, pondo fim a tantas histórias de desavenças.

⁶⁰ Carta de 14/07/1772. AHU, Minas Gerais, “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de Antônio de Abreu Guimarães...”, cx. 152, doc. 56.

⁶¹ Olinto Rodrigues dos Santos Filho, “A capela da fazenda da Jaguara e o mestre Aleijadinho”, *Revista Imagem Brasileira*, n. 2 (2003). p.67-77.

Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII

Um estudo de caso

Scholarship and private life at the beginning of the 18th century *A case study*

ISABEL FERREIRA DA MOTA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura – FLUC
ifmota@fl.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

O artigo propõe-se caracterizar a vida erudita em Lisboa no seu universo mais privado, procurando nesse espaço definir a intimidade e a sua cultura material. Para tal, toma como exemplo paradigmático Manuel Caetano de Sousa, um dos eruditos mais representativos das primeiras décadas do século XVIII e daquilo a que poderíamos chamar, usando um título de Paul Hazard, a *Crise da Consciência Europeia*.

Palavras-chave:

Vida Privada; Cultura Material; Erudição; Manuel Caetano de Sousa.

Abstract:

This paper aims at characterizing the private facet of scholarly life in Lisbon, with a particular focus on the places and material culture associated with scholar's intimacy. To that end, it elects as a case study Manuel Caetano de Sousa, one of the most representative Portuguese scholars of the early decades of the 18th century and of what might be named, after Paul Hazard, the *Crisis of European Consciousness*.

Keywords:

Private Life; Material Culture; Scholarship; Manuel Caetano de Sousa.

Referimo-nos já em publicação anterior¹ ao «Reino e Mundo literário» lisboeta e à forma como ele era permeável às relações pessoais, aos contactos individuais, ao cruzamento de correspondência, de empréstimo e troca de livros e de informações; ao cruzar de uma esfera semipública, nas Academias e na Corte ou nas sessões culturais dos conventos, abertas ao público, com uma esfera privada, mais íntima, ritmada pelo quotidiano, no recolhimento do gabinete de estudo. Desenvolvemos neste anterior trabalho uma análise sobre a poderosa sociabilidade cultural, alimentada pelas academias lisboetas. Vamos agora debruçar-nos mais em particular sobre a vida erudita no “aposento” ou “cubículo” privado de Manuel Caetano de Sousa, sito na Casa da Divina Providência. Manuel Caetano de Sousa é um erudito religioso, pertencente à Ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano, portanto um teatino que vive na Casa da sua Ordem em Lisboa². Este teatino – já por nós estudado em trabalho anterior, entre outros académicos pertencentes ou não à mesma ordem – integra um grupo que caracterizámos em altura própria como configurando um «novo perfil de homem de letras, com grandes ligações internacionais e muito próximos das esferas do poder», bem implantados nas instituições e protegidos pelo mecenato régio³.

Para além de propor a D. João V a instituição da Academia Real da História e dele ser muito próximo, e mesmo conselheiro político, foi académico na Academia Real e em várias outras academias, além de procomissário geral do *Tribunal da Bulla da Crusada*. D. João V quis mesmo nomeá-lo bispo do Funchal, mas ele «respondeo, que não aceitaria emprego algum, que o retirasse do socego do seu cubículo, ou o privasse de poder estar aos pés de Sua Magestade»⁴. Filipe José da Gama, na sua *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, deixa transparecer a imagem da Casa da Divina Providência entre os seus contemporâneos: «Templo

¹ Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII, Coimbra, Minerva Coimbra, 2003.

² Ver António Camões Gouveia, «Teatinos» in Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 271-274 e Sara Bravo Ceia, *Os Académicos Teatinos no tempo de D. João V. Construir Saberes enunciando Poder*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Ver também Manuela D. Domingos, «Acervos oficiais da Real Biblioteca Pública. A doação dos Teatinos», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, nº 2, Jul-Dez 1994, p. 75-121.

³ Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História ...*, cit., p. 68.

⁴ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal...*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794, tomo I, p. 309.

da Religião, Domicílio da Política, e da Prudência, e Casa da Sabedoria»⁵. Isto é, espaço de cruzamento entre a religião, a política e a erudição. Relembremos que nesta Casa habitavam vários dos mais importantes académicos da Academia Real, que configurava ela própria, para além do mais, um centro nevrálgico de reflexão e de prática política e erudita.

Manuel Caetano de Sousa estabelece e mantém infatigavelmente uma rede de relações à sua volta. Deixemos, por esta vez, a sua vida pública: os seus constantes sermões enquanto orador aplaudido, «ainda dos ouvidos mais delicados», e as suas contínuas comunicações académicas nos espaços mais ilustres da Corte. Debrucemo-nos, antes, sobre o seu espaço de trabalho privado e o respetivo quotidiano. «Modelo de discrição, e cortesia... o melhor Mestre da política, que ensina a experiência», no dizer do Marquês de Valença⁶, Manuel Caetano de Sousa, filho bastardo de D. Francisco de Sousa, membro de uma muito antiga e nobre família, foi criado por sua avó paterna. D. Francisco de Sousa, passado o tempo da puerícia, levou-o para casa de sua avó – D. Leonor de Melo –, que o educou com esmero, vigilância e ternura. Fez os seus estudos com os melhores professores de Lisboa, nomeadamente frequentou o Colégio de Santo Antão, «verdadeiro Atheneo» da cidade. Determinava seu pai enviá-lo para a Universidade de Coimbra, mas ele preferiu trocar a vida de eclesiástico secular pela de religioso, retirou-se para a Casa Teatina, informando previamente disso apenas sua avó.

Para além de professor na Casa, Manuel Caetano de Sousa dedicava-se no seu aposento (os contemporâneos preferem o termo “cubículo” ou “aposento” ao de cela⁷), que o mesmo é dizer no seu gabinete de estudos, ao «otium studiosum», idealmente e moralmente nobre ou “enobrecedor”. Cultiva aí uma arte de bem viver, comum nas sociedades mundanas e eruditas, algumas organizadas como Academias, das quais fazia parte. Uma arte de viver livremente, isto é, não subjugada a um ofício servil, e arte inseparável de uma ética da generosidade⁸. Caetano de Sousa vive o quotidiano no seu aposento, segundo um ideal

⁵ Filipe José da Gama, *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, p. 19.

⁶ «Elogio do P. D. Manuel Caetano de Sousa, que o Marquês de Valença recitou na Academia Real da História Portuguesa» in *Collecçam dos Documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva -Joseph Antonio da Sylva, 1721-1736, volume de 1734.

⁷ Ver Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, Tomo II, p. 627.

⁸ Ver sobre estes temas: Marc Fumaroli, *La República de las Letras*, Barcelona, Acantilado, 2013 e Pedro Cardim, *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, 2000, dissertação de doutoramento, FCSH-UNL, p. 425-432.

simultaneamente monástico e humanista, cultivando, ao lado da alta erudição, as virtudes da modéstia, da afabilidade e da amizade⁹, como veremos.

No entanto, nem sempre o conseguiu. Da sociabilidade erudita faziam também parte integrante as rivalidades intelectuais. Foram muitas as contendas e disputas na Academia Real e Manuel Caetano de Sousa participou também, tomando partido ou abraçando causas, disso nos dá conta a sua correspondência¹⁰.

I. O espaço da intimidade

Interessa saber que características teria este espaço, lugar desta arte de viver, e que atmosfera se respirava¹¹.

Tendo D. João V visitado, em certa ocasião, a Igreja dos Clerigos Regulares Teatinos «passou depois, como outras vezes fazia, á varanda, e corredor alto da mesma Casa a gozar da sua excelente vista, e desafogo; e depois ordenou o conduzissem ao cubículo do Padre D. Manoel», demonstrando assim a consideração e o afeto que lhe tinha. Abrindo o Padre Sousa a porta do cubículo, diz-nos o Marquês de Valença, «Sua Magestade ...entrado nelle deteve-se algum espaço, olhando, e deleitando-se naquela pobreza, e nas alfayas de Religioso, e de Filosofo»¹². Entre os móveis e adereços do aposento do Padre D. Manuel avultavam certamente os livros, porque o monarca «disse ao Padre Sousa, que não supunha que o Padre tivesse juntado tantos livros, e que escolhidos por elle todos seriam excelentes: ao que o Padre respondeo, que a copia dos livros era efeito da grandeza de Sua Magestade, que para isso lhe dera meios»¹³.

E de facto assim era, o Padre Sousa tinha sido contemplado com o mecenato régio por várias formas, e a maior parte dos seus ordenados e da tença que gozava destinava-os à compra de livros. A sua livraria ultrapassava os sete mil volumes¹⁴.

⁹ «Amor», embora «não cego» - segundo o marquês de Valença - pelos companheiros.

¹⁰ Ver Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História...*, cit., p. 201-203.

¹¹ Segundo Orest Ranum, «nas sociedades antigas o íntimo nunca é um dado; há que procurá-lo em todos os sítios [lugares] e em todos os objectos que incarnam as emoções e os afectos humanos. Uma arqueologia se impõe... dos locais... e dos objectos que os guarneceram», ver «Os refúgios da intimidade» in Ph. Ariès e G. Duby (ed.), *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, (vol. 3, dir. Roger Chartier), Afrontamento, 1990, p. 211. Ver Pedro Cardim, *The “public”, the “private”, and the “intimate” in early-modern Southern Europe. A historical perspective*, draft version, acessível em linha http://www.cham.fcsh.unl.pt/files/file_000294.pdf

¹² Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, cit., p. 458 e Marquês de Valença, «Elogio do P. D. Manuel Caetano de Sousa...», cit., p. 14 e 15.

¹³ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas* ..., cit., p. 458.

¹⁴ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas* ..., cit., p. 459.

Nela juntava aos livros que comprou aqueles que lhe foram oferecidos, pelos amigos em Lisboa, pelos amigos que fez na sua viagem à Itália e a Barcelona, e ainda as obras da Academia a que tinha direito enquanto académico. Segundo o Marquês de Valença, esta livraria, pelos assuntos dos livros que a constituíam, «illustrava e santificava» o seu aposento. Do apreço em que o seu possuidor os tinha fala-nos Caetano do Bem, dizendo que «dos livros de seu uso [tinha] tal conhecimento, que somente pelo tacto os conhecia». Muitos deles estavam, certamente, encadernados com gosto e arte, ou não fosse Manuel Caetano de Sousa, como outros teatinos e académicos da sua casa, conhecedor de tudo quanto dizia respeito à bibliofilia. Arrumados, colecionados, talvez até, de algum modo, catalogados. Lembremos a estreita relação, cara a Roger Chartier, entre presença do livro, hábito de leitura e intimidade¹⁵. No seu aposento, espaço para o estudo e para a oração, o erudito está ligado às coisas que o rodeiam. Já nos referimos¹⁶ ao que estava e passava nas bancas de trabalho destes eruditos, particularmente à do Padre Sousa: listas de livros e respetivos preços, cartas contando «raivas com Impressores» e emitindo opiniões depreciativas sobre livreiros; e até um trabalho que ficou manuscrito sobre a *Arte de Livreiro*.

Com os livros, pois, uma relação afetuosa. Também Filipe José da Gama, seu biógrafo, se refere ao assunto, dizendo que de uma só vez pôs o Padre Sousa na biblioteca comum da Casa teatina dois mil volumes, «mas nem por isso experimentou alguma falta, pois de todas as partes do Mundo mandava trazer os melhores e mais raros exemplares». Teve ainda «grande parte de livros, que forão dos homens mais doutos dos passados dois seculos, que eles marginarão pela sua letra... [e] escreverão na primeira folha os seus nomes» e obras-primas, saídas das melhores oficinas da Europa. As estantes repletas criavam o ambiente do aposento. Sobre este pergunta Filipe José da Gama: «Quem já mais o viu ordenado e composto? Occasiões houve, em que se tiravão os volumes de muitas estantes para se averiguarem grandes duvidas; nem era fácil aos amanuenses collocarmos outra vez nos seus lugares, pela repetição dos estudos»¹⁷.

Também Caetano de Bem se refere ao trabalho do dia-a-dia: «no seu mesmo aposento tinha examinado Livrarias inteiras,livros originaes antiquíssimos, grande numero de letreiros Goticos, e Romanos....Bibliothecas publicas, e a

¹⁵ Roger Chartier, «As práticas da escrita» in *História da Vida Privada*, ob. cit., particularmente p. 141.

¹⁶ Ver Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História...*, cit., p. 67-69.

¹⁷ Filipe José da Gama, *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, cit., p. 52.

Real....Medalhas...», etc., etc.¹⁸ E o próprio D. Manuel confessa, em carta a seu amigo, «nesta semana passei assentado na cadeira duas noutes seguidas de 4^a para 5^a, e de 5^a para 6^a»¹⁹.

Religiosa habitação onde, por um lado, se respirava silêncio e estudo, «quando o Senhor D. Manuel consultava os livros, quando passava os dias consigo, e com eles», mas, por outro, também «foy o seu Aposento outra Academia Tusculana, aonde o visitavam sempre as pessoas mais ilustres, e doudas da nossa Corte»²⁰. De facto, as visitas eram muitas. Mero exemplo é o de Fr. Apolinário da Conceição, que segundo o próprio relata, no «Prologo ao Leitor» da sua obra²¹, tinha tido a oportunidade de consultar a biblioteca dos teatinos pela mão de Manuel Caetano de Sousa, o que lhe permitiu consultar obras indispensáveis para completar os seus trabalhos. O empréstimo de livros era regular e até com D. João V o Padre Sousa trocava livros: um livro seu de momento não o tem «por estar na mão de S. Magestade» ou, em outra ocasião, «... me emprestou S. Magestade hum Livro que agora lhe chegou de Roma»²².

Presença assídua no aposento era a do seu secretário, a quem também apelida, por vezes, ajudante de estudos e de quem diz, em carta a D. Francisco de Almeida (temporariamente em Coimbra) de 5 de janeiro de 1732, «que não tem menos esperteza, que memoria»²³. De facto, desde 1710, que D. Manuel escreve de Itália ao seu grande amigo Conde de Assumar, dizendo: «Depois que me vi em Roma já não sey escrever senão por secretario porque esta terra não me tem ensinado mais que usar de comodidades e procurar alívios»²⁴.

¹⁸ Tomás Caetano do Bem, *Memorias historicas chronologicas...*, cit., p. 452. Cfr. Bruno Neveu, *Erudition et religion aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, Albin Michel, 1994, particularmente o capítulo «La vie érudite à Paris à la fin du XVII^e siècle».

¹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Cod. 11185, fl. 107.

²⁰ Filipe José da Gama, *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, cit., p. 103 e 111.

²¹ Ver Federico Palomo, «Conexiones atlánticas: Fr. Apolinário da Conceição, la erudición religiosa y el mundo del impresso en Portugal y la América portuguesa durante el siglo XVIII», *Cuadernos de Historia Moderna*, 2014, Anejo XIII, p. 122.

²² Biblioteca Nacional, Cod. 11185, fl. 31 e fl. 57.

²³ B. N., Cod. 11185, fl. 27. Sobre D. Francisco de Almeida e a troca de correspondência com D. Manuel ver também Manuela D. Domingos, «Erudição no tempo joanino: a Livraria de D. Francisco de Almeida», *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, N. 9-10, Outono 2001-Primavera 2002, p. 191-219.

²⁴ B. N., Cod. 8546, fl. 9.

O secretário de quem fala a D. Francisco é o Bacharel José Caetano de Almeida, a quem dita as cartas; e a correspondência é de tal forma viva que muitas vezes parece uma conversa a três: o remetente, o destinatário e o secretário, ou seja, o Padre Sousa, o secretário e D. Francisco – comentam, riem e resolvem dúvidas juntos; sobretudo, o Padre Sousa guia e orienta D. Francisco nos seus estudos. Comentam-se reuniões académicas, desejam-se as Boas Festas, fala-se do tempo, dão-se notícias da corte, comentam-se as últimas notícias da Gazeta. Não faltam muita ironia e alguma maledicência. Conversas epistolares que frequentemente repercutiam outras, de viva voz, tidas com «amigos de Caza, e de fora»²⁵. Quando tal se revela necessário, consulta os amigos e colegas da Casa - é por exemplo o caso do Padre D. Luís de Lima, sobre assuntos de Geografia²⁶ - ou consulta a Livraria da Casa. É, pois, o tipo de correspondência que Guez de Balzac apelidava de «conversas por escrito»²⁷.

Mas nem sempre a atmosfera que se respirava no aposento era de tranquilidade e bonança, por vezes era preciso armar-se para a guerra. Nas palavras do Marquês de Valença, de repente, depois de se ter levantado «entre os cincoenta Sabios da nossa Academia [Real] hum Schisma, ou motim judicioso.... o Senhor D. Manuel....depoem a modéstia.... esquece-se da urbanidade de companheiro» e, em hora de combate, «Fecha-se no seu aposento, appara as penas, revolve os livros, usa do seu grande engenho, e memoria, serve-se da sua rara prontidão, e facilidade, aparta-se de todos os mais estudos, corta pelas horas do sono, e do alivio, considera com vagar, dicta com cuidado, comunica com indiferença, emenda com sogeição, aperfeiçoa com felicidade, sahe a luz com aquella excelente, e estupenda Obra intitulada: *Expediitio Hispanica Sancti Jacobi*»²⁸.

²⁵ Ver Cod. 11185; Sara Bravo Ceia, cit., p. 96 e segs.; Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História...*, cit., entre outras, p. 201-203.

²⁶ Luís Caetano de Lima é autor da obra *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736.

²⁷ Ver Hans Bots & Françoise Waquet, *Commercium Litterarium. La Communication dans la République des Lettres/Forms of Communication in the Republic of Letters, 1600-1750*, Amsterdam e Maarsen, Holland University Press, 1994 e, dos mesmos autores, *La République des Lettres*, Editions Belin, 1997. Ver também J.-R. Armogathe, «Le groupe de Mersenne et la vie académique parisienne» in *XVII^e siècle*, 175 (1992), p. 131-139.

²⁸ «Elogio do P. D. Manuel Caetano de Sousa, que o Marquês de Valença recitou na Academia Real da Historia Portugueza » in *Collecçam de Documentos...*, vol. de 1734, p. 13-14. A obra referida é *Expediitio hispânica apostoli S. Jacobi Maioris asserta...*, Ulyssipone Occidentali, Josephus Antonius á Sylva, 1727-1732.

II. Objetos da vida privada

Avultavam no aposento de D. Manuel as muitas estantes e certamente mais do que uma banca de trabalho. Mas o seu aposento não era só um gabinete de estudo, era também lugar de oração. Para isso, lá estavam os livros dedicados a Nossa Senhora, a quem teve «suma devoção», mas também «o rigor dos silícios», possibilitando todos estes objetos da mais pessoal intimidade a frequência da oração e a repetição das disciplinas²⁹.

Sabemos ainda que no aposento que habitava estavam outros objetos. Ao que se deduz das palavras de Filipe José da Gama, tinha também «diversos instrumentos com que observava na Esféra o movimento das Estrellas»³⁰.

Povoavam ainda o espaço as ofertas dos amigos. Desde logo, e entre as outras penas, uma pena de ouro, primorosamente lavrada em Paris, oferecida por D. Francisco Xavier de Menezes, Conde da Ericeira, como prémio pelo 1º lugar num certame académico, ocorrido na academia de que era patrono. Ao prestígio da escrita, quis o Conde juntar o prestígio do objeto em ouro, o material mais nobre, ao que o Padre Sousa correspondeu com um dístico, configurado como um hino à amizade³¹.

De muitas das informações bibliográficas que fornece a seu amigo D. Francisco de Almeida refere o Padre Sousa que as trouxe de Itália. E, na verdade, as memórias da sua viagem à Itália e a Barcelona estão vivamente presentes no seu aposento. De imediato os apontamentos, que durante o percurso foi anotando, para a constituição de um Diário de viagem. Depois, os presentes dos amigos italianos e de Barcelona: obras oferecidas por Muratori ou por Bento Bachini, presentes oferecidos pelo Grão-Duque de Florença, obras que o próprio comprou, recordações de cidades, de academias, de vivências, de livrarias e de livreiros, de largas e amenas conversas – por exemplo com Magliabecchi –, algumas junto ao fogo e envergando um roupão, símbolo do conforto e privacidade. De tudo se serviu largamente nas suas obras.

Estão também presentes as cartas, as recebidas e as cópias das enviadas. Cartas, ou já sumariamente encadernadas, como hoje as encontramos, ou ainda em maços, cuidadosamente guardados e colecionados. Cartas, elas próprias, de uma elegância extrema, refletindo as melhores regras da arte

²⁹ Ver Marquês de Valença, «Elogio do P. D. Manuel Caetano de Sousa, que o Marquês de Valença...», cit., p. 15.

³⁰ Filipe José da Gama, *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, cit., p. 89.

³¹ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas...*, cit., p. 457.

epistolar³². A epistolografia é, como pensa Roger Chartier³³, uma das formas da escrita «ordinária», quotidiana e privada. Com alguns amigos, portugueses ou não, que tinha deixado em Itália e Espanha, continuou D. Manuel a trocar correspondência, epístolas que são testemunhos de uma amizade e entreeajuda que se quer manter viva e perene («os Escritores Hespanhoes....Ferreras....e Berganza, ambos meus amigos»). Mas o leque dos seus correspondentes é muito variado e os códices da Biblioteca Nacional, contendo cartas de Manuel Caetano de Sousa, dão-nos a medida da sua dimensão. Saber notícias do mundo era uma preocupação permanente, fazia parte do seu quotidiano e fazia as delícias da sua vida privada, para além de ser um trunfo na vida pública. O tom das epístolas varia, das mais formais às cartas pessoais, carregadas de expressões de amizade e afeto, mas todas cumprindo os apurados registos da civilidade de corte.

Os correspondentes são numerosíssimos. Da correspondência com D. Francisco de Almeida ficamos a saber que o amigo se empenhará na distribuição da recente obra de D. Manuel na Galiza, enquanto este último o informa «do grande numero de bons Livros que agora trouxe de França hum Livreyro vizinho do Conde de Santiago»³⁴ e nos quais poderá estar interessado. Oferece-se também D. Manuel para mandar vir de Castela os livros de que o amigo tem necessidade e igualmente para comprar outros em Lisboa. Em carta seguinte dá notícia das obras que o livreiro «já tinha mandado buscar a França»³⁵.

Estão também guardadas cartas do Cardeal da Mota, do Cardeal da Cunha, do Duque Estribeiro Mor. Cartas do Paço, do Marquês da Fronteira, do Marquês de Abrantes, bilhetes e recados:

³² Embora tema com larga bibliografia nacional e estrangeira, ver, entre outros: João Luís Lisboa e Tiago dos Reis Miranda, «A cultura escrita nos espaços privados» in José Mattoso e Nuno Gonçalo Monteiro (dir. e coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Temas e Debates, 2011, p. 366-391; Roger Chartier, «As práticas da escrita» in Philippe Ariès e Georges Duby, *História da Vida Privada. Do Renascimento ao século das Luzes* (vol. 3, dir. Roger Chartier), Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 113-161; Fernando Bouza (coord.), «Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondência entre el manuscrito y el impreso», *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, Anejo IV; Ana Cristina Araújo, «A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita» in Margarida Sobral Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*, Fund. Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 119-145.

³³ Ver «Los secretários. Modelos y practicas epistolares» in Roger Chartier, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 286.

³⁴ B. N., Cod. 11185, fls. 68 e 119 v.

³⁵ B. N., Cod. 11185, fl. 149.

«Tenho eu negócio importante, que comunicar a V. P. esta manhã pelas nove oras, e porque poderá ser que ele se não resolva logo, o previno desendolhe, que jantará comigo, e que traga por companheiro ao P^e. D. José Barboza³⁶.

Paço 29 de Dezembro de 1728

Marquês de Abrantes³⁷»

Cartas do Conde de Assumar, do Marquês de Alegrete, do Conde de Vilar Maior, muitas cartas do Conde de Ericeira, etc. Muitos bilhetes com assuntos da Academia Real da História, várias cartas pedindo apoio para protegidos, outras devolvendo livros – como é o caso da devolução de trinta volumes emprestados pelo Conde da Ericeira – muitas delas exprimindo o “mais profundo afecto”. Tomás Caetano de Bem resume ao dizer que, com Caetano de Sousa, tiveram correspondência «os maiores eruditos desta Corte, de cujas douts, e deliciosas cartas se podião formar para sahirem á luz alguns Tomos»³⁸.

Mas perpassa também nestas coleções o seu vivo e contínuo interesse pela política, a firme vontade de proteção dos interesses da Coroa³⁹, a troca de informações sobre os tratados e a política internacional. São exemplo disso as numerosas cartas enviadas ao Conde de Assumar⁴⁰, D. João de Almeida, embaixador extraordinário de Portugal a Carlos III e as cartas recebidas do enviado André de Melo e Castro, que lhe escrevia de Roma, em julho de 1713 :

«.... Aqui não temos novidades que mereçam dizer-se e só as que ouvimos de Utrecht a respeito dos nossos interesses nos poem em hua grande apreensão, e se nos castelhanos se conserva ainda aquelle antigo odio que sempre nos tiveram...não podem achar melhor conjunctura para exercitallo....»⁴¹.

O seu aposento não exclui o mundo, é antes um retiro de onde se constrói um ponto de vista sobre o exterior, o mais próximo e o mais longínquo. Do seu quarto olhava o “mundo”.

As cartas familiares marcam igualmente presença, traduzindo o carinho de seu pai, do irmão, do tio, do sobrinho, da sobrinha e afilhada, Leonor, a quem empresta livros, a quem ouve carinhosamente e orienta.

³⁶ D. José Barbosa é igualmente teatino e académico.

³⁷ B. N., Cod. 7697, fl. 213.

³⁸ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas chronologicas* ..., cit., tomo I, p. 463.

³⁹ B. N. Cod. 11185, fl. 137: «que nunca se possa dizer que eu consenti que em obra da Academia se imprima cousa alguma contra a Coroa».

⁴⁰ Ver B. N. Cod. 8546.

⁴¹ B. N. Cod. 7697, fl. 366.

O seu aposento, local ameno para o cultivo da correspondência, era-o também para ler, corrigir e emendar os trabalhos dele e dos outros, mas não só. O Conde da Ericeira integra no catálogo da «Biblioteca Sousana» toda uma miscelânea de intimidades: «cinco volumes de quarto de Miscellanea, que contém Poesias, Cartas Portuguezas, Latinas, e Italianas, apontamentos, e idéas para compor alguns livros....Nestes volumes se incluem também [além das Poesias] apontamentos de agradável, e amena variedade»⁴².

Espaço de estudo, de oração, de conversa, espaço de privacidade e intimidade, onde sempre quer voltar depois das suas exigentes tarefas públicas. Lugar retemperador entre as múltiplas atividades, é fácil ainda ouvir abrir e fechar a porta: «Meu Amigo e meu Senhor: hoje por força heide ser curto porque agora chego de fora, e já estou pera partir pera a Academia»⁴³.

⁴² Conde da Ericeira, «Biblioteca Sousana, ou Catalogo das Obras, que compoz o Reverendissimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa...» in *Collecçam dos Documentos e Memorias*, cit., Num. XVI, 1736, p. 239.

⁴³ B. N., Cod. 11185, fl. 29.

Narrar e silenciar o quotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789 – 1821)

To narrate and mute the everyday life. The correspondence of Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789 – 1821)

ANA CRISTINA ARAÚJO
Universidade de Coimbra
CHSC
araujo.anacris@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 09/12/2015

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Neste estudo analisam-se aspetos relevantes da vida quotidiana e alguns episódios da história familiar de Gabriella Asinari di San Marzano que casou, em Turim, no ano de 1789, com o embaixador português D. Rodrigo de Sousa Coutinho. D. Gabriella era uma mulher esclarecida e sensível, descendente de uma das melhores famílias aristocráticas do Piemonte e desempenhou também um papel de primeiro plano no seu círculo familiar e na esfera social e política, tanto no Piemonte como em Portugal, na transição do século XVIII para do século XIX. Depois da Revolução Francesa e das transformações políticas que abalaram a Europa, as suas cartas revelam informações circunstanciais e importantes reflexões críticas sobre a atualidade política.

Palavras-chave:

Escrita epistolar; Género; Aristocracia; Vida quotidiana; Memória social.

Abstract:

In this study we analyze relevant aspects of everyday life and some episodes of family history of Gabriella Asinari di San Marzano who married in Turin in 1789, with the Portuguese Ambassador, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. D. Gabriella was an enlightened and sensitive woman, a descendant of one of the best aristocratic families of Piedmont and she also played an important role in their family circle and in the social and political sphere, both in Piedmont and Portugal, in the transition from the eighteenth century to century XIX. After the French Revolution and the political changes that have shaken Europe, her letters reveal circumstantial information and important critical reflections on current political events.

Keywords:

Epistolary writing; Gender; Aristocracy; Everyday life; Social memory.

Introdução

São pessoais e íntimos os testemunhos deixados por Gabriella Asinari di San Marzano (c.1769-1821). Grande parte dos documentos que fragmentariamente nos aproximam do círculo familiar, das representações do quotidiano e da trajetória de vida desta piemontesa, que viveu a maior parte da sua vida em Portugal, são autógrafos. No acervo de família existem cartas escritas a familiares e a amigos, bilhetes, apontamentos sobre património, contas de sua casa e outro tipo de registos como, por exemplo, relações de jóias, álbuns de gravuras e retratos de família.

A nossa reflexão, centrada no epistolário de D. Gabriella, privilegia os períodos que maior repercussão tiveram no quotidiano e no futuro de duas famílias, uma portuguesa e outra piemontesa, unidas por laços de sangue após o matrimónio de D. Gabriella Asinari di San Marzano com o embaixador português em Turim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ocorrido em 8 de março de 1789. As cartas da esposa do embaixador e ministro português reportam, portanto, dois tempos e dois mundos em acelerada transformação: a Europa após a Revolução Francesa e o Brasil em vésperas da independência.

Na opinião de Andrée Mansuy-Diniz Silva, “D. Gabriella fut sans aucun doute le ‘pillier’ sur lequel D. Rodrigo put s’appuyer en toutes circonstances, et le contrepoids indispensable pour la vie d’homme d’État à laquelle il consacrait, au milieu des difficultés et des tourmentes, une part énorme de son temps et de ses énergies”¹.

Para além deste aspeto relevante na construção da biografia e trajetória política do embaixador de D. Maria I e ministro do príncipe regente D. João, importa realçar que D. Gabriella, sua mulher, não permaneceu imune aos sinais de convulsão cultural, social e política da sua época. A partir do que sentiu e observou, circunscreveu o seu universo íntimo e reelaborou a sua rede de correspondentes assimilando e rejeitando, ao mesmo tempo, comportamentos e valores em acelerada mudança. Com o passar dos anos, a partilha de notícias e a confissão de estados de alma foi-se tornando uma necessidade administrada com prudência e comedimento. Dividida entre narrar e silenciar as peripécias do quotidiano, D. Gabriella explica a um correspondente próximo a sua difícil e ambivalente posição narrativa nestes termos:

¹ Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares. 1755-1812*, t. II, *L’homme d’État 1796-1812*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 203.

“J’ai tant de choses à vous dire, mon coeur a besoin de se soulager dans le sein de l’amitié, et de raconter à une personne aussi sensible que vous tous les sentiments qui nous agitent dans ce moment; mais la prudence exige de la modération. D’ailleurs, qui mieux que vous peut calculer les divers sentiments que nous devons éprouver, il n’est pas même nécessaire de vous les indiquer”².

O arquivo epistolar

O vasto e variado conjunto de documentação pertencente à Casa de Linhares, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, contém uma coleção de cartas e bilhetes de D. Gabriella Asinari de San Marzano Sousa Coutinho respeitante ao período de permanência da família no Piemonte, entre 1789 e 1796, e outras missivas relativas à transferência da família para o Brasil e à organização do quotidiano na cidade do Rio de Janeiro, posteriores portanto a 1807³.

Este riquíssimo núcleo de correspondência aproxima-nos das representações sociais e culturais de uma família cortesã, funcionando também como crónica circunstancial de um tempo catastrófico e imprevisível. Pelo seu carácter pessoal e íntimo, este espólio epistolar autógrafo impõe-se igualmente como exercício inacabado de anamnese, revelador da personalidade, gosto e sensibilidade de quem escreve⁴.

Na composição da crónica familiar, a carta feminina exprime relações de cumplicidade, parcialidade, afeto e conveniência⁵. No seu movimento de vai

² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da Casa de Linhares, maço 66, doc. 25, carta de D. Gabriella a João Paulo Bezerra de 19 de outubro de 1808. Passamos a citar esta fonte de forma abreviada nas notas seguintes, assim: ANTT- ACL.

³ “Dans sa totalité, la correspondance de D. Gabriella est si abondante qu’à elle seule elle aura pu constituer un volume, et c’est à regret que j’ai dû procéder au choix des lettres qui me paraissent les plus importantes – réservant une publication intégrale pour une édition ultérieure”, Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 572-573. Esta autora transcreve e publica 16 cartas da 1ª condessa de Linhares, relativas ao período de 1808 a 1812, em apêndice à obra citada, algumas das quais analisaremos neste artigo.

⁴ Na linha da afirmação de Hans Erich Bödeker: “The private or personal letters, which in the European context emerged and spread from the 16th century at the latest, reveal to what extent the letter became a mode of fabrication modern individuality and subjectivity”, “Letters as a historical sources – some conclusions”, in R. Schulte y Xenia von Tippelskirch (eds.), *Reading, Interpreting and Historicizing: Letters as Historical Sources*, Florença, European University Institute, 2004, p. 200 <http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/p/2005/european_univ_inst/HEC04-02.pdf>, acessado em 9/10/2015.

⁵ É vasta a bibliografia sobre o papel e a função da correspondência feminina nos tempos modernos. Sobre o assunto, vejam-se, especialmente, Cohen, Elisabeth S., “Between oral and written culture: the social meaning of an illustrated love letter” in Diefendorf, B. Barbara e Hesse,

e vem, ela é fio de conversações e elo de relações vividas, imaginadas e/ou desejadas. Por isso, na dinâmica da correspondência, o silêncio e a palavra do destinatário afiguram-se tão importantes como o texto epistolar do emissor, convertido ou não em objeto de resposta. Porém, nem sempre a reconstituição das redes de escrita e de correspondentes se opera nos dois sentidos, porque as estratégias de conservação dos epistolários diferem de interlocutor para interlocutor.

Na ignorância do duplo movimento que a troca de correspondência instaura, fica a convicção de que as palavras e as coisas referidas em carta remetem para saberes partilhados e/ou invocam visões do mundo e gestos comuns. Por esse motivo, o conteúdo manifesto da carta, tomada em si mesma como documento, impõe o reconhecimento do meio sociocultural e histórico de quem escreve o quê e com que intenção, aspetos que se prendem, igualmente, com a circunstância em que uma carta é redigida e do tempo em que, inicialmente, se destina a ser lida⁶.

No caso em apreço, o facto das missivas autógrafas de D. Gabriella se terem conservado – não sem perdas, em pequenas séries contínuas – permite captar, com alguma nitidez, o fluxo de estórias que compõem a novela familiar, as preocupações de momento e os traços de envelhecimento de quem sobrevive à memória do tempo da escrita.

É claro que a leitura em bloco destas cartas subverte a ordem do tempo de quem escreve, porque instaura, a posteriori, a ilusão de um tempo único linear e contínuo, a partir da captação de vários “agoras”. Para o historiador, que

Carla (eds.), *Culture and Identity in Early Modern Europe (1500-1800). Essays in Honor of Natalie Zemon Davis*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1993, p.181-200; Diego Navarro Bonilla, *Del corazón a la pluma. Archivos y papeles privados femeninos en la Edad Moderna*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2004; J.-P. Bardet e F.-J., *Au plus près du secret des coeurs? Nouvelles lectures historiques des écrits du for privé en Europe du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2005; Xenia von Tippelskirch, “Reading Italian Love Letters around 1600”, in R. Schulte y Xenia von Tippelskirch (eds.), *Reading, Interpreting and Historicizing: Letters as Historical Sources*, Florença, European University Institute, 2004, p.73-89; e Benedetta Borello, “Family networking. Purpose and form of epistolar conversation between aristocratic siblings (Siena 17th century)”, in *Ibidem*, p. 107-122. -<http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/p/2005/european_univ_inst/HEC04-02.pdf>, acedido em 9/10/2015.

⁶ M. Bossis e C. Porter (dir.), *L'épistolarité à travers les siècles. Geste de communication et/ou d'écriture*, Actes du colloque de Cerisy-la-Salle (1987), Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 1990; Antonio Castillo Gomez, “‘El mejor retrato de cada uno’. La materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispana de los siglos XVI y XVII”, *Hispania*, LXV/3, nº 221, 2005, p. 847-876; e Ana Cristina Araújo, “A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita”, in Margarida Sobral Neto (Coord.), *As Comunicações na Época Moderna, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações*, 2005, p. 119-145.

ensaia a recomposição de trechos do quotidiano a partir de diferentes momentos ou circunstâncias ínsitos ao conteúdo de cada carta, a narratividade da escrita epistolar decorre precisamente da operação de metamorfose e colagem de diversos fragmentos temporais. Os testemunhos da passagem do tempo sobre o fio da correspondência geram ainda um estranho efeito de proximidade e verosimilhança. É através da impressão produzida pelo autor que guarda e transmite, através da escrita, a memória de factos ocorridos dentro e fora do universo familiar que se tece a sua própria memória de vida⁷.

A ideia de conservação do património imaterial da família, cristalizado, em parte, no núcleo de correspondência do chefe da casa foi, de resto, uma das primeiras preocupações evidenciadas por D. Gabriella. Logo após o seu casamento com D. Rodrigo de Sousa Coutinho desempenha um papel decisivo na organização do arquivo epistolar do marido. Conversando com ele sobre o assunto, explica-lhe o critério de conservação e o modelo de arrumação que adoptou para salvar as diferentes coleções de cartas guardadas na sua biblioteca:

«j'ai arrangé tous tes papiers j'ai mis par ordre de dattes toutes les lettres de ta famille, [...] toutes les autres anciennes sont toutes pelle mêle dans les grands port-feuils, il y a en a 3 ou 4 [...] il y a un monde infini de lettres particulières très anciennes qui ne signifient rien; mais que je n'ose pas bruler puisque tu les a conservées depuis long temps»⁸.

A materialidade da correspondência

Antes de analisar o conteúdo do conjunto epistolar que seleccionámos, a diversidade de assuntos nele tratados, a função e os destinatários das mensagens, atenda-se à cultura gráfico-textual de D. Gabriella, ou seja, à materialidade do espólio, à forma da escrita, à competência estilística e ao domínio linguístico de quem escreve.

Uma boa gramática comunicativa em língua estrangeira, o francês, é utilizada para organizar o discurso e garantir a compreensibilidade dos textos que endereça, invariavelmente, a destinatários portugueses e italianos.

⁷ A simulação de proximidade o efeito de verosimilhança na correspondência familiar são tópicos bem sublinhados por Anastácio, Vanda, “ Entre Líneas. Función e intención en la correspondência de Dña Mariana Victoria de Borbón (1718-1781)”, in Castillo Gomez, Antonio e Sierra Blas, Verónica (dirs.), *Cartas – Lettres – Lettere. Discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV-XX)*, Universidad de Alcalá- Servicio de Publicaciones, 2014, p. 243-256.

⁸ ANTT-ACL, maço 65, doc. 4, carta de D. Gabriella a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 20 de agosto de 1796.

Portanto, D. Gabriella, em Itália, não escreve na sua língua-materna e estando em Portugal continua, até ao fim dos seus dias, a redigir as suas missivas, sem erros assinaláveis, em francês, ou seja, no idioma utilizado por boa parte das elites cultivadas do século XVIII.

No espólio da casa de Linhares encontramos apenas uma carta escrita por D. Gabriella em português. É a única que, na qualidade de jovem recém casada com D. Rodrigo, endereça à avó materna de seu marido, Dona Maria Barbosa da Silva⁹. Na referida carta protocolar D. Gabriella cumprimenta, implora proteção divina para a matriarca da família e declara-se sua “neta a mais obediente e fiel captiva”¹⁰

Todas as suas cartas, incluindo a que acabamos de referir, assinadas e datadas, dispõem-se em folhas de papel dobradas em duas ou em quatro partes. Muitas delas consignam numa das suas faces o nome do destinatário, o lugar de residência e outros informes relativos ao processo de expedição, por mar ou por terra, com ou sem indicação de portador. Nos sobrescritos conservados, observam-se, meticulosamente, as formas de nomeação protocolar que melhor assinalam a respeitabilidade da relação que D. Gabriella mantinha com os seus correspondentes. No meio da coleção que analisamos encontram-se ainda alguns bilhetes, nem sempre datados, escritos para enviar saudações, cumprimentos, recados ou informações breves, em regra, de caráter reservado. Escrevendo pelo seu próprio punho utiliza um cursivo elegante e legível, dispondo a sua escrita, apertada e minúscula, em linhas regulares e uniformes na folha de papel.

Nas cartas destinadas a membros da família e amigos, D. Gabriella não segue uma estrutura rígida de exposição, embora, na linha da tradição humanista, adopte, por vezes, uma elegante *salutatio* na abertura e finalize a redação da missiva com uma expressão de respeito e bondade, sob a forma de *petio ou captio benevolência*.

Enfim, a competência gráfica, ortográfica, cultural e linguística de D. Gabriella revela a esmerada educação que recebera em casa de seus pais, os

⁹ D. Maria Barbosa da Silva vem a falecer em 1791. Após receber a notícia da desaparecimento da avó, D. Rodrigo lastima em carta dirigida ao seu irmão, o Principal Sousa, o motivo de luto da família. Vide carta de 1.2.1792 publicada por SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, cit., t. I, p.598. A este respeito, recorde-se que a outra avó de D. Rodrigo, por via paterna, Dona Maria Antónia de São Boaventura Menezes, exercera um forte ascendente cultural na família. Para além da exigente educação que dera a seus filhos e netos, notabilizara-se pela sua dedicação às letras, traduzindo os três volumes de *L'Histoire de l'Église du Japon* do padre Jean Crasset e publicando uma pequena obra de devoção, intitulada *Deliciozo e Novenario Exercício*, dedicada ao Conde de Oeiras que era, aliás, padrinho de batismo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

¹⁰ ANTT- ACL, maço 65, doc. 4, carta de D. Gabriella a D. Maria Barbosa da Silva, de 23 de março de 1789.

marqueses Asinari di San Marzano, membros da Corte piemontesa de Victor Amadeu III¹¹. De qualquer modo, os seus anos de formação e juventude foram apenas o cadinho de um percurso cultural marcado pela autonomia intelectual e pelo reconhecimento da abertura a novas ideias e culturas, proporcionada, em grande parte, pelo seu casamento com o diplomata e ministro português D. Rodrigo de Sousa Coutinho.



Figura 1 – D. Gabriella de Sousa Coutinho. Desenho de Domingos António de Sequeira – *Álbum do Palácio de Arroios* nº XXVIII.

¹¹ A família pertencia aos Grandes do Reino do Piemonte. D. Gabriella era filha do falecido marquês Filippo Valentino Asinari di San Marzano e de Gabriella dal Pozzo della Cisterna e neta do antigo governador de Nice e governador de Turim, desde 1783. Sobre o assunto veja-se, Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'État ...cit.*, t. I, p. 215-216.

O casamento: intimidade e etiqueta

No meio aristocrático o comportamento protocolar combina-se com o relato contido mas sincero de atitudes, gestos e intenções comuns e banais. O casamento de D. Gabriella, a sua apresentação, por carta, aos membros da família do marido, nomeadamente aos cunhados, as novidades que lhes transmite relativas aos primeiros anos de coabitação conjugal e ao nascimento dos primeiros filhos são alguns dos momentos excepcionais que ilustram a mescla de linguagens e o equilíbrio de atitudes que definem o retrato psicológico da consorte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Sobre os preparativos da cerimónia dos esponsais não encontramos na sua correspondência qualquer referência. Mas é sabido que D. Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata em Turim desde 1779, procurando assegurar “a tranquilidade, a honra e a segurança” do seu serviço à Coroa Portuguesa e, ao mesmo tempo, buscando superar das dificuldades financeiras de sua casa, contrai casamento, aos 34 anos, com D. Gabriella, de 19 anos, “uma senhora das mais distintas e ilustradas” famílias de Turim, conforme atesta o noivo¹². A cerimónia dos esponsais teve aprovação da Rainha Portuguesa, D. Maria I¹³, foi celebrada a 8 de março de 1789 no palácio do marquês de San Marsano e contou apenas com a presença de elementos da família da noiva e alguns representantes da corte e do corpo diplomático estrangeiro acreditado na Sardenha¹⁴.

Ente outros bens, D. Gabriella recebeu em dote uma coleção de jóias, estimadas em trinta mil libras piemontesas, que lhe foram entregues a 5 de março de 1789, a quando da assinatura do contrato de casamento, portanto três dias antes da celebração dos esponsais. Da relação elaborada para o efeito constam:

“Un orologio d’oro guarnite a diamanti con catanella d’oro guarnita a diamante, e perle fine con pietre preziose, e sue pandelooc... in uno stucchio. Un giro da collo tutto a diamanti. Un anello con fondo bleu, ornatto di diamanti, ed altro diamante più grosso nel mezzo, con suo stucchio. Un ritratto ovale

¹² ANTT-ACL, maço 91, doc. 61, carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Miguel Franzini de 16 de abril de 1788.

¹³ A este respeito sublinhe-se a importância, a longo termo, das estratégias de aliança matrimonial entre a dinastia de Sabóia e a Corte portuguesa, em particular o projeto fracassado de casamento entre o duque Vítor Amadeu II e a infanta Isabel Luísa Josefa, no último quartel do século XVII. Com uma visão de conjunto, Lopes, Maria Antónia e Raviola, Blyte Alice, *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias - nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII- XX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

¹⁴ Veja-se a transcrição do contrato de casamento em Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Desembargo do Paço (Estremadura-Corte-Ilhas) – Próprios, maço 2170, nº 142.

del Signor D. Rodrigo, contornato tutto di diamanti, con cimasa pure guarnita tutto di diamanti. Un anello con un solo grosso diamante, nel suo stucchio Atro anello a rosa contornato di sette diamanti ed uno piu grosso nel mezzo Un orologio d'oro guarnito di piccoli diamanti, allamare con guarnitura, e fiocchi pure di diamanti. Un aguccio a forma di rosa tutto di diamanti. Due pendenti da orecchi tutti di grossi diamanti Due braccialetti d'oro guarniti di diamanti”¹⁵.

Ao valor das jóias somavam-se, ainda a título de dote, mais 3600 libras para despesas pessoais, ditas de alfinetes, juros anuais de 1050 libras e uma quantia de 5000 libras. Os montantes envolvidos eram elevados e excediam largamente a capacidade financeira de D. Rodrigo, que recorreu ao crédito da Misericórdia de Lisboa e a um vultuoso empréstimos concedido pelo negociante Pedro Quintela para conseguir pagar as suas despesas de casamento. Para cobrir os encargos da representação diplomática e do seu novo estado empenhou-se também junto da Coroa Portuguesa, tendo alcançado despacho, em duas vidas, da comenda de Santa Maria de Verim, obtido a concessão do senhorio de Paialvo e pugnado pelo reembolso de alguns serviços de representação prestados anos antes na legação de Turim¹⁶.

Depois de realizada a cerimónia do casamento, as primeiras cartas protocolares da mulher de D. Rodrigo são dirigidas aos mais chegados membros da família, em Lisboa. Na ordem do correio e com a mesma data de 23 de março de 1789, expede para os 3 cunhados residentes em Lisboa, Mariana, Maria Balbina e José António, uma breve e conjunta saudação. A folha de papel autógrafa apresenta um *post scriptum* de aliança conjugal, em que D. Rodrigo, com manifesta cumplicidade e ironia, escreve: «A ideia d’esta carta encyclopedica he minha mas não tive tempo para mais»¹⁷.

Filtrado através da correspondência elegante e próxima de D. Gabriella, o quotidiano familiar dos Sousa Coutinho em Turim não oculta sentimentos íntimos e revela igualmente momentos de partilha convivial em casa ou em espaços palacianos, sujeitos a rígidas regras de etiqueta.

Quando fala do marido não esconde a admiração e o amor que por ele sente, exaltando a sua enorme cultura e saber do mundo, mas também as suas qualidades humanas como pai e companheiro dedicado. Por carta, o seu arrebatamento amoroso revela-se nas personalíssimas formas de tratamento que

¹⁵ ANTT-ACL, maço 89, doc. 41.

¹⁶ Com mais informação, Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. I, p. 222-223.

¹⁷ ANTT-ACL, maço 62, doc. 40, carta D. Gabriella para aos cunhados em Lisboa, de 23 de março de 1789.

utiliza: «mon tendre amant, mon seul bien, mon bonheur, mon tout »¹⁸ e, entre outras, «mon tendre époux, l'amant de mon cœur, mon bien aimé»¹⁹.

Em 1796, no contexto da ameaça de ocupação francesa do norte de Itália, recolhe-se a um dos espaços da casa que o marido mais apreciava. Desolada e triste, com quatro filhos para criar, sente-se pronta a abandonar Itália. A poucos meses de se juntar a D. Rodrigo em Lisboa, traça esta imagem de si:

«Me voici arrivée à Turin, Rodrigue conçois-tu ma douleur je te cherche partout, et mon bien aimé n'y est pas, comment est-il possible que ta Gabrielle puisse rester dans ta Bibliothèque sans mourir de douleur de n'y pas voir son amant son bien aimé, cependant c'est là où elle te voie, elle est assise a la même place où tu écrivais toujours, son cœur se brise; en déluge de pleurs inonde son visage sans quelle puisse les retenir, oui mon tendre amant je te l'ai dit très souvent mon amour pour toi augmente tous les jours [...] mon cœur mon faible cœur sangre et se déchire»²⁰.



Figura 2 – D. Gabriella de Sousa Coutinho. Desenho de Domingos António de Sequeira – *Álbum do Palácio de Arroios* nº XXI.

¹⁸ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 17 de abril de 1796.

¹⁹ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 20 de agosto de 1796.

²⁰ ANTT-ACL, maço 65 doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 6 de agosto de 1796.

Imagens do álbum de família

A constância sentimental que marca a sua relação conjugal encontra eco no retrato amoroso que constrói dos filhos. Das quatro crianças que nasceram em Itália só três rapazes sobreviveram. Dos três meninos que viria a dar à luz em Portugal, um morreu aos quatro anos e os outros dois cresceram privados do afeto dos pais, tendo ficado em Lisboa, entregues ao cuidados dos tios depois da partida de D. Rodrigo e de D. Gabriella e dos restantes filhos para o Brasil, em novembro de 1807.

Apesar da atenção inicialmente concedida ao primogénito, Victorio Maria Francisco, nascido a 25 de junho de 1790, ao seu crescimento e educação – assim o revelam as notícias transmitidas à distância aos tios e ao padrinho – a mãe mostra-se igualmente carinhosa e atenta ao desempenho dos restantes três meninos, João Carlos, Francisco Afonso e Gabriella, nascidos em Itália, entre 1790 e 1796. Na ausência do pai e a respeito da relação que matinha com os filhos, que na altura tinham idades compreendidas entre os 6 anos e os 5 meses, confessa: “Sur le total, je suis contente de notre famille, quand je pense au Papa je suis glorieuse de me voir tous ses petits marmots au tours de moi. La petite est toujours la même, belle, bonne et très bien puissante”²¹.

Para o período italiano, as imagens de amenidade e de idílio familiar, que afloram na escrita maternal de D. Gabriella, foram igualmente fixadas pelo traço vibrante de Domingos António de Sequeira, não em tela mas em papel. No arquivo privado da casa, os desenhos a carvão do pintor, apesar de, na sua grande maioria, não se encontrarem datados, reportam pessoas e cenas de quotidiano familiar dos Sousa Coutinho nos anos 90 do século XVIII²². Domingos Sequeira, estando em Roma entre 1788 e 1795, e tendo pertencido à Academia Portuguesa e à Academia de San Luca terá conhecido o embaixador português em Turim e privado com a sua família no Piemonte, pouco antes de regressar a Portugal. Datam claramente deste período o retrato de perfil da bela e jovem mulher do embaixador e um outro desenho figurando a mesma senhora pensativa e melancólica, sentada talvez na cadeira do escritório do marido – como assinala o breve autorretrato atrás referido, datado de 6 de agosto de 1796.

No *Álbum do Palácio de Arroios* existem mais duas imagens que retêm a atenção do observador. Um desenho a carvão figurando o pequeno primogénito

²¹ ANTT-ACL, maço. 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 27 de agosto de 1796.

²² Encontram-se reunidos e publicados por Francisco Blanco Cordeiro, *Álbum do Palácio de Arroios. Desenhos de Domingos António Sequeira*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

da casa, Vítório, em pose, sentado algures num jardim – os pés da criança não chegam ao chão e pela sua estatura o menino não parece ter mais de 6 anos. E um outro desenho figurando uma cena de pungente despedida familiar, com espetadores representados a traço fino em plano secundário. Ao centro, o negro das linhas bem vincadas a carvão retratam, com nitidez, uma figura masculina, vestindo casaca e envergando as insígnias da ordem de Cristo na lapela, que abraça ternamente uma mulher. Esta que traz ao colo um bebé e encontra-se rodeada por três meninos de tenra idade. Esta representação, carregada de sentimentalidade, pela similitude que mantêm com a evocação sofrida da partida definitiva do Piemonte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em julho de 1796, denuncia uma composição evocativa próxima daquela data.



Figura 3 –O pequeno Vítório de Sousa Coutinho. Desenho de Domingos António de Sequeira – *Álbum do Palácio de Arroios* nº XXXIV.

Ocasões extraordinárias e vida social em Turim

Voltando ao testemunho epistolar de D. Gabriella, fica-se com a ideia de que, nos primeiros tempos de vida familiar, em Itália, as coisas banais e sobretudo os momentos extraordinários são frequentemente descritos ou evocados no contexto de um quadro cerimonial tipicamente palaciano. Apenas dois exemplos: em resposta aos testemunhos de júbilo familiar pelo nascimento do primeiro filho do casal, D. Gabriella regista que estava rodeada de visitas de amigas quando recebeu a carta de felicitações natalícias enviada por sua cunhada, D. Mariana. E mais adiante, em gesto de feminina espontaneidade, dá pormenores, na resposta à mesma interlocutora, da gravidez e do parto:

«je commencerais par vous dire que mon silence les deux derniers courriers avant mes couches a été causé par des petites indispositions, que m'ont tourmenter toute ma grossesse, laquelle vous savez ma fait souffrir infiniment, moralement et fisiquement, j'étais persuadée que le moment où j'aurais donner le jour à l'enfant que je portais, le dernier de ma vie; je souffrais d'ailleurs infiniment»²³.

Fornece depois alguns pormenores do trabalho de parto ocorrido no seu quarto, o qual se desenrolou, segundo narra, ao longo de pouco mais de uma manhã e, por fim, acrescenta não ter sentido incomodidade de maior depois do nascimento da criança.

Um outro testemunho pessoal confirma a natureza sensível e simultaneamente protocolar da vida quotidiana desta mulher no Piemonte. Em abril de 1792, D. Gabriella informa o marido que fora visitar Mme Belozelki, na companhia de uma amiga. Tendo esperado mais de quinze minutos à porta do palácio, ficara indignada quando o mordomo da casa comunicou que a anfitriã estava à mesa e não queria receber visitas. Na sequência desta cena tão burlesca quanto real, evoca outras visitas mais cordatas efetuadas na companhia da mãe²⁴.

Como se depreende, em Turim, o diplomata português e a mulher mantinham uma atividade social intensa, participando ativamente do cosmopolitismo cultural de feição iluminista que contagiava o espírito reformador das elites

²³ ANTT-ACL, maço 62, doc. 40, carta de D. Gabriella para a sua cunhada, D. Mariana, de 11 de janeiro de 1792.

²⁴ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 11 de abril de 1792.

urbanas²⁵. Eram também convidados para as festas na corte de Víctor Amadeu III e visitavam a irmã do monarca, Maria Felicita di Savoia, figura que louvavam pela proteção que a princesa dava a uma instituição de acolhimento e educação de mulheres de todas as condições sociais, viúvas e pobres. Na correspondência não se identificam as obras de caridade e de assistência a que Madame Félicité, assim designada por D. Gabriella, se dedicava. Das várias as casas de proteção a mulheres desvalidas existentes em Turim, com destaque para a casa del Soccorso delle vergini e l'Ufficio Pio della Compagnia di San Paolo. Salienta-se que o Convitto, que reunia, sobretudo, viúvas e senhoras da nobreza. É provável que esta instituição concitasse o apoio da princesa e da elite cortesã piemontesa²⁶.

Em relação às redes de sociabilidade cultivadas nos salões femininos, o convívio esclarecido e o trato elegante de madame Carignan, rotulada de “Divine Princesse”, é celebrado, em especial, na correspondência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho²⁷. Mas eram também muito apreciadas pelos círculos da elite piemontesa as assembleias e encontros realizados periodicamente em casa da irmã de D. Gabriella, que contavam com a assídua presença do casal Sousa Coutinho²⁸. Nos bailes, festas e espetáculos em Turim os dois, marido e mulher, eram convivas respeitados e apreciados.

O diplomata chegou a suportar a edição de libretos de ópera e a financiar o impressor Bodoni que os publicava, conforme regista D. Gabriella na sua correspondência. Em 1796 a mulher do embaixador aconselha o marido a adiantar o pagamento de 200 exemplares da cantata composta por Evasio Leone, impressa por Bodoni e dedicada ao príncipe regente de Portugal. Esta peça de esmerada edição, destinada a assinalar o nascimento do infante D. António, foi encomendada por D. Rodrigo. Contém uma dedicatória do diplomata ao príncipe e abre com uma ilustração de Vieira Lusitano. Foi remetida, com o apoio de D. Gabriella, para Lisboa pelo cônsul de Portugal em Génova, o cavaleiro Piaggio, e correu com o título *Le Virtú del Trono. Cantata per la nascita di S. A. R. Don Antonio Di Braganza Principe di Beira*²⁹.

²⁵ Sobre o assunto, vejam-se, por todos, Franco Venturi, *Settecento riformatore*, V: *L'Italia dei lumi (1764-1790)*, 2 t., Torino, Einaudi, 1987-1990 e Giuseppe Ricuperati, *Un laboratorio cosmopolotico. Iluminismo e storia a Torino nel Novecento*, Napoli, Esi, 2011.

²⁶ S. Cavallo, *Charity and power in early modern Italy. Benefactors and their motives in Turin, 1541-1789*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 109-115.

²⁷ Sobre o assunto veja-se, André Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'État ...cit.*, t. I, p. 93 e t. II p. 534.

²⁸ *Vide infra* nota 30.

²⁹ Para consulta de um dos exemplares da obra conservados na BNP, vide <http://purl.pt/26186/3/#/8>, acedido em 20 /10/ 2015.

Com base nas relações que mantinha com o prestigiado impressor de Parma, D. Rodrigo alimentou, até tarde, o ambicioso projeto de patrocinar uma luxuosa edição Bodoni, em velino, dos *Lusíadas* de Camões, sonho que viria a ser concretizado, em 1817, com outra chancela editorial, em Paris, pelo morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa, após a morte de seu primo de D. Rodrigo³⁰.

Os frequentes contactos do casal com as elites intelectuais e artísticas revelam-se na correspondência de D. Gabriella, que conviveu com muitos académicos e homens de letras, privou com o abade Caluso e com o cavaleiro de Novion, da Academia Real das Ciências de Turim e conheceu, também em Itália, o gravador Francesco Bartolozzi e o pintor Domingos António de Sequeira. Ambos retrataram o diplomata e a sua família e ambos conheceram a proteção do futuro ministro do príncipe regente D. João. Em 1802, com o início das obras do palácio da Ajuda em Lisboa, Sequeira é nomeado pintor da Corte e o velho Bartolozzi, então com 75 anos, aceita dirigir, em Lisboa, o gabinete de gravura da Impressão Régia³¹.



Figura 4 –Despedida de D. Rodrigo de Sousa Coutinho da mulher e dos quatro filhos (Itália -1796). Desenho de Domingos António de Sequeira
– *Álbum do Palácio de Arroios* nº VI.

³⁰ Com mais informação sobre a biblioteca da Casa de Linhares e sobre as relações de D. Rodrigo com o editor de Parma, veja-se: Maria Luísa Cabral, *A Real Biblioteca e os seus criadores, 1755-1803*, Lisboa, BNP, 2014, p. 307-319. Sobre a edição de Mateus de *Los Lusíadas*, veja-se Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus, éditeur des Lusíadas*, Paris/ Lisboa, Lib. Klingksieck/ Bertrand, 1970.

³¹ Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'État... cit.*, t. II, p. 116-117.

Incerteza e insegurança em tempos de Revolução (1789-1796)

No centro destas redes de sociabilidade cortesãs, artísticas e intelectuais encontrava-se o círculo político dos diplomatas a que D. Rodrigo pertencia. O brilho do embaixador português, reforçado pelo fino gosto, sensibilidade e cultura da mulher, não passavam despercebidos aos demais enviados europeus acreditados no reino do Piemonte – Sardenha, muitos dos quais frequentavam a casa dos Sousa Coutinho como, por exemplo, o barão de Chambier, ministro de Frederico II da Prússia; o marquês de Gherardini, embaixador da corte de Viena de Áustria; o conde de Stackelberg, diplomata russo; e Robert Liston, secretário do enviado da Escócia e antigo aluno de David Hume, estimado por D. Rodrigo pela sua sagacidade e viveza de espírito³².

Com o início da Revolução Francesa, o círculo dos diplomatas, favorável ao governo dos príncipes e à monarquia absoluta, passou a acolher também emigrados franceses e espiões internacionais. É nesse contexto que D. Rodrigo se aproxima do suíço Mallet du Pan e com ele conspira, juntamente com Monsieur Rey, servidor de Luís XVI e antigo Intendente de Polícia de Lyon.

Nos tempos conturbados subsequentes à prisão e morte do monarca francês e à aprovação da Constituição Francesa de 1791, em que o desalento e a tristeza pareciam minar o ânimo de D. Rodrigo, era D. Gabriella quem assegurava a normalidade do quotidiano, assistindo e relatando as queixas depressivas do marido.

Em abril de 1792 D. Rodrigo é chamado à capital portuguesa³³ e durante cerca de ano e meio a gestão patrimonial, a educação dos filhos e as questões políticas do momento preenchem o quotidiano da esposa. Das cartas que escreve ao marido nesse período algumas são interceptadas e outras que lhe são dirigidas, expedidas de Lisboa, também não lhe chegam às suas mãos. A guerra e as ameaças de intervenção militar francesa na fronteira do norte de

³² Em carta de D. Rodrigo ao amigo João Paulo Bezerra, então na Haia, datada de 20 de novembro de 1802, pode ler-se: “Ce que vous me dites de la manière dont vous vivez avec mon ancien ami Mr Liston me fait bien du plaisir; il est élève du célèbre Hume, et il tolérât mes étourderies lorsque j’étais bien jeune à Turin [...]. Je suis aussi enchanté que vous ayez fait l’acquisition à la Haye du Comte de Stackelberg, avec lequel j’ai été fort lié à Turin, et qui était de la société de la Divine Princesse et de celle de ma belle-soeur; je vous prie de lui dire mille choses de ma part et de l’assurer combien moi et Me de Sousa nous nous rappelons souvent de son amabilité, et combien nous regrettons sa société”, Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 533-534.

³³ Sobre a missão diplomática de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim, veja-se Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva, *Ideário Político de uma Elite de Estado. O corpo diplomático (1777-1793)*, Lisboa, FCG/FCT, 2002, pp. 505 e ss.

Itália acentuavam a insegurança política e impunham algumas precauções. A par das ameaças de instabilidade política, a inflação aumenta, os rendimentos da casa descem e a contabilidade corrente apresenta um défice que D. Gabriella supera com venda de bens patrimoniais.

Mais tarde, em 1796, no meio de tremendas dificuldades económicas, prepara com meticuloso critério, a expedição da biblioteca reunida em Turim para a residência da família em Arroios, na capital portuguesa. É com esta questão importante que inicia uma das cartas que então escreve ao marido: “Je commence aujourd’hui ma lettre par te dire que la Bibliothèque est encaissée”. Refere que tem 20 caixotes arrumados e calcula “qu’il en faudra encore pour le moins 6 à 8”³⁴.

Para identificar as remessas embaladas, mandou elaborar um índice ou catálogo para cada caixote, a fim de evitar extravios e facilitar a conferência dos livros. Assinala algumas falhas nos catálogos, por motivo empréstimo, como, por exemplo, esta que comunica ao marido: «Le Comte de Napion m’a fait prier de lui laisser encore pour quelques jours l’ouvrage que tu lui a prêté»³⁵.

Na mesma ocasião reúne todos os papéis do marido, incluindo notas confidenciais, com o objetivo de salvar o arquivo pessoal do diplomata. Manifestamente, a biblioteca continuará a ser um assunto importante para o casal. Antes de abandonar definitivamente Turim, D. Gabriella dava conta, com algum desgosto, dos livros emprestados não devolvidos e perdidos, que não constavam, portanto, da remessa dos 30 caixotes expedidos do porto de Génova com destino a Lisboa. Entre outras perdas, menciona a ausência do volume 19 dos « *Procès Verbaux et des Pièces authentiques approuvés para l’Assemblée Nationale* »; do 2º volume da *Polizia Medica*, ou melhor do *System einer vollständigen medicinischen Polizey* de Johann Peter Frank; o tomo primeiro de *Voyages d’Italie et d’Hollande* do abade Coyer [...] e uma outra obra de referência que intitula *L’Allemagne Savante* e que talvez seja a *Bibliothèque Germanique ou l’Histoire Litteraire de l’Allemagne de la Suisse et des Pays du Nord*.

Este último registo, datado de 24 de Agosto de 1796, ocorre num momento de acentuada insegurança e pânico. Os exércitos de Murat e Buonaparte avançam em direção a Turim e não poupam a população do Piemonte do saque e da pilhagem. Perante a fraqueza do apoio austríaco, o governador da cidade de

³⁴ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 17 de abril de 1796.

³⁵ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 17 de abril de 1796.

Turim aceita negociar um armistício de curta duração com os representantes do Diretório. Ora, é neste contexto que encontramos, de novo, D. Gabriella só, com quatro filhos e alguns criados da casa, a viver com sérias dificuldades e a aguardar ordem para abandonar Itália. Depois da retirada oficial do marido, em finais de julho de 1796, a família reagrupar-se-á em Lisboa um ano depois.

Neste curto intervalo, são recorrentes as queixas de falta de dinheiro, as notícias de mortes, assassinios, roubos, boatos e conspirações. Enquanto o irmão lutava contra a França ao lado do exército austríaco, D. Gabriella continuava a frequentar o velho círculo de diplomatas e emigrados, fiéis à casa reinante de Sabóia. Por força do seu papel e envolvimento político neste núcleo de conspiradores, as suas redes de contacto restringem-se drasticamente. Na correspondência para o marido, o noticiário político e o envio de documentos provenientes de chancelarias diplomáticas das potências aliadas contra a França tornam-se frequentes. Em segredo escreve ao marido, a 6 de agosto de 1796, “Je te adresse une copie de la lettre que Guerardini [enviado diplomático austríaco em Turim] a reçu ainsi que la copie d’une lettre de Bonnaparte, celle-ci je la tiens du docteur, il ma assuré que s’est un Patriote qui le la laisse communiquer [...]. On apure que les autrichiens ont leur quartier général á Lodi et leurs postes avancés dit-ont a Monsa. On ajoute que les autrichiens ont passé le Po”³⁶. Por fim, depois de consumada a perda de Génova e a ocupação de Turim, é este o seu parecer político: “On parle beaucoup d’une armistice de l’Empereur et même de la Paix [...] mais je ne crois rien. Hier il est passé un courier français [...] Mr de Stallberg ma dit avoir très mauvaises nouvelles pour le Pape. On dit que les français exigent de Sa Sainteté des choses qu’il ne peut plus faire”³⁷.

Estas informações são dadas ao mesmo tempo que trata dos preparativos da sua viagem definitiva para Lisboa. Nesse curto período procura vender alguns trastes de sua casa e preservar outros, com os quais pretende mobilar os seus futuros aposentos na capital portuguesa. Por isso, pede a D. Rodrigo: “Rappelle-toi de m’envoyer la mesure de tes chambres à Lisbonne pour voir si nos meubles ici peuvent y aller et mande moi ce qui te convient que je porte d’ici”³⁸.

Uma vez obtido o passaporte, discute com a família a possibilidade de embarcar, em navio inglês ou americano, no porto de Génova com destino a Lisboa ou de seguir pelo sul de França até à fronteira terrestre portuguesa com

³⁶ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 6 de agosto de 1796.

³⁷ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 27 de agosto de 1796.

³⁸ ANTT-ACL, maço 65, doc. 2, carta de D. Gabriella para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 6 de agosto de 1796.

Espanha. As opiniões acerca da segurança da viagem de D. Gabriella, dos 4 filhos e dos 2 criados que a acompanham dividem os poucos familiares e amigos que estão ao corrente da situação. Guarda sigilo sobre o assunto e abandona Itália para sempre, por terra, realizando um trajeto arriscado e sofrendo a penosa experiência de sujeitar os três meninos e a sua bebé, com cerca de um ano, a uma aventureira e difícil prova de resistência³⁹.

Ultrapassada esta tremenda e atribulada fase de sua vida e após uma década de residência em Portugal continental, D Gabriella, na companhia do marido e dos três filhos mais velhos, realiza outra viagem memorável, cruzando o Atlântico com destino ao Rio de Janeiro.

Um mar de dificuldades: a vida sem corte no Rio de Janeiro

A adaptação ao quotidiano da Corte de Lisboa é matéria que não aborda nas cartas que escreve para as amigas e para as senhoras de família que haviam permanecido em Turim. O silêncio a respeito do convívio com as mulheres de outros ministros e damas da Corte, relacionado talvez com o seu calculado distanciamento da política de câmara da princesa D. Carlota Joaquina, contrasta com a atenção que lhe merecem os filhos, a casa e o desempenho ministerial do marido, que ocupa a pasta de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, entre 1796 e 1803, e que, cumulativamente, exerce o cargo de Presidente do Real Erário, de 1801 a 1803, ano em que é afastado do governo.

A desagregação do ministério acompanha a escalada de tensão política no reino. O governo é arrastado para o conflito internacional entre a França e a Inglaterra, e, cada vez mais isolado, o país enfrenta a ameaça de invasão napoleónica. Nesse período de forte instabilidade, em que o boato de rua, a espionagem de guerra e a conspiração de gabinete dominaram a cena política, D. Rodrigo e a família optam por passar largas temporadas na sua quinta de Lagoalva, no Ribatejo. No auge da crise, quando tudo parecia desabar, perante a eminência da ocupação militar francesa, o casal toma a decisão de acompanhar a comitiva real e parte para o Brasil.

A esquadra que transportava a família real e muitos milhares de portugueses que fugiam à guerra, partiu do cais de Belém a 30 de Novembro de 1807

³⁹ Anos mais tarde, o filho mais velho, evocando este episódio, precisa que a “irman morreo em Lisboa, resultado do cansaço da viagem por terra, no dia de S. Bartolomeo de 1797, com um 1 ½ anno de idade”, ANTT-ACL, maço 94, do. 54 s.d.. Sobre o correio diplomático relativo à viagem de Turim para Lisboa de D. Gabriella e seus filhos, veja-se André Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'État ...cit.*, t. II, p. 208-211.

acabando por dispersar-se em alto mar. O barco que transportava os Sousa Coutinho aportou ao Rio de Janeiro a 12 de fevereiro de 1808. Na carta aos cunhados, datada de 27 de dezembro de 1808, D. Gabriella relata os 77 dias passados em navegação, as privações e angústias dos passageiros, a aflição e o sofrimento que ela e o marido passaram. A lembrança deste acontecimento excecional aflora também na narrativa mais breve, mas não menos intensa, enviada ao amigo João Paulo Bezerra, embaixador de Portugal nos Países Baixos, em 29 de Julho de 1808.

Cruzando a informação contida nas duas epístolas, descobrem-se os traços-fortes da memória trágica da viagem. Diz que o embarque foi deplorável e precipitado, que a bordo do navio em que viajava seguiam 1045 pessoas, algumas das quais sem nada que comer nem vestir, que todos os passageiros passaram fome, alguns morreram no caminho e muitos provocaram desacatos e cenas horríveis. E sem esconder o que viu e sentiu, censura o cunhado, grande oficial de Marinha, que os acompanhou naquela odisseia: “malheureusement notre frère François a fait des scènes qui ne lui ont pas fait honneur et qui me paraissent à moi-même impossibles, ce qui a fait beaucoup de mal à sa réputation”⁴⁰. Preocupada com o estado do marido, cuja morte chegou a temer, precisa: “mon Rodrigue était d’une maigreur extraordinaire [...] Enfin la Providence est grande puisque nous avons pu résister à ce que nous avons souffert [...] les incommodités du voyage divisaient notre attention, et je crois que c’est ce qui nous a empêché de crever de douleur”⁴¹.

Dos primeiros contactos com as terras e gentes da colónia, retém, sobretudo, a dureza do clima e a falta de casas para alojar tantos cortesãos e novos residentes⁴². Depois de uma morada provisória, D. Rodrigo, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e elevado, em 1808, à dignidade de Conde de Linhares, teve o privilégio de ocupar uma das casas mais ricas da cidade. Nela tinha o seu gabinete de trabalho, ou seja, despachava os assuntos do ministério e recebia embaixadores estrangeiros, sob o olhar atento e cúmplice da esposa.

⁴⁰ ANTT-ACL, maço 65, doc. 20, carta de D. Gabriella para o Principal Sousa e suas cunhadas de 27 de dezembro de 1808. Cf. transcrição integral da mesma em Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 578-595.

⁴¹ ANTT-ACL, maço 65, doc. 20, carta de D. Gabriella para o Principal Sousa e suas cunhadas de 27 de dezembro de 1808. Cf. transcrição integral da mesma em Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p.580.

⁴² Sobre este último aspecto, veja-se, Malerba, Jurandir, *A Corte no Exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 125 e ss. Schlutz, *Versalhes Tropical. Império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, pp. 153 e ss.

Nesta fase, a matéria do discurso epistolar de D. Gabriella para amigos e familiares confina-se à atividade política, à análise das intrigas de gabinete e disputas de governo. Enaltece, a cada passo, o talento superior do marido e a sua capacidade de trabalho e deste recebe elogios e manifestações de reconhecimento, como a que revela este desabafo: “Mon Rodrigue a lu ce que j’ai écrit hier 27, il m’a dit que j’étais exacte historienne”⁴³.

Os motivos de diversão pública eram limitados e as ocasiões festivas na Corte também não eram do agrado de D. Gabriella, que confessa: “j’ai le cœur bien petite et bien peu porté pour des fêtes auxquelles il faut assister bon gré mal gré”⁴⁴. Apenas D. Rodrigo se deslocava quase diariamente à Corte, ao cair da tarde. Este ritual do marido era precedido por um outro hábito cotidiano do casal, o passeio de fim de tarde num dos locais mais bonitos do Rio de Janeiro, e que é descrito, por D. Gabriella nestes termos:

“À 4 heures nous dînons; après le dîner j’exige, et c’est la seule chose que j’ai pu gagner sur lui pour sa santé, nous faisons tous les jours une promenade en voiture; nous allons presque toujours du côté da Gloria, ou l’on voit l’entrée de la *barra*, et là, comme Barbe-bleu, je vais toujours voir si je ne découvre rien. Bien souvent nous voyons arriver des vaisseaux [...]. Nous appelons notre promenade “l’éternelle Gloire”. Au retour, nous passons à l’Imprimerie Royale; comme c’est un établissement nouveau, la présence du chef est nécessaire. Ensuite je reviens à la maison, ou je passe des soirées fort tristes”⁴⁵.

A este traço do cotidiano familiar acresce a sensibilidade da narradora que, fazendo referência ao personagem Barba-Azul do conto infantil de Charles Perrault, procura sublinhar, com maliciosa franqueza, a curiosidade da esposa em relação aos segredos do marido.

O peso crescente da política na vida privada dos condes de Linhares é patente nas cartas expedidas a partir do Rio de Janeiro para o diplomata e amigo de juventude de Rodrigo, João Paulo Bezerra. Destacamos, aqui, apenas um tópico dessa interessante correspondência que remete para a influência exercida pelo ministro e sua mulher na reconstituição, à distância, de velhas das redes

⁴³ ANTT-ACL, maço 65, doc. 20, carta de D. Gabriella para o Principal Sousa e suas cunhadas de 27 de dezembro de 1808. Cf. transcrição integral da mesma em Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 585.

⁴⁴ ANTT-ACL, maço 66, doc. 25, carta de D. Gabriella para João Paulo Bezerra de 11 de outubro de 1810. Cf. Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 619.

⁴⁵ ANTT-ACL, maço 66, doc. 25, carta de D. Gabriella para João Paulo Bezerra de 19 de outubro de 1808. Cf. Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 599-600.

políticas e familiares. Antes de ocupar o posto de ministro plenipotenciário em S. Petersburgo, embaixada confiada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1810, João Paulo Bezerra foi enviado extraordinário da Corte Portuguesa na Holanda, desde 1802, e, nessa qualidade, reativou relações com outros diplomatas amigos do ministro e com membros da família San Marzano exilados. Em Berlim contactou diretamente com o irmão de D. Gabriella, providenciou auxílio e passaportes para este e outros emigrados, foi portador de cartas e encomendas vindas do Rio de Janeiro e, até 1812, enviou regularmente aos condes de Linhares notícias relativas aos membros da família que haviam emigrado do Piemonte.

Quando sobreveio o episódio fatídico da morte de D. Rodrigo, ocorrido a 26 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, D. Gabriella expôs a sua aflição ao amigo e descreveu aos cunhados, com riqueza de pormenores, a doença súbita e o passamento do ministro. Segundo os médicos a morte teria sido causada por malária. Mas D. Gabriella insiste que o motivo que, em seu entender, provocou o mortal acidente que vitimou D. Rodrigo foi a violenta discussão que ela mesma presenciou, em sua casa, entre o marido e o embaixador inglês, Lord Strangford⁴⁶.

Viúva, a viver no Rio de Janeiro, em casa com bom recheio de mobília, mas sem o lustre de outrora⁴⁷, renuncia regressar à Europa. Nesses tempos difíceis confessa: “j’ai du courage pour tout, je sais heurement m’adapter à tous les tours de la fortune”⁴⁸. Transportando consigo a memória afetiva que tornara tão aventureira a sua existência, redige o seu testamento, no Rio de Janeiro, a 12 de janeiro de 1816.

No ato de última vontade, não revela possuir traços de fortuna. Declara amar os filhos de forma igual. Trata condignamente as criadas, a mais antiga das quais piemontesa, e uma escrava. A todas premeia com pequenas dádivas em dinheiro e vestidos do seu guarda-roupa. Pede que o funeral se faça com “modéstia e simplicidade compatível com o país”, pretende ser amortalhada

⁴⁶ ANTT-ACL, maço 65, doc. 20, carta para o Principal Sousa e cunhadas de 5 de fevereiro de 1812, transcrita por Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 638-654.

⁴⁷ Existe um curioso apontamento, não datado, sobre as divisões e o mobiliário da casa dos condes de Linhares, escrito pelo herdeiro, D. Victorio. Neste documento mencionam-se 4 salas, 1 biblioteca, 2 quartos de dormir e 1 quarto de toucador, com os respetivos móveis, lustres e cortinas, ANTT-ACL, maço 91, doc. 74.

⁴⁸ ANTT-ACL, maço 66, doc. 25, carta de D. Gabriella para João Paulo Bezerra de 29 de abril de 1812 e maço 66, doc. 25, carta de D. Gabriella para João Paulo Bezerra de 29 de abril de 1812. Cf. Andréa Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d’un homme d’État ...cit.*, t. II, p. 655.

com vestido de viúva, “com todo o vigor e economia”⁴⁹, e pede ainda que as suas cinzas repousem ao lado das do marido. A abertura do testamento ocorre muito mais tarde, a 25 de janeiro de 1821, a quando do seu falecimento.

No rasto destes diversos testemunhos de intimidade e segredo desvendam-se os nós de um quotidiano construído de portas a dentro, mas também as rugas de envelhecimento de um retrato pessoal que parece contrariar a versão oficial que dele se fez. Na verdade, estava já morta e enterrada D. Gabriella quando a rainha D. Carlota Joaquina assina, em 19 de fevereiro de 1821, provisão para que fosse passada carta de camareira-mor à condessa de Linhares⁵⁰. O efeito de ilusão deste documento é óbvio. À vida sem corte no Rio de Janeiro justapunha-se esta ilusória prova de vinculação, nunca materializada mas postumamente decretada a pensar na posteridade⁵¹.

⁴⁹ ANTT-ACL, maço 95, doc. 4.

⁵⁰ ANTT-ACL, maço 90, doc. 57.

⁵¹ Depois do falecimento de D. Gabriella, o herdeiro reclama, em cumprimento da portaria de 19 de novembro de 1817, os ordenados em atraso do pai, alegando que a viúva nunca os recebera, ANTT-ACL, maço 91, doc. 51.

Higiene, doença e morte no recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga (século XVIII)

Hygiene, disease and death in the “Recolhimento” of St. Mary Magdalene de Braga (18th century)

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

Departamento de História da Universidade do Minho (Lab2PT)

martalobo@ies.uminho.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Neste trabalho analisamos as práticas de higiene, a doença e a morte no recolhimento de Santa Maria Madalena ao longo do século XVIII, realçando alguns aspetos menos trabalhados na bibliografia existente sobre estas instituições.

Considerada a especificidade da instituição, cuidar da higiene e da saúde das suas internadas era fundamental para preservar a saúde da comunidade. Os procedimentos de higiene e a atitude perante a doença integram a nossa análise, ao mesmo tempo, que refletimos sobre a maneira como se preparavam e enfrentavam a morte. Neste campo, sublinhamos aspetos como os sacramentos, os acompanhamentos, os ofícios divinos e o local de sepultura.

Palavras-chaves:

Recolhimento de Santa Maria Madalena; Braga; Higiene; Doença e morte.

Abstract:

This study analyzes the hygiene practices, disease and death in the *Recolhimento* of St. Mary Magdalene during the 18th century, highlighting some aspects less worked in the existing literature on these institutions.

Considered the specific nature of the institution, taking care of hygiene and health of their admitted it was essential to preserve the health of the community. Hygiene procedures and the attitude towards the disease are part of our analysis, at the same time, we reflect on how they prepared and faced death. In this field, we emphasize aspects such as the sacraments, the accompaniments, the divine offices and place of burial.

Keywords:

Recolhimento of St. Mary Magdalene; Braga; Hygiene; Disease and death.

Introdução

Fundado em 1720, mas com abertura dois anos após, o recolhimento de Santa Madalena é obra do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e destinava-se a acolher 12 mulheres, que tivessem caído em perdição, manchando a sua honra e quisessem, através da penitência, dar um novo rumo à vida. Estava dotado de uma regente, que dirigia a instituição e de uma porteira que guardava a porta principal da casa. Todas estas internadas eram suportadas pela Mitra, mas o recolhimento acolhia também supranumerárias, que tinham de pagar as despesas inerentes à sua estadia.

À medida que o século foi avançando, a procura da instituição cresceu, conhecendo-se na segunda metade o momento com mais internamentos. A este facto não terá sido alheio o crescimento demográfico da cidade ao longo do século XVIII e a vontade de muitas mulheres se subtraírem ao poder paternal ou ao de outros familiares. Sublinhe-se que o recolhimento recebia mulheres da cidade, mas também de todo o Norte do reino e que foram as supranumerárias que fizeram aumentar o volume de internadas.

As condições de vida das que já eram pobres, condição agravada em muitos momentos pela subida do custo de vida, e a falta de rendimentos empurravam muitas vezes as mulheres para a prostituição¹. Ser mulher pública era considerado o mesmo que prostituta, por frequentar o mundo masculino, que não era o seu². Era preciso tirá-las da vida pública para deixarem de servir de exemplo a outras mulheres³. No mundo católico, mas também no protestante, procurou-se controlar e enquadrar as prostitutas⁴. A estadia paga pela Mitra às do número procurava retirá-las do pecado e transformá-las em mulheres penitentes⁵.

O ideal de mulher honrada era ser submissa, humilde, devota e obediente. Porém, quer a igreja católica, quer a literatura moralista faziam acreditar que a mulher precisava de ser controlada para não cair em pecado. Quando a família

¹ Maria E. Monzón, “Marginalidad y prostitución”, in Isabel Morant (dir.), M. Ortega, A. Lavrin y P. Pérez Cantó (coords.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. El mundo moderno*, Madrid, Cátedra, 2005, p. 379-385.

² Ana Sixto Barcia, *Mujeres y cultura letrada en la Edad Moderna*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2015, p. 571, tese de doutoramento policopiada.

³ Laurinda, Abreu, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 217-218.

⁴ Scarlet Beauvalet-Boutouyrie, *Les femmes à l'époque moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*, Paris, Belin, 2003, p. 231.

⁵ Jacques Depauw, *Spiritualité et pauvreté a Paris au XVIIe siècle*, Paris, Boutique de l'Histoire, 1999, p. 134.

não o fazia e manchavam a sua honra, os recolhimentos, destinados a recebê-las e a convertê-las, constituíam uma opção.

O recolhimento em estudo era uma instituição de clausura, dotado de regulamentos desde a sua inauguração, instrumento normativo que regulava a vida de todas as internadas. Sujeitas a uma vigilância constante, quer fossem as do número⁶, ou as supranumerárias, todas estavam obrigadas a um programa intenso de conversão interior e ao trabalho. As orações individuais e em grupo, a oração vocal e mental, as idas ao coro, a participação em missas, as leituras espirituais, o exame de consciência diário, o jejum, a abstinência e as disciplinas em dias certos do ano compunham a programa espiritual a que se comprometiam quando ingressavam. Mas o trabalho na casa do labor era outra parte importante da penitência a que se sujeitavam, por terem cometido o pecado da carne. Era através da clausura e da penitência que as mulheres se afastavam do perigo e sofriam o castigo de terem errado⁷.

Muito pouco tempo ficava para se recrearem. Apenas alguns momentos ao longo do dia para passearem na cerca, conversar de forma honesta com as companheiras ou continuarem alguns trabalhos de mãos nas celas e/ou na varanda.

A ligação com o exterior estava vedada e só era possível através das rodas e dos ralos. Mesmo assim, acontecia apenas quando a regente autorizava e a porteira vigiava.

Na igreja católica, e de acordo com as suas diretivas, cabia ao confessor vigiar a prática do sexo, assunto que devia manter discreto. O sexo devia ser praticado apenas com vista à procriação. Porém, as mulheres por serem consideradas fracas e serem seduzidas muitas vezes pelo Diabo, acabavam por cair na tentação e pecar⁸.

No estrangeiro e em Portugal o avanço feito nos últimos anos no campo da história das mulheres é inegável e expressa-se num conjunto de iniciativas e trabalhos de reputado valor. Estamos, porém, conscientes das grandes diferenças existentes em termos de tratamento do tema no nosso país e, por

⁶ As 12 a quem a Mitra pagava todas as despesas inerentes ao seu internamento. Não existia número para as supranumerárias. Estas eram mulheres que aqui eram colocadas pelos maridos ou pelos pais para preservarem as suas virtudes, normalmente durante algum tempo. No caso das viúvas tratava-se de uma decisão pessoal.

⁷ Maria Antónia Lopes, “Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVII-XIX)”, in Laureano M. Rubio Pérez (coord.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, p. 107-118.

⁸ Guy Bechtel, *A Carne, o Diabo e o Confessor*, Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 131.

exemplo, na vizinha Espanha, onde o desenvolvimento temático atingiu outras dimensões⁹. Na verdade, os trabalhos levados a cabo na Espanha nas últimas duas décadas são bem elucidativos do interesse que a temática alcançou junto dos investigadores¹⁰.

Em Portugal, apesar de ainda não existir uma História das Mulheres, a historiografia tem-lhe dado destaque e trazido o assunto para a ordem do dia. Congressos, seminários, conferências e trabalhos científicos são demonstrativos do percurso feito¹¹. Neste itinerário de investigação, as mulheres pobres e as que viviam em regime de clausura têm assumido um maior destaque. Porém, apesar de nas últimas décadas os recolhimentos terem servido de objeto de estudo a vários investigadores no nosso país, dando realce à vida das mulheres em clausura, nem sempre contemplam os aspetos que nos propomos trabalhar. Por

⁹ Pela proximidade, sublinhamos o caso espanhol.

¹⁰ Citam-se, entre outros, Ofelia Rey Castelao; Serrana Rial García, *Historia de las mujeres en Galicia. Siglos XVI al XIX*, Santiago de Compostela, Nigratreia, 2009; Serrana Rial G., *Mujer y actividad económica en la Galicia moderna: la inserción de las mujeres en la producción económica rural y urbana*, Santiago, 2002; “Solas y pobres: las mujeres de las ciudades de Galicia ante la marginalidad y la pobreza”, *Semata*, 16 (2004) p. 301-331; Ofelia Rey Castelao, “La historia de las mujeres en Galicia. Un estado de la cuestión (1988-2008)”, *Minius*, 17 (2009) p. 191-234; “Mujer y sociedad en la Galicia del Antiguo Régimen”, *Obradoiro de Historia Moderna*, n. 3 (1994) p. 63; Angela Atienza L., “De beaterios a conventos: nuevas perspectivas sobre el mundo de las beatas en la España Moderna”, *Historia Social*, 57 (2007) p. 145-168; M. L. Candaú C., “Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidad y penitencia en la España moderna”, *Manuscrits: Revista d’història moderna*, 25 (2007) p. 211-237; Maria V. López-Cordón; Montsserrat Carbonel, (eds.), *História de la mujer e História del matrimônio*, Murcia, Universidad de Murcia, 1997; Montsserrat Carbonel, *Sobreviure a Barcelona: dones, pobresa i assistència al segle XVIII*, Barcelona, Eumo Eidorial, 1997.

¹¹ Vejam-se Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, 2 vols, Viseu, Palimage Editores, 2000; *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010; Isabel Sá, “Os espaços de reclusão e a vida nas margens”, in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 276-292; Isabel Drumond Braga, *Vivências no feminino-poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007; Maria de Fátima Reis, “Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna- os Recolhimentos de Lisboa”, Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa; Edições Colibri/CIDHEUS-EU, 2004, p. 263-274; Isabel Morujão, *Contributo para a bibliografia cronológica da Literatura Monástica Feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 1995; “Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos”, *Rever-Revista de Estudos de Religião*, ano 11, nº 1, S. Paulo, (2011), p. 35-54.

outro lado, são menos abundantes os trabalhos existentes sobre recolhimentos para mulheres pecadoras, também porque eram em menor quantidade.

Neste trabalho debruçamo-nos sobre práticas de higiene, doença e morte no recolhimento de Santa Maria Madalena, procurando analisar e entender como se praticava a higiene, se detetava e combatia a doença e se enfrentava a morte. Assim, procuramos saber que práticas de higiene e de saúde pública existiam na instituição? Que importância assumia a água para o seu funcionamento e limpeza? Como se agia perante a doença? Quem eram os curadores? Como se enfrentava a morte e se procurava a salvação da alma?

Pretendemos apreender as vivências desta população encerrada, procurando perceber como se aproximavam da vida do século ou a circunstância particular de ser uma casa de mulheres penitentes condicionava os seus percursos.

No que se refere aos restantes recolhimentos da cidade, todos eles para mulheres virtuosas, conhece-se muito mal o seu quotidiano, com exceção do de Santo António do Campo da Vinha.

A limpeza dos corpos e dos espaços

Como é do conhecimento geral, os cuidados com a limpeza do corpo vão acentuar-se ao longo do século XVIII. Todavia, já mesmo antes se tomavam medidas para cuidar do corpo e prevenir a doença: resguardar do frio com mais roupa, evitar as correntes de ar, abandonar certos locais em tempo de peste, eram, por exemplo, algumas das precauções tomadas¹². Estas medidas vão intensificar-se ao longo de Setecentos, assistindo-se em termos particulares e públicos à tomada de medidas para combater a doença.

Em termos públicos, os Municípios trataram de combater os períodos de peste e de doença com maior higiene nas vias públicas, proibindo a circulação de alguns animais nas cidades, como era o caso dos porcos, ordenando a limpeza das fontes e a existência de água corrente, assim como mais higiene nos açougues. Ao mesmo tempo, obrigava-se as pessoas a manterem limpas as portadas das casas, impedindo ainda a entrada de forasteiros nas cidades e vilas, potenciais portadores de doença. Em tempo de peste, as portas da cidade podiam ser também encerradas. Sempre que era necessário intervir, a Câmara de Braga ordenava a limpeza dos espaços públicos, como se verificou em 1726 quando mandou aos moradores da cidade a lavagem das ruas e das frontarias

¹² Martin, Dingles, "Health care and poor relief in regional Southern France in the Counter-Reformation", in Ole Peter G.; Andrew C.; Jon A. (dir.), *Health care and poor relief in Counter-Reformation Europe*, London, Routledge, 1999, p. 240-279.

das casas e proibiu os residentes do campo de Santa Ana de lançarem os lixos de suas casas e o entulho para o referido campo, sob pena de pagarem uma multa de seis mil réis. Este dinheiro era repartido da seguinte forma: metade era encaminhado para as despesas concelhias e o restante para o acusador. Interditava-se também os residentes do campo de São Sebastião de largarem entulho no local, sendo igualmente multados com o referido montante¹³.

No campo de Santa Ana existiam nesta altura dois recolhimentos (o de Santa Maria Madalena e o da Penha de França) e o convento masculino dos Neris. No ano seguinte, o recolhimento de Penha de França passou a convento por incentivo do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

Os maiores cuidados de higiene sentiram-se também nas instituições de reclusão, essencialmente nos hospitais, embora o termo reclusão assumia nestas instituições um caráter diferente do existente nos conventos e recolhimentos. Todavia, em Braga, no hospital de S. Marcos foram crescentes as medidas de higiene no decorrer dos séculos XVII e XVIII¹⁴, muito embora, o hospital continuasse a ser um lugar pouco limpo, nomeadamente no que se refere à higiene corporal e ao setor das roupas. Deve, no entanto, sublinhar-se o esforço feito para melhorar a instituição neste campo. O mesmo se passava noutros congêneres onde a higiene era cada vez mais valorizada¹⁵.

Também no recolhimento de Santa Maria Madalena, os estatutos de 1722 previam ações concretas de higiene pessoal e do edifício, assegurando maior limpeza e asseio.

Para o período em estudo, a documentação sobre estas instituições nem sempre permite analisar as preocupações existentes com a limpeza dos espaços, todavia, o regulamento deste recolhimento aponta, em algumas partes, para a necessidade de asseio e limpeza, quer nos espaços comuns, quer nas celas. É curioso verificar como os cuidados a ter com a higiene são demonstrativos de uma crescente preocupação com esta matéria.

Depois de se levantarem, as recolhidas deviam proceder à higiene pessoal nas suas celas, embora os estatutos não mencionem em que consistia. Como se sabe, não existiam espaços particulares para a higiene, sendo no quarto que se levavam algumas partes do corpo. É sabido que durante a Idade Moderna,

¹³ Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro das actas de vereação 1726*, nº 40, fl. 17.

¹⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, p. 114-135.

¹⁵ Paula Sofia C. Fernandes, *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, Braga, Universidade do Minho, 2015, tese de doutoramento policopiada.

o corpo não era lavado e que apenas a cara e as mãos eram sujeitas à limpeza da água¹⁶. Este facto não significava falta de preocupação com a limpeza¹⁷. Acreditava-se que a água podia ser prejudicial à saúde, removendo-se, por isso, a roupa, normalmente a camisa, que estava em contacto com as secreções corporais e não se lavando senão algumas partes do corpo. Como refere Georges Vigarello, na Idade Moderna a “higiene das pessoas é a roupa”¹⁸. Porém, ainda que sejam vagos, os estatutos do recolhimento apontam para a lavagem do corpo ao referirem que as mulheres “se lavarão enquanto se não tocar ao Exercício”, período em que também tinham de fazer a cama¹⁹. A cama era feita todos os dias, após se levantarem, devendo igualmente varrer as celas diariamente, fazendo correr o lixo para trás da porta, onde se manteria até ao dia de sábado, data em que era varrido para o corredor e este limpo.

A limpeza tinha calendário e quotidianamente apenas era feita uma parte. Era aos sábados que as recolhidas se entregavam mais afincadamente à higiene da casa, talvez por terem mais tempo para esta atividade.

Para evitar contágio de doenças, exigia-se à “enfermeira” cuidados especiais na limpeza das celas das doentes. As suas camas deviam ser feitas todos os dias e as celas varridas sempre que fosse necessário, de maneira que se mantivessem sempre limpas e bem perfumadas. Cabia à “enfermeira” proceder a estes trabalhos, procurando ervas cheirosas para perfumar o ambiente e afastar os maus cheiros. Procurava-se apagar os maus cheiros e proporcionar bons odores às doentes, combatendo também desta forma a doença.

A limpeza e os bons cheiros integravam conjuntamente com a alimentação o programa da cura, quer em casa, quer nos hospitais²⁰, quer ainda nas casas de reclusão. Era importante afastar a doença para que a propagação não ocorresse.

As “companheiras” estavam encarregues de proceder à limpeza do corredor, assim como das escadas que davam acesso ao local de trabalho, no dia referido, tendo horas para desempenhar este serviço. Deviam cumpri-lo antes do toque do sino para irem ao coro. Ou seja, a higiene corporal e a limpeza do edifício

¹⁶ Georges Vigarello, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

¹⁷ Raffaella Sarti, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa da Idade Moderna*, Lisboa, Ed. Presença, 2001, p. 326.

¹⁸ Georges, Vigarello, *O limpo e o sujo...*, cit., p. 66.

¹⁹ Sara F. M. Grieco, “O corpo, aparência e sexualidade” in Arlette Farge; Natalie Z. Davis (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 80.

²⁰ Isabel Sá, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intervenção dos cuidados médicos no período moderno”, in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora, Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo de Évora, 1996, p. 87-103.

fazia-se bem cedo, antes de qualquer outra atividade relevante. Devia proceder-se a este serviço de maneira a não perturbar as tarefas diárias.

As refeições deviam também ser confeccionadas com limpeza. Faz-se menção a este assunto, chamando a atenção para as recolhidas atuarem com asseio na cozinha. Esperava-se ainda que as mulheres se comportassem no refeitório com “quietação, paridade e limpeza”, por ser um momento solene de reunião de todas, assistindo às leituras em silêncio e portando-se com civilidade à mesa²¹.

Os outros espaços do recolhimento eram também tidos como sítios onde devia imperar um certo asseio. Estava atribuída à regente a tarefa de inspecionar a casa de trabalho, cuidando de averiguar a sua limpeza, devendo zelar para que as mulheres a tivessem asseada e em ordem, devendo varrê-la todas as semanas.

Mas não só o espaço de internamento, também a capela devia estar limpa. Cabia à criada de fora varrer semanalmente a sacristia, bem como lavar a roupa que servia nesse espaço: toalhas e corporais, deviam ser sujeitas a lavagem todas as vezes que fosse considerado necessário, devendo também engomar as referidas peças. As constituições sinodais de Braga, publicadas em 1697, estabeleciam a limpeza das igrejas, sendo determinado penas pecuniárias para quem não cumprisse. A lavagem das roupas, bem como a sua guarda encontravam-se igualmente regulamentadas, de maneira que se preservassem e não levassem descaminho²².

Era ainda esta mulher que assumia a responsabilidade de dois em dois dias varrer os coros de baixo e de cima.

A chamada de atenção para a limpeza dos espaços de internamento e da capela reflete a crescente preocupação com o asseio, a que não apenas os prédios, mas também os bens²³ e as pessoas passaram a estar sujeitas no decurso do século XVIII. Todavia, também os espaços exteriores passaram a ser considerados. Cabia à “campeira” zelar para que os caminhos da horta e de outros espaços exteriores estivessem limpos e varridos, facilitando a passagem das recolhidas nos pequenos passeios que efetuavam durante o dia. Dar ao espaço exterior uma certa ordem e criar racionalismo na sua utilização significava aprumo e disciplinamento.

²¹ Ana M. Xisto Barcia, *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna...*, cit., p. 95-99.

²² *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga ordenadas pello Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga*, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 323, 335-336.

²³ Apelava-se à “despertadora” para que tivesse as lâmpadas dos dormitórios sempre limpas e asseadas.

A forma como a higiene e a limpeza eram tidas em consideração aponta para uma visão global do edifício e do espaço, deixando esta de estar focada num ou noutro pormenor ou sítio. Estamos, no entanto, longe de ver concretizados os objetivos expostos por alguns teóricos portugueses e estrangeiros setecentistas sobre a higiene e a saúde pública²⁴.

O abastecimento de água

Muito importante para o quotidiano da instituição e para as ações de asseio e limpeza era o abastecimento da água e esse foi um dos problemas com que a instituição teve de lidar. Como muitas outras casas particulares, o recolhimento tinha um poço no pátio de onde tirava água para consumo interno. Com necessidade dela para cozinhar, limpeza do edifício e das recolhidas, para a lavagem da roupa e rega da horta, a preocupação para ser abastecido levou as regentes a procurarem auxílio junto do Paço quando o assunto se colocava. As superiores preocupavam-se em criar estruturas eficientes de abastecimento de água a uma casa em crescimento. A água chegava até ao local de ser colhida através de um cano, que custou 49 mil réis, em 1743²⁵, porém, em 1775 a superiora informava D. Gaspar de Bragança (1758-1789) das obras que tinha em curso no poço do pátio e pedia auxílio para as acabar. Já tinha comprado os alcatruzes e o azeite para os betumes, mas, e como já passara muito tempo, o azeite tinha sido consumido na comunidade, embora ela própria tivesse oferecido “três moedas”, dinheiro recebido da entrada de uma porcionista, para a obra. Faltava, no entanto, o restante para que esta se concluísse e essa era a razão que a levava a abeirar-se do arcebispo. Para erguer a nora no pátio, precisava da ajuda do prelado, pedindo-lhe que assumisse a restante despesa²⁶.

No século XVIII, a modernização e o crescimento da cidade expressaram-se também nas preocupações dos arcebispos relativamente à canalização de águas e à construção de fontes. D. Rodrigo de Moura Teles, D. José de Bragança

²⁴ Bruno Barreiros, “O discurso higienista no Portugal do século XVIII: tradição e modernidade”, in *Arte Média e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 129-131.

²⁵ Museu D. Diogo de Sousa (doravante MDDS), Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despesa 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 44.

²⁶ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, não paginado.

(1741-1756)²⁷, e D. Gaspar de Bragança realizaram obras para proporcionar melhor abastecimento de água à população²⁸.

O recolhimento tinha recebido para a obra que tinha em curso alguns donativos das recolhidas, mas como não eram suficientes, recorria-se ao prelado para contribuir com o restante, pois não devia ultrapassar 15 moedas, já com todo o trabalho incluído. O despacho do Paço de 1775, ordenava ao vigário geral da Mitra para contactar o pedreiro Paulo Vidal, o qual já tinha feito a medição e o risco para a obra, pois para além da nora, o projeto integrava também a construção de um tanque e a passagem da água de fora para o recolhimento.

Para que a água chegasse ao recolhimento, vinda do Reduto, foi preciso fazer obras na cerca. A oportunidade que a regente não queria desperdiçar era a de não perder a água que da caixa geral passava num cano que servia o convento da Penha de França, que, como, já referimos, se situava também no campo de Santa Ana. O cano vinha de norte para sul e atravessava a cerca do recolhimento. Os canos podiam correr em locais públicos, como eram as ruas, ou particulares, como o pátio referido e até por “debaixo de casas”²⁹.

Na altura em que a obra se estava a realizar, a regente voltou a contactar o arcebispo para permitir a abertura de uma porta que desse acesso à entrada de lenha e à saída do estrume das cloacas, deixando de ser utilizada a porta do refeitório e da cozinha para fazer transitar os produtos referidos. Era também uma medida de higiene mover o estrume por outro lugar, que não fosse a proximidade da cozinha. O estrume da instituição era utilizado na horta, mas quando era excedentário era vendido a homens e a mulheres que o pagavam. A superiora descansava o arcebispo ao afiançar que a nova porta não constituía nenhum risco, nem facilitaria a fuga de recolhidas, por já existirem na cerca mais duas portas antes do muro, servindo assim de antecâmaras protetoras³⁰. Recordava que a fuga de uma recolhida pela cerca só foi possível porque “dorubou a parede do mesmo recolhimento”³¹, o que só terá conseguido com a ajuda de terceiros, certamente. Perante as garantias dadas, foi concedida a

²⁷ Maria do C. F. Ribeiro; Maria M. Martins, “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O livro da cidade de Braga (1737)”, in Maria M. Martins; Isabel V. Freitas; Maria Isabel del Val V. (coord.), *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*, Braga, CITCEN, 2012, p. 188-190.

²⁸ Miguel S. M. Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Afrontamento, 2000, p. 150-151.

²⁹ Maria do C. F. Ribeiro; Maria M. Martins, “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna...”, cit., p. 196.

³⁰ No recolhimento do Conde, de Coimbra conheceram-se também fugas. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., p. 456.

³¹ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, não paginado.

autorização para a referida passagem, sublinhando-se, no entanto, a necessidade de a fazer segura.

D. Gaspar de Bragança concedeu em 1782 autorização às recolhidas para usarem a água encanada que vinha da fonte nova do Reduto³², possibilitando-lhes maior autonomia no acesso ao referido líquido.

A doença e a morte

Contrariamente a outros recolhimentos que possuíam um espaço destinado às doentes, como acontecia, por exemplo, no de Santo António, de Braga, em Santa Maria Madalena esse compartimento não existia³³. Aqui, as que estavam doentes mantinham-se nas suas celas e eram aí cuidadas por uma companheira, designada pela regente para as auxiliar nas enfermidades. Era a “enfermeira”. Tratando-se de uma obra de misericórdia, a nomeada neste lugar devia atuar com brandura e diligência, ou seja, ter um perfil de mulher caridosa, mas simultaneamente robusta fisicamente para poder acudir às que se encontravam com fraca mobilidade. Devia manter as celas limpas e ser diligente na participação aos profissionais de saúde e ao sacerdote, quando necessário. Competia-lhe ao mesmo tempo dosear de forma adequada as visitas às doentes para que estas não fossem importunadas. Como se tratava de um lugar de grande sensibilidade, um dos requisitos que se lhe pedia era que trouxesse “diante dos olhos o merecimento que ha de ter para com Deos no exercido desta obra de miziricórdia”³⁴, ou seja, fosse cuidadosa com as suas companheiras enfermas.

Desconhecemos as tarefas exatas que estavam atribuídas à “enfermeira” para além das enunciadas. Presumimos também que fosse ela quem administrava as mezinhas às enfermas e lhes servisse as refeições, quando estivessem incapacitadas de as tomarem autonomamente. A alimentação era fundamental para a cura, por isso, não podia ser descurada. Assistiria ainda os profissionais de saúde e consolaria com palavras as que sofriam em suas camas.

Vivendo em clausura, era natural que as mulheres fossem tratadas no espaço em que se encontravam, todavia, em setembro de 1726 uma recolhida saiu de Santa Maria Madalena com autorização do arcebispo para se curar no hospital de

³² Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo do Registo Geral, Livro nº 208, fl. 53.

³³ Manuela Machado, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de mestrado policopiada.

³⁴ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, não paginado.

S. Marcos. Seria o medo do contágio que levou a tomar esta atitude? A gravidade da situação? Sabemos que em determinados momentos apenas alguns locais e ruas foram tocados por certas doenças. O registo do facto não menciona a doença de que esta padecia e a necessidade de ir para o hospital, sabe-se somente que a regente pagou 2.960 réis a S. Marcos pelo seu tratamento³⁵. Porém, a ordem para limpar a cidade saída da Câmara e especialmente o campo de Santa Ana parece indiciar a existência de peste. Como a regra era serem assistidas dentro de portas, que razões teriam levado o arcebispo a autorizar a trasladação desta mulher para S. Marcos? Estaria doente de sífilis? Esta era uma outra possibilidade. A procura deste tratamento era muito grande, levando a Santa Casa a abrir as referidas enfermarias mais do que uma vez durante os períodos de tratamento. O exercício da prostituição expunha parte das mulheres de Santa Maria Madalena a vários perigos, como era o da sífilis, por isso, quando a suspeita se levantava no momento de ingresso, as interessadas eram inspecionadas para se verificar do seu estado. Cabia ao médico averiguar e emitir parecer escrito.

Sempre que eram assistidas no recolhimento, as mulheres doentes eram alvo de atenção particular, desde logo alimentar³⁶. Desconhece-se os produtos adquiridos, mas sublinha-se a particular atenção dada a esta mulher que se encontrava doente.

A saída e a entrada de recolhidas para se tratarem fora do recolhimento aconteceu com alguma regularidade ao longo do século XVIII³⁷, como, aliás, se verificou em outras instituições femininas de clausura³⁸.

Embora os primitivos estatutos não contemplassem a existência de um cirurgião, referindo somente o médico e o sangrador, o certo é que ele existiu desde sempre. Logo após a abertura do recolhimento, o arcebispo fundador dotou-o de profissionais de saúde, estabelecendo contratos no início do mês de maio de 1722 com um sangrador, um cirurgião e um médico. Os visados ficaram providos nos partidos referidos até o arcebispo cessar o contrato. Nesses documentos cada um era elogiado pelas suas competências técnicas e pelas informações recolhidas, sendo valorizada também a experiência. Estabelecia-se ainda o salário a ganhar, o qual era pago aos quartéis pela Mitra.

³⁵ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, fl. 19.

³⁶ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, *Livro do de despeza de 1722 a 1826*, fl. 1.

³⁷ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de contas do legado pio que instituiu de Catherina Pinheiro para convertidas*, Pasta 1089, fl. 16v.

³⁸ Ricardo Manuel Alves Silva, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga moderna*, Braga, Universidade do Munho, 2012, tese de doutoramento policopiada.

Com a assinatura do tratado, os profissionais referidos entraram de imediato em funções³⁹.

A rapidez com que o arcebispo nomeou estes profissionais de saúde para assistir na doença as recolhidas é bem elucidativa do investimento por si feito na instituição, uma vez queurgia cuidar deste aspeto, tendo em conta as características do recolhimento.

Muitos dos profissionais de saúde que trabalhavam no recolhimento, exerciam também no hospital de S. Marcos da cidade. O Dr. Jerónimo Saraiva exerceu nesse estabelecimento em 1686 e 1692 e mais dois anos, entre 1694 e 1695, ganhando na altura 5.000 réis anualmente. Também o Dr. António Fernandes do Vale trabalhou no mesmo hospital, devendo ser já pessoa com alguma idade quando assistiu no recolhimento, porquanto morreu em 1753. Os Drs. Caetano Luís Pereira e Caetano José de Sampaio Peixoto, médicos da cidade, exerceram em S. Marcos em simultâneo com o trabalho do recolhimento⁴⁰. Já sobre o médico António José Lopes sabemos apenas que se ocupou também dos doentes do hospital, mas desconhecemos em que período.

A importância de possuir médicos próprios era grande numa instituição de clausura. No caso das mulheres que vinham com a honra manchada era ainda fundamental para serem examinadas previamente ao ingresso. Procurava-se saber se eram portadoras de doenças contagiosas que pudessem pôr em perigo a comunidade. Devido ao pecado da carne, podiam contrair doenças sexualmente transmissíveis, sendo, por isso, alvo da maior vigilância. Quando se tratava de um caso desses e sobretudo se havia suspeitas, a regente solicitava os serviços do médico para a examinar e pronunciar-se⁴¹. A sífilis, doença em progressão na Idade Moderna e muito associada a uma vida dissoluta era temida e podia colocar o recolhimento em alerta, exigindo cuidados especiais de despiste⁴². Por mais do que uma vez o médico foi chamado a observar e a pronunciar-se sobre algumas das que solicitaram admissão às do número. O clínico podia também pronunciar-se sobre as capacidades físicas da peticionária, sublinhando num

³⁹ ADB, Registo Geral, Livro nº 56, fls. 211v.-212v.

⁴⁰ Maria de F. Castro, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2008, p. 359-365.

⁴¹ ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 166, fls. 310v.-312.

⁴² Robert J., "Syphilis and confinement" in Detlef Junker; S. Daniel Mattern (eds.), *Institutions of Confinement: Hospitals, Asylums and Prisons in Western Europe and North America: 1500-1950*, Cambridge; University Press, 1996, pp. 97-115. A propósito do tratamento da sífilis em Braga no hospital de S. Marcos leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, "O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna" in Maria José Pérez Á.; Maria Marta Lobo de Araújo (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica...*, cit., p. 31-54.

caso a falta de robustez para o trabalho e as restantes tarefas diárias, bem como eventuais gravidezes das peticionárias. Era preciso acautelar tudo, quando se sabia que algumas tinham uma vida não recomendável. Estamos perante uma instituição religiosa que procurava alterar a vida das mulheres e devolvê-las à sociedade como mulheres arrependidas.

Apesar de a sífilis ser grave e de se alastrar com frequência, outras doenças eram igualmente temidas, como era o caso da tuberculose⁴³. Em 1775 morreu uma recolhida de tísica na sua cela. Posteriormente, este mesmo espaço entrou em obras, não se especificando o tipo de remodelação que foi efetuada. Por esta altura, existia na cidade um grande surto desta doença, facto que levou o hospital de S. Marcos a construir uma enfermaria para tuberculosos três anos após.

Desconhecemos como lidou o recolhimento com esta companheira que contraiu a doença, mas o certo é que a manteve até à morte dentro de portas.

De acordo com a sintomatologia da doença, o recolhimento chamava o profissional de saúde adequado. Para questões de Medicina, requisitava os serviços do médico. A informação que possuímos sobre os que assistiram em Santa Maria Madalena é muito parca e diz respeito apenas a alguns. Sobre Caetano José de Sampaio Peixoto é referido que era aprovado pela universidade de Coimbra e que também ocupava o partido dos pobres da cidade, pago pela Mitra. Alguns arcebispos mantiveram ao longo da sua prelatura profissionais de saúde pagos pela Mitra para tratar pobres em suas casas⁴⁴. O referido médico foi provido em simultâneo nos dois partidos, mas ressaltou-se a necessidade de ser diligente na assistência às recolhidas⁴⁵.

A análise do livro dos salários demonstra que nem sempre existiram contratos com o médico, sangrador e cirurgião. Em determinados momentos fica-se com a sensação de que só lhes era pago o serviço realizado. Porém, na segunda metade de setecentos e no século seguinte a instituição mudou de atitude e manteve contratos certos com os referidos profissionais de saúde, pagando com regularidade os seus salários. Esta situação esteve provavelmente associada ao facto da cidade ter conhecido em finais de setecentos várias doenças, principalmente na última década⁴⁶.

⁴³ Abílio G. Marques, *A guerra à tuberculose*, Porto, Escola Médico Cirúrgica, 1901, p. 28.

⁴⁴ D. Rodrigo de Moura Teles foi um deles. Leia-se Boaventura Maciel Aranha, *Epítome da vida, e virtudes do excelentíssimo senhor D. Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga Primaz das Hespanhas*, Lisboa, Officina Pinheirense, 1743, p. 632-637.

⁴⁵ ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 139, fl. 123.

⁴⁶ João P. Abreu, *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: um reformador contestado*, Braga, UCP/FTB; CMPB, 1997, p. 164-165.

A partir do século XVIII, a medicina passou a recomendar para certas doenças a frequência de termas e banhos de mar. Hospitais e instituições de reclusão mandavam os seus doentes para estas curas e o recolhimento de Santa Maria Madalena seguiu também as prescrições médicas. Todavia, as interessadas tinham de solicitar autorização ao arcebispo e no final do tratamento deviam regressar à instituição, embora algumas aproveitassem a oportunidade e não voltaram⁴⁷.

Com a cidade tomada pelos franceses e cheia de militares, algumas preferiram manter-se em casa, mais distantes da confusão em que Braga tinha caído⁴⁸. Por outro lado, o tempo era também desfavorável à clausura. Se muitas mulheres eram internadas em Santa Maria Madalena contra vontade e viviam vidas que não desejavam, qualquer pretexto servia para o abandonarem.

Para além do médico, os serviços do cirurgião eram também requeridos quando necessário.

A idade dos homens que exerciam em Santa Maria Madalena era provavelmente um fator a ter em consideração na altura de os contratarem. Procuravam-se homens com experiência em termos profissionais, mas também com alguma idade, sinónimo de amadurecimento e assento. A partir de determinada altura, o cirurgião desempenhou também os serviços anteriormente atribuídos ao médico.

A ocupação dos dois cargos aconteceu em vários hospitais e decorre da imagem destes profissionais de saúde junto das populações, mas não só! A indefinição de fronteiras entre a sua área de competência e a dos sangradores justificou a acumulação de funções⁴⁹, ainda que de forma temporária.

Os sangradores estavam encarregues das sangrias e de lançar as sanguessugas, mas podiam também tirar dentes, ou seja, proceder a pequenas cirurgias. Mas a sua principal ocupação era o trabalho com a lanceta, fazendo sangrias. Ocupavam o lugar mais baixo na hierarquia dos profissionais de saúde que davam apoio a Santa Maria Madalena e deixaram de ser contratados a partir de 1812.

⁴⁷ MDDS, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, documento avulso, não paginado.

⁴⁸ José V. Capela; Henrique M., Rogério Borralheiro, *O heróico patriotismo nas províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção, 2008, p. 121-144.

⁴⁹ Laurinda Abreu, "A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados" in *Arte Média e Imagem do Corpo...*, cit., p. 112.

Quando não se vencia a doença, a morte era inevitável. Os últimos momentos da vida destas mulheres eram passados na cela, onde morriam. Depois de mortas, as recolhidas eram depositadas no coro baixo, onde eram veladas. Todavia, em pequeno número, é certo, mas houve quem tivesse o seu velório na capela, como aconteceu com Paula Rebelo, em 1812.

Nos momentos que aproximavam a morte, a regente e as recolhidas abeiravam-se da que estava para partir, ajudando-a a bem morrer com orações e consolos espirituais. O temor imposto pela morte levava a que estes momentos fossem vividos em coletivo⁵⁰. Depois, era colocada na tumba e levada pelas companheiras para o coro baixo.

O estudo da morte no recolhimento é dificultado pela falta de fontes. O facto de existirem poucos testamentos de recolhidas e de só termos estudado alguns registos de óbito limita-nos a análise, sobre os cultos venerados, os santos da proteção de cada uma, a forma como sentiam e viviam a morte, enfim informações que nos ajudassem a compreender o universo mental e religioso destas mulheres, mas também o lado prático da morte. Que hábito escolhiam? Onde queriam ser sepultadas? Quantas missas instituía? Como dispunham da herança, quando a tinham? Quem beneficiava dela? Que relações mantinham com as suas companheiras de muitos anos e como estas se repercutiam no momento da passagem?

Apesar destas nossas preocupações, a análise das fontes consultadas prova de forma muito clara a pobreza em que vivia a maioria destas mulheres.

Habitadas a envergarem o hábito de terceiras franciscanas, foi com ele que muitas quiseram partir, acreditando nos seus benefícios espirituais. Os hábitos franciscanos eram os mais pedidos, precisamente por recaírem neles maiores benefícios e, dessa forma, ser mais fácil alcançar a salvação da alma⁵¹.

Em Braga, existia no século XVIII um interessante mercado de confeção e venda de hábitos, principalmente da ordem franciscana, para serem usados no dia-a-dia e na partida da vida terrena. Estas peças eram confeccionadas em alguns conventos femininos da respetiva Ordem, tendo no convento dos Remédios, provavelmente sido o centro de maior produção⁵².

⁵⁰ Antonia M. D'Arleux, "Arte de bien morir en los conventos femeninos del siglo XVII", in Maria Isabel Viforcos M.; Jesús Paniagua P. (coords.), *Actas del I Congreso Intrenacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América, 1492-1992*, T. II, León, Universidad de León, 1993, p. 91-104.

⁵¹ Domingo González Lopo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2002.

⁵² Ricardo Silva, "O uso da mortalha franciscana em Braga na Época Moderna", em publicação. Agradeço ao autor a possibilidade de poder ler e citar este trabalho antes da sua publicação.

Quando se presenciava a morte, era altura de a tomar em maior atenção e pedir o que se desejava para este momento final. Teresa de Jesus Maria Oliveira declarou por escrito ter vontade de ser acompanhada no estado de moribunda pelo padre Manuel Carvalho, para a ajudar a bem morrer⁵³. Pediu também que António da Caridade lhe tratasse do enterro e que o servo da confraria de São Vicente, de quem era irmã, chamasse os irmãos para a acompanharem à última morada. A este serviçal deixou uma “coroa” e a António da Caridade duas pelo serviço prestado⁵⁴. A assistência espiritual neste momento decisivo era fundamental para o ultrapassar. Com o sacerdote à cabeceira a aconselhá-la a sofrer com resignação, a arrepende-se dos pecados, a pedir perdão a Deus, a aceitar o seu destino e a implorar pela sua alma, a morte era enfrentada com maior segurança e tranquilidade. Este foi um caso excecional, porque a maioria das estudadas nada possuía ou tinha poucos bens. Ao contrário, tinham dívidas umas às outras ou à comunidade⁵⁵. Mas é ainda possível analisar as relações que mantinham dentro da instituição, alguns bens que possuíam nas suas celas, as preferências familiares e a ligação ao recolhimento. Com fraca capacidade para o trabalho, por serem velhas ou sofrerem de achaques, muitas mulheres experimentavam a dureza da pobreza no final da vida. Acontecia sobretudo com as mulheres sós ou quando eram viúvas, principalmente por estarem isoladas e desamparadas⁵⁶. Os móveis ou outro tipo de património que tinham eram modestos, estando em linha com outros recolhimentos estudados⁵⁷.

A cerimónia dos acompanhamentos era determinada pelas posses de cada uma. Por isso, o número de padres presentes variava de acordo com a sua capacidade financeira. O volume era muito variado e a cerimónia até podia contar apenas com o sacerdote da paróquia de São Vítor, como aconteceu com no funeral de Maria Josefa, em 1742⁵⁸. Quase sempre o número de sacerdotes que marcava presença no funeral não ultrapassava os 10, mas este volume era variado. Nem sempre esse número faz transparecer a capacidade financeira da falecida, pois vários padres participavam gratuitamente nestas cerimónias, como se menciona nos registos de óbito. A análise de 49 registos de óbito

⁵³ Ana F. L. Felix Costa, *Assistência ao doente moribundo no século XVIII*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 41-43, dis. de Mestrado policopiada.

⁵⁴ MDDS, Pasta 1036, documento avulso, não paginado.

⁵⁵ ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1751-1776*, fl. 191.

⁵⁶ Jean-Pierre Gutton, *Naissance du vieillard*, Paris, Aubier, 1988, p. 62-86.

⁵⁷ Maria Adília Fernandes, *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)*, Coimbra, Palimage Editores, 2014, p. 301-303.

⁵⁸ ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1737-1751*, fl. 104; *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821*, fl. 82.

possibilitou conhecer a incapacidade destas mulheres de arrolarem para o momento confrarias, mais padres e mandar celebrar missas.

O pedido de confrarias para acompanhar à última morada alargava a rede de instituições protetoras, com a finalidade de rezarem pela alma da falecida. Ao mesmo tempo, com a sua presença conferiam maior solenidade ao ato⁵⁹. Todavia, era necessário pertencer-lhe ou ter dinheiro para lhes pagar, o que não acontecia com as recolhidas estudadas. Destas, só apenas duas contaram com acompanhamentos para além das que teriam sido levadas à cova pela instituição de São Gonçalo, confraria sediada na capela do recolhimento e a que pertenciam.

Se, por um lado, os acompanhamentos eram úteis a quem os solicitava, por outro, também revertiam a favor das próprias confrarias, desde logo, por ser um serviço pago, mas também por lhes conferir visibilidade. Para as instituições de maior envergadura era ainda uma forma de ostentarem a sua capacidade mobilizadora e organizativa, servindo-se do pretexto para evidenciar a sua força social⁶⁰.

Assistir espiritualmente os seus confrades na hora da morte, fazer-lhes o acompanhamento e o enterro e interceder pelas suas almas com missas e responsos era o principal objetivo das confrarias. Todas se esmeravam nestas ocasiões para honrarem os seus confrades mortos, mas também os que pagando, chamavam os seus serviços. Algumas destas instituições, ajudavam ainda materialmente a bem morrer os seus membros. Conhecendo a situação de partida em que estes se encontravam, iam de forma rotativa para a sua cabeceira, rezando, aconselhando-lhes os sacramentos e lembrando-lhes que perdoassem as ofensas recebidas em vida⁶¹.

A maioria das recolhidas era levada até ao local de sepultura numa tumba que depois regressava à instituição. O uso do caixão surge em Braga na segunda metade do século XVIII, mas são muito raras as pessoas que podem pagar este móvel fúnebre, sendo, por isso, corrente o uso da tumba⁶².

Os sufrágios que alcançaram maior popularidade no pós-Trento foram as missas, invocando principalmente a alma do legatário e/ou dos seus familiares

⁵⁹ Ana C. Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 338.

⁶⁰ Tiago Ferraz, "Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar". *CEM*, nº 3 (2012) p. 169.

⁶¹ Tomás A. Mantecón Movellán, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria*, Cantabria, Asambea Regional de Cantabria, 1990, p. 88-105.

⁶² Tiago Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de doutoramento policopiada.

próximos. O temor do juízo final levou o homem moderno à junção de preces, na tentativa de alcançar a salvação⁶³.

As recolhidas contavam com 10 missas mandadas celebrar pela instituição por cada falecida, porém as que pertenciam a confrarias beneficiavam do número de sufrágios que cada uma dessas instituições lhe disponibilizava. Mas as que tinham algumas condições financeiras cuidavam de pôr a sua alma no caminho da salvação, contando com a intercessão dos vivos, determinando missas e ofícios pela sua alma.

As fracas possibilidades económicas destas mulheres levaram-nas a canalizarem os seus recursos para atenderem quase exclusivamente a sua alma, deixando no esquecimento a de alguns familiares próximos, como era vulgar surgirem nos testamentos⁶⁴.

Quando existiam algumas posses, cumpriam-se os usos e os costumes da freguesia, que consistiam na celebração de dois ofícios de vinte padres cada e 57 missas rezadas. Se fosse pessoa nobre eram-lhe celebradas mais duas missas cantadas. Talvez por este motivo, apenas foi referido num registo de óbito o cumprimento de tais usos e costumes e muito amiudadamente feita menção ao seu incumprimento devido à pobreza da falecida.

Com falta de dinheiro, algumas recolhidas tentaram arranjar recursos para pagar algumas missas com os poucos haveres que possuíam, deixando o encargo à regente de os vender para o efeito. O número de missas a celebrar ficava nestes casos dependente do dinheiro conseguido com a venda dos bens, tal como acontecia com alguns testadores dos grupos sociais mais desfavorecidos que pediam as missas possíveis, de acordo com a herança deixada⁶⁵.

As relações que se estabeleciam dentro da instituição aproximavam ou afastavam as mulheres⁶⁶. Porém, era através das sociabilidades estabelecidas dentro de portas que se conhecia a vida de umas e de outras, sendo certo que alguns assuntos ficariam num círculo muito restrito, como seria natural. Era,

⁶³ Francisco J. Lorenzo Pinar, “El comercio de la muerte en la Edad Moderna: el caso de Zamora” in *Muerte, Religiosidad y Cultura Popular, siglos XIII-XVIII*, Saragoza; Eliseo Serrano Editor, 1994, p. 435.

⁶⁴ ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821*, fl. 82v.

⁶⁵ Manuela M. Rodrigues, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)” in *Colóquio Internacional do Barroco. Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, p. 329.

⁶⁶ Maria Antónia Lopes, “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres-uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVII (2005) p. 189-229; António Magalhães, “Pouco importa ter sangue nobre e ser de procedimento vil”: mulheres em conflito no recolhimento de S. Tiago (século XVIII)”, *Estudos Regionais*, nº 6, II série (2012) p. 167-177.

por conseguinte, no microcosmos das relações de cada uma que se resolviam as situações mais problemáticas. Como nem sempre conseguiam pagar o que deviam, na hora da morte, algumas dessas dívidas foram perdoadas, principalmente quando se tratava de casos de pobreza, como aconteceu com D. Isabel de São José, que por ter morrido muito pobre, o pároco de São Vítor perdoou-lhe os direitos paroquiais. Esta recolhida tinha já penhorado os dois pares de brincos que possuía para continuar a ser sustentada pela instituição.

Viver neste recolhimento significou quase para todas as que lá morreram ficar enterradas no coro baixo. Poucas foram as que foram sepultadas na capela de São Gonçalo, talvez porque era preciso pagar 200 réis para aceder a uma sepultura na capela e nem todas eram possuidoras dessa quantia.

A importância que era dada ao local de sepultamento ganhava relevo nos testamentos, quando se expressava o desejo de ser enterrado num lugar determinado. Quem podia tinha sepultura familiar e nesse caso a vontade era, normalmente, a de se juntar aos seus. Outros, escolhiam não apenas a igreja, mas também o sítio dentro dela onde queriam permanecer para sempre. As igrejas eram locais muito hierarquizados, correspondendo a cada sítio preços diferenciados. Só esta razão limitava as opções dos que possuíam menos, pois tinham que se resignar com o local correspondente às suas possibilidades financeiras.

Apesar de a regra ser essa, houve também quem não desejasse a sua última morada no recolhimento e preferisse a igreja de Nossa Senhora a Branca, vizinha do recolhimento, a igreja de São Vicente, por ter ligações à confraria de São Vicente, e o convento do Pópulo, por ter relações familiares a essa instituição. Como se constata as relações com o exterior podiam condicionar a última morada. Quem não as tinha e não podia pagar sepultura fora, resignava-se a ficar em Santa Maria Madalena para sempre.

Apontamentos finais

A temática por nós escolhida nem sempre é abordada nos trabalhos sobre instituições congéneres e só foi possível analisá-la no recolhimento de Santa Maria Madalena com o cruzamento de fontes. O investimento feito nos profissionais de saúde são a prova de como a saúde das internadas era uma questão relevante.

Considerado o carácter desta instituição, manter regras de higiene e de saúde pública era fundamental para não fazer perigar a saúde de todas as internadas. Por isso, os primeiros estatutos conferem desde logo alguma visibilidade a práticas de higiene corporal e do próprio edifício.

Era necessário cuidar para que a doença não se instalasse e propagasse, razão que levou o arcebispo instituidor a manter contrato com profissionais de saúde.

Se muitas mulheres após terem cumprido o programa de penitência a que se sujeitavam, regressavam à sociedade, muitas outras permaneceram institucionalizadas até à morte, vivendo vidas, por vezes, conflituosas e pobres. A pobreza é talvez o traço mais marcante que sobressai do estudo dos registos de óbito, mas também dos livros de receitas e despesas. Quem tinha de pagar a sua estadia e não tinha retaguarda familiar que a assegurasse, ficava dependente de alguns bens que possuía e que normalmente penhorava para se alimentar e vestir. Este era normalmente o percurso de muitos velhos. Quando crescia a idade e diminuía as posses e as forças para trabalhar, a pobreza era uma forte possibilidade. Poucos padres, poucas missas e acompanhamentos muito modestos, com sepulturas quase sempre no coro de baixo são as características que sobressaem do funeral da maioria das que ficaram para sempre em Santa Maria Madalena, demonstrando a pobreza em que viviam e a impossibilidade de poderem equacionar outras soluções.

Assim, pensamos que o nosso trabalho pode constituir um contributo para o estudo das práticas de higiene e de saúde nos espaços de reclusão feminina e particularmente no que diz respeito aos recolhimentos.

“Curados, melhorados ou falecidos” no Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra (1851-1926)¹

“Healed, better or dead” at the Hospital of the Venerable Third Order of St. Francis of Coimbra (1851-1926)

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura-FLUC

margaridadiasdasilva@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2015

Texto aprovado em/Text approved on: 30/07/2015

Resumo:

O objetivo deste trabalho é caracterizar, quantitativa e qualitativamente, as mulheres e homens, irmãos franciscanos seculares, que, devido a circunstâncias particulares se viram obrigados, uma ou mais vezes durante a sua vida, a recorrer ao auxílio hospitalar prestado pela Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra. A análise comparativa da clientela hospitalar, entre 1851 (ano da fundação do hospital) e 1926, procura apreender, analisar e comparar a evolução e a realidade do hospital em períodos monárquico e republicano. Os *Pedidos de admissão e entrada no Hospital e Asilo* (1857-1926), os *Registos de entradas e saídas no Hospital e Asilo* (1852-1926), as “*Papeletas*” (1857-1926), os *Registos do espólio dos irmãos doentes* (1897-1917) e as *Petições de esmolas* (1861-1921) são as fontes primordiais para caracterizar o universo dos hospitalizados.

Abstract:

The aim of this study is to characterize quantitatively and qualitatively, women and men, secular Franciscan brothers who, due to particular circumstances were forced, one or more times during their lifetime, to resort to hospital assistance supplied by the Coimbra's Venerable Third Order of St. Francis. The comparative analysis of hospital clientele, between 1851 (Hospital foundation's year) and 1926, seeks to apprehend, analyze and compare the evolution of the reality of the hospital in the late Portuguese Monarchy and the Republic. *Pedidos de admissão e entrada no Hospital e Asilo* (1857-1926), *Registos de entradas e saídas no Hospital e Asilo* (1852-1926), “*Papeletas*” (1857-1926), *Registos do espólio dos irmãos doentes* (1897-1917) and *Petições de esmolas* (1861-1921) are the primary sources to characterize the universe of the hospitalized.

Palavras-chave:

Ordem Franciscana Secular; Coimbra; Hospital; séc. XIX; 1ª República

Keywords:

Secular Franciscan Order; Coimbra; Hospital; 19th century; 1st Portuguese Republic

¹ Este artigo tem por base, com adaptações, o capítulo IV da dissertação de mestrado em História, ramo História Contemporânea, intitulada *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (1851-1926)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em outubro de 2014.

Introdução

O Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, embora pensado no ano de 1831, só alcançou um espaço para a sua fundação com a doação do edifício do extinto Colégio do Carmo, na rua da Sofia, pela carta de lei de 23 de abril de 1845². De facto, a ordem franciscana secular conimbricense beneficiou com a extinção das ordens religiosas masculinas em 1834 altura em que “Procedeu-se também a uma importante transferência de património edificado para as instituições de beneficência públicas e privadas”³. Abriu portas a 14 de maio de 1852 e foi-lhe dado o título de “Hospital de Nossa Senhora da Conceição”⁴ para aquiescer ao pedido do benfeitor Sebastião José de Carvalho⁵.

A indicação da exclusividade do tratamento dos irmãos terceiros seculares, expressa nos regulamentos de 1851 e de 1890, era semelhante a outros hospitais⁶ e para se ser admitido no Hospital era necessário apresentar: um

² A sua aquisição deveu-se à importante intervenção do ministro Manuel Martins Bandeira (ministro entre 1827-1830 e 1836-1851, provedor da Santa da Misericórdia de Coimbra em 1836-37 e um dos fundadores do Asilo de Mendicidade em 1855, (Maria Antónia Lopes, “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder”, *Revista Portuguesa de História*. T. XXXVI, vol. 2 (2002-2003), p. 203-274. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66773>, p. 247-248 e p. 272) e do juiz de direito José Ricardo Pereira de Figueiredo (Joaquim Simões Barrico, *Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra*. Coimbra, Typographia de J. J. Reis Leitão, 1895, p. 152).

³ Maria Antónia Lopes, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”. *Estudos do Século XX*, 13 (volume temático: “Estado Providência, capitalismo e democracia”). Coimbra, 2013, p. 257-280.

⁴ Igual designação tiveram os Hospitais da Universidade de Coimbra de “Hospital da Conceição” após a Reforma Pombalina da Universidade (Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. 2 vols. Viseu, Palimage Editores, 2000, vol.1, p. 644).

⁵ Citando o benfeitor: “...Agora quero que faça sciente á Ordem Terceira, de que eu desejo e peço que o nosso Hospital tome por sua particular protectora a Nossa Mãe Santissima, Senhora da Conceição” (Joaquim Simões Barrico, *Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira...*, cit., p. 158).

⁶ Por exemplo o da Ordem Terceira de Elvas tinha por fim o “exercício da caridade por meio do recolhimento, e curativo dos nossos Irmãos d’ambos os sexos” (*Regimento do hospital da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Elvas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845, art. 2º), o “Do Hospital e do Asylo dos Entrevados” da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães, onde os irmãos pobres tinham direito à sua aceitação no hospital e asilo, cumprindo as condições estipulados no respetivo regulamento (*Estatuto da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães. Reformado no anno de 1866*. Porto: Typographia de Manoel José Pereira, 1866, art. 162º, p.64) e o da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto (Aníbal José de Barros Barreira, *A Assistência Hospitalar no Porto (1750-1850)*.

requerimento dirigido ao ministro da Ordem acompanhado da carta patente⁷ de irmão secular, cuja autenticidade era verificada depois pelo secretário do Definitório; informação do médico sobre a natureza da moléstia, demonstrando inequivocamente a necessidade de entrada no hospital; informação do pároco da freguesia onde residia e do irmão síndico, ambos acerca do seu estado de pobreza; e uma declaração do irmão secretário em como o requerente era professo, nada devia à Ordem e tinha cumprido com as suas obrigações.

Aquando da entrada no hospital, o irmão deveria apresentar-se com o seu hábito, sem o qual não podia ser admitido⁸, conforme estipulado no artigo 1º das *Disposições Regulamentares para a admissão dos Irmãos enfermos* de 1851.

Após deferimento do ministro, o requerente admitido devia apresentar-se ao irmão mordomo para que fosse feito o assento da sua entrada no livro respetivo, exceto em situações de acidente ou perigo de vida de irmãos reconhecidamente professos, que deviam ser recolhidos imediatamente ao hospital a fim de serem socorridos, avisando-se, posteriormente, o irmão mordomo e os facultativos assistentes.

É este grupo de irmãs e irmãos franciscanos seculares, que, devido a circunstâncias particulares recorreram ao auxílio hospitalar prestado pela Ordem Terceira de Coimbra, que este trabalho pretende caracterizar. A análise comparativa da clientela hospitalar, desde o ano da fundação do hospital (em 1851) e 1926, procura apreender, analisar e comparar a evolução e a realidade do hospital em períodos monárquico e republicano. Os *Pedidos de admissão e entrada no Hospital e Asilo* (1857-1926), os *Registos de entradas e saídas no Hospital e Asilo* (1852-1926), as *Papeletas* (1857-1926), os *Registos do espólio dos irmãos doentes* (1897-1917) e as *Petições de esmolas* (1861-1921) permitiram caracterizar, quantitativa e qualitativamente, o universo dos hospitalizados, particularmente a sua idade, situação conjugal, naturalidade e freguesia de residência, ocupação profissional ou estatuto socioeconómico, as razões do pedido de internamento, as patologias identificadas, os tempos de hospitalização, e as taxas de cura e de mortalidade.

Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (policopiada), p. 378.

⁷ A *Patente* ou *Carta Patente* certificava a pertença a uma Ordem Terceira. Àqueles que mudavam de residência permitia-lhes integrar-se na ordem terceira da sua nova morada, gozando dos benefícios que esta proporcionava.

⁸ No registo do espólio dos irmãos hospitalizados, entre 1897 e 1917, dos 100 homens registados 52 têm indicação de entrada com hábito e 48 não têm qualquer observação a este respeito; das 36 mulheres, nenhuma tem essa indicação (cf. AVOTFC, *Registos do espólio dos irmãos doentes*, 1884-1926).

1. Pedidos de admissão no Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra

Os 343 *Pedidos de admissão e entrada no Hospital* possibilitaram a recolha de informações sobre os motivos de internamento e sobre a autorização ou não de hospitalização, para o período em análise.

Entre 1857 e 1910 foram 119 os homens e 28 as mulheres que apresentaram requerimento à Ordem Terceira de Coimbra para serem hospitalizados. Dos 147 pedidos, 5 não tiveram deferimento (todos relativos a homens), 125 foram deferidos (99 homens e 26 mulheres) e 10 processos aparecem sem indicação (8 homens e 2 mulheres), ou seja, 85,03% dos peticionários obtiveram autorização de hospitalização pelo Conselho da Ordem. Entre 1910 e 1925, 125 homens, e entre 1912 e 1926, 71 mulheres, pediram para entrar no Hospital. Do total dos 196 processos, 128 foram deferidos (65,31%), 1 “esperado” e 67 não têm qualquer indicação.

Contudo, haverá lacunas no número de processos de admissão, visto que o cômputo das entradas reais ultrapassa sempre o dos requerimentos.

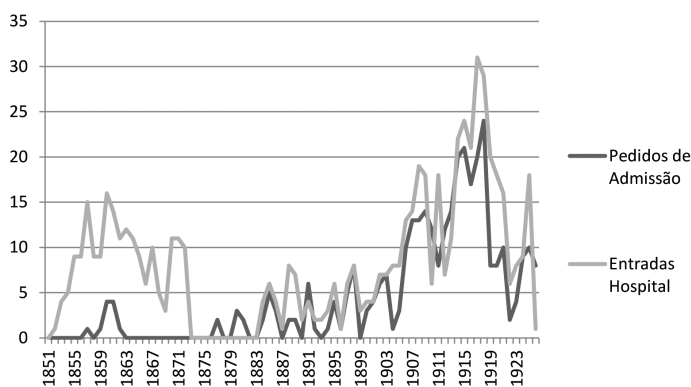


Gráfico 1 – Movimento anual de Pedidos de Admissão de Irmãos e de Entradas no Hospital (1851-1926)

Fonte: AVOTFC, *Processos de inquirição e pedidos de admissão de irmãos e Entradas e Saídas dos irmãos doentes*

Mas o que significam estes 343 requerimentos de admissão no hospital no número global dos irmãos franciscanos seculares conimbricenses? Não dispomos de dados sobre o número total de irmãos terceiros seculares para todos os anos mas sabemos, por exemplo, que, em dezembro de 1895, a

Ordem Terceira de Coimbra tinha “341 irmãos do sexo masculino e 85 do sexo feminino”⁹. Nesse ano, apenas 6 (1,41%) desses 426 irmãos requereram à Ordem para serem admitidos no hospital. Também sabemos que em 1926, o número de irmãos era superior a 600¹⁰; nesse ano o Definitório recebeu 8 pedidos de admissão no hospital, ou seja, 1,33% dos irmãos, se considerarmos o número redondo de 600. Nestas duas ocasiões, o número de admissões no Hospital foi bastante reduzido. Não será de estranhar, visto que para se ser admitido como irmão terceiro era imprescindível não ser indigente nem correr risco evidente de o ser, embora, naturalmente, as vicissitudes da vida pudessem empurrar alguns para isso. Inquiria-se “4. Se tem officio, renda, ou património de que viva, e se possa sustentar honestamente sem andar mendigando, ou se está tão falido de bens, e com tantos empenhos, que se receye chegue brevemente a mendigar, e se tem domicilio certo, ou se há vagabundo?”¹¹

As ordens terceiras impunham “critérios de selecção, o que as faziam instrumentos de reconhecimento social”¹² e a exigência de uma profissão que fosse digna e dignificasse a Ordem, precavendo-se, logo à partida, quanto à possibilidade dos irmãos caírem em pobreza. Não sendo fácil encontrar um conceito de pobreza suficientemente abrangente para caraterizar todas as situações que possam cair dentro dele, aceita-se a premissa de que “ser-se pobre é ser-se vulnerável, o que é determinado por factores de natureza diversa”¹³, sobretudo situações de privação e incapacidade de prover as necessidades básicas de alimentação, vestuário e alojamento, a que se associava, não raras vezes, a doença.

Portanto, o número reduzido de hospitalizações faz pressupor que poucos foram os irmãos terceiros conimbricenses que se viram em situações de pobreza e doença.

Os processos indeferidos relacionam-se com os motivos de não admissão estipulados nos regulamentos. Manuel Joaquim Cardoso, casado, natural de Coimbra e morador na rua Direita, freguesia de Santa Cruz, fez a sua petição a 30 de dezembro de 1860; no entanto a moléstia crónica de que padecia, e que o impedia de trabalhar, cabia nas restrições de admissão do 5º artigo do regulamento do Hospital. O carpinteiro Porfírio Inácio, casado, morador no Adro de Santa Justa, freguesia de Santa Cruz, fez dois requerimentos à

⁹ Joaquim Simões Barrico, *Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira...*, cit., p. 135.

¹⁰ AVOTFC, *Actas e Eleições*, 1926, fl. 36.

¹¹ AVOTSFC, *Inquirições de genere e pedidos de admissão de irmãos*.

¹² Maria Antónia Lopes, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Estudos: Humanidades. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 110.

¹³ *Ibidem*, p. 19.

Ordem, o primeiro a 29 de abril de 1897 e o segundo a 6 de outubro de 1898. A informação médica de “moléstia pulmonar”, no primeiro caso, e a “tuberculose”, no segundo, justificaram o “indeferido de acordo com o regulamento”.

2. Distribuição dos hospitalizados por género

Nos registos das *Entradas e saídas* contabilizam-se 631 internamentos, de 1852 a 1926, valor que vamos tratar como ingressos brutos, isto é, sem ter em conta os reingressos.

Entre 1852 e 1910 estiveram internados no Hospital da Ordem Terceira de Coimbra 369 doentes (60 mulheres¹⁴ e 309 homens, sendo estes 83,74% do total dos hospitalizados), o que dá uma média de 6,36 doentes por ano. Durante a 1ª República, o Hospital acolheu 262 doentes: 164 homens (62,60%) e 98 mulheres, numa média de 16,38 doentes por ano. Verifica-se um aumento dos socorridos no hospital com mais 10 internamentos por ano no segundo e terceiro decénios de 1900.

Comparando os dois períodos considerados, o número de mulheres hospitalizadas aumenta significativamente passando de 16,26% para 37,40%¹⁵. A feminização da clientela hospitalar relaciona-se, certamente, com a feminização da Ordem Terceira de Coimbra em geral. Se na segunda metade do século XIX encontramos apenas 32 processos de inquirição de mulheres, entre 1901 e 1926, esse número aumenta para os 411. Comparativamente, nos homens, e para o mesmo período, os números são significativamente mais baixos: 23 inquirições, entre 1851 e 1900, e 275 pedidos de admissão como irmãos entre 1901 e 1926.

O aumento do número de mulheres nas ordens terceiras franciscanas verifica-se igualmente no Porto, onde, já entre 1699 e 1730, representavam mais de 50% dos irmãos¹⁶ e em Braga onde, entre 1872 e 1822, eram 41,3% do conjunto total

¹⁴ O primeiro registo de uma mulher hospitalizada surge em 1856: Catarina Emília de Jesus, casada, deu entrada no dia 24 de setembro.

¹⁵ No hospital da Ordem Terceira do Carmo, no Porto, entre 1801 e 1822, o número de mulheres internadas era de 63,22%, pois estas estavam em maioria entre os irmãos (Aníbal José de Barros Barreira, *A Assistência Hospitalar...*, cit., p. 356-357).

¹⁶ Cf. Inês Amorim, Elisabete Jesus, Célia Rego, “Mulher e religião na época moderna. A Ordem Terceira de S. Francisco, um modelo de sociabilidade religiosa”. *Portuguese Studies Review*, 13 (1-2), 2005, p. 369-399 e Inês Amorim, Elisabete Jesus, Célia Rego – “Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os Irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto – Espiritualidade e Sociabilidade (1633-1720; 1699-1730)”. *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos*. Porto, IHM-UP, 2005, p. 111-133.

dos irmãos¹⁷. Em Coimbra, entre 1858 e 1926, as mulheres representavam 59,7% dos irmãos terceiros seculares. Proporcionalmente, se o número de mulheres irmãs aumenta, é expectável que também cresça o das hospitalizadas.

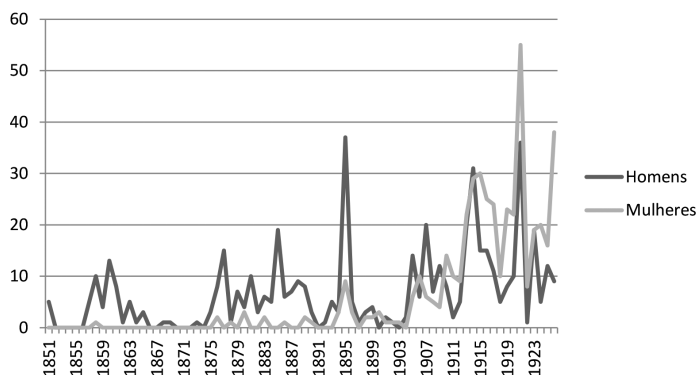


Gráfico 2 – Processos de inquirição e admissão de irmãos
na Ordem Terceira de Coimbra (1851-1926)

Fonte: AVOTFC, *Processos de inquirição e pedidos de admissão de irmãos*

3. Idade dos hospitalizados

No período da Monarquia Constitucional, foi possível apurar a idade de 86,08% dos homens internados. As faixas etárias dos 50-59 (53 registos) e dos 40-49 (52 registos) são as mais representadas, seguidas da classe 60-69 anos (47 registos). O mais novo, José Maria de Almeida, casado, deu entrada com 20 anos (nesta faixa etária deram entrada 11 homens) e o mais velho, Manuel Simões, viúvo e morador no Noviciado do Carmo, entrou com 95 anos (sendo apenas 4 os homens internados acima dos 90 anos). A média de idades de entrada nos homens cifra-se nos 56 anos. Para as mulheres, foi possível apurar informação sobre a idade de 53 das 60 que estiveram internadas, ou seja, 88,33% das mulheres: 17 situam-se entre os 60-69 e 15 entre os 70-79; a mais nova entrou com 24 e a mais velha com 92 anos, sendo a média das idades superior à do sexo masculino, pois atinge os 62 anos.

No período da República, apurou-se a idade de 97,56% dos homens e de 96,94% das mulheres hospitalizados. As classes etárias dos 60-69 (42 registos)

¹⁷ Juliana de Mello Moraes, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)*. (Tese de Doutoramento). 2009, p. 126. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10870?mode=full>.

e dos 70-79 anos (41 registos) são as mais representadas nos homens, seguindo-se a dos 50-59 (30 homens); o doente mais novo deu entrada com 26 anos e o mais velho com 90 anos; a média de idades cifra-se nos 69,5. Nas mulheres, regista-se uma maior predominância da faixa etária dos 50 anos, significando 32,63% do total de irmãs internadas. Um pouco abaixo situa-se o grupo das septuagenárias com 23,16% de representatividade. A mulher mais nova internada tinha 14 anos e a mais velha 88 anos. As mulheres hospitalizadas deram entrada, em média, aos 58 anos.

Na passagem do século XIX para o século XX, verifica-se um aumento da idade média dos homens hospitalizados, enquanto a das mulheres diminui. Verificamos que a grande maioria tinha mais de 50 anos: 84,9% das mulheres e 63,53% dos homens antes da República e 77,89% das mulheres e 80,63% dos homens no período seguinte. São, pois, maioritariamente, pessoas idosas que compõem a clientela hospitalar, o que não é de estranhar “pois a idade é um poderoso factor de pauperização”¹⁸.

4. Estado conjugal

Entre 1856 e 1910, mais de metade são mulheres solteiras (63,16%), 12 são viúvas (21,05%), 9 são casadas (15,79%) e apenas 3 não indicam a sua situação conjugal. Nos homens, entre 1852 e 1910, 98,70% têm indicação do seu estado matrimonial: 178 são casados, 83 viúvos e 44 solteiros. Verifica-se uma diferença da situação conjugal entre os dois sexos: nas mulheres 63,16% são solteiras, nos homens 57,60% são casados. Estes grupos constituem-se como os mais frágeis e desprotegidos, logo, aqueles que necessitam de auxílio fora da esfera familiar.

O retrato traçado nos anos da República não difere muito do anterior. As mulheres solteiras representam 70,41% das irmãs internadas e 51,56% dos homens são casados; 21,43% das mulheres são viúvas, 7,14% casadas e 1 diz ser divorciada¹⁹; 48 homens viúvos e 30 solteiros recorreram ao hospital.

Citando François Martin e François Perrot, Maria Antónia Lopes conclui que em “época de crise são hospitalizadas mais mulheres casadas do que viúvas, o que dá conta da perturbação existente”, visto que nesses períodos se

¹⁸ Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol.1, cit., p. 722.

¹⁹ É caso único entre os irmãos terceiros hospitalizados e trata-se de Maria Justina que deu entrada no hospital em 1921 com 60 anos, natural de S. Pedro de Alva e residente em Coimbra. A lei do divórcio foi publicada a 3 de novembro de 1911 e enquadrava-se na política laicizadora da 1ª República.

agudizam a fome e as epidemias e, assim sendo, os hospitais substituir-se-iam ao apoio familiar²⁰. Esta conclusão poderia ajudar a explicar o aumento do número de mulheres hospitalizadas entre 1910 e 1926, época de instabilidade social devido à Grande Guerra (1914-1918), mas não se verifica um aumento do número de mulheres casadas, antes pelo contrário, são as mulheres solteiras o grupo dominante (70,41%). Somando as mulheres solteiras e viúvas, entre 1856 e 1926, elas representam, em média, 88,54% do total das hospitalizadas (84,21% na Monarquia Constitucional e 92,86% na 1ª República). Em época anterior, entre 1817 e 1849, a percentagem de mulheres solteiras e viúvas do Hospital Real de Coimbra situava-se entre os 66 e 76%²¹. A viuvez e a solidão impeliam as mulheres para situações muito delicadas visto que “A mulher sozinha, sem amparo de marido, de filhos ou de outros familiares, e velha estava muito perto da pobreza e necessitava de ajuda para sobreviver”²². A falta de sustento proveniente do trabalho do marido e do apoio familiar dos filhos, por exemplo, justificava uma maior fragilidade das mulheres sozinhas e uma menor resistência à hospitalização. Inversamente, os homens casados constituíam 54,58% da clientela hospitalar masculina entre 1851 e 1926.

5. Naturalidade

Os *Registos de entradas e saídas dos irmãos doentes* fornecem-nos a naturalidade de 91,33% dos hospitalizados entre 1852 e de 1926 e de 94,30% das hospitalizadas de 1856 a 1925. Dos 631 doentes assistidos no Hospital da Ordem Terceira de Coimbra, apenas um não era de nacionalidade portuguesa: José Leal, solteiro de 65 anos, natural de Espanha.

Em todo o período considerado, 78,52% dos doentes do sexo feminino e 88,77% do sexo masculino eram naturais do distrito de Coimbra. Os restantes hospitalizados nasceram em Aveiro (11 mulheres e 8 homens), Viseu (14 homens e 8 mulheres), Porto (6 mulheres), Viana do Castelo (5 homens), Leiria (3 mulheres e 3 homens), Santarém (3 homens), Braga (2 mulheres e 1 homem), Guarda (2 mulheres e 1 homem) e Lisboa (1 homem).

²⁰ Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol.1, cit., p. 725-726.

²¹ Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol. 1, cit., p. 727.

²² Maria Marta Lobo de Araújo, “Assuntos de Pobres: as Esmolas dos Confrades de São Vicente de Braga (1783-1839)” in *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Braga, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2011, p. 109-126.

A atração dos migrantes foi feita sobretudo nos bispados confrontantes com o de Coimbra, maioritariamente no sentido de norte para sul e do interior.

6. Freguesia de residência

Em finais do séc. XIX, inícios do XX, a cidade de Coimbra continuava marcada pela dualidade do “«bairro alto», dominado pelo quotidiano da vida estudantil e universitária, e o «bairro baixo», onde pulsava a vida comercial e artesanal e se alojava grande parte da população laboriosa”²³. Dos 309 homens internados, 31 (10,03%) não indicam a freguesia de residência; dos restantes 278, apenas 2 não moram em Coimbra: 1 residia na Figueira da Foz, e outro morava em Ançã. Dos residentes na cidade, 93 (33,57%) indicam apenas “Coimbra” como local de habitação. Dos 184 que indicam a freguesia de residência, 79,89% situavam-se no Bairro Baixo e 13,58% no Bairro Alto, sendo que os restantes se distribuem por freguesias rurais do concelho coimbrão: Almalaguês, Antuzede, S. João do Campo, S. Martinho do Bispo e Torre de Vilela.

Das 56 mulheres que indicam a sua residência, apenas 1 não mora em Coimbra (residia em Ançã). daquelas, 28 dizem apenas “Coimbra”. As restantes distribuem-se entre o Bairro Alto (7,14%) e, principalmente, o Bairro Baixo (89,29%).

A freguesia de Santa Cruz surge como a mais representada com 75,51% dos moradores do sexo masculino e 84% do sexo feminino. De certa forma, estes resultados estão de acordo com o apurado por Maria Antónia Lopes que, para o período de 1750 a 1850, determinou que “Com muito maior incidência na parte baixa da cidade, a freguesia de Santa Cruz e, sempre em crescendo, a de Santa Justa, concentravam uma maior proporção de pobres” e que a pobreza “Distribuía-se no espaço urbano de forma descontínua”²⁴. Acresce que a sede da Ordem Terceira se situava nessa freguesia, na rua da Sofia, portanto é natural que exercesse uma maior atração na sua área de implantação.

Entre 1910 e 1926, dos 164 homens hospitalizados, só 2 não indicam o seu local de residência; dos restantes, 157 dizem morar em Coimbra, 3 moram no

²³ João Lourenço Roque, “Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX: imagens de sociabilidade urbana”. Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 303.

²⁴ Maria Antónia Lopes, *Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia*, in Maria José Azevedo Santos (coord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*. Coimbra, Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, p. 94.

Bordalo e 1 em Sobral de Ceira, o que significa que todos residem no concelho de Coimbra. No mesmo período, 96 das 98 mulheres hospitalizadas vivem em Coimbra, 1 em Almalaguês e 1 em Fala. Como se verifica, para este período não é possível identificar as freguesias com maior representatividade no número de hospitalizados.

7. Ocupação profissional e estatuto socioeconómico

Nos *Registos de entrada e saída dos irmãos doentes* não há qualquer indicação da sua situação profissional, embora o mordomo a devesse registar²⁵. No entanto, a informação pode ser colhida nas *Papeletas*²⁶, que se encontram no arquivo da Ordem Terceira de Coimbra, num total de 471 e situadas cronologicamente entre 1857 e 1926. O seu registo pertencia ao médico, como se diz no n.º 2º do artigo 71º, capítulo 7º do Regulamento de 1890: “Encher as papeletas por ocasião da entrada dos irmãos doentes no Hospital, declarando nelas o nome do doente, data da sua entrada, idade, estado, filiação, residência, profissão, temperamento e constituição”.

Das 163 *papeletas* relativas aos irmãos doentes que chegaram até nós, entre 1857 e 1910, apenas 11 (6,75%) não têm indicação da profissão. Os artífices constituem a maioria das profissões encontradas (78,29%): oleiros (31), sapateiros (25), carpinteiros (17), alfaiates (14), pedreiros (7), pintores de louça (7) e serralheiros (6) estão entre os grupos mais representados. De destacar ainda outras profissões como barbeiro (4), distribuidor postal (2), negociante (1), professor (1), solicitador do juízo (1), tipógrafo (1) e vigia municipal (1).

Para o período entre 1858 e 1910, conseguimos apurar dados para 66,67% das mulheres através das *papeletas*, encontrando: criadas de servir (7), costureiras (5), cozinheiras (4), domésticas (2), serventes (2), e enfermeira, florista, lavadeira e regateira (1 de cada), surgindo, ainda, duas que indicam ser asiladas.

A situação profissional dos homens internados no hospital entre 1910 e 1926 é aferida em 95,12% dos casos (156 em 164 registos). Também para esta época os artífices, representam a maioria dos hospitalizados (71,79%). Destacam-se os carpinteiros (18), sapateiros (18), pedreiros (15), alfaiates (12), oleiros (12) e pintores de louça (10). Além destes surgem também, com uma representatividade um pouco maior em relação ao período anterior, os

²⁵ AVOTFC, *Regulamento do hospital e Asilo*, 1851, art. 15º.

²⁶ Eram os receituários particulares que estavam afixados à cabeceira das camas dos doentes. Aqui se registavam os dados pessoais do doente, as patologias apresentadas e o diagnóstico médico, os dias de entrada e de saída, os medicamentos e as dietas a ministrar.

profissionais do funcionalismo público: empregado público (11), distribuidor telégrafo-postal (3) capataz municipal (1); e do comércio e restauração: criado de mesa (4), negociante ambulante (4), empregado no comércio (2), empregado da Cooperativa do Pão “A Conimbricense” (1) e industrial (1).

Nas mulheres, é possível obter informação sobre a situação profissional de 56,12%, onde se destaca, agora, o grupo das domésticas (55), embora continuem a aparecer as costureiras (14), as cozinheiras (9) e as criadas de servir (9).

8. Razões do pedido de internamento hospitalar

Os *Pedidos de admissão e entrada no Hospital*, (de 1857 e 1926), fornecem as indicações do médico, quanto às doenças, e do síndico, quanto à pobreza, de 343 peticionários, (244 homens e 99 mulheres).

Dos 119 homens que fizeram um pedido de admissão no Hospital entre 1857 e 1910, 99,16% têm indicação médica de doença, mas na maioria em termos vagos, como “doentes” (63), “muito doentes” (37), “gravemente doentes” (17) e “bastante doente” (1). Só em 17 casos (14,29%) foi indicada a patologia (4 casos de bronquite e 3 de quedas/fraturas, 2 situações de febres, 2 de reumatismo e doenças pulmonares e ainda, com 1 caso cada, feridas, enterites, pneumonia e tuberculose).

Para as 28 mulheres, os dados não são muito diferentes: entre 1859 e 1909, em 2 processos não há qualquer informação médica e 92,86% diz-se apenas “doentes” (11), “muito doentes” (10), “gravemente doentes” (4) e 1 está “bastante doente”. Em 5 casos é indicada a enfermidade: febre intermitente, gangrena, moléstia pulmonar, reumatismo e úlcera numa perna.

Em plena 1ª República, todas as informações médicas dos homens e mulheres alegam doenças: 63 mulheres doentes e 8 muito doentes; 99 homens doentes e 26 muito doentes. Maria das Dores Fonseca (1918) com uma fratura da perna direita, José Antunes dos Santos (1917) que precisa de curativos na mão e braço direitos, Joaquim Nunes Adelino (1913) doente do estômago e Abel Bernardes (1925) que necessita de uma operação aos olhos, são os únicos casos em que são especificadas as patologias. Neste último caso, o internamento justifica-se pois “tem que fazer uma operação aos olhos com o médico especialista Dr. Júlio Machado mas como não tem casa própria para a operação pede para ser internado no hospital a suas expensas”.

A clientela hospitalar do Hospital da Ordem Terceira de Coimbra compunha-se de indivíduos cuja doença os impossibilitava de angariar os meios de subsistência pelo seu trabalho, fazendo-os cair em situações de pobreza. A

doença, ainda que temporariamente, coloca os trabalhadores em situação de pauperizáveis pelo que “Pedir esmola ou requerer a entrada no hospital era um recurso de pobres que eles utilizavam sempre que a conjuntura os empurrava para isso”²⁷.

Para além disto, entre os 343 pedidos de admissão, situados entre 1857 e 1926, a expressão “sem meios para se tratar em casa” surge por 73 vezes, o que significa que “Só se requeria internamento quando já não se dispunha de meios para que a terapia fosse aplicada em casa”²⁸.

9. Identificação de patologias e análise da informação médica

Através da análise das *papeletas* dos irmãos doentes foi possível identificar as patologias dos hospitalizados, conhecer as suas causas e consequências, assim como a informação médica de cada um. Em termos quantitativos, existem no arquivo da Ordem Terceira de Coimbra 469 *papeletas* dos doentes internados entre 1857 e 1926.

Devido ao elevado número de doenças encontradas nos registos optámos por criar grupos que pudessem abarcá-las, classificando-as como: cancerígenas, cardíacas, dermatológicas, gastrointestinais, ginecológicas, indefinidas (sintomas indefinidos ou de causa indeterminada), infecciosas, nervosas, oftálmicas, pulmonares (aqui incluem-se a tuberculose e as gripes), respiratórias, reumáticas, sanguíneas, senilidade, sistema nervoso, traumáticas (incluindo também as doenças de patologia cirúrgica) e urinárias.

Tabela 1 – Doenças dos hospitalizados (1857-1926)

Doenças	Total	%
respiratórias	118	25,54
gastrointestinais	73	15,8
traumáticas	49	10,61
pulmonares	43	9,31
dermatológicas	37	8,01
sistema nervoso	33	7,14
reumáticas	27	5,84
infecciosas	18	3,9
cardíacas	17	3,68
urinárias	14	3,03

²⁷ Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol. 2, cit., p. 163.

²⁸ *Ibidem*, p. 164.

senilidade	10	2,16
sanguíneas	8	1,73
indefinidas	6	1,3
cancerígenas	6	1,3
oftálmicas	2	0,43
ginecológicas	1	0,22
TOTAL	476	100
com indicação	462	97,06
sem indicação	14	2,94

Fonte: AVOTFC, *Papeletas dos irmãos doentes*

Olhando para o conjunto total das *papeletas*, com informações obtidas para 96,90% dos doentes, observamos uma predominância das doenças respiratórias (25,54%), seguidas das gastrointestinais (15,8%), traumáticas (10,61%), dermatológicas (8,01%) e do sistema nervoso (7,14%). Apesar das disposições regulamentares de 1858 imprimirem taxativamente a proibição da entrada de doentes com “reumatismos chronicos”, verificamos que as doenças reumáticas aparecem em 6º lugar com 5,84% do total de casos.

As patologias identificadas distribuem-se de forma algo semelhante entre os sexos feminino e masculino: as doenças respiratórias (com 20,98% e 27,59% dos casos, respetivamente) e as doenças gastrointestinais (com 19,58% e 14,11%, respetivamente) estão no topo dos diagnósticos apresentados. As diferenças verificam-se na maior incidência de doenças cancerígenas nas mulheres e de um maior número de patologias urinárias entre os homens.

Paralelamente, é curioso verificar que as doenças incuráveis (44) e contagiosas (33), interditas pelos regulamentos e, supostamente, impeditivas da admissão dos doentes ao Hospital, representam 10,05% nas mulheres e 7,14% nos homens. No primeiro grupo, incluímos as doenças reumáticas, as cancerígenas, a senilidade e 1 doente cardíaca; no segundo, contabilizámos as doenças infecciosas, os casos de gripe e tuberculose (ambas no grupo das doenças pulmonares) e 1 enfermidade dermatológica (sarna).

Os 12 casos de tuberculose (10 dos quais em doentes do sexo masculino) situam-se entre 1885 e 1926, alguns admitidos anos antes da construção da enfermaria de S. Jacinto em 1908²⁹. Esta doença teve grande incidência nos

²⁹ O hospital de S. Marcos da Santa Casa da Misericórdia de Braga criou uma enfermaria para os doentes “tísicos” em 1788, distante das restantes enfermarias, mas o agravamento da doença fez-se sentir sobretudo nos séculos XIX e XX e “estava associada à degradação das condições de vida das populações, onde se incluía a sua alimentação” (Maria Marta Lobo de Araújo, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, *A Santa Casa da... cit.*, p. 415-419).

séculos XVII e XVIII, voltando a ter grande expansão no século XIX e com uma elevada taxa de mortalidade: em Portugal entre 1902 e 1910 a média dos óbitos anuais elevava-se a 6.533, atingindo muito crianças e adultos jovens, tendo ficado conhecida por “Peste Branca”³⁰.

O nome de Robert Koch ficou associado à tuberculose desde 1882, ano em que identificou o microrganismo responsável pela doença. Como se lê nas observações que o médico Freitas Costa fez na *papeleta* de Alfredo dos Santos, sapateiro, solteiro, de 34 anos, doente com tuberculose pulmonar, a análise da expectoração revelou o bacilo de Koch em grande quantidade, vindo a falecer mês e meio depois (1912). Na *papeleta* de Francisco Ventura encontra-se, em anexo, o documento do Laboratório de Microbiologia e Química Biológica da Universidade que indica a presença de “bastantes” bacilos de Koch (1924).

A descoberta do bacilo de Koch trouxe uma nova conceção da tuberculose, vista até então como “uma doença da pobreza e depravação dos costumes, simbolizada pelos corpos magros, pelas más habitações, pela alimentação inadequada e pela falta de higiene”³¹. Na dúzia de doentes do Hospital da Ordem, a causa apontada ao funileiro de 47 anos para a sua tuberculose pulmonar, relacionava-se com o “alcoolismo e sífilis” (1914), o que significa que essa visão ainda não estava ultrapassada.

Por seu lado, as febres intermitentes, manifestações de malária ou paludismo, estão relacionadas com a cultura do arroz, muito desenvolvida nos campos do Mondego. Abel da Silva Linhaça, viúvo de 56 anos, de constituição “outrora robusta hoje deteriorada” e a quem foi diagnosticado um impaludismo crónico, terá sido “vítima” do seu “habitat”, pois durante 5 anos viveu na Geria, freguesia de Antuzede (1888)³².

³⁰ Sobre a tuberculose em Portugal foram consultados os trabalhos de António Fernando Castanheira Pinto Santos, *O combate à tuberculose: uma abordagem demográfico-epidemiológica: o Hospital de Repouso de Lisboa (1882-1975)*. [S.l.]: Editora Santos, 2012; Ismael Cerqueira Vieira, *Conhecer, combater e tratar a “peste branca”. A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66773>; e Ismael Cerqueira Vieira, “Alguns aspectos das campanhas antituberculosas em Portugal. Os congressos da Liga Nacional contra a Tuberculose (1901-1907)”. *Revista do CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»*, n.º 2, 2011, p. 265-279.

³¹ Ismael Cerqueira Vieira, *Conhecer, combater e tratar...*, cit., p. 210.

³² Rui Cascão dá como exemplo “as freguesias marginais do Mondego, onde os paus e o arroz tinham maior peso, nas quais a proporção de pessoas com mais de 60 anos, em 1878, nunca ultrapassava os 6%, enquanto em zonas vizinhas de maior altitude esse valor subia

10. Flutuações da clientela hospitalar

A década de 1910 é aquela que regista, no total da série, o maior número de entradas: 187 (134 homens e 53 mulheres), seguida da primeira década do século XX com 112 admissões (83 homens e 29 mulheres). De facto, o século XX apresenta, na soma global, o maior número de hospitalizações (347) contra as 256 da segunda metade do século XIX. O século XX correspondeu igualmente a um aumento do número de entradas e profissões na ordem franciscana secular coimbrã, como atrás se viu, o que justifica em parte estes números, até porque na documentação do hospital não se regista nenhuma situação extraordinária que explique este acréscimo das admissões.

As décadas de 1870, 1880 e 1890 registam valores muito próximos, e também os mais baixos: 32, 30 e 36 entradas, respetivamente. Entre 1872 e 1884 o edifício do Carmo esteve em obras de adaptação dos espaços a hospital e asilo, e o Conselho do Definitório decidiu que, durante esse período, os irmãos doentes seriam encaminhados para os Hospitais da Universidade, a expensas da Ordem Terceira de Coimbra³³.

Nas entradas das irmãs doentes são de notar dois picos nas hospitalizações: a década de 1860, com 15 entradas, e a 1ª década de 1900 com 29 entradas. Esta última denota uma subida surpreendente, tendo em conta que no decénio anterior só 5 mulheres foram acolhidas e na década de 80 de 1800 apenas uma, mas que se explica pelo número de reingressos protagonizado por 6 irmãs que foram readmitidas no Hospital entre 2 e 5 vezes entre 1900 e 1910. Por seu lado, 30,59% dos hospitalizados do sexo masculino concentraram-se entre 1910 e 1919.

frequentemente além dos 9% ou 10%”, para justificar a associação das febres intermitentes ou palustres à cultura do arroz (Rui Cascão, “Demografia e Sociedade”. In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. Luís R. Torgal e João L. Roque. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 436).

³³ AVOTFC, *Actas e Eleições, 1877*, fl. 29v.

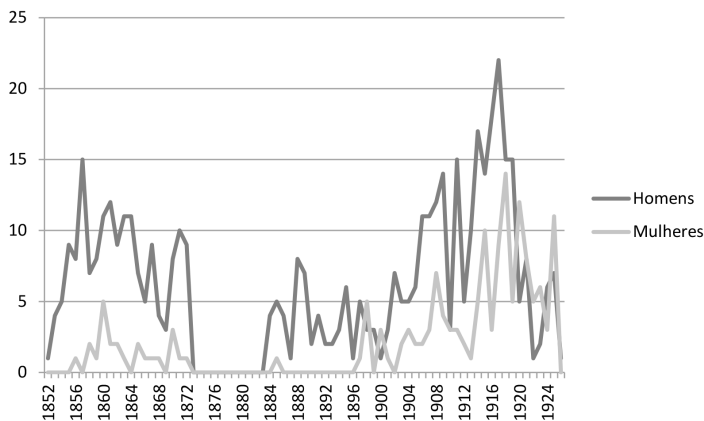


Gráfico 3 – Entradas no hospital (1851-1926)

Fonte: AVOTFC, *Entradas e saídas dos irmãos doentes*

Em ambos os sexos os valores de entradas mensais são muito estáveis. Entre 1851 e 1926, os meses de setembro (63), março e outubro (61 cada) foram as épocas de maior concentração de doentes no hospital; inversamente, o mês de junho foi o que registou o número mais baixo (39), o que não difere muito do ritmo mensal de internamento verificado noutras unidades hospitalares desde épocas anteriores³⁴.

Os homens recorrem ao hospital sobretudo nos meses de outono e primavera, altura em que dominam as doenças do foro respiratório (pneumonias e bronquites). Pelo contrário, quando analisados globalmente, os internamentos das mulheres não parecem condicionados por fatores ambientais, embora se denotem ligeiros aumentos entre os meses de agosto e outubro.

³⁴ Se não tivermos em conta motivos excecionais como crises alimentares, epidemias ou guerras, por exemplo, na época moderna o “ritmo estacional do internamento hospitalar caracterizava-se por elevação gradual com o início da primavera, atingindo o máximo no verão, declínio no outono e mínimo no inverno” (Maria Antónia Lopes, *Proteção Social...*, cit., p. 168). No Hospital Real de Coimbra, entre 1740-49, os internamentos foram mais frequentes na primavera e o máximo em setembro (Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, cit., p. 700-711). No quadro nosológico da população portuguesa, entre 1810-1818, verifica-se que a incidência mensal das doenças se agrava nos meses de primavera e outono (cf. Aníbal José de Barros Barreira, *A Assistência Hospitalar...*, cit., p. 285-291).

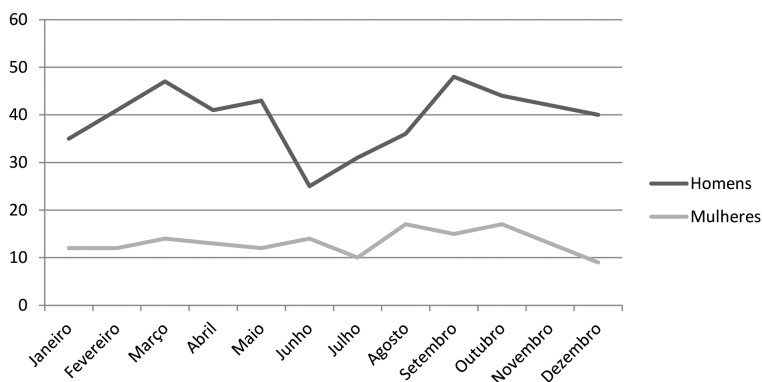


Gráfico 4 – Entradas mensais de doentes (1856-1926)

Fonte: AVOTFC, *Entradas e saídas dos irmãos doentes*

11. “Curados, melhorados ou falecidos”

As *papeletas* permitem verificar as taxas de sucesso do tratamento hospitalar, informação que pode ser complementada com as *Entradas e saídas de irmãos doentes* e os *Óbitos dos irmãos* falecidos no Hospital da Ordem Terceira³⁵.

Nos primeiros 50 anos de funcionamento do Hospital, e tendo em conta a informação constante das 39 *papeletas*, 64,1% das mulheres saíram curadas, 17,95% faleceram, 7,69% melhoraram, 2,56% saíram no mesmo estado com que tinham entrado e 7,69% não têm indicação. Os homens seguem a mesma tendência: num total de 163 *papeletas*, 51,43% saíram curados, 27,14% melhorados, 3,57% muito melhorados 12,86%, faleceram e 14,11% não indicam nada; 1 doente saiu “peiorado”³⁶.

Durante a 1ª República 33,33% das mulheres internadas e 38,41% dos homens internados saíram curados; 44,76% e 38,41%, respetivamente, saíram melhorados; somando as duas situações, as taxas ascendem aos 78,09% nas mulheres e aos 76,85% nos homens. Nas mulheres, nos 105 registos das *papeletas*, 15 faleceram (12,29%), 6 têm indicação de saírem “no mesmo estado” (5,71%)

³⁵ Cf. AVOTFC, *Registos de óbitos dos irmãos*. Os livros de óbitos de 1855 a 1911 passam a registar a filiação, o estado conjugal e o nome do cônjuge (no caso de ser casado) e idade. É indicado se faleceram com ou sem sacramentos. Não morreram irmãos no Hospital nos anos 1885, 1890, 1895, 1896, 1897 e 1901.

³⁶ A 21 de dezembro de 1885, o pedreiro José Bento, viúvo de 43 anos, entrou no hospital com tuberculose pulmonar e, aquando da sua saída a 23 de março de 1886, é registado que saiu pior.

e 1 pior (0,95%)³⁷. Apenas 1 registo (0,95%) não apresenta qualquer indicação. Nos homens, em 164 registos, há aqueles que saíram com “ligeiras melhoras” (1,82%), “no mesmo estado” (1,22%), e um com indicação de “visto” (0,61%). Só 2 processos (1,22%) não têm qualquer indicação e 30 faleceram (18,29%).

Comparando os dois períodos, as taxas de óbito diminuem para 12,29% nas mulheres e aumentam para 18,29% nos homens, valores superiores aos obtidos noutros hospitais portugueses³⁸.

Os óbitos verificam-se, essencialmente, nos casos dos doentes incuráveis: os cancerígenos, os tuberculosos e a aqueles a quem foi diagnosticada senilidade.

As informações recolhidas vão mais uma vez ao encontro do que atrás já ficou dito: que o hospital era visto como um último recurso. O caso de Joana Maria da Conceição Preta, 45 anos, casada, é sintomático: “Esta doente entrou moribunda no Hospital, em consequência da família não ter requisitado socorros médicos a tempo, e quando as circunstâncias especiais em que a doente estava as exigia” (1861). A patologia diagnosticada era de pneumonia e Joana Maria deu entrada no Hospital ao décimo dia de moléstia, vindo a morrer no dia seguinte. Apesar de ter sucedido 40 anos depois, este exemplo revela ainda o que dizia o doutor José Feliciano de Castilho, lente de Medicina e diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra, em 1821: “a repugnância que muita gente tem em curar-se em hospitais faz com que ou morra em casa às mãos da necessidade, e da moléstia, ou busquem o hospital quando não têm remédio”³⁹.

12. Os “dias de existência” no hospital

As *Entradas e saídas dos irmãos doentes* permitem-nos contabilizar o tempo de internamento dos doentes que tiveram alta e daqueles que faleceram no Hospital da Ordem Terceira de Coimbra.

³⁷ Maria Elisa Fortunada, solteira, natural de S. Martinho do Bispo, entrou a 24 de agosto de 1922 com “anasarca” complicada com congestões pulmonares. Esta doente saiu em pior estado porque a família desejou levá-la para casa a 16 de setembro de 1923, como refere o médico J. C. Dinis no seu processo.

³⁸ As taxas de cura no Hospital Real, entre 1750 e 1849, eram da ordem dos 73% nos homens e de 84% nas mulheres (Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol. 1, cit., p. 764-772); no século XVIII, no hospital de Portel os óbitos dos internados correspondiam a 15,3% (Maria Marta Lobo Araújo, “O Hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna”, *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), *Série História* 3, 2003, p. 357) e, também no século XVIII, o “Hospital da Casa”, esse número era de 5,3% (Maria Marta Lobo de Araújo, “Os Hospitais de Ponte de Lima da Era pré-industrial”. In *Actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*. Braga, 2006, p. 490-491).

³⁹ Cit. por Maria Antónia Lopes, *Protecção Social...*, cit., p. 166.

Foi possível apurar, para o sexo masculino, uma média de 37,07 dias de internamento entre 1852 e 1910; e uma média de 54,71 dias entre 1910 e 1926. As enfermas estiverem internadas, em média, 32,78 dias em 1861-1909 e 79,44 dias entre 1910 e 1926; neste último período, se excluirmos as 4 irmãs que permaneceram no hospital por mais de um ano, a média cai para os 43,18 dias de internamento.

Em ambas as séries, o tempo de internamento médio situa-se entre os 8 a 29 dias com 57,62% e 42,11%, para os homens, e com 61,22% e 41,57%, para as mulheres, respetivamente. A segunda faixa mais representada é a de 1 a 3 meses com a permanência de 25,65% e 35,34% dos homens e 20,41% e 38,1% das mulheres.

Este tempo de permanência parece indicar que 80,51% dos doentes exigiam efetivos cuidados médicos, não ficando bem apenas com alimentação e repouso, caso contrário, os períodos de internamento seriam mais curtos. Segundo os dados apurados, apenas 7,29% dos doentes do sexo masculino e 7,48% do sexo feminino, em todo período considerado, estiveram internados menos de uma semana⁴⁰.

Tabela 2 – Tempos de permanência dos doentes que tiveram alta (1852-1910)

Dias de internamento (1856-1909)		
	Mulheres	Homens
0-7 dias	5	21
8-29 dias	30	155
1-3 meses	10	69
4-6 meses	3	9
7-9 meses	1	6
10-12 meses	0	2
1-2 anos	0	0
2-3 anos	0	0
3-4 anos	0	1

Fonte: AVOTFC, *Entradas e saídas dos irmãos doentes*

⁴⁰ No hospital da Misericórdia de Ceuta, no século XVII, o tempo de permanência no hospital era de 48,82% entre os 0 e 7 dias e de 27,44% entre os 8 e os 15 dias (Manuel Cámara del Río, *La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta: Beneficencia y asistencia social...*, cit., p. 350); no hospital de S. Juan de Dios de Murcia, entre 1801 e 1803, mais de 80% dos doentes permaneciam, em média, menos de um mês internados, e 42% dez dias ou menos (J. José García Hourcado, *Beneficencia y sanidade en el siglo XVIII: el Hospital de San Juan de Dios de Murcia*. Murcia, Universidad de Murcia, 1996, p. 220); no Hospital Real de Coimbra, entre 1750/54 e 1845/49, a duração média de internamentos foi de 22,60 dias para os homens e 25,88 dias nas mulheres (Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, vol.1, cit., p. 772-777).

Tabela 3 – Tempos de permanência dos doentes que tiveram alta (1910-1926)

	Dias de internamento (1910-1926)	
	Mulheres	Homens
0-7 dias	4	9
8-29 dias	35	56
1-3 meses	32	47
4-6 meses	6	13
7-9 meses	9	5
10-12 meses	0	1
1-2 anos	2	2
2-3 anos	1	0
mais 4 anos	1	0

Fonte: AVOTFC, *Entradas e saídas dos irmãos doentes*

Reportando-nos agora aos irmãos falecidos, encontramos uma média de 138,45 dias de internamento nos doentes do sexo masculino que estiveram hospitalizados entre 1851 e 1910. Este número está empolado devido ao caso de um doente que permaneceu no hospital durante 7 anos, 3 meses e 28 dias e de outros dois que estiveram internados por mais de 1 ano. Se excluirmos estas três situações, o número médio de internamento baixa para os 42,11 dias⁴¹, sendo que 30% dos doentes faleceram antes de completar 15 dias de internamento. Não temos informações sobre as causas de morte de 39 homens mas sabemos que morreram de doenças respiratórias (5), do sistema nervoso (3) e cancerígenas, pulmonares, cardíacas e senilidade (2 de cada).

As 10 irmãs que faleceram no hospital estiveram internadas, em média, 245,5 dias entre 1856 e 1910; excluindo as duas irmãs que aí permaneceram mais de 2 e de 4 anos, a média desce para os 14,63 dias, ou seja, 70% das mulheres expiraram em menos de 16 dias de internamento. As causas de mortes indicadas em 9 doentes foram doenças do sistema nervoso (3), cardíacas (2), gastrointestinais, respiratórias, pneumonia e senilidade (1 cada).

Na segunda série dos doentes do sexo masculino, a média geral é bastante elevada: 146,65 dias de internamento, mas, mais uma vez, este número é empolado pela permanência de 5 anos e 99 dias e de 3 anos, 2 meses e 25 dias, de dois doentes. Ignorando estes dois casos, a média desce para os 49,72 dias,

⁴¹ Comparando com os dados do Hospital Real para o ano de 1840-49, a média de internamentos foi de 32,23 dias nos homens e de 37,8 dias nas mulheres (Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência...*, cit., p. 778), ou seja, o internamento dos doentes falecidos, relativamente ao hospital da Ordem Terceira de Coimbra, é inferior no sexo masculino e superior no sexo feminino.

sendo que 45,16% dos doentes faleceram antes dos 15 dias de internamento. Os 31 homens falecidos sucumbiram a problemas do sistema nervoso (7), doenças respiratórias (6), pulmonares e senilidade (4 cada), cardíacas (3), cancerígenas e traumáticas (2 cada), gastrointestinais e urinárias (1 cada).

Também nas mulheres a duração da hospitalização é muito longa se as englobarmos a todas: 632,79 dias em média, valor que baixa para os 76,66 dias, se excluirmos três irmãs que permaneceram por mais de um ano no hospital, uma das quais durante 16 anos!⁴² Neste período, 35,71% das doentes morreram antes das 2 semanas de internamento. Das 15 doentes falecidas foi possível identificar a causa de morte para 13 delas: senilidade (4), doenças cancerígenas e do sistema nervoso (2 cada), doenças cardíacas, pulmonares, respiratórias e traumáticas (1 cada).

Conclusão

A clientela hospitalar compunha-se de irmãos doentes pobres, verificando-se uma progressiva feminização dos assistidos, embora os homens nunca tenham deixado de constituir a maioria. O perfil dominante era de homens casados e de mulheres solitárias (solteiras ou viúvas), ambos na faixa dos 50-60 anos que se constituíam como os grupos mais fragilizados. A maioria era natural do distrito e cidade de Coimbra, principalmente da freguesia de Santa Cruz, que englobava boa parte da Baixa e local de implantação da Ordem Terceira coimbrã. Os artífices predominavam entre os irmãos hospitalizados, profissionais que se incluíam na categoria dos pauperizáveis, visto que só viviam do seu trabalho.

As doenças respiratórias, gastrointestinais, traumáticas, dermatológicas e do sistema nervoso aparecem em grande número, tanto em doentes do sexo feminino como masculino, obrigando a reinternamentos e a tempos de permanência indicadores da necessidade de efetivos cuidados médicos para obter a cura, já não conseguida somente com alimentação e repouso.

⁴² Maria da Piedade, solteira de 58 anos, entrou no hospital a 30 de setembro de 1920 e faleceu a 29 de dezembro de 1936 devido a tuberculose pulmonar, tendo estado sempre na enfermaria de S. Jacinto.

Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos: assistência à infância e transformação dos espaços da Misericórdia carioca (Rio de Janeiro, 1870-1920)¹

Children and the Misericórdia of Rio: Circulation and Transformation of Spaces (Rio de Janeiro, 1870-1920)

GISELE SANGLARD

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
sanglard@fiocruz.br

Texto recebido em/Text submitted on: 29/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Este artigo busca analisar a assistência à infância oferecida pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro no período em que ainda não havia, no Brasil, instituições voltadas para a saúde da criança. A principal hipótese com a qual estarei trabalhando é de que a Casa dos Expostos passou a exercer, paulatinamente, funções distintas daquelas de que fora inicialmente incumbida. Nessa perspectiva, a linha de continuidade dar-se-ia pela manutenção do nome, de sua vinculação à Misericórdia e ao simbolismo e ritualística da Irmandade. Para demonstrar essa hipótese estarei me baseando em um conjunto documental guardado na antiga Casa dos Expostos, composto de dois livros em que se registravam as crianças para lá encaminhadas a fim de serem aleitadas enquanto suas mães eram atendidas no Hospital Geral da Misericórdia. Essa documentação permite conhecermos o cotidiano da Irmandade na assistência à criança desamparada, categoria

Abstract:

This article examines health care provided to childhood by the Santa Casa da Misericórdia of Rio de Janeiro in a period when institutions focused on children's health did not exist in Brazil. The main hypothesis I will support is that the Casa dos Expostos gradually began to exercise functions which were distinct from those it was originally responsible for. From this perspective, continuity would mean maintaining the name, its connection to the Mercy institution, the symbolism and ritual of the Fraternity. To demonstrate this hypothesis, My basis will be a set of documents stored at the old Casa dos Expostos, composed of two books in which the children sent there in order to be breastfeed while their mothers were treated at the General Hospital of Mercy were registered. This documentation allows us to take a glance at the daily life of the Fraternity as far as assisting helpless children is concerned, a category of service that starts being frequently seen in the corridors of Casa

¹ Este artigo apresenta os resultados preliminares do projeto de pesquisa que conta com financiamento PAPES VII (Fiocruz/CNPq). Agradeço aos alunos Beatriz Virgínia Gomes Belmiro (PROVOC/FIOCRUZ) e Bernardo Mariz Felberg (Unirio), que me ajudaram a sistematizar os dados das vestimentas das crianças aqui analisadas, e Daiane Rossi (PPGHCS), que me ajudou com os gráficos dos óbitos por mês e ano.

que começa a frequentar os corredores da Casa dos Expostos, a partir da década de 1870; bem como questões relativas aos quadros de saúde e doença destas crianças e, em alguns casos, de suas mães; raça e cultura material.

Palavras-chave:

Assistência à infância; Santa Casa da Misericórdia; Rio de Janeiro.

dos Expostos from the 1870s; as well as issues related to health management and disease of these children and, in some cases, of their mothers; their race and material culture.

Keywords:

childhood, Santa Casa da Misericórdia, Rio de Janeiro

As enfermas cujos filhos foram remetidos para os Expostos serão conservadas depois da alta e a título de convalescença por mais três dias, durante os quais, a administração reclamará a restituição das respectivas crianças, mandará entregá-las as suas mães para que sairão com elas. Este ofício para a restituição será dirigido e aberto como fica desperto no artigo 1º e a Irmã Superiora no ato de entregar a criança ao portador do mesmo ofício exigirá dele que escreva – Recebi – e assine seu nome, remetido logo o ofício ao irmão tesoureiro².

Este artigo analisará a assistência à infância oferecida pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro no período em que estavam sendo criadas, no Brasil, as primeiras instituições voltadas à saúde da criança. Nesse cenário, a Casa dos Expostos passou a exercer a função de abrigo e hospital infantil, em paralelo ao cuidado com as crianças abandonadas e órfãs. O período aqui estudado, a virada do século XIX para o século XX, é marcado por inúmeras transformações sociais no Brasil: a promulgação, em 1871, da chamada *lei do ventre livre*, a partir da qual a criança nascida de ventre escravo tornar-se-ia livre; a abolição da escravatura, em 1888; a proclamação da República, no ano seguinte; e, sobretudo, a formação de uma massa de trabalhadores urbanos pobres, quer imigrantes, quer egressos do cativeiro.

A principal hipótese com a qual trabalharei é de que, a despeito da extinção tardia da Roda dos Expostos no Rio de Janeiro (década de 1930), a Casa dos Expostos transformou-se, paulatinamente, passando a exercer funções distintas daquelas de que fora inicialmente incumbida. Nessa perspectiva, a linha de continuidade dar-se-ia pela manutenção do nome, de sua vinculação à Misericórdia e ao simbolismo e ritualística da Irmandade.

Para demonstrar essa hipótese me basearei em um conjunto documental guardado no acervo do Educandário Romão Duarte (antiga Casa dos Expostos),

² *Livro das crianças remetidas da Santa Casa da Misericórdia – fevereiro de 1873 a maio de 1884*, folha 1. Acervo Educandário Romão Duarte, Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (ERD, SCMRJ).

composto de dois livros em que se registravam as crianças encaminhadas para a Casa dos Expostos para serem aleitadas enquanto suas mães eram atendidas no Hospital Geral da Irmandade. Essa documentação permite conhecermos o cotidiano da Misericórdia na assistência à criança desamparada, categoria que começa a frequentar os corredores da Casa dos Expostos, a partir da década de 1870; questões relativas à saúde e à doença destas crianças e, às vezes, de suas mães; raça e cultura material; bem como expõe aspectos do período no qual são ensaiadas as primeiras políticas públicas para a infância no Brasil e nos informa melhor sobre a pobreza na cidade do Rio de Janeiro.

A Irmandade da Misericórdia do Rio de Janeiro (ca. 1582) teve forte crescimento ao longo durante o século XVIII, muito devido ao papel que a cidade passou a exercer – capital – o que lhe deu características importantes: a presença de comerciantes entre os irmãos e a atribuição de novas funções³, como o cuidado com os expostos.

O processo de independência, em 1822, marcou a expansão das Misericórdias no Brasil, muitas delas derivadas das “irmandades fundadas de forma modesta no século XVIII”. Como Renato Franco sublinhou, estas Misericórdias brasileiras oitocentistas assumiram estatutos bem mais permissivos do que as portuguesas⁴. Mas o que se percebe é que “o funcionamento das irmandades era decidido na prática diária”⁵.

Outra característica da Misericórdia carioca é sua grande vinculação com o governo Imperial. As relações entre a Santa Casa e o Estado devem ser analisadas a partir das “inserções políticas dos indivíduos envolvidos”, muitos dos quais eram próximos ao Imperador, quando não eram ministros de Estado, deputados ou senadores⁶.

Esta proximidade fazia com que a interferência do Estado se fizesse sentir de diversas formas e não apenas na garantia dos privilégios. O episódio da criação no novo cemitério em 1850 é exemplar desta situação, conforme se verá mais adiante.

³ Renato Franco, “O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa”, *Estudos Históricos*, v. 27, n. 53, jan-jun 2014, p. 5-25.

⁴ Renato Franco, “O modelo luso...”, cit, p. 19.

⁵ Claudia Tomaschewski, *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*, Tese de doutorado, PUC-RS, 2014, p. 130.

⁶ Tania Salgado Pimenta e Elisabete Vianna Delamarque, “O estado da Misericórdia: assistência à saúde no Rio de Janeiro, século XIX” in Luiz Otavio Ferreira et al, *Filantropos da Nação – sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2015, p. 39-54.

No que tange a assistência à infância a Santa Casa mantinha as seguintes instituições: a Casa dos Expostos (1738), o Recolhimento de Órfãos e Desvalidas (1740), o Asilo da Misericórdia (1890), o Asilo S. Cornélio (1900), a Policlínica das Crianças (1909) e o Hospital S. Zaccharias (1914)⁷; sem contar a enfermaria infantil no Hospital Geral. Sem dúvida, destas todas, era a Casa dos Expostos a principal instituição voltada à infância desvalida – nela funcionava a roda, através da qual eram recolhidas as crianças abandonadas.

Apesar de sua longa história, uma advertência deve ser feita: a documentação da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro é bastante lacunar, tendo sido perdida a maior parte dos registros do movimento das instituições de assistência mantidas por ela, o que dificulta o trabalho do historiador que deseja estudá-las. Este é o caso da documentação aqui trabalhada. Foram encontrados apenas dois livros referentes às crianças remetidas pela Santa Casa à Casa dos Expostos, cujas mães estavam internadas no Hospital Geral e não podiam amamentá-las. Esses livros trazem, no primeiro volume, registros entre fevereiro de 1873 e maio de 1884, perfazendo um total de 179 crianças; e no segundo, datado de fevereiro de 1903 a abril de 1912, o registro de 461 crianças encaminhadas para a Casa dos Expostos. Há nessa série dois hiatos: no livro de 1873, o primeiro registro é de número 98; e nota-se a ausência clara dos registros entre junho de 1884 e janeiro de 1903. Com relação aos 97 registros anteriores, pode-se ainda questionar se não foram usadas outras formas para anotar a entrada dessas crianças a título provisório, ou mesmo supor que a constância e o aumento desta chegada tenham obrigado à direção da Casa dos Expostos a criar um registro separado para este grupo de crianças.

Apesar de estar incompleta, esta documentação permite conhecer o cotidiano da Misericórdia carioca, notadamente a assistência aos filhos das enfermas do Hospital Geral que eram encaminhados à Casa dos Expostos para serem cuidados. Assim, para responder às questões propostas, este artigo será dividido em três partes: a primeira, busca apresentar um balanço historiográfico das discussões acerca da assistência à infância no Rio de Janeiro, da virada do século XIX para o século XX; a segunda, analisará os dados relativos às mães e seus filhos, levando em consideração aspectos como cor e estado civil; e por fim abordarei questões sobre saúde e doença e cultura material, esta última evidenciada pela descrição das roupas que as crianças vestiam ao dar entrada na Casa dos Expostos.

⁷ Os asilos mantidos pela Misericórdia tinham função educacional – ensinar ofício a meninos e meninas; enquanto a Policlínica das Crianças e o Hospital S. Zaccharias, tinham função médico-assistencial.

Assistência à infância no Rio de Janeiro

A historiografia brasileira⁸ costuma analisar na assistência à infância na questão do abandono – tema mais visível onde havia Roda dos Expostos. Outras vertentes têm se desenvolvido bastante nos últimos anos, como os estudos voltados à saúde da criança⁹. O Brasil seguiu a dinâmica da assistência à infância levada a cabo pela Coroa portuguesa, onde as Câmaras, responsáveis pelos enjeitados pagavam às Misericórdias locais o cuidado com estas. É neste contexto que se entende a abertura das Casas dos Expostos de Salvador (1726) e do Rio de Janeiro (1738).

O final do século XIX traz mudanças nestas instituições, onde as “velhas instituições coloniais [Casas dos Expostos] além de insuficientes, já não respondiam às demandas e às exigências da nova sociedade”. A maior crítica voltava-se ao alto índice de mortalidade infantil nessas instituições. Marcílio afirma que, “a partir dos anos de 1870 já se notam mudanças no caráter das Rodas”¹⁰, e em função destas transformações as Rodas no Brasil ganharam um “caráter mais de creche do que de asilo. Além disso, as crianças deixadas nessas instituições eram agora predominantemente legítimas, filhas de mães trabalhadoras”¹¹. É no diálogo com essa afirmação que vou estruturar o argumento deste artigo.

Outro trabalho importante é o de Renato Pinto Venâncio. O autor ressalta o fato de que uma das formas de ingresso das crianças na Casa dos Expostos

⁸ Maria Luíza Marcílio, *História social da criança abandonada*, São Paulo, Hucitec; 2a. ed; 1998; Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonadas – assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*, Campinas, Papirus, 1999; Renato Pinto Venâncio (org), *Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX*, São Paulo/Belo Horizonte, Ed. Alameda/Ed. PUC-Minas, 2010; Renato Franco, *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa* (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2011; Irene Rizzini, *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, 2. ed. revista, São Paulo, Cortez, 2008.

⁹ Luiz Otávio Ferreira, et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Ed. FGV/FAPERJ, 2015; Gisele Sanglard & Luiz Otávio Ferreira, “Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República”, Belo Horizonte, *Varia História*, vol. 26, n. 44, dez. 2010, p. 437-459; Gisele Sanglard & Luiz Otávio Ferreira, “Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)”, *Estudos Históricos*, vol. 27, n. 53, jun. 2014, p. 71-91.

¹⁰ Maria Luíza Marcílio, “A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil” in Renato Pinto Venâncio (org), *Uma história social...*, cit., p. 32.

¹¹ *Ibidem*, p. 32.

era o falecimento da mãe nas enfermarias do Hospital Geral da Misericórdia, mas este ingresso se incluía na categoria ‘enjetado’¹². Outro ponto destacado pelo autor se refere à questão de o abandono se dar antes de tudo no meio de pobres onde a morte do parente mais próximo, notadamente a mãe, encaminha a criança para o asilo. A despeito de a temporalidade estudada por ele ser anterior aos dados aqui tratados, percebe-se que há permanência de algumas questões relativas a mortalidade, doenças, alimentação e pobreza, como se verá ao longo deste artigo.

Marcílio advoga que as descobertas de Pasteur, notadamente o processo de fermentação do leite, trouxeram ganhos às Casas dos Expostos, na medida em que contribuíram para a diminuição das mortes dos expostos por doenças infectocontagiosas ainda no século XIX. Nesse aspecto, o higienismo alterava a situação das crianças abandonadas. A industrialização, na perspectiva traçada pela autora, teve seu papel no processo de pasteurização do leite, na sua conservação e na difusão do uso das mamadeiras, diminuindo o papel das amas de leite na alimentação infantil¹³.

A massificação da ideologia higienista foi, assim, a responsável pela ação pública dirigida por médicos e engenheiros¹⁴, permitindo que estas noções fossem absorvidas pela sociedade civil e transformadas em apoio e manutenção de diversas instituições de assistência à infância abertas na cidade, a partir de 1899. O Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX reunia os ingredientes necessários para a criação e manutenção de instituições de assistência à infância, tais como a presença do movimento operário mais organizado, uma elite formada por um capital novo que buscava recriar um ambiente aristocrático ao redor de si, e um saber médico que buscava sua institucionalização – como a puericultura e a pediatria.

Contudo, o processo de institucionalização da pediatria e da puericultura não foi tranquilo; um grupo de médicos que se formaram ao redor de Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901) e seu curso livre de Pediatria na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, divergiu entre si em relação a alguns pontos. Eram eles: Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), Antonio Fernandes Figueira (1868-1928) e Luiz Barbosa (1869-1949), considerados a primeira geração de pediatras brasileiros. Dentre as questões controversas temos: a condenação do uso da ama de leite, a defesa das creches, a criação de consultórios de lactantes

¹² Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonas...*, cit., p. 51.

¹³ Maria Luiza Marcílio, “A criança...”, cit..

¹⁴ Sidney Chalhoub, *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*, 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

e câmaras de amamentação nas fábricas, por Fernandes Figueira; os serviços de fiscalização de amas e distribuição de leite, de Moncorvo Filho. De todos os três, Fernandes Figueira foi aquele que esteve mais próximo dos poderes públicos e o que desfrutou de mais prestígio profissional¹⁵.

Seu livro *Elementos de semiologia infantil* foi publicado em Paris, no ano de 1902. Em 1909, assume a direção da primeira instituição da Misericórdia carioca voltada para a saúde da criança – a Policlínica das Crianças Pobres; foi também médico do Hospício Nacional de Alienados (HNA) e, em 1921, foi o responsável por traçar as primeiras políticas públicas de Higiene Infantil, ao dirigir a Inspeção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A atuação desse médico está vinculada ao que Isabel dos Guimarães Sá designou como “passagem gradual da esfera familiar para a esfera pública”, ou uma crescente “intromissão” da Coroa na relação entre pais e filhos. A autora aponta como indícios dessa passagem o registro de nascimento e óbito, o sepultamento e a segregação da ilegitimidade para o período Moderno; bem como a criminalização do abandono e a proibição das Rodas de Expostos no século XIX português¹⁶. No caso brasileiro, esse processo se intensifica, sobretudo, na virada para o século XX com a associação à questão social. São duas as questões que animam as discussões de médicos, higienistas, filantropos e poderes públicos: de um lado, a delinquência infantil; e de outro, a mortalidade infantil – duas faces da mesma moeda, o *problema da infância*. A primeira, a cargo dos juristas; a segunda, dos médicos¹⁷.

Pelo fato de ser diretor de uma instituição pertencente à Misericórdia, e membro das mais prestigiosas academias científicas e literárias do país, como a Academia Nacional de Medicina e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não é de estranhar que Fernandes Figueira exercesse influência sobre a Casa dos

¹⁵ Gisele Sanglard & Luiz Otávio Ferreira, “Médicos e filantropos...”, cit..

¹⁶ Isabel dos Guimarães Sá, “As crianças e as idades da vida” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol. *A idade moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 93.

¹⁷ No que tange ao caso português no período em tela, podemos citar os trabalhos de Maria de Fátima Reis, “Os atestados de pobreza: (sobre)vivências e exclusão social em Sesimbra nos finais da monarquia” in Maria Marta de Araújo Lobo *et al.*, *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, Citcem, 2014; Fátima Moura Ferreira, “Representações sobre a delinquência dos menores e o universo a proteger na 1ª República: entre os campos da justiça e da assistência” in Maria Marta de Araújo Lobo *et al.*, *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, Citcem, 2010; e Maria Antónia Lopes, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2, Coimbra, 2002, p. 155-184.

Expostos. O médico dos Expostos era, no início do século XX, Santos Moreira – seu assistente na Policlínica das Crianças.¹⁸

Esse contexto de institucionalização da pediatria e da puericultura e da transformação da assistência à infância, no qual a preocupação com a saúde da criança sobrepuja a preocupação com a sua alma, e sobretudo os problemas advindos da questão social na cidade – más condições de trabalho e moradia, surtos epidêmicos constantes (varíola e febre amarela) – vão modificar, aos poucos o público da Casa dos Expostos, como consequência não do abandono, mas da cada vez maior frequência de internação de mulheres no Hospital Geral. É sobre esse tema que as fontes aqui analisadas nos falam.

Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos

A epígrafe com a qual início este artigo faz parte do texto que abre o livro de crianças remetidas do Hospital Geral para os anos de 1873 a 1884. Trata-se de uma nota explicativa acerca da qualidade dos registros que encontraremos nas páginas subsequentes. A nota nos fala do controle do trânsito de crianças entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos e vice-versa. Expõe também a dinâmica desse processo, no qual o provedor pede autorização à mesa para encaminhar as crianças à Casa dos Expostos, ressalta que as mães podem recuperá-las no momento de alta do hospital e, sobretudo, revela o papel exercido pelo irmão tesoureiro dos Expostos – afinal era a ele que se endereçavam os ofícios do provedor.

O Hospital Geral da Misericórdia do Rio de Janeiro era o único hospital que atendia a população pobre da capital do Império – independentemente da cor ou estatuto jurídico. Além de ser o maior representante do que viria a ser conhecido como *assistência pública e privada*, esta instituição também era hospital universitário. Era em suas enfermarias que, de 1808 até 1970, ocorriam as aulas práticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desta forma, para entender o cotidiano do hospital, é preciso levar em consideração o processo de institucionalização das especialidades médicas na Faculdade de Medicina e a tensão que pautou a relação de ambas as instituições. O primeiro livro a ser analisado é precedente à criação da cátedra de pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883)¹⁹.

No caso das fontes aqui analisadas estamos trabalhando com mulheres internadas nas enfermarias femininas. A primeira leitura permite-nos perceber a

¹⁸ Antonio Fernandes Figueira, *O livro das mães: consultas práticas de higiene infantil*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Murilo Editores, 1919, p. 288.

¹⁹ Gisele Sanglard & Luiz Otávio Ferreira, “Médicos e filantropos...”, cit.

incapacidade de cuidar dos filhos das enfermas: de um lado, a falta de estrutura familiar ou de laços de solidariedade horizontal, responsável por levar ao internamento dessas mulheres no hospital, falta esta extensiva a seus filhos; de outro lado, a ausência de estrutura do Hospital Geral para cuidar das crianças – uma vez que até 1909, como visto anteriormente, não havia uma instituição hospitalar voltada para a saúde da criança. A Casa dos Expostos se tornou, assim, o espaço de abrigo médico-assistencial para essas crianças.

Tal afirmativa é corroborada pela presença majoritária de crianças de 1 dia de vida a 5 meses – equivalendo a mais de 50% da amostragem; a menor parte é formada por crianças com mais de 5 meses a 1 ano e meio para o século XIX; e para o século XX percebe-se um alargamento maior da faixa etária: mais de 50% da amostra inclui crianças de 1 dia de vida a 6 meses de idade; de outro lado, registra-se o recebimento de criança de até 4 anos de idade e uma presença considerável (15,4%) de crianças entre 8 e 12 meses. O que os números apontam é o fato de que no século XIX, a necessidade do aleitamento nos primeiros anos de vida era preponderante, enquanto para os anos iniciais da República, as questões vinculadas ao empobrecimento da população urbana e a ausência de laços de solidariedade primária é que faziam com que estas crianças necessitassem ser abrigadas na Casa dos Expostos durante o processo de tratamento de suas mães²⁰. Mudança dos tempos. Mudanças na Misericórdia.

Com relação às mães, os registros apontam o fato de que o maior grupo é de brasileiras – apesar de esta informação estar apenas subentendida. Nesse conjunto, nota-se a presença de mulheres oriundas da província do Rio de Janeiro e de outras regiões. Dentre as estrangeiras, sobressaem as portuguesas, mas há ainda inglesas, francesas, alemãs, italianas, espanholas e paraguaias. Em alguns casos, há a indicação do seu estado de viuvez, o que demonstra tratar-se de uma população que necessitava da caridade pública em casos de adoecimento. Já as doenças que as levavam às enfermarias da Misericórdia no século XIX, e muitas vezes ao óbito, eram: varíola, tuberculose, febre amarela, diarreia, albuginose, além da febre puerperal. Na maior parte das anotações vinha a designação genérica de “muito doente”. Ressalte-se que para o século XX, as poucas informações disponíveis referem-se ao seu falecimento.

A presença de alienadas transferidas para o Hospital Geral a fim de parirem demonstra a mobilidade entre as instituições de assistência à saúde mantidas

²⁰ A questão do aleitamento materno era a grande luta de pediatras e puericultores. Percebe-se que até seis meses as crianças alimentavam-se exclusivamente de leite materno; e a partir desta idade, era introduzida uma alimentação mista – leite materno e outra coisa ou sua substituição completa. Cf. Mário Gomes, *Alimentação e desenvolvimento infantil* – tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas Gomes, Irmão & C., 1916.

pela Irmandade. A criação do antigo Hospício, que começou a ser construído entre 1841 e 1852, buscou responder às necessidades de reformulação do espaço do antigo Hospital Geral, que nesta mesma época ganha um prédio novo²¹. Afastados geograficamente – o Hospital Geral era localizado no Centro da Cidade, na praia de Santa Luzia, enquanto o Hospício localizava-se no subúrbio da cidade, na praia Vermelha –, a troca de pacientes aproximava os dois espaços e obrigava a Misericórdia a gerir este transporte.

A análise desses livros permite-nos perceber também a ampliação das instituições de saúde mantidas pela Misericórdia carioca. Ao ganhar a licitação levada a cabo pelo governo Imperial para a instalação de um novo cemitério fora da cidade em 1850, a Misericórdia viu-se obrigada a montar enfermarias para atender os pestilentos em locais predeterminados pelo governo, os quais, no princípio, funcionavam de maneira intermitente – só em casos de epidemia. A partir de 1857, a antiga enfermaria da Saúde, já há muito ampliada, foi transformada no Hospício de Nossa Senhora da Saúde, e desligada do Hospital Geral. A enfermaria manteve, a princípio, seu atendimento voltado apenas para doenças contagiosas. É para lá que eram encaminhados os casos de varíola, cólera e febre amarela²² – como o exemplo da escrava Benedita, mãe de Oscar de 11 meses, removida, em 30/09/1878, para o Hospício N. Sra. da Saúde por estar com princípio de varíola, enquanto seu filho foi remetido para a Casa dos Expostos para ser cuidado. Oscar deixa a Casa dos Expostos no dia 05/10; da mãe, entretanto, não temos notícia²³.

A abertura do Hospital São Sebastião, hospital de isolamento mantido pelos poderes públicos, nos últimos dias do Império, e o crescimento urbano e populacional da cidade do Rio de Janeiro em direção a seus arrabaldes, desde o final do século XIX, fizeram com que aos poucos o Hospício N. Sra. da Saúde se transformasse em um hospital geral, mas conservando a vocação para as doenças infectocontagiosas (sarampão, tuberculose, escarlatina, sarna, coqueluche), ao servir como isolamento para o Hospital Geral²⁴. Seu público

²¹ Monique de Siqueira Gonçalves, *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*, (Tese Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

²² Miguel de Carvalho (org), *Notícias dos diversos estabelecimentos mantidos pela Santa Casa da Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1908.

²³ *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº 158.

²⁴ Miguel de Carvalho (org), *Notícias dos diversos...*, cit.

era formado basicamente por marítimos e trabalhadores da estiva²⁵. No início do século XX, começa-se a perceber crianças remetidas à Casa dos Expostos diretamente do Hospício N. Sra. da Saúde, tendo sido algumas batizadas na capela desta instituição, como o caso da menina Benedita, que deu entrada na Casa dos Expostos a 13/01/1908, e foi transferida ao Hospital N. Sra. da Saúde no dia 18 de janeiro, retornando aos Expostos no dia 25 do mesmo mês. No caso em questão, mãe e filha voltaram a se encontrar em 28/02, quando a menina saiu em definitivo da Casa dos Expostos²⁶. Tal movimentação permite percebermos a ampliação da rede de assistência na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, o que mais salta aos olhos em uma comparação entre os dois livros é a quantidade de registros. Enquanto o livro oitocentista é mais completo, permitindo o conhecimento de cada caso – tanto da mãe quanto da criança –, o livro do século XX é marcado pela “economia da informação”, faltam dados que nos permitam saber mais acerca da mãe e de sua internação. As freiras, responsáveis pelos registros, preocupam-se mais em anotar os dados da criança – sem dúvida premidas pelo aumento na frequência de entrada de crianças, sintoma de maior procura pelos serviços do Hospital Geral – do que em registrar os dados das mães.

Outra mudança facilmente perceptível na comparação dos registros é com relação à devolução da criança. Enquanto no século XIX as crianças eram entregues a um intermediário, no período seguinte, as crianças são majoritariamente entregues às suas respectivas mães e, em poucos casos, aos pais ou a um outro familiar, como o caso do menino Francisco, de 24 dias, entregue à sua tia materna em 1911. A supressão do intermediário facilitaria o trânsito das crianças entre as instituições, mas é outro dado que evidencia a transformação da Casa dos Expostos em uma instituição médico-assistencial, não mais apenas de acolhimento de crianças abandonadas. Tanto é que, a partir de 1910, as crianças cujas mães faleceram e que não tinham de fato laços familiares passaram a ser matriculadas na Seção de *Desamparadas* da Casa dos Expostos, onde até então ganhavam um número de registro para distingui-las das abandonadas na Roda. A partir da segunda década do século XX, a Casa dos Expostos passa a trabalhar com três registros distintos de crianças: as abandonadas na Roda, as desamparadas e as temporárias.

²⁵ Miguel de Carvalho, *Relatório apresentado à mesa da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro na sessão de posse de 14 de agosto de 1910 pelo provedor Miguel de Carvalho*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1910.

²⁶ *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº 1448.

Se, no que tange ao cotidiano da administração do trânsito dessas crianças na Misericórdia, podemos perceber mudanças profundas, o mesmo não podemos dizer das características gerais da pobreza atendida em suas dependências.

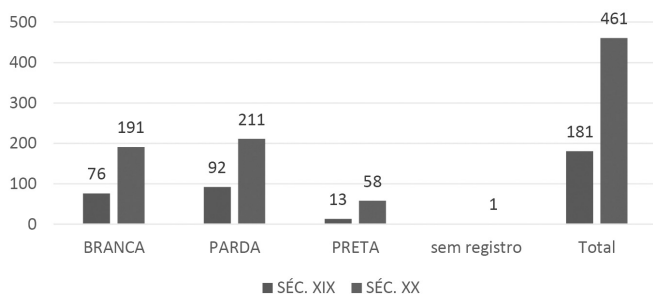


Gráfico 1 – Distribuição racial das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos (1873-1884 e 1903-1912)

Fonte: Livro de crianças..., 1873-1884 e 1903-1912. Acervo: ERD, SCMRJ.

O gráfico 1 ilustra bem a questão da cor das crianças encaminhadas pelo Hospital Geral à Casa dos Expostos. O que a análise dos registros aponta é que a pobreza que frequentava as enfermarias da Misericórdia não tinha cor definida. Havia ligeira predominância dos pardos, um pouco maior para o século XIX (50,8% para pardos, contra 42% de brancos e 7,2% para negros) do que para o século XX (45,8% de pardos, contra 41,4% de brancos e 12,6% de negros). Algumas considerações devem ser feitas quanto a esses dados.

O primeiro ponto a ser salientado é com relação ao escravismo. O escravo era atendido nas Misericórdias brasileiras na categoria de público pagante – cabia a seu senhor arcar com as despesas da internação e do tratamento de seu bem privado. A exceção era dada ao proprietário de um único escravo, a quem era atribuída gratuidade em função do estado de pobreza de seu senhor. Ao ganhar a liberdade, o negro pobre passava a ser atendido nos hospitais da Misericórdia – era este grupo majoritário no século XIX. De outro lado, o cativo nas fazendas tinha recursos médicos mantidos pelos fazendeiros²⁷, enquanto nas cidades lançavam mão de outras estratégias de cura²⁸.

²⁷ Keith Valéria de Oliveira Barbosa, *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*, (Tese Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

²⁸ Tania Salgado Pimenta, “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos”, *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, 2004, p. 67-92.

A própria questão da cor, que vem sendo objeto de estudos já há algum tempo, é outro ponto que proponho a refletir. Seguindo a proposta de análise de Mattos²⁹, a cor, no século XIX, designa lugar social, e não tonalidade da pele, situação que segundo a historiadora ainda permanecerá no início do século XX. Assim, o branco é naturalmente livre; o pardo ou adquiriu a liberdade ou nasceu livre; enquanto o preto é sinônimo de africano, crioulo e escravo. Logo, é a condição do homem que define sua cor. Para essa autora, “o uso do preferencial da designação ‘pardo’, para os nascidos livres, sem referência à mestiçagem, representa muito melhor o ideal hierárquico dessa sociedade, que reservava um lugar social específico para os escravos, para os libertos, para os descendentes livres de africanos e para os cristãos velhos e brancos”³⁰. A definição de cor mantinha a hierarquia típica daquela sociedade.

Se, para o século XIX, a proporção entre ‘pardos’ e ‘pretos’ pode ser explicada pelo escravismo e sua relação com a Misericórdia; para o livro no início do século XX, a tese de Sidney Chaloub em *Cidade Febril*, não só não ajuda, como nos traz um problema a ser discutido³¹. Segundo o autor, no Rio de Janeiro a emergência da questão social, como se denominaram os males do pauperismo urbano, data das décadas de 1850/60, e pode ser percebida através das diversas campanhas levadas a cabo contra as habitações coletivas (cortiços, casas de cômodo, etc.) que existiam na cidade. Tais habitações eram primeiramente habitadas por portugueses e imigrantes em geral; e, a partir da Abolição (1888), por negros egressos do cativeiro, os quais, saídos das fazendas do interior da província do Rio de Janeiro, buscaram na Corte novos locais de trabalho.

Os dados referentes às mães e seus filhos internados na Santa Casa do Rio de Janeiro mostra uma estabilidade no percentual de brancos em ambos os livros, bem como uma diminuição de 5% no percentual de pardos e um acréscimo de 5,4% no tocante aos pretos. À primeira vista, tais números corroborariam a tese do aumento do contingente de negros, defendida por vários historiadores, dentre os quais o próprio Chaloub.³² Contudo, diferentemente dos dados analisados por Mattos³³ – segundo os quais muitas vezes os próprios entrevistados se apresentavam como ‘pardos’, livres, distinguindo-se dos ‘pretos’, ex-escravos –, os dados com os quais trabalho foram definidos por mais alguém: quer por

²⁹ Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudoeste escravista (Brasil, século XIX)*, Campinas, Ed. Unicamp, 3ª ed. (rev.), 2013, p. 361.

³⁰ *Ibidem*, p. 361.

³¹ Sidney Chaloub, *Cidade Febril...*, cit.

³² Sidney Chaloub, *Cidade Febril...*, cit.

³³ Hebe Mattos, *Das cores...*, cit.

quem redigiu o ofício de encaminhamento, quer pela freira que o registrou na Casa dos Expostos.

Dessa forma, a questão da cor remetida ao lugar social ocupado por aquele indivíduo encontra limites nessa série documental. A questão não está, entretanto, na forma de nomear a cor da mãe e/ou da criança, mas na forma pela qual a cor era percebida. A mesma criança podia ser definida tanto como ‘parda’ quanto como ‘preta’, a exemplo da menina Maria Luiza de 6 meses, a qual entrou na Casa dos Expostos pela primeira vez a 14/12/1907, e foi anotada como ‘parda’. Quase um mês depois, no dia 13/01/1908, a menina retorna para lá. Dessa vez, é anotada como ‘preta’³⁴. Erro de anotação? Ou definição subjetiva? Esse exemplo não é caso isolado, mas não significa também que toda criança que retorna tenha mudado de cor... Contudo certamente levanta dúvidas do real significado do contingente de ‘pardos’ no universo de dados aqui estudado.

Justamente pela impossibilidade de compreender o significado de ‘pardo’ nessas listas, prefiro afirmar que a pobreza no Rio de Janeiro não tem cor definida. É composta tanto por indivíduos brancos (brasileiros e imigrantes) quanto por mestiços e negros. O que os une é o fato de serem pobres, em muitos casos desprovidos de laços de solidariedade, e por isso dependentes da caridade exercida pela Misericórdia.

Se, de um lado, o que unifica esse público é a pobreza, e o fato de precisarem da Misericórdia; de outro, a ausência de sobrenomes na maior parte das mulheres também permite refletirmos sobre quem eram elas. Como Mattos ressalta³⁵, a ausência de sobrenomes nas mães é um indício de estratificação social – a maior parte delas tinha por sobrenome “Jesus”, “Espírito Santo” ou “Conceição” – como Rufina Maria da Conceição, Maria José de Jesus e Fermina Maria do Espírito Santo.

Por fim, vale chamar atenção para as questões familiares. Poucos são os registros que trazem o nome do pai. Mattos, no estudo que desenvolveu para a zona rural do norte fluminense³⁶, apontou a existência de filhos com paternidade não declarada, o que pode nos levar a presumir que seja este o caso dessas crianças. Contudo, o fato de encontrar informações de crianças retiradas pelos pais, sem que o nome destes estivesse anotado, nos leva a supor que a ausência de registro do nome paterno não significa, necessariamente, paternidade não declarada, apenas registro incompleto. Este é o caso da menina Etelvina, recém-

³⁴ *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº. 1.441.

³⁵ Hebe Mattos, *Das cores...*, cit.

³⁶ *Ibidem*.

-nascida, a qual entrou na Casa dos Expostos no dia 27/10/1911, e foi entregue ao pai a 04/12/1911³⁷. De outro lado, as relações familiares são majoritariamente baseadas no concubinato. Dos poucos registros disponíveis com o nome dos pais, menos ainda são aqueles em que pais e mães portam o mesmo sobrenome, indicando o fato de que são em número reduzido os de fato casados³⁸. Ao mesmo tempo, entre os estrangeiros essa frequência aumenta consideravelmente.

Dessa forma, o que tais livros nos informam diz respeito à pobreza feminina e sua incapacidade de cuidar de si e de seus filhos pequenos, quando adoeciam. Pelo fato de muitas vezes não disporem de uma estrutura familiar, só lhes restava o amparo da Misericórdia. A situação familiar é mais um dado que reforça a situação de pobreza dessas mulheres; bem como nos chama atenção a fragilidade dos dados com os quais trabalhamos: erros no preenchimento, lacunas...

O cotidiano na Casa dos Expostos: vida, morte e cultura material

Como visto, muito se fala, na historiografia brasileira, acerca da alta mortalidade na Casa dos Expostos, principalmente se a análise estiver baseada no discurso médico, que via na ação caritativa um empecilho ao desenvolvimento da ciência. De fato, em números absolutos, a mortalidade é elevadíssima, como se pode verificar nos gráficos abaixo:

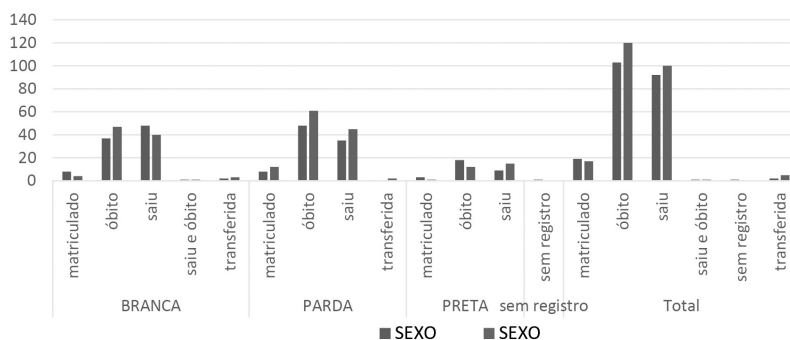


Gráfico 2 – Situação das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos por sexo e raça (1873-1884)

Fonte: Livro de crianças..., 1873-1884. Acervo: ERD, SCM RJ.

³⁷ *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº 1.649.

³⁸ Os estudos sobre família apontam que entre as classes populares prevaleciam as relações de concubinato. Tal situação irá mudar apenas a partir do Estado Novo (1937) que cria as leis trabalhistas onde, para fazer jus a pensão por morte a viúva deveria comprovar a situação de casada.

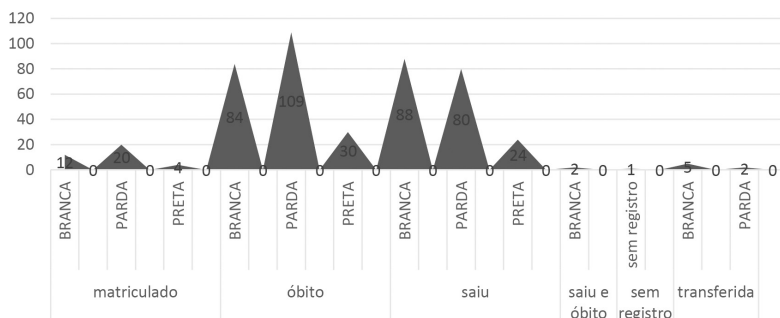


Gráfico 3 – situação das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos por cor (1903-1912)

Fonte: Livro de crianças..., 1903-1912. Acervo: ERD, SCMRJ.

Contudo, precisamos levar em consideração ao menos duas variáveis: de um lado, as três formas de sobrevivência da criança – o retorno à família (saiu), a matrícula definitiva na Casa dos Expostos (matriculado), e a transferência para outra instituição, notadamente o Hospício N. Sra. da Saúde (transferido); e de outro lado, o estado de saúde da criança ao entrar na Casa dos Expostos. Se somarmos os que saíram aos que foram matriculados e transferidos, a distância percentual entre aqueles que vieram a óbito e aqueles que sobreviveram, no âmbito daquele registro, se mostrará muito pequena.

Com relação à segunda variável, algumas crianças já chegavam em péssima situação de saúde. A maior parte das anotações indica uma classificação genérica da saúde da criança: muito fraca, moribunda, fraqueza congênita, debilidade congênita, muito doente, doente, miséria fisiológica, marasmo, fora do tempo e corpo inchado. Outras eram mais determinadas: sarna, oftalmia, gastroenterite, sapinho, afta, icterícia, bronquite, febre, coriza. Poucas foram aquelas crianças que tinham problemas congênitos: aleijada do pé esquerdo e cega. Outras ainda associavam designações genéricas e mais específicas, como o caso da menina Maria José, de dois dias de nascida, que entrou na Casa dos Expostos, a 26/12/1879, moribunda e com fraqueza congênita, vindo a falecer no dia 31/12/1879³⁹; ou o menino Alcides Miguel, de 2 meses, que deu entrada na Casa dos Expostos no dia 12/05/1907, muito doente, com gastroenterite, vindo a falecer no dia 18 do mesmo mês⁴⁰. Classificações como “moribunda”, “fraqueza congênita” e “debilidade congênita” eram indicativos de que o óbito

³⁹ *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº 179.

⁴⁰ *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº 1416.

era iminente. Destas, algumas sobreviviam poucas horas na Casa dos Expostos, como o menino Octavio de Almeida, de 40 dias, que deu entrada a 22/05/1909, muito doente, com miséria fisiológica, tendo falecido no mesmo dia em que lá chegou.

A partir de 1911 começa a aparecer nos registros a *causa mortis* das crianças, e apesar de se tratar de uma anotação inconstante podemos ter uma ideia melhor das razões que as levaram ao óbito. Como o caso de Octacílio, de 4 dias, que entrou no dia 06/05/1911 e faleceu de debilidade congênita no dia 25 do mesmo mês⁴¹; e de Luiza, de 39 dias, que chegou no dia 22/07/1911 e faleceu a 17/09 do mesmo ano, de sífilis hereditária⁴². Se a sarna, a gastroenterite e os problemas respiratórios (bronquite, febres, catarro e coriza) estão vinculados às más condições de vida e de habitação da população pobre da cidade⁴³, além da má alimentação da primeira infância – tema que se tornou bandeira de vida do médico Fernandes Figueira⁴⁴ –, a forte presença da sífilis congênita aponta um problema de saúde pública que caracterizaria as preocupações de médicos e filantropos na década de 1920⁴⁵. Ao compararmos os dados disponíveis do registro de óbitos na Casa dos Expostos para os meses de março e abril de 1918 temos o seguinte quadro:

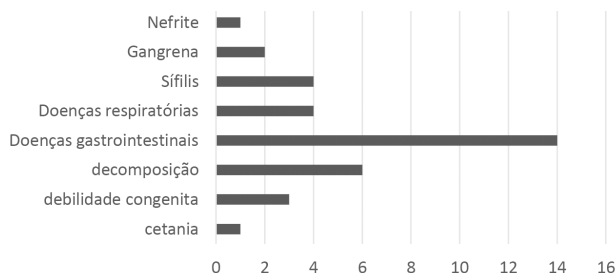


Gráfico 4 – óbitos na Casa dos Expostos de 1918 (abril-maio)
por grupos de doença

Livro de óbitos..., 1918 a 1924. Acervo ERD, SCMRJ.

⁴¹ *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº 1627.

⁴² *Livro de crianças ...*, cit., 1903-1912, registro nº 1635.

⁴³ Antonio Fernandes Figueira, “Febres não infecciosas da primeira infância”, *O Policlinico*, n. 4, set. 1913.

⁴⁴ Gisele Sanglard, “Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República” in Luiz Otavio Ferreira, *et al*, cit., p. 133-148.

⁴⁵ Gisele Sanglard, *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a ciência e a saúde no Rio de Janeiro (1920-1940)*, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2008.

Os dados dos óbitos dos asilados na Casa dos Expostos referem-se às três categorias de crianças que lá existiam, e até o momento só foi encontrado apenas este livro. Um dado chama atenção em todo caso, a predominância de doenças gastrointestinais, seguidas daquelas vinculadas ao aparelho respiratório e à sífilis⁴⁶.

Se levarmos em consideração que a nefrite pode ser advinda de uma complicação da sífilis, e a debilidade congênita pode também esconder uma sífilis hereditária, temos os três principais conjuntos de doenças que levam ao óbito as crianças na Casa dos Expostos em geral, a partir dessa amostragem inicial. Ao analisarmos os dados referentes somente às crianças registradas nas seções de ‘desamparadas’ e ‘temporárias’, temos um universo de doenças que levaram ao óbito bem distinto daquele das crianças ‘abandonadas’ na Roda.

Entre as ‘temporárias’ e ‘desamparadas’, a sífilis e suas consequências, somadas às doenças respiratórias, têm peso importante no óbito das crianças (33,5%), enquanto as da Roda padecem prioritariamente de doenças do aparelho gastrointestinal (22%) – o que chama atenção para a questão da sua alimentação, preocupação de Fernandes Figueira⁴⁷.

Ao encerrar a discussão acerca da mortalidade das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos, gostaria de fazer um comentário apenas acerca dos períodos de maior incidência de óbitos. Os gráficos abaixo apresentam uma tendência de maior óbito de crianças remetidas do Hospital Geral nos meses de verão, entre os anos de 1903 e 1906; a exceção é dada ao pico ocorrido entre os meses de maio e junho de 1903, que apresentou mortalidade maior do que os mesmos períodos dos outros anos. Certamente a eficácia das ações de Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, entre os anos de 1902 e 1904, pode ter impactado na diminuição das mortes no período de verão, quando a doença se fazia mais presente. Não estou aqui afirmando que estas crianças morreram de febre amarela, mas levantando a hipótese de que suas mães tenham sido vítimas desta doença.

Outros períodos com picos de mortalidade são os meses de maio de 1907 e abril e julho-agosto de 1908. O ano de 1908 viu eclodir nova epidemia de

⁴⁶ Quadro muito parecido foi percebido por Venâncio para a Roda da Bahia. Segundo o autor, as doenças que mais levavam ao óbito naquela instituição eram as chamadas “*moléstias internas* (doenças do aparelho digestivo), a sarna, as convulsões, a dentição, as aftas, as doenças do aparelho respiratório, a fraqueza congênita e o tétano”. Com relação às aftas, Venâncio ressalta que estas têm causas diversas: desde decorrentes da sífilis ou de gastroenterites, a fungos. Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonas...*, cit., p. 113.

⁴⁷ Fernandes Figueira, *O livro das mães...*, cit.; Gisele Sanglard, “Filantropia...”, cit.

varíola na cidade do Rio de Janeiro.⁴⁸ Essa é uma hipótese que nos ajuda a entender a crescente elevação de óbitos desde finais de 1907, prolongando-se ao longo de todo o ano de 1908, para se estabilizar em 1909, com novo pico nos meses de verão de 1911 e 1912. Se a epidemia não é explicação para o óbito da criança, ao menos ajuda a entender o impacto na cidade e levanta a hipótese do adoecimento da mãe.

Se esses dados pouco falam da *causa mortis* dessas crianças, permitem, sim, perceber como foi breve a passagem delas pela Casa dos Expostos. Algumas sobreviveram por dez meses, como Romana, deixada na Roda em 1918, que faleceu de sífilis hereditária aos 11 meses e 12 dias⁴⁹. Mais uma vez os dados coligidos falam mais da vida dessas crianças fora da Casa dos Expostos do que em seu interior. Algumas doenças são congênitas, como a sífilis e suas diversas manifestações, outras estão diretamente vinculadas às más condições de vida e de habitação de suas famílias, como as doenças dos aparelhos respiratório e gastrointestinal. Formam um retrato da pobreza no Rio de Janeiro.

Ainda há outra forma de leitura da pobreza que frequentava as instituições mantidas pela Misericórdia carioca: as roupinhas e os acessórios com os quais as crianças chegavam à Casa dos Expostos. Se no século XIX esses itens eram anotados nos mínimos detalhes (cor, se estava desbotada ou rota), para o século XX, tais detalhes foram deixados de lado.

De modo geral, podemos afirmar que o vestuário básico de uma criança pobre consistia em camisa de morim, fralda de algodão, cueiro de flanela e touca de fustão, independentemente do século. Os detalhamentos das roupinhas apresentados no livro de 1873 a 1884 ajudam a qualificar e diferenciar os pobres entre si. Encontram-se assim descrições como ‘a roupa está gasta’, ‘o tecido está desbotado’, distinções entre trama aberta ou fechada; bem como a presença de cores – azul, rosa, verde, branca e encarnado – que também são distintivas, sobretudo o encarnado, uma vez que o pigmento vermelho é o mais caro. Uma diferença clara de um período para o outro é o uso dos cintos, ou cinteiros, usados para evitar que o umbigo ficasse proeminente, peça que quase desaparece no século XX. Algumas crianças traziam acessórios como medalhas devocionais e brincos. O que isso pode significar? Que a mãe levava junto todas as roupinhas de seu filho?

⁴⁸ Tania Maria Fernandes; Otto Santos Azevedo, “Varíola em 1908: Marcas de uma epidemia no Rio de Janeiro” in André Mota, Maria Gabriela S. M. C. Marinho e Cláudio Bertolli Filho (orgs), *As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento*, São Paulo, USP, Faculdade de Medicina/UFABC/CD.G Casa de Soluções e Editora, 2015, p. 177.

⁴⁹ *Livro de óbitos...*, cit., registro nº. 44.985.

Para os dados estudados por Renato Venâncio, a presença de mais de uma roupinha aponta para uma “sutil diferenciação social”: quanto mais peças, melhor a situação da criança⁵⁰. Tal afirmativa pode ajudar a explicar a presença dos enxovais no século XIX, como o caso de Julia, de 2 meses, que deu entrada na Casa dos Expostos no dia 24/06/1876, “trouxe ao pescoço 3 moedas estrangeiras enfiadas num cordão preto” e “estava vestida de camisa de morim, fralda de morim, cueiro de flanela encarnada com listas pretas, cinto de seda com listas cor de rape com pintas roxas e estrelinhas brancas, jaque de musselina branca com pintinhas verdes e azuis”. Sua mãe era a paraguaia Maria Eulália Dias, por isso as moedas “estrangeiras”⁵¹. Ou Thomazina, com 8 dias de vida, que entrou no dia 05/01/1877, e “vestia de camisa de morim, fralda de algodão, cueiro de lã de listas verdes desbotadas e brancas, cinto de riscado azul, jaque de chita amarela com pintinhas de cor escura, touca de fustão com trancelim na roda”⁵².

Para o século XX, marca a economia dos detalhes: cores e outros detalhes desaparecem. O que os dados coligidos até o momento apontam é que a diferenciação entre os pobres, no que diz respeito à indumentária das crianças, relaciona-se mais à totalização das vestimentas do que aos detalhes. Ressalte-se que muitas crianças chegam só de camisola e sem fralda ou calção; os cueiros começam a rarear, há caso de criança que chegou com cueiro e sem fralda; as toucas também começam a desaparecer, e há várias de meia – se a maioria é de fustão, não podemos ignorar as de meia. A presença de babadores e outros complementos ajuda a entender o cotidiano das famílias pobres e sua capacidade econômica – presença da peça de vestuário *vis-à-vis* tecido. Assim, considero que quanto menos roupas a criança portar, mais perto da indigência ou miserabilidade aquela família está, como o caso de Julieta, de 6 meses, que chegou no dia 27/06/1907, em pleno inverno, vestida apenas com camisola de chita e fralda de algodão. No polo oposto, temos Vitorino, de 2 meses, que também chegou durante o inverno (01/08/1877) vestindo camisa de morim com renda na gola e nas mangas; como fralda, uma camisa de morim; cueiro de flanela branca; camisola de cassa com renda, entremeio de renda e fofos; na cabeça um lenço de cambrinha; como agasalho, um xale de algodão muito velho e desbotado⁵³.

⁵⁰ Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonadas...*, cit.

⁵¹ *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº. 127.

⁵² *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº. 132.

⁵³ *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº 128.

Ao longo deste artigo procurei mostrar como o cotidiano na Casa dos Expostos foi sendo alterado com a chegada desse grupo de crianças consideradas como “temporárias”, das quais algumas acabaram entrando para lá como desamparadas. Como os registros começam a ser feitos de forma mais apressada, omitem-se informações que existiam anteriormente; até mesmo a questão do batismo, tão cara àquela sociedade, passou a ser negligenciada.

Se no século XIX a referência ao local de batismo acompanhava cada registro, não raro para o século XX é encontrar a anotação na margem esquerda do registro “não se sabe se está batizada”. Os batismos por ‘perigo de vida’ continuavam, e normalmente as crianças vinham a óbito pouco tempo depois, como o caso do menino Caetano, que entrou no dia 14/10/1878, às 14h, moribundo, com convulsões, e faleceu neste mesmo dia às 23h⁵⁴; ou o Antônio, nascido na MFM, que chegou com 27 dias no dia 08/11/1903, vindo a falecer no dia 22 do mesmo mês.

Os batismos passaram a ser realizados não quando a criança entrava na instituição, como ocorria anteriormente, mas quando havia a perspectiva de alguma alteração: fosse uma morte iminente, fosse sua saída de lá. Como na maioria dos casos o padrinho era o irmão tesoureiro e fica a pergunta: aguardava-se a passagem do irmão tesoureiro para que o sacramento fosse realizado?

O período do segundo livro encontrado é capital para a Casa dos Expostos, pois o ano de 1910 abriu uma nova fase na instituição. É quando as novas instalações na rua Marquês de Abrantes são inauguradas e é efetivada sua transferência para a sede definitiva que as maiores transformações serão sentidas: a criação da seção de desamparados, além de ações voltadas para o ensino (primário e profissionalizante) dos internos e na prática médica.

O que os dados demonstram é a forma pela qual a rede de assistência à saúde vai se transformando ao longo do tempo, com o surgimento de novas instituições voltadas ao atendimento dos pobres da cidade – quer mantidas pela Misericórdia, quer pelos cofres públicos – e seu impacto no cotidiano da Casa dos Expostos, que vai se adequando aos novos tempos⁵⁵.

⁵⁴ *Livro de crianças ...*, cit., 1873-1884, registro nº. 156.

⁵⁵ Entre 1899 e 1924 surgiram no Rio de Janeiro diversas instituições voltadas para a assistência à infância. Dentre as mais representativas citamos: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipaí, 1899), criado pelo médico Arthur Moncorvo Filho e a Policlínica de Botafogo (1899), pelo médico Luiz Barbosa – ambas mantidas pela filantropia; a Policlínica das Crianças (1909) e o Hospital S. Zaccharias (1914) – ambos da Misericórdia do Rio de Janeiro; e o Hospital-Abrigo Arthur Bernardes (1924), vinculados ao Departamento Nacional de Saúde Pública e dirigido por Fernandes Figueira.

Cada vez mais o caráter médico-assistencial da Casa dos Expostos, ou sua transformação em hospício infantil, vai preponderando sobre sua função asilar. Discordo de Marcílio quanto à ideia de que a Casa dos Expostos estivesse ganhando feição de creche⁵⁶, uma vez que as creches tinham função bem definida – recebiam crianças pequenas e deveriam permitir que as mães trabalhadoras amamentassem seus filhos em horários determinados⁵⁷. É sua feição de hospedaria de crianças pobres que começa a sobrepujar a função de asilo dos indesejáveis – e tal mudança é percebida em outras localidades, como na Casa dos Expostos de Porto Alegre⁵⁸. Se, como Venâncio propôs para os séculos XVIII a XIX, a questão do abandono não está diretamente vinculada à pobreza, para o início do XX é a pobreza que gera o abandono, mesmo com a expectativa de recuperar a criança quando a situação assim o permitisse; e são os problemas advindos da questão social que cada vez mais levam mulheres às enfermarias da Misericórdia, e seus filhos à Casa dos Expostos.

⁵⁶ Maria Luiza Marcílio, “A criança abandonada...”, cit.

⁵⁷ Antonio Fernandes Figueira, *O livro das mães...*, cit., p. 156.

⁵⁸ A autora fala naquelas “que no século XX serão tuteladas pelo Estado, filhas de pessoas apartadas da sociedade”. Claudia Tomaschewski, *Entre o Estado...*, cit.

Medicamentos e vida privada na primeira metade do século XX: o combate às infeções antes e depois da penicilina

Medicines and private life in first half of the twentieth century: treating infection before and after penicillin

VICTORIA BELL

Faculdade de Farmácia
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra
victoriabell@ff.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 30/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Os medicamentos estão fortemente relacionados com o quotidiano e a vida privada. As doenças infecciosas constituem uma área da história da medicina onde se cruzam problemas de higiene pública e de higiene privada. As medidas a tomar para atacar o problema podem ser medidas sociais ou terapêuticas medicamentosas. Nas duas primeiras partes do artigo, tomam-se como base obras de referência de terapêutica medicamentosa e de higiene da primeira metade do século XX: as *Licções de Pharmacologia e Therapeutica* Geraes de E. Motta, o tratado *Bases de Terapêutica Medicamentosa*, de P. Trendelenburg, o *Manual de Hygiene*, de A. J. Lopes, *Livro de Higiene* de A. Lessa e *Como é a vida e como se defende* de F. Mira. Avaliam-se os medicamentos utilizados no combate a doenças infecciosas declaradamente relacionadas com a vida privada e o modo como esses medicamentos eram considerados, especialmente os compostos arsenicais e mercuriais. A terceira parte incide sobre a introdução da penicilina na terapêutica medicamentosa entre 1944 e 1945, tomando como fontes a literatura

Abstract:

Private and daily life is deeply associated with medicaments. Public and private health issues intersect within the medical subject of infectious disease. In order to resolve these issues social initiatives or medical treatments can be used. The first two parts of this article will evaluate the drugs used to fight infectious diseases related with private life and the way in which these drugs, especially mercurial and arsenical compounds, were regarded. This study is based upon renowned hygiene and medicament therapy studies from the early twentieth century, such as: *Licções de Pharmacologia e Therapeutica* Geraes written by E. Motta, *Bases de Terapêutica Medicamentosa*, written by P. Trendelenburg, *Manual de Hygiene*, written by A. J. Lopes, *Livro de Higiene* written by A. Lessa and *Como é a vida e como se defende* written by F. Mira. The third part of the article will focus upon the introduction of penicillin into therapy between 1944 and 1945, based on Portuguese scientific literature. We will analyze the main advantages and innovations this drug brought to the treatment

científica portuguesa. Analisam-se as principais inovações e vantagens que este fármaco trouxe para muitas doenças infecciosas com implicações na vida privada.

Palavras-chave:

Vida privada; Penicilina; Medicamentos arsenicais e mercuriais; século XX.

of infectious diseases and the implications it had in private life.

Keywords:

Private life; Penicillin; Arsenical drugs; Mercurial drugs; Twentieth century.

Introdução

A descoberta da penicilina¹ e a produção de medicamentos contendo aquele fármaco constitui, juntamente com as vacinas e as práticas de higiene, uma das etapas mais marcantes da história da farmácia e da medicina². As repercussões daquela inovação terapêutica estenderam-se para além do campo científico médico e farmacêutico. Rapidamente, após a sua produção industrial e divulgação nos anos 40 do século XX, a penicilina veio revelar que se estava em presença de um medicamento que não deixava indiferente o quotidiano e a vida privada.

A consciência de que muitas doenças graves se transmitiam através de microorganismos, e que várias dessas doenças implicavam diretamente com a vida privada e pública e com a vida diária, consolidou-se após as descobertas microbianas da segunda metade do século XIX. Com efeito, as escolas francesas de Louis Pasteur (1822-1895) e alemã de Robert Koch (1843-1910) foram dois pilares essenciais na afirmação da microbiologia científica e da sua relação com a saúde pública³. As descobertas microbianas da segunda metade do século XIX permitiram identificar inúmeros agentes responsáveis por doenças transmissíveis e que faziam parte do quotidiano da população. Estas doenças, como a sífilis, a blenorragia, a gonorreia, a pneumonia, abscessos infetados, meningites, infeções puerperais, difteria, feridas infetadas, conviviam com o homem na sua intimidade.

Muito naturalmente foi-se entendendo a gravidade da proliferação de microrganismos patogénicos. Desenvolveram-se e apuraram-se técnicas de esterilização que tinham por objetivo eliminar no ambiente, no vestuário ou nos objetos o inimigo que podia contaminar e colocar em risco a vida de muitas

¹ Cf. Milton Wainwright, "How two antimicrobials altered the history of the modern world", *Microbiology Today*, February (2007) p. 16-18; "The history of the therapeutic use of crude penicillin", *Medical History*, 31:1(1987) p. 41-50. Veja-se também Robert Bud, *Penicillin Triumph and Tragedy*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

² François Chast, *Histoire contemporaine des médicaments*, Paris, La Découverte, 1995.

³ Cf. João Rui Pita, *História da Farmácia*. 3ª ed, Coimbra, Minerva Coimbra, 2007.

pessoas⁴. Estava em causa a vida individual e coletiva. As medidas profiláticas, de âmbito social, eram as únicas passíveis de travar a proliferação da doença, devido à inexistência de uma terapêutica medicamentosa eficaz⁵.

A penicilina veio permitir a cura de várias doenças infecciosas para as quais não havia tratamento eficaz. Entre essas doenças sobressai a sífilis, patologia para a qual a penicilina se revelou eficaz tendo proporcionado a cura da doença⁶. Não queremos dizer com isto que não houvesse até então tentativas de terapêuticas medicamentosas para combater essa e outras doenças transmissíveis. Refiram-se entre vários os medicamentos mercuriais e arsenicais. Mais tarde, assinala-se a entrada na terapêutica das sulfonamidas (1935)⁷.

Neste estudo não pretendemos fazer uma história da sífilis ou de outras doenças que afetavam o quotidiano e a vida privada⁸. O nosso foco é sobre o tratamento medicamentoso de algumas doenças infecciosas profundamente relacionadas com o quotidiano e a vida privada e as alterações que se operaram a este nível com a introdução da penicilina⁹ na terapêutica medicamentosa em Portugal, em 1944¹⁰.

As doenças infecciosas e a literatura científica: a importância de tratar doenças da vida pública e privada

São esclarecedoras as palavras de Fernando da Silva Correia, na obra *Portugal Sanitário*¹¹, ao referir-se à “Patologia geral portuguesa”. Depois de caracterizar

⁴ Veja-se, por ex., Ernest Gérard, *Technique de stérilisation*, 2ª ed., Paris, Vigot Frères, 1911.

⁵ Cf. Frans Schoofs, *Traité d'hygiène pratique. Méthodes de recherches*, Paris, J.-B. Baillière et Fils, 1908.

⁶ John Parascandola, “John Mahoney and the Introduction of Penicillin to Treat Syphilis”, *Pharmacy in History*, 43.1 (2001) p. 3-13.

⁷ Sobre as sulfamidas ver: John E. Lesch, *The First Miracle Drugs: How the Sulfa Drugs Transformed Medicine*, New York, Oxford University Press, 2007.

⁸ Sobre a história da vida privada para a cronologia do nosso estudo, veja-se o volume da obra José Mattoso (ed), *História da vida privada em Portugal*. Vol. *A época contemporânea* (Coord. Irene Vaquinhas). S.I., Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011.

⁹ Cf. Andrew M Francis, “The wages of sin: how the discovery of penicillin reshaped modern sexuality”, *Archives of sexual behavior*, 42:1 (2013) p. 5-13.

¹⁰ Sobre a introdução da penicilina em Portugal ver: Victoria Bell, *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX)*. Estudo de caso da penicilina, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. Tese de doutoramento. Ver também Victoria Bell; João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, “A importância do Brasil no fornecimento das primeiras doses de penicilina para Portugal (1944)” in C. Fiolhais, C. Simões, D. Martins (eds), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Actas*, Coimbra, 2011, p. 878-891.

¹¹ Fernando da Silva Correia, *Portugal Sanitário (subsídios para o seu estudo)*, Coimbra, 1937. Trata-se de uma dissertação de doutoramento em medicina apresentada na Universidade de Coimbra.

o meio português, este higienista português era inequívoco ao referir que os problemas de patologia geral “interessam no mais alto grau aos sanitaristas, porquanto deles depende a sua ação, não só social como individual”¹². O autor estava consciente de que muitas patologias, nomeadamente as de natureza infecciosa, tinham que ver como o coletivo mas também tinham que ser vistas do ponto de vista individual. No primeiro quartel do século XX as doenças infecciosas e contagiosas, assolavam a população portuguesa. Esta era uma realidade portuguesa e europeia. Contudo deve referir-se que Portugal ocupava no que concerne a taxas de mortalidade um valor “intermédio”¹³, nas palavras de Fernando da Silva Correia, entre diferentes países europeus, americanos e orientais, embora esse intermédio, no contexto dos países apresentados seja já na metade mais baixa da tabela. Doenças como diarreia, enterite, tuberculose, gripe, pneumonia, meningite, varíola, nefrite, febre tifoide, sarampo, difteria, septicemia puerperal, tifo, constituíam algumas das principais preocupações da saúde dos portugueses com elevadas taxas de mortalidade¹⁴. E para estas patologias se eram relevantes medidas higiénicas e de interesse sanitário público, também se deve dizer que muitas delas só conseguiram ser devidamente atalhadas com o surgimento da medicação antimicrobiana.

Foi com a descoberta da penicilina e a sua transformação em medicamento abriu-se um novo capítulo da história da medicina e da farmácia. A penicilina iniciou um novo grupo medicamentoso — o grupo dos antibióticos. A preocupação com as doenças infecciosas é muito antiga e após as descobertas microbianas da segunda metade do século XIX tomou uma nova orientação. A literatura científica passou a incluir as razões da contaminação bem como o modo de evitar a propagação das doenças e de tentar a cura. Nalgumas obras a medicação da época é encarada com mais otimismo, noutras obras nem tanto: há a consciência da dificuldade em atacar com precisão o microorganismo propagador da doença pois em muitas situações a utilização dos desinfetantes não seria suficiente.

Tomámos como exemplo duas obras da literatura médica e farmacêutica com circulação em Portugal na primeira metade do século XX. As *Licções de Pharmacologia e Therapeutica Geraes* de Eduardo Augusto Motta¹⁵ e o tratado *Bases de Terapêutica Medicamentosa*, da autoria de Paul Trendelenburg.

¹² *Idem, ibidem*, p. 147.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 152.

¹⁴ Cf. *Idem, ibidem*, p. 147 e seguintes.

¹⁵ Eduardo Augusto Motta (1837-1912) foi um conhecido médico e professor da Escola Médico Cirúrgica de Lisboa. Dedicou-se com particular destaque ao ensino e investigação da matéria médica, farmacologia e da terapêutica. Autor de uma variada obra neste domínio

A obra de Eduardo Augusto Motta, *Licções de Pharmacologia e Therapeutica Geraes* teve significativa circulação. A terceira edição surge, de acordo com o autor, porque as anteriores esgotaram rapidamente¹⁶. Eduardo Motta teve por base, como ele próprio indica, alguns dos mais modernos autores da época. A. Gubler, *Cours de Thérapeutique*; J.B. Fonssagrives, *Principes de Thérapeutique générale*; Dujardin Beaumetz, *Les nouvelles medications*; G. Hayem, *Leçons de Thérapeutique*; L. Brunton, *Traité de Pharmacologie, de Thérapeutique et de Matière Médicale* e B. J. Stokvis, *Leçons de Pharmacothérapie*. Motta refere, também que foram muito importantes as obras dos autores portugueses Bernardino António Gomes e Costa Alvarenga, respetivamente autores dos *Elementos de Pharmacologia Geral* e a *Materia Médica e Therapeutica*. Na obra Motta refere-se a uma certa encruzilhada a que estava sujeita a terapêutica experimental em finais do século XIX e inícios do século XX referindo que ao médico “se incumbe de fazer progredir a sciencia à qual se votou, é ensaiar sempre, experimentar á cabeceira do doente e no laboratório, aproveitando o valioso subsídios de todas as ciências auxiliares”¹⁷. Isto é, trata-se, também de uma obra que se encontra apoiada numa corrente farmacologista mas não numa linha de “febre farmacológica”¹⁸ que no seu entender tinha “o inconveniente de todas as demasias, e sobre todos os de desprezar o contingente dos meios higiénicos na cura das doenças”¹⁹.

A 21ª lição da obra está incluída nas “Medicações da 4ª Secção ou etiocráticas”²⁰. Para o autor esta medicação dividia-se em dois grupos; medicação antissética e medicação parasiticida. Os antisséticos eram sinónimos de desinfetantes, antiputridos, anti fermentescíveis ou antizimóticos e eram “os agentes que impedem ou suspendem as fermentações”²¹. De acordo com E. Motta “o termo desinfetante emprega-se de preferência em Higiene, na qual se entende por desinfecção a operação que tem por fim destruir os agentes das doenças infetuosas, contagiosas ou infeto-contagiosas contidas nas fezes, roupas, bagagens, mercadorias, interior das habitações, porão dos navios,

científico. Cf. Carlos Tavares; Belo Morais; J. J. da Silva Amado; Guilherme Enes, “Professor Eduardo Motta”, *A Medicina Contemporânea*, 30:29 (1912) p. 225-228.

¹⁶ Eduardo Augusto Motta, *Licções de Pharmacologia e Therapeutica Geraes*. 3ª edição. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 712.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 711.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 711.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 637 e ss.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 637.

etc.”²², numa alusão direta a várias questões decorrentes do quotidiano. Isto é: os micróbios seriam os responsáveis pela propagação de doenças não só na transmissão que se fazia de corpo a corpo, de pessoa a pessoa, mas eles próprios eram responsáveis pela propagação através das roupas, bagagens, nos bens de cada um, nos meios de transporte, etc.

A antissepsia podia, segundo o autor, ser executada de acordo com os seguintes processos: mecânicos; físicos; biológicos; farmacológicos. Estes últimos, dada a sua natureza, foram desenvolvidos pelo autor pois eram os processos que envolviam medicamentos. Sustentado na classificação de Miquel, Motta dividiu os antisséticos em seis grupos: altamente antisséticos (com sais de mercúrio e de prata); muito fortemente antisséticos (sais de halogéneos, derivados do cloro e sais de cobre entre outros); e ainda outras antisséticos incluídos nos grupos de fortemente antisséticos (ácido salicílico, ácido benzóico, ácido fénico, etc.); moderadamente antisséticos (ácido bórico, hidrato de cloral, salicilato de sódio, etc.); fracamente antisséticos (borato de sódio, cloreto de bário, cloreto de cálcio, etc.); muito fracamente antisséticos (iodeto de potássio, cloreto de sódio, brometo de potássio, etc.). Nos medicamentos fortemente antisséticos Motta sublinha o papel da antipirina que considerava mais antissético do que outros produtos como o ácido fénico, o permanganato de potássio, o tanino, sais de quinino, compostos arsenicais, ácido bórico, hidrato de cloral, salicilato de sódio, sais de ferro, cloreto de cálcio e álcool. Motta juntava ainda à sistematização anterior a classificação de Hayem que incluía outras substâncias com propriedades antisséticas. Contudo, transparece da obra que a atuação dos antisséticos, que podiam ter uso interno ou externo, era muitas vezes insuficiente para atalhar as doenças infecciosas. O autor referia que “o emprego dos antisséticos para combater as doenças gerais ou internas é muito mais limitado do que o emprego localizado ou *in situ*”²³. O que estava em causa era utilizar ou conseguir substâncias que “sendo tóxicas dos micróbios não o são das células humanas”²⁴. No início do século XX o caminho terapêutico a seguir parecia ser a utilização de antisséticos por via interna em todas as doenças que fossem consideradas como infetocontagiosas e tentavam conseguir-se alguns soros e algumas vacinas. Eduardo Motta alertava para doenças como a febre tifóide, a difteria, a septicemia, a varíola, a cólera, etc. Isto é: patologias do quotidiano, decorrentes algumas delas das próprias práticas e vivências diárias. Para estas, Motta recomendava

²² *Idem, ibidem*, p. 637.

²³ *Idem, ibidem*, p. 649.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 649.

antissépticos e entre os mais utilizados contavam-se o ácido fénico, o ácido salicílico, o quinino, a cânfora, o iodofórmio e alguns ácidos minerais e vegetais. Eduardo Motta estava consciente de que “a doença microbiana traduz-se em fraqueza do organismo na luta contra o microorganismo e com os agentes eliminadores”²⁵ sendo aconselhável completar o tratamento com tónicos e estimulantes. Esta obra transmite-nos as preocupações terapêuticas para com as doenças infecciosas. As terapêuticas estavam diretamente relacionadas com as descobertas científicas de finais do século XIX e inícios do século XX que deram a conhecer os agentes responsáveis por um vasto conjunto de doenças infecciosas²⁶. Lembramos que o paradigma microbiano de doença proporcionou o surgimento de terapêuticas antimicrobianas e novas terapêuticas preventivas. Sobre a definição de bacteriologia, expressão muito usual em finais do século XIX, e qual o seu campo de atuação são expressivas as palavras insertas no *Diccionario de medicina practica*²⁷ que a define como sendo: a “ciência que estuda o desenvolvimento, propagação, cultura e transmissão de micróbios, sua influência mórbida e seu aniquilamento pelos meios clínicos diversos”²⁸. Isto é: além de estudar os *micróbios* a bacteriologia ocupava-se da sua extinção através de meios clínicos diversos. Os micróbios surgem no *Diccionario* como entidades não visíveis a olho nú, de muito fácil transmissão, presentes nos locais, nos objetos, bem como nos corpos humanos e animais. Desse modo, de acordo com aquela obra, esses terríveis invasores do organismo humano eram responsáveis por doenças como a cárie dentária, o tifo, a cólera, a difteria, a lepra, a tuberculose, blenorragia, sífilis, etc. No *Diccionario* fica claro o reconhecimento da ausência de uma terapêutica medicamentosa eficaz no combate às doenças propagadas por micróbios e por isso era importante “impedir a produção dos agentes infecciosos”²⁹, “destruir os agentes infecciosos”³⁰, “neutralizar os efeitos

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 652.

²⁶ Na segunda metade do século XIX foram descobertos inúmeros microorganismos responsáveis por diversas doenças infecciosas fruto do apurado trabalho de uma vasta galeria de microbiologistas. A descoberta de vários destes agentes microbianos permitiu conhecer o agente causador da doença, seu modo de propagação e proporcionou o investimento na procura de medicamentos curativos ou preventivos eficazes. Veja-se sobre este assunto: João Rui Pita, *História da Farmácia*, cit., p. 217 e segs; Fernando Maltez; Ramalho de Almeida, *História das doenças infecciosas*, s.l., 2014; Antonio Carreras Panchón, *Miasmas y retrovirus. Cuatro capítulos de la historia de las enfermedades transmisibles*, Barcelona, Fundación Uriach, 1838, 1991.

²⁷ *Diccionario de medicina practica. Organizado sobre as compilações de sciencias medicas dos abalisados clínicos*, tomo I, Lisboa, Empreza Bibliotheca dos Livros Uteis, s.d.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 118.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 128.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 128-129.

dos agentes infecciosos, preparando o organismo para não lhes sofrer os ataques ou destruindo-os no organismo antes que eles comecem a exercer a sua ação perniciosa”³¹, “impedir que o agente se propague”³². Mostravam-se assim relevantes as medidas preventivas, de contenção, de isolamento, bem como as de desinfecção.

A obra de Paul Trendelenburg³³, *Bases de Terapêutica Medicamentosa*, foi traduzida por Sílvio Rebelo e editada em 1927³⁴. Trata-se de uma obra de conteúdo relevante, da autoria de um farmacologista de renome internacional³⁵. A obra insere-se na corrente farmacologista experimental, isto é, toda a terapêutica medicamentosa tem que ser sustentada nos alicerces da moderna farmacologia experimental. O último capítulo da obra é dedicado aos “medicamentos etiotropos”, isto é, aqueles que atuavam sobre o agente causal da doença — o microrganismo. A obra encerra vários princípios ativos de origem natural e de origem química. Desde logo a quina e o cloridrato de quinina usados sobretudo no tratamento do paludismo. A ipecacuanha (tratamento da disenteria amebiana). O mercúrio sobre o qual era dito que “é reconhecido por todos o alto valor terapêutico (...) em todas as formas recentes da sífilis”³⁶. No entanto a obra refere os “perigos” daqueles compostos que podiam ir de lesões musculares, necrose dos músculos, intoxicações, etc. administrando-se por via injetável ou uso externo. O bismuto constituía outro grupo de fármacos com propriedades etiotrópicas. O autor mostrava-se muito otimista relativamente à utilização destes produtos. Sobre esse assunto refere: “O bismuto assim como os seus sais solúveis e insolúveis foram aplicados em França (...) na terapêutica de todos os estádios da sífilis. Os resultados foram, em geral, excelentes e mesmo superiores aos que se podem conseguir com um tratamento mercurial enérgico”³⁷, privilegiando-se a via de administração intramuscular. O autor salienta o facto de algumas vezes o bismuto se associar ao arsénio e também que o cádmio, o selénio e o vanádio ou sais destes elementos estavam a ser utilizados experimentalmente no tratamento da sífilis. Contudo, o salvarsan

³¹ *Idem, ibidem*, p. 129.

³² *Idem, ibidem*, p. 129.

³³ Paul Trendelenburg (1884-1931) foi um médico, cientista e professor universitário alemão que desenvolveu a sua atividade nas Universidades de Rostock, Friburgo e Berlim. O seu campo de trabalho privilegiado era a farmacologia. Veja-se notícia do seu falecimento no *British Medical Journal*, Feb, 1931, p. 291.

³⁴ Paul Trendelenburg, *Bases de Terapêutica Medicamentosa*, Lisboa, J. Rodrigues & C^a, 1927. Tradução e adaptação portuguesa de Sílvio Rebelo.

³⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p. VI.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 284.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 287.

e seus derivados mereceram especial atenção do autor da obra. Recorde-se que o salvarsan foi uma descoberta do cientista Paul Erlich (1854-1915). Este cientista, descobriu e introduziu na terapêutica o salvarsan, administrado por via injetável, também conhecido por 606. Além de outras aplicações o salvarsan começou a ser usado no tratamento da sífilis. Trendelenburg era inequívoco ao dizer que “a ação do salvarsan excede em rapidez e segurança, a do mercúrio. As probabilidades de cura são especialmente notáveis quando se inicia o tratamento pouco tempo depois de adquirida a infecção luética”³⁸. Contudo, ficava bem patente na obra os inúmeros efeitos secundário de que o produto era portador. Também é interessante salientar que Trendelenburg, ao descrever outros fármacos etiotrópicos, coloca como uma das referências maiores o tratamento da sífilis. Descreve vários outros fármacos como o arsanilato de sódio (atoxil) que era muito usado no tratamento da sífilis antes da descoberta do salvarsan; os derivados iodados; drogas contendo saponinas; compostos antimoniais. Dentro do grupo dos medicamentos etiotrópicos Trendelenburg incluía ainda os soros que tiveram grande impacto entre os finais do século XIX e primeiros anos do século XX. Os soros entraram na terapêutica quando Emil Adolf Von Behring (1854-1917) descobriu e propôs o soro anti-diftérico. Além deste a obra descreve o soro anti-tetânico. As vacinas contra a varíola, a raiva e outras vacinas como a anti-tífica, anti-estafilocócica, anti-gonocócica, anti-colibacilar e anti-tricofítica são outras vacinas referenciadas por Trendelenburg. A terminar este grupo de medicamentos a obra inclui as designadas tuberculinas, cujo objetivo era serem utilizadas por via injetável para o combate à tuberculose. Nesta obra fica muito mais clara a distinção entre os medicamentos etiotrópicos e os medicamentos antissépticos. Os antissépticos, juntamente com os antiparasitários, usados externamente, são descritos logo a abrir à parte dos diferentes medicamentos estando sobretudo destinados ao uso externo. Também aqui ficam, a nosso ver, muito mais claras as ações de vários destes fármacos no tratamento de várias afeções, embora por vezes sem grande eficácia, que molestavam homens e mulheres na sua vida, quer pública, quer privada, quer como agentes preventivos. O fenol, o cresol e derivados eram frequentemente usados como desinfetantes de fossas, de escarros ou de fezes no caso de doenças contagiosas. O ácido salicílico era usado no tratamento de feridas. O iodo e o iodofórmio, podiam constituir poderosos desinfetantes da superfície cutânea. Os compostos à base de cloro, com destaque para o soluto de Dakin, eram usados no tratamento

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 290.

de feridas³⁹. A lista de desinfetantes é extensa e mexem com o quotidiano, com os problemas sanitários, mais simples ou mais complexos do quotidiano. É o caso dos desinfetantes oxigenados (água oxigenada, permanganato de potássio, clorato de potássio) usados na desinfecção de feridas. Álcool, aldeído fórmico, antissépticos profundos, compostos mercuriais solúveis e insolúveis, derivados do bismuto, sais de zinco, sais de chumbo, sais de alumínio, sais de prata, sais de cobre, sais de ferro, enxofre e derivados, ácidos diversos, drogas tânicas, alcatrão, balsam do Perú, naftol, resorcina, pirogalhol, crisarobina, cevadilha, veratrina, tiosinamina e pepsina. Um dos tópicos comuns nestes desinfetantes era a desinfecção da superfície cutânea, com maior ou menor especificidade, por exemplo o tratamento de furúnculos, da acne, tratamento de piolhos do couro cabeludo, tinha, eczemas, etc. que constituíam problemas de saúde intimamente relacionados com a vida privada⁴⁰. Nas *Bases de Terapêutica Medicamentosa* fica bem patente a necessidade de existir uma medicação eficaz, curativa ou preventiva, para o tratamento de doenças infecciosas. Verifica-se optimismo perante alguns fármacos, como, por exemplo, o salvarsan, mas transparece, também, a consciência de que esses medicamentos eram os medicamentos possíveis, reconhecendo-se as suas limitações quer pelos efeitos produzidos, quer pelos efeitos secundários causados. Por outro lado, é muito interessante salientar que muitos dos efeitos terapêuticos apontados prendem-se, justamente, com problemas de saúde derivados da vida quotidiana e intimamente relacionados com a vida privada.

Higiene e doenças infecciosas: os cuidados existentes e a medicação desejada

No *Répertoire d'Hygiène et de Médecine Sociales*, L.-H. Dejust⁴¹ era muito claro ao escrever que os problemas de higiene podiam ser equacionados de dois modos: os de ordem biológica e os de ordem social. Solucionar os problemas de ordem social, que muitas vezes estavam relacionados com questões da vida

³⁹ O interesse e a importância do soluto de Dakin pode ser visto na dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto por Joaquim Alves Correia de Araújo, *O método de Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infectadas*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1917.

⁴⁰ Veja-se o que é dito por Ana Leonor Pereira e João Rui Pita no capítulo “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal” in José Mattoso (Dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol 3, cit., p. 92-116.

⁴¹ Louis Henri Dejust, *Répertoire d'hygiène et de médecine sociales*, Paris, Union des Syndicats Médicaux de France, 1923.

privada, dependeria muitas vezes da solução que fosse dada aos problemas de natureza biológica⁴². As medidas medicamentosas mostravam-se em muitos casos relevantes para a resolução de problemas de natureza biológica e consequentemente, muitas vezes, contribuíam para maior êxito das medidas de natureza social⁴³.

Se percorrermos alguns tratados de higiene ou obras afins em período anterior à divulgação da penicilina, verificamos existir consciência de que muitas doenças infecciosas altamente letais tinham que ver com o quotidiano. Havia a interiorização de que a medicina e a farmácia não dispunham de um tratamento eficaz contra essas mesmas doenças. Este estado de coisas encontra-se patente em obras divulgativas de preceitos higiénicos e em estudos científicos publicados em tempo anterior à penicilina. Por isso se referia no *Diccionario de hygiene e medicina* que “a missão da higiene, perante o indivíduo e perante a coletividade é premunir para preservar do possível contágio das doenças”⁴⁴. Pensamos que por estas razões eram muito valorizados os preceitos higiénicos não só a nível do público mas também do privado. Ricardo Jorge (1858-1939)⁴⁵ não hesitava mesmo em considerar que a higiene era a “filha diletta da civilização moderna”⁴⁶, isto é, “aquela ciência que, de modo fundamentado, pugnava pelo cumprimento do ideal de bem-estar físico-moral tanto do indivíduo como da sociedade”⁴⁷.

Conscientes de que a medicação a instituir não era eficaz na sua totalidade, os médicos prescreviam medidas profiláticas, higiénicas. O médico António

⁴² Pedro Lain Entralgo considera, a partir da Primeira Guerra Mundial, alterações profundas na causa das diferentes doenças: as doenças infecciosas, as doenças de causa essencialmente social, as doenças neoplásicas. Cf. P. Láin Entralgo, *Historia de la medicina*, Barcelona, Salvat Editores, 1989, p. 643 e segs.

⁴³ Gonçalves Ferreira, na sua obra *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990) considera que “as doenças que dependem de fatores causais desfavoráveis à saúde próprios de grupos da sociedade ou que pelas suas consequências afetam a vida destes grupos em termos de lhes causarem prejuízos e dificuldades acima de um nível aceitável” (p. 261). Prossegue este médico e higienista: “no fundo todas as doenças são sociais, pelo menos em relação a este segundo aspeto” (p. 261).

⁴⁴ *Diccionario de hygiene e medicina*, vol. 2, Lisboa, João Romano Torres & C^a, 1909, p. 875.

⁴⁵ Sobre Ricardo Jorge e a saúde pública veja-se, por exemplo, a obra de Isabel Amaral et al (coord.), *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX a propósito de Ricardo Jorge*, Lisboa, CELOM, 2010. A propósito do centenário de Ricardo Jorge veja-se: Fernando da Silva Correia (compilação, prefácio, notas e conclusões), *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge*, Lisboa, Edição do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960.

⁴⁶ Ricardo Jorge, *Hygiene social aplicada à Nação Portuguesa. Conferencias feitas no Porto*, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos, 1885, p. III.

⁴⁷ Ana Leonor Pereira, João Rui Pita, “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”, *Revista de História das Ideias*, 15 (1993) p. 438.

de Jesus Lopes, na sua obra *Manual de Hygiene* publicada em 1909 refere: “dois grandes recursos temos à mão para evitar a propagação das doenças contagiosas – o isolamento e a desinfecção”⁴⁸. A desinfecção permitiria a destruição dos *germenes* das doenças contagiosas e pelo isolamento evitava-se que a doença fosse transmitida diretamente. O que estava em causa nestas condições era a antiga noção de contágio que nos finais do século XIX se via atingida por uma nova ordem de conhecimentos: a identificação de entidades microbianas responsáveis pela propagação dessas mesmas doenças contagiosas e que haviam sido no passado responsáveis por uma série de epidemias como varíola, cólera, etc. Mas os cuidados preventivos eram os possíveis havendo a consciência das suas limitações. As fragilidades terapêuticas da época face ao advento de um conjunto de doenças infecciosas que assolavam a vida privada e pública deixavam os higienistas numa posição de optimismo relativo perante as inovações terapêuticas que se iam verificando.

Devemos lembrar que as descobertas microbianas responsáveis por determinadas doenças infecciosas abriram campo a novas preocupações higienistas⁴⁹. Na conhecida obra de higiene, intitulada *Hygiène Nouvelle*, o autor, Galtier-Boissière⁵⁰ ao abordar as doenças transmissíveis referia que elas se podiam transmitir por diversas formas. Nesta alusão há, efetivamente, uma relação com práticas do quotidiano. Havia, também a consciência de que somente adotando medidas de higiene se podia travar a proliferação das doenças havendo reconhecimento de que não existia uma medicação eficaz para muitas dessas patologias. A desinfecção era a medida prioritária havendo também medidas a adotar antes da desinfecção com aldeído fórmico e com ácido sulfuroso, dois agentes prioritários⁵¹. Nesta obra referia-se que as doenças podiam ser transmissíveis pelas dejeções, pelos objetos, através da pele e mucosas, através dos mosquitos, através dos animais.

No *Livro de Higiene* de Almerindo Lessa (1908-1995)⁵² coloca-se de um modo muito claro e acessível os problemas mais relevantes da higiene mas também, as soluções que havia para o tratamento de doenças infecciosas que afetavam a vida quotidiana. O autor tentou fazer uma síntese sustentada nos

⁴⁸ António de Jesus Lopes, *Manual de Hygiene*, Lisboa, Arnaldo Bordalo, 1909, p. 226.

⁴⁹ Cf. Ana Leonor Pereira, João Rui Pita, “Liturgia higienista no século XIX ...”, cit., p. 437-559.

⁵⁰ Galtier-Boissière, *Hygiène Nouvelle*, 2ª ed., Paris, Librairie Larousse, s.d. [1909?] p. 35 e ss.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 366-367.

⁵² Almerindo Lessa, *Livro de higiene*, Lisboa, Editor Nunes de Carvalho, 1936. Almerindo Lessa (1908-1995) foi um prestigiado médico e professor universitário. Foi um hematologista de significativo prestígio.

então mais atuais autores e sublinha com particular ênfase o papel de autores brasileiros e norte-americanos. Na terceira parte da obra, Almerindo Lessa reporta-se às “Doenças Gerais” que divide em quatro capítulos: doenças infecciosas, doenças parasitárias, doenças sociais e doenças epidémicas internacionais. Nas primeiras foca as infeções gripais, as infeções tifóides, as febres eruptivas, o sarampo, a escarlatina a rubéola, e a varicela, a varíola, a difteria, a coqueluche, a raiva, a meningite cérebro-espinal epidémica e o trachoma. Nas doenças parasitárias foca-se na disenteria, nas doenças cutâneas e no sezonismo. As doenças sociais compreendiam o alcoolismo, o cancro, a lepra, a tuberculose, doenças venéreas e a sífilis. Nas doenças epidémicas internacionais o autor refere a cólera, a peste e a febre-amarela. Entre todas estas patologias algumas podemos considerar intimamente relacionadas com a vida quotidiana, a vida privada e cujo tratamento apenas foi conseguido de modo eficaz com o advento da penicilina. É o caso das doenças venéreas e em concreto da sífilis sobre a qual o autor refere que “infelizmente ainda não há uma vacina contra a sífilis em vista do que a defesa se tem de exercer por vários campos, tantos como as origens do mal, podendo nós assim considerar três espécies de profilaxia – individual, familiar e nacional”⁵³. As medidas profiláticas, deveriam ser aplicadas também, à blenorragia e ao cancro mole. Sobre a blenorragia considerava ser uma “doença das pessoas descuidadas pois que simples práticas de Higiene aplicadas a tempo, a podem prevenir”⁵⁴. Este sentido de prevenção, inerente às medidas higiénicas, apresentava redobrado interesse perante a pouca eficácia da terapêutica medicamentosa existente.

A incapacidade de ter um medicamento eficaz no combate a doenças infecciosas encontrava-se bem patente nas palavras de Ferreira de Mira⁵⁵ na obra *Como é a vida e como se defende. Noções gerais de biologia*⁵⁶. O autor estava bem consciente da influência maléfica de muitos microrganismos, micróbios como referia, da ausência de medicamento eficaz e da consciência de que a medicação então existente não era seletiva e que alguns tratamentos

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 459.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 453.

⁵⁵ Matias Ferreira de Mira (1875-1953) foi um prestigiado médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Trabalhou nas áreas da fisiologia e da química fisiológica. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e deputado na Primeira República. Cf. Kurt Jacobsohn, “Prof. Ferreira de Mira”, *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, 12:1 (1957-58) p. 1-3; Joaquim Fontes, “Ferreira de Mira. In memoriam”, *Gazeta Médica Portuguesa* 6:1 (1953) p. 1.

⁵⁶ M. Ferreira de Mira, *Como é a vida e como se defende. Noções gerais de biologia*, Porto, Edição de A. Sousa Cruz, 1933.

proporcionavam efeitos devastadores no organismo. Por isso referia: “os micróbios são facilmente destruídos quando se submetem à temperatura da água a ferver ou à ação de vários produtos que todos nós conhecemos sob a denominação de desinfetantes ou de antissépticos. O ácido fénico, o sublimado corrosivo, o iodo e outros”⁵⁷. Na sequência destas palavras esclarecia ainda, consciente na ausência de um medicamento eficaz: “Mas, em geral, o que mata as células que formam os micróbios destrói também as células que constituem os tecidos, e é nisto que consiste a grande dificuldade de combater as doenças microbianas”⁵⁸. Por isso, para Ferreira de Mira, a pergunta que o médico colocava a si próprio era de saber “como há-de matar os micróbios sem matar as células dos tecidos em que eles se fixarem”⁵⁹.

A introdução da penicilina na terapêutica medicamentosa: suas repercussões na vida privada

Em 1943 *Actualidade e Utilidades Médicas* publicou um estudo sobre a penicilina onde se refere: “Pois que um caso clínico de retumbância mundial trouxe à luz da publicidade mais cedo do que esperávamos, este novo fármaco a que já são atribuídas famosas propriedades terapêuticas”⁶⁰. Acrescentava ainda o artigo que ainda era cedo para delimitar a atuação do fármaco embora já não houvesse dúvidas de que se tratava de um medicamento eficaz nas infeções estafilo, estrepto, gono e pneumocócicas e em infeções produzidas por germes anaeróbios. José Garrett, no artigo “Utilização clínica da penicilina”⁶¹ dava a conhecer as muitas utilizações, com muito êxito, da penicilina. Verificamos que muitas delas tinham que ver com a dinâmica da vida privada, com a problemática social. Baseado na *National Research Council* dos EUA o autor refere as principais indicações da penicilina, das quais citamos algumas: infeções estafilocócicas; gangrena gasosa; edema maligno; bacteriemia pelo estreptococo hemolítico; infeções estreptocócicas graves; infeções pneumocócicas, carbunculose.

A penicilina não era apenas aplicável a situações complexas, com cirurgias e com elevado tempo de internamento hospitalar. A penicilina reservava-se também para situações relacionadas com a vida privada, com o quotidiano de cada um dos que dela necessitavam. Assim a literatura científica começa a

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 128.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 128.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 128.

⁶⁰ “Penicilina”, *Actualidade e Utilidades Médicas*, 2 (1943) p. 182-183.

⁶¹ José Garrett, “Utilização clínica da penicilina”, *Portugal Médico*, 29(1945) p. 304-311.

referir a utilização de penicilina para casos muito diversificados. A imprensa científica portuguesa começa a inscrever nas suas páginas resumos ou outros textos que adaptam estudos realizados fora de Portugal mas também artigos que tiveram por base estudos ou notas clínicas realizadas em Portugal. Nesta sequência, o primeiro estudo que encontrámos no decurso da nossa pesquisa foi de Guilherme Lopes, da Casa de Saúde de S. Lázaro, em Braga, que descreve a utilização do medicamento no tratamento de seis casos graves. O resultado das suas observações foi publicado em Outubro de 1944 na conhecida revista *A Medicina Contemporânea*. O estudo intitulava-se “A penicilina por via carotidiana”⁶². Nos casos descritos a penicilina havia sido administrada por via arterial. Os doentes ficaram curados e o último caso descrito era, de acordo com o autor, uma novidade científica pois utilizou pela primeira vez a artéria carótida para a administração da penicilina no tratamento de uma meningite meningocócica. Tendo em consideração que a penicilina começou a ser distribuída em Portugal em Setembro de 1944 a publicação deste artigo mostra claramente o empenhamento que foi dado em Portugal à utilização da penicilina. António Braga, cirurgião do Hospital de Santo António, no Porto, fala da cura rápida de um furúnculo infetado do lábio superior de um homem que após tratamentos sem êxito com outros medicamentos ficou curado após tratamento de três dias com penicilina⁶³.

Os artigos referidos são da autoria de médicos e são os primeiros que encontrámos publicados em Portugal e decorrentes de casos clínicos verificados no nosso país.

No estudo de revisão do médico Pimentel Barata, “Penicilina - Revista geral”⁶⁴ é dada uma visão de conjunto sobre a penicilina, suas aplicações e condições de aplicação e as principais patologias em que a sua aplicação tinha êxito. Mais uma vez aqui há uma remissão para várias situações intimamente relacionadas com o quotidiano e a vida privada e para as quais vários dos estudos de higiene atrás referidos sublinhavam a necessidade de ter medidas adequadas. Destacamos a pneumonia, a meningite, as infeções das cavidades naturais mas também outras que a nosso ver mexem com o nosso quotidiano. Caso de abscessos, feridas das partes moles, fraturas expostas, infeções gangrenosas e infeções gonocócicas.

⁶² Guilherme Lopes, “A penicilina por via carotidiana,” *A Medicina Contemporânea*, 62:19-20 (1944) p. 224-225.

⁶³ “A penicilina no furúnculo antracóide do lábio superior”, *Jornal do Médico*, 5:99(1945) p. 90-91.

⁶⁴ Pimentel Barata, “Penicilina – Revista geral”, *Jornal do Médico*, 131 (1945) p. 277–288.

O mesmo autor atrás referido, António Braga, relatava também um caso de cura de meningite que resistia a outras medicações. No estudo “Efeito da penicilina num caso de meningite pneumocócica”⁶⁵ aquele médico do Hospital de Santo António falava do êxito da aplicação da penicilina a um doente internado no Hospital onde exercia clínica e referia: “O caso que hoje apresentamos dá um pouco de esperança no tratamento desta meningite aguda. A penicilina conseguiu dominar uma meningite que se instala secundariamente num indivíduo portador de otite média supurada, que evoluçionava há perto de três meses”⁶⁶.

Noutras patologias infecciosas a penicilina veio a tornar-se altamente eficaz e em muitos casos a única opção terapêutica possível. No *Actualidades e Utilidades Médicas*, em 1946, referia-se: “Antes do advento das sulfamidas e da penicilina consistia o tratamento clássico da oftalmia dos recém nascidos na lavagem cuidadosa dos olhos e na aplicação de um colírio antisséptico, recorrendo-se ainda nalguns casos à piretoterapia, mediante uma injeção de leite (...) ao contrário das sulfamidas a penicilina atua maravilhosamente em presença do pus (...) que vem a ser o proporcionar uma cura verdadeiramente impressionante pela rapidez com que se produz — em dezoito horas”⁶⁷. Nas pneumonias a penicilina viria a mostrar-se da maior importância. São esclarecedoras as palavras de *Actualidades e Utilidades Médicas*: “A acção da penicilina na pneumonia é deveras impressionante. Embora os fenómenos críticos só apareçam à quarta injeção (...) o que já é extraordinário, o certo é que logo a partir da primeira, se inicia a modificação do estado geral — em muito poucas horas o doente deixa subjectivamente de o ser. Mas objectivamente o processo infeccioso local persiste e prolonga-se por alguns dias (...) de ator, o doente passa a ser espetador da sua doença”⁶⁸ sendo os efeitos secundários muito mais reduzidos. Em ginecologia, nas infeções puerperais, a penicilina veio a revelar-se da maior importância. São claras as palavras de Alberto Reis:

“As infeções puerperais ou ‘post-abortum’ conduzem aos mais variados problemas clínicos que se podem imaginar, exigindo do médico a maior atenção para surpreender com precocidade as complicações que surgem (...) Com a penicilina surgiu a esperança de podermos actuar nos casos aonde as sulfamidas se mostraram impotentes e, com a associação dos dois agentes, nas

⁶⁵ Cf. António Braga, “Efeito da penicilina num caso de meningite pneumocócica”, *Jornal do Médico*, 6:129 (1945) p. 219-220.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 219.

⁶⁷ “Oftalmia dos recém-nascidos”, *Actualidades e Utilidades Médicas*, 3, 1946, p. 141.

⁶⁸ “Pneumonia”, *Actualidades e Utilidades Médicas*, 2 (1946) p. 155.

infeções aonde apareçam micróbios variados, uns resistentes à penicilina, como o colibacilo, e outros resistentes às sulfamidas, como o estafilococo”⁶⁹.

A utilização da penicilina no tratamento de doenças venéreas foi abordada por muitos clínicos portugueses⁷⁰. Foram publicados muitos estudos que testemunham o interesse pelo tema que traduzia, também, o reconhecimento da sua importância para a saúde pública e privada. A sífilis e outras doenças venéreas tinham esta dupla face: por um lado constituíam um problema de saúde que mexia com a intimidade e a privacidade de cada um, mas por outro lado, constituíam um problema de saúde pública em que era necessário agir⁷¹. Também no plano militar a questão da sífilis se colocava com muita e forte incidência, provocando uma enorme taxa de incapacidade entre os militares.

John Mahoney e colaboradores realizaram estudos pioneiros no tratamento da sífilis pela penicilina. Os seus trabalhos comprovaram a eficácia do medicamento⁷² naquela doença e constituíram o ponto de partida para o desenvolvimento de outros estudos sobre doenças venéreas⁷³. Com a institucionalização da penicilina no tratamento da sífilis decresceu a sua prevalência⁷⁴, a incidência da doença diminuiu 75% entre 1944 e 1954 e a mortalidade associada caiu 98% entre os finais da década de 40 e 1975⁷⁵.

Em Agosto 1945 Eduardo Botelho de Gusmão e João Manuel Bastos publicaram o artigo “Penicilina e gonorreia”⁷⁶ que resultou de um trabalho original apresentado pelos autores no I Congresso Português de Urologia em 1945. Neste trabalho foram estudados 56 casos de blenorreia tratados no

⁶⁹ Alberto Reis “Sobre a penicilina em ginecologia”, *Portugal Médico*, 30 (1946) p. 148.

⁷⁰ Ver uma abordagem histórica deste assunto desde o século XVIII em: João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, “Doenças venéreas: do século XVIII ao século XX. Medicamentos de Ribeiro Sanches a Fleming” in: *XVI Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar. Na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2007, p. 359-380.

⁷¹ Cf. John M. Douglas, “Penicillin Treatment Syphilis - Clearing Away the Shadow on the Land” *The Journal of the American Medical Association*, 301:7 (2009) p. 769-771.

⁷² Joseph Earle Moore et al. “The treatment of early syphilis with penicillin - A preliminary report of 1418 cases”, *The Journal of the American Medical Association*, 126:2 (1944) p. 67-73.

⁷³ R.R. Willcox, “Treatment of early venereal syphilis with antibiotics”, *British Journal Of Venereal Diseases*, 38 (1962) p. 109-125.

⁷⁴ Cf. Andrew M. Francis, “The wages of sin: how the discovery of penicillin reshaped modern sexuality”, cit.

⁷⁵ Cf. John M. Douglas, “Penicillin Treatment Syphilis - Clearing Away the Shadow on the Land”, cit.

⁷⁶ João Manuel Bastos e Eduardo Botelho de Gusmão, “Penicilina e gonorreia” *Imprensa Médica*, 11:15 (1945) p. 235-237.

Hospital do Desterro, no Dispensário da Junta de Província da Estremadura e na clínica particular dos autores. A penicilina para a realização destes estudos foi cedida pela Embaixada dos EUA, o que pode ser confirmado no arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa (que tutelou no início a importação e distribuição da penicilina em Portugal) em Lisboa⁷⁷. Armindo Morais, médico urologista no Porto, avançava com os êxitos obtidos com a penicilina no tratamento da sífilis sendo inequívoco ao escrever que “nenhum dos tratamentos antissifilíticos clássicos deu tanta tranquilidade ao médico e aos doentes como a penicilina”⁷⁸. Efetivamente trata-se, pela primeira vez, da cura da sífilis através de um medicamento e esta profunda alteração merecia o destaque de muito estudo científico, de traduções de estudos publicados no estrangeiro e de muito texto divulgativo. O que estava em causa era o tratamento de uma doença multissecular, para a qual não havia tratamento garantido, que mexia diretamente com a vida privada e que constituía, também, um grave problema de saúde pública⁷⁹. Diogo Furtado e colaboradores publicaram em 1945 o artigo “Contribuição para o estudo do tratamento do tabes com penicilina”⁸⁰ onde os autores reconhecem que o surgimento da penicilina com a sua quase ausência de toxicidade aliada a um forte ação antibacteriana tornaram-na no medicamento de primeira indicação no tratamento de infeções bacterianas. Em 1946 Juvenal Esteves no publicou o artigo “O tratamento da sífilis pela penicilina”⁸¹ que resulta da investigação realizada no Serviço de Doenças Infectocontagiosas do Hospital do Rêgo. Este serviço era tutelado pelo Prof. Doutor Fernando da Fonseca (centro patrocinado pelo Instituto para a Alta Cultura). O mesmo estudo foi publicado por em 1946 noutra revista, *Portugal Médico*, embora não tenham sido incluídos os resultados nem a descrição dos casos clínicos tratados pelo autor que acentuava a vertente antissifilítica da penicilina: “podemos dizer que a penicilina representa o medicamento antissifilítico mais inócuo conhecido até agora e que portanto pode ser manejado com uma notável margem de segurança. Não interfere com a utilização de outros medicamentos, arsénico, bismuto ou mercúrio

⁷⁷ Cf. Victoria Bell, *Introdução dos antibióticos em Portugal (...)*, cit. p. 196 e ss.

⁷⁸ Armindo Morais, “Tratamento da sífilis primária pela penicilina”, *Jornal do Médico*, 6:129 (1945) p. 223-224.

⁷⁹ Veja-se, logo nos primeiros anos de introdução da penicilina em Portugal, por exemplo: “Sobre a penicilina na sífilis”, *Jornal do Médico*, 5(101)1945, p. 154.

⁸⁰ Cf. Diogo Furtado, Miranda Rodrigues, Domingos Machado, “Contribuição para o estudo do tratamento do tabes com penicilina I”, *Jornal do Médico*, 6:135 (1945) p. 411-420.

⁸¹ *Clínica Contemporânea*, 1:1 (1946) p. 36-45.

(...)"⁸². Em Outubro de 1945 Luís de Sá Penella proferiu na sessão inaugural do novo triénio da Sociedade de Dermatologia e Venereologia a conferência "Os progressos da sifiliterapia"⁸³ que foi publicada na revista *Imprensa Médica*. O autor descreve a penicilina como um novo fármaco que muito rapidamente havia ocupado um enorme espaço na terapêutica medicamentosa. Mário Trincão, na revista *Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental* deixou bem claro que a penicilina apresentava elevada capacidade de cura da sífilis⁸⁴.

Também noutras patologias do foro sexual a penicilina veio a revelar-se com o maior êxito sendo esclarecedor o que foi dito em *Actualidades e Utilidades Médicas*: "A penicilinoterapia vai tornar-se, portanto, o tratamento mais cómodo e mais eficaz da blenorragia, pois o gonococo é dos germes mais sensíveis à sua acção"⁸⁵. César Anjo (Filho), na obra *Luta anti-venérea*⁸⁶, referia-se aos efeitos benéficos da penicilina na luta contra as doenças venéreas, em particular, a sífilis dizendo que este medicamento tinha "resultados até hoje nunca conseguidos"⁸⁷. De acordo com César Anjo, "hoje, por exemplo, a blenorragia cura-se em dois a cinco dias, com toda a segurança, numa percentagem que se avizinha dos 100% quando alguns anos atrás eram necessários cerca de 30 dias e com uma percentagem de curas muito baixas"⁸⁸.

Deve salientar-se que o Ministério da Saúde e Assistência por intermédio dos seus Serviços Técnicos de Profilaxia das Doenças Infeciosas e Sociais dinamizou nos anos 60 o diagnóstico e o tratamento das doenças venéreas. Ciente das implicações sociais destas patologias e da necessidade de intensificar a luta contra elas foram elaboradas pelos citados serviços técnicos normas para o diagnóstico e tratamento das mesmas⁸⁹. Na luta contra as doenças venéreas além do correto diagnóstico e do tratamento eficaz foram também mencionadas a necessidade de implementação de medidas de educação sanitária das

⁸² Juvenal Esteves, "O tratamento da sífilis pela penicilina", *Portugal Médico*, 30 (1946) p. 224.

⁸³ Luiz de Sá Penella, "Os progressos da sifiliterapia", *Imprensa Médica*, 11:20 (1945) p. 303–314.

⁸⁴ Mário Trincão, "Novos aspectos do tratamento da Sífilis", *Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental*, 9 (1946-47) p. 71-117.

⁸⁵ "Penicilina", *Actualidades e Utilidades Médicas*, 3 (1945) p. 155.

⁸⁶ César Anjo (Filho), *Luta anti-venérea*, Lisboa, Cosmos, 1948.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 30.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁸⁹ Francisco Norton Brandão, Aureliano da Fonseca e António José de Lemos Salta, "Normas gerais para o diagnóstico e para o tratamento das doenças venéreas," *Boletim dos Serviços de Saúde Pública*, 6:4 (1959) p. 537-542.

populações, controlo dos fatores que favorecem a sua difusão e a realização de inquéritos para determinar possíveis focos de contágio de forma melhorar a eficiência da campanha antivenérea.

As doenças venéreas para as quais foram elaboradas normas de diagnóstico e tratamento pelos Serviços Técnicos de Profilaxia das Doenças Infeciosas e Sociais foram a sífilis, blenorreia, úlcera mole e linfogranuloma inguinal. Para cada uma delas foram indicados os métodos de diagnóstico e os métodos de tratamento mais eficazes. Na sífilis (em todas as suas formas) e na blenorreia, a penicilina surge como o medicamento de eleição, variando a dose e o tempo de tratamento de acordo com a patologia em questão. Através da implementação de normas para o diagnóstico e tratamento das doenças venéreas com maior expressão e impacto na saúde pública os Serviços Técnicos de Profilaxia pretendiam uniformizar os métodos utilizados de modo a tornar mais eficiente a “campanha antivenérea”⁹⁰.

No combate à disseminação das doenças venéreas também foram tomadas medidas para o diagnóstico e tratamento dessas patologias em prostitutas. Em Portugal, em 1958, existiam dois tipos de prostituição, matriculada e clandestina. A prostituição regulamentada encontrava-se sob a vigilância da polícia sanitária, semanalmente era realizado um exame médico às prostitutas de forma a diagnosticar a ocorrência de doenças venéreas e quando necessário instituía-se o tratamento. Na prostituição clandestina, mais difícil de controlar, foram implementadas medidas de tratamento profilático com a administração de penicilina mensalmente. Embora estas medidas tenham contribuído para a diminuição da ocorrência de doenças venéreas nas prostitutas observadas, ficou claro que era necessário estender a luta antivenérea aos indivíduos cujos hábitos contribuíam para a aquisição e disseminação daquelas doenças⁹¹.

O combate às doenças venéreas foi um dos pontos focados na “1ª Reunião Luso-Espanhola sobre problemas de saúde e assistência” que decorreu em Madrid, entre 7 e 12 de Novembro de 1960⁹². Nesta reunião, onde esteve presente o Ministro da Saúde e Assistência, foram tecidas algumas considerações e retiradas conclusões sobre as medidas necessárias para o combate às doenças venéreas nas regiões fronteiriças. A prestação de assistência médica e tratamento

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ Francisco Norton Brandão, Maria Silvina Gonçalves Serra e Maria de Jesus Ribeiro Lamego, “Relatório da atividade do Posto das Francesinha (ano 1958) - Serviço de vigilância e tratamento antivenéreo das meretrizes da Cidade de Lisboa,” *Boletim dos Serviços de Saúde Pública* 6.4 (1959) p. 543-554.

⁹² “1ª Reunião Luso-Espanhola sobre problemas de saúde e assistência,” *Boletim dos Serviços de Saúde Pública* 7.4 (1960) p. 479-488.

gratuito a doentes de ambos os países nos Postos Antivenéreos fronteiriços foi uma das recomendações contempladas na citada reunião.

Pelos magníficos resultados alcançados o uso da penicilina teria que ser generalizado pois para muitos doentes não haveria outra solução a não ser a sua utilização⁹³.

A partir de meados da década de 40 do século XX a penicilina expandiu-se de forma significativa e consistente por todo o mundo tendo sido apuradas diversas formas farmacêuticas para a sua administração. A penicilina teve um papel relevante, também, na consolidação de indústrias farmacêuticas e contribuiu de modo decisivo para a modernização em múltiplos aspetos da indústria farmacêutica. Os efeitos benéficos da redução das doenças infecciosas, muitas das quais diretamente relacionadas com o quotidiano e a vida privada, como dissemos, contribuíram para o aumento da esperança de vida e para a redução da taxa de mortalidade em diversas patologias.

Conclusões

As doenças contagiosas e infecciosas constituíam um problema médico de âmbito clínico mas também, em muitos casos, constituíam um problema de higiene tanto pública como privada. A sífilis e outras patologias do foro sexual eram um grave problema de saúde privada e pública. As medidas sociais e as soluções terapêuticas eram as possíveis mas não as soluções ideais. A terapêutica medicamentosa para as doenças contagiosas e infecciosas, e em particular para o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, era manifestamente insuficiente. Quando a penicilina surgiu no arsenal terapêutico veio possibilitar a cura de diversas patologias infecciosas incuráveis, proporcionou o aumento da esperança de vida, a redução da mortalidade, sendo possível falar de um antes e de um depois da entrada da penicilina na terapêutica.

⁹³ Cf. “A penicilina na estafilococia”, *Jornal do Médico*, 6:127 (1945) p. 151-152.

Mente sã em corpo são: exercícios, alimento e saúde nas páginas do Anuário das Senhoras durante o Estado Novo Brasileiro (1937-1945)

Healthy mind in a healthy body: exercise, food and healthy in pages of Anuário das Senhoras during the Brazilian New State (1937-1945)

MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
maria.pilla@pucpr.br

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Matérias relativas ao cotidiano e à vida doméstica trazem à tona reflexões sobre gênero, classes sociais, vestuário, moradia e alimento. Grande parte dessas atividades se dá no espaço doméstico, e é neste espaço que, na primeira metade do século XX, a mulher tinha a maior responsabilidade e funções. Observando as páginas da revista feminina brasileira *Anuário das Senhoras* entre os anos de 1937-1945, procurou-se identificar as balizas do que se entendia no período sobre o adquirir, manter e conservar um corpo feminino saudável, considerando para isso os artigos, as colunas, os textos, acerca do “comer bem”, exercitar-se e repousar para mulheres pertencentes a uma certa camada social – classes médias urbanas, durante o Estado Novo Brasileiro de Vargas.

Palavras-chave:

Estado Novo Brasileiro; Alimentação e saúde; Corpo feminino saudável; Exercícios físicos; Cotidiano feminino

Abstract:

Articles related to everyday and domestic life bring to light reflections about gender, social classes, clothing, habitation and food. A large part of this activities happens in the domestic sphere, the space in which the women had the greatest responsibility and roles in the first half of the XX century. Observing the pages of the female magazine *Anuário das Senhoras* among the years 1937-1945, it sought to observe the balises of what is meant in the period on acquire, maintain and conserve a female healthy body, considering for this aim the articles, columns and texts about the “eating well”, exercise and rest for women that belong a certain social stratum - urban middle class, during the New State of Vargas.

Keywords:

Brazilian New State; Alimentation and healthy; Healthy female body; Physical exercises; Women's daily life

Introdução

O período compreendido entre os anos de 1930 e 1940 é marcado no Brasil pelo ideário de desenvolvimento implementado pelo governo Vargas. Mesmo em meio a um conturbado contexto político, social e econômico nacional e internacional, os ares de modernização nos moldes civilizatórios que vinham desde o final do século XIX não saem de voga, e inclusive são constantemente incentivados no país. O compasso nacional segue o ritmo de uma urbanização crescente, bem como há grande incentivo à industrialização.

Em âmbito privado os papéis e lugares do feminino se ampliam. Permanecendo ou não restrita ao lar, este, ainda que não o único espaço possível, continua o local de excelência onde deveria reinar a mulher. Mesmo já tendo conquistado o direito ao voto, a mulher prendia-se a um imaginário social dos papéis femininos como mãe e esposa. Muitos desses valores aparecem evidenciados nos discursos sociais.

Nas revistas, as colunas, os anúncios e artigos traduziam padrões de comportamento, saúde e beleza desejados. Ao lado dos anúncios de Cashmere Bouquet, Max Factor, estavam conselhos úteis sobre o acondicionamento de alimentos, o exercício e a dieta visando a uma vida mais saudável. Era o momento do cuidado para a exposição de um corpo belo, jovem e benéfico, em meio às receitas para serem empregadas e vivenciadas no cotidiano feminino do lar. Limpar a pele, usar perfumes, consumir o melhor *rouge* e batom, mas também tomar reguladores e depuradores e, sobretudo, se exercitar e se alimentar de maneira “adequada”. A mulher continuava sendo a principal responsável pelo bem-estar da família, e, para exercer com perfeição e maestria essa função, ela deveria estar bela, bem-disposta, feliz e corada.

A partir dessa constatação, podemos nos questionar: que preceitos estão presentes nas fontes sobre os cuidados que a mulher deve ter sobre seu corpo no que diz respeito aos exercícios físicos e à sua alimentação? Em específico, o que pretendemos é muito mais buscar os conselhos sobre como alcançar um “corpo belo” do que o perfil de uma dona de casa perfeita em seu dia a dia. É o cotidiano da busca e manutenção da sua beleza que queremos encontrar. Para tanto, como fontes serão utilizadas as revistas femininas *Anuário das Senhoras* entre os anos de 1937 e 1945, período denominado Estado Novo.

Esse recorte proposto torna necessário compreender algumas questões que envolvem o trato com fontes como as revistas femininas, pois elas podem revelar as mudanças e necessidades gerais dos padrões de uma sociedade. Na análise empreendida sobre tratados de civilidade e boas maneiras à mesa, Pilla observa que cada época cria e estabelece seus próprios modelos e para

tanto desenvolve instrumentos que podem condicionar os indivíduos¹. Em relação às revistas comerciais, como bem alerta Pinsky, dada a sua finalidade, é preciso estas que sejam atraentes para seu público-alvo². Assim, suas páginas abrigam matérias que combinam, com certo consenso, ideias que traduzem o que se esperar delas. Ao criar, pois, certo perfil, a cada número suas leitoras procuram determinados títulos por conta do que esperam encontrar e, de certa forma, satisfazer seus anseios. Dessa maneira, refletem e têm refletido nelas um discurso que influencia por serem influenciadas, contribuindo para o *status quo* do grupo que as consome. E, em decorrência, fidelizam seu público. Basta pensarmos como consumidores o que nos leva a comprar determinadas revistas e por que não outras. Cada periódico tem um determinado público esperado e, dessa forma, contribui para a análise de identificação e estereótipos de grupos sociais. Assim vemos, por exemplo, as diferenças entre gêneros (revistas de carros para homens e de casa para mulheres), ou de classe social (revistas de fofocas, tabloides para as massas, revistas de política ou de viagens e gastronomia para grupos selecionados) e mesmo de idades (gibis para crianças e revistas de trabalhos manuais crochê e *tricot* para terceira idade).

Porém, é preciso entender que as revistas não são veículos de verdades ou de mera reprodução do sistema, pois, como bem afirma Pinski, elas têm características próprias. Ao mesmo tempo em que devem agradar ao público podem também trazer maneiras de discipliná-lo, “dizendo o que deve e, principalmente o que não deve ser feito”³.

Caracterização do período e das fontes

Depois de um período conturbado que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, os anos 1920 são marcados, segundo Nahes, pela “ascensão do comunismo na Rússia, as reivindicações da mulher operária, do sufrágio feminino”. No entanto, segue a autora, desde o início da Era Vargas, nos anos 1930, esses movimentos sofrem uma espécie de pausa, “uma vez que à política tradicionalista e à ditadura do Estado Novo interessava, sobre maneira, manter a mulher presa ao lar”⁴. O

¹ Maria Cecília Barreto Amorim Pilla, *A Arte de Receber: distinção e poder à boa mesa (1900-1970)*, Curitiba, Instituto Memória, 2011, p. 9.

² Carla Bassanezi Pinski, *Mulheres dos Anos Dourados*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 46-47.

³ Carla Bassanezi Pinski, *Mulheres dos Anos Dourados...*, cit., p. 46.

⁴ Semiramis Nahes, *Revista Fon-Fon. Imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Arte e Ciência, 2007, p. 27. Sobre o período ver também, Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, *Recônditos do Mundo Feminino*, in *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

direito ao voto e o trabalho como professora eram as únicas conquistas sociais permitidas.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder se dá antes da Revolução de 1930, em 1909 já havia sido eleito como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, seu Estado natal. Na década de 1920, fora Ministro da Fazenda deixando esse cargo para ser Presidente de Província. Mas foi com a Revolução de 1930 que ele chegou ao cargo máximo da Nação, tornando-se presidente do governo provisório, inaugurando o período que vai de 1930 a 1945, denominado Era Vargas.

Essa é uma época caracterizada pelo ideário de desenvolvimento implementado por ele passando por uma onda de “modernização”. Uma crescente urbanização e industrialização que seguiam o compasso nacional sob os auspícios civilizatórios. O cenário público assistiu à criação de novos ministérios, bem como a criação de novas Constituições – a de 1934⁵, promulgada e fruto do consenso de uma Assembleia Nacional Constituinte e pretendendo-se democrática; e a de 1937⁶, outorgada pelo presidente implantando no país a ditadura do Estado Novo.

Ainda que no espaço privado algumas transformações continuassem ocorrendo e seguissem de certa forma o ritmo das modernizações, o Estado Novo reforçava o ideal de mulher já preconizado pelo Integralismo de Plínio Salgado, favorável a uma ideia de civilização cristã que tinha em suas bases a família chefiada pelo marido, cabendo à mulher o papel de coadjuvante. Junto a todo um planejamento social, baseado em elementos civilizatórios, havia um propósito maior, preservar a “alma feminina” dos males do mundo. E, por meio dela, assegurar a manutenção de princípios e valores em muitos lares.

Nesse sentido, a mulher encarna as expectativas de uma sociedade em mutação. Para Pegoraro, “a mulher é eleita como o ícone dessa sociedade em transformação, a personagem principal da maioria das publicidades, mesmo quando o produto não lhe é diretamente dirigido”⁷. A construção desse ideário se deu, conforme Naher: “por meio de imagens, sons, fotografias e reportagens,

⁵ Sob os auspícios de mudanças e conquistas para um grande número de brasileiros, a Constituição de 1934 trouxe algumas inovações importantes para o cenário brasileiro, tais como: introdução do voto secreto e obrigatório, incluindo aí o voto feminino; direitos de educação para todos; ensino religioso facultativo, entre outras garantias.

⁶ Elaborada pelo importante jurista Francisco Campos, a Polaca, como ficou conhecida, obteve aprovação prévia de Vargas e de seu ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra. Sob inspiração fascista concentrou poderes nas mãos do presidente.

⁷ Éverly Pegoraro, “Elas, silenciosas ou ousadas: a publicidade e as diferentes percepções acerca da mulher (1940-1950)”. *História, imagem e narrativas*, 12 (2011), 1-26, p. 10.

veiculadas nos cinemas, rádios, jornais e periódicos, publicidade e propaganda juntas, vão, pouco a pouco, traçar o modelo ideal de nação, de sociedade civil e de mulher que se pretendia”⁸.

O Anuário das Senhoras

Tudo quanto uma senhora possa desejar em assumpto caseiro, desde a mais simples receita de doce, o mais elementar conselho domestico a sugestão mais chic para a confecção de lingerie finíssima, conselhos de beleza, utilidades, assim como muita diversão elegante, paginas de poesia e de prosa, rigorosamente selecionadas e assignadas por nomes de relevo que aqui aparece, neste numero de “Anuario das Senhoras”, que supéra, inegavelmente, as quatro anteriores, pois essa publicação utilíssima entra, com este numero, no quinto anno de curso.⁹

O *Anuário das Senhoras* é uma publicação da Sociedade Anônima “O Malho”¹⁰, editada na cidade do Rio de Janeiro, com circulação nacional. O figurino era lançado sempre nos últimos meses do ano precedente. Seu primeiro número data de 1934 e circulou sem interrupções até o final dos anos 1950.

Como revista direcionada à mulher no lar, trazia assuntos de conteúdo variado e para interesses múltiplos com o intuito de atender às várias mulheres, mulher mãe, mulher criança, mulher noiva, mulher noiva, entre outras muitas. E é entre suas habituais quase trezentas páginas que procuramos modelos “de” “e” para essas mulheres. O Anuário é uma revista destinada ao público feminino, seu título, conteúdo, propagandas confirmam isso. Pertence a um “universo feminino”, como diz Nahes, sem lidar com questões políticas, ou econômicas, mas um universo considerado de “futilidades” para muitos, alienação para outros e seriedade para um grande número de suas leitoras que apreciavam os assuntos do lar estimando-os como necessidades reais de seu cotidiano¹¹. Dessa forma, trata de generalidades, é informativa, traz curiosidades. Em seu número encontramos, de maneira bastante particular, toda sorte de notícias para acompanhar a mulher em seu lar durante todo o ano. É farta em conselhos para o físico, para a organização e decoração da casa, sugestão de leituras, segredos

⁸ Semiramis Nahes, *Revista Fon-Fon. Imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Arte e Ciência, 2007, p. 53.

⁹ Apresentação do *Anuário das Senhoras* de 1938.

¹⁰ Essa editora publicava outras revistas de importante circulação no período, tais como: *O Malho*, *Cinearte*, *O Tico-Tico*, *Moda e Bordado*, *Arte de Bordar*, *Ilustração Brasileira*.

¹¹ Semiramis Nahes, *Revista Fon-Fon. Imagem da mulher no Estado Novo...*, cit., p. 74.

de beleza e como ser uma anfitriã perfeita; orientações sobre etiqueta, como se comportar e se vestir no trabalho; uma coluna presente mais de uma vez a cada ano, “Segredos de Beleza” de Max Factor Jr; e, claro, o universo do “forno e fogão”.

Pretendendo-se moderna e cosmopolita, tem sua capa e contracapa sempre colorida, e seu interior em tom sépia, repleto de propagandas do universo das atrizes de cinema e dos alimentos industrializados. Usa e abusa dos termos em inglês quando se quer vanguarda e em francês quando quer o toque do requinte.

Médicos, psicólogos, professores e cientistas em geral dão o tom de autoridade aos artigos, seja como entrevistados, seja mesmo como elaboradores de toda uma sorte de conselhos e práticas para cuidado do corpo. Como alerta Nahes, o fato de a imprensa feminina “ser escrita para, não implica em ser escrita por mulheres”¹²; inclusive a maior parte dos seus artigos, crônicas, colunas era elaborada sem nem sequer ser assinada.

A beleza de cada dia: exercícios, repouso e saúde

Discursos com o objetivo de embelezar a mulher, torná-la saudável, disposta para frequentar os parques espaços públicos em que ela podia transitar, bem como para manter a casa agradável e garanti-la como um lar estavam presentes no *Anuário* durante o Estado Novo. Os higienistas da época defendiam exercícios regulares ao ar livre, muitas vezes desafiando “a ordem e os bons costumes”, pregavam a necessidade de expor ao sol partes do corpo feminino que nem sempre a moral permitia; era preciso que a mulher se cobrisse menos.

Para quem escreveu “Eva Sportiva”¹³, não há mais dúvida de que a mulher deva praticar esportes, pois acreditava, já como comprovada, que essa prática não lhes tirava a feminilidade, “a Eva moderna é, por excellencia, a mulher sportiva”. Sintonizado com o projeto higienista dos governos autoritários do momento, o autor alerta que os governos que interferem na vida da sociedade dão importância à educação física da juventude para ambos os sexos. “Na Alemanha de Hitler, até mesmo as mulheres já formadas se adextram nos sports”. Ressaltava, portanto, a ideia de que, a prática dos esportes deve estar

¹² Semiramis Nahes, *Revista Fon-Fon. Imagem da mulher no Estado Novo...*, cit., p. 79. Grifo da autora.

¹³ *Anuário das Senhoras*, 1939, p.25. Artigo sem identificação de autoria. Lembrando que os números da revista eram lançados no final do ano anterior, devemos ter presente que esse artigo, bem como os outros desse mesmo número, foi escrito em 1938, ainda às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

presente no cotidiano de todas as mulheres, jovens ou “já formadas”. Esse é um discurso que combina com a ditadura nacionalista de Vargas, que valoriza a saúde física e mental da “raça brasileira”, composta por jovens portadores de posturas, corpos e mentes perfeitas, disciplinadas e belas.

Para Claude Malays¹⁴, autora do artigo “Inércia é feiura”¹⁵, é importante correr todos os dias por alguns minutos, não correr é pior do que não comer. Os esportes podem ser caros, “mas correr ou andar não custa nada”. Para aquelas que podem achar ridículo correr sozinha, ela indica que pratiquem esportes-jogos que obrigam correr, como a “bola encantada” ou o “lôbo mau”¹⁶. Com um teor “apelativo” aos olhos de hoje, a consultora inicia dizendo,

“A leitora já pensou na diferença entre um pôrco e um javali? Eis dois animais da mesma família, um selvagem, outro domestico. Um vive livremente, o outro é prisioneiro dos homens num estabulo. O javali corre todo dia. Faz facilmente 150 quilometros em 24 horas. É forte, musculoso, poderoso. O pôrco passa o tempo deitado, a dormir e a procurar molemente uma nutrição repugnante. É banhado, disforme, horrível à vista. Nós outros, somos todos “animais” da mesma família. Haverá entre nós porco e javalis?”.

Para quem vai à praia, o mesmo número da revista traz um artigo (de autor não identificado) “Ginástica Divertida”¹⁷ para “adquirir flexibilidade, ligeirisa de movimento, uso perfeito da respiração”. Também é indicado para manter a forma e curtir o sol com as amigas. Para os exercícios elencados, é necessário que se tenha alguém para formar duplas, uma companheira, pois assim podem ajudar-se mutuamente a “conservar a linha e, em consequência a beleza”. Numa série de seis exercícios, podemos ver preocupação em fortalecer o abdômen, afinar os quadris, fortalecer os músculos das coxas e lubrificar os ossos dos quadris, dar flexibilidade à coluna vertebral, saltar para dar “ligeirisa”, e por fim torsão e talhe.

¹⁴ Importante redatora de revistas francesas famosa por ser veículo de conselhos de famosas estrelas de Hollywood.

¹⁵ *Anuário das Senhoras*, 1943, p. 90-91.

¹⁶ Segundo Claude Malays, “bola encantada” consiste em um jogo com bola pequena de borracha que se coloca na mão, ‘conservando o braço estendido, percorra uma grande área antes combinada, no passo mais rápido possível, até que chegue à perfeição de correr sem que a bola rôle pelo chão’; e para o “lôbo mau” “forme dois campos nas duas extremidades do terreno: um é a tóca do lôbo o outro o pârque das ovêlhas. As ovêlhas sâem em coluna, pelos membros. O lôbo espreita e, quando menos se espera sâi da tóca. Ao vê-lo, as ovêlhas correm para seu pârque. Mas o lôbo pegará uma das ovêlhas, a qual por sua vês, lhe toma o lugar...”.

¹⁷ *Anuário das Senhoras*, 1943, p.108-109.

É comum encontrar nos números analisados do *Anuário* conselhos em forma de mandamentos, calendários ou “dias de...”. Neles sempre aparece a preocupação em “se mexer”, que deveria acompanhar a mulher também em seu cotidiano de férias, seja na praia, seja no campo; além do repouso, refeições leves e cuidados com a pele e os cabelos, era necessário tomar ar, sol e fazer ginástica de manhã. Assim dizem “Os dez mandamentos da mulher em férias”¹⁸.

“O dia da beleza”¹⁹ previa que “esquecer de cuidar do corpo é esquecer um dever sagrado, é envelhecer prematuramente”. Por isso, é preciso separar todos os meses um dia para cuidar de si mesma.

- 8h – levantar-se. Aplicar um produto gorduroso no rosto
- 8h10 – aplicar óleo no corpo
- 8h15 – cultura physica
- 8h45 – retirar o óleo
- 8h50 – café da manhã – café e suco de frutas
- 9h20 – limpeza de pelo do rosto. Aplicar uma máscara. Banho de óleo nas unhas.
- 10h – vestir-se
- 10h30 – sair, andar, fazer compras
- 12h – retornar. Descanso e leitura.
- 12h30 – almoço
- 14h20 – passeio
- 16h30 – cabeleireiro, manicure, pedicure, depilação de sobrancelhas
- 18h30 – voltar para casa, descansar na penumbra
- 19h30 – jantar

Uma coisa que chama atenção no artigo é o fato de que, além das orientações gerais acima, o autor continua com conselhos para cada faixa de idade. Diz que aos 20 anos tirar um dia só de beleza ao mês já é suficiente, mas entre 20 e 35 anos, já é necessário começar a prevenção, fazendo *peeling* vegetal no rosto, massagem e ducha; entre 35 e 50 anos, já são preciso dois dias, devendo-se acrescentar a consulta a um especialista e tomar banho de sol. Nessa idade também já é o momento de se preocupar com a “adiposidade”, “pense nas ancas, que tal uma galvanização?”. Aos 50 anos, regime severo e ginástica. Massagem, banho de luz, máscara gordurosa para o corpo e máscara elétrica, é melhor agora tirar três dias de beleza, diz o autor. Parece que à medida que a idade avança, faz-se mais premente o exercício físico.

¹⁸ *Anuário das Senhoras*, 1939, p. 6.

¹⁹ *Anuário das Senhoras*, 1939, p. 226-227.

Em “Pode-se Crescer?”²⁰, o autor ou autora, R. Chatin de Paris, indica que a ação dos exercícios é tão importante que pode até fazer crescer, mesmo que seja mais fácil isso quando se é jovem, mais tarde com perseverança é possível aumentar até 5 centímetros. Para tanto, é importante a “marcha” nas pontas dos pés, alongar pernas e braços, estender a coluna, e outros exercícios com ou sem ajuda de aparelhos.

Para aqueles refratários aos exercícios, “Ginástica para Conservar o bom Humor”, garante um conjunto de exercícios capazes de interessar a todos. “É uma apanhado de atitudes para um quarto de hora de cultura física, redundando numa sensação de perfeito equilíbrio nervoso”. Ativa a circulação, força a respiração, excita os reflexos, e “se durante a experiência a leitora sorrir, ao menos, de si mesma, já é uma vitória, pois esboça um clarão de bom humor”. E para começar,

“Balance os braços para traz, a cabeça inclinada para a frente, pernas em ligeiro dobre dos joelhos. Depois, num movimento amplo, suspenda o busto e a cabeça, pernas esticadas, e, por fim, num novo movimento, jogue para traz a cabeça o mais possível, braços para cima, todo o corpo em arco”²¹.

Contudo, para ser bonita não basta saber se exercitar com regularidade, mas é preciso também saber descansar. Curioso é a importância que parece ter o repouso para a conservação da beleza e para o alcance da disposição. Em “Saiba repousar para ser bela”²², recomenda-se repouso pelo menos ¼ de hora por dia, e um dia inteiro por mês. Nesse dia, deve-se levantar mais tarde, fazer uma pequena refeição, um caldo de legumes e frutas. O texto recomenda repousar o fígado com uma dieta leve; repousar os nervos, além de ducha e massagem, evitar o telefone, correspondências e música; e repouso de beleza, que engloba uma dieta de apenas frutas, um banho de amêndoas, hidratação dos cabelos, unhas e cílios. Mas, aquelas que não têm tempo ou têm preguiça de se exercitar, e até mesmo de repousar, não devem entrar em desespero, pois tem-se o preparado Leanogin, com seu slogan “nada de ginástica torturante”, que promete livrar da cansa e dos regimes exagerados.

²⁰ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 68-69.

²¹ *Anuário das Senhoras*, 1942, p. 220-221.

²² *Anuário das Senhoras*, 1937, p. 52-53.

Quando uma boa mesa era a felicidade do lar²³: comer bem, ser bela e saudável

Nos anos de 1930 é que a nova ciência da nutrição se dissemina nos círculos médicos. Nesse período as pesquisas do renomado médico pernambucano Josué de Castro revelam um cenário alimentar brasileiro bastante pobre, o que chama a atenção das autoridades sanitárias do país. A mudança nos padrões alimentares tornava-se emergencial, pois se antes a questão do “atraso” do brasileiro residia em sua “inferioridade” de nação miscigenada, agora isso poderia ser revertido, pois o mal não é a fome, mas sim, um corpo maltratado pela desnutrição. Uma das soluções, além do acesso aos alimentos de real valor nutricional, seria o conhecimento desses alimentos nutritivos. Aí é que entra o valor da imprensa, e aqui em especial, a imprensa feminina para a divulgação desses novos modelos alimentares, especialmente aqueles advindos de nações de sucesso com os Estados Unidos. Ora, a mulher tem um papel privilegiado quando o assunto é alimentação, a ela cabem, na maioria esmagadora das vezes, a preparação e (ou) a supervisão da comida – mesmo que hoje em dia saibamos que isso não tem nada de “natural do gênero feminino”, no período analisado não era considerado assim.

A mulher não deve ser bonita somente para ser exposta, mas ela deve permanecer e ganhar “boniteza” em seu cotidiano. Assim é que no artigo, sem assinatura, denominado “Saúde”, a autora inicia:

“Sou uma criatura muito ocupada. Além do meu trabalho habitual tenho, depois que a guerra estalou, inúmeros afazeres, como por exemplo, uma grande correspondência, e o “tricot”. Para tal preciso de toda a energia. Meu marido foi mobilizado, e somente conto com o meu trabalho para viver e fazer viver os meus filhos, e remeter-lhes alguma coisa que lhe dê alegria e relativo conforto. Para conservar-me enérgica é necessário que me sinta bem, em boa forma”²⁴.

Diante das múltiplas tarefas da mulher no lar e fora dele, de acordo com a citação acima, é preciso ficar atenta aos cuidados do corpo, principalmente para quem quer “fugir da depressão, as quais martirizam a mulher que se sente abandonada e que principia a envelhecer”. Também não se deve descuidar do cabelo, do esporte e do repouso, reservando três dias na semana para “cuidados

²³ Slogan da de propaganda do livro de receitas Dona Benta, publicação da companhia Editora Nacional, no Anuário de 1941 previa que ele era o “melhor presente para uma dona de casa. Vale por uma biblioteca de arte culinária, pela variedade e garantia das suas receitas”.

²⁴ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 130-131.

particulares: na segunda-feira para o regime de frutas; no sábado limpo a péle; no domingo sou a minha manicura”²⁵.

Quando o assunto é comer, as revistas estão repletas de curiosidades, receitas e conselhos. Atividade feminina por excelência, cozinhar está presente nesse cotidiano da mulher brasileira do Estado Novo. E esse tema não aparece sozinho, acima já se viu a importância que se dava aos exercícios físicos quando o assunto era saúde e beleza. Mas qual é o espaço do comer nesse cotidiano?

De acordo com Flandrin, desde o final do século XIX assistiu-se a um aumento do consumo de legumes e frutas, produtos crus nas refeições, relação que se dá com a descoberta do benefício das vitaminas e fibras. Com o tempo haverá também uma preocupação com a diminuição do açúcar por conta dos regimes e das dietas²⁶. Essa orientação aparece no artigo “Para ser bonita”, o que se comer e por quê, com a prescrição diária

“Que se beba 6 copos com água; 3 vegetais frescos (espinafre, alface, brócolis e cenoura); 2 frutas; ¼ de leite; 3 refeições simples e sãs, a horas certas, incluindo uma porção de carne magra numa das refeições. Tudo isso manterá o sistema oleoso, dispondo o organismo para melhor eliminação”²⁷.

Mais adiante, um pequeno quadro, “Alimentação”, explica que “os alimentos vegetais nutrem mais que excitam, são tônicos, ricos em carbohydrates, pobres de gorduras, mas contém cellulose elemento indispensável para uma completa digestão”²⁸. Indica que devem ser preferidos frescos, e da estação. Devem ser cozidos em vasilhas abertas para que conservem melhor a cor, mas que necessitam mais tempo de cocção que as carnes. Já os cereais, papas e féculas proporcionam a totalidade de amido de que precisamos.

Para alcançar de perto as estrelas de Hollywood, donas de uma “verdadeira beleza”, o artigo “A Saúde é a base da Belleza” recomenda boas horas de sono e boas refeições. “Em vez de três refeições grandes por dia, tente cinco, mas feitas de um só prato. Mel, leite e bananas são valiosos para restaurar a energia”. Um pequeno almoço, frutas, ovos e leite no café da manhã; leite sanduíches e salada no almoço, de sobremesa, frutas. E um jantar substancial e equilibrado para arrematar o dia²⁹.

²⁵ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 130-131.

²⁶ Jean Louis Flandrin, *História da Alimentação*, São Paulo, Estação Liberdade, 1998, p.704.

²⁷ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 28.

²⁸ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 32.

²⁹ *Anuário das Senhoras*, 1942, p. 86-87.

Assim é que se apresentam os jantares da elegante atriz de Hollywood, Joan Benett³⁰ em Beverly Hills, pelo menos é o que garante o “Almoço... Jantar...”, que traz o menu (elaborado por ela) dos últimos jantares confeccionados por sua cozinheira. *Consommé*; Truta cozida e salsa na manteiga; pepinos enrolados; assado real de carneiro; cenouras em rodela com hortelã; batatas *sauté*; salada verde; chocolate *soufflé*; *Demi Tasse*. Segundo o autor do artigo, “os homens preferem alimentos mais fáceis de comer. As mulheres satisfazem-se com mais facilidade, porque em Hollywood, se um prato sugere o aumento de peso, as convidadas deixam-no de lado”. O que não é o caso de Benett, que é “fina e esguia”³¹. Também de Hollywood, Marcia Ralston³², apesar de não se considerar uma cozinheira, sabe preparar o que mais gosta. Qual seu prato predileto? Uma salada: alface, cebolas, bacalhau e vinagre.

Na verdade, a ideia de que alimentos frescos podem corrigir uma série de problemas alimentares se tornou uma verdadeira obsessão já no século XVI quando das grandes navegações. A cura do escorbuto foi crucial para o sucesso dos empreendimentos marítimos nessa época. De lá para o século XIX, as descobertas científicas contribuíram não somente para o entendimento da relação entre ingestão de vegetais crus e a cura de várias doenças, mas também com os tratamentos e a construção de dietas para a conservação ou restabelecimento da saúde das pessoas em geral.

E o século XIX, especialmente, viu surgir uma série de recomendações a respeito da relação entre alimentação e cura, sendo ela o elemento-chave para a cura de doenças. Assim viu-se o aparecimento de defensores da “comida saudável”, como clérigo evangelizador norte-americano Sylvester Graham, que na década de 1830 desenvolveu uma farinha comercializada mais tarde como Granola; ou o médico Kellogg, que defendia a ingestão do iogurte para a eliminação das bactérias do cólon. Dessa forma, além da preocupação do caráter nutritivo dos alimentos, já aparece também a crença da propriedade desintoxicante de alguns deles. É assim que o *Anuário* de 1937 traz a seguinte reportagem: “Refeições antitóxicas: Comer do que gosta, sem estragar o organismo, é um sonho, não é?”³³. Assinada pelo Dr. Van Lint que, recomenda:

³⁰ Joan Bennett foi uma famosa atriz norte-americana de Hollywood tendo seu auge na telona entre os anos de 1930-1940.

³¹ *Anuário das Senhoras*, 1939, p. 33.

³² *Anuário das Senhoras*, 1939, p.126. Marcia Ralston foi uma atriz e dançarina nascida na Austrália, mas que atuou no cinema de Hollywood. Atuou em várias produções nos anos 1930 e encerrou sua carreira no início dos anos 1940.

³³ *Anuário das Senhoras*, 1937, p.138-139.

“Café-da-manhã: café com leite, pão, manteiga, ovos, geleia, toucinho ou haddock;

Ao meio-dia: saladas, carnes, peixe, batatas, pão, manteiga, ovos fritos, macarrão;

Merenda: pão, manteiga, café, chá, leite e geleia.

À noite: repasto antitóxico – sopa magra com legumes (sem pão), legumes, batatas, frutos crus e cozidos.

É importante a ingestão de fibras para a limpeza do organismo.”.

Além de não trazer as quantidades de cada alimento indicado para ser ingerido, o que dificulta sobremaneira o entendimento daquele que precisa fazer o regime, a proposta acima para “desintoxicar o organismo” fica somente para o jantar, composto quase exclusivamente por frutos crus, cozidos e sem a presença de carboidratos. Certamente vindo de outras instâncias, tal dieta seria difícil de introduzir no cotidiano do Estado Novo brasileiro, menos pelas questões políticas ou econômicas da época, até por conta de que logo a Guerra começaria na Europa, mas principalmente pela presença de alguns elementos, tais como *haddock*³⁴ no café da manhã. Toucinho e ovos eram comuns na dieta brasileira, mas não logo na primeira refeição do dia, e muito menos num cardápio desintoxicante. Talvez o que se possa entender é a promessa estampada no título do texto, “comer do que se gosta” e ainda assim não estragar o organismo; busca-se o equilíbrio de um dia que se inicia com uma refeição mais calórica e finaliza, com um jantar leve, tal como o ditado popular: “Tomar café da manhã como um rei, almoçar como um príncipe e jantar como um plebeu”.

Em 1941, encontramos mais dicas para “limpar” o organismo em “Pratos para os dias de régimen desintoxicante”³⁵, Gnocchi de Marinetti, composto de gnocchi de sêmola, crostas de glândulas de vitelas (vitela refogada em molho bechamel e fatias de pão gratinado) e olhos de alface recheado com miolo de pão, presunto, manteiga e claras em neve. Uma espécie de cardápio que parece não ter nada de “desintoxicante”, a não ser pela presença do “olho de alface”, apesar de este ser recheado. Os alimentos crus estão sempre presentes nas refeições, seja em forma de saladas, seja em forma de guarnição dos pratos principais. As ervilhas parecem ser as preferidas – são referidas em todos os números analisados –, são sempre chamadas de “petits-pois”. Em seguida, as cenouras, espinafre e os tomates.

³⁴ Haddock é um peixe encontrado principalmente no litoral da Escócia.

³⁵ *Anuário das Senhoras*, 1941, p. 230-231.

Em “Vitaminas da Alimentação”³⁶ há uma lista de legumes, frutas e outros vegetais e seus nutrientes que devem estar presentes no dia a dia. O destaque vai para o espinafre (bastante recorrente também nas receitas dos anuários analisados, quer como ingrediente, quer para ser ingerido sozinho em forma de salada ou refogado), rico em vitamina A, deve estar presente na alimentação das crianças. Também a couve-flor, rica em vitamina B1 e C, boa para a pele. O ruibarbo, pela presença da vitamina A, é indicado para quem tem pele seca. Cenoura (também grande vedete das receitas contidas nos manuais), rica em vitamina A e B1, bom remédio contra beribéri. Milho verde, da especialidade Golden Bantam, comum na América do Norte, é rico em vitamina A, B1, C e também E. E as frutas elencadas são, maçã, rica em vitamina A, B1 e C; as bananas e as laranjas, ricas em vitaminas A, B e C, e também a D.

Em artigo traduzido do francês, temos “O valor dos legumes na alimentação”³⁷. Nele o autor traz conselhos do Dr. Bircher-Brenner³⁸, que critica o regime dos contemporâneos dizendo que ele pode ser um “erro involuntário, porém desastroso”. E para justificar isso, enumera muitos erros que ele considera ter a arte culinária. Primeiro a presença de muitos alimentos modificados pelo calor, “a mania de *blanchir* os legumes tira-lhes todas as vitaminas, o pão branco é desprovido de todo valor nutritivo, e o excesso de carne favorece a acidose”. Para isso, ele aconselha a ingestão de legumes e frutos crus. Na sequência o artigo traz algumas receitas do “mestre”, tais como “purée Bircher: batatas raspadas, nozes igualmente raspadas, flocos de aveia, tudo amassado com mel”; e a receita do “mussli”, sua grande criação. E fecha com um regime para emagrecer e desintoxicar:

“Pela manhã, em jejum: ameixas secas postas de molho durante a noite anterior.

8 horas – chá ou leite, pão integral, manteiga.

9 horas – Batata cozida no forno ou compota.

³⁶ *Anuário das Senhoras*, 1944, p. 250.

³⁷ *Anuário das Senhoras*, 1942, p. 252.

³⁸ Dr. Bircher-Benner, importante médico nutricionista, nasceu na Suíça em 1867. Quando em sua juventude teve icterícia e disse ter se curado comendo maçãs verdes cruas. A partir daí ficou convencido do valor nutricional dos vegetais crus. Entre 1895 e 1900 desenvolveu uma série de pesquisas nutricionais e acabou inventando o Bircher muesli. No início do século XX abriu uma clínica ensolarada em Zurique, desenvolvendo métodos inovadores de dietética e contato dos pacientes com a natureza. Personagem importante do movimento alemão da “Força Vital”, que reforma o estilo de vida a partir de uma lógica em harmonia dos seres com a natureza. Para esse importante médico o alimento deve ser ingerido muito menos para saciar a fome, mas sobretudo deve ser para manter o corpo saudável. <http://www.zurichdevelopmentcenter.com/aboutzurichdevelopmentcenter/locationhistory/biographybircher.htm> 19/01/2016.

- 10 horas – Pão integral, manteiga e queijo fresco.
- 11 horas – Frutos.
- 12 horas – Chá com leite, pão com manteiga.
- 1 hora – 10 a 12 tamaras ou figos.
- 2 horas – Pudim gelado.
- 3 horas – Frutos.
- 4 horas – Chá com leite, pão com manteiga.
- 5 horas – Frutos.
- 6 horas – Pão, manteiga, queijo.
- 7 horas – Frutos.
- 8 horas – Sopa parmentier³⁹, leite, manteiga, pão integral.”.

Considerações finais:

O ideário do período do Estado Novo brasileiro colaborou para a permanência de um modelo feminino circunscrito ao lar onde desempenharia suas funções “naturais”, ser mãe, esposa e dona de casa esmerada. Nos anuários analisados, esse perfil estereotipado é evidenciado e confirmado. Neles verifica-se um arquétipo de mulher a partir de mitos do cinema norte-americano e a grande influência da cultura norte-americana, principalmente trazendo não a atriz em seus afazeres profissionais, mas sobretudo em seu cotidiano do lar.

O discurso de “cura dos males” por meio de exercícios físicos, e de preferência ao ar livre, e de uma alimentação adequada nos espaços do lar, combinava com os projetos públicos do agir sobre as cidades para civilizá-las, presente nas políticas do Estado Novo de Vargas. O civismo, a moral e um corpo belo e são conciliavam-se com o sentimento patriótico incentivado na época. Nesse sentido, Sant’Anna coloca que “nas revistas femininas, as artistas de Hollywood fornecem centenas de receitas para a beleza confirmando o crescimento da influência norte-americana na cultura brasileira. O acesso à ‘vida moderna’, cujo modelo é fornecido, pelos Estados Unidos, depende, entre outros, do cultivo diário de uma aparência bela e do bem-estar conjugal”⁴⁰.

³⁹ Sopa de batatas com alho-poró relacionada à Auguste Parmentier, que foi um farmacêutico militar francês e membro da Société Royale d’Agriculture de Paris em 1773 e da l’Académie de Sciences em 1795. Durante o período em que esteve preso na Alemanha durante a Guerra dos Sete Anos, ele teria descoberto as propriedades nutritivas da batata. Considerado higienista e nutricionista ele participou de um concurso de l’Académie de Besançon sobre a substituição do trigo na confecção do pão. In: Les grands noms de l’agriculture http://agriculture.gouv.fr/histoire/5_grands_noms/parmentier.htm 19/01/2016.

⁴⁰ Denise Bernuzzi de Sant’Anna, “Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil” in *Políticas do Corpo*, São Paulo, Estação Liberdade, 1995, p.129.

Como periódico feminino preocupava-se muito mais em fornecer conselhos e orientações sobre moda, beleza, culinária, decoração, dietas, de forma didática sob um tom que lhe conferia autoridade para normatizar e modelar condutas desejadas. Em muitas de suas colunas observa-se uma naturalidade em valorizar condutas de submissão feminina não somente ao marido, mas sobretudo aos padrões sociais da época, que englobavam parâmetros de beleza, de comportamento, de saúde, todos fortemente influenciados por balizas morais.

O sonho de ser moderna e civilizada embala os conselhos higienistas e uma mentalidade civilizadora característica das elites brasileiras desde o final do século XIX. A medicina e os remédios são importantes temas na vida cotidiana de homens e mulheres das cidades. Essas ideias são uma continuidade do século anterior, e nos anos 1930 observa-se um período de transição entre o das certezas de que a beleza seria um dom natural, do qual cabia apenas manter e (ou) conservar, para um período de conquista individual. Nesse cotidiano, o recorte contemplado, 1930-1945, as experiências de embelezamento passam paulatinamente às mãos da mulher, os artigos sobre dietas e ginásticas revelam isso. Se, de acordo com Sant'Anna, na primeira metade do século XX “dificilmente a beleza será aceita como sendo fruto de um trabalho, individual e cotidiano da mulher sobre seu corpo”⁴¹, à medida que nos aproximamos dos anos 1950, vê-se que é possível intervir sobre ele para reverter o que a natureza concedeu. Mais do que simplesmente “restaurar” e “conservar”, a mulher passa assim à possibilidade do “intervir”, “trabalhar”, para se fazer bela.

Mas a responsabilidade nessa transição do “manter” para o “adquirir” beleza e saúde, é unicamente uma escolha pessoal e individual? A mulher tem em suas mãos o poder de decisão sobre isso? O tom dos conselhos e artigos parecem trazer essa certeza de encargo, e à medida que é possível agir sobre essa “natureza”, isso pode, ao contrário de ser bem uma conquista, se tornar um fardo.

Junto a isso estimulava-se uma dieta diária composta por vegetais crus, alimentos ricos em fibras, proteínas como o leite e carnes magras e ovos. Isso parece ser muito mais uma permanência do que uma grande transformação.

Vê-se a partir desse quadro que a constituição física e as funções sexuais femininas estão subordinadas aos cuidados de seu corpo. Aqui em especial às práticas físicas e aos cuidados alimentares presentes em seu dia a dia. No período analisado, “manter a linha” era sinônimo de “estar bem”, ter

⁴¹ Denise Bernuzzi de Sant'Anna, “*Cuidados de si e embelezamento feminino...*” cit., p.126. Apresenta afinidade com o tema corpo as pesquisas da mesma autora, Denise Bernuzzi de Sant'Anna (org.); *Corpos de Passagem*, São Paulo, Estação Liberdade, 2001.

seu organismo equilibrado e isso refletia no semblante e nas capacidades corporais – disposição, flexibilidade, e até mesmo felicidade. Isso porque, ao lado do “comer bem” e exercitar-se, encontramos também a necessidade do repouso, descansar é tão importante quanto um belo prato de verduras e frutas, água e exercícios no parque.

Os trabalhos e os dias em terras de Lorvão nos inícios do século xx

Works and days in the lands of Lorvão in the beginning of the 20th century

GUILHERMINA MOTA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
guimota@mail.telepac.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Este trabalho acompanha o quotidiano de um habitante da região de Lorvão que, em 1907, durante quatro meses, regista num diário pessoal ações, eventos, quase nada de emoções. Apesar de anónimo, este registo permite reconstituir parcialmente as tarefas com que se ocupa e parte da sua rede de relações sociais, onde se destacam as que se associam à Confraria das Almas. Favorece igualmente a reconstrução de um quadro social que é dominado pela agricultura, mas onde se articulam trabalho oficinal, gestão, lazer e até inovação tecnológica, recebida com a mesma sobriedade com que anota a regular cadência dos dias.

Palavras-chave:

Vida quotidiana; Mundo rural; Diário; Confrarias.

Abstract:

This work accompanies the everyday life of an inhabitant of Lorvão region in 1907 that, in the course of four months, recorded a personal diary of activities, events, almost no emotions. Although anonymous, this record permits reconstructing some of the tasks he embraces and part of his social network, mainly his links to the “Confraria das Almas” (Brotherhood of Souls). It also favors the reconstruction of a social framework dominated by agriculture, nonetheless articulated with workshop labor, management, leisure, and even technological innovation, described with the same sobriety he uses to annotate the regular cadence of days.

Keywords:

Everyday life; Rural world; Personal diary; Brotherhoods.

«Reguei feijões e coives concertei a porta do relógio puz a aza na tampa do forno, defolhei um pouco no Valr.º da Boiça, armei os barrotes p.ª fazer palheiro arrumado á tulha etc Veio o Ant.º que levou 18 mil rs para o j.º do Sr Duque».

Eis os afazeres com que alguém, em terras de Lorrvão, preenche o seu dia numa segunda-feira, 2 de setembro de 1907. Em tempo da recolha do milho, este homem anda com as espigas às voltas, cuida da horta, faz consertos em casa, empreende obras de maior envergadura e ainda se dispõe a tratar de assuntos de dinheiro. Ao longo dos meses que se seguem vai desenvolver muitas outras atividades que lhe tomam as horas e consomem as energias, mas que lhe merecem tal consideração que as deixa registadas em breves apontamentos.

A fonte que nos guia ao encontro deste laurbanense consiste precisamente nesses apontamentos, entremetidos num livro de Receitas e Despesas da Confraria das Almas, mais conhecida por Confraria dos Leigos, ereta na igreja paroquial de Lorrvão¹. O livro contém o lançamento das contas relativas ao exercício dos anos que vão de 1867 a 1894. Nele constam, devidamente discriminadas, as diversas parcelas dos réditos e dos gastos e, ao fundo da página, os nomes e assinaturas dos elementos da direção.

Esta confraria tinha como principal desígnio a salvação das almas dos confrades. Secundariamente, competia-lhe zelar pelo aumento da felicidade espiritual e temporal dos irmãos, socorrendo e amparando, principalmente pela caridade, os que dela necessitassem². Para cumprir o seu objetivo fundamental, obrigava-se aos sufrágios pelos irmãos que morriam durante o ano, ao seu acompanhamento até à última morada, a missas quotidianas pelas almas de todos os irmãos vivos e defuntos e à celebração todos os anos, na matriz de Lorrvão, do Aniversário, que costumava realizar-se no dia 2 de novembro e compreendia ofício de nove lições, missa solene, sermão e absolvição de túmulo pelas almas de todos os confrades. Bem se sabe que uma das principais razões de adesão a estas instituições pias residia precisamente na garantia de um lugar no culto dos mortos, beneficiando os irmãos de proteção religiosa no momento de passagem e contando depois com o empenho da corporação para manter, de forma perene, a continuidade das orações rezadas em intenção dos que partiam³.

¹ Arquivo privado, “Confraria dos Leigos da Igreja de Lorrvão”.

² *Reforma dos Estatutos da Confraria das Almas (denominada dos Leigos) erecta na Igreja da Freguezia de Lorrvão, Concelho de Penacova, do Districto de Coimbra*, Coimbra, Typographia de M. C. da Silva, 1885, p. 5.

³ Guilhermina Mota, *A Irmandade da Senhora do Carmo da Marmeleira – Mortágua (Primeira metade do século XVIII)*, sep. Revista de História das Ideias, 9 (1987), p. 267-308.

No conjunto das confrarias do distrito de Coimbra em 1876-1878, tinha um lugar relativamente destacado. As confrarias existentes eram compostas, em média, por 180 elementos, predominando as de pequena dimensão⁴, enquanto que esta era uma das maiores, com 1.220 irmãos em 1876-1877, segundo a soma do livro de contabilidade, e viu neste lapso de tempo o seu número aumentar, pois terá 1.478 em 1911⁵. Levando em consideração que a população do concelho de Penacova era, nesse ano, de 18.094 pessoas⁶, avalia-se o peso desta irmandade, pois os seus membros equivaleriam a 8% dos efetivos populacionais concelhios, estando instituída numa aldeia como era Lorvão.

Também não seria das mais pobres. Em 1876-1878 apresenta uma receita média anual de 320.937 réis – receita que vai crescer consideravelmente nos anos seguintes atingindo a média de 474.459 réis nos últimos nove anos que o livro abrange –, enquanto 75% das confrarias não iam além dos 130.224 réis⁷. A sua receita era constituída pela cota anual paga pelos irmãos – uma quarta de milho vendido em praça⁸ – e por juros de capital mutuado. Havia ainda parcelas diminutas como quitações de empréstimos, aluguer e quebras de cera, multas a “irmãos rebeldes”, que valeram no conjunto apenas 1,26% da receita. A confraria tinha, em 1907-1908, dois contos de réis emprestados sobre hipoteca a juro de 5%, que rendiam 100.000 réis de juros ao ano, mas a maior fatia da receita não residia aí, mas sim nos anuais dos confrades que, entre 1867 e 1894, renderam 3:312.725 réis, ao passo que os juros se ficaram por 2:508.423.

As suas despesas eram absorvidas nos sufrágios e missas, nos vencimentos do capelão, do coveiro e do andador, em custos de administração e de secretaria, em aquisições e esmolas. A partir de certa altura, e por imposição legal, incluíam contribuições para a Escola Pública e para a Associação Nacional de Assistência aos Tuberculosos⁹. Nos inícios do século XX, incorporavam também subsídios para a construção dos cemitérios das populações do Chelo e da Serra.

⁴ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011), p. 335-336.

⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Governo Civil de Coimbra. Orçamentos de Irmandades e Confrarias. Penacova (1904-1912). Confraria dos Leigos de Lorvão.

⁶ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 (5.º Recenseamento Geral da População)*, Parte I, Fogos – *População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 104.

⁷ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade ...”, cit., p. 347.

⁸ Entre 1867 e 1894, o preço do alqueire do milho variou entre 285 e 450 réis, com uma média de 387, segundo informação colhida no livro de contabilidade.

⁹ Subsídios que se tornaram obrigatórios, respetivamente, por Portaria de 6 de dezembro de 1872 e por Lei de 17 de agosto de 1899.

A confraria não seria mal administrada, pois não só não tinha dívidas, como apresentou sempre excedentes. O saldo da contabilidade, na totalidade dos anos analisados, chegou a 2:118.440, ou seja, 42% da receita total, o que significa que não encaravam o socorro aos confrades como prioritário, preferindo o entesouramento, atitude partilhada à época por muitas destas instituições¹⁰. A introdução das prestações assistenciais mencionadas explica a quebra notável que tem nas suas sobras, já que o saldo anual médio foi de 163.835 réis nos 27 anos que o livro contempla, ao passo que no ano de 1907-1908 está reduzido a 16.820.

Tinha, por outro lado, a julgar pelo que acontecia nestes anos, e como a lei mandava, a contabilidade organizada e submetida a fiscalização por parte da administração do concelho. Mas os livros não seriam encarados com o escrúpulo devido a documentos dessa importância, como se depreende do estado deste que se encontra mal conservado, incompleto, manchado, sem capas. Longe de estar depositado com resguardo, e como impunham os estatutos, que determinavam que o escrivão devia guardar no arquivo todas as escrituras, documentos, papéis e livros da confraria¹¹, andou a ser reutilizado para outros fins, pois as folhas que o assentamento das contas havia deixado em branco foram usadas depois para lançar as notas de um diário. A falta de zelo do mesário comprometeu a boa manutenção do livro e o conhecimento da história da instituição, mas, em contrapartida, o seu comportamento possibilita agora descobrir um universo pouco retratado pelos próprios, o da vida quotidiana em mundo rural.

As fontes de memórias pessoais são raras e mais raras ainda as respeitantes aos meios populares e campestres. São mais conhecidas as redigidas em meios aristocráticos e burgueses, instruídos e cultos, das grandes cidades. Por outro lado, os pequenos gestos, as coisas triviais, a lida rotineira que marca o pulsar da vida diária costumam associar-se mais à esfera privada, feminina e doméstica¹². Este diário pertence a um homem, a um homem do campo, que assenta as minudências do seu dia a dia, quer as tarefas desenvolvidas, quer os momentos de recreação e vagar.

A anotação, infelizmente, é de curta duração, abarcando apenas quatro meses, entre 29 de agosto de 1907 e 3 de janeiro do ano seguinte. É, contudo, uma boa fonte para conseguir uma observação pormenorizada, de pequena

¹⁰ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade ...”, cit., p. 345-346.

¹¹ *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 21.

¹² Maria Antónia Lopes, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*. Vol. III. Irene Vaquinhas (coord.), *A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 152 e 192.

escala, centrada no sujeito individual, nas suas relações próximas e regulares, na maneira como a vida se organiza relativamente aos lugares e situações, de atividade e de lazer, o que permite esboçar um quadro de história quotidiana¹³. Ademais, é esta, no ciclo agrícola anual, uma das fases de maior concentração de trabalho, com a colheita do milho, da batata, da azeitona, com a vindima e a matança do porco.

Seria útil começar por dar rosto ao autor anónimo do texto de lembranças. As pistas deixadas são, no entanto, insuficientes para o moldar com segurança. Parece certa a sua ligação à irmandade e, provavelmente, a sua pertença aos órgãos diretivos. Vários aspetos levam a essa conclusão: tem o livro em seu poder; regista no diário a entrada no cofre de 26 mil réis que António Moreira, procurador da confraria nesse ano, tinha recebido¹⁴; no dia do Aniversário remunera os sacerdotes que celebraram as cerimónias e janta com eles; em setembro vai a Coimbra pagar 16.500 réis pela confraria; assina termos de dívida que Moreira lhe entrega, indicação preciosa, pois era ao juiz que cabia assinar as guias de qualquer quantia que o procurador apresentasse¹⁵. Aliás, todos estes atos se incluem em competências do juiz.

Acresce que parece ser ele o encarregado de dirigir a obra do cemitério da Serra que a Junta de Paróquia de Lorvão andava a construir, mas em terrenos escolhidos pela Confraria das Almas que também subsidiara a sua compra¹⁶. De facto, neste projeto vai andar ocupado alguns dias, de manhã ou de tarde, com pedreiros, serventes e jornaleiros. Num domingo de outubro, os mesários da confraria, “os dos leigos”, como diz, foram com ele ver o andamento da empreitada.

A ser correta a interpretação dos dados, trata-se de António Gonçalves, que entrou para a mesa da confraria em 1901 como escrivão, passou a tesoureiro no ano seguinte e se mantinha no cargo de juiz desde 1903¹⁷. A permanência na direção denota confiança no seu desempenho e também que se encontrava

¹³ José Machado Pais, “Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana”, *Análise Social*, XXII (90), 1986, p. 13; Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Teorema, 1997, p. 28.

¹⁴ Função que implicava cobrar juros, multas e mais dinheiros. *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 23. António Moreira, procurador da Confraria das Almas ininterruptamente desde 1892, tinha 60 anos, era casado, proprietário, morador na Rebordosa. AUC, Governo Civil de Coimbra. Cadernos eleitorais, 1907. Penacova.

¹⁵ *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 19, 23 e 24.

¹⁶ AUC, Governo Civil de Coimbra. Orçamentos de Irmandades e Confrarias. Penacova (1892-1903 e 1904-1912). Confraria dos Leigos de Lorvão.

¹⁷ *Idem*.

bem inserido na comunidade, pois estes cargos só eram entregues a pessoas probas, abonadas e capazes de exercitar um bom governo.

Neste ano de 1907, nos cadernos eleitorais do concelho de Penacova, apenas se alistam dois homens com esse nome, ambos proprietários e elegíveis. Um tem 79 anos de idade, é viúvo, morador no lugar do Agrelo, freguesia de Figueira de Lorrão e paga 535 réis de imposto predial; o outro tem 31, é casado, morador no lugar da Avela, freguesia de Lorrão, e não paga imposto, sendo elegível por saber ler e escrever¹⁸.

Qualquer deles se adapta aos contornos delineados no livro de contas, os quais colocam o seu autor por estas paragens e neste contexto profissional. A provável residência em povoação da serra quadra bem com a sua disponibilidade para andar na edificação do cemitério. Uma coisa se sabe, não mora em Lorrão, pois por mais de uma vez diz aí se deslocar. A sua atividade, assente na agricultura, parece corroborar a hipótese de ser proprietário, pois decide as tarefas a realizar e contrata trabalhadores. O primeiro parece, contudo, demasiado idoso para as múltiplas tarefas em que se envolve, o segundo demasiado jovem para estar na mesa da confraria há anos.

Duas outras razões impedem também uma atribuição indiscutível da autoria: o facto de ter uma oficina, fazer obra de sapateiro ou de latoeiro, ofícios que requerem uma aprendizagem específica, não sendo normalmente exercidos por gente de lavoura; por outro lado, regista por duas vezes, em setembro e em novembro, ter ido a Coimbra para “receber o ordenado”. Que ordenado, não é fácil de averiguar. Poderá constituir o pagamento por tomar conta de terras de algum proprietário residente na cidade, o que faria dele um caseiro ou feitor.

Seja como for, quem redige tem uma letra bem desenhada e uma exposição do pensamento ordenada e sintética que aponta para alguém com mão habituada à pena. Cultivar a escrita, dominar a disciplina do registo, sentir a necessidade de recordar o acontecido, tudo isto nos mostra um perfil que não corresponde àquele que, no dealbar de novecentos, se atribui ao campesinato, rústico, ignorante, incivilizado, muitas vezes analfabeto. Ficam as dúvidas sobre a identificação deste homem, bastante intrigante, pois sabe amanho a terra, ajeita-se como artesão, orienta obra de pedreiro, movimenta recursos pecuniários e, surpreendentemente, escreve.

Lorrão é uma aldeia localizada em vale profundo na serra do Dianteiro, no concelho de Penacova. Pelos inícios do século XX, duas circunstâncias a faziam notável, a existência do célebre mosteiro cisterciense das freiras de S.

¹⁸ AUC, Governo Civil de Coimbra. Cadernos eleitorais, 1907. Penacova.

Bernardo, então extinto e quase abandonado, e o fabrico artesanal de palitos¹⁹, que proporcionava um suplemento de salário numa região de fracos recursos agrícolas. Era uma povoação pequena, mas com uma matriz imponente, pois a igreja monástica havia passado a paroquial em agosto de 1887.

A freguesia de Lorvão compreendia então, para além da sede, os seguintes lugares: Aveleira, Caneiro, Casal da Ribeira, Casal do Pisão, Casal do Tapado, Chelinho, Chelo, Granja do Rio, Lavatodos, Paradela, Quinta da Junceira, Quinta do Tapado, Rebordosa, Roxo, São Mamede. Era a maior freguesia do concelho, com 4281 pessoas de residência habitual em 1911²⁰.

A atividade das suas gentes centrava-se na terra, pois era uma zona sem indústrias e mesmo o transporte fluvial de mercadorias, que ocupara no passado muita população do concelho – conduzindo sal, milho, vinho, azeite, lenhas, entre outros géneros²¹ –, decaíra bastante, quer pela abertura de novas vias de comunicação terrestres, quer pelas dificuldades sentidas pela barra da Figueira da Foz, término da navegação comercial do Mondego²².

Escrevia Vitorino Nemésio, nos anos 40 do século passado, que a terra, nestes horizontes, é «muito linda para ver, mas ingrata para semear», em que as povoações são pequenos núcleos de gente «que vive da terra que conquista às enxurradas e às rochas, e onde, além de alguma horta, cultiva milho, cria galinhas, faz algum comércio de madeira e de lenhas»²³.

A fonte em que me baseio não permite gizir um quadro da vida rural²⁴, nem pelo tipo de informação colhida, nem pelo reduzido período a que se reporta. É possível, no entanto, apreender alguns dos aspetos que o definem, como os tipos de cultura, pois quem redige movimenta-se em terras de pão, vinhas, pinhais e olivais, os géneros que semeia ou recolhe, o volume da colheita, a configuração das explorações agrícolas, pois surgem o quintal, a horta, chãos, leiras, poiais,

¹⁹ Agostinho Rodrigues de Andrade, *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 170-171.

²⁰ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 ...*, cit., p. 104.

²¹ Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1853, p. 112.

²² Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 257-264.

²³ Vitorino Nemésio, “Itinerário” in Sant’Anna Dionísio (coord.), *Guia de Portugal*, 3.º vol. Beira. I. Beira Litoral, 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 364.

²⁴ Uma boa caracterização do quadro rural e das fontes para o seu estudo em Margarida Sobral Neto, “Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 41-53.

matos, e mesmo alguns meios complementares de agricultura ou de indústrias rurais como alambiques, fornos, palheiros, tulhas, currais.

Em traços largos, deixemos uma ideia da faina levada a cabo, durante estes meses, por quem escreve e pelos homens e mulheres que contrata. Quase todos os dias são dois os trabalhadores, com frequência os mesmos, mas de quando em vez impõe-se uma maior necessidade de braços, chegando a rogar sete pessoas. Para o corte e tratamento das madeiras, ajusta serradores.

Desde os fins de agosto até aos Santos, época de colheita, anda ocupado com o milho, não só no campo, onde ele é ceifado, mas também na eira, onde seca, é descamisado, as espigas são desfolhadas, se faz a malha para debulhar o grão, são cortados os canoilos, atividade mais intensa quando a produção é elevada, como acontece neste caso, pois o milho rendeu, em seis eiradas, 291 alqueires²⁵. O milho, há muito cultivado nesta zona, cobria ainda neste princípio de século uma área considerável, pois era um cereal que oferecia boa produtividade, permitindo a sobrevivência em zonas de pequena propriedade. Além disso, consentia que no mesmo terreno, num sistema de policultura, crescessem as abóboras, as favas e, sobretudo, os feijoeiros, que trepavam pelas espigas do milho, tornando duplamente rentável o espaço de cultivo e dando origem a um dos alimentos mais importantes do agricultor.

Ao mesmo tempo arranca as batatas. O cultivo deste tubérculo difundiu-se na região de Coimbra desde os finais do século XVIII²⁶, tornando-se um complemento da alimentação valioso sobretudo quando havia escassez de cereais, fazendo-se dele já larga cultura em 1867²⁷. Aqui, por terras de Lorvão, em 1907, a recolha de 45 cestas²⁸ patenteia uma produção já muito enraizada e voltada para o mercado, assim como um consumo regular. Estavam em uso

²⁵ No concelho de Penacova, o alqueire, nas medidas para secos, corresponde a 14,080 litros. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *Mappas das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 90.

²⁶ M. Margarida Sobral Neto, "Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (séculos XVII-XIX)", *Revista Portuguesa de História*, 29 (1994), p. 64-69.

²⁷ João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Dissertação de doutoramento policopiada. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1982, vol. I, p. 126.

²⁸ Não sei a que corresponde exatamente a cesta neste concelho e época. A fazer fê em informação oral (de Maria de Lurdes Barra Ferreira Gonçalves, do Casal de Santo Amaro, freguesia de Penacova), a cesta «levaria bem três arrobas». Em Aveiro, a cesta corresponderia a 2,5 alqueires (Inês Amorim, *Para uma cultura do poder: as reformas metrológicas e a realidade regional. Estudo de um caso: a metrologia do sal de Aveiro*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 65), valor que, embora menor, não anda muito longe do antes referido.

diversas variedades, pois se fala de 12 cestas das holandesas, 18 das roxas, sete das brancas e oito das ordinárias. De realçar que a cultura da batata só se vulgarizou no Minho desde a importação da holandesa na década de 1930 e com a progressiva introdução dos adubos²⁹, quando em terra lorvanense parece ter já expressão nos inícios do século.

Depois, na horta, no restolho das batatas, põe 300 pés de couve e semeia nabos, o que volta a fazer em novembro, então couves de desfolhar.

Após a ceifa do milho, com o terreno livre, há que preparar a terra para novas culturas, utilizando-a quer para forragens quer para semear os cereais de inverno. Antes de mais, anda a limpar a terra, a roçar as silvas, depois a adubar, com estrume tirado do curral dos porcos ou carreado de outras leiras, e ainda com duas carradas de adubo vindas de Souselas, a estorroar, a esborralhar, queimando folhas e galhos, a cavar, a lavar.

Em novembro, as terras levam 8,5 alqueires de trigo de sementeira, quantidade que também aponta para uma exploração de considerável extensão, embora dispersa por diversos chãos e poiais. Para além do trigo, lança à terra 3,5 alqueires de centeio, dois de aveia, cevada, alhos, favas e ervilhas. Como era uso nessa altura do ano, semeia trevo e erva, forragem para o gado, que germinando no inverno dão pasto para os animais, nabos e tremoços, plantas leguminosas que enriquecem o solo e evitam o seu esgotamento.

Simultaneamente, vai colhendo as castanhas e as peras. É também então que traz caruma para o curral dos porcos, retira rama de eucalipto e de pinheiro, arrecada e racha lenha para servir de combustível no inverno, mas também com certeza para venda. Por diversas vezes vai até ao monte, enchendo várias carradas com mato.

Em outubro lavra o olival e, no último mês do ano, começa a apanha da azeitona e arranca e faz de novo mais de 100 enxertos em árvores de fruto e na vinha. O diário não chega já à feitura do azeite no lagar.

Abandonadas as enxadas temporariamente, em meados de setembro, voltou-se para a vindima, momento alto do calendário agrícola. Cortou os cachos no quintal, na horta, por terrenos da Aveleira, da Rebordosa, na Boiça, no Chão do Muro, em corrimãos, poiais e parreiras, num total de 50 cestas, levando-os depois para as dornas ou para balseiros. Fez vinho tinto e branco, que rendeu ao todo 86 almudes³⁰, 16 litros de aguardente boa e ainda duas lambicadas

²⁹ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998, p. 116, n. 10.

³⁰ No concelho de Penacova, o almude valia 20,880 litros. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *Mappas das medidas ...*, cit., p. 90.

do bagaço espremido e dos cachos ruins. No fim ainda foi à Horta e à Boiça respigar uns últimos dois cestos de uvas para espremer para bagaço. A tarefa prolongou-se por onze dias.

No dia 26 de novembro houve matança do porco, acontecimento que era um dos pontos fortes no ritmo da vida aldeã. Por um lado, pela importância de que o animal se revestia para a economia do lar durante o ano, por outro, pelo trabalho que requeria, juntando pessoas que se reuniam em convívio animado, pois o porco, depois de morto, tinha de ser chamuscado, raspado, lavado, aberto, limpo de vísceras, pendurado e, depois de 24 horas, desmanchado, repartindo-se a carne consoante o aproveitamento a fazer, consumo imediato, salgadeira, presuntos ou enchidos.

Atividade também com algum relevo parece ser a extração de madeira, que, em 1921, compunha, juntamente com a lenha, a mercadoria mais transacionada para fora do concelho³¹. Veio madeira do sítio da Aveleira e da Ribeira, uma carrada de pinheiros da Barrosa, assim como três carvalheiros. Os serradores cortaram um eucalipto grande³² que aparelharam e desfiaram, assim como pinheiros no olival da Volta e na Aveleira. Afeiçãoaram padeais e deixaram prontos 12 sobradizes inteiriços e 10 dos curtos. Ele próprio se prestou a dar uma ajuda e apontou uns tantos paus. Algumas das tábuas (terão preparado 71) eram para uso próprio, para o carro de bois, para coiceiras, para andaimes, mas outras destinavam-se a seguir para a Figueira da Foz, pois manda dois homens com o carro à Rebordosa a ferrar os bois e a levar madeira. Daqui, esta seguiria pelo rio, o que mostra que ainda passavam as barcas serranas.

A resenha mostra a presença de milho, batata, feijão, legumes, fruta, azeite, vinho e lenha na sua economia doméstica, produtos que se granjeiam um pouco por todo o país e corroboram o que se afirmava ser, em 1855, a base da alimentação dos menos abastados no distrito de Coimbra: o pão de milho, batatas, hortaliças e algum vinho ordinário³³. Criava porcos, tinha bois e uma burra, mas não rebanhos e nem mesmo uma cabra ou ovelha em redil. Pelo menos, não lhes faz qualquer alusão. Em novembro, morreu-lhe uma porca que foi enterrada no dia seguinte.

³¹ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 260.

³² De notar que o eucalipto era ainda uma espécie de cultivo recente, pois tinha sido introduzido em Portugal depois de meados de oitocentos. Maria Carlos Radich, “Introdução e expansão do eucalipto em Portugal” in J. Sande Silva (ed.), *Pinhais e eucaliptais: a floresta cultivada*, Lisboa, Público; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007, p. 151-165.

³³ Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Dom Quixote, 1985, vol. I, p. 109.

Não é possível conhecer a configuração ou a dimensão das suas propriedades. A quantidade dos géneros que recolhe, no entanto, deixa supor que não seriam de pequena extensão. Junto à casa de habitação ficava o quintal, onde tinha as batatas e as couves, algum milho, as uvas de parreira, a horta logo próxima com os legumes, a erva e o trevo, árvores de fruto e depois um conjunto de talhos de terra, leiras, sortes, chãos e poiais dispersos pelos lugares da Aveleira e da Rebordosa e por diversos sítios, o milho no Atalho, na Malhada, no Cimo da Serra, o pinhal na Barrosa, milho, cevada e vinha na Boiça, Chão da Boiça e Valeiro da Boiça, em Chãos de Cima e de Baixo, em Vale Carvalho, aqui também castanheiros, o olival na Mata, azeitona no Chão Missal, à Lomba de Pereiras vão à caruma, o Chão da Volta tem olival, mas também terra lavradia e sementeira de centeio e aveia, milho e batatas no Chão do Muro, milho em Vale de Cerejeiras, castanha em Amieiros, Estrada, Leira, Portal, na Presa Grande e Vale de Seixo, à Sebe d'Além vão ao estrume, há vinha e pinhal na Ribeira.

A atividade agrícola não se esgotava nos campos, exigindo também uma série de tarefas adicionais de apoio. Guardadas as colheitas, as tulhas cheias, as dornas repletas, os telheiros com lenha, entre novembro e fevereiro, tempos mortos do ciclo agrário, nas aldeias e nos longos serões de inverno, enquanto as mulheres fiavam, urdiam e teciam, era costume os homens dedicarem-se a fazer ou a consertar vasilhame, alfaias, peças simples de mobília ou dos carros de bois. Nos inícios do século XX, porém, com o declínio da indústria doméstica do linho, esta imagem dos serões rurais pertencia já a um passado que se ia perdendo. Na freguesia de Lorvão, a grande produção era a dos palitos³⁴, mas artesanato levado a cabo durante o dia e por vezes por famílias inteiras.

O anónimo escritor dos lembretes dedicava, de facto, muito do seu esforço a reparações diversas, pois era necessário manter em boas condições os diferentes apetrechos e estruturas de suporte, mas fazia-o em articulação com os demais encargos que a produção agrícola trazia. Aproveitava sobretudo os dias de chuva e de trovoadas, que só lhe permitiam a saída de casa em curtas estadias. O que caracteriza o afã dos seus dias é a pluriatividade. Tanto ia colher umas peras, como compunha um forno, tanto andava a regar como aplicava umas meias solas. A sua forma de organizar o trabalho é própria de quem tinha liberdade de decisão e dispunha do seu tempo como entendia. Em meses de maior pluviosidade, o ritmo do seu trabalho dependia principalmente das variações atmosféricas.

³⁴ Sobre a produção doméstica do linho e dos palitos, ver José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 95-102 e 134-140.

Um bem valioso era nos campos o carro de bois, que levava e trazia cargas de todos os géneros, mas também transportava o proprietário ou o lavrador, numa época em que a maioria dos homens e das mulheres do povo palmilhavam os caminhos com os produtos às costas ou à cabeça. Não admira assim que tente conservar o carro em bom estado. Para isso, manda fazer as chedas, pranchas laterais do leito do carro em que se encaixam os fueiros, com forro de madeira dos pinhais que haviam serrado, e pôr as garridas, peças de ferro sobre a qual gira o seu eixo. Fez também um tamoeiro da pele de um boi que morreu.

Para fazer a aguardente, teve primeiro de curar da limpeza e do arranjo dos alambiques, tirando um que deitava e reparando uma caldeira que estava velha. Para abrigo dos animais, construiu um curral que servia para a burra, junto à tulha, que ficou pronto em 3 de setembro, só lhe faltando a manjedoura. E para acondicionar os feno e a palha, cuidou também de fazer um palheiro novo.

Na oficina, entregou-se em alguns dias à arte de latoeiro e de serralheiro. Fez um aro à irmã, soldou o pote de lata, a asa do regador e umas argolas, burilou dois badames, tratou do ferro de engomar “da mulher do Abílio”, pôs a asa na tampa do forno e um pé a uma navalha de sapateiro, fez uma vareta e pôs zinco num vareteiro que estava estragado, restaurou dois chapéus de sol, preparou a navalha de mola e também as folhas para o canivete do senhor prior. Perdeu a chave da oficina e pregou-lhe outra fechadura. E consertou a porta do relógio, talvez um relógio de suporte ou de parede, que era um objeto caro que, a ser dele, indica um nível de vida desafogado. Age como profissional, solda a quente, utiliza placas Lafitte.

Manufaturou e arranjou também sapatos, botas e chinelas para si e para fora. Em meios rurais, por vezes, os mais habilidosos abalançavam-se a fabricar uns tamancos de madeira³⁵, mas aqui trata-se de obra especializada. Sabe pôr meias solas, pregar carda, colocar os elásticos nas botas, remendar e circular sapatos, talhar butes de abotoadura, pespontar sapatos de fivela, pôr saltos, fazer polainas. Possui mesmo uma oficina, pois anota a dado passo: «Andei a limpar a off.a de sapataria».

No mês de outubro, em treze dos dias, ocupou-se na reparação de espingardas de vários moradores de Sazes, de São Mamede, de Souselas, compondo coronhas e culatras, fazendo-lhes chapas e canotilhos, bandoleiras, cintos e buchas, soldando e finalmente envernizando-as e pondo vivos. Adquire também cartuchos. Era a estação da caça, convinha afinar os equipamentos.

Fez ainda obra de violeiro, pois reformou um bandolim, talhou e envernizou um tampo de viola de pau de caixão, deu nova forma aos braços de uma guitarra

³⁵ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se ...*, cit., p. 127.

e colocou os vivos numa outra, retocou e encordoou uma violita e um violão que tinham caído e se tinham partido. O violão e a guitarra eram os instrumentos mais popularizados na região, possivelmente por influência do meio musical coimbrão³⁶.

Em meados de outubro, teve de desimpedir a barroca que estava entulhada das enxurradas provocadas por um grande temporal. E, como já vimos, andou também na construção do cemitério. Nesta foi necessário desenraizar árvores, abrir estrada, alisar a terra, arrancar pedra, para o que tiveram de dar dois tiros na pedreira, conduzir e assentar a pedra, levantar muros e paredes³⁷. Fez uma relação de todas as despesas com material e jornas e mantinha um rol dos gastos feitos nestas diversas atividades.

Menciona o que faz, mas não os seus pensamentos ou emoções. Não envolve familiares, mulher, filhos, pais ou irmãos, nem criados em casa. Apenas cita uma irmã que auxiliou com a confeção de um aro. Na azáfama diária os seus contactos são com os homens e as mulheres que angaria para a lavoura e a quem paga pelos serviços prestados. Não se atarda em descrições pitorescas da desfolhada ou da vindima, momentos de labuta e não de diversão, como muita literatura fantasia. Aliás, nem sequer há uma grande desfolhada. Enche seis eiradas, vai desfolhando aos poucos.

Faz parte de uma instituição pia, é crente com certeza, mas já não cumpre os rituais com o rigor que a igreja prescreve. Nos dezoito domingos e três dias santos que ocorrem durante o período em análise, apenas vai à igreja cinco vezes, sendo uma delas em 2 de novembro, o dia maior da confraria. Nas manhãs de missa, fica por casa e pela oficina, ou anda entretido a regar, a tirar vinho, a fazer lambicadas, a guardar as castanhas para que lhas não roubem. Nesta última diligência chega mesmo a dar tiros de espingarda em ladrões, ação reprovável, mormente em dia do Senhor, mas que se enquadra numa prática corrente de vigilância que os muitos furtos em latadas e árvores de fruto justificavam³⁸. Por outro lado, manifesta pouco respeito, e até algum desdém, pelos sacerdotes que rezaram o Aniversário, qualificando-os de “padrecos”. Jeito sobranceiro que se revela também na forma pouco simpática como se refere a alguns dos seus trabalhadores, o “Zé esporrinhos”, “os dois esporrinhotes”, “os dois pedantes”, ou na impaciência que revela ao considerar como “maçadores”, pessoas que o visitaram num domingo. A sua prática religiosa pouco assídua pode admirar,

³⁶ Thomaz Borba, “Dansas e cantos populares da nossa terra”, *Ilustração Portuguesa*, IV (23 de Dezembro de 1907), p. 838.

³⁷ A pedra fundamental do cemitério foi colocada no dia 23 de setembro de 1907.

³⁸ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se ...*, cit., 140.

pois vivia em meio pequeno e sob o olhar atento da vizinhança, mas este comportamento, à época, inseria-se numa tendência de desvalorização dos atos externos de culto que surgia em outros locais³⁹. Tendência que conhecerá alguma reversão ou que não era perfilhada no interior rural, onde o ofício dominical mantinha ainda, nos anos de 1950, a sua força de coesão social; as pessoas podiam andar a trabalhar toda a manhã, a ceifar, a regar, mas, quando chegava a hora, largavam tudo para ir à missa⁴⁰.

Os dias de trabalho porfiado que marcavam a sua vida eram entrecortados por outros de descanso ou de distração. Em alguns domingos de outubro saía a passear, às vezes de espingarda, sozinho ou com amigos. Se apanhava caça não diz, verdade seja que também cão não tinha ou não refere. Para gente do povo, a posse de uma arma de fogo era uma forma de afirmação pessoal, com um significado simbólico, pois essa posse identificava-se com os estratos sociais superiores. O deambular com uma arma era por vezes objeto de censura, como se vê no comentário feito a um homem de Brásfemes: «todos os domingos e dias santos aqui anda de espingarda às costas fingindo-se grande milordem»⁴¹. Contudo, aqui em Lorzão, o uso de armas não parece incomum, a julgar pelo número de consertos que ele efetuou.

Num sábado de outubro foi a um casamento, penso que de um dos serradores que com ele andou no corte dos pinheiros e eucaliptos. Jantou com os noivos. As bodas eram por vezes grandes festas familiares, com muitos convidados, comida farta e baile, que interpunham uma pausa no desfiar rotineiro dos dias. Não se sabe se foi assim aqui pois pouco acrescentou.

A festas, a que ele chama festanças, só foi a duas, em dois domingos, uma em 27 de outubro, em Lorzão, a outra em véspera de S. Martinho, na Aveleira. A deste dia, perdida a dimensão sagrada, reduzia-se então aos prazeres da comida, da bebida e da dança, sendo «comemorado entusiasticamente em tascas e armazéns de vinho nas primeiras décadas do século»⁴². Com frequência era este entusiasmo causa de muitas desordens e podia desencadear as piores

³⁹ Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*, Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque; Câmara Municipal da Figueira da Foz, Livraria Minerva, 1998, p. 461-527.

⁴⁰ Como acontece numa aldeia do concelho da Guarda. Teresa Líbano Monteiro, “Fés, credos e religiões” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*. Vol. IV. Ana Nunes de Almeida (coord.), *Os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 282.

⁴¹ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 355.

⁴² Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Vol. V. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 523.

consequências, como aconteceu neste ano em que morreu o «tal bêbedo do Roxo», como ele reporta. Ele próprio louvou o santo de modo bem profano, pois não pôs os pés na missa e confraternizou com um António, chamado “do Porto”, indo juntos folgar para a Aveleira.

A 27 de outubro é a véspera da festa de São Simão e São Judas. Faziam-se então os magustos ou merendas de castanhas assadas numa fogueira. Segundo Teófilo Braga, era uma festividade cujas raízes mergulhavam longe no tempo, talvez na consagração druida do fogo da paz com que se reconciliavam os vizinhos desavindos e a que o Cristianismo tinha justaposto a glorificação dos referidos santos⁴³. Certo é ele ter andado no dia anterior a apanhar as primeiras castanhas no sítio da Aveleira.

Estas festas integravam-se no ciclo do outono, acabados os dias longos e quentes, em que a natureza se revestia de tons cinzentos. Comer castanhas, beber vinho e contemplar o fogo a consumir os matos até ficarem em cinza, de roda da fogueira, era ao mesmo tempo uma celebração da vida e uma evocação dos mortos. Evocação que se fazia também no dia dos fiéis defuntos que coincidia com o dia do aniversário da Confraria das Almas.

Festa maior marcada no calendário popular era a do Natal. De véspera, ainda ele andou a arrancar os enxertos do viveiro e consoou em casa, como parece indicar a compra de bacalhau feita a 20 de dezembro. No dia, partiu cedo para o Carvalho, freguesia do concelho de Penacova situada a noroeste da vila, e de lá para os Carvalhais, lugar da mesma. Fez a jornada acompanhado. E por lá se demorou, já que só no dia 26, à tarde, iniciou o caminho de retorno, não voltando diretamente para casa, pois pernitoitou na Figueira. O Natal, momento de celebração religiosa, era visto já sobretudo como uma festa da família⁴⁴, momento de reunião e de convívio de uma parentela mais alargada que por vezes vinha de longe e apenas por esta ocasião.

Neste caso, o encontro teve motivos redobrados, pois houve batizado solene e festa animada por música, com a particularidade de ter tocado um gramofone. Este era uma invenção relativamente recente⁴⁵, aparelho dispendioso, que não estava ao alcance de qualquer bolsa, e que acarretava ainda, em acréscimo, o custo da aquisição dos discos. A música fazia parte da tradição cultural em meio popular e rural, assente no canto, na dança e na execução de instrumentos como a viola, a guitarra ou o bandolim, instrumentos de uso corrente nestas paragens

⁴³ Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. II, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 222.

⁴⁴ Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade”, cit., p. 236.

⁴⁵ O gramofone foi inventado em 1887 por Emile Berliner.

como fica sublinhado até pelos consertos a que já aludi. O “grammophornio” rompia com a forma costumeira de aí viver a música, era um objeto de ostentação, com que gente abastada queria sublinhar uma distinção e um tipo de sociabilidade de elite, mas inovação que se ia propagando à medida que as condições de vida nos campos melhoravam.

Durante estes meses, foi três vezes a Coimbra, para receber o ordenado, fazer pagamentos pela Confraria, cumprimentar o “Doutor Júlio”, fazer algumas compras, por exemplo, cabedal e sola para o calçado. Numa destas saídas, fez o percurso com dois companheiros, o António do Porto e o António Silva, almoçando todos juntos na cidade. Num domingo de novembro viajou até Sangalhos a visitar o “Senhor Padre Miguel”, regressando dois dias depois. Estas deslocações nem sempre eram fáceis: numa segunda-feira de outubro, dirigindo-se à cidade, ainda chegou até ao Porto da Aveleira, mas teve de voltar para trás por causa do temporal. Entretanto, não calhou ir a qualquer feira e não frequentava tabernas, ambos locais e pretextos de sociabilidade masculina. Preferia talvez receber em casa: jantou com ele o António do Porto num domingo de novembro e o Alves no primeiro dia do ano. De vez em quando vinha o Moreira, procurador da confraria, com as guias e os recibos dos empréstimos para ele assinar.

Parece dar pouca atenção às novidades da terra. Apenas assinala o falecimento e enterro de uma vizinha, a vinda do médico a casa de uma outra e o assassinio de um homem: «Disse-se que o Zé Maria Ralha matou o filho do Pinto com uma facada». Este Pinto talvez fosse um dos serradores que trabalhava com ele, trato pessoal que explicaria um interesse maior. Esta é ainda uma época em que a violência fazia parte do mundo rural, a qual facilmente irrompia nas palavras, nos gestos e em agressões⁴⁶. Deparar com um crime de morte não é pois totalmente inesperado, sobretudo se admitirmos a veracidade de um texto coevo sobre Lorvão, em que o autor afirma que as pessoas trocavam constantes ameaças e injúrias, andavam sempre de canivete em punho⁴⁷, embora também acrescente que, por falta de energia, nunca o enfiavam pelo seu semelhante⁴⁸.

Feita a travessia pelos meandros do diário deste homem singular, debuxa-se agora em notas finais um quadro do seu quotidiano, tal como a redação do mesmo o deixa vislumbrar, ou seja, a sua vida fora de portas, maiormente a de trabalho. Nada se fica a saber, porém, sobre a sua vida privada, a organização

⁴⁶ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 495-498.

⁴⁷ Penso que isso talvez ocorresse por causa do talhe dos palitos, sua ocupação dominante.

⁴⁸ Magalhães Colaço, “Palitos de Lorvão”, *Ilustração Portuguesa*, 364 (10 de fevereiro de 1913), p. 72.

doméstica, as características e funcionalidades da sua casa. Há um silêncio total sobre sentimentos e afetos. As pessoas que povoam as páginas que escreve são aquelas com quem interage a nível profissional. Na estruturação da atividade agrícola, fica a ideia que não recorre a mão de obra familiar, dominando uma lógica contratual.

Vive integrado numa economia camponesa, desenvolve simultaneamente a atividade na lavra, na vinha, em pinhais e olivais, colhendo e semeando, e em tarefas de apoio à agricultura, com edificações e reparações necessárias para a concretização dessa atividade.

Nas terras cultiva cereais, com destaque para o milho, batata, vinha, leguminosas e hortaliça, num sistema de policultura. Pelo volume das colheitas, parece ser a sua uma produção não de subsistência, mas virada para o mercado. A do azeite certamente, como fica provado pela venda que faz a Manuel Rosa, de Lorrão, de dois cântaros em setembro e mais seis em outubro, a 2.500 réis o cântaro.

Tem as propriedades dispersas por terrenos localizados em vários sítios e lugares e com dimensão a exigir diariamente a contratação de braços para o serviço.

Para além do trabalho no campo, fabrica e conserta calçado, utensílios, ferramentas, instrumentos, mostrando dominar técnicas que exigem uma aprendizagem diferenciada. Algumas destas obras relevarão da entreatajuda aldeã, outras serão executadas a troco de pagamento.

Exerce um prestigioso cargo numa confraria que é uma das maiores e mais importantes do distrito, o que demonstra que desfruta de uma boa integração na comunidade. Encaixa-se bem na vida rural, onde se movimenta com mestria e à vontade, e onde o trabalho é considerado acima de tudo como uma necessidade vital. Poucas são as suas folgas. Reparte as tarefas agrícolas e as de oficina, consoante as circunstâncias, sem grandes pausas. O trabalho também lhe traz realização pessoal, pois deixa perpassar contentamento pela boa qualidade do conserto no alambique, considerando que “ficou muito bem”.

Vai pouco à missa. Não é dado a confraternizações, passeia muitas vezes sozinho, viaja de quando em vez. O enigma que fica é ele mesmo, este homem dos sete ofícios, agricultor, sapateiro, latoeiro, serralheiro, carpinteiro, violeiro, mestre de obras. Será um lavrador que nas horas mortas do trabalho do campo se torna artesão ou um artífice que tem umas terras para amanho?

Imaginá-lo nos fins de tarde, sentado a uma mesa, enquanto espera pela refeição, a lançar umas linhas ao papel, a tentar reter a memória dos trabalhos e dos dias, causa admiração, pois parece pouco condizente com o mundo em que vive.

Varia

Timor Português – Produção e Mercados na década de 1920

Portuguese Timor – Production and Markets in the 1920s

CÉLIA REIS

Instituto de História Contemporânea - FCSH/NOVA
celiareis1@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/07/2015

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

A colónia portuguesa de Timor apresentava-se com múltiplas possibilidades de exploração, mas a realidade era diferente. Neste artigo, baseado nos relatórios e ofícios dos gerentes do Banco Nacional Ultramarino na década de 1920, analisam-se as suas principais produções agrícolas, verifica-se a dificuldade da exploração petrolífera e salientam-se as relações comerciais; consideram-se igualmente os obstáculos ao desenvolvimento local. Estes deviam-se a razões locais, como a falta de infraestruturas, as políticas seguidas e a falta de direção pela mudança de governadores, mas também à dificuldade de afirmação internacional da colónia, mantendo-se na dependência dos mercados vizinhos.

Palavras-chave:

Timor; Colonialismo; Produções; Mercados.

Abstract:

Portuguese colony of Timor was presented as having multiple possibilities of exploitation, but the reality was different. In this article, based on reports and letters of the Banco Nacional Ultramarino (Overseas National Bank) managers, in the 1920s, I analyse its main agricultural products, the difficulty of the oil exploration and the trade relations; I also consider the obstacles to local development. These were due to local reasons, such as need of infrastructure, the policies and the lack of direction by the change of governors, but also the difficulties to assert internationally, which led it in dependence on the nearest markets.

Keywords:

Timor; Colonialism; Productions; Markets.

Introdução

Os processos de colonização que se desenvolveram a partir do século XIX incorporaram o domínio geral sobre territórios nos quais, entre outras vertentes, se procurou o crescimento económico, com exploração dos recursos existentes. A partir do final dessa centúria, particularmente quando se viu perante acometimentos estrangeiros para com as suas colónias, Portugal desenvolveu projetos de fomento para as mesmas; todavia, a sua concretização nem sempre se efetivou totalmente, ou segundo um projeto linear. Este processo foi igualmente diversificado perante os espaços que compunham os seus domínios coloniais.

Timor, a mais distante de todas as colónias portuguesas, apresentava-se sob diversos aspetos: para muitos constituía, sem dúvida, o lugar longínquo e inóspito onde exercer uma função pública ou mesmo de castigo, de exílio; já para os mais interessados pelas questões da colonização a visão era dupla, entre os que realçavam a falta de ligações a Portugal, o atraso, mesmo a inutilidade da posse, e os que se esforçavam por evidenciar as suas inúmeras possibilidades.

São poucos os estudos que abrangem a década de 1920 em Timor, a qual pretendo aprofundar agora, contemplando os aspetos da produção e mercados a partir de uma visão específica: a dos gerentes do Banco Nacional Ultramarino (BNU). Com efeito, o núcleo documental elaborado por estes intervenientes, composto por alguns dos relatórios e pela correspondência enviada periodicamente à sede, em Lisboa¹, integra muitos aspetos da vida local, permitindo-nos conhecer com maior pormenor a evolução local e, por ela, aspetos importantes da colonização portuguesa.

O contexto timorense

Depois de os portugueses terem chegado a Timor, a sua presença e soberania exerceram-se de forma diferenciada ao longo da ilha, assentando essencialmente na sua parte leste. O confronto com os holandeses, vindo de trás, prosseguiu no século XIX, conduzindo a negociações com resultados diferenciados: o Tratado que Lopes de Lima [1851-1852] assinou com os neerlandeses levou à cedência de alguns territórios a troco de 200.000 florins. Mantiveram-se, depois disso, questões pendentes, que conduziram à assinatura de algumas convenções. Todavia, a manutenção de algumas indefinições justificou que o assunto passasse para o Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia, que o resolveu em 1914.

¹ A documentação do BNU está integrada no Arquivo da Caixa Geral de Depósitos. O arquivo passa a ser indicado como BNU.

Foi, portanto, nas vésperas da I Guerra que as fronteiras entre as duas colónias ficaram definitivamente delimitadas. Ainda assim não faltaram dificuldades à administração portuguesa, que teve de enfrentar a continuação de ameaças holandesas e a apetência de outros interessados, como a Austrália².

No contexto português, Timor tornou-se um distrito autónomo em 1896, continuando, no entanto, dependente financeiramente de Macau; a sua reorganização administrativa foi decretada no ano seguinte e, em 1909, elevou-se à categoria de província; em 1928, a colónia perdeu a sua autonomia financeira devido aos sucessivos défices³. Internamente, e para além da organização geral comum às diferentes colónias, a administração baseava-se essencialmente nos comandos militares, complementados, a partir de 1920, por circunscrições civis. Os responsáveis pelas duas estruturas correspondiam às verdadeiras autoridades locais, responsáveis pela defesa, pelas questões civis que envolviam os indígenas ou mesmo pela imposição dos cultivos obrigatórios.

Internamente, o domínio português, assente na lealdade dos reis locais, nem sempre correspondia a uma realidade efetiva. A ameaça era ainda maior pelos movimentos de insubordinação registados, alguns conjugando vários povos. As «campanhas de pacificação», ou guerras de subordinação, foram intensas particularmente após a chegada ao território do governador José Celestino da Silva [1894-1908]. Em 1911-12, entretanto, a colónia portuguesa foi sacudida por nova revolta, que, sendo dominada, conduziu à pacificação definitiva⁴.

O desenvolvimento económico constituía um tópico essencial da ação colonizadora global, que aqui se procurou incentivar; aliás, a literatura colonial repetia constantemente a lista das potencialidades da colónia, que a tornavam verdadeiramente um S. Tomé e Príncipe na Oceânia⁵.

² Célia Reis, “Macao et Timor. Le Souveraineté Portugaise et l’Incidence de Guerre de 1914-1918”, *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, 256 (October 2014), p. 72.

³ Decreto n. 15.853, 15-8-1928, *Diário do Governo (DG)*, I série, n. 186.

⁴ Sobretudo, Katharine G. Davidson, *The Portuguese Colonisations of Timor: The Final Stage, 1850-1912*, tese de doutoramento, University of New South Wales, 1994; Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 75-76; Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae. 500 Anos.*, Macau, Livros do Oriente, 1999, p. 193-204; Jaime do Inso, *Timor 1912*, Lisboa, Cosmos, 1939; René Pélissier, *Timor Em Guerra. A Conquista Portuguesa: 1847-1913*, Lisboa, Estampa, 2007; Ricardo Roque, *Headhunting and Colonialism. Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire. 1870-1930*, New York, Palgrave Macmillan, 2010.

⁵ Célia Reis, «As Colónias Portuguesas do Oriente na Literatura Colonial – do Ultimatum ao fim da República» in Maria Fernanda Rollo *et alia* (coord.), *Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa. Perspectivas Coloniais dos Séculos XIX e XX*, [Lisboa], IHC, FCSH e Rede de História Contemporânea, 2014, p. 24-43 (disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/13719>).

A perda de importância da exportação do sândalo na segunda metade do século XIX determinou uma mudança de orientação, apostando-se no café, mesmo recorrendo ao cultivo obrigatório⁶; mais tarde, particularmente durante o governo de José Celestino da Silva, continuado particularmente por Filomeno da Câmara, o trabalho obrigatório tornou-se uma realidade⁷.

Para além desta realidade social, a ação de José Celestino da Silva caracterizou-se outrossim pela implementação de medidas com vista ao desenvolvimento económico, assistindo-se à introdução de algumas das grandes plantações. O próprio governador fundou a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT), a que se juntaram a Companhia de Timor e a Sociedade Comercial, Agrícola e Industrial de Timor. Mais tarde, criaram-se granjas estatais e plantações do Estado.

Pouco depois da implantação da República, assumiu o poder em Timor Filomeno da Câmara de Melo Cabral [1911-1917], que empreendeu igualmente toda uma ação com vista ao desenvolvimento económico da colónia.

O BNU e os seus gerentes

Feita a análise geral da situação da colónia, impõe-se agora uma síntese relativa à ação do Banco Nacional Ultramarino. Criado por Carta de Lei de 16 de maio de 1864, tinha como missão o apoio financeiro, introduzindo capitais metropolitanos nos domínios coloniais, e a unificação monetária colonial, tendo-lhe, por isso, sido concedido o privilégio de emissão de notas nas colónias de África⁸. Verdadeiramente, deveria ser, ou assim se assumia, como o Tesoureiro do Estado, pelo menos em 1911⁹.

Todavia, os dois primeiros pontos constituíam justamente o conjunto que menos associava o BNU a Timor, pela distância a que o seu comércio se encontrava da metrópole e pela utilização das moedas de âmbito local, a pataca mexicana ou o florim holandês. A pequenez do espaço português terá, sem dúvida contribuído para fosse a última colónia a contar com a agência

⁶ Por exemplo, Olivier Sevin, “Le Café au Timor-Oriental”, *Cahiers d’Outre-Mer*, 233 (March 2006), p. 2 (paginação on-line, in <https://com.revues.org/191> - consultado a 7-5-2016); Christopher J. Shepherd and Andrew McWilliam, “Cultivating Plantations and Subjects in East Timor: a Genealogy”, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, 169 (2013), p. 330.

⁷ Entre outros, Shepherd and McWilliam, cit., p. 331–336. Para uma realidade mais alargada, Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

⁸ João Estevão, *Moeda e Sistema Monetário Colonial*, Lisboa, Escher, 1991, p. 28-31.

⁹ <https://www.bnu.tl/Grupo-CGD/Historia-BNU/Documents/Criacao-mais-remota-agencia-bancaria-do-imperio-colonial-portugues.pdf>, consultado em 30-5-2014.

local, só aberta em 1912¹⁰. Encontrando-se a economia local essencialmente no papel de subsidiária dos mercados vizinhos, principalmente de Macáçar, logo de início se considerava a possibilidade de a ação do BNU vir a romper com esta limitação, mas o impacto no financiamento local revelou-se limitado. As estruturas anteriores mantiveram-se, cabendo aos chineses um papel essencial na garantia das atividades económicas.

Ao raiar o ano de 1920, era Armando Monteiro de Barros quem geria a filial do BNU em Díli, mas deverá ter saído da colónia, por questões de saúde, no ano seguinte¹¹, sendo substituído pelo Inspetor no Oriente, Guilherme de Meneses. Em julho de 1922, a função foi entregue a Júlio Montalvão e Silva¹², que se manteve nos anos seguintes.

Júlio Montalvão e Silva era um conhecedor da realidade timorense, como assegurou o seu antecessor quando lhe transmitiu a gerência¹³. Assim sucedia, de facto, sendo descendente de um dos mais célebres governadores da colónia, José Celestino da Silva¹⁴. Muito crítico em relação às sucessivas autoridades de Timor, encontram-se, por vezes, referências elogiosas ao seu antepassado, embora sem assumir a relação; entre outros exemplos, disse que era «a quem Timor tudo deve bem como Portugal na sua soberania em Timor»¹⁵.

Não dispomos de um estudo mais aprofundado sobre estas personalidades e sobre o papel desempenhado na expansão. Parece, no entanto, que este último tinha uma visão mais lata, em que as questões inerentes à vida bancária se aliavam a uma perspetiva de fomento da colónia, com contínuas críticas, mas igualmente com iniciativas próprias, como à frente se verificará. Já o seu predecessor Monteiro de Barros apresentou uma visão mais restrita: a propósito de um empréstimo ao Governo local, em que pelo menos uma parte seria para a construção de estradas, considerou que não se justificava a intensificação do fomento, uma vez que na colónia existiam apenas duas companhias agrícolas, relativamente pequenas, e três comerciantes de retalho¹⁶.

As descrições feitas pelos gerentes do BNU interligavam profundamente as questões económicas com os centros de poder político local, não apenas pela

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ BNU, 032.31/388, of. de Macau, 18-8-1921.

¹² BNU, 032.31/388, of. de Díli (Díli), reservado (res.) n. 24, 25-6-1922.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Deverá ter sido o neto de José Celestino da Silva, filho do homónimo Júlio Montalvão e Silva. Agradeço a amabilidade do Prof. Dr. Júlio Montalvão e Silva pelas informações que me deu sobre estas ligações familiares.

¹⁵ BNU, 032.4/23, relatório de 1930 (rel.) Todos os relatórios têm informação de 2.ª parte.

¹⁶ BNU, 032.31/387, of. de Díli, confidencial, 14-1-1921.

forma mais geral da estratégia, mas sobretudo pelas decisões mais generalizadas; geralmente era a contestação às mesmas que figurava nas páginas desta documentação, pela quantidade e qualidade do funcionalismo, pelas despesas envolvidas, mas igualmente pela contraprodução, e mesmo destruição, em relação às iniciativas de desenvolvimento.

Dificuldades de colonização

Não faltavam discursos sobre a necessidade e as modalidades da colonização, que radicavam essencialmente na associação a colonos e a recursos financeiros ocidentais, através da formação de sociedades, com utilização da mão-de-obra local¹⁷.

Em Timor faltavam, geralmente, estes colonizadores e meios suficientes. Para o primeiro fator concorriam, além da distância e da fama negativa da colônia, a atuação das autoridades locais, que não os atraíam. Desta forma, depois do governador Teófilo Duarte publicar diplomas concedendo vantagens que permitissem que vários militares recém-reformados aí se fixassem e empregassem os seus capitais, as decisões posteriores sobre o pagamento das reformas (que seriam saldadas em escudos, em Lisboa) determinaram a saída dos mesmos candidatos a colonos, perdendo o que tinham aplicado; nesse caso, a crítica alargou-se ao Governo metropolitano, que aceitara tal decisão sem responsabilizar alguém em Timor. As palavras de Júlio Montalvão e Silva, do BNU, evidenciaram a dificuldade em interessar possíveis pretendentes:

«Chega a parecer fantasia quando é pura verdade e admirar-se-hão um dia do pequeno numero de colonos em Timor? D'onde hão de vir? Tratados pelos comandos e autoridades por vezes, como são, nivelados a indígenas, sempre sujeitos à prepotência de lhes darem ou não darem mão d'obra, conforme as sympathias, quem será o tolo que se abalançara a vir tão longe gastar dinheiro e colher trabalhos?»¹⁸.

Eram, por isso, escassas as empresas de maiores dimensões. Entre elas, apenas a SAPT, que, como vimos, tinha sido fundada por José Celestino da Silva e continuava essencialmente ligada à sua família, se mantinha ao longo dos anos, pelo cuidado com a sua gestão e pelos investimentos realizados.

¹⁷ Por exemplo, Oliveira, *op. cit.*, p. 428–434.

¹⁸ BNU, 032.4/23, rel. 1930; igualmente 032.31/391, of. de Dili, res. n. 16, 27-3-1930.

Como «mãe», integrava a Empresa Agrícola de Timor e a Empresa Agrícola Perseverança.

A SAPT manteve-se como o mais dinâmico dos empreendimentos, aí se encontrando as melhores plantações, experimentando novas culturas – fez as primeiras experiências de quina, baunilha, palmeira de óleo, chá ou roselle - e aumentando as áreas das que já tinha; ao mesmo tempo alargou os seus mercados mesmo à Europa, ultrapassando a dependência da colónia holandesa vizinha. A sua ação ia mais longe e, pelo menos nalguns anos, era esta sociedade quem fornecia as sementes para as plantações a que os indígenas estavam obrigados¹⁹.

Ao contrário desta, a Companhia de Timor não resistiu e foi vendida a um a inglês, Kellie Smith²⁰, que referiremos à frente.

Existiam igualmente outros interesses estrangeiros, solicitando concessões sobre as quais os próprios governadores suspeitavam de intenções especulativas²¹. Deste modo, em 1923, alguns australianos tinham pedido terrenos na costa sul, estando os mesmos pendentes das discussões travadas na Comissão das Terras; a John Fogarty, da mesma nacionalidade, foram, entretanto, concedidos 1640 hectares, destinados à cultura do algodão; o mesmo trouxe para a colónia três éguas para cruzamento com cavalos autóctones²².

Porém, a situação descrita em relação aos interesses estrangeiros revela tentativas de contorno da legislação, provocando algumas confusões judiciais e posterior anulação de possíveis benefícios. Deste modo, contrariando a obrigatoriedade de reconhecimento das sociedades que se organizavam para investimento, as mesmas optavam por mandar um dos elementos para obter propriedades em nome individual; quando algum acontecimento se impunha, não se reconhecia a associação; os sócios, por sua vez, procuravam vender a sociedade que não tinha existência legal²³.

As vicissitudes mais conhecidas ocorreram em relação às propriedades que o já nomeado Kellie Smtih adquirira à extinta Companhia de Timor. Fora ele que tratara de todos os elementos individualmente, apesar de representar, não oficialmente, a Timor Development Company, de um grupo de capitalistas de Adelaide. A contenda que se gerou entre os sócios chegou aos tribunais

¹⁹ Entre outros, BNU, 032.4/21, rel. 1923; 032.4/22, rel. 1924; 032.4/23, rel. 1930.

²⁰ BNU, 032.4/21, rel. 1923; 032.28/340, of. de Díli, res. n. 72, 8-11-1926.

²¹ Figueiredo, cit., p. 208.

²² BNU, 032.4/21, rel. 1923.

²³ BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 54, 13-10-1927.

londrinos²⁴. Entretanto, por morte de Kellie Smith, foram a viúva e filhos que herdaram, sendo as propriedades livres vendidas a outra pessoa²⁵.

O gerente do BNU foi, deste modo, a testemunha direta das questões que envolveram os processos de concessões em Timor, onde as grandes polémicas se relacionaram igualmente com a corrupção de alguns funcionários²⁶.

Outro aspeto realçado pelos gerentes do banco prendia-se com a falta de resultados destas explorações estrangeiras; por exemplo, referindo-se às concessões feitas a ingleses, em 1924 ficou escrito que quem estava responsável pelas mesmas se caracterizava pela incompetência técnica e pela falta de qualidades morais, «dedicando o tempo ao abuso de bebidas e a muito pouco mais»; tendo os financiadores da sociedade enviado um substituto, este também já conhecia todas as lojas de bebidas²⁷.

Aspetos produtivos

As Repartições

Consideremos agora os aspetos produtivos mais salientes.

Filomeno da Câmara, o primeiro Governador republicano de Timor e um dos que se mantiveram mais tempo nesse cargo, caracterizou-se pela ação de fomento que procurou imprimir, como atrás se referiu; entre outras ações adquiriu alfaias agrícolas e para descasque e limpeza de café, arroz, etc., para serviço da Repartição de Fomento Agrícola e Comercial.

Esta Repartição veio a ser substituída pela nova Repartição de Fomento Agrícola e Comercial no início da década de 1920; na mesma fase contratou-se um agrónomo e um veterinário e adquiriu-se uma máquina para fazer gelo²⁸, mas a sua atividade mostrava-se reduzida. No relatório referente a 1921, escreveu o gerente do BNU que, apesar de dirigida por técnicos contratados, nada tinha realizado de útil: as granjas República e Eduardo Marques não produziam e as indicações transmitidas aos comandos militares, mesmo usando o *Boletim Oficial*, eram inadequadas e, por vezes, continham erros; os bovinos que o veterinário adquirira na Austrália para aperfeiçoamento das

²⁴ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

²⁵ BNU, 032.29/352, of. de Dili, n. 72, 11-12- 1928.

²⁶ José Joaquim de Ascensão Valdez, *Sobre Timor. Elementos para a Biografia do ainda Governador da Colónia Tenente Sr. Teófilo Duarte*, Lisboa, Imp. Lucas, 1928.

²⁷ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

²⁸ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

raças indígenas apresentaram-se de qualidade inferior aos locais e morreram devido ao tratamento que lhes foi ministrado contra febre da carraça; tendo organizado mostruários de produtos agrícolas, já estes estavam degradados quando os enviaram aos cônsules em Macáçar e Surabaia²⁹; as alfaías agrícolas foram, entretanto abandonadas; ao silvicultor contratado mandou-se tratar da madeira a cortar e desbastar e a dirigir a serração de madeiras, em vez de tratar do plantio florestal³⁰.

Ao longo dos anos sucederam-se as críticas ao funcionamento da mesma Repartição, pela sua ineficácia e lentidão próprias, mas também reconhecendo que as circunstâncias da colónia impediam o aproveitamento destes recursos: eram os chefes das circunscrições quem decidia sobre as plantações, ultrapassando os técnicos³¹.

Principais culturas

O desenvolvimento da produção assentava, segundo o padrão imposto por Filomeno da Câmara, na cultura forçada, pelo menos do café, copra e cacau. Júlio de Montalvão e Silva, do BNU, pelo contrário, considerava que este processo era inadequado ao habitat das plantas, que se usavam solos impróprios e que o mesmo era prejudicial aos indígenas³². Na realidade, verificou-se, de facto, que o voluntarismo daquele governador não correspondeu à organização necessária, sendo os resultados inferiores aos esperados³³.

Numa caracterização da evolução global, o café tornou-se a cultura essencial de Timor, a sua principal exportação. Com efeito, enquanto em 1858 correspondia apenas a 4,4% das exportações totais, as cifras elevaram-se a 60,7 % em 1920; nalguns anos já tinham, no entanto, ultrapassado 80%, o que viria a repetir-se³⁴. Este facto deverá ter estado também relacionado com o aumento de áreas cultivadas, sobretudo por iniciativa particular e nos comandos de Suro

²⁹ BNU, 032.3/19, rel. 1921.

³⁰ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

³¹ BNU, *ibidem*; 032.31/391, of. de Dili, res. n. 16, 27-3- 1930.

³² BNU, 032.4/23, rel. 1930.

³³ Shepherd and McWilliam, “Divide and Cultivate: Plantations and Environment in Portuguese Timor, 1860-1975”, in *Comparing Apples, Oranges, and Cotton. Environmental Histories of the Plantation*, Chicago, The University of Chicago Press, 2014, p. 147-148; “Cultivating Plantations...”, p. 335.

³⁴ Seguindo os números apresentados em Figueiredo, cit., p. 213, 219, 227. Sobre esta cultura veja-se também, entre outros, Sevin, cit.; Shepherd and McWilliam, “Divide and Cultivate”; “Cultivating Plantations...”.

e Manufai, onde, mais uma vez, se destacava a atividade da SAPT³⁵; em 1930 ocupava uma área computada em 17.000 hectares, numa colónia de 10.000 quilómetro quadrados; as plantações dos indígenas raramente se situavam acima dos 1.000 pés³⁶. Mas era uma cultura irregular, comumente contando-se com uma produção maior de três em três anos, a que se seguia uma mais fraca³⁷. Dominava a espécie Arábica, apesar de se encontrar a espécie Robusta, também introduzida pelo primeiro governador republicano; a produção desta era diminuta, pela falta de interesse dos agricultores e porque a cotação se mostrava baixa³⁸.

A plantação de coqueiros para produção de copra tinha sido incentivada por Celestino da Silva, passando a cultura forçada com Filomeno da Câmara³⁹. A exportação, iniciada em 1902⁴⁰, ocupava o segundo lugar nas estatísticas, embora longe da posição cimeira do café⁴¹.

A produção de cacau também começou no início do século e foi depois incrementada, até que a concorrência, no período seguido à Grande Guerra, levou à sua queda progressiva⁴². Terá sido, sem dúvida, por isso, que o responsável pelo BNU atribuiu ao desinteresse dos chineses a principal razão para esta diminuição da procura e redução da sua presença em mercados onde já era famoso, como Londres, Amsterdão e Hamburgo. Nestas circunstâncias, a cultura era restrita, quase só feita pela SAPT, em 1930⁴³. Pouco antes, no entanto, o novo governador tinha mostrado interesse pela mesma, talvez pela sua anterior experiência em S. Tomé, e o comandante de Bobonaro distribuía destas plantas para os viveiros⁴⁴.

A cultura da borracha, introduzida pela SAPT⁴⁵ teve sobretudo expressão a partir da década de 1920⁴⁶. Kellie Smith, que já referimos, mostrou-se um dos mais entusiastas por esta produção pretendendo realizá-la em larga escala, mas

³⁵ BNU, 032.28/340, of.s de Díli, res. n. 52, 6-6-1926, n. 72, 8-11-1926.

³⁶ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

³⁷ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928.

³⁸ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 54, 13-10-1927.

³⁹ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁴⁰ O gerente do BNU datou o início desta exportação de 1902, mas os primeiros números da mesma são apresentados para o ano de 1900 por Figueiredo. *Op. cit.*, p. 221.

⁴¹ *Ibidem*, p. 221, 228.

⁴² *Ibidem*, p. 221, 228-229.

⁴³ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁴⁴ BNU, 032.3/391, of. de Díli, res. n. 33, 28-4-1929.

⁴⁵ Simões Martinho, «A Cultura da borracha em Timor», *Boletim Geral das Colónias*, vol. XXIV, 275 (1948), p. 208 (transcrito do *Diário de Coimbra*).

⁴⁶ BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 52, 6-6-1926.

a sua morte interrompeu esse processo⁴⁷. Deste modo, em 1930 o seu volume era pequeno, limitando-se a sua exportação à SAPT, mas por preços que não compensavam⁴⁸.

Na mesma década animou-se igualmente a cultura do algodão, também iniciada anteriormente mas não desenvolvida de forma sistemática⁴⁹. Os resultados foram diferenciados, pois a falta de chuvas levou ao fracasso da experiência realizada por uma companhia australiana no comando de Manufahi, mas houve melhores resultados noutras localizações⁵⁰.

Outras plantações mostraram-se de algum interesse na mesma fase. Em 1923, começou a ser plantada a roselle (cuja fibra poderia ser usada para cordame e sacaria) pela SAPT, embora melhorada por ano seguinte, quando se encontrou uma época mais adequada à mesma; apresentava-se, nesse momento, apenas como uma perspectiva possível para o futuro. A Repartição de Fomento estudou a possibilidade de implementar o tabaco, contratando um holandês para fazer viveiros numa das granjas do Estado e explicar a sua cultura aos indígenas – mas o gerente do BNU confiava pouco nas capacidades necessárias a esta função de quem tinha chegado à colónia portuguesa como fotógrafo⁵¹.

Este conjunto de culturas apresentava-se como o que mais se ligava à exportação, no momento ou como possibilidade de futuro; já não se encontrava nas mesmas circunstâncias o sândalo, outrora a mais importante, mas que agora, por problemas de produção, acabou oficialmente com a proibição do corte a partir de 1925; não obstante a dificuldade em fazer cumprir a determinação, tinha pouca presença no comércio timorense.

Outras eram as «culturas pobres», essencialmente para consumo local devido à escassez das estruturas adequadas: ao milho, arroz, feijão (e mesmo ao café Robusta) estavam interditados os mercados exteriores, mesmo os mais próximos, pelo excessivo preço dos fretes e pelos direitos alfandegários a que se viam obrigados⁵²; as difíceis condições de transporte interno também se encontravam entre os óbices; para o seu desenvolvimento faltavam também elementos como a irrigação. Como exemplos, existindo em 1922 uma grande plantação de nelly (arroz) na costa sul, o gerente do BNU considerou que uma parte da mesma seria destruída pela falta de condições de rega e que a falta de

⁴⁷ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 54, 13-10-1927.

⁴⁸ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁴⁹ Figueiredo, cit., p. 222.

⁵⁰ BNU, 032.28/340, of.s de Díli, res. n. 72, 8-11-1926; res. n. 52, 6 -6-1926.

⁵¹ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁵² BNU, 032.4/23, rel. 1930.

condução para os mercados também inibiria a sua venda lucrativa⁵³; a interrupção das viagens do vapor Díli provocou a deterioração do milho e arroz na costa Sul, em 1928⁵⁴; a capacidade de venda de arroz para a parte holandesa da ilha, quando aí houve escassez, ficou impossibilitada pela concorrência do produto mais barato de Surabaia e Celebes⁵⁵.

A limitação industrial

Para além da agricultura escasseavam outros elementos produtivos⁵⁶ e as fontes do BNU refletem o facto. Eram poucas as iniciativas dedicadas à indústria e de imediato arruinadas pela concorrência dos comandantes militares, segundo a observação da nossa fonte⁵⁷. Como exemplo, quando um chinês se propôs tomar o hangar da Repartição de Fomento para produção de energia elétrica, a Câmara de Díli municipalizou o serviço, inviabilizando a causa.

Sendo poucas as referências a este setor, ainda assim, em 1923, foi salientada a ação do administrador de Manatuto e sua esposa para o fabrico de telha e de rendas; em Litéfó faziam-se chapéus de palha, usados pelas senhoras da colónia; existiam trabalhos de talha em pontas de búfalo; estabeleceu-se uma indústria de saboaria montada por um chinês⁵⁸; em 1930 contavam-se dois estabelecimentos particulares para tratamento de café e cereais⁵⁹.

Exploração do subsolo

As explorações do subsolo constavam, há muito, como fonte de riquezas por aproveitar, considerando-se, particularmente, a exploração petrolífera. Esta teve início no final do século XIX e a primeira companhia fundada para a sua exploração surgiu em 1902, mas com resultados insignificantes; em 1910 foi reorganizada como Timor Concessions, Lta. Outros pedidos de concessão foram posteriormente apresentados⁶⁰.

A dinâmica manteve-se ao iniciar-se a década de 1920, mas os resultados continuaram infrutíferos: no início de 1921 retirou-se uma missão americana

⁵³ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

⁵⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 65, 17-10-1928.

⁵⁵ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁵⁶ Figueiredo, cit., p. 242–243.

⁵⁷ BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.31/391, of. de Díli, res., n. 38, 18-6-1930.

⁵⁸ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

⁵⁹ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁶⁰ Figueiredo, cit., p. 199–201; Gunn, cit., p. 224–226.

que aqui estivera a investigar ao serviço da Companhia de Petróleo de Timor, enquanto as minas de Susi, da Internacional Petroleum C.^a, interromperam as suas pesquisas pela falta de resultados; em ambos os casos mostrava-se necessário o investimento de grande soma de capital para se poder compreender se a exploração seria conveniente⁶¹. A primeira destas sociedades manteve a sua ação e em junho chegaram engenheiros e outras pessoas para iniciar os trabalhos⁶². Penso que a empresa que o bancário designou em português deverá corresponder à Timor Petroleum Co. Ltda, que, contudo, não operava como tal mas em nome individual de Staughton (a companhia financiava as concessões mas não era reconhecida pelo Governo português)⁶³; esta optou pelo investimento e em 1926 fazia perfurações sem olhar a despesas⁶⁴; o representante da mesma informou o gerente do BNU que do resultado da sua inspeção seria ponderada a solicitação de monopólio⁶⁵. Aliás, por volta de meados da década notava-se grande interesse de agentes australianos na obtenção de concessões petrolíferas e no exclusivo de pesquisas⁶⁶.

Todavia, também neste caso se verificou que os poucos resultados⁶⁷ acompanhavam a inadequada ação dos funcionários, que bebiam muito e trabalhavam pouco; o gerente do BNU sugeriu, por isso, que se estava perante um «bluff»⁶⁸. Em 1930 os empregados encontravam-se sem dinheiro, abandonados pela Companhia⁶⁹, provavelmente devido às medidas protecionistas impostas na Austrália que, entre outros pontos, incluíram obstáculos a transferências monetárias⁷⁰.

Não era melhor a situação do concessionário de manganês de Baucau, F. Kimkenberg, que também teve de se retirar (deixando dívidas por saldar), depois de abandonado pelos seus financiadores de Java⁷¹.

⁶¹ BNU, 032.3/19, rel. 1921,

⁶² BNU, 032.26/323, of. de Díli, res. n. 27, 29-6-1921.

⁶³ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 47, 24-8-1927.

⁶⁴ BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 72, 8-11-1926.

⁶⁵ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 47, 24-8-1927.

⁶⁶ BNU, 032.28/349, of. de Díli, res. n. 89, 23-11-1925.

⁶⁷ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 72, 11-12-1928.

⁶⁸ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-4-1928.

⁶⁹ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 16, 27-3-1930.

⁷⁰ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 31, 21-4-1930.

⁷¹ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 16, 27-3-1930.

Limitação comercial

Falta de condições internas

Apesar da existência de culturas de consumo local, era essencialmente para a exportação que se perspectivava o investimento, nacional ou estrangeiro. Mas tal exigia infraestruturas e incentivos que constantemente se apontavam como óbices à expansão. Deste modo, além da falta de irrigação, sobre a qual ainda em 1930 se dizia que estava tudo por fazer⁷², a análise das fontes do BNU repete frequentemente que as produções com maior potencial para venda exterior estavam constantemente pressionadas por três fatores: tratamento dos produtos, transportes e direitos pautais⁷³.

Alguns produtos viam a exportação interdita pela incapacidade de apresentação adequada perante os mercados estrangeiros. Assim acontecia com o milho e arroz, que, além de outros fatores, necessitariam de ensilagem para se poderem apresentar no exterior⁷⁴. Mesmo o café ficava desvalorizado porque os comerciantes chineses preferiam enviá-lo para Macáçar para só aí ser preparado para os mercados europeus⁷⁵.

Faltava em Timor uma rede de estradas que permitisse o trânsito dos produtos e, não obstante o reconhecimento da necessidade⁷⁶, em 1922 mantinham-se as vias existentes em 1908; apesar de os povos estarem obrigados a este trabalho e das despesas feitas com as mesmas, muitas das construções tinham-se destruído pela falta de consolidação ou pelo abandono a que tinham sido votadas; deste modo, limitava-se a 12 quilómetros o troço que podia ser percorrido por carros a partir de Díli para o interior⁷⁷. Só em algumas fases se implementava alguma mudança nesta situação, embora sem prosseguimento desta forma: em 1924 houve um grande esforço para resolver o problema da viação e o próprio Encarregado de Governo se dedicou pessoalmente a dirigir as obras a estrada Díli-Ermera a Hato-Lia, que teve então um impulso importante⁷⁸. Novo ímpeto ocorreu em 1926, com a abertura de algumas vias, porém, feitas inadequadamente e não resistindo às chuvas⁷⁹. A inversão desta problemática

⁷² BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁷³ Entre muitos outros, BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-5-1928.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

⁷⁶ Figueiredo, cit., p. 340-341.

⁷⁷ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

⁷⁸ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁷⁹ BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 72, 8-11-1926.

deveu-se ao governador Teófilo Duarte, que elaborou um plano de construções de estradas de penetração, considerado essencial para a colonização europeia⁸⁰; chegou, de facto, a inaugurar alguns troços, levando o gerente do BNU a considerar que, continuando assim, em quatro anos disporiam de uma rede de viação para toda a colónia portuguesa⁸¹. Porém, aquela autoridade deixou Timor, que voltou a abandonar esta atividade, perdendo-se muitas obras; o assunto voltou a merecer atenção por volta de 1930⁸².

A inexistência de caminhos adequados e de meios de transporte impedia um maior desenvolvimento agrícola, tornando mais morosa e cara a deslocação das produções e impedindo-as de chegar aos mercados em épocas de preço compensador⁸³. À costa sul, sobretudo, deparavam-se maiores obstáculos, pela distância do porto. Neste caso mostrava-se preferível a condução dos produtos em navios, mas os problemas eram outros: as embarcações à vela não se aventuravam para essa parte da ilha⁸⁴, limitando-se as possibilidades ao vapor estatal Dilly. A precaridade deste impunha a sua substituição e, de facto, por volta de 1924 colocou-se a hipótese de aquisição de uma nova embarcação⁸⁵, o que não veio a suceder. Assim, eram frequentes os períodos de inatividade do navio, devido à necessidade de reparações, à falta de combustível ou de elementos humanos⁸⁶, a que se somavam as ocupações em representação oficial, obstando à sua utilização; em consequência, as produções, ficavam, por vezes, destruídas, sem chegar aos mercados⁸⁷.

Ligações ao exterior

Apesar de há muito se considerar a necessidade de uma carreira portuguesa entre a metrópole e as colónias do Oriente, entre as quais Timor⁸⁸, as ligações

⁸⁰ BNU, 032.29/352, of. de Dili, res. n. 45, 266-1928.

⁸¹ BNU, 032.29/352, of. de Dili, res. n. 65, 17-10-1928.

⁸² BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.31/391, of. de Dili, res. n. 52, 29-8-1930.

⁸³ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁸⁴ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

⁸⁵ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁸⁶ Por exemplo, em 1927 dizia-se que as mercadorias estavam acumuladas porque o navio parara depois de um tenente ter partido para a metrópole, incompatibilizado com o governador. BNU, 032.28/340, of. de Dili, res. n. 36, 86-1927.

⁸⁷ BNU, 032.29/346, of. de Dili, res. n. 79, 11-11-1922; 032.29/352, of. de Dili, n. 65, 17-10-1928.

⁸⁸ Entre as fontes salientaram-se as teses que foram apresentadas nos dois congressos coloniais: Conde de Penha Garcia, “These - Colonisação de Timôr”, in *Congresso Colonial Nacional Inaugurado no Dia dois de dezembro de 1901. Actas das Sessões*, Lisboa, A. Liberal

existentes eram estrangeiras e nem sempre se mantinham diretas. Em 1922, por exemplo, as malas holandesas não recebiam da colónia para Lisboa mas sim na viagem inversa⁸⁹.

Numa escala mais regional, em 1922, a Eastern & Australia as C^a Ltd. fazia viagens entre Singapura e Austrália, tocando Timor. Dois anos depois, o gerente relatou que os navios da linha da Austrália começaram a tocar Díli recebendo passageiros no seu caminho entre aquele porto e Macáçar, e vice-versa; todavia, mas o aumento de emolumentos alfandegários e outros entraves colocados pelas autoridades portuguesas afastaram-nos. As companhias australianas, entretanto, pediam preços aceitáveis quando se procurava um acordo com as mesmas, uma vez que o Governo denunciara o contrato que antes tinha feito com a Burns Philp⁹⁰.

A Koninklijke Paketvaart Mastschppij (KPM) passou a frequentar bimensalmente o porto de Díli, permitindo um contacto mais estreito com Java e as Celebes; em 1923 já só chegavam uma vez por mês e raramente aportavam outros navios a Díli⁹¹. A KPM tornou-se o elo essencial nos anos seguintes, apesar das dificuldades que colocava e que para o gerente do BNU, apesar de ser seu agente, eram o reflexo da política holandesa, aparentando relações oficiais cordiais enquanto se esforçava por prejudicar o comércio de Timor português, em benefício da sua própria colónia. Deste modo, em 1924, quando o governo de Lisboa duplicou as taxas consulares, aquela companhia elevou os fretes destinados a Timor, no valor de 20% a partir de Surabaia, 50% de Macáçar e 100% dos outros portos⁹².

A exploração destes preços era, de facto, uma consequência da monopolização dos transportes, pela falta de concorrência durante a maior parte do período. Em 1928 ainda se procurou estabelecer uma carreira direta para Macau, por contrato com a Sino-Portuguese Navigation Company; apesar de então os mercados chineses não oferecerem grandes vantagens, o objetivo era baratear os fretes⁹³. Contudo, a deslocação do navio para a doca, em Hong Kong, interrompeu esta

- oficina, 1902, p. 77–79; Henrique Monteiro Corrêa da Silva, “Tese - A navegação Mercante Nacional enter a Metrópole e as Colonias e entre Estas”, in *Congresso Colonial Nacional de 6 a 10 de Maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1924. Veja-se também Figueiredo, cit., p. 347-348.

⁸⁹ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

⁹⁰ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁹¹ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

⁹² BNU, 032.4/22, rel. 1924.

⁹³ BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 37, 28-4-1928.

tentativa⁹⁴. Outras experiências foram, entretanto feitas por outras empresas, algumas com menores condições, até que, em 1930, a «Macao Timor Line» procurou manter estas viagens, mas sem possibilidades de competir com a companhia holandesa que, em guerra, baixava então temporariamente os fretes⁹⁵. Neste ano, além dos dois navios mantidos pela KPM, outros tocavam em Timor, agenciados pela SAPT, mas essencialmente para transporte de essência e óleos minerais⁹⁶.

Outras adversidades

As pautas alfandegárias constituíam outro dos embaraços frequentemente repetidos nas páginas escritas pelos gerentes do BNU. Em setembro de 1922 foram postas em vigor novas taxas, mais elevadas, cujo objetivo era aumentar as receitas da província. De acordo com a observação do responsável bancário, não tinha havido critérios definidos de espécies, valores de produtos ou crises de colocação e produção, pelo que o resultado se tornara verdadeiramente negativo. Nesse momento os produtos portugueses, com destaque para vinhos e licores, tornaram-se mais dispendiosos na colônia portuguesa do que na vizinha holandesa; a vida encareceu, especialmente para os europeus que mais adquiriam produtos da metrópole; em causa estava também o valor atribuído à pataca, para pagamento de direitos, 450 réis⁹⁷. Tal pauta surgia igualmente como uma perturbação a possíveis investimentos: já em 1923 o responsável bancário descrevia os estrangeiros potencialmente interessados em se estabelecerem na colônia como indecisos porque os direitos de exportação eram de 12%⁹⁸; no entanto, a representação de Kellie Smith ao Governo, fazendo-o sentir que estas pautas o impediriam de introduzir novas culturas, como roselle, algodão e quina, levaram a que os Conselhos Executivo e Legislativo baixassem os direitos para novas culturas a 2,5%; o mesmo não sucedeu com a proposta do representante dos agricultores para a sua extensão à borracha, ficando o assunto em estudo porque só aquele produtor a tinha e não exportava (porque o preço não pagava as despesas) ou, como observava o gerente, porque era português enquanto os outros vinham do estrangeiro⁹⁹.

⁹⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 65, 17 -10-1928.

⁹⁵ BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.3/391, of.s de Díli, res. n. 16, 27-3-1930, n. 30, 21-4-1930, n. 52, 29-8-1930.

⁹⁶ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

⁹⁷ BNU, 032.3/20, rel. 1922; 032.29/364, of. de Díli, res., n. 79, 11-11-1922.

⁹⁸ BNU, 032.29/346, of. de Díli, res., n. 44, 14-4-1923.

⁹⁹ BNU, 032.29/346, of. de Díli, res., n. 64, 76-1923.

Ao longo dos anos repetiram-se as queixas mas não se registaram alterações; o governador Teófilo Duarte chegou a propor alterações, mas a resposta de Lisboa tardou¹⁰⁰.

A evolução das exportações

Considerando as culturas que já analisámos, os principais produtos exportáveis eram, por ordem da importância, na lista organizada em 1922, café, copra, cera, sândalo, couros, cacau, pontas de búfalo e de veado e pau tintural¹⁰¹. Entre eles constava ainda o sândalo, que noutros tempos tinha sido primordial para a economia local, mas cuja oferta se reduzia progressivamente; no final de 1919 já se verificava que a diminuição do preço não compensava a venda¹⁰² e acabou por desaparecer das exportações.

Entre todos era, sem dúvida, o café que ocupava o papel central, dele dependendo essencialmente a economia local. Como se constata no quadro I, referente a 1930, este produto correspondia a 81,5% do valor de todos os que foram embarcados na colónia. Estas contas do responsável pelo BNU são um pouco diferentes das que constam noutras fontes¹⁰³, mas ambas mostram que nesta fase o café ultrapassava os quatro quintos de todas as vendas ao estrangeiro.

Pelo menos uma parte era adquirida para lotar com o que era produzido nas colónias holandesas, de inferior qualidade¹⁰⁴.

Quadro I – Produtos embarcados em 1930 (em escudos)¹⁰⁵

PRODUTOS	Pela KPM	Pela MTL (Macao Timor Line)	Total	
			Valores	%
Café	9.671.850\$00	1.517.025\$00	11.188.875\$00	81,5
Copra	475.416\$00	74.304\$00	549.720\$00	4,0
Borracha	54.296\$00	1.512\$00	55.808\$00	0,4
Cacau	112.644\$00	34.776\$00	147.420\$00	1,1
Diversos	1.422.000\$00	369.705\$00	1.791.705\$00	13,0
Total	11.736.206\$00	1.996.322\$00	13.732.528\$00	100,0

¹⁰⁰ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res., n. 52, 226-1931.

¹⁰¹ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

¹⁰² BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 61/1919, 13-12-1919.

¹⁰³ Resumidas no quadro em Figueiredo, cit., p. 227.

¹⁰⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928

¹⁰⁵ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

A evolução das exportações, todavia, não foi regular, sujeita a fenómenos naturais, mas também a pressões humanas.

O ano de 1921 marcou-se por colheitas pequenas e com preços de mercado igualmente baixos¹⁰⁶, o que, de facto, se traduziu numa diminuição das exportações; no entanto, aumentaram muito no seguinte¹⁰⁷.

Em 1923, a colheita do café parecia inicialmente pequena¹⁰⁸ mas acabou por superar as previsões¹⁰⁹; todavia deparou-se com a possibilidade de ver a sua exportação interrompida para as Índias Neerlandesas, pois o respetivo Governador-geral, pela sua ordenança de 17 de abril, proibiu a importação sem autorização do Diretor do Fomento, Comércio e Indústria em Batávia; procurava deste modo impedir a repetição do ocorrido no ano anterior, quando se verificara a importação de grandes quantidades de produto brasileiro (em navios japoneses) e a sua mistura com os de Java e Timor, levando os compradores a recusarem-nos. Quando a Companhia KPM divulgou esta informação em Díli, as autoridades locais movimentaram-se de imediato: o gerente do BNU reuniu com os chineses exportadores que enviaram uma petição à autoridade holandesa; o governador português também telegrafou aos cônsules lusitanos em Batávia e Macáçar e conseguiu-se ultrapassar aquela ordem¹¹⁰. No entanto, os preços baixaram nesta última cidade¹¹¹, o que, de facto, se traduziu numa redução do valor das exportações.

A colheita de 1924 começou igualmente por parecer escassa e mal remunerada, mas desenvolveu-se e acabou compensadora¹¹²; aliás, no geral, outros produtos da colónia também tiveram boa colocação e preços¹¹³. O ano de 1925 a caracterizou-se por más colheitas, em geral¹¹⁴, mas a exportação foi grande, com grande procura dos cafés timorenses¹¹⁵; apenas no ano seguinte se registou uma quebra nas exportações. Já em 1927, apesar de a colheita ser elevada¹¹⁶, atingiu igualmente

¹⁰⁶ BNU, 032.31/387, telegrama de Díli, 14-1-1921.

¹⁰⁷ Neste e nos parágrafos seguintes usaremos os números apresentados em Figueiredo, cit., p. 227.

¹⁰⁸ BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 74, 16-8-1923.

¹⁰⁹ BNU, 032.27/334, of. de Díli, res. n. 112, 13-12-1923.

¹¹⁰ BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 64, 76-1923.

¹¹¹ BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 74, 16-8-1923.

¹¹² BNU, 032.4/22, rel. 1924; 032.27/334, of. de Díli, res. n. 76, 12-12-1924, entre outros

¹¹³ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

¹¹⁴ BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 77, 23-9-1925, n. 89, 23-11-1925.

¹¹⁵ BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 52, 6-6-1926.

¹¹⁶ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

preços elevados¹¹⁷, o que levou não só a grande aumento da quantidade exportada como também do valor que rendeu.

Seguindo o ciclo habitual da planta, a apanha de 1928 foi reduzida¹¹⁸, mas os problemas apresentaram-se também sobre outras formas. Depois de, no ano anterior, o governo timorense ter decidido acabar com os armazéns de descasque e preparo do café, alienando a maquinaria¹¹⁹, optou agora pela publicação de uma portaria proibindo a saída do produto não tratado mecanicamente, o que se apresentou como uma dificuldade acrescida aos exportadores¹²⁰; os protestos levaram à suspensão da decisão sem anulação do diploma, mas apenas até julho¹²¹. Além disso, em maio, o mercado de Macáçar encontrava-se ainda retraído, esperando os resultados da colheita brasileira¹²², cada vez mais determinante; em outubro, grande parte do café timorense ainda se encontrava por vender naquela cidade, mantendo-se os preços baixos, o que levou o gerente do BNU a considerar a possibilidade de existência de um pacto entre os negociantes e destinado a afetar as cotações dos cafés portugueses¹²³. Manteve-se, no entanto, o desânimo no comércio do produto nos meses seguintes, provavelmente devido aos stocks provenientes da produção do Brasil¹²⁴.

Estes embaraços prolongaram-se em 1929 e 1930, com acumulação de stocks e baixa de preços – apesar do café se manter compensador em maio deste último ano¹²⁵. Mas, crescentemente, faziam-se sentir outros obstáculos devido às medidas protecionistas tomadas pelos governos - de imediato pela vizinha Austrália¹²⁶ -, fruto da depressão generalizada; na Europa, esta dificultou o avanço da SAPT para o mercado alemão¹²⁷.

No final deste ano, a crise económica levou a que o Ministério das Colónias publicasse um decreto facilitando a exportação do milho descascado e do café das colónias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, com medidas entre as quais se encontrava um bónus pautal de 50% nos direitos

¹¹⁷ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 64, 29-11-1927.

¹¹⁸ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 45, 266-1928, n. 59, 30-8-1928.

¹¹⁹ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 51, 20-9-1927, n. 37, 28-4-1928.

¹²⁰ BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 59, 30-8-1928.

¹²¹ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-4-1928, n. 45, 266-1928.

¹²² BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 37, 28-4-1928.

¹²³ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 65, 17-10-1928.

¹²⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 72, 11-12-1928.

¹²⁵ BNU, 032.4/23, rel. 1930, ; 032.22/287, of. de Díli, res., n. 75, 24-12-1929; 032.31/391, res. n. 16, 27-3-1930, n. 31, 21-5-1930, n. 38, 186-1930, n. 103, 9-11-1931, entre outros.

¹²⁶ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 30, 21-4-1930, n. 31, 21-5-1930.

¹²⁷ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 52, 29-8-1930.

de exportação¹²⁸; sabendo dessa publicação através dos jornais, os agricultores timorenses apelaram ao Governo para que aquele diploma se alargasse à sua colónia, para evitar que grande parte do valor do produto se despendesse em direitos e fretes. Esperando a resposta, em novembro mantinham o café Robusta armazenado¹²⁹, não obstante a produção deste corresponder a uma percentagem minoritária. Ao contrário do solicitado, as autoridades locais elevaram ainda os direitos de alfândega e exportação¹³⁰. Em 1931, no entanto, a exportação de café começou a animar.

Os mercados

Quadro II – Exportação para os principais mercados - piculs¹³¹

Mercados	Café	Copra	Borracha	Cacau	Diversos
Macáçar	19587,75	10180,00	70,00	46,21	2959,00
Copenhaga	1842,63				
Hamburgo	1234,85				
opção: Amsterdão, Roterdão e Hamburgo	840,92				
opção: Amsterdão, Roterdão	467,94				
Oslo	326,31				
Bremen	200,83				
Opção: Roterdão, Hamburgo + opção: Copenhaga/Oslo	251,16				
Arendal	25,20				
Lisboa	11,00				
Soerabaia	32,12				1790,00
Hong Kong	19,00				1516,00
Macau	10,00				104,00
Singapura			256,13		
Londres				149,44	267,00

Na continuação de uma estrutura anterior¹³², os principais mercados para os produtos timorenses encontravam-se na colónia holandesa, principalmente Macáçar, onde outros comerciantes os vendiam depois para os compradores na

¹²⁸ Decreto n. 18.806, 3-9-1930, DG, I série, n. 204.

¹²⁹ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 65, 11-11-1930.

¹³⁰ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 41, 2-4-1931.

¹³¹ BNU, 032.4/23, rel. 1930. Um picul corresponde a 62 quilogramas.

¹³² Figueiredo, cit., p. 261–263.

Europa, América ou Ásia¹³³; uma parte do café era igualmente adquirida para lotar com a produção da colónia, de inferior qualidade¹³⁴. Para esta preferência contribuíam, naturalmente, a proximidade geográfica e a maior facilidade de transporte, mas igualmente as ligações existentes entre as casas exportadoras neerlandesas e as de Díli¹³⁵ e também o facto de a produção timorense ser considerada pequena¹³⁶. É, de facto, significativo que, não obstante a importância da cafeicultura na economia timorense, a colónia não constasse entre os principais produtores da região¹³⁷.

Era, portanto, quase total a dependência do mercado vizinho, pelo que o gerente do BNU escreveu, em 1930, que

«Isto equivale a dizer que no dia em que os holandeses nos fechem o porto de Macáçar a crise económica de Timor é inevitável e pavorosa e a experiência tem-nos mostrado a dificuldade de modificar este estado de coisas e afastar o perigo pela rotina e dependência do comércio de Macáçar e más condições que os mercados da Europa oferecem para tratar directamente»¹³⁸.

Poucos eram os empreendimentos que ultrapassavam esta sujeição. Em 1922, apenas a SAPT e a Companhia de Timor remetiam os seus produtos directamente para a metrópole, quando ainda havia navegação directa para Lisboa; após a cessação dessa carreira, a primeira destas passou a colocar café, cacau e borracha em Roterdão, Amsterdão e Singapura¹³⁹; perante o aumento das dificuldades de venda, no final da década, procurou chegar directamente aos consumidores¹⁴⁰.

O Banco Nacional Ultramarino pretendeu abrir aqui caminhos a uma diversificação de mercados. Deste modo, em 1923 expediu amostras de produtos nativos para a China e para Bombaim, sendo aceites alguns sacos de café neste último destino¹⁴¹; a Companhia de Timor vendeu o seu café em Londres através da filial local do mesmo banco¹⁴²; no ano seguinte, a SAPT também para aí dirigiu 373 sacos, mas agora sem grande sucesso (em cinco meses apenas se tinham

¹³³ BNU, 032.3/20, rel. 1922; 032.4/22, rel. 1924; 032.4/23, rel. 1930.

¹³⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928.

¹³⁵ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

¹³⁶ BNU, 032.3/19, rel. 1921.

¹³⁷ Sevin, "Le Café au Timor-Oriental", p. 5.

¹³⁸ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

¹³⁹ BNU, 032.3/20, rel. 1922.

¹⁴⁰ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 52, 29-8-1930.

¹⁴¹ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

¹⁴² BNU, *ibidem*; 032.27/334, of. de Díli, res. n. 12, 11-2-1924.

vendido 109 e a espera não se mostrava adequada a estes empreendimentos)¹⁴³. Outras vezes foi o próprio gerente em Díli que tratou do envio, como sucedeu em 1927, quando, por solicitação de dois plantadores, remeteu café também para a capital britânica¹⁴⁴.

Este gerente era, aliás, um dos principais impulsionadores das tentativas de ultrapassar a sujeição ao mercado de Macáçar. Já nos primeiros anos desta década salientava a necessidade de uma companhia bem montada em Timor, com capital para armazenamento, escolha e preparação dos produtos de acordo com a procura europeia¹⁴⁵. A sua percepção dos acordos entre os comerciantes estrangeiros, prejudicando os produtos portugueses e respetivos preços, levou-o também a tentar organizar um *trust* em que participasse o BNU, para conseguir colocar os produtos na Europa; porém, os seus esforços esbarravam constantemente na rotina e resistência dos chineses, que controlavam o comércio mas se guerreavam e concorriam continuamente¹⁴⁶.

A carreira de navegação entre Timor e Macau, já acima referida, poderia igualmente ser um avanço para a expansão comercial, mas, na realidade, passada a fase do sândalo, a exportação para a China era extremamente reduzida¹⁴⁷; mais uma vez o gerente do BNU procurou incentivar as vendas em Macau e portos chineses, porém as condições inviabilizavam a iniciativa: a colocação de café era difícil e morosa, as madeiras e coros vendiam-se mais caros em Timor do que na outra colónia portuguesa, os frutos não aguentavam a viagem, o preço do feijão americano era incombátível¹⁴⁸.

Conclusão

Apresentados os elementos, impõem-se algumas conclusões gerais. Assim, a visão que o gerente do BNU nos deixa nas fontes consultadas é a de uma autoridade crítica mas de quem está presente, de quem domina os conhecimentos locais. Ao contrário dele, a autoridade política ressentia-se da falta de uma direção forte, o que proporcionava a interferência das estruturas de níveis mais baixos; esta situação era um dos elementos que impedia o desenvolvimento das potencialidades da colónia.

¹⁴³ BNU, 032.4/22, rel. 1924.

¹⁴⁴ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 51, 20-9-1927, n. 54, 13 -10-1927.

¹⁴⁵ BNU, 032.4/21, rel. 1923.

¹⁴⁶ BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928, n. 37, 28-4-1928, n. 65, 17-10-1928.

¹⁴⁷ BNU, 032.4/23, rel. 1930.

¹⁴⁸ BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 19, 12-4-1930.

A economia timorense encontrava-se dependente do café, pelo que as dificuldades associadas a esta produção e respetiva venda eram fundamentais para a vida local em todas as suas dimensões, incluindo da soberania que se traduzia na cobrança do imposto.

Os fatores externos eram outrossim determinantes, mais pelo comércio dos produtos do que pelos investimentos reais; contudo, a ligação ao exterior fazia-se essencialmente pelos mercados vizinhos, dada a grande dificuldade em vencer as barreiras colocadas. Apesar das tentativas para colocar Timor em conexão com a metrópole ou as outras colónias portuguesas, não houve qualquer concretização – mas, neste caso, Timor não estava isolado, pois era uma situação comum à Índia e a Macau. Mesmo com esta última colónia, a mais próxima, falharam as ligações como mercado, mas sobretudo, pelo tipo de produções oferecidas. Deste modo, as ligações para além do contexto local eram diminutas.

Vista à distância, Timor constituía, pois, uma colónia com potencialidades de desenvolvimento, para a qual havia de conquistar empreendedores. Mas os obstáculos locais associavam-se à falta de outras estruturas ou decisões mais vastas que invertessem a sua situação.

**Um Ministério entre a Instrução Pública e a Educação Nacional.
Eusébio Tamagnini e o saneamento político-ideológico
contra docentes e funcionários da UC (1934-1936)**

***A Ministry between the Public Instruction and National Education.
Eusébio Tamagnini and the political-ideological debug against
professors and civil servants of the University of Coimbra (1934-1936)***

GUSTAVO ESTEVES LOPES

CEIS-20 (Grupo História e Memória)

Investigador Colaborador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP

gustavo.lobes@uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

O presente artigo tem como objeto aspetos político-ideológicos da passagem do antropólogo e catedrático da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Eusébio Tamagnini pela tutela do Ministério da Instrução Pública, entre 1934 e 1936 – isto é, no lume do Estado Novo (1933-1974). Foi aquando de seu ministério que o Estado Novo deu início à depuração de docentes e investigadores, na qualidade de funcionários públicos, por motivos de ordem política e social, declarada ou suspeita, em oposição ao então recém-instituído regime tendencialmente totalitário instaurado em Portugal. O dispositivo jurídico para a legitimação da depuração destes funcionários públicos foi o Decreto-lei nº 25.317 de 1935, que esteve em vigor até a queda do Estado Novo, e cujos primeiros saneamentos vieram a ocorrer, não por acaso, na Universidade de Coimbra, berço intelectual do longo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar (1932-1968). Cabe também destacar o papel de Eusébio Tamagnini no Ministério da Instrução Pública, no sentido de

Abstract:

This article is about political and ideological aspects of the passing of the anthropologist and professor at the old Faculty of Sciences, University of Coimbra, Eusébio Tamagnini, as Minister of Public Instruction, between 1934 and 1936 – that is, in the principles of the *Estado Novo* (1933-1974). It was during his ministry that the Estado Novo started to debug teachers and researchers, as public servants, for reasons of political and social order, known or suspected, as opposed to the then newly instituted tend totalitarian regime established in Portugal. The legal mechanism for legitimating clearance of these officials was the Decree-Law 25.317, 1935, which was in force until the fall of the *Estado Novo*, and whose first writedowns came to occur, not by chance, at the University of Coimbra, intellectual cradle of the president of the council of ministers, António de Oliveira Salazar (1932-1968). We should also highlight the role of Eusébio Tamagnini at the Ministry of Public Instruction in order to raise some fascist ideological apparatus to serve as the

suscitar algum aparato ideológico fascista que servisse de base para a conversão desta pasta, após seu retorno à cátedra, em Ministério da Educação Nacional, já sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco (1936-1940).

Palavras-Chave:

Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação; Ministério da Instrução Pública/Educação; Estado Novo (Portugal); Decreto-Lei nº 25.317/1935.

basis for the conversion of this public organ, after his return to the chair, in Ministry of National Education, since under the baton of António Carneiro Pacheco (1936-1940).

Keywords:

Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação; Ministry of Public Instruction/National Education; Estado Novo (Portugal); Decree-Law nº 25.317/1935.

Introdução

O presente artigo tem como objeto aspetos político-ideológicos da passagem do antropólogo e catedrático da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, pela tutela do Ministério da Instrução Pública, entre 1934 e 1936 – isto é, no lume do Estado Novo (1933-1974). Foi aquando de seu ministério que o Estado Novo deu início à depuração de docentes e investigadores, na qualidade de funcionários públicos, por motivos de ordem política e social, declarada ou suspeita, em oposição ao então recém-instituído regime tendencialmente totalitário instaurado em Portugal. O dispositivo jurídico para a legitimação da depuração destes funcionários públicos foi o Decreto-lei nº 25.317 de 1935, que esteve em vigor até a queda do Estado Novo, e cujos primeiros saneamentos vieram a ocorrer, não por acaso, na Universidade de Coimbra, berço intelectual do longo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar (1932-1968). Cabe também destacar o papel de Eusébio Tamagnini no Ministério da Instrução Pública, no sentido de suscitar algum aparato ideológico fascista que servisse de base para a conversão desta pasta, após seu retorno à cátedra, em Ministério da Educação Nacional, já sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco (1936-1940).

Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública (1934-1936)

“O ministro é, acima de tudo, o representante da constelação política instalada; cabe-lhe, portanto, por em prática o programa da constelação de que faz parte, julgando, em função do programa, as propostas que lhe são oferecidas pelos funcionários especializados ou dando a seus subordinados as diretrizes políticas conforme à linha de seu partido”. Max Weber, *circa* 1919¹.

¹ Max Weber, *Ciência e Política como Vocação*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007, p.74.

“A questão – como diz Paul Popenhoe – está posta em termos tais que nenhuma Nação, nenhum Povo, pode ignorar”. Podem discutir-se pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação de Hitler: “Numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará o mundo”. Longe de nós ideias imperialistas: o que afirmamos é simplesmente a necessidade de revalorização nacional. Que a Nação portuguesa seja eterna e os seus filhos valores mentais e morais dignos de respeito e consideração no conceito das Nações Cultas”, Eusébio Tamagnini, 1934²

Em conferências proferidas a estudantes de Munique, a finais dos anos 1910, e pouco antes de seu falecimento, em 1920, reunidas postumamente em *Ciência e Política: Duas Vocações*, Max Weber tinha como objeto destas lições a racionalidade e a ética como condições necessárias à funcionalidade (ou não) do Estado moderno; de modo que a Ciência, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, é instrumento primaz para a construção dos métodos de pensamento, e mesmo para o adestramento do pensar e que, por conseguinte, torna-se indispensável como meio ou fim na fruição ou gestão do poder político. O pensador germânico, de monárquico confesso a redimido republicano e democrata, presenciou o princípio de crise dos regimes liberais e a ascensão de agrupamentos político-ideológicos fascistas e nacional-socialistas, seja em seu país, ou para fora dele. Para além dele, vocacionados cientistas de diversas áreas do saber não apenas testemunharam este cenário de crise, como também deste participaram, com a colaboração ideológica ou mesmo tornando-se agentes políticos de Estados-Nação tendencialmente totalitários. No entendimento de Max Weber, quaisquer indivíduos que entram para este campo das relações humanas (e institucionais), estão a viver *da* política e/ou viver *para* a política, sendo a ética o principal elemento condicionante no reger do pensamento e da ação destes indivíduos.

Não muito longe, e tampouco o suficientemente perto de uma Alemanha a recolher seus cacos como força derrotada na I Grande Guerra, no Portugal inflamado por sucessivas crises e tentativas golpistas no decurso de toda sua I República (instaurada em 1910 e caída em 1926), proeminentes vozes conservadoras, vindas não apenas da capital Lisboa ou da emergente cidade do Porto, mas também da *velha* Universidade de Coimbra, ao mesmo tempo, rogavam pelo retorno a tradições políticas confessionais de tempos monárquicos.

² Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, “Lição inaugural do ano lectivo de 1934-1935”, *Revista da Faculdade de Ciências*, v.1, nº1, Coimbra (1934), p. 28.

Por outro lado, demonstravam-se também afetos a “políticas do espírito”, e a um discurso cientista para a justificação da existência de uma suposta raça portuguesa e sobre como seria importante o seu aprimoramento, “a Bem da Nação” – seja em termos eugénicos, ou de higiene racial³. Aquando da conversão da Ditadura Militar (1926-1933) em Estado Novo (1933-1974)³ – regime *tendencialmente totalitário*⁴ este cuja duração, quase até seu fim, foi encabeçado pelo Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, professor catedrático da Faculdade de Direito (cadeira de Finanças) da Universidade de Coimbra – o “cientismo autoritário”, nomeadamente com programas de Eugénica e a Higiene Racial, também fazia parte da agenda de sua estruturação político-ideológica, enfaticamente em seus princípios. Destes cientistas voltados a tais investigações interessantes ao Estado Novo, citem-se Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação (1880-1972), professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e outros, como o também antropólogo António Augusto Mendes Correia (1888-1969)⁵. Vocacionados à ciência e à política, intelectuais portugueses como Eusébio Tamagnini não se furtaram em colaborar diretamente para com a política do Estado Novo, de modo a assumirem em determinado momento responsabilidades, inclusivamente, na composição da “elite ministerial” de António de Oliveira Salazar⁶.

Dentre aqueles que preocuparam-se com a vida e obra de Eusébio Tamagnini, citem-se, nomeadamente, Gonçalo Duro dos Santos, Alberto Xavier da Cunha, dentre outros, que inserem-no em variados temas de História da

³ Para o enquadramento historiográfico destes regimes políticos, cf. Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*. 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009; Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

⁴ Cf. João Paulo Avelãs Nunes, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado”, *Revista Portuguesa de História*, 34 (2000), p. 305-348.

⁵ Professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e idealizador da proposta “historicamente vencedora” para as políticas higienistas e etno-antropológicas e museológicas portuguesas, sobretudo entre os anos 1920 e 1960 (em detrimento da proposta radicalmente eugénica de Eusébio Tamagnini), seja para o continente e regiões insulares, seja para as ex-colónias. Quanto à sua trajetória política, Mendes Correia veio a ser presidente da Câmara Municipal do Porto e procurador da Câmara Corporativa, e posteriormente deputado da Assembleia Nacional entre 1945 e seu falecimento. Cf. Alice Duarte, “Antropologia Portuguesa. A opção Etno-Folclorista e o Estado Novo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39, fasc. 3-4 (1999), p. 81-96; Patrícia Ferraz de Mattos, “Aperfeiçoar a ‘Raça’, Salvar a Nação: Eugenia, Teorias Nacionalistas e Situação Colonial em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 50 (2010), p. 89-111.

⁶ Cf. António Costa Pinto, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, v. XXXV, n.º 157 (2000), p. 1055-1076.

Universidade de Coimbra, e de História da Ciência e da Antropologia e da Educação em Portugal – não obstante seu conhecido alinhamento a doutrinas tendencialmente totalitárias e sua trajetória como agente político ainda escapem a uma investigação mais aprofundada⁷. Oriundo de uma aristocrática família de médicos, nascido e falecido em Tomar, e homem que não deixou descendentes diretos, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação licenciou-se pela 2ª Secção da extinta Faculdade de Filosofia (Ciências Histórico-Naturais) em 1903, e doutorou-se em 1904, também pela mesma secção. Ingressou na carreira universitária, como lente substituto, em 1905, alcançando o posto de professor catedrático da Faculdade de Filosofia em 1907, por nomeação, em lugar do cessante (por motivações políticas) Bernardino Machado (1851-1944), fundador da cadeira de Antropologia na Universidade de Coimbra, e futuro Presidente da República (1915-1917/1925-1926). Foi nomeado diretor do Instituto de Antropologia (1907-1934), eleito Vice-Reitor da Universidade (1916-1919), nomeado bibliotecário da Escola Normal Superior de Coimbra (1919-1924), sendo em seguida o seu último diretor (1926-1930). Após sua passagem pelo Ministério da Instrução Pública (1934-1936), retornou à cátedra no Instituto de Antropologia, e foi nomeado diretor do então Museu e Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, até sua jubilação em 1950. Em décadas, participou de júris em diversos concursos para cargos docentes e liceais. Teve uma intensa atividade científica, atestada pelo significativo volume de publicações, no decurso de cinco sucessivas décadas – assim como suas *orações de sapiência* e *lições inaugurais* à Universidade de Coimbra são consideradas das mais célebres, à primeira metade do século XX. Afeto a atividades científicas societárias, o mesmo tentou inclusivamente criar a sua, a “Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, proposta em 1933, e fundada em 1938, não obstante acerca desta entidade são pouco conhecidos seus posteriores desdobramentos e realizações⁸.

⁷ Cf. Gonçalo Duro dos Santos, *Topografias Imaginárias: as Estórias de Eusébio Tamagnini no Instituto de Antropologia de Coimbra entre 1902 e 1952*, Tese de Licenciatura, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1996; Idem, *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1880-1950. Que significa seguir uma regra científica?*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005; Alberto Xavier da Cunha, “Contribution à l’Histoire de L’Anthropologie Physique au Portugal”, *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, v. XI, fasc. 1º (1982), p. 5-56; João Pina Cabral, “L’anthropologie portugaise” in Pierre Bonne & Michel Izard (eds.), *Dictionnaire de l’ethnologie e de l’anthropologie*. Paris, PUF, 1991; António Gomes Ferreira e Luís Mota, “Formar professores para Cumprir a Educação na República. A Ideologia e a Acção Política” in Vitor Neto (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina, 2012.

⁸ Acerca da “Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, consultar o verbete “Sociedade de Estudos Eugénicos” in António Augusto Mendes Correia (Dir.), *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*,

Quanto à sua atividade política de Estado e militante, Eusébio Tamagnini ocupou cargos administrativos na Câmara Municipal de Coimbra durante a I República; associou-se em tempos de Ditadura Nacional e princípios de Estado Novo ao Movimento Nacional-Sindicalista, liderado por Francisco de Barcelos Rolão Preto (1893-1977), até formalizar sua adesão em 1934 à União Nacional – afastado da qual em 1937, após a adesão nesta de *republicanos conservadores*, como Fernando Bissaya Barreto (1888-1974) –, e à Legião Portuguesa em 1936⁹. E compreender tal momento do antropólogo e educador Eusébio Tamagnini, como agente político no decurso da Ditadura Militar e de princípios do Estado Novo, é significativo no sentido de perceber algumas características de seu colaboracionismo, à partida, como consequência de seu sentimento de dever patriótico em fazer cientificamente funcionar o Estado – dever este que entretanto traduziu-se em um adestramento (de si e de outrem) no pensar, e uma confusão vocacional entre um viver *da* política e um viver *para* a política (à luz do mote das referidas conferências de Max Weber), ou em que medida tais situações passaram a ser indissociáveis, nesta altura de sua vida.

Momento que merece ser mais investigado acerca da vida pública de Eusébio Tamagnini é sua condução do Ministério da Instrução Pública, cuja posse deu-se a 23 de outubro de 1934, e sua exoneração a 18 de janeiro de 1936. No campo da educação, antes de tomar lugar no Ministério da Instrução Pública, como diretor da Escola Normal Superior de Coimbra foi um declarado discordante de sua extinção ocorrida durante o segundo ministério de Gustavo Cordeiro Ramos (1930-1933). Não apenas da parte de Eusébio Tamagnini, a extinção em 1930 das Escolas Normais Superiores de Lisboa e Coimbra, pela Ditadura Militar (1926-1933), recebeu a desaprovação também da parte de cientistas, educadores e políticos republicanos demoliberais e socialistas, e outros de cariz conservador, uma vez que esta decisão poderia prejudicar a já carente formação teórica e prática do professorado liceal¹⁰. Mas tal encerramento das Escolas Superiores de modo algum veio a suscitar cisões drásticas à ala conservadora no seio regime que derrubou a agónica I República (1910-1926) – ao contrário, estimulou a aproximação, e mesmo adesão, de monárquicos, católicos conservadores a militantes de movimentos de extrema-direita à causa da estruturação de um Estado tendencialmente totalitário. Dentre estes conservadores até então desgarrados da política de Estado, havia o nome

v. XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédica, p. 466-7. Na mesma enciclopédia, volume XXX, cf. também o verbete para “TAMAGNINI (Eusébio)”, p. 607-609.

⁹ Luís Nuno Rodrigues, “ ‘A gravidade da hora que passa!’: a criação da Legião Portuguesa em 1936”, *Análise Social*, v. XXX, nº130 (1995), p. 91-119.

¹⁰ António Gomes Ferreira & Luís Mota, “Formar professores...”, cit.

de Eusébio Tamagnini, que demonstrava haver uma constante vontade de colaboração político-ideológica, com ares pedagógico-científicos, à altura de 1933-1934, também como conferencista e dirigente do Movimento Nacional-Sindicalista, sobre os rumos da educação do país.

No interregno entre 1930 e 1934, percebe-se uma ética propriamente político-ideológica de cariz autoritário de Eusébio Tamagnini que reproduzia-se com maior virulência em sua atividade científica e pedagógica, verificada em tanto em orações de sapiência e publicações, como em registos de intervenções suas no âmbito do Senado e na Assembleia Geral da Universidade de Coimbra. Dentre estas publicações, citem-se “Documentos. Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, e “Lição inaugural do ano lectivo 1934-1935”¹¹; ao passo que, dentre suas intervenções na Assembleia Geral da Universidade de Coimbra, por exemplo, o mesmo procura constranger abertamente e calar um de seus colegas de Faculdade de Ciências, também professor catedrático, o botânico Aurélio Pereira da Silva Quintanilha, especificamente, em sessão que teve lugar a 6 de maio de 1933, motivada por um conhecido imbróglio ocorrido desde a sessão anterior, a 30 de abril, e que tomou demasiadas proporções, em função de uma discussão pessoal deste com o ex-Reitor e professor catedrático da Faculdade de Direito, Domingos Fezas Vital¹². À altura de meados de 1934, questões

¹¹ Cf. Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, “Documentos. Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, 16, v. XVI (1934), p. 111-134; Para a bibliografia de Eusébio Tamagnini, contabilizada pela Universidade de Coimbra: (http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ENCARNACAO_eusebiobarbostamagninidematos/obrasdoautor#o), consultado em 12/01/2016). Consultar também sites como <http://webopac.uc.pt> e <http://digitalis.uc.pt> para aceder digitalmente a quantidade expressiva de suas obras (em sua maioria publicadas nos periódicos *Revista da Universidade de Coimbra*, *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra* e *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*). Presume-se que toda sua bibliografia impressa encontra-se depositada em bibliotecas da Universidade de Coimbra, em particular no atual Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia (DCV-FCTUC). Interessante também realizar-se a consulta presencial ao ficheiro de entradas bibliográficas e de periódicos da Biblioteca do referido DCV-FCTUC, dada a contribuição de Eusébio Tamagnini para a constituição deste acervo, sobretudo no que tange à Antropologia Física e à Eugénica. E, mediante autorização prévia, é possível também consultar a “Documentação do Instituto de Antropologia de Coimbra” (DAIAC), depositada neste instituto, embora este fundo ainda demande de sistemática catalogação.

¹² Este imbróglio que chegou ao nível de ofensas pessoais e retratação parcial de Aurélio Quintanilha está relacionado à pauta da sessão anterior de 30 de abril de 1933, à Assembleia Geral. Aurélio Quintanilha foi convidado a dar explicações acerca de uma conferência sua proferida à sala do jornal *O Século*, intitulada “O problema universitário em Portugal”, a finais de março do mesmo ano, e que causou má impressão em colegas do Senado e Assembleia Geral da Universidade de Coimbra. Cf. Manuel Augusto Rodrigues (ed.), *A Universidade no Século XX: Actas da Assembleia Geral (1911-1934)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra,

mais importantes que esta, como a extinção da Imprensa da Universidade, já haviam se tornado motivo de (auto)censura da parte docente, inclusivamente aquela diretamente afetada, como o professor doutor Joaquim de Carvalho, seu último administrador¹³.

Antes de assumir o Ministério da Instrução Pública, Eusébio Tamagnini já era um colaborador oficial da pasta desde a segunda época do cessante Gustavo Cordeiro Ramos à sua frente, em comissões para a organização geral do ensino, e outras responsabilidades no âmbito do Ministério da Instrução Pública e de seus órgãos subordinados ou adjacentes – como a autonómica *em potencial* Junta de Educação Nacional (JEN), criada a partir do Decreto nº 16.381, de 16 de janeiro de 1929, para fins de promover e estruturar o desenvolvimento científico do país. Mas à medida que a noção de “Educação Nacional”, de cariz nacionalista e corporativista, veio definitivamente suplantar o ideário republicano de “Instrução Pública”, ao Estado Novo era necessário a incorporação de agentes político-ideológicos de pensamento e ação assaz intransigentes para se realizar tal escopo de “difícil substituição de legitimidades”, caracterizado, segundo António Nóvoa, sobretudo no que concerne ao ensino primário e liceal, por uma estratégia de *compartimentação social e sexual do ensino*, uma lógica de *realismo pragmático*, pela imposição de *uma administração centralista e autoritária*, e de uma atitude de *desprofissionalização do professorado*¹⁴. Quanto à atividade científica e ao ensino superior, claramente desprestigiados pelo Ministério da Instrução Pública, nesta altura dos acontecimentos, estas áreas foram tratadas desde os finais da Ditadura Militar (mesmo com a criação da JEN) com patente avareza, senão como caso de polícia ou ameaça ao governo; e aquando da chegada de Eusébio Tamagnini à pasta, “a sua actuação como

1988. Quanto à intervenção de Eusébio Tamagnini, a 6 de maio de 1933, lê-se excerto in Manuel Augusto Rodrigues, *op. cit.*, p. 95, da transcrição feita pelo então Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves: “O professor Doutor Tamagnini requer ao Exmo. Reitor que não seja concedida a palavra ao professor Quintanilha enquanto este não retirar ou provar as acusações que fez ao professor Fezas Vital, requerimento que o Exmo Reitor deferiu dando a palavra ao professor Damião Peres”.

¹³ Para a extinção da Imprensa da Universidade foram sancionados os seguintes diplomas: Decreto-Lei nº 24.124, de 30 de junho de 1934; e o Decreto-Lei nº 24 440, de 29 de agosto de 1934, momento este que o Ministério da Instrução Pública foi interinamente gerido pelo ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior. Sobre este assunto, Cf. Luís Reis Torgal, “O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo” in José Antunes, Isabel Vargues, Irene Vaquinhas, Luís Reis Torgal, Fernando Regateiro, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001, p. 93-124.

¹⁴ António Nóvoa, “A Educação Nacional” in Fernando Rosas (coord.), *Nova História de Portugal*, volume XI, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 457-8.

ministro, e em particular a relação estabelecida com a JEN, ficou marcada pelo cerceamento de recursos e alguma desconfiança no plano governativo”¹⁵.

Não apenas por sua vocação à ciência e política, ou por alinhar-se como um adepto de última hora do Salazarismo, Eusébio Tamagnini foi convidado a ingressar na “elite ministerial” do “império do professor” possivelmente por outras qualidades que assentem em seu *habitus*¹⁶ – conceito este que, à luz do pensamento de Pierre Bourdieu, e das investigações aplicadas de Gonçalo Duro dos Santos, basicamente, pode ser entendido como *o processo de constante interação dos sistemas de disposições generativas particulares com as todas estruturas impostas ao indivíduo* –, notoriamente aristocrático e autoritário que o caracterizou em suas relações ou ambiências verificadas nos campos científicos, universitários, institucionais e políticos de sua vida pública. E sua posse, a 23 de outubro de 1934, ocorreu em momento no qual as relações entre Ministério da Instrução Pública, Junta de Educação Nacional, e pessoal docente e de investigação em nível nacional (e com toda a omissão oficial das Universidades) apresentavam-se delicadas; e cuja primeira medida sua tomada na gestão da pasta, ainda assim, e à revelia, foi determinar o cancelamento e concessão de todas as bolsas de estudo/investigação a serem desenvolvidas no país.

Entre os meses de maio e junho de 1935, Eusébio Tamagnini seguiu com sua particular contribuição político-ideológica e científico-pedagógica para com aquela composição do então do Conselho de Ministros indigitado pelo General Óscar Carmona (e confirmado a partir do Decreto nº 24.602, de 23 de outubro de 1934)¹⁷, e durante o qual legalmente foram definidas algumas de suas prioridades à frente da pasta, rumo à institucionalização da “Educação Nacional”: a reforma do ensino secundário (Lei nº1.904, de 21 de maio)¹⁸, e correlato à qual a introdução de cursos de higiene geral, em todos os liceus, e de puericultura, nos liceus femininos, ou mistos com turmas exclusivamente femininas (Lei nº1.916, de 25 de maio)¹⁹; as bases para o ensino primário

¹⁵ Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiróz, Tiago Brandão, Ângela Salgueiro, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa, Instituto Camões/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012, p. 93.

¹⁶ Cf. Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980; Gonçalo Duro dos Santos, *Topografias Imaginárias...*, cit., 2005.

¹⁷ Diário do Governo, 23/10/1934, I Série, nº249, Suplemento. (<https://dre.pt/application/file/217796>, consultado em 13/01/2016).

¹⁸ Diário do Governo, 21/05/1935, I Série, nº115, p. 704-5 (<https://dre.pt/application/file/577424>, consultado em 13/01/2016).

¹⁹ Diário do Governo, 25/05/1935, I Série, nº119, p. 738-9 (<https://dre.pt/application/file/577611>, consultado em 13/01/2016).

específico às escolas rurais (Lei nº1.918, de 27 de maio²⁰); medidas de restritivas do acesso ao ensino superior e liceal, por meio de concursos de admissão (respectivamente, os Decretos nº25.406, 25 de maio²¹, e nº25.461, de 5 de junho)²².

O acesso ao catálogo geral e propriamente à documentação sob a salvaguarda do Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência demonstra claramente quais eram as prioridades do Ministério da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar e princípios de Estado Novo. Além do maior controlo administrativo direto sobre ensinos primário, secundário e liceal, por meio da sistemática exigência de relatórios de instituições e docentes em nível nacional, a tutela de Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública teve também a peculiaridade de servir a propósitos eugénicos e higienistas, como se depreende, por exemplo, pelo conjunto de relatórios nos quais reúnem-se “folhas antropométricas” e coleções de “boletins de antecedentes clínicos” de alunas do Liceu Carolina Michaelis (cidade do Porto), com idade entre 10 e 13 anos, dentre outras exigências feitas às instituições. Por outro lado, questões relativas ao ensino superior eram resolvidas no âmbito da presidência do Conselho de Ministros, visto ser do interesse do próprio Salazar a condução de alguns destes assuntos, nomeadamente quanto ao controlo político-ideológico interno a Universidades e instituições correlatas (o que não faz Eusébio Tamagnini deixar de ser um ativo partícipe deste contexto)²³.

²⁰ Diário do Governo, 27/05/1935, I Série, nº120, p.746 (<https://dre.pt/application/file/576254>, consultado em 13/01/2016).

²¹ Diário do Governo, 25/05/1935, I Série, nº119, p.739-43 (<https://dre.pt/application/file/577619>, consultado em 13/01/2016).

²² Diário do Governo, 05/06/1935, I Série, nº128, p.824-26. (<https://dre.pt/application/file/576027>, consultado em 13/01/2016). Diário do Governo, 23/10/1934, I Série, nº249, Suplemento. (<https://dre.pt/application/file/217796>, consultado em 13/01/2016). “Inesperadamente, o ministro da Instrução, Eusébio Tamagnini, forneceu uma base «científica» a esta nova ideologia inigualitária. Alegando que o psicólogo americano Terman provara que o nível mental dos alunos era variável, Tamagnini concluía que a população escolar portuguesa se dividia em cinco grupos: ineducáveis (8 %), normais estúpidos (15 %), inteligência média (60 %), inteligência superior (15 %) e notáveis (2 %). Por conseguinte, os ideais democráticos baseavam-se em premissas contraditórias e biologicamente falsas. A escola única não passava de um absurdo” cf., Maria Filomena Mónica, “«Deve-se ensinar o povo a ler?» a questão do analfabetismo (1926-1939)”, *Análise Social*, vol. XIII (50), 2º semestre (1977), p. 338.

²³ Para uma perspetiva global dos fundos e coleções salvaguardadas pelo Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência, cf. Ministério da Educação e Ciência – Secretaria Geral, *Guia de Fundos*, Lisboa, 2014. Para aceder à base de dados: eduarquivo.sec-geral.mec.pt. Referente às “folhas antropométricas de alunas”, e “boletins de antecedentes clínicos”, buscar pelas cotas: PT/MESG/06/LCM/HSE/04/001, PT/MESG/06/LCM/HSE/04/003, PT/MESG/06/LCM/HSE/04/006, PT/MESG/06/LCM/HSE/01/003, PT/MESG/06/LCM/HSE/01/002.

No obscurantismo das reformas em prol da institucionalização da “Educação Nacional” (em detrimento de um já esvaziado republicanismo da Instrução Pública, e pela manutenção do ostracismo relegado à atividade científica e ao ensino superior), sucedeu-se o princípio do oficial saneamento político-ideológico, perseguição e exclusão de quadros do funcionalismo público português, dentre civis e/ou militares, e dentro do qual incluíam-se: professores primários, liceais e universitários; investigadores científicos; e funcionários de Universidades e instituições de ensino superior²⁴. O diploma jurídico para efeitos deste primeiro saneamento político-ideológico, em tempos de Estado Novo (redigido pelas mãos do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e pelo Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Junior), foi o Decreto-lei nº25.317, de 13 de maio de 1935²⁵, e em cujo preâmbulo justifica-se que “Não pode o Estado, sem abdicar de seu próprio prestígio e defesa, consentir que se mantenha tal estado de cousas, a que urge pôr termo com a adopção das soluções mais adequadas.”; e que, para esta finalidade, já em seu artigo 1º, lê-se: “Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão reformados ou aposentados, se a isso tiverem direito, ou demitidos ao contrário”. Em seguida à sanção deste diploma, foi publicada Resolução com a lista que relaciona 33 funcionários públicos demissionários, cujo signatário único foi António de Oliveira Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros²⁶. Obviamente, na relação destes saneados, havia aqueles escolhidos a dedo por Salazar, mas juridicamente, como afere-se pela leitura do artigo 4º do mesmo diploma: “A demissão, a reforma ou aposentação e a exclusão dos concursos ou escolas é sempre competência do Conselho de Ministros”²⁷.

²⁴ Cf. Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra: 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999; Fernando Rosas & Cristina Sizifredo, *Estado Novo e Universidade: a Perseguição aos Professores*, Lisboa, Tinta da China, 2013.

²⁵ Diário do Governo, 13/05/1935, I Série, nº 108, p.649-50 (<https://dre.pt/application/file/577247>, consultado em 13/01/2016).

²⁶ Diário do Governo, 16/01/1935, I Série, nº 111, p.1-2 (<https://dre.pt/application/file/577659>, consultado em 13/01/2016).

²⁷ Dos 33 primeiros saneados, tiveram interrompidas suas carreiras, definitiva ou momentaneamente: 6 funcionários de instituições jurídicas (dentre juizes, inspetores, e conservadores); 6 oficiais militares; 6 professores universitários (a contar com 1 também militar); 10 professores do ensino secundário, primário ou especial; 2 funcionários administrativos universitários; e 3 chefes de repartições públicas. Os 6 professores universitários saneados por meio do referido diploma foram: Abel de Lima Salazar (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto); Álvaro Isidro de Faria Lapa (Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa); Aurélio

Por meio da leitura de algumas outras fontes documentais, disponíveis à consulta em arquivos públicos e/ou em suas plataformas digitais, poder-se-á perceber que Eusébio Tamagnini, para além das deliberações específicas tomadas à frente do Ministério da Instrução Pública, foi também decisivo neste processo de saneamento, não obstante e obviamente na condição de coadjuvante. Sem dúvida alguma sob a sombra do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar; do Presidente da República, General Óscar Carmona; e de outros – como o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e Ministro da Justiça e interino cessante da Instrução Pública, Manuel Rodrigues Júnior; e o Cardeal Patriarca de Lisboa e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira²⁸ –, sua parcela principal colaboração no contexto do Decreto-lei nº 25.317/1935 foi estimular o pânico e excluir pessoal de seu próprio meio universitário e científico nomeadamente na Universidade de Coimbra, pois sabia à partida como e a quem atingir tal saneamento. Ou seja, uma atitude derivada de seu *habitus*, e *quase com a precisão cirúrgica da qual sua ascendência familiar fora afamada*.

Uma leitura atenta a processos individuais de professores da Universidade de Coimbra, e outros fundos (físicos e/ou digitalizados), pode revelar um pouco mais sobre este pernicioso e silencioso “fascismo de cátedra” – conceção esta ensaiada pelo filósofo e ex-Reitor de Salamanca, Miguel de Unamuno (1864-

Pereira da Silva Quintanilha (Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra); José Mendes Ribeiro Norton de Matos (General, e Professor do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa); Manuel Rodrigues Lapa (Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); e Sílvio Vieira Mendes de Lima (Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Os 2 funcionários administrativos universitários: José de Oliveira Neves (Secretário-Geral da Universidade de Coimbra), e Rafael Augusto de Sousa Ribeiro (Chefe da Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) – isto é, facilmente depreende-se que quanto à primeira vaga de depurações sofridas por professores e funcionários universitários, por meio deste diploma, quase metade alvejada era pertencente à Universidade de Coimbra (e mais que isto, eram indivíduos-chave na sôfrega resistência à Ditadura e ao Estado Novo.

²⁸ Importante destacar que, correlato ao Decreto-lei nº 25.317/1935, à mesma altura, houve a sanção da Lei nº 1.901, de 21 de maio, de caráter proibitivo a atividades exercidas por “Associações Secretas” e de impedimento a funcionários públicos que nestas continuassem afiliadas. Diário do Governo, 21 de maio de 1935, I Série, nº 115, p. 699-700 (<https://dre.pt/application/file/577427>, consultado em 14/01/2016). Parte de um jogo político mais amplo para uma aproximação entre a Santa Sé e o Estado Novo, a urgência de tal diploma jurídico veio no sentido de tentar varrer, do corporativismo estatal português, quadros civis e militares associados a lojas maçônicas. Cf. António Henrique de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1975.

-1936), e recentemente recuperada por Jorge Pais de Sousa²⁹ –, que não deixa parcialmente de caracterizar o Estado Novo enquanto regime *tendencialmente totalitário*, e cuja passagem de Eusébio Tamagnini pelo Ministério da Instrução Pública verificou-se exemplar neste sentido. Para tanto, foram consultados, presencialmente, no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), os processos individuais de professores em nome: do então Reitor e professor catedrático da Faculdade de Medicina, João Duarte de Oliveira; de Eusébio Tamagnini; e dos saneados Aurélio Quintanilha e Sílvio Lima³⁰. E por consulta eletrónica, foram acedidas algumas correspondências e ofícios datiloscritos, do Fundo Aurélio Quintanilha, em reserva na Biblioteca do Departamento de Botânica, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra³¹.

O Processo Individual de João Duarte de Oliveira não inclui quaisquer documentos de cariz político-ideológico pertinentes a seu reitorado. Quanto ao de Eusébio Tamagnini, neste não é encontrado sequer um ofício (ou cópia) em seu nome, ou de qualquer subordinado, enquanto Ministro da Instrução Pública, e não há papel sequer que faça referência ao saneamento de colegas. Já o processo individual de Aurélio Quintanilha inclui um manuscrito que resume a contabilidade de seus vencimentos percebidos durante o período em que faz carreira docente e de investigador na Universidade de Coimbra até sua aposentação compulsória (1919-1935), e cópia de documento que solicita sua reintegração à instituição em 1976 (à altura Departamento de Botânica da reorganizada Faculdade de Ciências e Tecnologia), no qual recorda de seu desligamento sem qualquer ofício ministerial ou universitário que justificasse tal arbitrariedade. O processo individual de Sílvio Lima³², por sua vez, é aquele em que dispõe-se de um único documento pertinente ao saneamento suscitado pelo Decreto-lei nº 25.317/1935, que não passa de uma cópia simples de ofício

²⁹ Jorge Pais de Sousa, *O Fascismo Catedrático de Salazar*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.

³⁰ AUC, *Coleção Universidade de Coimbra, Processos Individuais de Professores*, Cxs. 63, 148, 191, 241. Estes processos não dispõem de precisa numeração das folhas, mantendo-se apenas a ordem cronológica da produção documental. O Processo Individual do ex-Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves, não encontra-se em reserva no AUC (possivelmente, está mantido em fundos da reserva técnica do arquivo da Reitoria da UC, conforme alegam os funcionários do AUC).

³¹ Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, Fundo AQ, Pastas 19 e 22. Para aceder a todo o repositório digital do Fundo AQ: http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?/cfundo+aq/cfundo+aq/1%2C49%2C49%2CE/2browse/indexsort=c, consultado em 16 de janeiro de 2016.

³² AUC, *Coleção Universidade de Coimbra, Processos Individuais de Professores*, Sílvio Vieira Mendes de Lima, Cx.148.

exarado pela “Direcção Geral do Ensino Superior” do Ministério da Instrução Pública remetido ao Reitor João Duarte de Oliveira, sendo seu signatário o então diretor João Pereira Dias, cujo conteúdo não há quaisquer rodeios, e no qual lê-se, tão somente:

“Exm^o. Snr^o. Reitor da Universidade de Coimbra
 Comunico a V.Ex^a. que Sua Ex^a. o Ministro determina que sejam desligados do serviço os seguintes funcionários desta Universidade:
 Dr. Silvio Vieira Mendes Lima, professor auxiliar da Faculdade de Letras
 Dr. Aurélio Quintanilha, professor catedrático da Faculdade de Ciências
 Dr. José de Oliveira Neves, Secretário Geral
 A Bem da Nação.
 Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes em 16 de Maio de 1935.
 O DIRECTOR GERAL,
 (a) João Pereira Dias”.

À vista, percebe-se uma tal insensibilidade, ou *frieza*, do então ministro Eusébio Tamagnini no cometimento de atos persecutórios, contra antigos colegas de Universidade de Coimbra, mesmo que, *grosso modo*, a documentação depositada em arquivos não denuncia-lhe quanto a isto. Para cada um destes, por certo houve distintas motivações para efeitos do saneamento político-ideológico dentro da UC:

a) Contra Silvio Lima, por ser um temerário que, em 1931, resolveu publicar a recensão *Notas Críticas à obra do Cardial Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, “A Igreja e o Pensamento Contemporâneo”* (ou seja, uma afronta à autoridade eclesiástica e académica de quem aliás tinha sido aluno de Eusébio Tamagnini à cadeira de Etnologia, e do qual também foi membro de júri de exame de doutoramento); e que, em 1935, defendeu a polémica tese de concurso para professor extraordinário intitulada *O Amor Místico: noção e valor da experiência religiosa*.

b) Contra Aurélio Quintanilha, por ser um colega catedrático de Faculdade de Ciências, e de Assembleia Geral e Senado da Universidade, que não escondia sua opinião quanto aos rumos da Universidade em Portugal, e que requereu até quando o pôde por seus direitos de produção científica no próprio país perante os órgãos oficiais.

c) E contra José de Oliveira Neves, por este também ser elemento da ambiência institucional de Eusébio Tamagnini, na qualidade de Secretário-Geral da UC; e talvez por ser um republicano convicto, licenciado à mesma instituição que Salazar (FDUC); mas, sobretudo porque desde tempos da

Ditadura Militar este abertamente palestrava a estudantes sobre o perigo fascista e nacional-sindicalista que assombravam as universidades e o país.

Em função das circunstâncias demasiado silenciosas e subjetivas que permearam tal ato persecutório, vale também comentar sobre alguns documentos depositados no Fundo Aurélio Quintanilha que podem dizer algo mais sobre Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública. Aurélio Quintanilha, que já havia se tornado *persona non grata* na Assembleia Geral e no Senado da Universidade de Coimbra, não deixou entretanto de fazer novo pedido de bolsa de investigação no país (contudo desde à altura do cessante da tutela, Manuel Rodrigues Junior, já havia-se decidido por não conceder bolsas a este e outros investigadores). Ao contrário das disposições legais de regulavam as atribuições da JEN, no ofício nº5.007 do processo 1.524, datado de 15 de novembro de 1934³³, resolvia Eusébio Tamagnini, arbitrariamente, acima de o todo meio universitário e científico nacional, que:

“Ora, por subsídios não se pode, em regra, entender remuneração directa e pessoal por trabalhos feitos, ou a fazer, mas auxílio pecuniário para o prosseguimento das investigações, que se pode revestir formas variadas: material e aparelhagem, bibliografia, custeio de serviços auxiliares, publicações de relatórios, etc. Além disso, a Junta não tem rigorosamente subordinado a concessão de bolsas no País aos preceitos estabelecidos nos artigos 62º e 63º e seus §§ do decreto regulamentar como o exame dos respectivos processos claramente o demonstra.

E, assim, determino que a Junta suspenda tôdas as bolsas no país, procedendo urgentemente à sua revisão nos termos indicados neste despacho 15/XI/1934

(a) Dr. Eusébio Tamagnini”.

Gerou-se, entre finais de 1934 e inícios de 1935, com este despacho, um grande celeuma no meio universitário e científico nacional³⁴. Neste ínterim,

³³ Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, “*Portugal. Ministério da Instrução Pública, correspondente*”, *Fundo AQ, Pasta (22a) – TAM(E)-I*, fls. 2 (<http://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28406/globalItems.html?ln=pt-pt>, consultado em 12/01/2015).

³⁴ Vale também dizer que Aurélio Quintanilha, a dezembro de 1934, chegou até a remeter uma missiva acerca das últimas novidades científicas do Instituto Botânico ao ministro Eusébio Tamagnini, talvez como um modo de tentar estender a mão, mais uma vez, ao antigo colega de Faculdade de Ciências – algo que, se isto surtiu efeito prático, demonstrou-se negativo a ele mesmo. Cf. Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, *Aurélio Quintanilha, Correspondência enviada. [Carta, 1934, Coimbra a] Ministro da*

Aurélio Quintanilha, que aguardava pelo resultado da bolsa desde antes de Eusébio Tamagnini assumir a pasta, até recebeu devida atenção do então Secretário-Chefe da JEN (e futuro Ministro da Educação Nacional, entre 1955 e 1961), Francisco de Paula Leite Pinto (o qual chegou a recomendá-lhe o modo de preparar o projeto e documentos anexos). Dada a intencional morosidade do trâmite burocrático, Aurélio Quintanilha chegou a também endereçar ao presidente da JEN (e do futuro Instituto para a Alta Cultura – IAC, e outras denominações), o professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, António Celestino da Costa (também saneado em 1941 pelo Decreto-lei 25.317/1935, mas imediatamente readmitido após recurso), uma carta de justificação quanto à sua necessidade de uma bolsa de investigação, cujo rascunho manuscrito data de 15 de março de 1935³⁵, no qual são reproduzidas afirmações do próprio ministro, no referido despacho, e lê-se no excerto abaixo:

“Entende por outro lado o requerente que os trabalhos a que se tem dedicado estão mui assentes dentro daquela categoria de investigação científica que na opinião de S. Ex. o actual Ministro da Instrução se torna urgente acarinhá-lo e proteger, fornecendo aos professores, com disposição para tais estudos, as condições materiais e ambiente laboratoriais indispensáveis”.

De todo modo, não houve, contudo, tempo suficiente para Aurélio Quintanilha seguir com o pedido de bolsa. A partir de 14 de maio de 1935, este havia sido desligado de suas funções universitárias e de investigação, juntamente com o colega de Faculdade de Letras, Sílvio Lima, e o Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves. No entanto, ao botânico e professor catedrático, em função de sua intensa produção e intercâmbio científicos que sempre manteve com parceiros do estrangeiro, foram-lhe abertas outras portas, em França e Inglaterra, logo em seguida à sua aposentação

Instrução, [Lisboa] [manuscrito] / [A. Quintanilha]. UCFCT Ciências da Vida - Botânica ; Fundo AQ - Pasta (19) - QUI (APS)-6. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28908/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_PDF_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_Obra_Completa_t24-C-R0120.pdf. Última consulta a 16 de janeiro de 2016.

³⁵ Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, “*Quintanilha, Aurélio, 1892-1987, correspondente. [Carta, 1935 Mar. 19, Coimbra a] Presidente da J. E. N., [Lisboa] [manuscrito fls. 3]*”, Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28898/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_PDF_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_Obra_Completa_t24-C-R0120.pdf. Última consulta a 16 de janeiro de 2016.

compulsória. Sílvia Lima viveu apenas de sua escrita e aulas particulares, até ser readmitido em 1941 (mas sem ter progredido na carreira universitária, até pedir aposentação em 1962). Não é conhecimento público, no entanto, o destino tomado por José de Oliveira Neves, após a purga de 1935.

Apontamentos conclusivos

Como estudo complementar à sua tese de doutoramento sobre Sílvia Lima³⁶, Paulo Archer de Carvalho também ensaiou acerca da perseguição, e da (auto)exclusão, conexas à história institucional, intelectual e sociocultural da Universidade de Coimbra – e que remonta aos Estudos Gerais dos séculos XVI e XVII; à Reforma Pombalina de 1772 a 1778; às crises e protestos docentes e discentes contra o foro académico no decurso de quase todo o século XIX e inícios do XX; e aos avanços e retrocessos também percebidos na governação universitária, e que marcaram toda a I República, inclusivamente quanto a este delicado tema. E com tais palavras o autor conclui o ensaio: “Com o Estado Novo, o *imago mundi* mais outra vez se ficcionaria na repressão privativa e na pública prelecção da intolerância”³⁷. Para este efeito, e em sintonia a esta afirmação, António de Oliveira Salazar identificou, no meio universitário, indivíduos com o *habitus* e/ou *vocação científica e política*, tais como Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, para não apenas compor sua “elite ministerial”, mas colocar em prática um imprescindível “fascismo de cátedra” àquela altura de estruturação e consolidação do Estado Novo.

E sob os auspícios jurídicos do Decreto-Lei nº25.317/1935, sucederam-se, com relativa intermitência, e em maior ou menor intensidade, em distintos momentos, outros casos de perseguição ao meio académico e científico português notadamente em 1947³⁸. Após o retorno de Eusébio Tamagnini à Direção do Museu e Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, o caminho de seu sucessor já estava aparado para dar-se cabo do *republicano* Ministério da Instrução Pública, seja no plano político-ideológico como também pedagógico-científico. Sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco, que substituiu o cessante Eusébio Tamagnini a 18 de janeiro de 1936 – e por meio do Decreto-Lei nº 1.941, de 11 de abril daquele ano –, o Estado Novo criou o

³⁶ Paulo Archer de Carvalho, *Sílvia Lima. Um místico da Razão Crítica – da incondicionalidade do amor intelectuallis* Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 2009.

³⁷ Paulo Archer de Carvalho, “Expulsões Universitárias (1537-1910). Notas para uma antropologia da exclusão”, *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, 17 (2012), p. 389.

³⁸ Fernando Rosas & Cristina Sizifredo, *Estado Novo e Universidade...*, cit.

Ministério da Educação Nacional, o qual assim perdurou nominalmente até ao 25 de abril de 1974.

Por fim, vale ressaltar que Eusébio Tamagnini, durante sua passagem à frente da tutela do Ministério da Instrução Pública – mesmo que esta fosse uma estratégia de Salazar para aproximar e/ou anular o nacional-sindicalismo durante os anos de estruturação do Estado Novo –, o cientista e ideólogo não apenas buscou implementar alguns aspetos investigados por ele em sua ambiência universitária, como apontou o modo pelo qual as Universidades e Instituições de Ensino Superior deveriam ser tratadas e relacionadas com o Estado tendencialmente totalitário. No plano da governação de Estado, sua missão estava cumprida.

**Espaços e atores da organização científica
do trabalho em Portugal:
o Instituto Nacional de Investigação Industrial**

***Places and actors of scientific management in Portugal:
The National Institut of Industrial Research***

ANA CARINA AZEVEDO
IHC-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
ana.carina19@iol.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 25/01/2016
Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

A organização científica do trabalho adquiriu uma nova vitalidade e passa a ser alvo de um maior interesse e de uma mais concreta utilização a partir do final da II Guerra Mundial. Nesta época, um conjunto de organismos são criados tendo como parte dos seus objetivos o estudo e desenvolvimento da OCT. No que ao setor secundário diz respeito, o Instituto Nacional de Investigação Industrial distinguiu-se entre os organismos que mais apostaram no desenvolvimento destes princípios no País, sendo responsável não só pela organização de um vasto conjunto de ações de formação e de estudos de apoio à indústria em solo nacional, mas também por contactos estabelecidos com uma série de organismos internacionais, evidenciando-se como um importante agente no processo de internacionalização do País.

Palavras-chave:

Portugal; Estado Novo; Instituto Nacional de Investigação Industrial; Organização científica do trabalho.

Abstract:

Scientific management has acquired a new vitality after the end of World War II when some organizations started to dedicate themselves to the study and development of these methods. In industry, the National Institute of Industrial Research presented a great importance, being responsible not only for the organization of a wide range of studies and training in Portugal and abroad, but also for several contacts with a number of international organizations. National Institute of Industrial Research became, in fact, a major player in the country's internationalization process.

Keywords:

Portugal; “Estado Novo”; National Institute of Industrial Research; Scientific management.

Nota introdutória

A organização científica do trabalho (OCT) adquiriu uma nova vitalidade e passa a ser alvo de um maior interesse e de uma mais concreta utilização a partir do final da II Guerra Mundial, sendo que esta realidade não é alheia à conjuntura nacional e internacional da época¹. De facto, a história da OCT em Portugal relaciona-se com a própria história do desenvolvimento económico do País no século XX e com a sua abertura ao exterior, tendo origem nas lógicas que procuram utilizar as melhorias da produtividade como instrumento para o desenvolvimento económico. Os princípios de OCT chegam ao País por variadas vias, sendo possível evidenciar as suas principais origens e as mais relevantes causas para a sua aplicação. Por um lado, é importante ter em conta o papel das empresas estrangeiras com sucursais em Portugal que implementam as técnicas de organização do trabalho já utilizadas nas suas sedes, bem como o dos técnicos nacionais enviados ao estrangeiro pelas suas empresas para a frequência em cursos de organização do trabalho. É, também, de salientar o *know-how* transmitido pelos consultores estrangeiros em Portugal²; a criação de organismos que se destacariam na difusão destas técnicas, como o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII); a inserção de Portugal nos organismos de cooperação económica do pós-guerra que abriu as portas à participação de muitos recém-licenciados em ações de formação e ao estabelecimento de contactos, nomeadamente com o *Centre National de la Recherche Scientifique*, a *Association Française pour l'Accroissement de la Productivite*, a AEP e o *Centre Français de Renseignements Industrielle*, bem como com algumas entidades privadas como a *Edition Organisation* e o *Bureau de Temps Elementaires* pelo facto das suas áreas de atuação interessarem ao desenvolvimento da indústria portuguesa³.

¹ Ana Carina Azevedo, *A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)*, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2014.

² Ana Carina Azevedo, “O desenvolvimento do setor da consultoria e a difusão da organização científica do trabalho em Portugal: uma relação próxima?”, *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, 38, n.º 1 (2013), p.137-154.

³ Arquivo do Instituto Nacional de Investigação Industrial (doravante AINII), Propostas e informações ministeriais - 1959, Proposta n.º 78/60, “Vista de estudo dos engs. Alfredo Borges de Magalhães Ramalho, consultor do INII em assuntos de organização científica e Hélio Gomes da Silva Serra, colaborador em técnicas de manutenção de materiais, a organizações de Paris sobre estruturas e funcionamento de centros de técnicas de movimentação de fábricas”, 27 de junho de 1960, fls.1-2.

Mas as lógicas de internacionalização não se limitam à inscrição do INII em alguns dos organismos europeus ligados às questões da produtividade e da OCT. As missões de estudo de técnicos portugueses no estrangeiro constituem uma outra forte fatia da atividade do Instituto, sendo que a sua direção se esforçava por manter um constante contacto com técnicos além-fronteiras. A participação de colaboradores do INII em ações de formação no estrangeiro não é, também, esquecida, sendo que variados técnicos se deslocaram a organismos europeus em ordem a participar em formações sobre temas ligados à produtividade, em cujos conteúdos se encontravam as questões da OCT. Entre os técnicos que mais vezes integraram estas viagens, muitas vezes feitas em articulação com outros organismos nacionais como a COPRAI – Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa⁴, contam-se nomes como António Magalhães Ramalho, Eduardo Gomes Cardoso, Hélio Gomes da Silva Serra, João Cardona Gomes Cravinho, Mário Cardoso dos Santos, José de Melo Torres Campos, António Ennes da Lage Raposo e Luís Filipe de Moura Vicente, alguns dos quais antigos jucistas ligados aos chamados tecnocatólicos ou pertencentes ao grupo de engenheiros formados no Instituto Superior Técnico que com eles se relacionam e que agora encontramos como técnicos do INII. Muitas destas participações de técnicos portugueses em encontros científicos ou em ações mais ou menos longas de especialização organizados por variados organismos têm origem em projetos da Agência Europeia de Produtividade (AEP) que eram comunicados ao INII pela Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia/Externa - CTCEE, órgão que apresentava como parte das suas atribuições a divulgação em Portugal das ações de formação internacionais de interesse para o País. Exemplo disso é a participação de Joaquim Marçal da Mata Antunes e de Vítor Dias Santos num estágio da AEP realizado em Paris com o objectivo de formar jovens investigadores no domínio das ciências humanas aplicadas à indústria, encontrando-se relacionado com o projeto n.º 7/07, Secção C(a) da AEP. Este estágio, realizado em colaboração com a Associação Francesa para o Acréscimo da Produtividade, com a qual o INII mantinha contactos, tinha como objectivo «um conhecimento de ordem geral dos problemas humanos da indústria, nas suas relações com a produtividade [...]»⁵. Da mesma forma, em 1960, é solicitada a presença do Instituto numa

⁴ AINII, Proposta n.º 36/65, “Deslocação a Itália de um técnico deste Instituto”, 25 de fevereiro de 1965.

⁵ AINII, Propostas e informações ministeriais - 1960, Proposta n.º 136/60, “Missão de estudos do lics. Joaquim Marçal da Mata Antunes e Vitor Dias Santos, técnicos provisórios deste Instituto em regime de prestação de serviços: estágio da AEP para formação de jovens investigadores em ciências humanas aplicadas à indústria, em Paris”, 5 de novembro de 1960, fl.1; AINII, Propostas

reunião em Genebra sobre problemas de produtividade do trabalho, para a qual é enviado Luís Filipe Vicente que se encontrava em Delft⁶. Em 1961, por sua vez, deslocam-se a Paris João Cravinho e Mário Cardoso dos Santos para frequentar um curso do *Institut d'Études Supérieures de Techniques d'Organisation* intitulado «Preparação e Aperfeiçoamento da Aplicação Prática de Técnicas de Organização». No ano seguinte, o INII faz-se representar na pessoa do engenheiro Eduardo Gomes Cardoso, diretor do 2.º Serviço do Instituto, na 17.ª e 18.ª reuniões do Comité de Produtividade da OCDE em Madrid e Paris, respectivamente, sendo que o engenheiro Nelso de Vasconcelos Montes, também do 2.º Serviço fez uma especialização de 171 dias em organização e administração de empresas, organizada pela *Association pour l'Organisation des Stages de Techniciens Étrangers dans l'Industrie Française* - ASTEF e pelo Comissariado de Produtividade Francês, com o auxílio de uma bolsa de estudo concedida pelos Serviços de Assistência Franceses⁷.

Porém, a ação do INII, bem como estas lógicas de internacionalização e de transferência de *know-how*, passaram a deparar-se com as novas condições que a conjuntura da década de 1960 apresentava. Enquanto se avolumavam as dificuldades financeiras do País devido ao impacto da situação em África e dos problemas cambiais que tiveram como consequência uma necessidade de restrição de despesas em moeda estrangeira, crescia a imprescindibilidade da formação de quadros no estrangeiro para que a indústria pudesse ultrapassar as suas debilidades e contribuir para o desenvolvimento económico, numa época em que a modernização do equipamento industrial se via comprometida.

e informações ministeriais - 1961, Proposta n.º 10/61, “Missão de estudo dos lics. Joaquim Marçal da Mata Antunes e Vitor Dias Santos, técnicos provisórios deste Instituto em regime de prestação de serviços: estágio da AEP para formação de jovens investigadores em ciências humanas aplicadas à indústria, em Paris”, 24 de janeiro de 1961; AINII, Propostas e informações ministeriais - 1961, Proposta n.º 28/61, “Missão de estudo dos lics. Joaquim Marçal da Mata Antunes e Vitor Dias Santos, técnicos provisórios deste Instituto em regime de prestação de serviços: estágio da AEP para formação de jovens investigadores em ciências humanas aplicadas à indústria, em Paris”, 8 de fevereiro de 1961 e AINII, Propostas e informações ministeriais - 1961, Proposta n.º 119/61, “Missão de estudo dos lics. Joaquim Marçal da Mata Antunes e Vitor Dias Santos, técnicos provisórios deste Instituto em regime de prestação de serviços: estágio da AEP para formação de jovens investigadores em ciências humanas aplicadas à indústria, em Paris”, 2 de outubro de 1961.

⁶ AINII, Propostas e informações ministeriais - 1960, Proposta n.º 158/60, “Participação do Instituto na reunião sobre os problemas de produtividade do trabalho, a realizar de 9 a 11 de Janeiro próximo na Suíça (Genebra)”, 18 de dezembro de 1960.

⁷ AINII, Formação de pessoal científico e técnico IX - Bolsas e outras formas de estímulo à especialização, “Missões de estudo, representações em reuniões internacionais e especialização de técnicos no estrangeiro”, fls.1-5.

A situação económica do País levará, assim, o INII a apostar na aceitação de bolsas de estudo oferecidas por organismos internacionais como «[...] o único recurso para este Instituto poder prosseguir na cada vez mais urgente tarefa de adequada preparação do seu pessoal [...]»⁸. De facto, parte desta lógica de circulação de técnicos portugueses, dentro e fora da Europa, para aumento dos seus conhecimentos em torno da OCT advém de várias bolsas de estudo que foram colocadas, desde a década de 1960, à disposição de técnicos portugueses por organismos nacionais - como o Instituto de Alta Cultura - e estrangeiros. Assim, apesar das limitações impostas pela conjuntura, os técnicos do INII marcam presença em variados encontros, seminários, missões de estudo, reuniões internacionais e cursos de formação nos quais entram em contacto com as novas formas de gestão das empresas baseadas na OCT. Na verdade, a especialização de técnicos no estrangeiro era de extrema importância para o Instituto na medida em que garantia a obtenção do *know-how* necessário ao desenvolvimento dos seus trabalhos aumentando, também, o seu prestígio. Os planos de atividade do INII testemunham esta mesma preocupação, alertando para a necessidade de admissão de técnicos estrangeiros e para a formação de pessoal português em centros de outros países⁹.

As ações de formação em solo nacional

Além das ações de formação realizadas no estrangeiro nas quais os técnicos do INII participam, o próprio Instituto organiza cursos direcionados para quadros e dirigentes de organismos estatais que tinham como objectivo incutir a necessidade da aplicação de novas técnicas de gestão e organização do trabalho¹⁰. A aposta nos quadros superiores das empresas prende-se com a evidência de que qualquer campanha em prol da inovação industrial estaria seriamente

⁸ AINII, Propostas e informações ministeriais - 1961, Proposta n.º 101/61, “Concessão de uma bolsa de estudo no estrangeiro ao assistente de 3.ª classe deste Instituto, Eng. Pedro João Gago de Magalhães”, 27 de julho de 1961, fl.2 e AINII, Propostas e informações ministeriais - 1962, Proposta n.º 14/62, “Especialização no estrangeiro do assistente de 3.ª classe deste Instituto, Eng. Pedro João Gago de Magalhães”, 17 de janeiro de 1962. As despesas inerentes à especialização deste técnico aumentaram para o Estado português no ano de 1962 devido à decisão dos EUA de não renovar bolsas de estudo a alunos europeus. AINII, Propostas e informações ministeriais - 1962, Proposta n.º 134/62, “Continuação da especialização no estrangeiro do assistente de 3.ª classe, deste Instituto, Eng. Pedro João Gago de Magalhães”, 16 de outubro de 1962.

⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo, AOS/CO/EC - 26, pasta 2, Relatório do diretor do INII sobre a elaboração de um plano de atividades para o triénio 1965-67.I, 30 de junho de 1964, p.11.

¹⁰ Carlos Manuel Gonçalves, “A Construção Social dos Quadros nos Anos 60: Algumas Perspectivas de Análise”, *Sociologia*, 1.ª série, volume 1 (1991), p.127.

comprometida se não fosse previamente formado um conjunto de responsáveis esclarecidos que desse o seu apoio às ações que se impunham levar a cabo. Para atingir este objectivo foram organizadas, logo a partir de 1959, várias conferências que tinham como propósito a divulgação de métodos de OCT. Um ano depois, em 1960, têm início os ciclos de conferências sobre produtividade. O I Ciclo, que teve lugar na Faculdade de Engenharia do Porto, no Instituto Superior Técnico, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e nas Associações Industriais Portuguesa e Portuense, contando com a presença de conferencistas franceses e belgas, abordou, entre outros, temas relacionados com métodos de organização do trabalho e de gestão de pessoal nas empresas, apresentando alguns resultados concretos da sua aplicação em contexto internacional. O êxito apresentado por este ciclo de conferências despertou o interesse de vários participantes ao ponto de solicitarem a organização de cursos de pormenorização. Assim, um curso experimental, com a duração de quinze dias, foi organizado para quarenta alunos do 5.º e 6.º anos do Instituto Superior Técnico e dez funcionários do INII, girando em torno do tema «Produtividade nos métodos de fabrico e problemas humanos na empresa», sendo orientado por Pierre Guion, especialista francês, pelo engenheiro Eduardo Cardoso, do INII, por Adérito Sedas Nunes, assistente do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras e por António Silva Carvalho, chefe dos serviços de organização da Mundet, formado pelo *Centre d'Études et d'Organisation* de Versalhes¹¹.

Na sequência do I Ciclo de Conferências sobre Produtividade passaram a realizar-se cursos breves para dirigentes e quadros superiores que contaram, inicialmente, com o apoio da AEP e de organismos franceses e belgas cujos especialistas orientaram as formações até 1965, sendo que, a partir desse ano, os técnicos portugueses passaram a ter uma importância crescente como monitores¹². O papel atribuído aos formadores estrangeiros nos primeiros anos de funcionamento destes cursos deu origem a uma importante transferência de conhecimentos, não só no que diz respeito aos temas tratados - principalmente nas áreas da organização de empresas, gestão de pessoal, OCT, gestão comercial, marketing, formação, pesquisa, planeamento e controlo -, mas também às técnicas pedagógicas usadas que escapavam ao método expositivo mais comum, apostando no estudo de casos concretos e na participação ativa dos instruendos, de forma a transmitir não só conhecimentos, mas também novas lógicas de comunicação e de trabalho em grupo. Ainda do êxito do I Ciclo de

¹¹ AINII, Propostas e informações ministeriais - 1960, Proposta n.º 65/60 de 2 de maio de 1960, “Curso sobre simplificação do trabalho aos alunos do IST”.

¹² Carlos Manuel Gonçalves, “A Construção Social...”, cit., p.129.

Conferências sobre Produtividade surge o II Ciclo composto por 22 cursos, alguns dos quais versando sobre questões relativas à OCT: estudo dos métodos, medida do tempo, estudo do trabalho e técnicas modernas de gestão, para os quais concorreu o apoio de monitores oriundos do *Consortium d'Organisateurs Conseil*, do *Centre d'Études et d'Organisation*, da *Compagnie d'Organisation Rationnelle du Travail*, do *Institut de Perfectionnement aux Méthodes de Contrôle de Gestion*, do gabinete *Bernard Juillet* e do CEGOS¹³.

Mas o INII é, igualmente, responsável por um conjunto relativamente diversificado de outras ações de formação. Os Cursos de Formação Acelerada em Técnicas de Produtividade entram neste cômputo, sendo que, em Julho de 1961, haviam já sido realizados 58 cursos contando, no seu total, com 1 379 participantes oriundos de 326 empresas e outros organismos, como Universidades, bancos e serviços públicos. Da mesma forma, em 1962 têm início cursos de MTM - *Methods-Time Measurement* - como parte do Programa Geral de Formação em Produtividade do INII.

A quantidade de cursos realizados conduziu a um clima de grande interesse pelas questões da OCT, inserido no entusiasmo internacional pela produtividade. Estes cursos, mantidos pelo INII nos anos seguintes, eram divididos em três grandes áreas: formação de universitários e de pós-universitários e reciclagem dos seus conhecimentos; formação de dirigentes e quadros superiores da indústria e formação de monitores de contramestres, sendo que apenas no currículo da primeira área constava o estudo do trabalho¹⁴. De facto, os conteúdos destas formações abrangiam toda a organização interna das empresas, desde a direção, problemas humanos, gestão - contendo algumas temáticas relativas à OCTA -, organização comercial, organização da produção - na qual se inclui o estudo do trabalho¹⁵ - e formação por setores industriais, na qual também se encontravam incluídos os estudos dos tempos de trabalho. A OCT integrava ainda os conteúdos de Grupos de Estudo apoiados pelo Serviço de Produtividade do INII e formados no seguimento de alguns dos cursos como forma de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos. No fundo, as ações de formação do Instituto

¹³ AINII, Propostas ministeriais - 1961, Proposta n.º 32/61, "Cursos de formação em produtividade (2.º Ciclo)", 23 de fevereiro de 1961, fls. 1-2.

¹⁴ AINII, Propostas ministeriais - 1962, Proposta n.º 92/62, "Cursos de formação em técnicas de organização e de administração de empresas", 3 de julho de 1962.

¹⁵ Entre as temáticas tratadas, destacamos: Introdução ao estudo e simplificação do trabalho na empresa; Medidas do trabalho; Cronometragem; MTM; Ciclo Homem-Máquina e Formação de agentes de estudo e simplificação do trabalho. AINII, Propostas ministeriais - 1963, Proposta n.º 19/63, "Cursos de formação em técnicas de organização e de administração de empresas", 16 de janeiro de 1963, fl.52.

tinham o benefício de surgir como um complemento do currículo das escolas de ensino superior e médio que, em Portugal, não constituíam ainda organismos difusores das novas técnicas de organização do trabalho em voga nos países industrializados, além de propiciarem importantes fontes de atualização científica em vários domínios. Neste âmbito surgem os dois cursos pós-universitários em gestão e organização de empresas, realizados em 1963 e 1964 em Lisboa e no Porto mas preparados pelo INII desde 1961, tendo como objectivo a formação de técnicos em OCT - dadas as dificuldades crescentes em obter bolsas para o estrangeiro¹⁶ -, sendo destinados a recém-formados e a dirigentes e quadros com experiência profissional e dirigidos por técnicos nacionais do INII, da Universidade e de várias indústrias¹⁷. Na mesma linha surgem os Estágios de Administração de Empresas e os Estágios Práticos de Organização, os primeiros iniciados em 1962 com o apoio da Embaixada de França e da ASTEF e os segundos sendo destinados a técnicos de empresas e alunos universitários nos últimos anos curriculares que, na Fábrica-Escola Irmãos Stephens, observavam a aplicação de novas técnicas de organização do trabalho.

Mas os problemas financeiros dos anos 60 iriam ainda trazer outras dificuldades ao Instituto. Em 1965, o INII encontrava-se numa situação bastante periclitante devido à saída progressiva dos técnicos mais qualificados para o setor privado - dada a disparidade de remunerações - e às limitações à especialização no estrangeiro dos funcionários mais novos. O segundo Serviço, responsável pelas questões da OCT era aquele que, segundo Magalhães Ramalho, se encontrava na situação mais delicada, principalmente após a saída de José de Melo Torres Campos e de Eduardo Gomes Cardoso. Porém, Magalhães Ramalho sugere ainda nesse ano ao Secretário de Estado da Indústria a realização de um I Congresso Nacional de Produtividade e Desenvolvimento, organizado sob a orientação do INII e com a colaboração de outras entidades tendo em vista o evitar de uma dispersão de esforços, proposta que vem a ser aceite pelo Secretário de Estado.

De facto, como refere Magalhães Ramalho, a atividade do INII não se restringia ao setor secundário, sendo que as questões da produtividade administrativa, também relativas à organização científica do trabalho administrativo (OCTA), se encontravam, igualmente, no centro das preocupações do Instituto, tendo este proposto e auxiliado a organização de alguns encontros referentes ao tema. Entre os mais relevantes podemos referir os cursos sobre organização

¹⁶ AINII, Propostas ministeriais - 1961, Proposta n.º 16/61, “Cursos de especialização post universitários nas escolas superiores de engenharia e economia”, 27 de outubro de 1961.

¹⁷ Carlos Manuel Gonçalves, “A Construção Social...”, cit., p.140.

e simplificação do trabalho nos serviços públicos, tendo o primeiro tido lugar entre 16 e 20 de Dezembro de 1963 e contado com a participação de vinte funcionários de vários Ministérios, tendo dele resultado a «[...] criação de um grupo de estudo e organização do trabalho administrativo, que tem vindo a efectuar diversas reuniões e visitas de estudo, em ordem à apreciação prática de assuntos respeitantes à eficiência administrativa»¹⁸. Destacamos também, em 1965, as reuniões preparatórias do Colóquio dos Diretores-Gerais dos Ministérios da Economia e Obras Públicas - encontro que incidiu sobre a formação dos funcionários públicos nas técnicas de produtividade administrativa e que teve lugar a 16 e 17 de Julho -, contando as reuniões com a orientação de Marcello Caetano, que havia sido vice-presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas - IICA¹⁹ e de Andres de la Oliva de Castro, diretor do *Centro de Formacion y Perfeccionamiento de Funcionarios* de Espanha²⁰. No ano seguinte, é proposta por Magalhães Ramalho ao Secretário de Estado da Indústria a realização de um segundo colóquio no qual seriam debatidos os resultados obtidos desde o ano anterior²¹. Mas as preocupações com a OCTA não se resumiram a estes encontros tendo, também, expressão em numerosos cursos de organização do trabalho administrativo ministrados em Lisboa, Porto e Coimbra e ainda em algumas empresas, como a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses²².

Uma outra vertente da atividade formativa do INII na qual a OCT ocupa um lugar de relevo prende-se com a formação de contramestres e de formadores. A formação de contramestres foi iniciada de forma intensiva em 1963 e incidiu sobre temas de organização do trabalho e da produção, nomeadamente sobre métodos de simplificação do trabalho e relações humanas, desenvolvendo-se em colaboração com o *Bureau International du Travail*, entidade que envia para Portugal, no quadro de um plano de assistência, dois peritos franceses

¹⁸ Presidência do Conselho, *Relatório da Execução do II Plano de Fomento, Metrópole, 1959-1964*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968, p.168.

¹⁹ Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2.º piso, armário 33, maço 84, Pasta “Reuniões preparatórias do Congresso Internacional de Ciências Administrativas (Copenhaga)”, recorte de imprensa do *Diário da Manhã* de 8 de agosto de 1948.

²⁰ AINII, proposta n.º 106/65, “Colóquios dos Diretores-Gerais dos Ministérios da Economia e Obras-Públicas sobre a formação de funcionários públicos nas técnicas de produtividade administrativa”, 10 de julho de 1965, fl.1.

²¹ AINII, proposta n.º 133/66, “2.º Colóquio de Formação dos Funcionários nas Modernas Técnicas de Produtividade Administrativa”, 10 de novembro de 1966, fls. 1-2.

²² AINII, proposta n.º 78/66, “Programa das Actividades de Formação e Aperfeiçoamento em Técnicas de Direção, Gestão e Organização de Empresas (adicional à proposta n.º 15/66)”, 19 de maio de 1966.

em formação de contramestres por um prazo de dezoito meses e concede duas bolsas de estudo e material didático mediante um subsídio do Gabinete de Assistência Técnica das Nações Unidas²³. Também a formação de formadores começa a constituir-se como de extrema importância para o INII, sendo que o Instituto começa a preocupar-se com a elaboração e/ou tradução dos materiais necessários a essa formação. O *Manual do Promotor de Formação da Empresa sobre Simplificação do Trabalho*²⁴, baseado em guias usados no estrangeiro, é um excelente exemplo da forma como o INII apostava em métodos de OCT para melhorar a produtividade das empresas.

Da teoria à prática: os estudos e o apoio direto à indústria

Além das conferências, seminários e cursos, a ação do INII na promoção da inovação industrial do País passava, em grande medida, pela publicação de estudos contendo notas sobre os conceitos e as técnicas mais atuais respeitantes ao desenvolvimento económico ou sobre os resultados das investigações feitas a nível do Instituto, bem como pela publicação de artigos nas revistas patronais que, de facto, apesar de mais concisos, apresentavam o benefício de atingir um maior número de industriais do que aqueles que efetivamente participavam nas atividades de formação. Estes artigos, da responsabilidade dos técnicos dos vários serviços do INII, tinham um importante papel na divulgação das inovações técnicas com as quais o Instituto entrava em contacto através das suas congéneres estrangeiras e das conclusões resultantes das investigações por ele desenvolvidas. É na década de 1960 que esta tendência mais se acentua, com uma presença constante de artigos da responsabilidade do INII nas edições da *Indústria Portuguesa*²⁵. Nestas publicações surgem, igualmente, indicações sobre as ações combinadas entre o INII, a COPRAI e o CEGOC – Centro de Estudos de Gestão e de Organização Científica da Associação Comercial de Lisboa no âmbito da difusão das técnicas e princípios de OCT.

²³ AINII, Proposta n.º 62/64, “Promotores de Formação na Empresa. Prolongamento da ação de Assistência Técnica do Bureau International du Travail para a Formação de Contramestres”, agosto de 1964, fl.1.

²⁴ AINII, *Manual do promotor de formação da empresa sobre simplificação do trabalho*. Livro I: Sessões e Livro II: Anexos de aplicação relativos às sessões, maio de 1965.

²⁵ Santos Loureiro, “A programação como instrumento de gestão da empresa”, *Indústria Portuguesa, Revista da Associação Industrial Portuguesa*, Ano XXXV, n.º 410 (abril de 1962), p.31; José de Melo Torres Campos, “Significado e utilidade de um serviço de planeamento e controle de produção numa empresa industrial”, *Indústria Portuguesa, Revista da Associação Industrial Portuguesa*, Ano XXVIII, n.º 444 (fevereiro de 1965), p.87-91.

Mas talvez o mais importante contributo do INII para a inovação e desenvolvimento industrial do País se prenda com os estudos feitos pelos seus técnicos nos quais eram diagnosticados os principais problemas e limitações que assolavam o setor secundário nacional e através dos quais se procuravam respostas e soluções para ultrapassar as dificuldades sentidas e obter os resultados ansiados em termos de produção e produtividade. De facto, a partir dos estudos publicados pelo INII é possível compreender grande parte da sua atividade. De uma forma geral, podemos afirmar que a sua ação se desenvolvia em redor de três polos principais: a divulgação, a investigação e o diagnóstico da situação industrial portuguesa, apostando em análises gerais ou setoriais e apresentando um grande interesse pelas questões da produtividade. Apresentando em grandes linhas algumas das áreas de trabalho do INII é fácil compreender como este organismo era totalmente vocacionado para constituir um polo de inovação. No que diz respeito ao objectivo de divulgação de novas técnicas, este era maioritariamente dirigido aos métodos que pudessem conduzir a melhorias na produtividade, quer fossem novas formas de organizar e gerir as empresas industriais ou novos métodos de trabalho baseados no estudo dos tempos e movimentos. Durante a década de 1960, o INII foi responsável pela edição de vários textos que se centravam nas questões da reorganização interna das indústrias e da sua organização e gestão comercial e administrativa, fornecendo pistas para que cada empresa pudesse fazer o diagnóstico da sua situação e escolher o melhor caminho para melhorar o seu desempenho económico²⁶.

Quanto aos estudos realizados pelos técnicos do INII, estes versavam quer sobre diagnósticos gerais ou setoriais da situação da indústria, quer sobre as potencialidades que os métodos de OCT apresentavam para o seu desenvolvimento. A produtividade foi, talvez, a temática que mais interessou ao INII, sendo alvo de vários estudos diagnósticos ao longo da década de 1960. Mas a divulgação de bibliografia especializada não se resumia aos estudos editados pelo INII, incidindo, também, sobre a vasta bibliografia internacional existente sobre os temas abordados pelo Instituto, dando assim a conhecer os mais

²⁶ António Malta, *Estruturas e organização de empresas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1960; *Formação e aperfeiçoamento em administração de empresas*, tradução de F. Magalhães de Sousa e J. Pinto dos Santos, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1960; Acácio Pereira Magro, *Organização e gestão comercial das empresas industriais: produtividade*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1965; Fernando da Silveira, *Organização do trabalho administrativo no sector público*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1965 e Mário Cardoso dos Santos; Acácio Pereira Magro e Carlos Fernandes de Almeida, *Reorganização Interna de Empresas Industriais: Metodologia de Diagnóstico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1967.

recentes estudos feitos a nível internacional. O INII reunia, assim, um grande conjunto de documentação de várias instituições estrangeiras com as quais estabelecia contactos frequentes, entre as quais salientamos, devido à ligação com o nosso objeto de estudo, a *Association Française pour l'Accroissement de la Productivité*, a *Association Française et Ordre des Conseils en Organisation Scientifique*, a *Association Interprofessionnelle pour l'Étude du Travail*, a *Association MTM*, a *École d'Organisation Scientifique du Travail*, o *Institut d'Etudes Supérieures des Techniques d'Organisation* e o *Comité International de l'Organisation Scientifique*²⁷.

O auxílio à indústria passava ainda por ações mais concretas como a divulgação de informação técnica especializada tendente a potenciar alguns ramos industriais e que compreendia não só métodos de OCT específicos, mas também a difusão de novas técnicas de manuseamento e aplicação de materiais já conhecidos ou a divulgação de novos materiais cuja utilização era mais rentável²⁸. Em 1964, Magalhães Ramalho propõe ao Ministro da Economia a realização, à luz da experiência europeia, de jornadas de estudo e informação dedicadas a setores industriais específicos, nas quais teriam lugar conferências e debates, apresentando a vantagem de possibilitar um maior relacionamento entre industriais e representantes da Administração Pública podendo, assim, constituir uma alavanca para a criação de Centros Profissionais de Produtividade²⁹. O INII deu início a esta experiência com o setor da construção civil e obras públicas formando comissões que reuniam representantes do serviço de produtividade do INII com membros do LNEC, do Grémio Regional de Industriais da Construção Civil e dos Grémios dos Industriais de Cerâmica, de Serração de Madeira e de Exportadores de Madeira, estando estas encarregues da preparação dos primeiros Colóquios de Produtividade dos respectivos ramos. A relação com organismos internacionais não deixa de estar presente, tendo sido solicitada a colaboração da Embaixada de França e do *Commissariat du Plan d'Équipement et de la Productivité* através dos quais foi conseguida a presença de vários técnicos europeus, como Brossard, diretor da Federação Europeia de Telhas e Tijolos, Rieuf, presidente do Centro de Produtividade das Indústrias da Madeira e

²⁷ AINII, Notas do diretor do INII sobre pedido de informação de Costa André sobre a criação do IOAE, 24 de outubro de 1963, fl.17.

²⁸ M. Elisabete Almeida Padinha, *Processos de aplicação de tintas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1977; *Estudo das possibilidades de desenvolvimento das indústrias alimentares portuguesas. Transformação de frutas e legumes*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1966.

²⁹ AINII, proposta n.º 13/64, “Colóquios de Produtividade nas Indústrias de Construção e de Materiais de Construção”, 7 de maio de 1964, fl.1.

Kolb, secretário-geral do *Groupement Interprofessionnelle des Associations de Productivité du Bâtiment*³⁰. Estes colóquios contaram com a participação de cerca de 800 industriais e técnicos, tendo-se concluído acerca da necessidade de serem criados Centros Profissionais de Produtividade que tivessem como objetivo a continuação da disponibilização de informação aos industriais, garantindo ainda a troca de experiências, o acesso às possibilidades do mercado internacional e a divulgação das vantagens da OCT através de publicações e ações de formação, sem esquecer a formação de dirigentes, técnicos e quadros sobre a aplicação de métodos de OCT e de simplificação e segurança no trabalho, bem como a elaboração de estudos referentes às técnicas comuns entre os dois setores ao nível da contabilidade e da produtividade³¹.

É fácil compreender a forma como estas iniciativas contribuíram para o interesse de alguns industriais num auxílio mais próximo por parte do INII, tendo o Instituto realizado uma série de análises, ensaios e estudos às empresas que o solicitaram que, de certa forma, acabaram por preencher uma lacuna sentida a nível nacional e que, por norma, era colmatada com o recurso a técnicos e consultores estrangeiros³².

Nota conclusiva

É, assim, possível afirmar que o INII constituiu um dos grandes difusores da OCT no tecido industrial português, sendo, igualmente, um bom exemplo da importância do voluntarismo de alguns atores, bem como do impacto do clima internacional de entusiasmo pela produtividade e da ação dos organismos europeus que tinham, entre os seus propósitos, o objetivo de contribuir para a melhoria do rendimento do trabalho no continente através da utilização de métodos científicos de organização do trabalho.

Quanto às consequências reais dos esforços desenvolvidos pelo INII - e apesar do enorme impacto que as suas iniciativas tiveram, principalmente no que diz respeito ao número de participantes nas ações de formação - estas parecem ter ficado aquém do esperado por motivos que escapam ao próprio Instituto. Por um lado, segundo é defendido pelo estudo de Carlos Gonçalves³³, apenas um conjunto limitado de grandes empresas industriais e serviços levou a cabo mudanças concretas nas suas formas de organização do trabalho,

³⁰ AINII proposta n.º 13/64..., cit., fls.2-3.

³¹ AINII, proposta n.º 13/64..., cit., fls.4-5.

³² AINII, *Tabela de preços de análises, ensaios e estudos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970.

³³ Carlos Manuel Gonçalves, *A Construção Social...*, cit., p.112.

decerto influenciadas pelas iniciativas do INII, mas também como resposta às transformações económicas da época e aos desafios por elas lançados. Como bem refere João Cravinho,

«a divulgação tem os seus próprios coeficientes de perda bastante elevados e quando chega às empresas novas barreiras se erguem porque subsistem problemas fundamentais de estrutura económica e social, e de funcionamento corrente, que escapam ao poder da gestão empresarial»³⁴.

As próprias ações de formação seriam somente frequentadas por quadros formados nas Universidades, pertencentes a grandes e médias empresas situadas nas zonas de Lisboa e Porto³⁵. Além disso, as resistências encontravam-se, também, ao nível de alguns industriais. Em 1962, é com pesar que o presidente da direção do Grémio dos Industriais de Serração de Madeiras dos Distritos do Porto, Aveiro, Vila Real e Bragança afirmava ao presidente da Corporação da Indústria verificar «com tristeza, que, não obstante as queixas que frequentemente aqui chegam e nos propomos remediar, quando se lhes fala na revisão dos métodos e processos de trabalho não encontramos aquele entusiasmo e apoio que seria de esperar»³⁶. Todavia, Torres Campos é incisivo ao afirmar que os métodos de OCT difundidos nas iniciativas do INII apresentaram aplicação efetiva na indústria, apesar de serem visíveis substanciais diferenças entre setores, destacando-se o têxtil, as conservas de peixe e as pequenas metalomecânicas como aqueles que mais apostaram nestes princípios. Numa segunda etapa, as empresas de maior dimensão iriam, igualmente, apresentar interesse nas iniciativas do INII, nomeadamente a CUF que, ainda antes da criação do Instituto, havia tomado a iniciativa de enviar técnicos aos EUA para frequentarem cursos de *management*³⁷.

Porém, também na década de 1960 - principalmente a partir do início da Guerra Colonial -, a disponibilidade financeira para investimentos estatais na área do desenvolvimento das indústrias diminui, deixando o INII de receber as dotações de que necessitava. Inicia-se, assim, uma fuga de técnicos especializados para empresas privadas que, aliada à diminuição do

³⁴ João Cravinho, *A estrutura industrial portuguesa à luz das comparações internacionais. Relatório n.º 3, I Semana da Metalomecânica*, Lisboa, GIMMS - Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul, 1966, p. 29-30.

³⁵ Carlos Manuel Gonçalves, *A Construção Social...*, cit., p.151.

³⁶ AINII, Nota 86/62, “Grémio dos Industriais de Serração de Madeiras dos Distritos do Porto, Aveiro, Vila Real e Bragança”, 7 de março de 1962, fls.1-2.

³⁷ Entrevista a José de Melo Torres Campos, realizada a 9 de junho de 2014.

financiamento e à dificuldade em formar funcionários no estrangeiro e fazer novas contratações, constituiu um obstáculo à ação do Instituto.

No entanto, o caráter de agente de inovação que o INII apresentou durante todo o período em que esteve em funcionamento não pode ser descurado nem obscurecido pela conjuntura na qual o mesmo operou. Tal como fomos referindo, o INII teve um papel de extrema importância na transmissão de conhecimentos técnicos à indústria de acordo com o que ia sendo difundido e aplicado pelos organismos congéneres europeus, na elaboração de diagnósticos sobre a realidade industrial e na realização de investigações aplicadas e destinadas ao apoio técnico do qual estava incumbido. Além disso, o INII apresentou, igualmente, um importante papel na formação de um conjunto de recém-licenciados e de quadros técnicos que viriam, mais tarde, a exercer funções de responsabilidade em cargos políticos, na Administração Pública e na indústria, até à sua junção com a Junta de Energia Nuclear no processo de formação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial - LNETI, já no período posterior à revolução de 1974. Como afirmava Virgílio Cruz na Assembleia Nacional em 1959,

«a criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial, pela alta importância e vincada projecção que virá a ter no nosso desenvolvimento industrial, ficará como padrão de glória de uma época, marca de um gigantesco passo em frente no caminho seguro para o nosso progresso»³⁸.

³⁸ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 2, n.º 76, 26 de fevereiro de 1959, p. 230.

Gama Barros e a Historiografia da viragem do século^{1*}

ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM
UFLUP e UAL
almisch@gmail.com

«Le véritable patriotisme (...)
c'est le respect pour les générations qui
nous ont précédés»
(Fustel de Coulanges, cit. por HGB)

Jurista, magistrado, político e historiador, é um nome fundamental da nossa Historiografia da viragem do século XIX para o século XX. Natural de Lisboa, Enrique da Gama Barros (HGB) cursou Direito na Universidade de Coimbra entre 1848 e 1853. Profissionalmente chegou a exercer a advocacia (1855-57), e foi também Administrador do concelho de Sintra (1857-62), Administrador de Bairro em Lisboa (1862-69) e Secretário do Governo Civil da Capital, ocupando ainda a titularidade do referido Governo Civil em dois momentos (1876-77 e 1878-79). Vogal do Supremo Tribunal Administrativo entre 1877 e 1879, neste último ano ascende a Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja Presidência ocupará de 1900 a 1910. Os anos finais da Monarquia assistirão a uma breve passagem sua pela política, como apoiante de João Franco e do Partido Regenerador-Liberal, sendo nomeado Par do Reino em 1906. Com a proclamação da República cessa toda a atividade profissional e intervenção política.

Jurista de formação e magistrado de profissão, HGB estreou-se “literariamente” em 1860, com uma compilação do Direito Administrativo do seu tempo. Essa obra (*Reportório Administrativo...*) é normalmente considerada o ponto de partida do projeto de uma “História Geral da Administração”, que abordasse os antecedentes do Código de 1842. Ou seja, HGB apresentar-se-ia à partida como um jurista que “faz História”, preambulando um tratado de “Direito Administrativo Português” (que resultaria da reedição ampliada do livro de 1860), e não como um historiador *tout court*. Mas a realização da obra (de que os séculos XII e XV seriam apenas o primeiro de três momentos a tratar) acabou por revelar o historiador, e particularmente o medievista. Geracionalmente

^{1*} Notas que serviram de suporte à Conferência “Gama Barros (1832-1925) e a historiografia na viragem do século”, proferida na FLUC, em 11 de janeiro de 2016, no âmbito do Curso de 2º Ciclo em História.

próximo de autores como Henry Thomas Buckle (1821-1862), Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893), Theodor Mommsen (1817-1903) e Numa-Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), particularmente influenciado pelo último, HGB pode inserir-se numa Historiografia “constitucionalista” do Direito Público, com expoentes europeus ainda em Georg Waitz (1913-1886), William Stubbs (1825-1891), Frederick Pollock (1845-1937), Frederick William Maitland (1850-1906) ou Eduardo de Hinojosa (1852-1919).

Em termos nacionais, não é propriamente fácil “enquadrar” HGB: em primeiro lugar pela sua singular posição no século XIX português; depois por todas as indefinições da nossa Historiografia de então, desde logo em termos de enquadramento institucional: efetivamente, o historiador do tempo português de HGB já não é o típico académico da viragem do século XVIII para o século XIX, produtor de *memórias* de grande erudição (modelo personificável em António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastácio de Figueiredo (1776-1805), Francisco Aragão Morato (1777-1838) e sobretudo João Pedro Ribeiro (1758-1839), autores cuja sólida informação será aliás uma das grandes *fontes* de HGB); mas também ainda não é o *profissional da História* dos nossos dias.

HGB já não escreve *memórias* mas um *livro*, com tudo o que esta mutação representa. A *Historia da Administração Publica* pretendia-se à partida uma *síntese*, para um público de *juristas*, mormente os pares do autor na função judicial e administrativa. Mas a elaboração da obra revelou uma vocação de fundo de historiador, produzindo capítulos crescentemente *eruditos* (e, consequentemente *analíticos*) à medida que o livro avança. Se o 1º volume da edição original (tomos I e III da 2ª edição) ainda nos surge como relativamente sintético (e fundado eminentemente em fontes documentais e cronísticas impressas; de onde, o ser a secção da obra mais *datada* pelas ultteriores mutações dos estados de conhecimentos), os restantes irão de aprofundamento em aprofundamento, impedindo o autor não só de ultrapassar cronologicamente o século XV, como, dentro da Idade Média, de cumprir cabalmente o plano traçado. A cronologia da edição original não deixa de ser, a este respeito, esclarecedora:

- 1º volume (tt. I e III da 2ª edição): Preparado desde os meados da década de 60, publicado em 1885;
- 2º volume (tt. IV e V da 2ª edição): publicado em 1896;
- 3º volume (tt. VI a VIII da 2ª edição): publicado em 1914;
- 4º volume (tt. IX e X da 2ª edição): publicado em 1922;
- 5º volume (materiais para o ...; = t. XI da 2ª edição): em estado avançado de elaboração à data da morte de HGB, em 1925.

Concretizando um pouco mais esse crescente aprofundamento da análise: HGB consagrou o volume inaugural aos livros I e II da obra (“Direito escripto e direito tradicional” e “Administração Central”, respectivamente); a eles se seguiria a “Administração Geral”; mas o facto é que o autor acabará por inserir, como livro III, uma longa secção sobre a “Situação economica do paiz” (que no plano original não passava de título introdutório), a qual se espalhará pelos volumes 2º e 4º. A “Administração Geral”, como livro IV, acabará por constituir o inacabado (e impublicado) volume 5.º (tomo XI da 2ª ed.).

Apesar dos inacabamentos, é óbvio que HGB produziu uma obra abarcante de um alargado leque de temas e problemas na abordagem (“globalizante”, quase diríamos) da sociedade medieval portuguesa, mormente os materiais constantes no 2º volume e subsequentes (os quais traduzem, eles sim, uma pesquisa arquivística mais sistemática, mormente na Torre do Tombo). E é isto que explica a *fortuna*, em vida e póstuma, do autor. Com efeito, a publicação dos dois primeiros volumes abriu-lhes as portas da Academia das Ciências de Lisboa (correspondente em 1886, efetivo em 1893; será sócio de mérito em 1915 e emérito em 1920), do Instituto de Coimbra (1886; sócio honorário em 1899) e da Real Academia de la Historia, de Madrid (1893).

A posteridade medievística de HGB rapidamente fez da sua obra algo de consulta indispensável, em domínios tão diversos como sejam o regime de propriedade, os grupos sociais ou as instituições políticas ou jurídicas. E a esse respeito é desde logo de destacar a influência exercida nas Faculdades de Direito e numa Historiografia jurídica em vias de renovação a partir dos alvares do nosso século (Guilherme Moreira [1861-1922], Marnoco e Sousa [1860-1916], Joaquim Pedro Martins [1875-1939] e sobretudo Paulo Merêa [1889-1977], Luís Cabral de Moncada [1888-1974] e, mais tarde, Marcello Caetano [1906-1980]). E, depois, a receção por uma comunidade historiográfica que pelos anos 40-50 esboçava o seu longo (e por vezes penoso) processo de institucionalização universitarizante: é a “Escola de Coimbra” que recolhe a biblioteca e o espólio de HGB, e é um dos seus membros (Torquato de Sousa Soares [1903-1988]) quem procede, de 1945 a 1954, à reedição da obra, doravante de manuseio tornado corrente (infelizmente, os prometidos índices nunca foram dados à estampa; nesta matéria estamos reduzidos ao tentame que Augusto Reis Machado operou nos anos 30 sobre a edição original).

O medievista dos finais do século XX continua a ter em HGB uma incontornável referência. O abalançar à abordagem de um qualquer tema medievo quase pressupõe, qual “ato reflexo”, uma consulta da *História da Administração Pública*, no sentido de apurar o que o autor escreveu e opinou (ou não escreveu *nem* opinou) na matéria. Pela *palavra* ou pelo *silêncio*, HGB

está portanto presente na laboração do investigador atual, não como “a nossa Bíblia” (expressão que a tradição oral atribui, a seu respeito, a Virgínia Rau [1907-1973]), mas como uma espécie de “colega mais antigo”, inolvidável pelos expoentes de um medievismo universitário finalmente configurado na nossa Historiografia a partir dos finais da década de 70.

Obras de HGB

Reportorio Administrativo. Dedução alfabética do código administrativo de 1842 (...) e da legislação correlativa subsequente até 1860, inclusive, Lisboa, 1860.
Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII e XV, 2ª edição, dir. por Torquato de Sousa Soares, tt. I-XI, Lisboa, Sá da Costa, 1945-54.
 «*Communas de Judeus e Communas de Mouros*», ed. J. Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitania*, XXXIV (1937): 165 ss.; XXXV (1938): 161 ss.

Estudos sobre HGB e a Historiografia do seu tempo

ALMEIDA, Fortunato de – «Gama Barros e a “História da Administração Pública em Portugal», *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, XIII / 3 (1919, Ag.-Out.): 935-974.
 BAIÃO, António – «Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): LXXVII-LXXXV.
 FERRÃO, António – «Gama Barros e a sua obra», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, XIX (1925-1933): 261-299.
 FERREIRA, Luís Afonso – «Gama Barros e o Elucidário», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): XCVII-CXIX.
 GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio*, III. *Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.
 HESPANHA, António M. – «Historiografia jurídica e política do Direito (Portugal, 1900-1950)», *Análise Social*, 3ª série, vol. 18, n.ºs 72-73-74 (1982 - 3.º / 4.º / 5.º): 795-812.
 HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da “História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”）」, *Revista da Faculdade de Letras (UP). História*, II série, II (1985): 235-48. Reed. in ID., *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990: 35-47.
 HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), p. 85-94. Também in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (Coord.)

- *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Fac. Letras / UP, 2013, p. 115-124.
- MALTEZ, José Adelino – «Gama Barros, Henrique da», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, s. I., Alfa, 1985: 282.
- MARQUES, A. H. de Oliveira [Ed.] – *Antologia da Historiografia Portuguesa*, I. *Das Origens a Herculano*, II. *De Herculano aos nossos dias*, 2ª ed., Mem Martins, Europa-América, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; COELHO, Maria Helena da Cruz; DIAS, João Alves; ROSAS, Fernando; FRANÇA, José-Augusto – «Historiografia Portuguesa», in FRANÇA, J.-A. [Dir.] – *Portugal Moderno: Artes e Letras*, Lisboa, Pomo, 1991: 189-207.
- MERÊA, Paulo – «Esboço de uma História da Faculdade de Direito. 1º período: 1836-1865. 2º período: 1865-1902», *Boletim da Faculdade de Direito (UC)*, vols. XXVIII e XXIX (1952 e 1953): 99-180 e 23-197.
- MORENO, Humberto Baquero; DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – «História da Administração Portuguesa na Idade Média: um balanço», *Ler História*, 21 (1991): 35-45.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos – «Barros, Henrique da Gama», in COCHOFEL, João José [Dir.] – *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977: 648-649.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1972.
- SOARES, Torquato de Sousa – «Barros, Henrique da Gama», in SERRÃO, Joel [Dir.] – *Dicionário de História de Portugal*, I / A-D, Lisboa / Porto, Iniciativas Editoriais / Figueirinhas, 1971: 305-307.
- SOARES, Torquato de Sousa – «Henrique da Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): V-LXXV.
- SOVERAL, Carlos Eduardo de – «Barros, Henrique da Gama», in PRADO-COELHO, Jacinto do [Dir.] – *Dicionário de Literatura*, 3.ª ed., 1º vol. / A-E, Porto, Figueirinhas, 1983: 94.
- VELLOSO, J. M. Queiroz – «Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): CXXI-CXXVIII.

Recensões Críticas

Recensões

Rosa Congost & Rui Santos (ed.), *Contexts of property in Europe: the social embeddedness of property rights in land in historical perspective*. Brepols publischer, 2010, 285 p.

Este livro teve origem num workshop realizado, em 2007, na Universidade Nova de Lisboa sobre o tema *The social embeddedness of property rights in land*, atividade integrada no programa académico COST Action A35. A versão final dos textos resulta do debate travado no referido workshop e da apreciação de *refrees*. Os coordenadores da obra são destacados especialistas na área dos estudos rurais: Rosa Congost leciona na Faculdade de Letras na Universidade de Girona, dirige o Centre de Recerca d'història rural e têm-se dedicado ao estudo da história da propriedade e das relações sociais agrárias; Rui Santos ensina na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigador do Centro de Estudos de Sociologia desta Universidade, integrando-se os seus trabalhos na área da sociologia histórica e económica e dos estudos rurais.

Numa apreciação global da obra em análise importa destacar duas dimensões: uma teórica que dá conta dos aspetos mais relevantes da discussão travada no seio da história e da sociologia económica sobre direitos de propriedade e outra, composta por 10 artigos, que apresenta os resultados de investigações sobre dinâmicas institucionais e apropriações sociais de recursos da terra em várias geografias europeias e contextos históricos.

O primeiro capítulo, *Working out the frame: from formal institutions to the social contexts of property*, é de autoria de Rosa Congost e Rui Santos. Nele se apresentam, de forma muito detalhada e fundamentada, quadros conceptuais que marcaram a análise da propriedade ao longo século XX – nomeadamente a conceção fisiocrática e liberal da propriedade (definida na lei e no pensamento como absoluta, perfeita, unitária e exclusiva) e a concetualização de algumas correntes da “new institutional economics” centradas nas leis e instituições

estatais não tendo em conta, por este motivo, os contextos históricos, sociais e culturais bem como as dinâmicas concretas de apropriação da propriedade – conceções das quais os autores se demarcam.

Entendendo a propriedade, ou melhor os direitos de propriedade, como um feixe de direitos (*bundle of rights*) que registaram apropriações diversas em diferentes contextos políticos, culturais e sociais (como se demonstra nos diversos estudos de caso), defende-se, nesta obra, que o debate sobre as questões da propriedade deve ocorrer no campo da história social, da sociologia e da antropologia. Como principais referências os autores destacam, na área da história, a tradição da história rural alicerçada em Marc Bloch, as perspetivas de análise das relações de propriedade contidas na obra de Pierre Vilar e os conceitos de “costumes em comum” e “economia moral” de Thompson.

Por sua vez, os autores consideram o conceito de “social embeddedness,” proveniente da sociologia económica (Granovetter), como particularmente operatório para evidenciar a “incrustação social” das dinâmicas institucionais e económicas da propriedade. A aplicação deste instrumento teórico aos tempos pré-industriais, os anteriores à “Grande transformação” (Pollany), não oferece qualquer dúvida atendendo à relação intrínseca entre vida económica e social, mostrando-se, nesta obra, igualmente operatório para as economias dinamizadas pelo mercado.

Apresentamos, em seguida, algumas perspetivas de análise, que consideramos relevantes, nos vários estudos de caso apresentados. Markus Cerman e Dana Stefanová (*Institutional changes and peasant land-transfers in Czech lands, from the late Middle Ages to the eighteenth century*) através de uma análise, na longa duração, dos registos de transação de propriedade referentes às terras Czech (terras da Boémia e da Morávia, Silésia e Upper Lusatia) identificaram continuidades no enquadramento institucional do mercado da terra, nos padrões de transferência de propriedade camponesa e nas práticas sociais.

Giuliana Biagioli (*The evolution of property rights in Tuscany, from the end of the Middle Ages to the nineteenth century*), igualmente numa análise de tempo longo, regista a complexa evolução dos paradigmas de propriedade que culminarão com a sua individualização no período napoleónico. De um processo não linear, destacam-se formas precoces de capitalismo urbano e burguês num contexto de grande plasticidade do regime enfitêutico articulado com contratos de parceria.

José Miguel Lana Berasain e Ináki Iriarte Goñi (*The social embeddedness of common property rights in Navarra (Spain) sixteenth to twentieth centuries*), dois consagrados especialistas nos estudos sobre terras comuns, apresentam uma caracterização detalhada dos contextos paisagísticos, económicos e

sociais das práticas comunitárias em Navarra, demonstrando a diversidade de resultados decorrentes da aplicação da legislação tendente à individualização e privatização do uso da terra. Este artigo configura-se como uma demonstração cabal da “embeddedness of economic behaviour”, de onde decorre a necessidade de compreender os comportamentos económicos e sociais atendendo à multiplicidade das variáveis integrantes do contexto em que ocorreram.

Fabrice Boudjaaba (*Inheritance, land market and social reproduction in an egalitarian system – Vernon, Normandy, 1750-1830*) no sentido de compreender diversas práticas de herança realizadas no âmbito do mesmo quadro legal, nomeadamente as que diferenciavam os grandes dos pequenos proprietários, cruzou processos de herança com outros documentos referentes ao mercado da terra, ao trabalho, ao crédito e à organização familiar.

Carsten Porsroeg Rasmussen (*An english or a continental way? The greta agrarian reforms in Denmark and Schleswig-Holstein in the late eighteenth century*) analisa, de forma muito detalhada e numa perspetiva comparada, os contextos em que ocorreram as reformas agrárias na Dinamarca e nos ducados de *Schleswig e Holstein* em finais do século XVIII inícios do XIX, evidenciando diferentes modelos de intervenção do estado tendentes à extinção de regimes feudais de apropriação de recursos da terra. O processo de desestruturação do feudalismo ocorreu ao longo do século XIX, sobrevivendo, no entanto, até 1914 um vasto grupo de proprietários que dominava a sociedade rural.

Paul Brassley (*Land reform and reallocation in interwar Europe*) analisa as mudanças ocorridas no regime de propriedade no período entre as duas guerras mundiais em articulação com as alterações na concepção de bem comum. A terra deixa de se constituir, maioritariamente, como suporte de uma elite política e social para ser vista como factor de produção “de alimento e de segurança”.

Os processos históricos não são lineares: as evidências históricas contrariam, por vezes, as concepções de progresso contínuo. Ernst Langthaler (*From capitalism to ‘neo-feudalism’? Property relations, land markets, and the Nazi state in the German province of Niederdonau, 1938-1945*) analisa o impacto da “Reich Hereditary Farm Law (REG)” na Áustria ocupada pela Alemanha Nazi, considerando que o sucesso ou insucesso da aplicação da célebre lei têm que ser analisados tendo em conta os atores sociais envolvidos.

Richard W. Hoyle (*Securing access to England’s uplands: or how the 1945 revolution petered out*) aborda as políticas agrárias inglesas, em particular as que correram na sequência da segunda guerra mundial, em matéria de restrições à propriedade privada.

Os estudos publicados na obra em análise percorrem uma longa dimensão cronológica e uma diversificada paleta de contextos sociais e políticos de

direitos de propriedade: os contextos feudais, as transições do feudalismo para capitalismo, os processos de coletivização e de descoletivização da terra. Dietmar Muller (*The governmentality of land ownership in south-eastern Europe. Romania and Yugoslavia: a comparison*), Maria Halamska (*Changing property structures in central European agriculture during decollectivization: the social aspects of appropriation*), Jeong Nam Choi, Axel Wolz, Michael Kopsidis, (*Family farm ideology and the transformation of collective farms in East Germany, 1989-2005*) e Zusuzsanna Varga (*The post-Socialist transformation of land ownweship in Hungary*) analisam, em perspetiva comparada, os retornos à individualização da terra, após a queda do muro de Berlim, equacionando igualmente os desafios colocados à agricultura decorrentes das mudanças políticas e sociais.

Como decorre do atrás exposto, os textos publicados neste livro alargam o conhecimento sobre a história rural europeia, demonstrando o carácter operativo do conceito de “social embeddedness” (incrustação social) para a análise e compreensão das “condições de realização da propriedade” (Congost) em diversos contextos espaciais e temporais, demonstrando ainda que a história da propriedade é, fundamentalmente, a história das relações sociais tecidas em função da apropriação dos recursos da terra.

MARGARIDA SOBRAL NETO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt

Publicações recebidas

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
OFERTAS E PERMUTAS
2015**

- Al-Madam*. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, Portugal, II série, nº 17 (2012), II série, nº 19 jan. (2015), e Actas do 2º Encontro sobre Património de Almada e Seixal (2014).
- Anuario Argentino de Derecho Canónico*. Pontificia Universidad Católica Argentina, Facultad de Derecho Canónico, Santa Maria de Los Buenos Aires, Argentina, vol. XIX (2013) e vol. XX (2014).
- Anuário de Estudios Americanos*. Escuela de Estudios Hispano-Americanos, Sevilla, España, vol. 71 nº1, (2014), vol. 72 nº1, (2015).
- Anuário de Estudios Medievales*. Instituto de História Medieval de Espanha, Barcelona, vol. 45, nº 1, 2 (2015).
- Aragon en la Edad Média*. Universidad de Zaragoza, Facultad de Filosofía y Letras, Zaragoza, vol. 25 (2014).
- Bibliothèque de L'École des Chartes*. Paris, Librairie Droz - tomo 169 (2011), tomo 170 (2012).
- Biblos*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 3ª série, vol. I (2015).
- Boletim Cultural . Póvoa de Varzim*. Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim, 47 (2015).
- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. LXXXIX, nºs 1 e 2 (2013), vol. XC, (2014).
- Bracara Augusta*. Boletim do Arquivo Municipal de Braga, vol. 58, nº 116 (129) (2013), vol. 59, nº117 (2014), Edição Especial, (2015).
- Brotéria*. Cristianismo e Cultura, Lisboa, vol. 180, nºs 1, 2, 3, 4, 5, (2015) e vol. 181, nº 1, 2, 3, 4 (2015).
- Cahiers de Civilisation Médiévale, X^e-XII^e Siècles*. Université de Poitiers, vol. 58, 1 e 2, (2015).
- Carthaginensia*. Revista de Estudios e Investigación, Instituto Teológico de Murcia, vol. XXX, nº 57, Enero-Junho, (2014). vol. XXXII, nº 61, Enero-Junho, (2016).
- Cuadernos Aragoneses de Economia*. Universidad de Zaragoza, 2ª série, vol. 24, nº 1, 2 (2014).
- Cuadernos de Estudios Gallegos*. Instituto Padre Sarmiento, Santiago de Compostela, t. LXI 127 (2014).

- Didaskalia*. Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa, Lisboa, vol. 45, fasc. 1, (2015).
- En la España Medieval*. Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Historia Medieval, vol. 36 (2013), vol. 38 (2015).
- Estudis. Revista de Historia Moderna*. Universidad de Valencia, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Moderna, València, vol. 39 (2013), vol. 41 (2015).
- Estudos de História Religiosa*. Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, nº18, 2015.
- Estudos Teológicos*. Revista do Instituto Superior de Estudos Teológicos, Coimbra, nº 16 (2012), nº17 (2013), nº 18 (2014).
- Faces de Eva*. Estudos sobre a Mulher, Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias, Lisboa, 33 (2015).
- Hispania*. Revista Española de Historia, Instituto de Historia, C.S.I.C., Madrid, vol. LXXV, nºs 249, 250 (2015).
- Historia Agraria*. Revista de agricultura e historia rural. Publicación Cuatrimestral de la Sociedad Española de Historia Agraria, Universidad de Murcia y la Universitat Autònoma de Barcelona con la colaboración de Caja Duero, vols. 65, 66, 67, (2015).
- Humanitas*. Revista do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, Coimbra, vol. 66 (2014).
- Interações*. Revista do Instituto Superior de Serviço Social, Coimbra, nº 23 (2012).
- Itinerarium*. Braga, ano LIX, nºs 208, ano LX, nºs 209 e 210, (2014).
- Jurídica*. Revista da Universidade Portucalense, Porto, nº 16 (2014).
- Ler História*. Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, Lisboa, vol. 66, (2014), 67 (2015).
- Lusitania Sacra*. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica, Universidade Católica Portuguesa, Palma de Cima. Lisboa, 2ª série, t. 29 (2014), t. 30 (2015).
- Obradoiro de Historia Moderna*, Servicio de Publicaciones e Intercambio, Unversidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, vol. 22 (2013), vol. 23 (2014).
- Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, nº 106, (2015).
- Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Faculdade de Direito, Lisboa, vol. LIV, nºs. 1 e 2, (2013).
- Revista da Faculdade de Letras. História*. Universidade do Porto, IV série, vol. 4 (2014).
- Revista de História Industrial. Economía y Empresa*. Publicacions Universitat de Barcelona, Departament d'Història I Institucions Econòmiques, Facultat de Ciències Econòmiques I Empresariales, Barcelona Año XXIV, nºs 57, 58 (n.º especial), 59 (2015).
- Revista Portuguesa de Pedagogia*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Ano 48-1 e 2 (2014). Ano 49-1 (2015).
- Theológica*, Revista de Ciências Sagradas, Universidade Católica Portuguesa, Fac. de Teologia, Braga, II série, vol. L, fasc. 1 (2015).
- Travesía*, Revista de Historia Económica y Social, Instituto de Estudios Socio-Económicos, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de TUCUMAN, nºs 14-15, año (2012-2013), nº 16 año (2014).

Ofertas de livros 2015

- GOMES, Libânia Arminda Henriques - *As “Missas do Parto” na Ilha da Madeira: uma tradição a preservar*. (Dissertação de mestrado em História, Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2010). Funchal, Serviço de Publicações, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2014.
- CHINEA, Jorge Luis – *Raza y trabajo en el Caribe hispánico: los inmigrantes de las Indias Occidentales en Puerto Rico durante el ciclo agro-exportador, 1800-1850*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2014.
- BLANCO ENCOMIENDA, Francisco Xavier - *Impacto del fenómeno de la dependencia a nivel nacional y autonómico*. Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2013.
- HERNÁNDEZ LAFUENTE, Adolfo, LAIZ CASTRO, Consuelo - *Elecciones y partidos políticos en Ceuta y Melilla (1997 – 2012)*. Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2014.
- MONTERO DELGADO, Juan [et al.], *De todos los ingenios los mejores: el Condestable Juan Fernández de Velasco y Tovar, V Duque de Frias (c. 1550-1613)*. Sevilla, Real Maestranza de Caballería de Sevilla, 2014.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Guzmán: la casa ducal de Medina Sidonia en Sevilla y su reino (1282 – 1521)*. Madrid, Dykinson, 2015.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel - *Las fiestas en la Europa medieval*. Madrid, Dykinson S. L., 2015.
- MARTINS, João Furtado - *Corrupção e Incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2015.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo; PORTELA SILVA, Ermelindo ed. - *El territorio en la historia de Galicia. Organización y control. Siglos I-XXI*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2015.
- MARQUES, André Evangelista - *Da representação documental à materialidade do espaço: território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura Espaço e Memória, Afrontamento, 2014.
- PÉREZ-EMBED WAMBA, Javier - *Culto funerário y registro necrológico de la catedral de Sevilla (siglos XIII-XV)*. Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas, Dykinson, 2015.

Sumário

Editorial.....	5
Nota de Apresentação	7
MARIA ANTÓNIA LOPES.....	7
 Dossier temático “Quotidianos e vida privada”	
Clérigos medievais: aspetos do quotidiano <i>Medieval clergy: aspects of daily life</i> MARIA ALEGRIA MARQUES.....	13
O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava: a fronteira entre o servir das portas adentro e das portas afora no período moderno <i>Everyday life in female religious communities in Évora and the presence of slaves: the boundary between the in-house and outdoor service in modern period</i> ANTÓNIA FIALHO CONDE	35
Cristãos-Novos da cidade de Viseu e A Devassa Inquisitorial: Entendimentos Sobre Uma Comunidade Específica (Sécs. XVI- XVII) <i>New-Christians of Viseu and the Inquisitorial Inquest: Understandings on a Specific Community (16th and 17th Centuries)</i> MARIA TERESA GOMES CORDEIRO	55
Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII) <i>In search of Christian perfection: spiritual and devout practices of the laity in Portugal (16th-17th centuries)</i> PAULA ALMEIDA MENDES	75

Domestic religiosity in the 18th century Spanish Court: elite women, everyday life spaces and material culture. An approach to a study in progress NATALIA GONZÁLEZ HERAS	93
La cultura material cotidiana: la complejidad de la vida privada en Castilla y Portugal durante el Antiguo Régimen <i>Everyday material culture: the complexity of privacy in Castile and Portugal during the Ancient Régime</i> MÁXIMO GARCÍA	109
Algunas notas acerca de la vida cotidiana del campesinado gallego en la Edad Moderna <i>Some notes about the daily life of the Galician peasantry in the Modern Age</i> HORTENSIO SOBRADO CORREA	129
Soltería, mujer y litigiosidad en el cotidiano de la Edad Moderna A vueltas con las palabras de matrimonio MARGARITA TORREMOCHA HERNÁNDEZ.....	153
Disciplina familiar e estratégias matrimoniais da Casa de Aveiro (Séculos XVI e XVII) <i>Family discipline and matrimonial strategies: The House of Aveiro in the sixteenth and seventeenth centuries</i> CRISTÓVÃO MATA	175
Aspetos do quotidiano e vivência feminina nos navios da carreira da Índia durante o século XVI: primeiras mulheres, buscas e sexualidade a bordo <i>Aspects of the daily life and women living aboard the ships of the carreira da Índia during the 16th century: the first women, searches and sexuality on board</i> MARCO OLIVEIRA BORGES	195
Entre público e privado, entre a metrópole e o Império: testamentos nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVII) <i>Testaments in the Portuguese Misericórdias (16th-17th centuries)</i> JOÃO MIGUEL FERNANDES	215
Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c.1740-1807) <i>Fortune and resentment: the incredible case of Abreu Guimarães(c.1740-1807)</i> RENATO FRANCO	237

Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII Um estudo de caso <i>Scholarship and private life at the beginning of the 18th century</i> <i>A case study</i> ISABEL FERREIRA DA MOTA	257
Narrar e silenciar o quotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789 – 1821) <i>To narrate and mute the everyday life. The correspondence</i> <i>of Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789 - 1821)</i> ANA CRISTINA ARAÚJO	269
Higiene, doença e morte no recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga (século XVIII) <i>Hygiene, disease and death in the “Recolhimento” of St. Mary Magdalene</i> <i>de Braga (18th century)</i> MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO	293
“Curados, melhorados ou falecidos” no Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra (1851-1926) <i>“Healed, better or dead” at the Hospital of the Venerable</i> <i>Third Order of St. Francis of Coimbra (1851-1926)</i> ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA	315
Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos: assistência à infância e transformação dos espaços da Misericórdia carioca(Rio de Janeiro, 1870-1920) GISELE SANGLARD.....	337
Medicamentos e vida privada na primeira metade do século XX: o combate às infeções antes e depois da penicilina <i>Medicines and private life in first half of the twentieth century:</i> <i>treating infection before and after penicillin</i> VICTORIA BELL	359
<i>Mente sã em corpo sã: exercícios, alimento e saúde nas páginas do Anuário</i> <i>das Senhoras durante o Estado Novo Brasileiro (1937-1945)</i> <i>Healthy mind in a healthy body: exercise, food and healthy in pages</i> <i>of Anuário das Senhoras during the Brazilian New State (1937-1945)</i> MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA	381

Os trabalhos e os dias em terras de Lorvão nos inícios do século XX <i>Works and days in the lands of Lorvão in the beginning of the 20th century</i> GUILHERMINA MOTA	399
--	-----

Varia

Timor Português – Produção e Mercados na década de 1920 <i>Portuguese Timor – Production and Markets in the 1920s</i> CÉLIA REIS	419
--	-----

Um Ministério entre a Instrução Pública e a Educação Nacional. Eusébio Tamagnini e o saneamento político-ideológico contra docentes e funcionários da UC (1934-1936) <i>A Ministry between the Public Instruction and National Education.</i> <i>Eusébio Tamagnini and the political-ideological debug against professors</i> <i>and civil servants of the University of Coimbra (1934-1936)</i> GUSTAVO ESTEVES LOPES	443
--	-----

Espaços e atores da organização científica do trabalho em Portugal: o Instituto Nacional de Investigação Industrial <i>Places and actors of scientific management in Portugal:</i> <i>The National Institut of Industrial Research</i> ANA CARINA AZEVEDO	461
---	-----

Gama Barros e a Historiografia da viragem do século ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM.....	477
--	-----

Recensões críticas

Margarida Sobral Neto.....	485
----------------------------	-----

Publicações recebidas

Publicações periódicas ofertas e permutas 2015.....	491
---	-----

